
PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES DA EUROPA DO SUL PARA A AMÉRICA DO SUL

COORDENAÇÃO

FERNANDO DE SOUSA, ISMÊNIA MARTINS,
LENÁ MEDEIROS DE MENEZES, IZILDA MATOS,
JOBSON ARRUDA, NAZARÉ SARGES, VERA FERLINI



CEPESE

Título

Portugal e as Migrações da
Europa do Sul para a América do Sul

Coordenação

Fernando de Sousa, Ismênia Martins,
Lená Medeiros de Menezes, Izilda Matos,
Jobson Arruda, Nazaré Sarges, Vera Ferlini

Editor

CEPESE – Centro de Estudos da População,
Economia e Sociedade
Rua do Campo Alegre,
1021-1055 Edifício CEPESE
4169-004 Porto

ISBN

978-989-8434-31-9

PORTO, 2014

PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES DA EUROPA DO SUL PARA A AMÉRICA DO SUL

COORDENAÇÃO

FERNANDO DE SOUSA, ISMÊNIA MARTINS,
LENÁ MEDEIROS DE MENEZES, IZILDA MATOS,
JOBSON ARRUDA, NAZARÉ SARGES, VERA FERLINI



CEPESE

ÍNDICE

- 9 **INTRODUÇÃO**
Fernando de Sousa / Ismênia Martins / Lená Medeiros de Menezes / Izilda Matos
Jobson Arruda / Nazaré Sargês / Vera Ferlini
- 17 **OS PORTUGUESES NO BRASIL: IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA, IMIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E COLONIZAÇÃO**
José Jobson de Andrade Arruda
- 38 **PORTUGUESES, ESPANHÓIS E ITALIANOS NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS REGISTROS CENSITÁRIOS (1872-1960)**
Lená Medeiros de Menezes
- 52 **PORTUGUESES E INGLESES NO PORTO DE MANAUS (1880-1920)**
Maria Luíza Ugarte Pinheiro
- 74 **MORADIA, TRABALHO E CONVIVÊNCIA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SANTISTA PELOS PORTUGUESES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**
Maria Aparecida Pereira / Maria Suzel Frutuoso
- 105 **ALIMENTANDO O CORAÇÃO: MEMÓRIA E TRADIÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES PORTUGUESAS — SÃO PAULO (1900-1950)**
Maria Izilda Matos
- 123 **OS AÇORIANOS NA ESTRUTURAÇÃO DO BRASIL DO SUL: AS LEVAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII**
Avelino de Freitas de Menezes
- 145 **OS AÇORES E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS NA DÉCADA DE 1950: IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS E TESTEMUNHOS DA E/IMIGRAÇÃO**
Elis Regina Barbosa Angelo
- 165 **ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES**
Luís Reznik / Rui Aniceto Nascimento Fernandes
- 185 **REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA SAÚDE E AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DE IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (1859-1930)**
Yvone Dias Avelino
- 198 **A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO OUTEIRO EM BELÉM DO PARÁ: UM MOSAICO EM CONSTRUÇÃO**
Marcos Antônio de Carvalho
- 218 **GASPAR FERREIRA BALTAR, UM “BRASILEIRO” N’O PRIMEIRO DE JANEIRO**
Alda Neto

- 238 **PEQUENOS VIAJANTES: REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DE MENORES DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX**
Roseli Boschilia
- 259 **IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DIFERENTES MOMENTOS, DIFERENTES OLHARES (SÉCULO XX)**
Zeila Demartini
- 276 **AGENTI, SUBAGENTI, ENGAJADORES E GANCHOS. O RECRUTAMENTO DE EMIGRANTES NA EUROPA MEDITERRÂNEA**
Paulo César Gonçalves
- 299 **O LABIRINTO DA PARTIDA: REDES MIGRATÓRIAS CLANDESTINAS NA REGIÃO DE VISEU (1870-1890)**
Susana Chalante
- 314 **ALIMENTANDO O MITO DO ELDORADO: O INTERCÂMBIO DE CAPITAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL**
Gladys Sabina Ribeiro
- 336 **AS REMESSAS DOS EMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL E A CAPITALIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: ALGUNS EXEMPLOS**
Fernanda Paula Sousa Maia
- 353 **AS REMESSAS “VISÍVEIS” E “INVISÍVEIS” DA EMIGRAÇÃO AMERICANA E A TRANSFORMAÇÃO DA GALIZA (1890-1930)**
Ramón Villares
- 376 **BRASIL-PORTUGAL: ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIS**
Maria Arminda do Nascimento Arruda
- 390 **A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL VISTA POR INTELLECTUAIS E LITERATOS PORTUGUESES (SÉCULOS XIX-XX)**
Susana Serpa Silva
- 418 **FRANCISCO GOMES DE AMORIM E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS LITERÁRIAS DA CABANAGEM**
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
- 435 **SABORES DA EMIGRAÇÃO GALEGA: AS EMPANADAS**
Dolores Rodriguez Corner
- 451 **A EMIGRAÇÃO DO CONCELHO DA MAIA PARA O BRASIL E VENEZUELA (1948-1974)**
Celeste Castro
- 471 **A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL NA IMPRENSA PORTUENSE (1918-1931)**
Diogo Ferreira
- 489 **ECOS DA SOLIDARIEDADE IMIGRANTE: A DOCUMENTAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA SOBRE A CONFERÊNCIA PRÓ-AMNISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS DE ESPANHA E PORTUGAL (SÃO PAULO, 1960)**
José Sacchetta Ramos Mendes

498 EMIGRACIÓN Y ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN AMÉRICA

Juan Andrés Blanco / Arsenio Dacosta

534 A EMIGRACIÓN GALEGA AO BRASIL: MODALIDADES E DESTINOS DURANTE O SÉCULO XX

Raúl Soutelo Vázquez

560 ASSOCIATIVISMO ESPANHOL/GALEGO NO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS,
VISIBILIDADE E LIDERANÇAS ÉTNICAS

Érica Sarmiento

577 RESUMOS

589 SOBRE OS AUTORES

602 CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPSE

INTRODUÇÃO

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES DA EUROPA DO SUL PARA A AMÉRICA DO SUL

Porto, 9-12 de julho de 2012

A oitava edição dos Seminários Internacionais que o CEPESE tem vindo a organizar no âmbito do Projeto “A Emigração de Portugal para o Brasil”, com o apoio da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, reuniu durante quatro dias mais de trinta investigadores de Portugal, Espanha, Itália e Brasil. Este encontro deu continuidade e aprofundou temáticas associadas à questão migratória, alargando as geografias dos fluxos emigrantes à Europa do Sul e América do Sul, inscrevendo assim esta atividade no âmbito da Rede de Investigação Digital REMESSAS, que o CEPESE se encontra a desenvolver (www.remessas.cepese.pt).

Foi precisamente durante este Seminário que se procedeu à assinatura do documento fundador desta Rede. Considerando que, volvida uma década de pesquisas desenvolvidas por investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos, era tempo de atingir um nível mais avançado de cooperação, tendo como instrumento fundamental uma rede digital que integrasse e articulasse os centros de investigação, instituições e investigadores da América do Sul e Europa do Sul preocupados com o estudo das grandes migrações internacionais que ocorreram entre as duas regiões, no exercício das suas competências e em representação das respetivas instituições, diversos professores universitários/ investigadores assinaram este documento.

Entre os seus principais objetivos ficou acordado que a constituição do REMESSAS procuraria, entre outros:

- renovar a problemática das migrações entre as duas regiões e do seu impacto económico, social e cultural na História Contemporânea (séculos XIX e XX) dos Estados das duas regiões;

- reforçar a formação, qualificação e mobilidade dos investigadores, através de projetos de investigação em curso ou a desenvolver, mestrados e doutoramentos, e programas de acolhimento constituídos pelas instituições científicas parceiras;
- difundir as melhores práticas de tecnologia digital entre os investigadores das duas regiões, de forma a utilizarem uma linguagem comum interativa e a uniformizar-se a gramática computacional;
- constituir bases de dados comuns, que se tornem em instrumentos indispensáveis de consulta para investigadores e público em geral, interessados quer no conhecimento aprofundado e multidisciplinar deste fenómeno, quer no processo de recuperação de identidade e memória que se tem desenvolvido, nas últimas décadas, no Mundo Ocidental;

Ao longo de quatro dias, a riqueza e a diversidade das comunicações apresentadas neste Seminário Internacional foi assinalável, desde logo, pelo contributo rigoroso e multidisciplinar de investigadores brasileiros, italianos, espanhóis e portugueses, trabalhos que foram submetidos a arbitragem científica. É, indiscutivelmente, do cruzamento de todos estes saberes – do lado de cá e do lado de lá do Atlântico – que melhor se pode aprofundar o estudo dos movimentos e das deslocações populacionais e estabelecer análises comparativas, esclarecendo números e levantando problemas que obrigarão, num futuro próximo, a novas pesquisas.

Desde logo, José Jobson de Andrade Arruda centra a sua análise na evolução do fenómeno migracional português no Brasil ao longo dos séculos, abordando os conceitos de (e)imigração, colonização, emigração espontânea, emigração compulsória e emigração coordenada.

De uma forma generalizada são vários os trabalhos que se debruçaram sobre a presença de outros povos na sociedade brasileira. No âmbito do quotidiano migrante, Lená Medeiros de Menezes procura através dos censos demográficos analisar essa presença e perceber a influência que portugueses, espanhóis e italianos exerceram sobre a população no Rio de Janeiro. Por sua vez, Maria Luíza Ugarte Pinheiro foca-se nos portugueses e ingleses, nomeadamente nas atividades que estes desenvolveram no porto de Manaus entre 1880 e 1920, apresentando as formas como tais comunidades se integraram naquela cidade brasileira, conhecida como a “cidade da borracha”.

Em trabalho conjunto, Maria Aparecida Pereira e Maria Suzel Frutuoso dedicam a sua atenção ao importante porto comercial de Santos e à significativa entrada de portugueses naquele território na segunda metade do século XIX, procurando recuperar aspetos da dimensão do quotidiano, na vivência dos habitantes da cidade, conhecendo assuas condições de moradias e as suas oportunidades de sociabilidade. Já Maria Izilda Matos focaliza a sua investigação nos gostos, hábitos, nas práticas e tradições alimentares dos portugueses emigrados para São Paulo, destacando o papel das mulheres imigrantes portuguesas entre 1900 e 1950.

Avelino de Freitas de Meneses e Elis Regina Barbosa Angelo dedicam-se à presença açoriana no Brasil. O primeiro realça o papel que os açorianos tiveram na estruturação do Brasil do Sul em meados do século XVIII, enquanto a investigadora destaca a importância da Casa dos Açores de São Paulo como um elemento integrador daquela comunidade em solo brasileiro.

A experiência da receção aos imigrantes é igualmente uma temática abordada pelos investigadores. Luís Reznik e Rui Aniceto Nascimento Fernandes referem-se à necessidade que existiu de se criarem espaços para dar conta do massivo deslocamento populacional do Velho Continente para o Brasil. Este trabalho tem como objetivo analisar a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores situada no Rio de Janeiro, procurando compreender a forma como as demandas e experiências moldaram a instituição.

Por sua vez, Yvone Dias Avelino traz à tona a articulação que existiu entre os trabalhadores imigrantes portugueses e seus descendentes na criação de uma assistência hospitalar mútua na cidade de São Paulo, a Real e Benemérita Sociedade de Beneficência Portuguesa, prática associativa inovadora para a época, que obteve diversos resultados positivos, como a fundação de um dos mais respeitados hospitais desta cidade.

Ainda neste domínio, Marcos António de Carvalho menciona a Hospedaria de Imigrantes do Outeiro no Estado do Pará como um espaço privilegiado para a instalação de imigrantes, maioritariamente espanhóis, concluindo que a imigração portuguesa para o Pará assentava na modalidade espontânea motivada por uma extensa rede social.

De uma forma mais particular, Alda Neto apresenta um penafidense – Gaspar Ferreira Baltar – que emigrou para o Brasil no final da primeira metade do século XIX, tendo regressado a Portugal no final do terceiro quartel do século XIX. Após o seu regresso tornou-se uma importante personalidade quer no concelho de Penafiel, onde se destacou pela sua filantropia e pela sua intervenção

no contexto cultural e político, quer nacional pelo envolvimento na criação do periódico nacional *O Primeiro de Janeiro*.

Ainda que em períodos históricos distintos, a análise à emigração de menores para o Brasil merece também destaque neste livro. Roseli Boschilia apresenta uma reflexão sobre a deslocação de menores da região norte de Portugal para o Brasil durante o século XIX, ao passo que Zeila Demartini apresenta um trabalho resultante de relatos orais de crianças que, no século XX, se deslocaram para o Brasil e que permitem verificar como os continentes se cruzam na construção das suas memórias, construídas individual e socialmente.

A questão da emigração clandestina e o papel dos engajadores são igualmente temas abordados pelos investigadores. Paulo César Gonçalves fala nos recrutadores de emigrantes que circulavam pelos territórios italiano, português e espanhol a serviço das companhias de navegação. Susana Chalante aborda as redes migratórias clandestinas na região de Viseu nos finais do século XIX e o combate travado pelo poder local na tentativa de resolver o problema, relatando a história de um famoso engajador que era responsável pela organização ilegal da saída de populares.

Fator económico extremamente marcante na vida dos Estados, o intercâmbio de capitais entre Brasil e Portugal é um assunto tratado por Gladys Sabina Ribeiro e Fernanda Paula Sousa Maia. A primeira analisa a relevância dos fluxos financeiros e comerciais entre Brasil e Portugal, procurando a partir daí traçar o perfil do imigrante através da análise de inventários de bens de portugueses, processos de arrecadação de bens feitos por Brasil ou Portugal em relação aos seus nacionais, cartas rogatórias e precatórias. Fernanda Paula Maia não se limita a abordar a repercussão do volume das remessas vindas do Brasil na balança de pagamentos e no PIB português, refletindo sobretudo sobre o papel crucial do capital enviado por estes emigrantes para a dinamização da sociedade portuguesa nos finais do século XIX e os inícios do século XX, assumindo um papel determinante para o desenvolvimento local e regional de Portugal, com particular destaque para as regiões mobilizadoras do fluxo migratório.

Na mesma linha de interpretação, Ramón Villares salienta a importância das remessas enviadas da América Latina para a Galiza, as quais foram determinantes para a modernização do setor agrário, a criação de uma rede de escolas de ensino primário, a introdução de novas culturas políticas, entre outras iniciativas.

A relação cultural entre Brasil e Portugal é afluída por Maria Arminda do Nascimento Arruda, que aborda as relações intelectuais entre os dois países, refletindo sobre as ligações entre as respetivas culturas, seus encontros e desencontros ao longo dos tempos.

A temática da emigração sempre foi uma constante na literatura portuguesa, constituindo-se como parte integrante do pensamento, da leitura, da crítica social, dos retratos humanos e das vivências encarnadas por personagens que preenchem muitas das tramas e dos textos de grandes escritores nacionais e insulares. Susana Serpa Silva apresenta precisamente uma reflexão sobre a forma como os intelectuais abordam este fenómeno, procurando dar a conhecer as obras daí resultantes e que foram profundamente relevantes para a cultura portuguesa, brasileira e não só. Por sua vez, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro refere-se ao escritor português Francisco Gomes de Amorim e às primeiras tentativas de abordagem literária daquela que foi uma das mais importantes revoltas populares ocorridas no Grão-Pará na primeira metade do século XIX – a cabanagem.

A importância do contributo do imigrante para a dinamização e o enriquecimento da vida cultural das sociedades de acolhimento fica também comprovada pela pesquisa de Dolores Rodriguez Corner, relativamente à introdução de novos pratos, costumes e gostos em território brasileiro – as empanadas acompanharam os galegos para diversos destinos na América. A cozinha de uma nação é representada e reproduzida na cultura dos seus pratos, revelando-se como um dos traços culturais que mais perdura em caso de e/imigração.

No domínio das análises quantitativas destaca-se a comunicação de Celeste Castro sobre a emigração do concelho da Maia para o Brasil e para a Venezuela entre 1948 e 1974, socorrendo-se do *Boletim de Informação*, formulário do Ministério do Interior que era preenchido pelos emigrantes. Utilizando de importantes fontes documentais, Diogo Ferreira apresenta uma interpretação das representações do fenómeno emigratório na imprensa portuense, numa fase em que se vislumbra a recuperação dos índices da emigração portuguesa no período pós-Primeira Guerra Mundial, após uma breve descontinuidade motivada essencialmente pelo conflito mundial. Por sua vez, José Sacchetta Ramos Mendes, a partir de documentação policial do Departamento de Ordem Política e Social, relata diversos episódios ocorridos aquando da realização da Conferência “Pró-amnistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal” em São Paulo, em 1960.

Juan Andrés Blanco e Arsenio Dacosta, Érica Sarmiento e Raúl Soutelo Vásquez abordam a questão da emigração espanhola para a América na época contemporânea, analisando as suas principais características e o importante papel desempenhado pelo associativismo espanhol e pelas redes migratórias estabelecidas em solo brasileiro, fatores decisivos para a integração dos espanhóis no Brasil.

Uma última palavra para manifestarmos o nosso agradecimento às instituições que patrocinaram e apoiaram este Seminário: FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia; Programa Operacional Ciência e Inovação 2010; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; Câmara Municipal do Porto; Douro Azul; Real Companhia Velha; FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; Universidade do Porto; Fundação Eng.º António de Almeida; ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração; Instituto Superior Miguel Torga; ISVOUGA – Instituto Superior de Entre Douro e Vouga; Grupo CESPU; Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; Câmara Municipal de Bragança; Agência Abreu; BES – Banco Espírito Santo; Carnady – Comércio Internacional, Lda; Cordeiros Galeria; ESCOM; Mota-Engil; Vicaíma.

Finalmente, deixamos o nosso reconhecimento aos investigadores do CEPESE que colaboram no Projecto A Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político, e a todos os pesquisadores que facultaram ao CEPESE os textos que agora se publicam e que vão dar um contributo importante para o estado da arte da emigração portuguesa para o Brasil.

OS PORTUGUESES NO BRASIL: IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA, IMIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E COLONIZAÇÃO

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

PERCURSO ANALÍTICO

O fenômeno migracional português direcionado ao Brasil, como já antecipamos¹, é um fenômeno *sui generis* no amplo espectro das massivas transferências internacionais da modernidade. Fato social total, definido por sua continuidade ao longo de cinco séculos completos, e um sexto que se inicia, caracterizado por fluxos e refluxos que expõe a indelével cumplicidade que enlaçou dois espaços ao mesmo tempo separados e unidos pelo Atlântico, objeto privilegiado de análise que pressupõe um necessário exercício teórico de tipologização do evento em sua materialidade. Recurso metodológico indispensável no processo de conhecimento que se deseja alcançar, por via do refinamento conceitual dos vocábulos chave em presença: (e)imigração, colonização, emigração espontânea, emigração compulsória, emigração coordenada.

Referência obrigatória para o estudo da matéria, Fernando Novais circunstanciou seu objeto num estudo clássico², no qual empreende o itinerário metodológico requerido. Parte da crítica dos conceitos disponibilizados pela produção intelectual vigente com a finalidade de acerrar-se da perspectiva histórica, única capaz de prover o acesso ao sentido dos elementos constitutivos de uma totalidade concreta e dinâmica, as “entidades que se encontram nas várias manifestações do fenômeno”³. A ocupação do território brasileiro

¹ “Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas” – Texto apresentado no VII Seminário Internacional “Os Portugueses no Brasil”, realizado na Cátedra Jaime Cortesão, em novembro de 2012.

² NOVAIS, 1967: 231-250.

³ NOVAIS, 1967: 233.

é assumida como *colonização*, um desdobramento da expansão comercial europeia, “instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil”⁴. Materializada na *colônia de exploração*, forma predominante do sistema e, inclusive, definidora de sua antítese, a *colônia de povoamento*, fórmula genérica sem ser excludente, pois “não quer dizer que todas as manifestações da colonização portuguesa no Brasil expressem diretamente esse mecanismo”⁵, por reconhecer que “unicamente a investigação cientificamente conduzida das manifestações históricas concretas do fenômeno podem comprovar ou rejeitar uma perspectiva metodológica em confronto com outros modos de ver”⁶. Preocupação metodológica analítica que, de modo algum, inquieta a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, que vai diretamente ao objeto em apreço no seu verbete *Imigração*, no dicionário por ela mesma organizado, onde começa por dizer que “no contexto colonial consideraremos como imigração para o Brasil os colonos que ali chegaram devido a um incentivo ou a uma atuação direta da Coroa”⁷.

Fernando pensa teoricamente. Força a generalização, escoima as diferenças pelo recurso à abstração movido pela vontade de conhecer o funcionamento do sistema na sua totalidade, refletindo do ângulo do todo e da parte. Do todo, porque pensa a partir da racionalidade do sistema capitalista em formação, da busca incessante pela acumulação. Da parte, porque fala a partir de uma esfera da totalidade, pensando a colônia na condição de historiador da ex-colônia, profundamente comprometido com seu destino como nação. Nessa perspectiva, todos os aqui chegados são por ele considerados colonos, porque esta é a lógica do sistema, entidade que passa a ter um lugar privilegiado na arquitetura do seu pensamento. No sentido contrário, transformá-los em puros (e)imigrantes é assumir uma postura reducionista, uma vez que marginaliza todos aqueles que espontaneamente para cá vieram sem qualquer aporte ou ingerência do Estado, e seu número não foi nada desprezível em momentos determinados do movimento de transferências populacionais da metrópole à colônia. Um olhar a partir do empírico, sem recursos analíticos, mas que não esgota as possibilidades que a prática poderia revelar. Atrévemo-nos, portanto, como ensina Fernando Novais, a pensar *outros modos de ver*.

4 NOVAIS, 1979: 70.

5 NOVAIS, 1967: 249.

6 NOVAIS, 1967: 250.

7 SILVA, 1994: 416.

É preciso, por exemplo, distinguir a ocupação das ilhas Atlânticas, sobretudo da Madeira, caracteriza-se por transferências populacionais a distâncias relativamente próximas do continente, que apesar de se transformarem em terras de ocupação permanente, possibilitam o retorno, não configurando a situação de um exílio perpétuo, um transladar-se para outro mundo, na qual o povoador preserva sua identidade portuguesa e pode considerar-se um colono, no sentido etimológico da palavra, aquele que veio de casa, à qual permanece física e mentalmente atado. Os colonos de lá, não são os de cá, mas são também colonos à sua moda. Experiência muito diversa daquela vivenciada pelos que atravessam o Oceano rumo a outro continente. As longas e perigosas travessias oceânicas representam em si mesmas uma ruptura. Ida sem volta. Certamente para um espaço territorial que, politicamente, era uma extensão subordinada ao Estado Português, mas que em sua realidade objetiva era muito diferente. Espaço em que o embate telúrico com as forças da natureza se fazia no frigidar de complexas relações inter-étnicas, envolvendo as numerosas populações nativas e uma massiva transmigração forçada, relação de homens entre si permeados pela natureza ao mesmo tempo dadivosa e agreste. Cadinho efervescente de padrões culturais diversos, responsáveis por uma transformação identitária do possível *colono/emigrante* pela mescla cultural produzida na intensa miscigenação. É um português na origem, emigrante à saída, mas um colono transformado pelo intenso processo de hibridação cultural, um luso-brasilico forjado na terra.

É preciso pensar mais detidamente no lugar das colônias de povoamento no quadro geral do capital mercantil. De fato, ao primeiro olhar, ela surge como a antítese das colônias de exploração, como já foi referido; colônias estas que por sua magnitude e expressão dão o tônus do conjunto, e que não deixam de ser, num certo sentido, uma colônia de povoamento, pois esta é uma das motivações básicas do processo colonizador: povoar para defender. Além disso, as colônias de povoamento também fazem parte do sistema mercantilista, e contribuem ao seu modo para o processo geral de acumulação primitiva. As colônias inglesas setentrionais transformam-se, gradativamente, em importantíssimos mercados consumidores para as mercadorias produzidas no contexto da Revolução Industrial. São diferentes, é verdade, mas por serem de povoamento não quer dizer que nelas imperasse o trabalho livre, por exemplo. Em função do contexto histórico específico, desenvolveram formas próprias de *trabalho sob contrato*, os *indentured servants*, rótulo abrangente que recobre uma tipologia complexa de relações de trabalho. E não são numericamente desprezíveis. Mesmo diante da massa monumental representada pela transmigração africana somada à emigração

européia, cerca de 10 milhões de indivíduos entre 1492 e 1820, pois, dos dois milhões de europeus, um percentual entre 25% e 30% refere-se aos *indentured servant, engagés ou redemptioners*, algo entre um mínimo de 500 e um máximo de 600 mil trabalhadores sob contrato, em condições às vezes distante, às vezes próxima da pura escravidão.

Para os 10 milhões de escravos africanos chegados à América, contam-se, grosso modo, “dois milhões de trabalhadores sob contrato originários de três continentes, tendo três continentes por destino”⁸. Uma porcentagem entre 50% e 60% da força de trabalho introduzida pelos britânicos na sua América era constituída por servidão temporária, ou seja, um número entre 165 e 199 mil trabalhadores, somente no período de 1631 a 1701⁹. Os contratos poderiam ser verbais, depositados junto a um advogado, mas não poderiam ser transferidos, no máximo, herdados. Os *engagés*, na área de colonização francesa não representavam um número tão expressivo, mas, por serem trabalhadores diferenciados em relação à massa dos africanos, tiveram um expressivo papel no processo de colonização¹⁰. Seus contratos eram mais leoninos, pois envolviam “certa alienação de sua liberdade por um tempo determinado, geralmente um tempo muito longo, às vezes para sempre”¹¹. Existiram e até se expandiram, antes e depois da abolição do tráfico africano, forma de trabalho que floresceu até mesmo no Brasil, na forma do *colonato*, nos meados do século XIX, quando o fim da escravidão africana tornou-se inexorável. Relação de trabalho que cruza os tempos, atravessa as etapas sucessivas de acumulação capitalista, demonstrando sua identificação com o sistema: muito próxima do trabalho livre, sem ser trabalho livre; muito próxima do trabalho compulsório, sem suas inconveniências. Era o futuro embutido no passado.

O MOVIMENTO EMIGRACIONAL/COLONIZADOR

O que os vocábulos querem dizer muda com o tempo. O processo em tela é longo demais. A mesma denominação muda de significado, sendo, portanto, indispensável à temporalização do objeto histórico considerado. As

8 VAN DEN BOOGAART; EMMER, 1986: 5.

9 GEMERY, 1986: 33.

10 ENGERMAN, 1986: 286.

11 MAURO, 1986: 83.

circunstâncias mudam e metamorfoseiam as palavras. Como o vocábulo povo, por exemplo, com a qual as Cortes de Évora (1481) identificavam o conjunto da população, tanto ricos quanto pobres, evoluindo a seguir para qualificar a parcela não nobre do conjunto social. Palavra-chave nesse processo, pois no caso específico de Portugal na época moderna, não há como dissociar população de emigração por serem movimentos interconectados, tão umbilicalmente atados que é unânime entre os especialistas o espanto diante da obra colonizadora *vis a vis* os limitados recursos demográficos do Reino português. Segredo que Gilberto Freyre remete à mobilidade espantosa e à miscibilidade devastadora dos portugueses, que suprimiram a “escassez de capital-homem”, pela enorme disponibilidade de “machos atrevidos” a emprenhar mulheres e fazer filhos¹².

Os números relativos à evolução demográfica de Portugal, bem como aqueles relativos às emigrações, são meramente indicativos, sobretudo para as primeiras eras ditas protoestatísticas, cifras colhidos alheatoriamente em documentação esparsa não destinada, especificamente, a esta finalidade. O itinerário que se segue baseia-se no percurso empreendido por Vitorino Magalhães Godinho, certamente o mais confiável repertório disponível sobre a matéria¹³. Data o início do movimento ao deslocamento para Ceuta, em 1415, seguindo-se o povoamento de Porto Santo e Madeira entre 1420 e 1425, e a colonização dos Açores a partir de 1427, cerca de 50 mil pessoas foram debitadas à modesta população portuguesa de aproximadamente 1 milhão e meio de indivíduos. Mas foi a partir do contorno da Rota do Cabo que fenômeno migracional português se instalou definitivamente. A média anual de partidas, apenas para a Ásia, era de 2 000 indivíduos, número que poderia chegar a 5 000, se considerarmos os demais destinos, Brasil e Império Espanhol, especialmente as Canárias.

O movimento se intensificou nas últimas décadas do século XVI, direcionados aos mesmos destinos preferenciais, cujas saídas anuais mediavam entre 5 000 e 6 000 pessoas, correspondendo a um índice entre 3 e 3,5 por cada mil habitantes, de uma população total avaliada em 2 milhões, no ano de 1640. Movimento acelerado no final do século, por conta do *rush* aurífero no Brasil, registrava embarques totais em torno de 2 500 a 3 000 passageiros, dos quais 2 000 destinados ao Brasil, o equivalente a 1,5 por mil habitantes, número equivalente às saídas para o Índico no seu máximo. Chegando a alcançar a espantosa cifra de 8 a 10 mil partidas

12 FREYRE, 2002: 37.

13 GODINHO, 1978: 5-32.

anuais, durante as seis primeiras décadas do século XVIII, números estonteantes se considerarmos que a população do Reino, incluindo as das ilhas adjacentes, não ultrapassava 2,3 milhões de habitantes, chegando ao máximo de 2,6, em 1776, que elevava para quatro por mil habitantes o índice médio da emigração, em relação às disponibilidades demográficas do Reino.

Com base nestes indicadores, Godinho arrisca-se a fazer estimativas globais concernentes à emigração. Seriam 280 000 indivíduos ente 1500 e 1580; entre 300 e 360 mil de 1580 a 1640; 150 mil de 1640 a 1700; entre 500 e 600 mil de 1700 a 1760. No total geral, computando-se as saídas desde o século XV até a sexta década do século XVIII, teriam sido mais de um milhão de emigrados, talvez 1 milhão e meio, mantida a média de 2,5 a 3 emigrantes por cada mil indivíduos. O ano de 1780 marca o refluxo da maré, de retorno ao padrão anterior ao *boom* aurífero, em torno de 4 000 a 5 000 saídas por ano; índice equivalente a 1,5 por mil habitantes, ritmo que se preserva até os meados do século XIX.

Relação entre estoque populacional e emigração considerada equilibrada por Godinho, mas que, certamente, não teria suprimido as necessidades do Império sem o concurso dos escravos africanos que ingressaram no Reino para suprir as necessidades criadas pela emigração, ingressos estimados a uma média anual de 2 a 3 mil escravos por ano. Portanto, de 200 a 300 mil vindos diretamente da África, no século XVI; aos quais se somaram outros 300 mil reexportados a partir do Brasil, nos dois séculos seguintes. Incrível processo de substituição de mão-de-obra operado numa larga escala tricontinental, pois, em seu patamar mínimo, cerca de meio milhão de escravos, representava 21% da totalidade dos cativos africanos transportados para o Brasil segundo estimativas de Philip Curtin, isto é, 2,3 milhões de indivíduos entre 1551 e 1800¹⁴. Período no qual, portanto, o volume de escravos africanos trasladados para Portugal teria oscilado entre um quinto e um quarto da totalidade da massa de cativos transferidos para o Brasil; operação de caráter tripolar¹⁵, prova inequívoca da existência de um mercado integrado, que não pode ser reduzido à sua expressão afro-americana¹⁶.

O Estado português não permaneceu inerte face às circunstâncias criadas pela corrente emigratório-colonizadora, oscilando do estímulo à restrição. Na segunda metade do século XVI, com o incremento da cultura canavieira no nordeste brasileiro e o conseqüente impacto sobre a emigração direcionada ao Brasil, até mesmo as

¹⁴ CURTIN, 1969.

¹⁵ ARRUDA, 2008.

¹⁶ Sobre esta perspectiva, ver ALENCASTRO, 2000.

autoridades regionais adotaram medidas de incentivo, à exemplo do Município do Porto, disposto a oferecer “idas de graça” para o Brasil”, o que se entende por ser o escoadouro estratégico dos “estratos populacionais que não apresentavam as mesmas capacidades financeiras da grande burguesia e da grande nobreza que se envolvia com o Oriente”¹⁷, em sua grande maioria procedentes das regiões Entre Douro e Minho e Trás os Montes¹⁸. Quanto o movimento se intensificou, no último terço do século XVII, medidas restritivas emanadas do poder central foram adotadas, já a partir de 1667, portanto, antes mesmo da descoberta das minas, atos resultantes da percepção de que o movimento colonizador se transmutava em “fenômeno puramente emigratório”¹⁹, e precisava ser contido.

Os indicadores apontados por Godinho para o século XVIII, relativos à emigração para o Brasil, podem ser contextualizados a partir dos números oferecidos por outros autores. Entre 1690 e 1750 teriam aportado ao Brasil 600 mil pessoas²⁰, números redimensionados por Frédéric Mauro que estabelece um limite entre 300 e 500, considerando-se que a população européia total residente na colônia não ultrapassaria um milhão²¹. Avalanche emigracional que, segundo Jaime Cortesão, teria elevado o total da população brasileira, em 1732, para 1,9 milhões de pessoas, ameaçando despovoar o Reino. Motivo pelo qual o Conselho Ultramarino foi levado a baixar sucessivas medidas restritivas à emigração, sem as quais a sangria populacional não seria estancada. As estimativas são muito díspares entre si. Celso Furtado oferece números elásticos, entre 300 e 500 mil; indicadores que Robert Rowland baixa para 400 mil, calculando-se as entradas anuais entre em torno de 3 a 4 mil indivíduos, cifras que regrediriam para duas mil, a partir de 1720²².

Apesar da intensificação da legislação proibitiva na forma de atos, provisões, decretos, alvarás, cartas régia, a corrente migratória prosperou, forçando os legisladores a sucessivas reconsolidações legais, a exemplo da lei de 20 de março de 1720, que codificava todas as disposições anteriores sobre a matéria, visando contornar quaisquer subterfúgios que viessem a ser utilizados pelos portugueses no sentido de burlar as proibições. Por esta lei, dispõe o Rei que: “nenhuma pessoa

17 OLIVEIRA, 1999: 264.

18 TRINDADE, 1981: 13.

19 SERRÃO, 1965: 21.

20 PEDREIRA, 1998: 447.

21 MAURO, 1991: 212.

22 BACCI, 2002: 145.

de qualquer qualidade poderá passar às capitânicas do Brasil, senão as que forem despachadas com governos, postos, cargos, ou officios, as quais não levarão mais criados do que a cada um competir conforme sua qualidade e emprego, e sendo os criados, em todo o caso portugueses”²³.

Providências que não ficaram no ato de officio. Foram regimentadas e fiscalizadas por officiaes administrativos, pautados por rigoroso procedimento de averiguação nos portos de embarque em Portugal. Durante as averiguações de rotina, todos aqueles encontrados sem o devido passaporte eram condenadas a 6 meses de prisão e a pagar multa de 100\$000 reis. Rigor que não eliminava a contravenção, pois uma das práticas corriqueiras era o desembarque antecipado, realizado antes de o navio atracar no porto, o que punha as autoridades diante de situações anômalas, pois, de um número registrado de possíveis 300 passageiros, diz uma autoridade, “acharam-se só setenta quase inúteis e incapazes, pelos mais haverem desembarcado, andando as naus ainda à vela”²⁴.

A contra-face destas medidas foi, a proibição para que mulheres brancas retornassem ao Reino, destinadas a estimular a natalidade colonial, que tornaria desnecessária, no médio prazo, a emigração portuguesa, autonomizando a reprodução colonial do mercado de trabalho. Medida que demonstra a flexibilidade da política populacional da Coroa, entendida como política de Estado, pois ela transita do estímulo à vinda de mulheres brancas portuguesas para a colônia até a proibição de seu retorno ao Reino, consignada no alvará de 10 de março de 1732, que constata que “no Brasil não há mais crescimento de gente, em grave prejuízo do aumento e povoação daquele Estado, sendo a principal causa desta falta o grande excesso, que há em virem para este Reino muitas mulheres”²⁵. Sintoma evidente de crescimento econômico e diferenciação social das camadas mais altas da população colonial, que almejavam, agora, usufruir do sofisticado espaço urbano lisboeta e, no limite, para os mais distinguidos, o convívio no próprio ambiente de Corte.

As avaliações sobre o número de portugueses imigrados, realizados obviamente a partir da própria colônia, é muito mais difícil de realizar, dada a notória escassez de registros officiaes, eclesiásticos ou particulares. Contudo, algumas aproximações podem ser tentadas. A partir de pesquisas recentes, Jorge Couto, elaborou uma tabela preciosa sobre a composição da população colonial no século XVI,

23 Citado por SANTOS, 1980: 137.

24 Citado por SANTOS, 1980: 138.

25 *Coleção Cronológica de Leis Extravagantes*, tomo II, 1819: 431.

repartida entre portugueses, africanos e índios, computando-se nesta rubrica exclusivamente os nativos aculturados, ou seja, escravos da terra que trabalhavam nas propriedades rurais, ou indivíduos livres arregimentados em aldeias controladas pelos jesuítas. O universo desta população seria de 11 045 indivíduos em 1546, dentre os quais se contavam 9 405 brancos, correspondente a 86% da população total, teoricamente, todos eles colonos/emigrantes portugueses, mas que, como sabemos, incluía também espanhóis, italianos, franceses, holandeses e ingleses, concentrados prioritariamente nas partes meridionais.

Em 1585, estes números tinham evoluído para 54 450 e 29 950, respectivamente. Isto revela, a um só tempo, o aumento da população africana e, conseqüentemente, a redução da população branca a um patamar de 55% do total. Apenas cinco anos após, em 1590, a população total é avaliada em 101 705 pessoas, contando 30 855 portugueses, um terço do total, o que demonstra, o excepcional arranque da população africana, elevada de 13 para mais de 42 mil indivíduos²⁶, isto é, 40% do total. Estes referenciais devem ser pensados em relação às partes orientais do Império português, mais especificamente, em relação à Rota do Cabo, pela qual, entre 1497 e 1600, transitaram 198 000 pessoas embarcadas em Lisboa rumo à Ásia, das quais 180 000 alcançaram seu destino. No sentido inverso, de torna viagem, embarcaram nos portos da Ásia 122 000 pessoas, tendo aportado 105 000²⁷, revelando um percentual de perdas humanas e descaminhos, na ida e na volta, em torno de 15% e, mais problemático ainda, um baixo índice de fixação, cerca de 58 mil pessoas no período de um século, 32% do total de desembarcados, estatística certamente invertida se pensada em relação ao Brasil, demonstrativa da imensa dificuldade de integração dos adventícios nas sociedades asiáticas.

Há uma profunda diferença entre o significado demográfico da instalação dos portugueses na Ásia e na colônia brasileira. Os portugueses não entranharam a sociedade local, porquanto o regime de castas impôs sérios obstáculos à miscigenação. Além disso, seu impacto foi temporalmente circunscrito à primeira metade do século XVI, ao passo que no Brasil, estendeu-se por toda época moderna, com impactos severos sobre a estrutura demográfica do Reino como já indicaram as medidas legais restritivas referidas. A relação direta entre o Império e a retração demográfica em Portugal foi percebida e interpretada pelos contemporâneos, entre os quais Severin de Faria, que atribuía à conquista a falta

26 COUTO, 1995: 276-277.

27 SUBRAHMANYAM; THOMAZ, 1991: 319.

de gente no Reino. Responsabilidade que João Lucio de Azevedo recusa-se a aceitar como única, invocando o intenso fluxo emigratório em direção à Espanha no século XVI, especialmente de artesãos atraídos pelos salários diferenciados que aí se pagava, o que é fácil de se entender pela disponibilidade elevada de recursos monetários provenientes do tesouro americano²⁸.

O padrão demográfico estabelecido nas malhas do Império tem relevância supranacional, ultrapassa a questão meramente local e tem impacto no quadro mais amplo da história demográfica europeia. Assim pensa Albert Silbert, ao conjecturar que, admitindo-se que a população portuguesa tenha tido um crescimento acentuado entre 1527 e 1640, quando passou de um para dois milhões de habitantes – estagnando a seguir por quase um século e voltando a crescer somente a partir de 1730 –, poder-se-ia concluir que o evento migratório para o Brasil foi um dos fatores estratégicos para esta explicar esta revolução demográfica, pois ela evidencia o salto de um milhão de habitantes em aproximadamente um século. Assim sendo, “o impulso migratório”, cujos efeitos pareceram sensíveis em São Paulo e que se traduziu em conflitos entre paulistas e imigrantes portugueses desde começos do século XVIII, “desempenharia talvez o seu papel na estagnação demográfica portuguesa entre 1700 e 1730, autorizando a concluir que “longe de seguir o ritmo de crescimento demográfico da Europa do Noroeste, que só conheceu uma revolução demográfica depois do primeiro quartel do século XVIII, Portugal ter-se-ia antecipado e o Brasil teria sido o primeiro beneficiário”²⁹.

Não apenas uma revolução nos padrões populacionais na ótica dos demógrafos, mas uma significativa transformação na economia colonial propiciada por essa massa de imigrantes integrados ao processo de produção interna vinculada à extração de metais e diamantes.³⁰ “Obviamente, que a maior parte dos portugueses migrados não se tornaria grandes comerciantes, ou integraria as elites senhoriais. A maior parte comporia os “os segmentos de médios e pequenos produtores rurais – escravistas ou não –, médios e pequenos comerciantes, artesãos, soldados entre outras possibilidades abertas às camadas subalternas da sociedade”³¹. Dinâmica populacional-emigracional que está na base do novo padrão de acumulação instalado na colônia e que “determina a intensificação das atividades

28 AZEVEDO, 1947.

29 SILBERT, 1966: 105-120.

30 BALBI, 1822.

31 OLIVEIRA, 2012: 273.

de subsistência”, contribuindo decisivamente para a “fixação do povoamento”³² e seu reposicionamento no território, pois a grande emigração do século XVIII concentrou na região Centro-Sul metade da população total da colônia.

As regras do sistema colonial, vazadas no regime de monopólio, nem sempre foram seguidas à risca pelas autoridades portuguesas. As concessões, quando efetuados, se faziam em face de circunstâncias excepcionais, como, por exemplo, a autorização para que barcos de outras nações, muito especialmente de holandeses, viajassem diretamente para os portos do açúcar no Brasil. Outra regra dourada foi a permissão para a entrada de estrangeiros. Nos inícios da colonização, mais do que o interesse econômico, foi a estratégia política voltada à necessidade de defesa e povoamento do território que instigou as ações do Estado português na América. Tarefa ingente que a minguada população teria que suprir desdobrando-se em afazeres em dois oceanos, nos quais deveria “manter uma fiada imensa de fortalezas nos litorais de dois continentes, o africano e o asiático”³³, além de dar combate ao poderio do Islã no Índico.

Tais liberalidades explicam que, além dos portugueses, a esmagadora maioria, aqui se encontravam refugiados das perseguições religiosas da Europa, sobreviventes das frustradas tentativas de colonização francesa ou holandesa, e um significativo contingente de cristãos-novos, cujo número se elevaria a mais de cinco mil apenas em Pernambuco, no século XVII. Na cidade de São Salvador, no período de 1635 a 1645, representariam entre 10 e 20% da população branca³⁴. Presença estrangeira aumentada no transcurso da União Ibérica, entre 1580 e 1640, período em que “a emigração européia para o Brasil era mais livre e estava aberta a indivíduos de todas as nacionalidades, desde que fosse católico”, o que propiciou o estabelecimento de muitos espanhóis nas partes meridionais, sobretudo nas áreas fronteiriças do Sul pertencentes à Capitania de São Vicente. Nos estertores da dominação espanhola, ingressaram na colônia holandeses e ingleses, infiltração cessada com a Restauração em 1640, quando “a emigração européia para o Brasil esteve uma vez mais restrita a portugueses nativos”³⁵.

Momentos de liberdade e de restrição divergem das formas compulsórias de assentamento. A primeira das quais, por nós referida em artigo que anuncia

32 SANTOS, 1980: 139.

33 CORTESÃO, 1955: 22.

34 NOVINSKY, 1972: 67.

35 MARCILIO, 1999: 320.

esta temática ³⁶, refere-se à emigração forçada de desviantes marginalizados ou enclausurados pelo sistema social, bem como de órfãs ou desvalidas da sorte, cujo número representaria 20% da população branca livre da colônia em 1612, cerca de 10 mil almas, contando-se degredados e mulheres solteiras. Número que representa o clímax de um movimento que é o marco zero da ocupação populacional do território. “Degredados que atizam a imaginação dos historiadores”, os primeiros andarilhos da terra vindos do continente europeu, deles resultando os oito primeiros núcleos de assentamento nas três primeiras décadas, dentre os quais se destacam São Vicente, Cananeia e Porto dos Patos, em Santa Catarina. No conjunto, os “lançados”, aqueles forçados a descer e ficar na terra, comporia um contingente de aproximadamente 300 indivíduos, aos quais se somariam “aventureiros”, atraídos pelo fascínio do lugar. A armada de Tomé de Sousa, além de notáveis, religiosos, militares e emigrantes, trazia também 400 degredados. O instituto do degredo era a ferramenta que alavancava a colonização forçada, manipulada pelo Estado ao sabor das conveniências. Isto explica porque, em determinados momentos, as mulheres condenadas ao degredo no Brasil eram reconvertidas para o degredo nas ilhas de São Tomé e Cabo Verde; ou porque mulheres designadas para o Brasil eram especificamente direcionadas para uma determinada localidade, como o Maranhão, por exemplo.

Necessários, mas nem sempre bem vindos. Duarte Coelho queixou-se diretamente a sua majestade sobre o péssimo comportamento desses emigrantes forçados, pois eram gente que chegavam pobres e nus, “maltratam autoridades, colonos e indígenas, roubam e destroem” e, não hesita em pedir a vossa alteza que “não os mande nunca para cá” ³⁷, e isto num contexto em que a população branca, que já havia alcançado duas mil pessoas, reduzira-se drasticamente ³⁸, mesmo em alguns lugares que, a princípio, se anunciara promissora para a rápida e fácil implantação de colonos. Imagem negativa dos degredados compartilhada por Mem de Sá, que também se dirigiu ao monarca para lembrá-lo que a terra era povoada por degredados, “malfeitores que os mais deles mereciam a morte, e que não tem outro ofício senão ordinar males” ³⁹.

³⁶ “Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas” – Texto apresentado no VII Seminário Internacional “Os Portugueses no Brasil”, realizado na Cátedra Jaime Cortesão, em novembro de 2012.

³⁷ DIAS, 1921-1923: 315.

³⁸ OLIVEIRA, 1999: 254.

³⁹ SERRÃO, 1965: 315.

Muitos desses anônimos malquistos, contudo, tornaram-se figuras históricas notáveis. Tanto Vasco da Gama quanto Pedro Álvares Cabral levaram degredados em suas esquadras para serem lançados à terra, com a finalidade de aprender a língua local e atuar como intérpretes para as futuras expedições ⁴⁰. Caso de Caramuru, na Bahia, do Bacharel de Cananeia e João Ramalho, em São Vicente, figuras decisivas na implantação dos primeiros núcleos de povoamento entre o litoral e o planalto de Piratininga.

Que motivos arrastariam estes pioneiros a tentarem construir uma nova existência em paragens tão longínquas e ignotas? A fantasia do tão decantado paraíso terreal, espaço da liberdade sexual, de mulheres que andavam nuas e não sabiam “negar-se à ninguém”, e até mesmo importunam os homens, “jogando-se com eles nas redes, porque [tinham] por honra dormir com os cristãos”, mulheres cujas “vergonhas tão altas e serradinhas” atraíam os olhares dos homens e a inveja das mulheres brancas portuguesas ⁴¹? Ou o aceno da plena liberdade pela ausência das restrições sobre a relação entre sexos imperantes na Europa da contrarreforma? Ou, talvez, a irrefreável pulsão do desejo criada pela magia dos trópicos que penetrava as emoções, pois aqui se encontrava “o território do não dito, reino dos sentimentos contraditórios, impelidos para o mais recôndito do inconsciente, lá onde os sonhos e mitos se caldeiam; lá onde os desejos e preconceitos se afrontam, dilacerando os homens; lá onde a verdade ousa e o ser emerge; lá onde os destinos se traçam e os indivíduos se revelam. Reminiscências furtivas de errâncias antigas, quando confrontadas com desmedidas vastidões desconhecidas, respondem ao aceno da curiosidade, enleiam-se na força e no sabor da aventura, deixam-se seduzir pelo apelo insinuante da liberdade” ⁴².

Seja como for, os marginalizados, desvalidos, sicários, errantes do nascer do século XVI acabaram por se encontrar nas vastidões meridionais do Brasil. Formaram novas famílias, criaram novos valores, fruto de um processo intenso de aculturação e hibridação. Fundaram uma nova sociedade, lastreada em códigos totalmente outros, acabando por impor-se pela assimilação ou pela força às populações autóctones, dando início às penetrações nos confins do território, sinalizando a tendência dos tempos por vir ⁴³.

40 DONOVAN, 1995: 231.

41 CAMINHA, 1968: 36-40.

42 PINTO, 1992: 49.

43 ARRUDA, 2010: 35.

Entre a emigração forçada dos primeiros tempos, simbolizada pelos degredados, e a e as restrições à emigração livre verificadas no século XVIII, surge uma forma renovada do experimento emigracional. Diferente da experiência dos lançados, mas que guarda certa similitude com o disposto na Carta Régia de 1550, pela qual se mandava noticiar na cidade de Angra e demais vilas do arquipélago açoriano que todos aqueles que desejassem deslocar-se para a Bahia, teriam lugar nas embarcações, receberiam mantimentos, além de terras para cultivar, contra o pagamento mínimo do dízimo. Percebe-se, portanto, que ao mesmo tempo em que combatia a emigração livre para a região das Minas, a Coroa passava a estimular de maneira sistemática uma forma renovada de emigração forçada, agora sim, identificada como uma forma de *colonização organizada*, dirigida e subvencionada pelo Estado.

Uma exceção à regra geral, pois famílias inteiras coletadas nas ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açôres, eram destinadas ao povoamento de zonas periféricas, mas de elevado interesse estratégico, tais como Rio Grande e Santa Catarina, colonização inteiramente subvencionada pelo Estado, que pagava o transporte marítimo e terrestre, fornecia ajuda de custo, ferramentas, animais, sementes, alimentos e a concessão de um quarto de légua em quadro na forma de sesmaria para cada casal, além de ficarem isentos do recrutamento militar se permanecessem no local mais de dois anos, forma de colonização induzida e regimentada implementada a partir de 1746.

Foi neste contexto que “emergiu um padrão de colonização, de uso da terra, de atividade produtiva e de organização social que se diferenciava do resto do Brasil. Aqui, empresas familiares, baseadas em pequenas propriedades e envolvidas na produção de alimentos, quer para subsistência, quer para atender a demandas internas de consumo, foram favorecidas na utilização da mão-de-obra escrava e na produção agrícola para o mercado exportador”⁴⁴. Experiências que não se cessaram com a vinda da Família Real para o Brasil, pois, em 1813, ilheus foram instalados nas Capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Seguro e Espírito Santo, da mesma forma que se promoveu a vinda de mil colonos suíços direcionados e instalados na região de Nova Friburgo, experiência que se replicaria por todo o Oitocentos.

A continuidade em relação à política colonizadora persiste durante todo o século XIX brasileiro. Trata-se do refinamento do mesmo instrumento de ação política arquitetado pela Coroa portuguesa, agora sob a égide do Império

44 MARCILIO, 1999: 321.

brasileiro. Buscava-se estimular a vinda de europeus, cujas preferências recaíam sobre os Estados Unidos, uma forma de compensar o ritmo da natalidade nativa e as possibilidades exíguas da emigração portuguesa, que o Estado português preferia direcionar para suas colônias africanas. No período de 1812 a 1875 foram criadas 144 colônias sob iniciativa do Estado, da Província e de particulares, das quais sobreviveram 77, em sua grande maioria surgida após o ano de 1846. Distribuíam-se por 11 Províncias, somando a população total 101 546 pessoas, das quais 65% localizavam-se nas Províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com ampla maioria de imigrantes germânicos, exatamente aqueles que foram mais estimulados pelo Estado a virem para o Império Brasileiro. Iniciativa que provocou comentários desairosos por parte do historiador Oliveira Martins, por considerar excessivamente altos os custos *per capita* de cada colono alemão, por não se integrarem, por formarem gueto em comunidades fechadas nas quais praticavam a religião protestante, preservavam a língua, os usos, os costumes, e até mesmo os jornais escritos exclusivamente em alemão⁴⁵.

A emancipação política do Brasil não fez esmorecer o elã emigracionista português. A crise política teve curta duração e manifestações espasmódicas no território brasileiro, ficando praticamente circunscritas ao norte e nordeste, sem conflito aberto na sede do governo. Em compensação, a prolongada crise política em Portugal, atravessa os anos 1820 e produz, na sequência, um número significativo de exilados políticos escápulos às perseguições absolutista que encontraram acolhida, ironicamente, no Brasil, onde pontificava um Imperador pouco acessível ao receituário liberal.

Como já dissemos, as partidas anuais médias dos emigrantes portugueses continuaram em torno de quatro a cinco mil anuais, até os meados do século XIX, quando sobreveio o fechamento do tráfico africano, há décadas anunciado pela intransigente e interessada pressão britânica, sinal que o regime escravista tinha estava nos seus estertores. De um número aproximado 330 mil escravos africanos recebidos numa década, entre 1840 e 1850, com médias anuais de 33 000, o afluxo reduziu-se para pouco mais de 3 000 cativos, no ano de 1851. O impacto sobre a imigração portuguesa foi imediato, ainda mais estimulada pela expansão da cafeicultura, de modo geral, e da cotonicultura de modo especial na Província de São Paulo, estimulada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Depois de um arranque falso entre 1855 e 1859, quando foram registrados 10 000 embarques

45 MARTINS, 1953: 146, 148.

rumo ao Brasil, retorna-se ao ritmo anterior. Porém, mensurada num período mais longo, entre 1855 e 1880, a média foi de 9 664 emigrantes/ano, elevando-se a seguir para uma média de 37 000, entre 1881 e 1930.

Os números totais da imigração no período não deixam dúvidas quanto à continuidade da primazia portuguesa. Entre 1851 e 1854 entraram no país 34 873 imigrantes, tendo permanecido 27 692 indivíduos. Na década que se segue, 1855 a 1864, houve um significativo aumento, pois dos 132 079 ingressantes permaneceram 98 994. E deste total, os portugueses eram a grande maioria, 71 499 pessoas, o que dá uma média anual de 7 149, sem que saibamos quantos deles retornaram. Número de retornados que, entretanto, podemos avaliar a partir de uma amostragem significativa da composição das entradas e saídas no Rio de Janeiro, no período de 1864 a 1873 ⁴⁶.

QUADRO N.º 1

Entradas e saídas de retornados no Rio de Janeiro (1864-1873)

Nacionalidades	Entradas	Saídas	Saldo
Portugueses	66 258	32 132	34 120
Italianos	10 651	5 602	5 049
Franceses	6 714	5 032	1 682
Ingleses	6 454	4 188	2 266
Espanhóis	4 107	2 603	1 504
Americanos	3 691	2 309	1 382
Alemães	3 435	2 273	1 162
Outras	2 444	2 101	343

46 MARTINS, 1953: 143.

A amostragem é emblemática. Revela a predominância da imigração portuguesa, mas já assinala a presença significativa dos italianos. Comprova também que a imigração estrangeira fazia do porto do Rio de Janeiro uma escala de passagem rumo a outras paragens. Na amostragem em tela, é evidente que cerca de metade de todos os imigrantes entrados, portugueses, italianos e espanhóis, não permaneciam; o mesmo acontecendo com dois terços dos ingleses, americanos e alemães; o que faz dos franceses o contingente cuja opção prioritária parece ter sido de fato o Brasil, pois dois terços dos que aportavam, ficavam. Surpreendente mesmo é a constatação de que a metade dos portugueses ingressantes havia feito do Rio de Janeiro um porto de trânsito, um trampolim para outros destinos, ou seja, a opção preferencial pelo Brasil já não era mais a mesma dos tempos coloniais, o leque de escolhas havia-se ampliado; não havia mais o poder compulsório do Estado cerceando as opções, isto para não falarmos da opção realmente preferida para todos aqueles que haviam-se enriquecido no Brasil, o retorno a Portugal, os *brasileiros*, que tanto incomodavam os conterrâneos que lá deixaram ficar.

ILAÇÕES FINAIS

Os portugueses instalados no Brasil não se tornam colonos por antecipação. Não se tornam colonos simplesmente porque se alojam em terras coloniais, submetidas ao estatuto de colônia nos quadros da colonização moderna e destinadas a cumprir o seu papel na acumulação originária de capitais. Se assim fosse, seriam colonos antes mesmo do processo efetivo de colonização ter-se iniciado: um caso emblemático de vir a ser. Já seriam, sem nunca ter sido. Nem se tornam colonos simplesmente porque eram portugueses que receberam incentivos oficiais para na terra se instalarem.

Ser colono português no Brasil é uma condição absolutamente original por resultar do processo secular de fusão social e mescla cultural. Um processo intenso de miscigenação e hibridação, que produz um ser misto pelo entrecruzamento étnico, num laboratório de caldeamento genômico equilibrado entre as três vertentes principais que se entrecruzam, que num processo lento, mas persistente, produz já na segunda geração um ser bifronte, um *lusobrasílico* e, na continuidade, os *brasileiros* que já não são mais os *portugueses*, diferenciação que somente nos finais do século XIX começa a se delinear com nitidez.

Condição especialíssima, a de ser português no Brasil, que somente as alterações profundas no sistema social brasileiro ocorrida na segunda metade do século XIX

podem explicar: a crise do sistema escravista e a grande imigração; dois elementos que modificam substancialmente a tradicional acomodação dos lusos entre nós, pois, de um lado eliminava-se o esteio do sistema social e, de outro, diluía-se a presença portuguesa na massa crescente de imigrantes, apesar de ainda se manter com ampla maioria. Portanto, fossem eles nominalmente rotulados colonos, ou (e)imigrantes, em qualquer uma de suas versões, metamorfosearam-se na terra, razão fundamental de sua naturalização perante a massa dos ditos brasileiros e da imagem culta sobre eles elaborada. Motivo pelo qual se pode afirmar que os portugueses no Brasil, se eram colonos antes e tornaram-se imigrantes depois, em nada alterou sua condição essencial, que é a de terem sido por longos séculos os próprios *brasílicos*, na sua feição luso-brasílica, justificando o aforismo “os portugueses éramos nós”.

Afinal, se a imigração portuguesa já não é preponderante, se suas retomadas se fazem ao sabor das conjunturas internacionais específicas, como a que hora se vive, os portugueses continuarão a viver em nós por obra e graça da enraizada tradição cultural que sobrevive no tesouro representado pela língua herdada, que não pode ser deletada porque não pode ser desterrada e, em seu lugar, outra língua criada. Até reinventamos sim, mas sobre a matriz estabelecida, parte constitutiva de nossa autoimagem identitária, de nosso imaginário manifesto num prodigioso coro de vozes e códigos armazenados na língua portuguesa que falamos em nossa versão *brasileira*, dialeto que é a *nossa pátria*, recriação da *língua pátria* de Fernando Pessoa.

Somos “um continente escrito em português, mas num português outro, adoçado pela brisa dos trópicos, [pela] música africana, [pelo] contributo de todos os que o destino aí levou ao longo dos últimos [cinco] séculos”⁴⁷, e daqueles que aqui estavam, as fartas culturas indígenas, língua que não inventamos, mas que, pelo contrário, permanentemente nos reinventa. Não somos, portanto, os filhos ingratos que rejeitam a paternidade linguística e cultural de raiz portuguesa, ao contrário do que afirma Eduardo Lourenço. Não nos imaginamos, nem nos comportamos ou vivemos como se fossemos “filhos de nós mesmos”, como se fossemos uma “nação sem pai”⁴⁸.

Temos uma identidade calcada na matriz portuguesa, matriz fugidia nos dizeres de Vitorino Magalhães Godinho, “país contraditório [pois] foi uma nação

47 LOURENÇO, 1999: 132.

48 LOURENÇO, 1999: 136, 147.

sempre a busca de definir-se e nunca definida, uma sucessão de impérios sempre entrecortados de descolonizações e de movimentos de expansão..., constantemente a realizar-se fora de si próprio..., a definir-se no espaço que não lhe cabe”, que precisa decidir “se realiza a unidade da Nação ou se esvai numa emigração que afunda raízes lentamente, insidiosamente, através de todo o globo”⁴⁹. O Império real consumiu a Nação, resta recriá-la no Império virtual.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe, 2000 – *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARRUDA, José Jobson de Andrade – “Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas”. Texto apresentado no VII Seminário Internacional “Os Portugueses no Brasil”, realizado na Cátedra Jaime Cortesão, 7 a 11 de novembro de 2012.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2008 – “O império tripolar: Portugal, Angola e Brasil”, in SCHWARTZ, Stuart; MYRUP, Erik Lars (orgs.), *O Brasil no Império marítimo português*. Bauru: Edusc.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2010 – *São Paulo nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Poieses/Imprensa Oficial.

AZEVEDO, João Lúcio de, 1947 – *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

BACCI, Massimo Livi, 2002 – “500 anos de demografia brasileira: uma resenha”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 19, n.º 1.

BALBI, Adrien, 1822 – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, compare aux autres Etats de l'Europe, 2 tomos. Paris: Chez Rey et Gravier Librairies.

CAMINHA, Pero Vaz, 1968 – *Carta a El Rey Dom Manuel*. Rio de Janeiro: Sabiá. *Coleção Cronológica de Leis Extravagantes, 1819*, tomo II. Coimbra.

CORTESÃO, Jaime, 1955 – *A Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

COUTO, Jorge, 1995 – *A Construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos.

49 GODINHO, 1982: 12-13.

CURTIN, Philip, 1969 – *The Atlantic slave trade. A census*, apêndice 7. Madison, Wisconsin.

DIAS, Carlos Malheiro (coord.), 1921-1923 – *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III. Porto: Litografia Nacional.

DONOVAN, Bill M, 1995 – “The Discovery and Conquest of the Brazilian Frontier”, in WINIUS, George D. (ed.), *Portugal, The Pathfinder*. Madison, Gulbenkian Foundation.

ENGERMAN, Stanley L., 1986 – “Servants to slaves to servants: contract labour and European expansion”, in EMMER, Pieter (ed.), *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

FREYRE, Gilberto, 2002 – *Casa-grande & senzala*. Madrid: Coleção Archivos.

GEMERY, Henry A., 1986 – “Markets of migrants: English indentured servitude and emigration in the seventeenth and eighteenth centuries”, in EMMER, Pieter (ed.), *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1982 – “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”. *Separata da Revista de História Económica e Social*, n.º 10. Lisboa.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’émigration portugaise (XVe-XXe siècles)”. *Revista de História Económica e Social*, n.º 1. Lisboa.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

MARCILIO, Maria Luiza, 1999 – “A População do Brasil Colonial”, in BETHELL, Leslie (org.), *História da América Latina*, vol. II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Oliveira, 1953 – *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães & Editores.

MAURO, Frédéric, 1986 – “French indentured servants for America, 1500-1800”, in EMMER, Pieter (ed.), *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

MAURO, Frédéric, 1991 – “O Império Luso-brasileiro 1620-1750”, in SERRÃO, Joel; MARQUES, António de Oliveira, (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

NOVAIS, Fernando, 1967 – “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, in *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores de História*. São Paulo.

NOVAIS, Fernando, 1979 – *Portugal e Brasil a Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec.

NOVINSKY, Anita, 1972 – *Cristãos-Novos na Bahia*. São Paulo.

OLIVEIRA, Aurélio, 1999 – “Brasil 1500-1600. Dos ‘Descaminhos’ da Coroa à ‘Desforra’ dos Colonos”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII. Coimbra: Universidade de Coimbra.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de, 2012 – *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*, tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP.

PEDREIRA, Jorge M. 1998 – “As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822)”. *Análise Social*, v. XXXII, n.º 146-147. Lisboa: ICS.

PINTO, João da Rocha, 1992 – “O olhar europeu: a invenção do índio brasileiro”, in PAULINO, Francisco Faria (org.), *Brasil nas vésperas do mundo moderno*. Lisboa: CNCDP.

SANTOS, Corcino Medeiros dos, 1980 – *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

SERRÃO, Joel, 1965 – “Emigração”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

SILBERT, Albert, 1966 – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime (XVIIIe-début du XIXe siècle)*, vol. I. Paris: SEVPEN.

SILVA, Maria Beatriz, 1994 – “Imigração”, in SILVA, Maria Beatriz (coord.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.

SUBRAHMANYAM, Sanjay; THOMAZ, Luis Filipe, 1991 – “Evolution of Empire”, in TRACY, James D, (ed.), *The Political Economy of Merchant empires*. Cambridge: Cambridge University Press.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, 1981 – *Estudos sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa.

VAN DEN BOOGAART, E.; EMMER, Pieter C., 1986 – “Colonialism and migration: an overview”, in EMMER, Pieter (ed.), *Colonialism and Migration; Indentured Labour Before and After Slavery*. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

PORTUGUESES, ESPANHÓIS E ITALIANOS NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS REGISTROS CENSITÁRIOS (1872–1960)¹

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

INTRODUÇÃO

Analisar a presença estrangeira na cidade do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XIX, implica contemplar, essencialmente, indivíduos oriundos da Europa do Sul². Foram estes os que deixaram marcas mais profundas na cidade, constituindo-se em influências decisivas na composição da população, nos usos e costumes e no espaço do pequeno comércio, que se tornou a expressão mais visível do “fazer a América” na cidade-capital³.

Em uma perspectiva histórica de longa duração, essa presença continuada explica porque, até hoje, é possível encontrar muitos imigrantes das três nacionalidades – com destaque para portugueses e galegos – como proprietários de pequenos negócios comerciais, perpetuando no tempo um dos sonhos que acalentou a emigração: o desejo de ascender socialmente através do comércio.

Do português e do galego dos armazéns de secos e molhados, bares, botequins e restaurantes ao espanhol proprietário de hotéis, passando pelo italiano das bancas de jornal, a cidade do Rio de Janeiro deveu parte importante de seu desenvolvimento ao imigrante deslocado das duas penínsulas mediterrânicas mais ao ocidente, promovendo pontes atlânticas entre a Europa meridional e a América do Sul, onde os portos brasileiros tornaram-se importantes locais de chegada e de acolhida.

1 O artigo é resultado de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas com apoio do Prociência-UERJ; do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e taxas de bancada do Programa *Cientista do Nosso Estado* da Fundação Carlos Chagas de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Considerando-se, porém, as três nacionalidades, no tocante à sua distribuição pelo território brasileiro, deve ser dado destaque ao fato dos portugueses dirigirem-se, preferencialmente, para o Rio de Janeiro, enquanto italianos e espanhóis tinham em São Paulo o principal lugar de chegada.

3 O Rio de Janeiro foi capital da Colônia, do Reino Unido, do Império e da República, de 1793 a 1960, altura em que a cidade de Brasília tornou-se o novo Distrito Federal.

OS REGISTROS CENSITÁRIOS E A PRESENÇA ESTRANGEIRA NO RIO DE JANEIRO

Ainda que variadas sejam as fontes que permitem aos historiadores analisar a complexidade em que se constituíram os processos migratórios do passado, algumas análises são melhores desenvolvidas quando a opção recai na escolha de uma determinada documentação. No caso dos estudos voltados para a análise do impacto de uma dada nacionalidade em um determinado espaço, por exemplo, como propõe esse artigo, eles se tornam mais ricos quando contemplamos os censos demográficos como caminho de investigação, ainda que isto não exclua o cotejo com outros tipos de fonte.

É verdade que os censos representam um determinado recorte temporal, mas os estoques populacionais que eles evidenciam ensejam importantes análises no tocante a vários aspectos da imigração em geral, bem como ao peso assumido pelo estrangeiro no todo social. É possível dessa forma, superar, dentre outros aspectos, os problemas advindos de análises centradas nas estatísticas de entrada que, regra geral, que evidenciam uma pequena – quando não inexistente – preocupação em dialogar com os quantitativos de saída. Estes, porém, eram muito significativos, como demonstram os números constantes do *Relatório do Ministério da Agricultura* para os anos 1912-1913, quando ascenderam enormemente os totais de entrada de indivíduos deslocados da Península Ibérica.

QUADRO N.º 1

Entradas e Saídas de Estrangeiros pelo Porto do Rio de Janeiro (1907-1912)

Ano	Entradas	Saídas	Balanco entre entradas e saídas
1907	31 156	22 076	29,46%
1908	46 216	28 457	38,42%
1909	42 763	26 128	38,90%
1910	37 393	22 547	39,70%
1911	72 970	23 260	67,98%
1912	83 054	29 731	64,20%

Fonte: BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura*, 1912-1913, p. 132.

Considerados os limites que afetam outros tipos de fontes, a análise dos estoques populacionais torna-se, assim, importante possibilidade para reflexões acerca da presença de portugueses, espanhóis e italianos na cidade do Rio de Janeiro. Para além de evidenciar a distribuição da população por nacionalidades, os registros disponíveis ensejam, ainda, a possibilidade de análises variadas sobre cada uma de *per si* (composição etária, sexo, profissão e outras), bem como sobre sua distribuição no espaço tomado como referência. Por outro lado, é importante ressaltar que as principais nacionalidades estrangeiras fixadas em território brasileiro eram sempre objeto de maior atenção, destaque e observações pontuais nas contabilizações que eram feitas, permitindo ao pesquisador encontrar indicativos mais explícitos de sua participação na composição populacional e profissional da cidade. É o que nos indica, por exemplo, as explicações preliminares à consolidação dos dados do *Censo de 1940*:

“A classificação segundo as nacionalidades específicas /.../ restringiu-se, em alguns quadros, às discriminações ‘alemã’, ‘espanhola’, ‘italiana’, ‘japonesa’ e ‘portuguesa’, que, pela sua especial importância dos pontos de vista histórico, social e político, foram selecionadas como principais nacionalidades para efeito de confronto entre as diversas Unidades da Federação”⁴.

A história dos recenseamentos no Brasil acompanhou, de forma muito próxima, as mudanças e crises que compõem a história política brasileira. Cabe lembrar, nesse sentido, a forma pela qual a contagem da população aperfeiçoou-se em decorrência das necessidades postas pela evolução dos mecanismos eleitorais, a partir da segunda metade do Oitocentos. Deve ser pontuado, ainda, que as tensões que acompanharam a história política republicana foram responsáveis por descontinuidades na periodicidade (10 anos) instituída para a realização dos recenseamentos ao início do período republicano, que implicaram a existência de algumas significativas lacunas no processo.

A primeira contagem geral da população brasileira data da segunda metade do século XIX. Até então os levantamentos numéricos eram realizados com base em listas paroquiais que eram enviadas aos governos provinciais para consolidação e posterior encaminhamento ao Governo Central, o que nem sempre ocorria. Com o

4 *Censo de 1940*, p. XVI. Grifos nossos.

advento do Segundo Reinado (1840) e o estabelecimento do regime parlamentar impôs-se a necessidade da criação de bases que pudessem garantir maior confiabilidade aos sistemas eleitorais, o que pressionou por mudanças e levou ao abandono das estratégias censitárias até então utilizadas.

Em 1871 decreto federal determinou, pela primeira vez, a realização de um recenseamento global da população do país, o que se efetivou no ano que se seguiu. Os resultados obtidos indicaram não só a presença de um significativo contingente de escravos – quando todas as repúblicas latino-americanas já tinham posto fim à escravidão – quanto apontaram para uma quantidade expressiva de estrangeiros, fixados, principalmente, na capital, então o principal porto de entrada no Brasil⁵.

Dezoito anos separaram o censo imperial de 1872 do primeiro realizado sob o regime republicano. Este último, realizado no ano de 1890, merece algumas importantes observações quanto à conjuntura na qual foi realizado. Em primeiro lugar, deve ser pontuado que não havia mais escravos no Brasil, pouco menos de um ano antes da proclamação da República, maio de 1888⁶. Por outro lado, a contagem da população antecedeu o período de imigração massiva conhecida como Grande Imigração (1890-1914), embora, nos resultados publicados já estejam incluídos significativos contingentes provenientes de áreas rurais, em decorrência da expansão das linhas ferroviárias pela Europa do sul. Em termos do deslocamento de portugueses do norte para o Brasil, por exemplo, deve ser lembrada a importância assumida no processo de deslocamentos pelo ramal do Douro que, serpenteando ao longo do rio, uniu o interior aos portos de embarque⁷.

Apesar da determinação republicana no sentido da realização de censos a cada dez anos, um novo recenseamento só seria realizado trinta anos depois, em 1920. Dificuldades de diversas ordens, com destaque para a instabilidade política, tinham impedido a realização dos censos previstos para 1900 e 1910. Com relação especificamente ao Rio de Janeiro, registre-se a realização de um censo

⁵ Segundo os dados consolidados, a população da capital totalizava 274 972 indivíduos. Dentre estes, 226 033 eram indivíduos livres (já computados escravos alforriados e libertos no ventre) e 48 939 eram escravos. No conjunto da população livre, um total de 73 310 indivíduos, cerca de 1/3 da população, estava constituído por estrangeiros, sendo 56 008 homens e 17 302 mulheres.

⁶ A escravatura conheceu um processo de abolição gradual, a partir do término do tráfico negreiro (1850 e 1854). Em 1871, a Lei do Ventre Livre tornou livres os escravos nascidos da data do decreto em diante. Quatorze anos depois, em 1885, entrou em vigor a Lei dos Sexagenários e, finalmente, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea deu liberdade a todos os escravos, um ano apenas antes do fim do Império.

⁷ O ramal do Douro atingiu Ponte D'Alba, na fronteira com a Espanha, no final do século XIX, possibilitando ligações com Salamanca.

comercial e industrial no ano de 1906, mas a consolidação dos dados, no tocante à população, apresentou várias imprecisões e distorções.

O Censo de 1920 contou com uma metodologia mais apurada, principalmente com relação a uma definição mais precisa das profissões. Dessa forma, pôde não só corrigir algumas distorções anteriores quando se deter na análise de questões consideradas importantes ao desenvolvimento do país, evidenciando, por exemplo, uma preocupação visível com a questão da divisão social do trabalho.

Segundo os resultados obtidos, a população da cidade do Rio de Janeiro quadruplicara em um espaço de tempo de apenas três décadas, alcançando um total de 1 157 873 indivíduos, dos quais 239 129 (20,65%) eram estrangeiros. Ainda que se mantivesse a esmagadora presença portuguesa nos totais relativos aos imigrantes, registrava-se já uma participação significativa de espanhóis e italianos na cidade-capital, embora estas duas últimas nacionalidades tivessem a orientação de seus fluxos direcionados, principalmente, para a cidade de São Paulo.

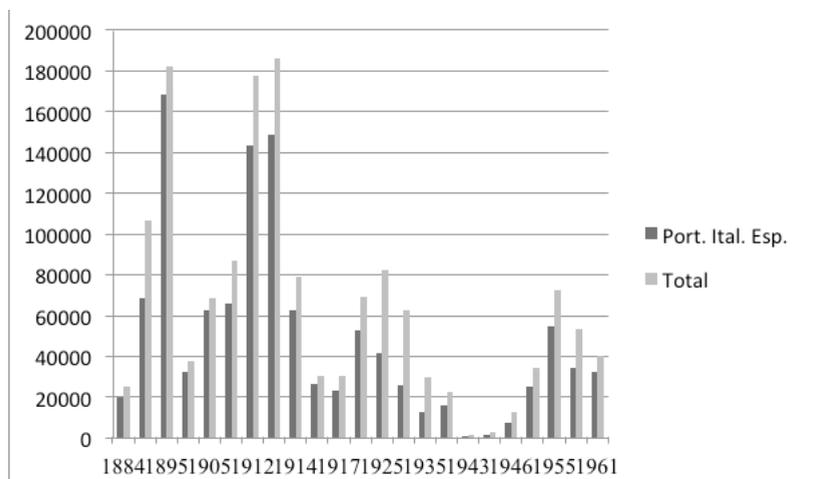
Novas instabilidades viriam a impedir a realização do censo previsto para o ano de 1930, momento em que findava a Primeira República para dar início aos 15 anos ininterruptos do governo de Getúlio Vargas. Dessa forma, um novo censo só seria realizado em 1940, quando o estabelecimento de cotas de entrada (1934) já fazia sentir seu impacto e políticas anti-imigrantistas expandiam-se pelo ocidente⁸.

A partir de então, os recenseamentos guardaram o distanciamento previsto no alvorecer do século e nunca cumprido: dez anos. Com relação aos censos de 1950 e 1960, ocorridos no contexto de pós Segunda Guerra, eles demonstram a significativa evolução ascendente dos fluxos direcionados para o Brasil, cujo pico estatístico foi atingido em 1952. Bem sabemos que o pós-1945 foi uma conjuntura de deslocamentos, em parte de populações destroçadas pelas crises que acompanharam o fim da guerra. Nessa panorâmica, o Brasil tornou-se, mais uma vez em sua História, promessa de futuro, possibilitando a reativação de antigas cadeias⁹ e a organização de novas relações entre o “cá” e o “lá”.

8 Importante destacar que os portugueses, rapidamente recuperaram privilégios, a partir da tese de que a população brasileira tinha raízes lusitanas.

9 Segundo os autores que forjaram ou reatualizaram o conceito, este pode ser definido como processo através do qual futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidade em uma determinada região, tem acesso aos meios para a viagem e obtém auxílio para a instalação inicial e obtenção de um primeiro emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores. Ver, dentre outros, DEVOTO, 2003.

GRÁFICO N.º 1
Entrada de Estrangeiros no Brasil (1884-1961)



Fonte: BRASIL IBGE. Imigrantes segundo algumas nacionalidades. Gráfico da autora.

Em um cenário no qual os estrangeiros tinham expressiva participação na constituição da população, sua distribuição por nacionalidade indicava que a maioria incontestável deles estava composta por imigrantes deslocados da Europa de Sul. Podemos mesmo considerar que o deslocamento das três nacionalidades condicionou o próprio ritmo das entradas de imigrantes no país, sendo poucos os anos nos quais os fluxos direcionados de Portugal, Itália e Espanha mantiveram-se abaixo do relativo às outras nacionalidades, como em 1890 ou na conjuntura enquadrada pelos anos de 1925 e 1927. Considerado o conjunto formado pelas três nacionalidades mencionadas, os portugueses foram aqueles que, ao longo do período, lideraram o movimento, com exceção de poucos momentos de descontinuidade nesse processo, como foi o caso da entrada de italianos no ano de 1895¹⁰.

No tocante à imigração italiana, os anos de 1888, 1891 e 1895-1897 representaram os anos de imigração massiva mais expressiva, com patamares colocados acima de 95 000 entradas: 104 353 em 1888, 132 326 em 1891, 97 055 em 1895, 96 505 em 1896 e 104 510 em 1967. Quantitativos como esses, porém, nunca mais se repetiram e os números não ultrapassaram o total de 30 000 entradas a partir de 1903.

10 Nesse ano, 97 344 italianos entraram no país, enquanto os portugueses foram 36 055.

No caso espanhol, os picos são menos expressivos do que aqueles que afetaram as entradas de portugueses e italianos. O ano de 1893, porém, destaca-se dentre todos, por registrar o maior número de emigrados deslocados da Espanha: 38 998 indivíduos¹¹.

Com relação aos portugueses e espanhóis, uma conjuntura em particular merece destaque: aquela que compreende os anos de 1910 e 1914, com ocorrência de picos numéricos em 1912 e 1913, quando graves conturbações políticas e econômicas sacudiram a Europa do Sul¹², conforme ilustra a tabela que se segue, que demonstra o crescimento numérico na entrada de indivíduos deslocados das Penínsulas Ibérica e Italiana.

QUADRO N.º 2

Entrada de Estrangeiros (1910-1914)

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses
1910	20 843	14 163	30 857
1911	35 492	31 785	76 530
1912	41 064	30 886	76 701
1913	18 945	15 542	27 935
Totais	116 344	92 376	212 023

Fonte: BRASIL. IBGE. Entrada de Imigrantes segundo as nacionalidades. Gráfico da autora.

Analizando-se o movimento descrito no tempo pelos números referentes às entradas de estrangeiros em território brasileiro, é possível perceber a drástica redução das entradas em três momentos principais: o período da Primeira Grande Guerra, os anos que se seguiram à implantação das cotas de entrada (1934) e a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Em 1943, por exemplo, entraram no país apenas nove espanhóis, um italiano e 146 portugueses. Os números, porém, voltaram a subir a partir do final da guerra e, no ano de 1955, já alcançavam o total de 11 338 espanhóis, 13 408 italianos e 13 062 portugueses.

11 A elevação dos números relativos a "outros" em determinados anos explica-se pelo incremento de entrada de algumas nacionalidades; caso dos em 1933 e 1934, dos russos em 1890 e de outras nacionalidades, não discriminadas, em de 1924 a 1930.

12 Sobre a entrada de portugueses no Brasil em 1912, ver MENEZES, 2009: 237-247.

Os números de entrada de estrangeiros no país, em uma perspectiva temporal, são importante referencial para a análise dos estoques existentes nos momentos de contagem da população, tendo em vista permitirem uma melhor percepção do impacto de determinadas conjunturas e as discontinuidades que elas impõem ao processo. Considerado o ano de 1940, por exemplo, é possível observar, nos números censitários, a diminuição nos quantitativos relativos à imigração; em parte como resultado das cotas de entrada instituídas em 1934; em parte como resultado das dificuldades trazidas pela Guerra de 1914 e pelos “vinte anos de crise”¹³ que separaram as duas grandes guerras reduzindo consideravelmente os percentuais relativos às nacionalidades objetos do presente artigo.

QUADRO N.º 3

Espanhóis, Italianos e Portugueses no Rio de Janeiro segundo os Censos de 1920 e 1940

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	População
1920	15 125 (1,30%)	19 175 (1,65%)	141 098 (12,18%)	1 157 873
1940	11 459 (0,62%)	18 439(0,99%)	146 940 (7,95%)	1 847 857

Fonte: BRASIL. IBGE. *Censos de 1920 e 1940*. População do Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). Quadro organizado pela autora.

A retomada dos fluxos, a partir do final da guerra, por outro lado, refletiu-se nos números contabilizados no Censo de 1950 e, principalmente, no de 1960 (quadro n.º 4), repercutindo diretamente na elevação dos estoques populacionais relativos às três nacionalidades destacadas. Os percentuais relativos ao todo da população, porém, não se elevaram, em virtude de terem crescido as naturalizações e, principalmente, porque intensificaram-se determinados fluxos internos, direcionados, principalmente, para cidades do centro-sul do país, com destaque para São Paulo e para o Rio de Janeiro.

¹³ A referência é ao título do livro de Carr, que analisa as relações internacionais no Entre Guerras. Ver CARR, 2001.

QUADRO N.º 4

Espanhóis, Italianos e Portugueses no Rio de Janeiro

Censos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Total da População
Censo de 1920	15 125	19 175	141 098	1 157 873
Censo de 1940	11 459	18 439	146 940	1 764 141
Censo de 1950	-	-	-	2 377 451
Censo de 1960	17 274	17 773	161 228	3 281 908

Fonte: BRASIL. IBGE. *Censos de 1920 e 1940*. População do distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). Quadro organizado pela autora.

Seja qual for a nacionalidade objeto de estudo, os números relativos aos estrangeiros ganha outra dimensão quando analisamos, em paralelo, a opção pela naturalização, considerando-se que esta acarretava, em última instância, a adoção formal de uma nova identidade: a de brasileiro naturalizado. Em alguns casos e em alguns momentos, esse processo foi altamente significativo, relativizando, em muito, o verdadeiro estoque populacional formado por indivíduos nascidos em terras estrangeiras.

QUADRO N.º 5

Naturalizações concedidas segundo os países de nacionalidade (1888-1964)

Anos	Espanhóis	Italianos	Portugueses	Outros
1888-1899	106	126	803	584
1900-1909	238	985	1.195	464
1910-1919	167	175	1.088	324
1920-1929	244	500	3.804	2.056
1930-1939	611	989	5.564	4.247
1940-1949	2.180	3.522	8.548	6.613
1950-1959	841	2.376	4.957	29.509
1960-1964	839	1.349	3.691	13.122

Fonte: BRASIL. IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil de 1968*, p. 29. Quadro organizado pela autora.

Observando-se os números constantes da tabela acima, algumas questões merecem destaque. Dentre as três nacionalidades destacadas, por exemplo, os portugueses, considerando-se seu peso quantitativo, têm percentuais menos expressivos que outras nacionalidades (ver quadro abaixo, relativa ao Censo de 1940). Com relação a determinadas conjunturas, por outro lado, como é o caso dos anos que enquadraram a Segunda Guerra Mundial, é possível observar um expressivo aumento no processo de naturalizações, principalmente por parte de nacionalidades mais diretamente envolvidas com o conflito. A guerra e as tensões políticas que a acompanhavam são uma explicação plausível para essa tendência. Nesse contexto, naturalizar-se podia significar manter-se afastado do conflito, sem o risco da convocação militar ou de possíveis retaliações em solo brasileiro.

QUADRO N.º 6

Estrangeiros e Brasileiros Naturalizados (Censo de 1940)

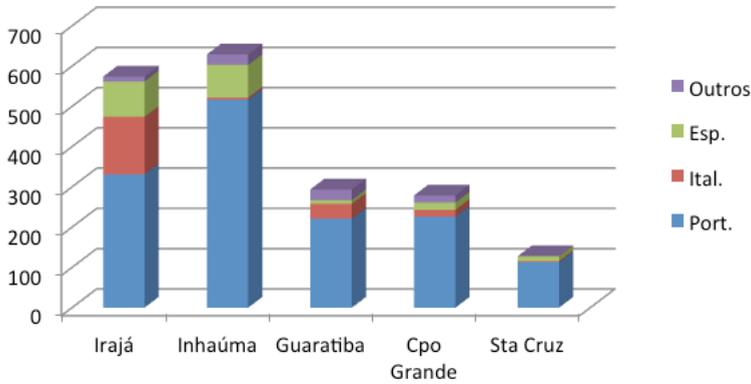
	Espanhóis (c/Andorra)	Italianos (c/ Vaticano e S. Marino)	Portugueses
Estrangeiros	76 793	146 544	218 135
Naturalizados	12 643 (14,13%)	40 181 (21,51%)	25 983 (10,64%)

Fonte: BRASIL. IBGE. Censo de 1940 – Estrangeiros e Brasileiros naturalizados segundo os países de nacionalidade, p. 17. Quadro organizado pela autora.

Com relação à dispersão geográfica dos imigrantes na cidade do Rio de Janeiro, é possível observar que portugueses, italianos e espanhóis tenderam a acompanhar a expansão da malha urbana. No caso dos portugueses, em especial, estes registram a maior dispersão pelas diferentes circunscrições da cidade, fazendo-se presentes não só na região central da cidade, mas também em freguesias (distritos ou bairros, dependendo da época), incluindo-se áreas rurais e pesqueiras, como demonstram dados registrados pelo Censo de 1890.

GRÁFICO N.º 2

Portugueses, Italianos e Espanhóis em circunscrições distantes (1890)



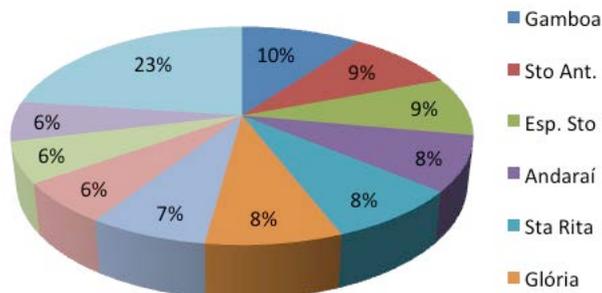
Fonte: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Censo de 1890. Gráfico da autora.

Considerados os bairros citados no gráfico (gráfico n.º 2), é importante destacar que todos eles distam hoje cerca de uma a uma hora e meia do centro da cidade (consideradas as vias de acesso atuais), demonstrando que o pequeno comércio de base estrangeira, com destaque para os portugueses ligados ao comércio de alimentos, estava presente por toda a cidade. Para além dos subúrbios de Irajá e Inhaúma, a presença portuguesa e, em menor escala, italiana e espanhola, destacava-se em regiões caracterizadas como áreas de fronteira agrícola (Campo Grande e Santa Cruz) ou da pesca (Guaratiba). Apesar da baixa concentração populacional nessas regiões, portanto, a presença de indivíduos deslocados da Europa do Sul tinha registro significativo.

Situando-se, especificamente, o caso português, sua grande dispersão fica evidenciada no gráfico que se segue (gráfico n.º 3), que não indica concentrações díspares, ilustrando importantes percentuais de sua presença tanto na área central da cidade quanto nos eixos de expansão norte (Andaraí) e sul (Lagoa). Consideradas as regiões indicadas, os percentuais situam-se entre os 10 e 6%, registrando, portanto, grande dispersão.

GRÁFICO N.º 3

Distribuição espacial dos portugueses (1890)

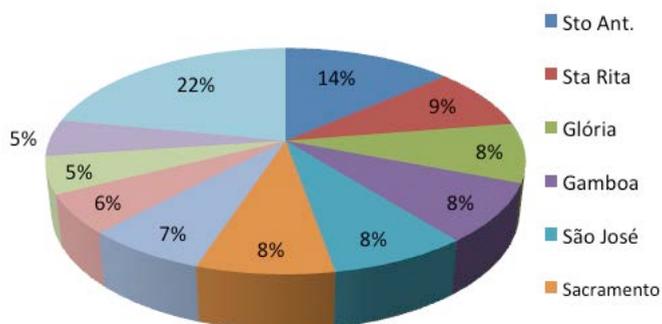


Fonte: BRASIL. IBGE. Censo de 1890. Gráfico da autora.

Comparando-se a dispersão registrada no caso dos portugueses com aquela relacionada aos espanhóis (gráfico n.º 4), observamos que estes apresentam-se distribuídos menos uniformemente, registrando concentração maior na área central da cidade, com uma grande presença no distrito de Santo Antonio.

GRÁFICO N.º 4

Distribuição espacial dos espanhóis (1890)

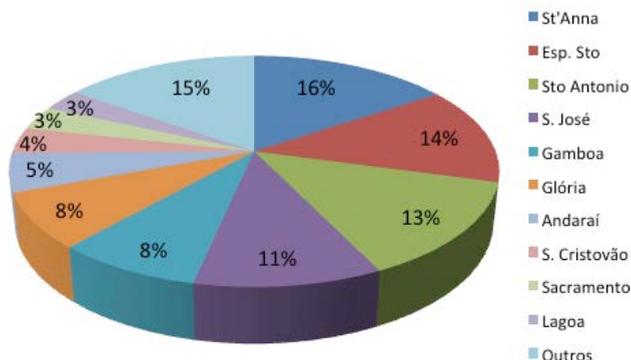


Fonte: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Censo de 1890. Gráfico da autora.

No caso italiano, a concentração também se faz mais impactante no centro da cidade, com destaque para os distritos de Sant' Anna, Espírito Santo, Santo Antonio e São José.

GRÁFICO N.º 5

Distribuição espacial dos italianos (1890)



Fonte: BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Censo de 1890. Gráfico da autora.

Observando-se a distribuição apontada nos censos e demonstrada nos gráficos acima, é possível concluir que um fator explicativo para essa dispersão, no caso de portugueses e espanhóis (principalmente os galegos)¹⁴, era sua vocação para o pequeno comércio voltado para a comercialização de alimentos, imperiosa em toda parte. Dessa forma, o estrangeiro, principalmente o português do armazém, quitanda, padaria, botequim e açougue da cidade era sempre presença obrigatória no espaço comercial da cidade. Considere-se, em acréscimo, que a transformação do sonho do estabelecimento do negócio próprio só se fez possível, na maioria esmagadora dos casos, em subúrbios distantes.

¹⁴ Os galegos representavam a maior presença espanhola na cidade do Rio de Janeiro. Sobre os galegos na cidade, ver SARMIENTO, 2006.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BRASIL. AHI (Arquivo Histórico do Itamarati). Censo de 1872.

BRASIL. AHI. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil*, realizado em 1890.

BRASIL. AHI. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1960. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. XVI.

BRASIL. Relatórios Ministeriais. *Relatório do Ministério da Agricultura de 1912-1913*.

CARR, E. H., 2001 – *Vinte anos de crise. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais (1919-1939)*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

DEVOTO, Fernando, 2003 – *La inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.

MENEZES, Lená M. de Menezes, 2009 – “A ‘onda’ emigratória de 1912: dos números às trajetórias”, in SOUSA, Fernando, et al, *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPESE.

SARMIENTO, 2006 – *O outro Río: A Emigración galega a Río de Xaneiro*. Rio de Janeiro: Santa Comba (A Coruña), Tres Ctres.

PORTUGUESES E INGLESES NO PORTO DE MANAUS (1880–1920)

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

INTRODUÇÃO

Há mais de uma década temos trabalhado com a perspectiva de empreender novas leituras da dinâmica histórica da cidade de Manaus, em especial vendo-a pela ótica de alguns de seus construtores anônimos, cujas vivências, em conflito, faziam da cidade um verdadeiro caldeirão de contradições e possibilidades. Nosso olhar, direcionado especialmente para os estivadores e demais trabalhadores portuários de Manaus da virada do século XIX para o XX, tem revelado a pressão segregadora que os expurgava para espaços restritos, vigiados e controlados por posturas hierarquizantes e moralizadoras, a consolidar múltiplas linhas divisórias – de cidadania, dependência econômica, alfabetização, etc. – que consagravam aos trabalhadores portuários sua dimensão de deserdados do látex em plena “cidade da borracha”.

Procuramos mostrar o papel ativo que estes sujeitos sociais desempenharam, intervindo na cena histórica e pondo em campo seus valores, muitas vezes em contradição com os que lhes cobravam obediência irrestrita. Assim, se suas vivências traziam as marcas da dominação e cooptação, traziam também as de transgressões e resistências.

Um traço relevante nessa história foi o da cristalização de estereótipos extremamente depreciativos que os próprios trabalhadores do porto não conseguiram reverter de todo e o senso comum guardou vigoroso até os dias atuais. Sem qualificação e níveis educacionais dignos de nota, os portuários – e os estivadores em especial – viam-se associados à verdadeiros burros de carga. Embrutecidos e rudes, suas práticas e sociabilidades tendiam ao turbulento submundo de cortiços, bebedeiras, jogatinas, cafetões, prostitutas e, claro, forças policiais.

Em boa medida, a retenção exclusiva das vozes da dominação e da repressão pela memória social contribuiu para que essas marcas identitárias se fixassem com muita rigidez, o que torna urgente investigar melhor as múltiplas dimensões daquelas vivências no passado, pondo-as em confronto com as imagens estereotipadas do presente.

MANAUS E A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E INGLESA

Um primeiro confronto pode partir da reavaliação de uma suposta fragilidade e inconsciência política associada aos trabalhadores portuários. Com efeito, politicamente, entre 1880 e 1920, estivadores e trabalhadores portuários de Manaus desenvolveram uma trajetória de organização, reivindicação e luta que não pode ser reduzida nem a imagens de apatia, nem a um rosário de derrotas. As pesquisas apontam para uma luta intensa pela redução da jornada diária de trabalho e pelo estabelecimento do processo associativo, consolidando um sindicato que se manteve atuante nas décadas seguintes.

Dessa forma, os trabalhadores do Porto de Manaus impuseram-se enquanto categoria organizada frente a um patronato pouco propenso ao diálogo e à aceitação destes organismos sindicais. Um exemplo do vigor dessa atuação pode ser percebido a partir do confronto com a *Manáos Harbour*, concessionária inglesa dos serviços portuários da cidade e maior empregadora dessas categorias. Em regra a *Harbour* recusava-se a equacionar as situações de greves e enfrentamentos diretamente com as associações dos estivadores, preferindo recorrer aos poderes públicos e às entidades patronais, mas em diversas oportunidades (1899, 1911, 1913, 1917, 1919, 1923 e 1925) viu-se obrigada a ceder à pressão das associações dos estivadores, firmando com elas acordos visando o fim dos movimentos paredistas. Na prática, as patronais não só reconheciam a existência das associações e sindicatos operários, como também reconheciam sua força.

A própria trajetória associativa dos estivadores – de associações beneficentes e mutualistas a sindicato – foi fruto de um processo interno de luta e reflexão, muitas vezes externadas em dissidências flagradas pela documentação¹. Contudo, essa dinâmica interna transformou, quase sempre, o rumo dos movimentos paredistas,

¹ PINHEIRO; 2003.

ampliando-os para além dos limites onde seria possível sofrer um controle ou direcionamento externo².

Muitas conquistas (como as salariais) foram, com efeito, bastante efêmeras e influíram para que não houvesse uma melhoria significativa nas condições materiais de existência dos estivadores ao longo do período. Todavia, há que se indagar acerca da importância delas à médio e longo prazo não só para consolidar uma tradição de luta e respeitabilidade política, como também para demarcar limites mínimos e garantias, como a segurança contra acidentes, integridade do salário frente às multas, redução da jornada noturna ou ainda o custeio dos tratamentos de saúde pelos patrões. É bastante provável que dada a recorrência com que na greve eram reivindicados certos direitos, os patrões se sentissem tentados a evitar o confronto, cedendo-os de forma irreversível.

O caminho da pesquisa acabou por nos levar a inquirir dimensões da composição e vivência desses trabalhadores urbanos, a luz de novas categorias de análise, como no caso das que se ligavam as distinções étnicas no interior do mundo do trabalho urbano de Manaus em sua mais fase mais dinâmica (1880-1920). Assim, enveredamos pelos caminhos dos deslocamentos humanos, buscando mapear, potencializar e perceber a importância do estudo da composição étnica no interior da classe trabalhadora, para além dos temas mais tradicionais, como a do peso da contribuição do estrangeiro para a conscientização e organização da classe operária. Precisamos investigar também “aprofundando o problema da construção da identidade de classe em meios as instabilidades sociais, espaciais que caracterizam os deslocamentos populacionais”³.

Um recente artigo de Isabel Bilhão propondo a feitura de um balanço da “discussão relacionada à construção da identidade operária nos estudos da história operária brasileira”⁴ ressalta a pertinente observação de Alexandre Fortes, que observava a

“sobreposição da relações interétnicas e de classe em uma população de trabalhadores formada por meio de um diversificado fluxo migratório... Dessa análise, salientam-se as discussões acerca da forma como esses operários precisaram conviver e definir seus

² Foi o que ocorreu, por exemplo, em janeiro de 1911, quando aproximadamente dois mil estivadores e carroceiros, tomando ciência de um acordo de cúpula entre patrões e a diretoria da sua associação que punha fim a sua greve, não apenas rechaçam o acordo, mas ainda destituíram a diretoria, mantendo a greve e suas reivindicações. *Jornal do Comércio*, 6 de janeiro de 1911.

³ BATALHA; SILVA; FORTES, 2004: 19.

⁴ BILHÃO, 2010: 218.

espaços sociais e culturais na cidade, em momentos marcados pela emergência de conflitos internacionais no período entre as guerras”⁵.

A História Social da Amazônia quando relacionada ao período de expansão e crise da economia gumífera de fins do século XIX e primeiras décadas do XX, registrou com bastante ênfase o fenômeno dos deslocamentos populacionais, mas o fez localizando, quase que exclusivamente, o fluxo migratório de nordestinos – cearenses e potiguares em sua maioria – em demanda aos seringais no imenso sertão amazônico. Em contraste, jogou um pouco de sombra e silêncio, como sugere Franciane Gama Lacerda⁶, para com os migrantes que tinham por destino, não a floresta, mas as cidades amazônicas, como Belém e Manaus. Esta última, particularmente, viu-se transformada num processo avassalador que elevou em dez vezes sua população em pouco mais de 20 anos. Esse incremento populacional se fez, portanto, basicamente ancorado nos aportes de população nacional e estrangeira atraída pela abertura de oportunidades geradas pela borracha regional e sua alta valorização no mercado mundial.

Como salientou Hermenegildo de Campos⁷, junto com as levas incontáveis de nordestinos, destinados majoritariamente aos seringais, todos os dias aportavam em Manaus, gaiolas e navios provenientes dos quatro cantos do globo, trazendo com eles não apenas ingleses, franceses, italianos, mas também turcos, judeus, libaneses e sírios, que, inversamente, tendiam a se estabelecer na cidade, abrindo empreendimentos comerciais ou assumindo postos de trabalho os mais diversificados, indo dos cargos de chefia, gerenciamento e direção das firmas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos, até o trabalho braçal nos armazéns portuários.

Reproduzindo no contexto local o mesmo fenômeno apresentado em outras áreas do país, Pará e Amazonas também vivenciaram uma segunda imigração de portugueses, em dimensões bastante significativas, lançando-se ao comércio varejista, e a diversos serviços e ocupações portuárias.

Como trabalhadores do porto e como tantos outros deserdados do látex, participaram da aventura do capital na selva amazônica, materializada principalmente pelo trabalho de suas mãos calejadas e de seus ombros esfolados. Sofreram com a falta de oportunidades de empregos, com os baixos salários e com

5 BILHÃO, 2010: 228-229.

6 LACERDA, 2010: 20.

7 CAMPOS, 1988.

um custo de vida elevado, muitas vezes maior que o das outras cidades brasileiras, tornando difícil encontrar moradias baratas, custear a saúde, transporte, vestuário e alimentação, sem falar das dificuldades para o descanso e o lazer.

Um conjunto de referências documentais nos tem permitido argumentar que o trabalho portuário e, em especial a estiva, articulou, em polos distintos e antagônicos, dois importantes segmentos de migrantes estrangeiros (portugueses e ingleses), que se juntavam ao contingente maior de trabalhadores nacionais.

Uma importante referência veio da constatação de que as grandes firmas que atuavam no porto de Manaus, como a *Manãos Harbour Limited*. Concessionária dos serviços portuários, era administrada pelo capital inglês e mantinha apenas ingleses no comando e gerenciamento da firma, enquanto empregos e trabalhos intermediários eram assumidos por estrangeiros de outras nacionalidades e, em menor escala, por trabalhadores nacionais. A se levar em consideração o discurso operário da época, na base a situação não era diferente, já que os trabalhadores nacionais queixavam-se continuamente que a firma inglesa recrutava trabalhadores para a estiva primeiramente entre os estrangeiros recém-chegados à cidade, propiciando-lhes, inclusive, o pagamento de salário fixo mensal, algo excepcional no trabalho da estiva, já que, como argumenta Maria Lúcia Caira Gitahy, esta atividade laboral estava mundialmente associada à modalidade de trabalho mais conhecida como *closed shop*⁸.

Os registros não indicam números precisos desses estivadores especiais, embora, em momentos específicos, pareçam ter chegado a algumas centenas, como adiante se verá. Sua incorporação parece estar associada à estratégia patronal de enfrentamento das “paredes”, cada vez mais frequentes naquele período (1911). Sabemos, a partir da própria fala patronal veiculada na imprensa, que tais trabalhadores escolhidos entre aqueles que apresentavam maior robustez física, aspecto sadio e que possuísem aptidão para o serviço. Dadas as limitações e precariedades das acomodações (que incluíam embarcações ancoradas no porto), dava-se preferência aos solteiros e sem família residentes na cidade⁹. Em geral, eram de nacionalidade estrangeira, quase todos portugueses. Uma vez alojados nessas embarcações, recebiam alimentação e um salário mensal, sendo empregados em atividades de estiva específicas e, dada a sua extrema dependência ao patronato, eram largamente utilizados durante as greves da categoria¹⁰.

8 GITAHY, 1992: 106.

9 *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1911.

10 PINHEIRO, 2003: 67-68.

Com relação à categoria dos estivadores amazonenses é preciso argumentar que sua composição étnica é um indicador difícil de precisar, embora possamos argumentar com segurança terem sido compostos majoritariamente de migrantes nordestinos e de trabalhadores locais. Embora menor, o percentual de portugueses mostrava-se considerável – a se levar em consideração as referências fragmentárias veiculadas na imprensa –, devendo responder por algo em torno de 10 a 20% do total no período de máxima atividade portuária (1909-1912). Assim, de acordo com o *Jornal do Comércio*, dos 420 estivadores contratados pela *Manãos Harbour*, 36 eram de nacionalidade portuguesa, assim como outros 40 que a empresa contratar pouco antes¹¹.

Repetia-se em Manaus com a presença lusitana, uma tradição presente em quase todos os portos do Brasil e do mundo. Com efeito, é sabido que desde finais do século XIII, Portugal tornou-se um centro de comércio marítimo ativo que fez desenvolver e consolidar profissões ligadas as atividades portuárias. Desde aquela época a presença de marítimos (pilotos, taifeiros, etc.) e estivadores portugueses nos portos do mundo inteiro tornou-se frequente¹². Em cidades como Manaus, onde havia a precedência do domínio colonial português e onde também se formara, por força de novos processos migratórios, uma forte comunidade lusitana, era de se esperar que essa presença fosse bastante incisiva.

A comunidade portuguesa ampliou-se cada vez mais com a expansão da economia gumífera e novos migrantes oriundos de Portugal chegavam todos os dias à Manaus. De longa data os portugueses controlavam boa parte do comércio lojista, de padarias e mercearias. A tomar-se como verdadeira a afirmação do cônsul português em 1916, a “colônia portuguesa em Manaus [possuía] mais de metade da propriedade urbana, que [rendia] anualmente a Portugal cerca de mil contos fortes”¹³. Vinte anos antes, outro cronista português, Lourenço da Fonseca, já registrava essa primazia, argumentando que “dos seus 25 000 habitantes, talvez um terço seja de estrangeiros, a maior parte filhos de Portugal”¹⁴. Esse fato é posteriormente (1907) corroborado por Hermenegildo de Campos: “Quanto à nacionalidade da população na capital podemos calcular perto de 10 000 estrangeiros para 50 000 brasileiros. A maior colônia é a dos portugueses, avaliada por competentes em 5 000”¹⁵.

11 *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1911.

12 ALBUQUERQUE, 1983: 66.

13 SIMÕES, 1916:120.

14 FONSECA 1985: 95.

15 CAMPOS, 1988: 101.

A presença portuguesa era particularmente significativa no controle dos empreendimentos comerciais do varejo, e parte significativa dos empregados desses estabelecimentos também eram de origem portuguesa, configurando a expressiva “classe caixeral” manauense. Com efeito, repetia-se no Amazonas uma especialização já observada em outras localidades do país, pelo menos desde a Independência, como se pode perceber pelo trabalho de Fabiane Popinigris, para quem “durante todo o século XIX, a preponderância de portugueses foi inconteste e, mesmo no início do século XX, sua presença no trabalho do comércio era notável”¹⁶.

A força com que as ideias eugênicas penetraram e ganharam corpo no seio das elites dirigentes, que viam nela uma possibilidade de “melhorar a qualidade” da população regional via incentivo à colonização europeia – de preferência ibérica – também contribuiu para o aumento do contingente estrangeiro no Amazonas. Esse é, por exemplo, o argumento que Augusto Ximeno Villeroy – Governador do Estado do Amazonas em 1890 – apresentou em comunicação premiada que procurava responder a questão de “como se deve povoar o solo amazônico?”. Seus argumentos partiam de uma avaliação negativa da população regional em direção à sua clara preferência aos europeus:

“A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; conseqüentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção; portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos. Toda tentativa, pois, de colonização asiática, seja qual for, deve ser energicamente combatida; de resto, ensaiada em S. Paulo, ela tem sido verdadeiro desastre”¹⁷.

Após essas considerações gerais, Villeroy termina argumentando o caráter empreendedor dos portugueses e lembrando o fato de que uma vez que a colonização da região fora feita por Portugal, havia um substrato cultural que facilitava a assimilação desses colonos, evitando-se traumas maiores de adaptação.

¹⁶ POPINIGRIS, 2007: 33-34.

¹⁷ VILLEROY, 1911: 21.

Ficava claro para ele que:

(...)“esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inútil expender aqui argumentos para demonstrar uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história e pela pujança da colônia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio”¹⁸.

Um anúncio de emprego recolhido do periódico *Jornal do Comércio* confirma que essa preferência estava, de certo modo, bastante generalizada na cidade. Assim dizia o anúncio: “Caixeiro – Na Merceria Alfacinha precisa-se de um de 12 a 15 anos; prefere-se português”¹⁹. Referindo-se ao contexto carioca, Popinigis também registrou como prática corrente o fato de que os “negociantes portugueses admitiam preferencialmente *patrícios em suas casas comerciais*”²⁰.

Os dilemas colocados pelo imperativo da disciplinarização e “adestramento” da força de trabalho levou também a que os administradores e empresários em Manaus tivessem uma preferência pela mão-de-obra estrangeira. Sabemos que na Europa Ocidental a transição para a sociedade industrial – após um longo período de maturação – suscitou modificações drásticas que foram impostas através de rígidas práticas disciplinadoras do trabalho²¹. De igual modo e talvez até com muito mais intensidade, as imposições no sentido de articular a Amazônia a uma economia internacionalizada sob a égide do capital, suscitaram em Manaus dinâmicas novas, muitas vezes em forte antagonismo com os hábitos locais.

Assim, é possível perceber através dos dilemas colocados pelo próprio processo de trabalho, que a composição e consolidação dos estivadores manauaras enquanto categoria específica dentro da “modernidade amazônica” passou necessariamente por esse dilema: ter que retornar resultados positivos dentro de uma lógica racionalizadora e pragmática, estando ainda bastante impregnados de noções de tempo e de trabalho

18 VILLEROY, 1911: 25-26.

19 *Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1899.

20 POPINIGIS, 2007: 43. Não se deve supor, todavia, um relacionamento harmônico entre patrícios, como se pode perceber nos depoimentos de Francisco Gomes de Amorim – o célebre autor de *O Selvagem* –, ele próprio chegado à Amazônia como caixeiro de dois comerciantes portugueses. Para Amorim, não eram os brasileiros “tão barbaros para com os seus jovens caixeiros, filhos de Portugal, como grande parte dos patrícios d’estes... Os peores patrões são os portugueses naturalizados brasileiros”. AMORIM, 1869: 177.

21 THOMPSON, 1979: 239-293.

muito mais de acordo com as práticas seculares vigentes na economia amazônica. Mesmo a presença no seio da categoria de um número significativo de estrangeiros tradicionalmente afetos ao trabalho da estiva não amenizou essa contradição, pelo contrário, interiorizou mais ainda, uma vez que esses trabalhadores acabaram por impor à grande maioria dos estivadores “nacionais” um padrão de robustez, aptidão e disciplina que, real ou hipotético, era frequentemente valorizado pelo patronato. Assim, o porto foi sempre esse espaço aberto de relações e tensões, de imposições e resistências, nunca dadas *a priori*, mas sempre construídas a partir de experiências concretas dos sujeitos sociais ali envolvidos.

Esse recorte étnico parece ter sido realmente importante, e muitas vezes, pudemos flagrar portugueses e brasileiros irmanados por um ideal comum como foi o movimento de contestação dos estivadores no ano de 1923. Em abaixo-assinado dirigido à Associação Comercial do Amazonas durante uma greve em que pleiteavam a jornada de oito horas, eles assumiam explicitamente esse viés de sua composição: “Nós pretendemos implantar com todo o ardor as 8 horas; horário este, adotado e respeitado em todo o território brasileiro, portanto brasileiros e portugueses, em ação conjunta, resolvem definitivamente fazer valer nesta capital o horário acima referido...”²².

Em outro momento, referindo-se ao êxito de uma de suas manifestações políticas, onde haviam conseguido reunir na Praça do Comércio mais de dois mil trabalhadores, o presidente da Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas, Manoel Rufino Correia da Silva, enfatizava que “o dia de ontem era para os estivadores, como o 15 de novembro foi para os brasileiros e o 5 de outubro para os portugueses”²³.

Tais evidências não podem sugerir somente a existência de relações harmoniosas entre os trabalhadores portuários. Na verdade, os momentos de crise e retração da oferta de empregos levavam à emergência de apelos xenófobos, como quando alguns empregadores priorizaram a contratação de estivadores portugueses²⁴ alegando, como vimos, sua melhor robustez e aptidão. Nesses momentos, os protestos ocorriam de imediato e por vezes resultavam em paralisações com

²² *Jornal do Comércio*, 8 de junho de 1923.

²³ *Jornal do Comércio*, 3 de janeiro de 1911.

²⁴ *Booth Line, Companhia do Amazonas e Armazéns Andressen*, por exemplo, mantinham essa prática de longa data, conforme matéria do *Jornal do Comércio* de 17 de janeiro de 1911. Sidney Chalhoub, refletindo a partir da realidade do Rio de Janeiro, afirmava que “os conflitos nacionais e raciais [eram] a expressão mais comum dessas tensões provenientes da luta pela sobrevivência”. CHALHOUB, 1986: 38.

denúncias e apelos ao cumprimento dos dispositivos legais contidos nos “Estatutos dos Armazéns Alfandegados”, onde estava estabelecido que “os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço”²⁵.

Situações como essa estimulavam os conflitos étnicos que provocavam desagregação no seio da classe trabalhadora e dificultavam sua organização. Como afirma Claudio Batalha:

“Nos países em que a imigração teve um peso fundamental, como no Brasil, costumam figurar as divisões étnicas e os conflitos que dela derivam. Além dos problemas que naturalmente decorrem da convivência de grupos étnicos que nem possuem uma língua comum, há problemas entre os grupos instalados há mais tempo nos centros urbanos brasileiros e os de chegada recente. Isso vale tanto para os conflitos entre brasileiros e imigrantes, como para os conflitos entre os diferentes grupos étnicos de imigrantes”²⁶.

No início da década de 1920, os números referentes aos estivadores contratados como assalariados (ou fixos) pelas firmas portuárias mostraram-se bastante reduzidos se comparados aos do início da década anterior, indicando uma crescente tendência em direção ao sistema de trabalho ocasional²⁷. Além do mais, a ineficácia da utilização estratégica daqueles estivadores já havia sido suficientemente demonstrada tanto pela força coerciva dos piquetes quanto pela participação espontânea nos movimentos grevistas. Tal questão pode ser observada por situações como as ocorridas em 1917. Duas matérias veiculadas no *Jornal do Comércio* indicavam a existência de um movimento de protesto desses estivadores “fixos” contra a *Manáos Harbour*, onde, além da reivindicação do pagamento extra da jornada exercida extraordinariamente e do protesto contra a diminuição gradativa que os salários vinham experimentando desde 1914, queixavam-se também de maus tratos no interior das embarcações que serviam de alojamento, decorrente da prepotência de seus superiores e da má qualidade da comida ali servida. Pelos argumentos apresentados na matéria do jornal, esses trabalhadores eram em grande parte portugueses:

25 Carta da *Manáos Harbour* ao *Jornal do Comércio*, 17 de janeiro de 1911.

26 BATALHA, 2003: 167.

27 Na *Manáos Harbour* esse número cai para apenas 12, em 1923. *Jornal do Comércio*, 7 de junho de 1923.

“Antes de tomarmos a defesa dos portugueses trabalhadores da Companhia procedemos uma rigorosa investigação [e] é pois de acordo com a verdade dos fatos que vamos apresentar perante o público a dolorosa odisséia de martírios que tem passado tantos portugueses a maior parte dos quais chefes de numerosas famílias...”²⁸.

Outro fator que certamente pesou para a diminuição desse tipo de estivador foi o fato das empresas os encararem como muito onerosos, visto que tinham de mantê-los mesmo nos dias em que o fluxo das atividades portuárias eram baixas ou praticamente nulas. É bom lembrar que a derrocada da borracha – mais acentuada a partir de 1912 – reduziu drasticamente o fluxo de cargas no porto e, conseqüentemente, o montante de trabalhadores necessários para a execução dessas tarefas.

A presença de portugueses foi também importante no seio de outra relevante categoria portuária: *os catraieiros*. As catraias e alvarengas (pequenas embarcações) foram importantes no trabalho de estivação pelo menos até 1906, quando se concluiu a construção um cais flutuante do novo porto de Manaus (o *Roadway*), uma vez que até aquela data as catraias funcionavam como intermediários entre o cais e os grandes navios que fundeavam no meio do rio, a cerca de 150 metros da margem²⁹.

À semelhança dos estivadores, os catraieiros contavam em sua composição com um número considerável de portugueses. Uma referência explícita a essa questão é trazida pela fala de um importante cronista português, quando de sua chegada à Manaus, em 1895:

“Quando aí fundeou o nosso Imperatriz Thereza a ele encostou uma dúzia de botes, vistosamente pintados. Eram todos de catraieiros portugueses. Os nomes estampados à popa em caracteres de fantasia, bem atestavam quanto o patriotismo lusitano não decresce com o auxílio em longes terras e por dilatado tempo. Bem hajam. Recorda-nos que entre esses bateis havia um Vasco da Gama, um Avenida

²⁸ *Jornal do Comércio*, 12 de janeiro de 1917. A matéria é assinada por M. B. dos Passos Gomes e está parcialmente ilegível.

²⁹ Situação semelhante vivenciaram os catraieiros da área portuária de Fortaleza: “Devido à construção do novo porto, o trabalho dos catraieiros diminuiu, com um novo cais de formato retilíneo e a destruição dos antigos trapiches e pontes permitindo a atracação dos navios ao cais”. MORAES, 2010: 66.

da Liberdade, um Minho, um Torre de Belém e um Luiz de Camões. E os costumes são tão portugueses que mais de uma vez se nos tem afigurado estarmos na pátria do cantor dos Lusíadas...”³⁰.

Essa presença de portugueses entre os catraieiros favorecia ainda mais o estreitamento de relações de solidariedade entre essas duas categorias. Tal como ocorria com os carroceiros, era comum a parceria entre catraieiros e estivadores, fruto de anos de trabalho em comum a consolidar amizades.

Após o período de modernização do porto de Manaus (1902-1910), a utilização das catraias pelo porto embora não tivessem sido totalmente excluídas, ficaram mais limitadas ao trabalho de travessia de populares nos inúmeros igarapés que cortavam a cidade ou, à venda ambulante de refrescos e pães tanto nas diversas embarcações ancoradas na orla do rio quanto às populações ribeirinhas.

A participação política dos catraieiros, visivelmente ligada a sua importância dentro do processo de estivação, acompanhou de perto a luta dos estivadores. Registre que os catraieiros foram os pioneiros, ainda no século XIX, a realizarem uma greve em Manaus, fenômeno que os habitantes da cidade não conheciam.

Emblemática é o fato de que a primeira greve que se tem notícia em Manaus é a que esta categoria empreendeu em 1884, quando, engajados no processo abolicionista, recusaram-se a transportar escravos em suas embarcações, bem como embarcar ou desembarcar escravos dos navios chegados ou de saída do porto. Poucos anos mais tarde, o jornal *O Amazonas*, noticiava que “a pretexto do aumento de impostos municipais os catraieiros de nosso porto encalharam ontem suas embarcações, negando-se a todo e qualquer serviço de sua profissão”³¹. A catraia deixou também por longo tempo sua presença marcada na lembrança dos mais velhos e no cotidiano das populações ribeirinhas onde ela ainda é hoje uma realidade importante. Delas registrou Thiago de Mello:

“C das catraias, tantas, pássaros bailando serenos nas pétalas da água. Atravessavam os igarapés da cidade, avançavam pelo Rio Negro, tripuladas por um só homem, o catraieiro, que remava em pé, o dorso arqueado sobre a dança das faias compridas. O toldo de lona muito branca brilhando como um cântico de luz. Catraias de

30 FONSECA, 1985: 85.

31 *O Amazonas*, 11 de janeiro de 1887.

São Raimundo. O porto das catraias dos Educandos. Os operários da serraria chegavam de manhãzinha nas catraias que encostavam na beirada da Quintino Bocayuva. Num tempo em que quase todos os catraieiros eram portugueses. Um deles o Joaquim Adão. De Vila Nova de Gaia, tinha um orgulho danado de sua catraia, sempre muito limpa, os bancos laterais de itaúba lisinha, era gostoso passar a mão. Senhora dos Navegantes era o nome da catraia que fazia a última viagem noturna”³².

Do lado oposto ao universo do trabalho e em contradição com ele, estavam as maiores e mais poderosas empresas instaladas na cidade, sendo boa parte delas inglesa. Grandes empresas como a *Booth Line Company* e *The Manãos Harbour Limited* montaram na cidade uma estrutura gerencial e administrativa que visava a obtenção de lucros a partir da exploração dos serviços portuários. Todo seu corpo burocrático de primeira linha era constituído por estrangeiros, que ocupavam posições importantes na hierarquia funcional da empresa na própria Inglaterra. Mesmo funcionários não tão graduados, como os guardalivros, eram também ingleses.

Embora pequena, a comunidade de ingleses que logo se formou na cidade, imprimiu fortemente hábitos elitizados que passaram a ditar normas à recente elite manauara que se formava, mas também atraiu sobre si a animosidade dos que, mesmo endinheirados, não eram encarados por ela como iguais. O memorialista Ulisses Bittencourt comentando sobre como eram as relações dos ingleses no espaço doméstico e social salientava que uma das poucas exceções era George Browne:

“... os membros da colônia britânica, embora cordiais, afáveis e prestativos em seus escritórios, tornavam-se, com raras exceções, extremamente reservados no que dizia respeito ao seu ambiente doméstico, de certa forma defendendo, discreta mas seguramente, a privacidade dos seus lares. (...) George Browne, um dos líderes da colônia, constituía uma exceção por gostar de receber em sua casa, sempre da maneira mais fidalga”³³.

32 MELLO, 1983: 108.

33 BITTENCOURT, S/D.

A comparação com a comunidade portuguesa é importante e inevitável. Em Manaus os portugueses – muito mais diversificados econômica e socialmente – buscaram criar mecanismos de solidariedade interclassista permitindo que a comunidade adquirisse um forte senso corporativo. Fizeram circular na cidade diversos periódicos, por onde buscavam não só informar, mas também uniformizar a comunidade em torno de questões relevantes àqueles imigrantes.

O *Jornal do Comércio*, um dos maiores diários da cidade, sendo de propriedade de abastado comerciante português, em boa medida refletiu os interesses da comunidade lusitana, numa vinculação que se materializava mais claramente a partir de importantes colunas, como “*Portugal Pelo Telégrafo*” e “*Cartas de Portugal*”, que informavam e articulavam a colônia em Manaus. O jornal manteve durante décadas ligações com João Grave, correspondente em Lisboa, que periodicamente publicava suas “*Cartas de Portugal*”, por onde buscava informar as últimas notícias da vida política e cultural lusitana.

Não é de todo improvável, que a forte presença de portugueses no interior dos trabalhadores portuários tivesse contribuído para que o *Jornal do Comércio*, em mais de uma oportunidade, e em contradição com outros grandes jornais da cidade, demonstrasse maior empatia para com os membros dessa categoria de trabalhadores, solidarizando-se frequentemente com suas reivindicações e protestos.

O cimento utilizado nessa difícil uniformização de interesses conflitantes vinha da forte carga paternalista que vigorava no interior da comunidade lusa no Amazonas. Dessa forma, é possível concordar com as queixas freqüentes dos trabalhadores nacionais, que reclamavam da prioridade que comerciantes portugueses e espanhóis davam aos seus conterrâneos.

Fruto de tais preocupações, formaram-se no seio da comunidade portuguesa sociedades repatriadoras – a mais importante foi a *Luzitânia Repatriadora*, de 1908 – que ajudaram inúmeros portugueses empobrecidos a retornar para sua terra natal. Além dessas agremiações filantrópicas, a comunidade portuguesa criou vários clubes sociais e esportivos, além da implantação de um dos mais importantes centros de saúde da cidade, o Hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas.

A comunidade portuguesa buscou claramente fortalecer os laços de solidariedade com os habitantes da região que a acolhia, a quem lembravam o passado comum e se mostravam não como pertencentes a uma nação amiga, mas irmã. Buscaram, portanto, integrar-se à sociedade amazonense, interagindo e misturando-se a ela. Sentiam-se partícipes do processo de desenvolvimento regional e todos os eventos da comunidade eram franqueados aos amazonenses.

Nada mais diverso, pois, da postura adotada pela comunidade de ingleses em Manaus, que buscou criar espaços próprios e bastante restritos de convivência com os locais, onde nem mesmo ingleses com poucos recursos (raros na cidade) podiam frequentar. Se no *Luso Sport Club*, a frequência maior de bailes e eventos populares criava oportunidades de uma convivência mais plural, no *Bosque dos Ingleses*, mais que a exigência da nacionalidade britânica, era necessário ter muito dinheiro e saber ostentá-lo. Os poucos filhos da terra que eram admitidos sem restrições faziam parte do seletivo grupo de políticos mais influentes do Estado, como governador, intendente, deputados e senadores.

Mesmo quando se referenciavam a esse grupo de políticos e autoridades do Estado, os ingleses não o faziam com muitas reverências e honrarias. O mais comum era uma atitude sentida localmente como arrogante e “superior” que, muitas vezes, beirava a impertinência. Um exemplo dessa atitude pode ser percebido na crítica esboçada pela Associação Comercial do Amazonas em ofício dirigido à direção da *Manáos Harbour Limited*, em Londres. Nele, os mais importantes comerciantes do Amazonas, queixavam-se, dentre outras coisas, do tratamento acintoso que recebiam por parte da direção da empresa em Manaus:

“A direção da Companhia em Manaus não satisfaz os diretores [da ACA] recebendo as partes de pé, como se fossem juizes ditando sentenças ou soberanos reclamando homenagens. Não atendem a coisa alguma. Respondem com maus modos o que impossibilita as partes, voltarem serenamente a reclamar segunda vez”³⁴.

Tal tratamento derivava do fato desses sujeitos sociais pertencerem a mundos culturais bastante diferenciados e encarados (talvez por ambas as partes) a partir de uma ótica hierarquizadora que partia da primazia inata das “civilizações avançadas” sobre o conjunto das “sociedades primitivas”. Tal modelo pressupunha ainda que às primeiras cabia o pesado fardo de um projeto civilizador incontestado, que mesmo gerando animosidades e resistências, não deveria ser evitado, posto que tais contestações por parte dessas “populações atrasadas” eram fruto de sua própria incapacidade de perceber os “benefícios” que estavam sendo outorgados.

Além do mais, pessoas como Stanley Sutton, E. B. Kirk e George Browne, representantes das grandes fortunas residentes na cidade, apesar de serem meros

³⁴ Ata da Sessão Extraordinária da Associação Comercial do Amazonas, de 20 de dezembro de 1910.

funcionários de empresas estrangeiras, recebiam, não raro, salários que superavam em muito o das maiores autoridades do Estado. Em artigo citado, Bittencourt lembra que E. B. Kirk, diretor da *Manáos Tramways and Light Corporations Limited*, “auferia um salário altíssimo de vinte e tantos contos de réis mensais, verdadeira fortuna, quando o governador do Estado recebia pouco mais de cinco”³⁵.

Como representantes das maiores casas aviadoras da região, proprietários das únicas casas bancárias e de créditos ou superintendentes das companhias monopolistas dos diversos serviços públicos, os ingleses relacionavam-se com os seringalistas da região e em particular com o comércio de Manaus de uma forma bastante tensa e conflituosa. Com as autoridades estaduais, a pressão fazia-se através das representações consulares da coroa britânica – sempre cuidadosas dos interesses de seus súditos por mais mesquinhos e ilegítimos que eles fossem –, que não cansavam nunca de lembrar seus anfitriões dos “favores” prestados através dos empréstimos de capital tomados pelo Estado e pelo Município contra o *London and Brazilian Bank*.

A animosidade contra os ingleses reforçou-se pouco a pouco com as incorporações sucessivas que esses faziam das concessões públicas. Ao iniciar o século XX, eles controlavam os sistemas de água e esgoto, o de iluminação elétrica, o telegráfico, o de bondes e até mesmo o mercado público municipal. Muitas dessas concessões foram decorrentes de contratos preliminares para execução de obras que viabilizassem esses serviços. Lembremos que o contrato firmado para a execução das obras do porto rendeu a seus executores o direito de exploração de todo o serviço portuário por um elástico período de 60 anos³⁶. Se tais acordos eram importantes para um governo que não dispunha de recursos para agenciar melhoramentos de infraestrutura, para o grosso da população manauara era um fardo tido como muito pesado para ser assimilado sem contestação.

Fortemente ligado ao comércio lojista manauara, o historiador Antonio Loureiro recuperou essas tensões ao longo de várias de suas obras. Desse ponto de vista, asseverava que:

“Estas concessões, negociadas com inexperiência, açodamento e, talvez, interesses fortuitos, resultavam na criação de uma série de vantagens, sedutoras para os aplicadores alienígenas, mas descabi-

35 BITTENCOURT, S/D.

36 PINHEIRO, 2003: 38.

das para os usuários locais. Além das garantias de juros sobre os fundos aplicados, subvenções extras em dinheiro, cláusulas contratuais leoninas para o contratante e longos períodos de exploração, superiores a 50 anos, a existência de autoridades interessadas em seus negócios dava-lhes uma autonomia tão grande, que elas atuavam com total desenvoltura, mais parecendo serem um feudo, tornando-se soberanas de seus atos, sem a menor atenção às lideranças locais, pois tudo resolviam no plano federal”³⁷.

O que mais incomodava era o fato de que os administradores ingleses das concessões públicas pareciam não se importar com as experiências econômicas tradicionais dos habitantes da cidade e utilizavam essas concessões monopolistas para impor novas taxações, sempre consideradas escandalosas e escorchantes. Em 1906, por exemplo, logo após o mercado público ser arrendado à Manaós Markets and Slaughterhouse, a empresa fez vigorar uma nova tabela de impostos, majorando a venda de produtos e os aluguéis dos seus boxes, medidas que acabaram sendo responsáveis pelo aumento da carestia na cidade e gerando protestos diversos por parte da população, além da ocorrência de algumas greves, como a dos peixeiros. Os jornais locais apoiaram a greve dos pescadores, chamando-a de “protesto contra a extorsão” e de “resistência legal ao assalto contra a pobreza”. Os termos com que o movimento foi descrito pelo *Correio do Norte*, de 15 de março de 1906, também são extremamente significativos:

“Ontem uma procissão comovedora, a procissão dos representantes da miséria e da pobreza, esse cortejo numeroso dos perseguidos pela ganância e pela auidia dos do nosso mercado, passeou as ruas da cidade, cheia de indignação patriótica, de revolta sublime e encantadora, contra os perseguidores dos desafortunados que aqui residem e, oirejam pela vida e dos que aqui aportam fugindo a perseguição, que a natureza, pela esterilidade do solo, em algumas regiões contra eles empreende”³⁸.

37 LOUREIRO, 1985: 129.

38 *Correio do Norte*, 15 de março de 1906.

Em 1909, *A Farpa*, um dos inúmeros periódicos humorísticos que circularam por Manaus naquele período, veiculava charge intitulada “Assuntos Borracheiros”, onde os personagens ingleses envolvidos eram apresentados como oportunistas avarentos que pouco se importavam com os problemas locais e também nada faziam para melhorar a qualidade do serviço que o comércio e o povo da cidade precisavam:

“Commercio – Referindo-se à *Amazon Telegraph* – Mister John, esse estado de coisas não pode absolutamente continuar, com detrimento de nossos interesses. Ou você remenda o cabo, ou nós lhe faremos chegar a mostarda ao nariz, guindando-o ao pináculo da desmoralização pública.

Amazon Telegraph – *All rigt!* Mim vem Brazil enche bolso dinheira; pouco importa comercia falar desmoralisaçon. Telégrafo non vende borracha, non altera Telégrafo oscilaçon praça mercado.

Seringueiro – E eu antonce, que fique aqui comendo o ganhado até que se faça preço prá essa joça... Ma raios os parta!

Manãos Harbour (ao seringueiro) – Não se impressioneis, mancê... beba... Pode guardar aqui a mercadoria pelo tempo que quizer. A armazenagem custa pouco: e além disso, tu vens lá do alto sequioso de trabalhos... femininos. Si hás de gastar com as outras, gasta comigo. Entra zimpathico...

Zé Povo – Abaixo a especulação! Não podem explorar tanto o marmanjo!

A FARPA – Deixa mano, que eu ando à pista de um assunto, quero dizer, de um cadáver para seputar no cemitério da troça”³⁹.

Na base da população manauara a figura dos “capitalistas ingleses” causava um misto de respeito e indignação, que pouco a pouco foi consolidando animosidades e sedimentando preconceitos. Na verdade, não é difícil para o pesquisador que manuseie alguns jornais da época, não perceber que muitas vezes o termo “*capitalistas ingleses*” estava impregnado de forte carga pejorativa, atingindo mesmo características de franca censura. Tais termos eram quase sempre empregados no sentido de denunciar práticas e posturas condenáveis na região,

³⁹ *A Farpa*, 1 de novembro de 1909.

onde ainda podia-se notar a presença de certas noções tradicionais de direito baseadas no costume, como a de “preço justo”.

O “capitalista inglês” era apresentado, portanto, como o usurpador do suor e dos recursos alheios, insensível e desumano no trato com os seus subordinados. Os trabalhadores da firma inglesa *Amazon Engineering*, por exemplo, não aceitavam que em nome da produtividade, fossem privados de recorrer ao banheiro toda vez que disso sentissem necessidade. Quando, em 1920 o gerente desta empresa, o sr. Makense, determinou que os vigias não permitissem que os trabalhadores ficassem na “sentina” por mais de cinco minutos, gerou protestos indignados, e ameaças de que com “medidas tão vexatórias” o operário dessa empresa logo seria transformado “em um homicida voluntário”⁴⁰.

Entre os trabalhadores de Manaus, a crítica aos “filhos da velha albion”, vinham de longa data. Em 1899, quando da eclosão da primeira grande mobilização e greve de estivadores em Manaus, os trabalhadores já externavam, sem rodeios, essa contrariedade:

“Aqui, estes ilustres representantes da colossal potência, portadoras daqueles sentimento todo especial, redundam na mania de grandezas, da força e do valor, tem querido sufocar de uma só vez todo o nosso direito, toda a nossa justa reclamação.

Estes cavalheiros, à semelhança do seu país, pretendem governar os nossos sentimentos, o nosso trabalho, o nosso direito como propriedade sua, um direito que lhes assiste, em virtude do qual pudessem agir discricionariamente...

Pensam, com o orgulho próprio da sua raça, que nossa atitude é afrontosa, e por isso devemos ser batidos em todos os flancos.

Falta apenas que nos obriguem a trabalhar sem remuneração de espécie alguma, como antigamente os monges que faziam profissão de pobreza, para alcançarem na outra vida a bem aventurança eterna!”⁴¹

Portanto, na Manaus da borracha, os ingleses eram vistos como os dilapidadores da nação e em grande medida responsáveis pelas dificuldades de crescimento econômico e do desenvolvimento regional. Desde cedo consolidou-

40 *Vida Operária*, nº 6. Manaus, 1920.

41 *Diário de Notícias*, 16 de novembro de 1899.

se no Amazonas uma interpretação do fracasso da borracha que responsabilizava a crise regional por atos de pirataria e saque praticados por especuladores avaros e oportunistas, cujo exemplo maior estaria na figura de Henri Wilkens, o comerciante inglês acusado de ter subtraído mudas e sementes de borracha sem que as autoridades locais disso tivessem conhecimento e levado-as como contrabando para a Inglaterra e dali para as suas colônias no leste asiático.

No mundo do trabalho em Manaus, os estivadores e os demais trabalhadores do porto cunharam adjetivos de igual teor e nada lisonjeiros para representar seus patrões, sempre lembrados como representantes da “velha Albion”. Inúmeras vezes difundiram notas e apelos onde o cunho anti-britânico estava presente. De igual forma, parte da imprensa manauara mais ligada aos interesses do comércio local e propensa às idéias nacionalistas, fez reverberar essa crítica, apontando constantemente a *Manáos Harbour* como o exemplo maior de uma prática do capitalismo inglês que buscava em tudo ingerir e açambarcar, sem o menor respeito aos limites éticos ou morais. Em 1911, o *Jornal do Comércio* anunciava em letras garrafais: “O Grande Polvo chamado *Manáos Harbour* quer sugar o suor dos honrados homens do trabalho”. Dias depois, o jornal voltava à carga, de forma irônica e mordaz: “A felizarda *Manáos Harbour*, o grande polvo que não tem feito até hoje outra coisa senão sugar discricionariamente o suor do povo, meteu ombros a mais um abuso que vêm aumentar o número de tantos outros que há impunemente praticado”⁴².

Entre os segmentos urbanos mais enriquecidos – cujos interesses já haviam encontrado um canal de reivindicação no quadro político local – essa indignação também chegou a forjar uma postura nacionalista. Assim, quando nos anos quarenta uma onda de nacionalizações de empresas tomou conta do debate político nacional, a imprensa amazonense abriu nova onda de fogo cerrado às empresas concessionárias dos serviços públicos. Em 1946 George Booth (acionista majoritário de empresas como a *Manáos Harbour*, *Amazon Tramways* e *Booth Line*) veio a Manaus negociar as indenizações das nacionalizações pretendidas e, de imediato, tornou-se alvo de manchetes irônicas e depreciativas por parte do jornal *A Crítica*:

“Seguiu hoje o burguês britânico para os confortos lá da sua terra! Riquíssimo, dono de bens e mais bens no Brasil, Mr. Booth é dono da *Tramways* – por aí se tira...”. Em outra nota, o mesmo jornal afirmava:

⁴² *Jornal do Comércio*, 3 de janeiro de 1911.

“Mr. Booth concluiu por referir o seu possível retorno a Manaus, para o ano vindouro. Diabos te levem corujão, e não te tragam mais aqui!!”⁴³

Boa parte das queixas do povo que a imprensa incorporava, e por vezes fomentava, chegaram ao centro do poder local durante o governo de Jonathas Pedrosa (1913-1917), num período já fortemente marcado pela crise da borracha e pela conseqüente perda dos recursos públicos, e portanto, no momento ideal para tentar reverter o ônus fiscal acarretado por aquelas concessões, o que, efetivamente, aquele governo tencionou realizar, abrindo diversas contendas judiciais. Tais contendas acabaram sempre decididas, em instância federal, em favor dos arrendatários. Anos mais tarde (1924), o forte viés nacionalista se fez sentir novamente pela atuação dos tenentes rebeldes. Pretendendo moralizar a vida pública regional, os tenentes incluíram entre seus atos iniciais as incorporações sumárias (sem indenizações) dos serviços públicos arrendados⁴⁴.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Amazonas (O)*, 1887, Manaus.
Correio do Norte, 1906, Manaus.
Diário de Notícias, 1899, Manaus.
Farpa (A), 1909, Manaus.
Jornal do Comércio, 1899, 1911 e 1923, Manaus.
Vida Operária, n.º 6, 1920, Manaus.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Marli Brito de, 1983 – *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro (1904-1920)*. Dissertação Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ.
- AMORIM, Francisco Gomes de, 1869 – *Ódio de Raça*. Lisboa: Typografia Universal de Thomaz Quintino Antunes.
- BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs), 2004 – *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

43 MELLO, 1983: 90-91.

44 SANTOS, 1985.

BATALHA, Cláudio, 2003 – “A Formação da Classe Operária: um fenômeno econômico?”, in FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs), *O Brasil Republicano*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BILHÃO, Isabel, 2010 – “A Construção da Identidade Operária Brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.º 4. Campinas: Unicamp.

BITTENCOURT, Ulisses, s/d – *Manaus e os Ingleses do meu Tempo. A Crítica*. Manaus.

CAMPOS, Hermenegildo de, 1988 – *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*, 2ª ed. Manaus: Associação Comercial do Amazonas.

CHALHOUB, Sidney, 1986 – *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.

FONSECA, Lourenço da, 1985 – *No Amazonas*. Lisboa: Cia. Geral Typográfica Editora.

GITAHY, Maria Lúcia Caira, 1992 – *Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Unesp.

LACERDA, Franciane Gama, 2010 – *Migrantes Cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Açáí.

LOUREIRO, Antonio José Souto, 1985 – *A Grande Crise (1908-1916)*. Manaus: T. Loureiro.

MELLO, Thiago, 1983 – *Manaus, Amor e Memória*. Manaus: Funcomiz.

MORAES, Nágila Maia, 2010 – “Vaivém das marés: o dia a dia dos trabalhadores ca-traieiros no porto de Fortaleza (1903-1904)”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n.º 3. Campinas: Unicamp.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte, 2003 – *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e conflito no porto de Manaus (1889-1925)*, 2.ª ed. Manaus: Edua.

POPINIGIS, Fabiani, 2007 – *Proletários de Casaca: Trabalhadores do comércio cari-riosa, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SANTOS, Eloína Monteiro dos, 1985 – *A Rebelião de 1924 em Manaus*. Manaus: Funcomiz.

SIMÕES, Veiga, 1916 – *Daquem & Dalem Mar*. Manaus: Typ. da Livraria Palais Royal.

THOMPSON, Edward Palmer, 1979 – “Tempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial”. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Grijalbo/Critica.

VILLEROY, Augusto Ximeno, 1911 – “Como se Deve Povoar o Solo Amazônico”, in Miranda, Bertino (org.), *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)*. Manaus: Palais Royal.

MORADIA, TRABALHO E CONVIVÊNCIA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SANTISTA PELOS PORTUGUESES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

MARIA APPARECIDA PEREIRA

MARIA SUZEL FRUTUOSO

INTRODUÇÃO

Pretende-se recuperar aspectos da dimensão do cotidiano, na vivência dos habitantes da cidade, conhecendo suas condições de moradias e suas oportunidades de sociabilidade.

Para percorrermos a cidade e observar a vida dessa gente, foram importantes os Códigos de Posturas de diversos anos, partindo do de 1857, Requerimento de licenças para abrir comércio, Relatórios dos Intendentes Municipais, os Relatórios de Guilherme Álvaro – sobre a Campanha Sanitária de Santos –, documentação da Sociedade de Beneficência Portuguesa, além de notícias no jornal Diário de Santos e Cidade de Santos e informações obtidas nos estudos de Jaime Franco e de Rosenberg¹.

Lugar de muitas epidemias e conseqüentemente, também, de muitas mortes, Santos, entretanto, no século XIX constituía-se como porto comercial, escoadouro da região paulista, produtora, à época, do açúcar e depois do café – grande riqueza brasileira. Território de dificuldades, de enfrentamentos, mas também de oportunidades.

Santos era vocacionada para o comércio pelo seu porto e sua ligação com a “serra acima”. Luiz D’Alincourt, engenheiro português de Oeiras, fez viagem ao Brasil em 1818. Em sua “Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá”, diz sobre Santos:

¹ FRANCO, 1951; ROSEMBERG, 2006.

É esta Vila o entreposto de todos os objetos de exportação e importação da Província de Goyaz e Mato Grosso; ou conduzidos por terra ou pelos rios para saírem à barra são açúcar, algodão, tecidos do mesmo. Toucinhos, *aguardentes, café, courama, fumo e carnes chamadas ensacadas; estes gêneros são transportados em Sumacas a outras Províncias com especialidade às do Rio de Janeiro e Bahia. Os Estrangeiros levam daqui açúcar, algodão, café, courama. Os principais efeitos da importação vêm a ser o ferro, o aço, o sal, as fazendas secas e vinhos e, além destes em maior ou menor quantidade todos os que a Europa produz e costuma ser exportados para o Brasil: daqui sobem a abastecer São Paulo e as mais povoações da Província [...]. É de lastimar-se que sendo essa Vila uma das mais antigas do Brasil, colocada tão vantajosamente para o comércio com excelente porto, em uma das mais povoadas e melhores Províncias do Brasil, esteja ainda tão pouco adiantada*².

Temos que ter presente que o início da recuperação da Capitania de São Paulo se dá na segunda metade do século XVII, com um regional ciclo da cana, que vai preparar, com a riqueza de sua produção e comércio, a infra-estruturara para o grande desenvolvimento do café.

É durante o século XIX que o porto de Santos atrairá imigrantes portugueses que vão fazer ou aumentar sua fortuna. Na cidade de Santos, o grupo majoritário foi o lusitano (caixeiros, negociantes) desde a Independência (1822), principalmente no comércio de importação ou de distribuição do açúcar e do sal – dentro do país ou para as regiões platinas –, que vão marcar a tradição de Santos como pólo importante de comércio no Valongo: o bairro do Valongo, uma região muito importante no século XIX, era próximo à entrada de Santos, dos caminhos que das tropas de homens que iam ou vinham do planalto paulista³.

Sobre um braço de ligação entre a extremidade superior da Baía de Santos e o mar aberto em São Vicente, ao oeste da barra de Santos propriamente dita, há uma linda ponte de madeira sobre bem fundados pilares de pedra, um dos melhores trabalhos, no gênero, que vi no Brasil. Algumas horas depois encontramos o Cubatão, que desce da serra, com uma sólida ponte de madeira, coberta, onde

² ALINCOURT, 1953: 29.

³ Desde a época do ciclo açucareiro paulista, para facilitar a sua exportação foi implantada, em 1792, pelo Morgado de Mateus a “Calçada do Lorena”, estrada pavimentada.

*cada burro paga uma taxa equivalente a quatro “groschen” de prata, o que, num ano, perfaz uma soma importante. Em consequência do vivo tráfego, formou-se junto da ponte um lugarejo, que, por enquanto, parece muito insignificante*⁴.

No período do grande desenvolvimento cafeeiro (a partir da metade do século XIX), principalmente com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo – Railway (1867), o bairro tomou impulso. Era o local de importantes firmas e residência de grandes comerciantes, nessa época, portugueses. Tinha já um pequeno cais de pedra, que serviu inclusive porto de atracação de embarcações, trazendo os equipamentos para a ferrovia inglesa. Inúmeras ruas formam o bairro. A mais importante era a Rua Santo Antonio (hoje Rua do Comércio) que começa na Praça Rui Barbosa (antigo Largo do Rosário) e vai até o Largo Monte Alegre, junto à Igreja Santo Antônio do Valongo e à estação ferroviária.

A localização das casas comerciais era mais evidente, nas antigas vias Santo Antônio, 25 de Março (Rua Direita ou Rua XV de Novembro) na região do Valongo e paralelas ao cais ainda rudimentar (a maior parte de pontes de madeira até 1892).

Em 1837 há na cidade negócios de açúcar (18); armazéns de sal (13); molhados e vinho (2); ferragem (1); cabos (1); vendas (44); açougues (4); botequim (3); mascate (1). Localizavam-se na Rua Direita (20); na S. Antonio (13); na dos Quartéis (9); na do Rosário (7); na Praia (6) e na do Sal (3):

QUADRO N.º 1
Negócios pelas ruas do Valongo (1837)

S. Antonio	N	Direita	N	Campo	N	Praia	N	Quartéis	N	Meridional	N
Açúcar	6	Armazém	4	Venda	5	Açúcar	4	Venda	8	Venda	6
Armazém	4	Loja	3	Botequim	3	Sal	3	-	-	Açúcar	1
Venda	2	Vinhos	1	Açougue	2	Açúcar	1	-	-	Armazém	1
Sal	1	Açúcar	1	Armazém	2	Cabos	1	-	-	-	-
-	-	Sal	1	Sal	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: CARMO, 2010: 76.

4 LALLEMANT, 1980.

Elencamos alguns negociantes, em que aparecem lusos, nomes retirados de requerimentos dos pedidos de Licença de Indústria e Profissões da Câmara Municipal de Santos do ano de 1846 (são documentos avulsos, aqui de pedido de continuação dos negócios). Todos eles situados na região que ladeia a orla ou praia portuária.

O negociante português Manoel Joaquim Ferreira Netto tem uma loja de fazendas e armazéns de sal, na rua Direita, na travessa da Alfândega (req. 23/I/1846). Um outro documento com a mesma data: “Dizem Ferr.a. Netto e C. que querem continuar com sua loja de ferragens na esquina da Banca”. Manuel Joaquim Ferreira Netto (Porto, 1808) foi importante negociante Provavelmente emigrou em 1855 para o Brasil, com negócios no Rio de Janeiro ⁵. Começou a comprar armazéns de sal desde 1860.

Manoel Lourenço da Rocha tem armazém de secos e molhados na Rua Meridional; quer vender “todos os gêneros do País e de mar afora. Tendo para cujo fim balanças, pezos e medidas” (req. 12/6/1846).

Antonio Ribeiro [...?], cidadão português, com casa de molhados na Rua da Praia (26/I/1846). Em outro requerimento (28/I/1846), solicita renovação da licença para suas duas Casas de Molhados na rua do Campo e dois Armazéns de Sal, sendo um na Rua do Campo e um defronte da Praia.

Barnabé Francisco Vaz Carvalhaes tem armazém de açúcar na Rua Áurea e de sal, na Rua da Graça (req. 14/I/1846). Era proprietário da Ilha de Barnabé, nas proximidades da entrada da cidade. Antes de se retirar para o Rio de Janeiro, ao final do século, deixou um legado para a construção de uma escola pública ⁶.

Antonio Ferreira da Silva tem sete armazéns: 1) um de açúcar, na Rua Direita; 2) um de molhados, na mesma rua; 3) 2 na rua do Depósito; 4) um de sal, na Banca; 5) 1 de sal, na rua do Campo; 6) um de molhados, na Rua do Rosário (req. despachado em 24/I/1846).

⁵ Filho de José Ferreira Netto Leão de Rosendo e de Maria Joaquina Rodrigues Camelo. Casou-se com Thereza Luiza Centeno Netto, não deixou filhos. Recebeu o título de Comendador da Ordem da Rosa, honraria concedida por D. Pedro II a destacados negociantes. Na relação de bens de seu inventário constava: “...1000 ações do Banco do Brasil, 200 ações do Banco Mauá Mc Gregor & Cia., 300 ações da Cia Amazonas, 20 ações da Cia. União e Indústria, 64 ações da Cia. Feliz Lembrança, 1 ação do Cassino, metade do Vapor Paulista, Casa da Rua Santo Antônio, Casa do Porto do Bispo, Chácara no Morro da Misericórdia, Sítio Cabuçú, 5 armazéns na rua do Sal n.º 9, 11, 13, 17 e 19, Casa de Sobrado à Rua Santo Antônio n.º 41, Casa do Jundiáí, Casas e Armazéns de Campinas em Santa Cruz, e Casa do Pátio da Matriz em Campinas”. Ver Relatório. Algumas notas acerca da Casa de Frontaria Azulejada, situada à Rua do Comércio n.º 92/98, Santos, GEPAS (Grupo de Estudos do Patrimônio Histórico Santista).

⁶ A escola, que tem seu nome “Barnabé”, foi fundada em 1900 e inaugurada em julho de 1902.

José Teixeira da Silva Braga é proprietário de armazém de secos e molhados, depósito e escritório e armazém de sal, todos à Rua Direita (req. 14/6/1846).

Outros tipos menores de negócios podem ser dados como exemplos: Antonio Bento de Amorim Filho tem taverna na Rua dos Quartéis. A “Flor da Primavera”, situada à r. Gal. Câmara 59, anunciava como especialidade sua a venda de “Camizas Portuguezas” (“Cidade de Santos” em 4/3/1900, p.1).

Mulheres também dirigiam negócios: D. Anna Joaquim Apolinário da Silveira Monte tem loja de ferragens (req. 10/I/1846).

Em 1870, o alto comércio é composto de casas m geral (12); exportadores e importadores (27); armazéns de sal (27). Há outras casas comerciais, mais numerosas, entre outras: de fazendas (15); armazéns a varejo (32); tabernas (58). Já estão presentes grandes companhias de navegação.

Além de corredor de exportação e importação, o porto santista tornou-se porta de entrada daqueles que buscavam trabalho nas diversas zonas produtoras de São Paulo. Imigrantes de várias nacionalidades européias desciam dos navios e iam para a Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, posto de distribuição da mão-de-obra. Italianos, portugueses e espanhóis foram os mais numerosos.

No final do século XIX, as autoridades locais pensaram em construir um edifício, que se localizaria na região do Itapema, no outro lado da margem portuária, mais isolada, para abrigar os imigrantes que se dirigiam para São Paulo e que por vários motivos não embarcavam, quando os navios atracavam, o que ficou cada vez mais distante, quando o porto foi ligado diretamente à via férrea, em 1893 e iam diretamente para a Hospedaria dos Imigrantes na capital paulista. Quando havia o desencontro do horário da partida ou doença, eram os imigrantes conduzidos para o Rink, um grande galpão que servia para os grandes espetáculos de teatro ou circenses, localizado na região do Valongo.

Os portugueses, quando chegavam a Santos, de modo geral tinham seus contatos (parentes, amigos), garantidos pelas “cartas de chamada”. Grandes levas permaneciam na cidade. Vão aumentando em número, formando redes de contato entre Portugal e a cidade. Joaquim da Costa Leite observa que o período de 1855 a 1914 é considerado uma era migratória, caracterizada por liberdade de movimento, progresso nas condições de transporte e informação, troca de experiências e de contatos entre elementos de gerações diversas⁷.

7 LEITE, 2000: 180-181.

O crescimento das cidades, inchadas com o aumento da população imigrante e migrante, provoca uma falta de moradias e alta de aluguéis. A demanda por moradias e o adensamento do centro da cidade ocorrem, porque a crescente mão-de-obra imigrante e nacional que chega a Santos não encontra casas em número suficiente para residência e quando disponíveis os aluguéis são caros, impedindo que os mais pobres pudessem pagar.

Rosemberg cita que na década de 1880, *por uma casa módica no centro da cidade pagava-se de 25 a 50 mil réis. Já o aluguel de um quarto em um cortiço podia custar de 6.000 a 15.000 réis, enquanto uma diária no Hotel Madrid chegava a 8.000 réis*⁸.

Os imigrantes pobres enfrentavam uma vida muito sofrida, nas habitações, pretendendo juntar economias. Mudavam de emprego, buscando melhorias. Um relatório de um inspetor sanitário observa o seguinte:

[...] a maior parte dessa gente considera Santos uma cidade acampamento, uma cidade que eles devem estar sempre de pé no estribo, e por isso, sujeitando-se a todas as agruras e oscilações da sorte, só esperam reunir um pequeno pecúlio que lhes garanta a subsistência em outra parte⁹.

Imigrantes portugueses pobres (trabalhadores, biscateiros, jornaleros) e imigrantes portugueses ricos e remediados, com profissões qualificadas (caixeiros e negociantes, por exemplo), ocupavam o mesmo espaço central, até quase o final do século XIX. Em algumas ruas o número de trabalhadores era maior do que em outras. Isso fica claro nos registros de sócios da Beneficência ou no do hospital do Isolamento do Saboó.

Havia os “Casarões dos ricos”, em que funcionavam muitas vezes no primeiro pavimento, a firma comercial e, no segundo a residência da família. Destes temos o exemplo da Casa Azulejada, do comerciante português Manoel Joaquim Ferreira Neto, local de sua moradia e da sua firma comercial Ferreira Neto e Cia., na Rua Santo António, por onde trafegavam diariamente inúmeras carroças com mercadorias para o porto.

⁸ ROSEMBERG, 2006: 257.

⁹ Relatório da Comissão do Serviço Sanitário em Santos, 1895. Ver GAMBETTA, 1988: 192.

Ferreira Netto era conceituado comerciante português que ofertara terrenos para construir o Hospital da Sociedade Beneficência Portuguesa, no local Bixigentos, no Paquetá, perto da praia portuária e do Cemitério do Paquetá.

FIGURA N.º 1

Casa Azulejada da Rua do Comércio de Ferreira Netto



Uma das mais significativas obras arquitetônicas de Santos, a Casa da Frontaria Azulejada, de Ferreira Netto foi construída em 1865: dois pavimentos, fachada de influência neoclássica, azulejos em alto-relevo importados de Portugal. A construção tinha ao fundo abertura para o porto, na rua do Sá (hoje José Ricardo). Francisco Carballa, estudioso da vida de Ferreira Netto, diz que essa face para a praia (porto) facilitava o comércio e permitia a ancoragem do navio “Santista”, propriedade de Ferreira Netto, encomendada aos estaleiros da cidade do Porto¹⁰.

10 *Revista Comercial*, edições de 30/3/1865, p. 2; e de 10/6/1865, p.3.

FIGURA N.º 2
Casarões do Largo de Monte Alegre – Santos (Novo Milênio)



O conjunto de dois grandes casarões geminados de três andares (hoje sendo restaurados para abrigar o Museu Pelé) – no Porto do Bispo, Largo de Monte Alegre, em frente à Estação da São Paulo-Railway e à Igreja de Santo Antônio do Valongo –, foi mandado construir pelo Comendador Manoel Joaquim Ferreira Netto. Os sobrados formam dois blocos: o primeiro (ao do lado do porto, Rua da Praia) é datado de 1867; o segundo, na esquina com a antiga Rua Santo Antonio, ficou pronto cinco anos mais tarde (1872), sendo concluído por Luiz Guimarães, sócio da Ferreira Netto & Cia., pois o Comendador falecera repentinamente em abril de 1868.

Os dois grandes sobrados foram utilizados como residência e armazéns, escritórios e para as mais diversas finalidades: de 1873 a 1877, o local sediou, em salas alugadas, o Clube XV, fundado em junho de 1869, tradicional agremiação elitista da cidade. A partir de 1896 até 1939, foi sede da Câmara e da Prefeitura de Santos.

Airam Joaquim de Sousa Martins, um dos principais portugueses da cidade, do grupo dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Beneficência, em 1859, morava na rua Direita n. 20. Manuel Alves Ferreira da Silva, primeiro presidente da S. P. Beneficência, residia na rua da Cadeia (r. Itororó), em setembro de 1859¹¹.

¹¹ FRANCO, 1951: 71, 75.

Noutro trecho da Rua da Praia (hoje Tuiuty), também ficava o casarão do negociante Comendador Barnabé Francisco Vaz de Carvalhais, apenas para citar alguns.

Além das residências mais requintadas na disputa dos espaços centrais encontramos os imigrantes trabalhadores mais pobres e a existência, lado a lado, de casas comerciais, residências de uma única família e nas mesmas ruas, hotéis, hospedarias, pensões, casas de cômodos e cortiços.

Os cortiços, construídos às pressas, para albergar a numerosa imigração chegada em busca de trabalho remunerado e certo, pontuavam as zonas mais centrais da cidade, surgindo nos pátios e nos quintais dos prédios, de qualquer forma, de qualquer tamanho, compostos de cubículos desasseados e acanhados, feitos de tábuas de caixote e de folhas de zinco. Em tais compartimentos úmidos, escuros, baixos e sem ar, aninhava-se uma população descuidada, vivendo quase sem água em condições indescritíveis de desconforto”¹².

Essas construções estavam localizadas em torno das ruas Marquez de Herval Amador Bueno, Rosário, General Câmara, Largo da Coroação (Pça. Mauá), São Francisco, Brás Cubas, Bittencourt, entre outras.

Mais afastados do perímetro urbano, no sopé e encostas de morros e em locais pantanosos, havia o chalé de madeira e zinco, casebres toscos, “quartinhos de madeira” ligados uns aos outros.

Em 17 de junho de 1898, o jornal *Tribuna do Povo*, de Santos, noticiava 186 pessoas em cortiço no centro da cidade¹³.

A denominação cortiço era atribuída a uma grande variedade de habitações coletivas. A residência daqueles que não eram ricos, considerada moradia popular, incluindo os cortiços, estava restrita a:

Casa de cômodos e cortiços, “casinhas”, nos fundos de firmas comerciais e quintais de casas de famílias pobres, como um meio de ganho.

_ Havia os hotéis, hospedarias, pensões, que abrigavam inclusive famílias. O “hotel-cortiço”, onde a população proletária se colocava à noite para dormir em aposentos individuais ou em dormitórios comuns. Local procurado pelos recém chegados como acomodação temporária. Rosemberg dá o preço desse tipo de

¹² ÁLVARO, 1919: 38.

¹³ GAMBETTA, 1988: 197.

alojamento no Hotel Madrid: um dia de pensão – 8 mil réis (sem refeições ou banhos)¹⁴. No Grande Hotel, “que oferece todo o conforto desejável e por preços muito commodos’: 5.000 réis/dia ou 50.000 réis/mês. Almoço – 1.500 réis, jantar – 2.000 réis; chá. 1.000 réis; *cama por pernoite – 2.000 réis (grifo nosso)*”. Frequentes em Santos, os alojamentos do mesmo tipo existiam em residências onde muitas famílias pobres sub-alugavam espaços vazios para pernoites.

_Vagas em estabelecimentos comerciais – porões e sótãos divididos em quatinhos, sem luz e sem ventilação adequada. Empregados e caixeiros que moravam nos locais de trabalho; por ex. Antonio Ferreira Valongueiro, caixeiro da casa comercial de Pereira Lobato de Belmanço que em fevereiro de 1881, tinha como salário 50.000 réis mensais¹⁵.

_ As cocheiras eram estabelecimentos muito difundidos em Santos, por causa do grande trânsito dos bondes puxados a muar e das centenas de carroças, que transportavam o café. Acrescidos à sua função, foram utilizados como alojamento para os cocheiros ou como cortiços de aluguel:

Em alguma cocheira fui encontrar de um lado as baias e do outro um correr de casinhas de madeira servindo de cortiços, não sabendo dizer-vos onde as condições higiênicas eram piores, se nas baias ou se nos cortiços, tal era a imundice que em ambos observei. Não contente com esta exploração torpe, os proprietários de tais estabelecimentos chegaram a fazer quartos de madeira sobre as baias, alugando por preços exorbitantes¹⁶.

Outra descrição é elucidativa: “Um tipo semelhante a este eram os ‘cortiços-improvisados’, cômodos ou barracos construídos no fundo de vendas e depósitos, alugados para famílias”¹⁷.

Existiam, ainda, os cortiços, antigos sobrados com subdivisões dos cômodos com paredes de madeira, numerosos em Santos, pois muitas famílias abandonaram suas casas, com as epidemias do final do século, deixando-as sob a responsabilidade de terceiros, que os sub-alugavam. Os proprietários conseguiam uma boa renda, um negócio de boa rentabilidade.

14 ROSEMBERG, 2006: 257.

15 ROSEMBERG, 2006: 70-72.

16 Relatório da Comissão Sanitária em Santos, 1895. Ver GAMBETA, 1988: 64.

17 Relatório da Comissão Sanitária em Santos, 1895. Ver GAMBETA, 1988: 193.

Assim é que, os armazéns simplesmente cimentados e sem forro, o espaço entre o forro e o telhado, os vãos de escadas, os porões subterrâneos, enfim, qualquer espaço onde se possa colocar uma pequena cama ou esteira, tudo serve de moradia ou dormitório aos pobres jornaleiros com suas mulheres e filhos, quase sempre depauperados por outras privações ainda mais dolorosas. [...]”¹⁸.

FIGURA N.º 3
CONSTRUÇÕES E REALINHAMENTOS DAS RUAS – RUA DIREITA (NOVO Milênio)



Entre os proprietários de cortiços – 700 em 1893 – encontram-se comerciantes conhecidos na cidade, como o alemão Fürer, o grande proprietário de terras Fontana, a Cia. de Curtume Vila Nova, a Cia. Industrial, o Banco de Santos e até o Barão de Paranapiacaba.

A Câmara Municipal via a necessidade de habitações e tentava normatizá-las em 1883, no Código de Posturas: “A edificação de casas denominadas – cortiços – só será permitida, satisfazendo-se as condições do plano de edificações” (art. 7º).

O Código de Posturas de 1897, no art. 92, mais uma vez, indica os cortiços:

São casas ou habitações collectivas todas aquellas que abrigarem sob a mesma cobertura ou dentro da mesma propriedade, terreno etc individuos de famílias diversas constituindo unidades sociaes

¹⁸ Relatório da Comissão Sanitária em Santos, 1895. Ver GAMBETA, 1988: 194-195.

independentes, taes como: hoteis, hospedarias, casas de pensão, villas operárias, estalagens, azylos, collegios, lycens, hospitaes, casas de saude etc.

Art. 93.^o – Em taes construcções deverão ser observadas todas as prescripções estabelecidas para as habitações, principalmente no que respeita à ventilação, illuminação e capacidade das diversas peças do edificio, assim como a sua distribuição interior nos differentes aposentos ou divisões, além de outras disposições gerais.

Os documentos oficiais da Intendência e das autoridades que lidam com o desenvolvimento da cidade, todos eles apontam as más condições de moradia e salubridade em que vivia parte da população na região central e os casos de epidemias. À medida que vai se aproximando o fim do século (1896-1898), com as ações da Comissão Sanitária, a ação do governo sobre as moradias inadequadas vai em direção das demolições. São inúmeras: demolição nos cortiços, nas ruas Marquez de Herval, S. Bento, Xavier da Silva, Gal.Câmara, Rosário, Amador Bueno, Martim Afonso, Xavier da Silveira, encostas e trazeiras da Santa casa e quilombo do Jabaquara, Morro do Fontana, em 1896 (FRANCO, 1951 p.199).

O Código de Postura de 1897, no seu art. 212, faz uma verdadeira radiografia da situação dos cortiços insalubres: “Considerar-se-ão insalubres as habitações:

- 1) Quando o sólo sobre o qual estiverem edificados fôr humido ou alagadiço;
- 2) Quando todos os compartimentos, e especialmente os dormitorios, não forem convenientemente arejados e illuminados;
- 3) Quando não for abastecida de agua sufficiente para todos os mysteres;
- 4) Quando as latrinas e exgottos não forem sufficientes ou não puderem ser lavados com água abundante;
- 5) Quando os encanamentos das installações hygienicas não forem separados da canalisação geral de exgottos por interceptores hydraulicos e convenientemente assentes;
- 6) Quando houver falta de asseio no interior e em suas dependencias;
- 7) Quando nos pateos e quintaes houver accumulo de lixo e de immundicies, existirem cisternas ou fóssas;

- 8) Quando houver pouco cuidado na conservação das latrinas e exgottos;
- 9) Quando o numero de individuos domiciliados fôr superior á capacidade do predio, determinada por cubação;
- 10) Quando os porões forem habitados, servirem para deposito de corpos susceptíveis de decomposição ou quando conviverem promiscuamente na habitação homem e animaes”.

No art. 214.º observa que “Nenhum predio declarado interdicto poderá ser utilizado, pelo proprietario ou por inquilino, para moradia ou para outro qualquer myster”; [...]

Os últimos dois Códigos (1893 e 1898) trazem orientações detalhadas, minuciosas, sobre as construções, indicando que a cidade ampliava seus limites tradicionais e se modernizava, à medida em que superava as também as dificuldades do sanitarismo. Entretanto o ano limite dessa modernização só se dará a partir de 1909. Nas últimas décadas do século XIX, a cidade ampliava os seus limites pelos bairros operários da Vila Mathias e do Macuco, encontrando a população mais pobre melhores condições de vida.

Às muitas dificuldades com as moradias, acrescentem-se oportunidades, nem sempre possíveis de ser vivenciadas, de divertimentos, embora os locais de sociabilidade são numerosos nesta segunda metade do século XIX.

As oportunidades de Encontro na segunda metade do século XIX eram limitadas às possibilidades do território e dos meios de transportes. À medida que a urbanização se desenvolvia com as novas construções, aberturas de ruas e formação de novos bairros, ampliam-se os lugares de sociabilidade.

Nas ruas centrais do Centro de Santos convivem tanto os negociantes ligados ao comércio quanto os de extração mais pobre, os trabalhadores, os escravos e os libertos; “os numerosos cortiços repartiam calçadas com hotéis, prostíbulos, igrejas, edificações oficiais, outras residências remediadas e algumas infrequentes mansões janotas. Debruçada sobre o porto, a região central da cidade se apinhava de armazéns, casas de pasto e outros negócios vinculados ou subordinados ao comércio do café”¹⁹. O memorialista Vitorino, quando criança lembra desse centro fervilhante do comércio portuário santista (agitação também notada por Julio Ribeiro em sua obra “A carne”): “O que mais me divertia era o desfilhar da

¹⁹ ROSEMBERG, 2006: 59.

imigração portuguesa como um formigueiro em direção à estrada de ferro [...]. Eu achava graça nos chapéus de ‘aparar água’, nas calças de veludo, e nas jaquetas curtinhas, de fazenda preta, debruadas com um *vivo verde claro*”²⁰.

Essa região propiciava lugares de encontro e de conflitos numa cidade que reunia populações diversificadas e numa época de encruzilhada e de novas oportunidades. Portugueses, espanhóis e italianos traziam elementos de sua cultura para uma cidade portuária, onde circulavam também, além dos natos, populações vindas de outros locais do litoral, do interior paulista e de outros rincões do país. Grandes levas de escravos oriundos das fazendas foram acoitados nos Quilombos Pai Felipe e Jabaquara. A análise dos processos policiais pesquisados por André Rosemberg revelam esse mundo²¹. Num roubo de 26 sacas de café ocorrido em maio de 1890 contra a firma Bastos & Irmão participaram, no processo, entre acusados e testemunhas, dois escravos; um baiano; um natural de Santos; três portugueses (dois eram testemunhas).

Na pequena Santos do século XIX, primeiramente porto exportação do açúcar e de importação e depois “o porto do café” (sobretudo a partir de 1870), a população portuguesa, em 1872, compunha-se de 931 lusos. Em 1891, já era bem mais numerosa. Viviam na cidade 23.055 portugueses (14.986 homens e 8.069 mulheres)²².

As relações dos portugueses, nem sempre cordiais, davam-se entre familiares; em casas de amigos; nos locais de serviço, na rua, nas associações.

Como exemplo, a roda de amigos mostra uma relação conflituosa, iniciada no ambiente de trabalho: no dia 29 de outubro de 1887. O luso Joaquim Barbosa Teixeira, analfabeto, mais ou menos às 20 horas, estava conversando tranquilamente e divertindo-se em casa de Antônio Gomes, à rua São Leopoldo, em companhia deste e de Avelino Ferreira de Andrade e Manoel Joaquim da Silva, quando surge de repente Albino Silva Guimarães, português, morador à rua da Penha, injuriando-o com termos de baixo calão, duvidando de sua honestidade²³. Ao mesmo que se vê, de um lado, o conflito, observa-se a camaradagem, de outro.

As instituições de apoio solidário ou de agregação dos imigrantes portugueses vão surgindo: a Sociedade Portuguesa de Beneficência desde 1859; e seu hospital, que vai ser o grande arrimo da comunidade (inaugurado em 6 de janeiro de 1878). A Sociedade Portuguesa de Beneficência englobava sócios ricos e pobres. Em

20 VITORINO, 1904: 24.

21 ROSEMBERG, 2006.

22 ALVARO, 1919: 13.

23 ROSEMBERG, 2006: 265.

determinados momentos havia embates violentos entre os que queriam preservar a autonomia da instituição e portanto torná-la mais seletiva e os que achavam que a sua tônica deveria ser o atendimento aos pobres.

Mais para o fim do século XIX, precisamente em dezembro de 1896 organiza-se o Real Centro Português, cujos objetivos, entre outros fortalecer os laços de sociabilidade entre os lusos, isto é, desenvolver o convívio de camaradagem; trocar impressões; reviver as tradições da pátria e da família e promover festividades. A sua primeira produção cênica foi apresentada em dois de maio de 1899²⁴.

Em Santos desenvolviam-se o trabalho e o lazer nas ruas e nas praças, logradouros públicos, onde se realizavam os grandes festejos populares, circulavam as pessoas em seus afazeres. Era também o local, nas três últimas décadas do século XIX, onde se acirravam os ânimos e aconteciam atos de criminalidade, completados por rixas das habitações coletivas²⁵. Mistura de elementos que vão compondo uma nova cidade, através de acertos, de limitações, de lutas de sobrevivência, de modernidades.

O café traz a riqueza, as disponibilidades de trabalho, o aumento da circulação das pessoas e dos carros, principalmente carroças, nas ruas e praças. À medida que os Códigos de Posturas aparecem, percebem-se quais as questões que a cidade está enfrentando. Em 1883, normatizando o trânsito principalmente de carroças (art. 53.º): "Em caso de crusamento de dous ou mais vehiculos de carga, se darão os conductores a direita mutuamente, a fim de evitar-se encontros". Tal era o movimento desses veículos, que Santos era denominada "cidade das carroças".

As oportunidades de lazer e diversão que a cidade oferecia estavam alinhadas conforme as posses da população, o que é óbvio numa sociedade burguesa.

A questão que se coloca é que muitas das distrações culturais estão mais voltadas para aqueles que têm mais posses, principalmente as ligadas aos teatros. Ramalho Ortigão, jornalista e escritor português, em sua obra "As farpas" (1944), escritos do final do século XIX, fala da necessidade de recreios mais populares, de teatros de feira em Portugal. Lamentava, em escritos do final do século XIX, que os portugueses pobres não tinham diversões públicas, que eram instituídas para a burguesia: "De sorte que, como recreio popular, temos apenas as feiras", em situação muito triste de proposta; é necessário a construção de lugares de instrução e diversão adaptadas também para o povo²⁶.

²⁴ PAUL, 1956: 18-22.

²⁵ ROSEMBERG, 2006: 59.

²⁶ ORTIGÃO, 1944: 256.

É interessante o depoimento em setembro de 1885 de um brasileiro empregado no comércio: “[...] ganha 30 mil réis, usa trajes modestos e compatíveis com sua posição, não é sócio do Clube XV, não tem assignaturas nos theatros, não frequenta bailes [...]”²⁷.

Ou a observação de Vitorino que os passeios no Guarujá, no José Menino, no Recreio Miramar, na Barra, eram só “para quem pode”: “As praias, os lugares pitorescos para convescotes, distanciavam-se muito da cidade, e, por falta de transporte e estradas, avenidas e ruas, não permitiam a frequência assídua”²⁸.

Na primeira metade do século XIX a vida era muito simples, numa cidade em que durante algum tempo existiu o toque de recolher para a hora de se lançarem os dejectos das casas. Jaime Franco diz que como não havia diversões públicas nem teatro (só em 1859 sic), “os abastados buscavam os bairros e as praias onde surgiram chácaras e vivendas pitorescas, rumando pelo Caminho Novo da Barra”. E informa que as primeiras grandes festas surgiram com a inauguração do Chafariz no Largo da Coroação (antigo Campo da Misericórdia), em 18 de fevereiro de 1846, para receber a visita do imperador D. Pedro II e sua esposa D. Teresa Cristina. Somente nesse evento, é que “se realizaram festas ruidosas”²⁹.

Quando as linhas de bonde puxadas a burro em 1872 foram levadas em direção ao Boqueirão da Barra (o Caminho Velho e depois o Caminho Novo) e ao Gonzaga com a abertura da avenida D. Ana Costa, aumentaram os passeios a essas duas regiões. Com a inauguração de nova linha da Companhia de Melhoramentos da Cidade de Santos, em 1887, para o Boqueirão pela av. Cons. Nébias (o caminho novo), a Sociedade de Beneficência Portuguesa organizou ali um pequeno festejo, com a apresentação da banda da Sociedade Musical União dos Artistas³⁰. O Ponto do Gonzaga na praia, igualmente longínquo como o Boqueirão, era muito estimado para convescotes ou passeios e o seu acesso também foi facilitado com as linhas de bonde, ainda puxadas a burro.

Miguel Francisco Ferreira anunciava no *Diário de Santos*³¹:

ATENÇÃO RASIADA!

Lembraí do tempo do Ferreira que distraia vossa melancolia no Boqueirão da Barra.

27 Cit. em ROSEMBERG, 2006: 75.

28 FRANCO, 1941: 136.

29 FRANCO, 1941: 68.

30 FRANCO, 1941: 160.

31 *Diário de Santos*, de 4/5/1897, p. 3.

HOJE Domingo HOJE

Estacionará a muito afamada BANDA DE MÚSICA ITALIANA, Locando os mais agradáveis sons de suas musas que muito agradarão ao respeitável publico. Espero rasiada Santista que desfrutem um tão agradável passeio no Boqueirão da Barra. Partirão no Bond das 3 e não vos engane o antigo Boqueirão da Barra.

Os restaurantes e os hotéis com sua habitual diversão, o bilhar, eram procurados, conforme o *status*. Em 1/1/1900, o Restaurante Bilhar Bragança, localizado à rua Gal. Câmara, 144, de Campos & Rodrigues, anunciava o *menu*: “magníficos petiscos à portuguesa. Especialidade em vinhos de mesa, bebidas finas, champagne etc. etc. Havia sala para família e terraço com mesas para o verão. O Restaurante e suas mesas de bilhar funcionariam até 1 hora da manhã”³².

O bilhar era uma diversão muito presente entre os habitantes de Santos, inclusive podendo ser encontrado em certas residências, como as que ofereciam pensão para algum trabalhador.

Já os hotéis Madri e Oriental e outros mais populares eram locais de prostituição, sendo comum o bilhar e o consumo de bebidas, alcançando exagero. O Hotel América, de propriedade de Seneliano de Araújo, em 25 de setembro de 1884, foi palco de quebra quebra de quatro homens, o que ocasionou a presença da autoridade policial. Com frequência havia lá “barulhos”. Em 1881, seu dono era o português Manoel Pereira Alves Bastos de 41 anos. O Hotel Bilhar Santista tinha como proprietários dois jovens estrangeiros: um austríaco (Bernardo Nerba) e um italiano (Carmim Parente) e em 15 de março de 1881 um bêbado promovia ali grande desordem, portando uma navalha e um revólver³³.

A questão da prostituição estava presente nessa sociedade, pois havia muitos homens solteiros, viajantes e marítimos. Na legislação, entretanto, a sua figura só aparece em 1897 (art. 177: “As meretrizes que por palavras ou gestos offenderem a moralidade publica ou que se apresentarem nas ruas, praças ou outros logares publicos sem a necessaria decencia, serão multadas [...] e detidas[...].”).

Os caixeiros ou pessoas ligadas ao Comércio da cidade tinham, desde 1883, o Gabinete de Leitura Luso Brasileiro, da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio (fundada em 1879) com a orientação e a participação do português Raimundo Gonçalves Corvelo. Era procurado principalmente para leitura de jornais.

³² *Diário de Santos*, de 4/5/1897, p. 3.

³³ ROSEMBERG, 2006: 259, 260 e 263.

Um dos lugares mais frequentados pelo povo era o Monte Serrat, em festejos da N. Senhora e no seu sopé a fonte do Itororó, em convescotes ou em passeios:

Com o Monte Serrat – santuário da cidade sempre visitado pelo povo. Embaixo fica o Itororó. Como o Monte Serrat, já teve também a sua época de ouro, no tempo em que as fontes de Santos eram procuradas pela população, havia ali um manancial de água límpida e fresca, e gostosa sombra de frondosas árvores. De quando em quando ouvia-se música executada por afinado conjunto musical. Como passavam depressa as horas naqueles tempos! Bons tempos!³⁴

FIGURA N.º 4
Pic-nic no Monte Serrat (Novo Milênio)



O jornal *Diário de Santos* noticiava que a Sociedade Musical Luso-Brasileiro realizou no dia 4 de maio de 1897 um passeio musical no Itororó:

Verificou-se no domingo à tarde [às 4 h] o passeio ao Ytororo, anunciado por aquella sociedade.

Esta sociedade, installada há longos annos, tendo soffrido no seu tirocínio, gravíssimos abalos, á ponto quase de dissolver-se, tem felizmente, sabido vencer todas as difficuldades, collocando-se em muito bom estado de progresso.

As peças exhibidas nessa tarde foram perfeitamente executadas por esses moços que nas suas horas vagas se teem dedicado a cultura da música.

³⁴ BASTOS TRIGO, 1941: 57.

De volta ao Itororo, dirigiram-se ao Largo da Coroação e ahi tomando lugar no coreto, fizeram-se ouvir, tocando diversos pedaços do Trovador.

Achando-se hoje esse local em condições de ahi encontrar a população, algumas horas de distração, seria muito agradável que nos dias santificados fosse esse Largo visitado por algumas dessas sociedades musicais que existem actualmente entre nós.

Desejamos que o exemplo que acaba de dar a sociedade Luso Brasileira, seja imitado por suas irmãs³⁵.

As bandas musicais eram instituições que se multiplicavam tanto na Europa como em Santos. Os portugueses também tiveram um grupo musical famoso, que se apresentava em solenidades ou em convescotes de praça pública. Era a Sociedade Musical Luzo Brasileira, a mais conhecida.

O morro da Nova Cintra, preferido dos portugueses, no final do século XIX é local para diversão. O jornal anuncia que nos sábados e domingos haveria grande quermesse, com jogos de sorte, fonógrafo e Cosmorama com vistas das principais cidades da Europa e da América³⁶.

Os teatros, que não foram muitos em Santos, eram fundamentais para os diversos tipos de lazer. A cidade possuía diversas sociedades culturais amadoras que reuniam pessoas com interesses artísticos literários, teatrais e musicais: o Grêmio Artur de Azevedo (fundado em 1890), o Grêmio Dramático Júlio Azevedo (dirigido José Andrade do Sacramento Macuco), o Clube Literário Xavier da Silveira (que deixou de existir em 1880). Os portugueses participavam da Banda Musical Luso Brasileira.

O mais antigo foi o do Largo da Coroação ou da Misericórdia (atual Praça Mauá), esquina da Travessa do Teatro (hoje r. Riachuelo).

³⁵ No dia 4 de maio, à p.2 e à p.3 havia notícia e anúncio do convite, assinado pelo secretário J.B. de Oliveira: “[...] Pretende esta sociedade fazer hoje às 4 horas da tarde um passeio no Itororó”. Ver *Diário de Santos*, de 4/5/1897, p. 2.

³⁶ *Diário de Santos*, de 8/2/1900.

FIGURA N.º 5

O primeiro monumento é o Chafariz; o Teatro é o último (Novo Milênio)



Em prédio construído no XVIII, existente pelo menos desde 1830, reformado em 1854 e passando por alguns proprietários, esse pequeno teatro funcionou até 1879, quando se transformou em armazém de café. Grandes espetáculos eram realizados. Muitas companhias teatrais, de passagem para São Paulo, faziam ali alguma apresentação. Durante a sua existência foram passaram textos de Gil Vicente, Garrett, Gomes Leal, Gonçalves Magalhães, Martim Penna, Dumas, Scribe entre outros; as audições de piano e até sessões carnavalescas (*Bal Masqué*).

Aí a Sociedade Portuguesa de Beneficência realizou em 20 de setembro de 1872, com numerosa assistência, para arrecadar fundos para a construção do Hospital, um Festival de prendas. Após o leilão, o poeta santista Silveirinha (Xavier da Silveira, advogado e abolicionista) declamou, sob aplausos emocionados, a poesia Festa da Caridade. O espetáculo terminou pelas 24 horas com a apresentação da Cia. de Comédias de José Antonio Cabral³⁷.

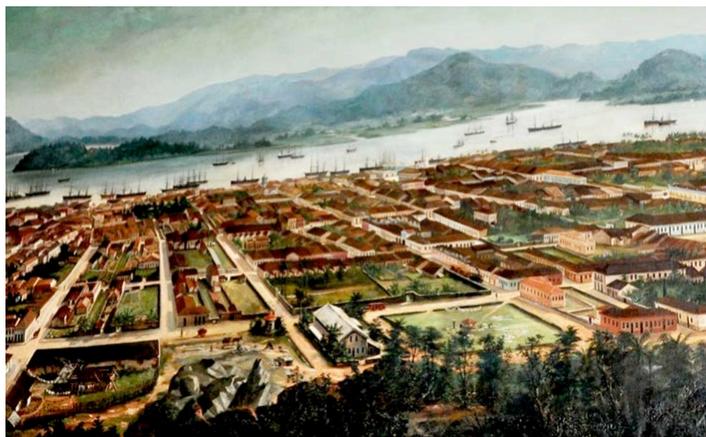
³⁷ FRANCO, 1951: 116-118.

FIGURA N.º 6
Benedito Calixto – 150 anos (editado em 2003 pela
Fundação Pinacoteca Benedito Calixto, Santos/SP)



O Skating Rink foi o segundo teatro de Santos. Localizava-se à rua São Francisco, esquina do Largo do Itororó (hoje, Praça Correia de Melo), em frente à atual Rua D. Pedro II, inaugurado em 1879, serviu como local de espetáculos até dezembro de 1889. Apresentava as mais variadas diversões: patinação, bailes, teatro, corrida de touro, espetáculos circenses.

FIGURA N.º 7
Rink – construção acompanhada de um grande terreno (Benedito Calixto)



Chegou a fazer às vezes de Enfermaria em epidemias e Hospedaria, nas necessidades emergentes de abrigar imigrantes. “O dr. Antonio Tourinho, médico da Imigração, encontrou cerca de 40 crianças no Teatro Rink, convertido em hospedaria de Imigrantes, atacadas de sarampo”³⁸.

O Rink era um casarão de madeira e zinco. Uma de suas atrações populares eram os espetáculos de ginástica, de circo de cavalinhos que enchiam suas dependências. Essas atividades já estavam se desenvolvendo em Portugal, segundo Ramalho Ortigão³⁹.

“Passemos ao Rink transformado em circo de cavalinhos para receber a companhia equestre dos Sr. Sampaio, na qual vinham duas estrelas, pequenas ainda – Nenê e Marietta – como exímias ginásticas, nos saltos mortais no trapézio e no arame”. Em várias apresentações à noite (20,15h), o Rink ficou cheio, agitando a rapaziada santense dividida em dois blocos de torcida, com esses espetáculos antes de maio de 1888.

O gosto pelos espetáculos ginásticos aparecia na cidade. Em 15 de julho de 1880, estreia a Cia. Japonesa no Rink e o público comparece, pois “tem queda muito pronunciada pelo gymnastico”⁴⁰, gosto também desenvolvido em Portugal, nessa época, pelo menos nas grandes cidades. Em 7 de setembro de 1887, volta a apresentar-se a Companhia Japonesa de Ch. Comelli.

Santos teve, também, um velódromo. No final da década de 1890, foi construído pela União Sportiva de São Paulo após adquirir, de um grupo de Santos, o Coliseu Santista⁴¹, ainda em obras, localizado em grande terreno (4.808 m²), na esquina das ruas General Câmara e Conselheiro Nébias (próximo ao Clube Eden e ao palacete Aranha, na Vila Nova). O local foi transformado em frontão e velódromo, duas práticas esportivas em grande voga nesse fim de século. Tinha uma pista para ciclistas, duas arquibancadas de madeira e um botequim e sua entrada era pela General Câmara. Frontão era o local do jogo de pelota, muito caro a um grupo de espanhóis. Eles foram o segundo maior grupo de imigração em Santos, ao final do século XIX. As atividades da União Sportiva de São Paulo no local iniciaram-se em 18/7/1897, fechando dois anos depois. Em 1901, reabriu para o jogo da pelota basca, mas faliu nesse ano e os

38 *Diário de Santos*, de 21/3/1893.

39 ORTIGÃO, 1944: 259, 291-293.

40 *Diário de Santos*, de 15/7/1880.

41 O segundo Coliseu Santista, já na Praça José Bonifácio, foi construído para cine-teatro em 1909 e reformado em 1924, arquitetura conservada nos dias de hoje.

bens foram adquiridos em hasta pública pelo capitalista luso Antonio Ferreira de Carvalho, em 14/8/1903⁴².

A elite realizava também atividades ciclistas na Barra, na Cons. Nébias, aberta e pavimentada, em direção ao Boqueirão, ou no José Menino. Uma proposta de corrida foi anunciada, para o dia 7 de janeiro de 1900, mas não concretizada: “Alguns ciclistas do nosso extinto Colyseu projetam uma grande corrida na praia do José Menino a efetuar-se no próximo domingo. A partida será do hotel Bella Vista e a chegada no Gonzaga [...]”⁴³.

FIGURA N.º 8
Velódromo de Santos



Outro teatro mais digno desse nome foi o Guarani, inaugurado a 8 de dezembro de 1882, na Praça dos Andradas com Amador Bueno – diante do belo jardim dessa Praça – mais luxuoso, obra do conhecido Manoel Ferreira Garcia Redondo, que teve passagem por Portugal, e com pintura do renomado brasileiro Benedito Calixto. Tornou-se a principal casa de espetáculos de Santos, palco de solenidades abolicionistas e de grandes espetáculos, entre eles em 1886, a da consagrada Sarah Bernhardt, que encenou “A Dama das Camélias”. Por ocasião da instalação solene do Centro Português em 1.º dezembro de 1895, com grande festa, encenou-se no Teatro Guarani à noite “O Drama do Povo”, em cinco atos, de autoria do luso Manoel Pinheiro Chagas, da Cia. Isméria dos Santos⁴⁴.

42 BANDEIRA JR., 1993: C-7.

43 *Diário de Santos*, de 5/1/1900, p. 1.

44 FRANCO, 1951: 198.

Existiu também o Teatro “Variedades”⁴⁵, nessa mesma Praça, sito à rua Leopoldo, esquina na travessa de XV de Novembro, lado esquerdo, construído pela firma Manoel Teixeira de Souza & Cia. Inaugurou com a comédia lusitana de Eduardo Garrido “Mosquitos por corda”, em dezembro de 1899. Vendido, em 1902, passou para o gênero dos cafés concertos que havia nas cidades européias, no Rio de Janeiro e até em São Paulo, portanto mais ligado a uma elite.

A existência de distrações em teatro aparece com frequência nos noticiários do jornal.

No dia 4 de julho de 1880 estava anunciada a grande *zarzuela* Maggiales, dividida em quatro atos, dirigida por Nicanor Martin. A *zarzuela* era um tipo de ópera espanhola caracterizada por diálogos e temas satíricos.

As entradas variavam de preço, desde 15\$000, o camarote, cadeiras 3\$ galerias; cadeiras 3 e 2\$000 e Gerais, 1\$000. Em 6 de julho anuncia-se a última assinatura da Companhia de Zarzuelas, com a apresentação de “Gallinas Ciegas” e “L` hombre es debile”⁴⁶.

Houve também espetáculos com touros. Estava programada para domingo, 20 de fevereiro de 1880, em “local reformado e aumentado para esse espetáculo” à rua Amador Bueno, canto da Brás Cubas, a 2.^a corrida de touros pela Cia. de Toureiros Portugueses. O jornal noticiava que o gado já se encontrava no Casqueiro (arredores de Santos, próximo ao Cubatão), “que é todo de muito pé”⁴⁷.

As touradas, tão caras aos ibéricos, puderam existir até 1883, quando são impedidas no art. 121.^o, e de 1897, no art. 191.^o: “São expressamente prohibidos o espetáculo denominado touradas, a exposição de Judas em sabbado de alleluia e o jogo de entrudo”.

No final de Oitocentos os portugueses fundaram o Clube Atlético Lusitano, para praticar o futebol amador e existiu até 1930. Os seus dirigentes reuniam-se no Armazém Coração de Jesus, na rua Bittencourt, com a Constituição. Sem campo próprio, as disputas de seus jogos davam-se nas dependências do Docas de Santos⁴⁸.

Havia grandes festividades em praças públicas: procissões, eventos comemorativos ou grandes acontecimentos. Alguns estão com destaque pela imprensa, como os do fim da Guerra do Paraguai, os da Abolição da Escravatura

45 Desapareceu em 1903. Há divergências entre os historiadores sobre essa instituição.

46 *Diário de Santos*, de 4/7/1880 e 6/7/1880.

47 *Diário de Santos*, de 17/2/1880, p. 3.

48 PAUL, 1986: 54.

em 13 de maio de 1888; o das comemorações do 4.º Centenário do Descobrimento do Brasil (1900); os dos santos padroeiros.

Os festejos populares da passagem para o ano de 1900 foram relatados por Jaime Franco⁴⁹. Iniciados em frente à Igreja Matriz, entre grupos (onde se fazia a cerimônia da adoração do Santíssimo Sacramento), na Praça da República, catalogou-os de ruidosos:

[...] à meia noite em ponto, queimaram-se muitas girândolas, entre gritos de entusiasmo do povo, em massa compacta que transbordava pelas ruas adjacentes, enquanto os navios, no Porto, apitavam em desespero, os sinos das Igrejas repicavam e a banda dos bombeiros rompia em acordes marciais, pelas ruas do centro urbano, em visita às autoridades e á imprensa. Os edifícios do Clube XV, da Sociedade Humanitária, do Eden Clube, Alfândega, Recebedoria de Rendas, Câmara Municipal, Igreja Matriz, muitas casas particulares ostentavam bandeiras e tinham as fachadas com iluminações, por inúmeros bicos de gás. [...] E só alta madrugada, o povo dispersou satisfeito por ter comemorado o Ano Novo, na esperança de novos dias que os do século findo, fartos de peste, fome, guerra, injustiças”.

Como amostra significativa da exuberância das festividades populares desenvolvidas, a festa em regozijo à chegada da fragata portuguesa Adamastor é uma mistura de aspectos elitistas e populares. A grandiosidade revela a existência, de um lado, de comerciantes ricos, e de outro a grande presença da população lusa mais pobre.

Em dezembro de 1898, Santos recebeu a visita do vaso de guerra da armada portuguesa Adamastor, esse “pedaço flutuante da pátria portuguesa”. Para os preparativos da recepção, houve a suspensão das lutas associativas que acirravam os ânimos dos sócios da Sociedade de Beneficência Portuguesa. Na manhã do dia 2, o cruzador fundeou diante da Ilha das Palmas, entrada da Barra, com uma salva de 21 tiros.

A cidade amanheceu com as ruas ornamentadas de galhardetes e folhagens, com o ar festivo dos grandes dias de feriado nacional. O povo aglomerou-se no

49 FRANCO, 1951: 235-236.

cais em frente à Alfândega, desde madrugada, para assistir ao cortejo fluvial dos rebocadores, lanchas, batelões, canoas, enfeitadas com bandeirolas azuis, verdes, brancas e amarelas. As comissões dos festejos, os convidados, duas bandas de música, a Colonial Portuguesa [fundada em 1896] e a Sociedade Humanitária [em 1894], embarcaram, perto da Guarda-Moria. Pouco depois, rumaram em direção à Barra Grande, ao encontro do ‘Adamastor’ [...]. Nas praias, milhares de pessoas agitavam-se, procurando divisar o navio de guerra português⁵⁰.

Depois da banda do Adamastor ter tocado o hino da Carta, o navio foi se movimentando no mar, ouvindo-se da praia “os acordes estridentes e ribombantes das duas bandas de música, em meio de constantes vivas e algazarras”. Fundeando a seguir, com uma tripulação de 244 pessoas, no porto na direção do Hospital da Beneficência Portuguesa todo enfeitado, encontraram-se as autoridades da cidade com o alto comando do navio. Na praia (na região do cais) “entre a Beneficência e o mar, mais de 4000 pessoas contemplavam embevecidamente o navio de guerra português”, que à noite ficou todo iluminado eletricamente. Foi oferecido um jantar aos oficiais na “bela residência” do Comendador João Manuel Alfaia Rodrigues, com a presença de um seleto grupo de pessoas. No dia seguinte (3 de dezembro), o Comandante Ferreira do Amaral e seus oficiais, “vieram à terra, tomaram três carruagens e dirigiram-se à Estação de Itororó”, onde embarcaram de bonde para São Vicente, recebidos solenemente. A seguir a comitiva percorreu as ruas da cidade, “entre o entusiasmo do povo, que atirava flores e confeitos” e nova recepção.

Saindo de São Vicente pelas praias desertas, chegaram ao Recreio Miramar, centro de diversões e convescotes no Boqueirão, completamente enfeitado, para um banquete de cem talheres, oferecido pela Colônia Portuguesa de Santos e o Alto comércio do café à oficialidade, entre brindes e agradecimentos.

A festa continuou à noite com um sarau, no Teatro Guarani, enfeitado com folhagens e flores, com balões venezianos multicoloridos, embandeirado e iluminado com bicos de gás. Nas imediações, “densa multidão de curiosos esperava a chegada dos oficiais e marinheiros portugueses, muito antes do início” do espetáculo. Apresentaram-se pequeno entreato por artistas amadores; poesias e a seguir a comédia “Timidez” de Cornélio Guerra (de Eduardo Garrido), terminando com o discurso do Vice-cônsul dr. Cunha e Costa. Enquanto falava, ao fundo uma grande tela cenográfica descia lentamente mostrando o Adamastor

50 FRANCO, 1951: 205.

fundeado. Apresentavam-se dois marinheiros, um de cada pátria, com suas respectivas bandeiras, apertavam-se as mãos fraternalmente, e os participantes do sarau, encerrando o evento com os hinos nacionais.

No dia seguinte, domingo 4 de dezembro de 1898, depois do meio dia, os oficiais, voltaram a terra para visitas às instituições lusas pomposamente organizadas: a Sociedade Beneficência Portuguesa e seu hospital; ao Centro Português e à Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos, onde a presença portuguesa era marcante, visitando a sua

“esplêndida Biblioteca e gabinete de leitura. Daqui, apressaram-se a tomar bondes especiais em direção à Ponta da Praia de Embaré [arrabalde], para assistir ainda a várias competições de remo pelo Clube de Regatas Santista, em cujo trajeto gastaram quarenta minutos e donde voltaram às sete horas da noite, depois de brilhante recepção, no meio de fraternal alegria”⁵¹.

À noite, sem o Comandante, os oficiais do “Adamastor” juntamente com vários intelectuais e jornalistas, realizaram, no Hotel Internacional, na praia do José Menino, no Hotel Internacional, um jantar dançante e literário, encerrando-se as festivas homenagens.

Em todas as solenidades houve a apresentação das bandas musicais, destacando-se a Colonial Portuguesa e a da Humanitária.

A semana seguinte foi marcada por viagem e visitas à capital paulista, através da Estrada de Ferro São Paulo Railway, aí permanecendo até o início do domingo, dia 11 de junho, quando a oficialidade voltou a Santos. Um último evento foi realizado com os marinheiros do “Adamastor” e do Aviso de Guerra brasileiro “Trindade”:

Nesse domingo à tarde os marinheiros dos dois navios de guerra desembarcaram de lancha no cais em frente à Alfândega. Na Praça da República, povo e marinheiros, levando a banda da Colonial Portuguesa e muitas bandeiras de Portugal e Brasil e estandartes onde se liam os nomes das províncias portuguesas – Alentejo, Trás-os-Montes, Douro, Beira-Baixa, Minho, Extremadura, Beira-Alta, Algarve – formaram enorme préstito com mais de seis mil pessoas, seguindo pela Rua 15 de Novembro, Rua Santo Antônio e General Câmara até o Coliseu Santista na esquina

⁵¹ FRANCO, 1951: 211.

da Rua da Palha [Amador Bueno], onde formaram gigantesca mesa em forma de H, começando o banquete às quatro horas da tarde, sob intensa alegria e na mais completa confraternização luso-brasileira ⁵².

Na segunda-feira o “Adamastor” zarpou, deixando a cidade de volta ao seu cotidiano às suas mazelas e às suas esperanças.

As diversões de carnaval eram normatizadas e era proibido o entrudo, ou seja, a arrebentação das laranjinhas nas pessoas. O entrudo era uma atração carnavalesca muito desenvolvida no Brasil. Na Bahia, por exemplo,

“Os incidentes que realizavam a prevenção de “ir brincar o entrudo” não arrefeciam o frenesi das demais famílias que dos sobrados, frente a frente, batiam-se, do povo baixo, que nas praças, nas ruas, nos chafarizes, tatuavam-se de vermelhão e polvilho, despejava bacias d’água, e ria a mais não poder, vendo saltar da gamela que se entornava, o vizinho ou o desconhecido, recrutado de improviso para o banho” ⁵³.

A análise dos Códigos de Posturas é modo de conhecer e verificar os costumes e as diversões de uma cidade numa determinada época. Santos, no século XIX, teve vários códigos (1847, 1857, 1870, 1883,1897).

O fato de a proibição do entrudo aparecer nas várias legislações significa que essa brincadeira era querida e a lei não, respeitada: “Fica igualmente proibido o brinquedo publicamente do entrudo nas ruas, travessas, largos e pateos (1847, art. 49.º); ”É igualmente proibido o brinquedo público de entrudo “(art. 50.º, 1857; art. 81.º, 1870). Fica proibido o jogo do entrudo (art. 123.º, 1883)”.

Um incidente com a prática do entrudo em cima de um português importante foi parar na polícia: Lino José de Matos, natural de Chaves que foi vice-cônsul em Santos e presidente da Sociedade de Beneficência Portuguesa. Quando ele tinha 26 anos,

“sentado à porta de sua residência às 8 e meia da noite do dia 7 de março de 1886, foi vítima de tentativa de entrudo: Bernardo dos Santos Porto, brasileiro, natural de São Sebastião, 32 anos, solteiro,

52 FRANCO, 1951: 211.

53 MORAIS FILHO, 2002: 120.

empregado do Correios, ia molhá-lo com uma caçamba de água e, ao pedir que não fizesse isso, o “carnavalesco” chamou-o de “galego, corno e bêbado”⁵⁴.

O Código de Posturas de 1897 envolvia no mesmo artigo outras proibições: “Art. 191.º: ”São expressamente proibidos o espetáculo denominado touradas, a exposição de Judas em sabbado de alleluia e o jogo de entrudo”.

Também fora dos três dias de folia era proibido “andar mascarado pelas ruas, praças e outros locais públicos e arrabaldes” (1870, art. 192.º).

Os fogos, como se pode perceber, nos eventos já aqui mostrados, eram muito utilizados, porém, com ordenamento. Nas apreciadas festas juninas, não se podia “fazer fogueiras nas ruas. Tiros, foguetes são possíveis somente nos pátios das Igrejas, nas vésperas de Santo Antonio, São João e São Pedro” (Cód. 1870, art. 62.º). No Código de 1854, já havia esse tipo de limitação: “É proibido ainda mesmo em dias festivos o fogo solto denominado buscapés”. O perigo de incêndio era muito grande.

Os jogos de azar foram sempre proibidos: por exemplo, no Código de 1870: Proibição dos jogos públicos de cartas [“vermelhinhas”], dados ou cartões (art. 65.º). Em 1883, o Código anunciava que era proibido manter casas de jogo

“em casas publicas de tabolagem, todos os jogos de parada, aposta ou azar, por meio de cartas, dados, buzios, roletas, cujo dono, locatario ou empresario aufira dos jogadores qualquer interesse; bem como o que tiver lugar nos hotéis, botequins, casas de bailes, barracas, armazens, tavernas, depositos ou fábricas de cerveja, cortiços, mercados ou quaisquer reuniões publicas e lugares que no mesmo caso estão. É proibido jogando nas ruas, praças e mais lugares publicos, bem como em corredores, adros de igreja”.

Concluindo, os portugueses, como integrantes da população santista, tinham momentos ou oportunidades de diversões, sejam eles ricos ou pequenos comerciantes ou pessoas “miúdas”, conforme as possibilidades econômicas.

⁵⁴ ROSEMBERG, 2006: 35.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Almanach Litterario de São Paulo para o anno 1885 (LISBOA, José Maria). São Paulo: Typographia da “Provincia de S. Paulo”, 1884.

ALVARO, Guilherme, 1919 – *A Campanha Sanitária de Santos: suas causas e efeitos*. São Paulo: Casa Duprat.

CÂMARA DE SANTOS: Códigos de Postura de 1847, 1857, 1870, 1883 e 1897.

D’ALINCOURT, Luiz, 1953 – *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá (1918)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1953; São Paulo: Martins, 1953.

DIÁRIO de Santos, 1880-1900.

LALLEMANT, Robert Avé, 1980 – *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/USP).

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA JR., 1993 – “Nosso primeiro teatro”. *A Tribuna*. Santos.

BASTOS TRIGO, 1941 – *Minha cidade*.

CARMO, Bruno Bortoloto, 2010 – *Entre práticas e representações: um estudo de caso do Código de Posturas de Santos (1857)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade Católica de Santos.

FRANCO, Jaime, 1951 – *A Beneficência*. Santos.

MELO MORAIS FILHO, 2002 – *Festas e Tradições populares do Brasil*. Brasília: Senado Federal.

PAUL, Clotilde, 1986 – *Associações Portuguesas da Baixada Santista*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Centro de Estudos.

PEDRO, Carina Marcondes Ferreira, 2010 – *Casas importadoras de Santos e seus agentes: comercio e cultura material (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado (História) Universidade de São Paulo.

RAMALHO ORTIGÃO, 1944 – *As farpas*. Lisboa: Clássica Editora, v. VIII.

ROSEMBERG, André, 2006 – *Ordem e Burla: Processos sociais, escravidão e justiça social em Santos*. São Paulo: Alameda.

SCHICCHI, Maria Cristina, 2008 – “Patrimônio arquitetônico das cidades paulistas: a preservação como questão de urbanismo”. *Arquitetura revista*, Unisinos, São Leopoldo, v. 4, n.º 1, p.87-109.

VICTORINO, Carlos, 1904 – *Santos: Reminiscências (1875-1898)*. São Paulo.

GAMBETTA, Wilson Roberto, 1988 – *Soldados da saúde: a formação dos Serviços de Saúde Pública em São Paulo (1889-1918)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo.

LEITE, Joaquim da Costa, 2000 – “*O Brasil e a imigração portuguesa*”, in FAUSTO, Boris (org.), *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.

ALIMENTANDO O CORAÇÃO: MEMÓRIA E TRADIÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES PORTUGUESAS – SÃO PAULO (1900–1950)

MARIA IZILDA MATOS

INTRODUÇÃO

Come-se não só por uma necessidade fisiológica, mas por prazer, sendo que as pessoas se reúnem à mesa para se alimentar e também para se sociabilizar, conversar, comungar idéias e crenças, compartilhar sonhos, memórias e valores.

A transmissão dos fazeres e saberes da alimentação (o gosto e o cozinhar) compõe as trajetórias femininas e se fizeram presentes nos deslocamentos dos portugueses. Assim, sob a perspectiva da história cultural, esta investigação focaliza gostos, hábitos, práticas e tradições alimentares dos portugueses emigrados para São Paulo/Br, destacando o papel das mulheres. Recuperaram-se as experiências alimentares no cotidiano (questões do abastecimento, práticas e tradições da cozinha) através da história oral e de vários outros documentos, num diálogo que revelou lembranças e esquecimentos, memórias de sabores, imagens e aromas, temperados com lágrimas e saudades.

GOSTO: ALIMENTANDO O CORAÇÃO

“a comida alimenta também o coração, a mente e a alma”¹.

Alimentar-se é um imperativo biológico que atende às necessidades de sobrevivência, mas, *não se come apenas para* saciar a fome e se nutrir, também

¹ CONTRERAS, 1993.

para saborear, por prazer, tradições e hábitos adquiridos, envolvendo construções simbólicas e heranças culturais recebidas.

O sabor (o que se sente pelo paladar) diferencia-se do gosto que é o resumo de várias experiências adquiridas e transmitidas, presentes nas experiências de deslocamentos dos portugueses, como rememora D. Delmina.

“A tradição portuguesa e a culinária sempre manteve, os meus filhos são louquinhos pela comida, gostam demais. – “O mãe, só vou almoçar aí se fizer bacalhau”. Sei fazer bacalhau com natas, no forno, á portuguesa...”².

Enquanto uma construção cultural e histórica, o gosto é resultado de uma educação culinária, que por sua vez se inscreve na educação geral, cabendo destacar a importância do papel feminino na formação do gosto e na transmissão dos hábitos.

O gosto³ tem um sentido cultural, movido por estímulos gustativos, visuais, olfativos e também afetivos, sendo os sabores e a formação do paladar introduzidos na infância, em geral pela mãe, ou por quem prepara os alimentos. Como relata D. Maria de Lurdes

“Olha, na minha casa, minha mãe fazia comidas assim, que ela ensinou pra nós, mas eu não sou capaz de fazer a comida tão boa que a minha mãe fazia. Ou eu acho que era tão boa.
Eu faço bolinhos de bacalhau, uns pasteizinhos doce, que é aparte da culinária que eu mais sei fazer. Como já disse, fui criada no campo, não sei muito, mas o que eu aprendi, dá”⁴.

² Delmina da Conceição Lourenço Gonçalves 19/5/1931, Raval, Bragança, Trás os Montes, chega ao Brasil em 1959.

³ As palavras: gosto, paladar e sabor apresentam diferenças sutis em seus significados e às vezes se confundem, podendo ser consideradas como sinônimos, conforme o contexto em que são empregadas. O “gosto” tem o sentido pelo qual se percebe o sabor das coisas; enquanto o termo “sabor” emprega a impressão que as substâncias produzem na língua ou propriedade que tem tais substâncias de impressionar o paladar. Já o termo “paladar” tem o sentido anatômico de palato, a região do céu da boca, sensível ao sabor. O gosto define para um grupo social suas escolhas, impõem-se enquanto hábito às demais manifestações culturais.

⁴ Maria de Lurdes Arruda Paz, São Miguel Açores 16/3/1945, chegou em 1956, trabalhou na tecelagem Santa Virgínia por 14 anos.

A memória dos sabores da meninice se mantém presente por toda a vida, os aromas e sabores dos pratos da infância são inesquecíveis, “maravilhoso tesouro dos sabores da infância, sabores da felicidade perdida, doces sabores do passado”⁵. Testemunhos que, apesar dos anos não se perde, sobrevive e até resiste, que emerge como “campainhas da memória”, revivendo sabores marcantes, percepção dos ingredientes, dos aromas acentuados, como do cravo e da canela, que impregnam os corredores das reminiscências, constituindo-se em memórias afetivas que levam na busca de tempos perdidos, dos momentos de carinho, das demonstrações de afeição ou da espera ansiosa pela data festiva com suas guloseimas.

Entre os diferentes tipos de memória (específica, étnica e artificial) o gosto constitui um dos elementos da étnica, a dita “cozinha da memória”⁶, que possibilita o reconhecimento entre os membros de um grupo, através do uso de ingredientes e procedimentos, que reproduzem sabores, odores que atendem a um gosto específico.

“Das comidas portuguesas faço também rabanadas, alheiras, carne de porco, como eles falam lá em Portugal, como é que eles falam? O leitão, o leitãozinho...”⁷

Transfere-se para outros países, o gosto e os hábitos enraizados. Na experiência de deslocamento, a alimentação é o último costume abandonado, podendo ser considerado até um fator de resistência.

“O paladar muitas vezes é o último a se desnacionalizar, a perder a referência da cultura original. A culinária atua com um dos referenciais do sentimento de identidade: é por sua característica de portátil [...] que ela pode se tornar referencial de identidade em terras estranhas”⁸.

5 CERTEAU. 1998.

6 HERVÉ, 2006.

7 Carminda Macedo, Estoril/Lisboa 1916, bordadeira.

8 DUTRA, 1991.

MISTURANDO OS TEMPEROS: COZINHAR E HIBRIDISMOS

“diga-me o que comes que eu te direi quem és”.

O cozinhar é um ato cultural, abrangendo sistemas de valores com escolhas e gostos, alimentos apreciados, rejeitados e preferidos, envolvendo procedimentos, códigos e regulamentos, práticas e preceitos; tradição, mas também, inovações, descobertas. Cozinhar constitui-se em *habitus*⁹ e se mantém como elementos da memória, representações simbólicas do passado, traduzindo o sentimento de pertença, integração, reconhecimento e escolha, já que o que uns comem se diferencia do que os outros apreciam.

A composição do cardápio e preparo dos alimentos subentende um processo complexo que abarca várias etapas: eleição dos produtos (códigos de aceitação, rejeição e tabus), classificação, acesso aos ingredientes, técnicas e processos de preparo (grelhar, assar, fritar ou cozinhar), condimentação e conservação, também, as formas de servir e a apresentação á mesa. Como relata D. Carminda sobre as práticas da família na sua infância.

“Meu pai era assim; na quinta-feira comia o especial cozido português e na sexta-feira gostava de bacalhau com batatas cozidas, ovos que eram depois temperados feito uma salada”.

Os saberes da cozinha são transmitidos de geração a geração, entretanto da tradição escrita pouco restou. A elaboração dos pratos era/é majoritariamente automática, mantendo-se como parte dos costumes e elemento da memória, com práticas, hábitos recebidos e transmitidos oral e empiricamente. Como rememora D. Carminda

“Das comidas portuguesas eu faço arroz doce, bacalhau de forno. O bacalhau que era a receita da minha avó Rufina, que passou para as filhas, só que eu não aprendi com minha mãe, porque minha mãe já tinha falecido. Aquele era tradicional a tia Beatriz é que me explicou como era feito este bacalhau. Daí eu já era moça, e ficou na família, faço salada de grão de bico, sopa de grão de bico, essas coisas assim”.

9 BOURDIEU, 1988.

Cozinhar implica em fazê-lo para alguém, para os outros membros da família, estando a permanência da receita atrelada a sua capacidade de agradar. As receitas enraizadas vinculam-se a idéia de cozinhar bem e estão associadas á vida doméstica e ás tradições. Através delas podem-se decifrar códigos econômicos (produção e consumo), a recorrência de ingredientes (vinculada a produção local ou às ações de importação e exportação), favorecimento de certos produtos, mudanças e permanência de hábitos familiares, diferentes paladares, hábitos de comer frio ou quente, mais ou menos salgado, apimentado, pastoso ou sólido, também os sentimentos estéticos com suas diferentes maneiras de apresentar e servir.

Apesar de serem numerosos os livros de receitas, entre os imigrantes portugueses, os registros em cadernos de receitas ou manuscritos são raros, verdadeiras lacunas documentais. A falta de hábito de registro talvez se deva a baixa escolaridade, principalmente feminina, que inviabilizava a manutenção de um caderno de receitas, ou se existiram alguns, foram perdidos nos tempos e nos deslocamentos. Além do mais, as receitas eram constantemente modificadas, tanto quanto aos ingredientes, como quanto aos procedimentos utilizados, não somente por ausência de registros, também, pela criatividade-inovação-possibilidades de quem cozinha.

“Pataniscas quase ninguém sabe fazer, tira a posta de bacalhau, embrulha com ovo e farinha e depois frita com a colher. Come-se bem quente, fica até crocante na boca. (D. Delmina)

Massa sovada, feito em ovos, as malassadas como o se fosse uma massa de pastel”¹⁰.

D. Armandina¹¹, por insistência familiar, tem buscado registrar seus saberes e revela os segredos do seu Bacalhau com Grão de Bico.

“Ingredientes:

- Bacalhau
- 2 chávenas de grão de bico seco
- cebola, alho, tomate, azeite, sal e cheiro verde.

¹⁰ Antónia Rodrigues Veríssimo, Ilha de São Miguel. Açores, em 8/1/1927, chegou ao Brasil em 1955, estabelecendo-se na Vila Carrão.

¹¹ D. Maria Armandina Ferreira Marques, nasceu em Lisboa em 1915, chegou ao Brasil em 1947, morou no Rio de Janeiro, Santos e depois se estabeleceu em São Paulo, costureira.

Preparo:

Coloque de molho o bacalhau e o grão.

Refogue ligeiramente cebolas e alho no azeite, junte o tomate e deixe cozer em fogo brando. Neste molho coloque o bacalhau cortado em tiras, cozinhe até o bacalhau ficar macio.

Coza o grão com cebola inteira e azeite. Tire o bacalhau e junte o grão cozido ao molho, apure bem, depois acrescente o bacalhau novamente, prove de sal, acrescente cheiro verde e azeitonas”.

Como texto, a receita prima pela economia de palavras, estilo preciso, apesar de que requer um saber prévio e capacidade de decifrar os códigos. Convencionalmente, inicia-se por enunciar os ingredientes, seguido das etapas de execução, estabelece-se a forma da mistura (bata rapidamente ou lentamente, com vigor ou vagarosamente, mexa com cuidado, os gestos e utensílios, ponto do doce, uniformidade da mistura), seguem-se os tempos e formas de cozimento e, finalmente, a apresentação.

D. Ilda Maria observa as diferenças e adaptações na forma do preparo, rememorando como era feito nos Açores, em sua região de origem.

“Na cozinha faço bacalhau, bacalhoadá, feijão branco assado e o cozido açoriano, cozido dos Açores. Só que não é feito como lá, porque a gente não tem buraco aqui, lá eles fazem um buraco no chão e põe na panela de barro... graças a Deus não temos nenhum vulcão aqui, então não tem como lá, eles cozinham no vulcão, põe legumes, assados tudo na panela e põe a panela no buraco. A gente põe bem fechado, muito bem tampado. Fica muitas horas ali...”¹²

Mesmo frente ao distanciamento do ambiente familiar, a cozinha é depositária e transmissora de hábitos, que dificilmente se apagam, tornando-se além de reveladora do grupo que emigra um elo entre o imigrante e as suas origens, tão importante como o idioma falado porque identifica e propicia o reconhecimento das pessoas do mesmo grupo, sendo portátil no processo de deslocamento.

¹² Ilda Maria Salvador dos Reis, São Miguel, 22 de junho de 1939, chegou ao Brasil em 1952, se estabeleceu no bairro da vila Carrão SP, desde os 13 anos trabalhou como fiandeira na fábrica Guilherme Jorge, aonde conheceu o marido, que era um tecelão açoriano.

“O bacalhau ao forno, naquele tempo não se fazia como hoje. Esse de forno eu vim saber direito pela tia Beatriz, porque naquela época minha mãe já tinha falecido, não deu tempo dela me ensinar. Eram assim as comidas, sopas, caldo verde não podia faltar e ele também comprava alheiras. Mas, também gostava da comida brasileira. (D. Carminda)”.

No entanto, quando ocorre o deslocamento arca-se com todo um processo de estranhamento, com mudanças e apropriações, desconstrução e reconstrução, tendo que enfrentar as dificuldades do cotidiano, como de acesso aos ingredientes. Nas trajetórias de vida novas experiências, hábitos e sabores podem ser apropriados. “Logo, as heranças, apesar de uma matriz semelhante, podem resultar diferentes, pois são constituídas pelas experiências pessoais”¹³.

Entre os imigrantes portugueses em São Paulo, embora a tradição permaneça não se torna ileisa às transformações, novas experiências possibilitaram que alimentos fossem acrescentados e outros abandonados, levando a incorporação de novos sabores, valores e possibilidades presentes na cidade¹⁴.

“Hoje fiz “suplicas” para tomar com café. Sei fazer também arroz doce e curau de milho. (D. Delmina)

Pastéis de Belém e arroz doce, têm outros doces gostosos lá, como aqui no Brasil também. (D. Carminda)”.

Assim, conservam-se as tradições da doçaria portuguesa, todavia agregam-se outros doces conhecidos no país de acolhimento, além dos pastéis e doces de ovos, acrescenta-se o curau de milho, certos pudins, o uso do coco, influências brasileiras.

¹³ ELIAS, 1997.

¹⁴ As imigrantes portuguesas eram as preferidas para as atividades como cozinheiras e empregadas domésticas, o que pode ser observado pelos anúncios nos jornais e nos relatos dos memorialistas. Os trabalhos na cozinha exigiam competência no preparo dos pratos e possibilitaram trocas de experiências e receitas, reproduzindo pratos tradicionais portugueses e aprendendo novos hábitos alimentares. Também os imigrantes que tiveram a possibilidade de contratar domésticas e cozinheiras, acabaram incorporando novas experiências alimentares, assim, estas relações estabeleceram mediações que geraram hibridismos e novas práticas.

ANTIGAS TRADIÇÕES: FRONTEIRAS E DESAFIOS

“cada época da história modifica o que se põe no fogão e cada povo come segundo sua alma, antes talvez que segundo seu estômago”¹⁵.

A difusão do gosto, das práticas alimentares e das receitas portuguesas têm ancestralidade, podendo-se rastreá-las desde o Período colonial. Já na mesa da Colônia reconhece-se o hibridismo das tradições lusa, indígena e afro, porém persiste a necessidade de observar estes elementos e sua reconstituição num momento mais recente de deslocamento, o do século XX.

Através dos depoimentos enfrenta-se o desafio e a possibilidade de aproximar-se das experiências dos imigrantes portugueses, rastreando registro de memórias, as lembranças permitem recuperar costumes alimentares, observar tradições mais gerais e mudanças incorporadas.

Nesse sentido, cabe diferenciar as práticas e alimentos preparados no cotidiano dos especialmente arranjados nos dias festivos ou de celebração. No cotidiano, a comida caseira, possibilita uma sensação de prazer e aconchego, constituindo-se em elemento do *habitus*, com gosto, normas básicas, habilidades e regras culinárias apreendidos, subjetivados e transmitidos. Neste sentido, encontram-se referências constantes e identificação da tradição alimentar com certos pratos e produtos como as múltiplas receitas de bacalhau citadas por todas as depoentes, que reafirmavam o seu consumo preferencial às sextas-feiras.

“Sei fazer bacalhau com natas, no forno, á portuguesa, á espanhola, á Brás, á Gomes de Sá, iscas de bacalhau, bacalhau frito, pataniscas (D. Delmina).

A gente faz sempre bacalhau, agora nessa semana que passou eu fiz bacalhau, eu faço no forno, cozido e de todo jeito, também faço grão de bico, essas coisas”¹⁶.

¹⁵ BOURDIEU, 1988.

¹⁶ Maria Joaquina Pedrão, Talhas, Trás-os-Montes, 1918, chegou ao Brasil em 1928, foi empregada doméstica e costureira.

O bacalhau ¹⁷, como outros peixes, era considerado um alimento popular podendo ser adquirido por preços acessíveis no mercado, ainda mais facilitado pela conservação (salgamento). Contudo, o bacalhau dos populares era diferente do que fazia parte da mesa das elites, cabendo destacar que com o tempo, ele se tornou um prato representativo da gastronomia lusitana.

“Faço tudo. Bacalhau de forno, bacalhau cozido. Eles também fazem aquele bacalhau que você já deve ter comido com natas que eles falam em Portugal, é muito bom, é com creme de leite. Falam natas...” ¹⁸

A dificuldade de acesso à carne fez com que os pescados estivessem mais presentes na dieta ibérica, assim, no contexto da emigração se mantiveram as habilidades de preparo dos peixes, em particular, das sardinhas e do polvo.

Entre os lusos imigrantes, também era marcante o uso do azeite, cebolas, batatas, alho, favas, couves, brócolis e do grão de bico. As práticas dos caldos, em particular, o caldo verde e a açorda, ainda os cozidos variados, somavam-se ao uso das alheiras, outros embutidos e queijos de tradição portuguesa, sem faltar os risóis e bolinhos (pastéis) de bacalhau, que se transformaram em petiscos muito apreciados nos lares e nos botequim.

Deve-se acrescentar o consumo de certas frutas, como uva e pera, além das frutas secas e das castanhas, também o hábito de beber o vinho, preferencialmente, o português ¹⁹. Quanto à doçaria destacava-se a presença do arroz doce, pastéis, filhoses, cavacas, queijadas, migas, aletrias, pão de ló, rabanadas, ovos mole, entre outros. A arte do doce atrela-se a criatividade feminina, encontrando-se vínculos do doce com carinho, ternura e amor, assim, se preparavam docinhos para as festas, para o doente, para se oferece de presente e para receber uma visita.

Contudo, dentro do *habitus* do grupo, as práticas e o consumo variavam de acordo com os custos, abundância ou carência dos produtos, principalmente, das possibilidades de aquisição.

¹⁷ As aventuras marítimas portuguesas geraram o abandono da agricultura e a difusão do hábito alimentar do peixe seco, em particular o bacalhau, em uso desde o século XIV. Este pescado também foi usado nas viagens transcontinentais e mantido por gerações, chegou ao Brasil no período colonial e seu uso se difundiu.

¹⁸ Maria Marques Lopes Varanda, 25/2/25 Gramatinha, Coimbra, chegou em 1929.

¹⁹ A fidelidade ao vinho e azeites importados pode expressar uma conotação simbólica de *status* e também de qualidade e gosto vinculado as raízes.

A experiência de ser imigrante português também se marca pelas diferenciações internas ao grupo, cabendo distinguir as tradições rurais e urbanas, as especificidades regionais como o fular dos transmontanos, as dobradinhas a moda do porto, o vinho do porto, os cozidos açorianos, as malassadas e a alcatra. As práticas das zonas litorâneas ou interioranas, em uns a preferência pelo consumo dos pescados, já em outros pela carne de porco, o uso de certos tipos de queijos (fresco, curados, das montanhas), os frutos mais consumidos (fresco ou seco) com suas regionalidades e sazonalidades.

Apesar das tradições se manterem no cotidiano, nos momentos celebrativos elas eram postas a mesa. Os dias festivos eram momentos de se relembrar como celebrar no lugar de origem, buscando reproduzir suas práticas, com a preparação dos pratos mais elaborados receitas especiais, mais longas e trabalhosas. Assim, o Natal, Dia de Reis (bolo de reis), Páscoa, Festa do Espírito Santo (alcatra e malassadas), do Senhor Santo Cristo, ou mesmo do santo padroeiro da região, tornaram-se momentos de reunir parentes, receber amigos, visitar uns aos outros e celebrar à mesa.

“As tradições e os pratos portugueses mantenho, como, por exemplo, a rabanada, a minha sobrinha vem na minha casa no natal porque é o único lugar que ela come rabanadas gostosas (D. Maria Joaquina). No Natal, rabanadas com vinho do porto, fica com gostinho diferente... (D. Maria Marques)

A malassada, a massa sovada, é tradição. No Dia dos Pais, Natal, Páscoa. Também sopa de feijão branco chouriço, que é a linguiça (D. Ilda Maria)”.

Outro aspecto, refere-se a comensalidade, que reforça os laços de amizade ou familiares, envolve regras de identificação, traduz o pertencimento e revela a hierarquia dos que dela participam. Os que compartilham a comida criam laços de cumplicidades que permitem desfrutar dos momentos vividos. Como se pode perceber nas associações de portugueses em São Paulo (Casa de Portugal, o Centro Transmontano), como exemplar deve-se citar a Casa dos Açores, onde parte da pesquisa foi desenvolvida.

Para além do que se serve e com quem se compartilha o alimento (geralmente é quem aprecia os mesmos pratos), cabe observar como, aonde e quando se come, os horários de alimentação, os hábitos à mesa, os utensílios de uso (toalhas,

guardanapos, talheres, copos) no cotidiano e nos dias festivos²⁰. Cabe destacar, que á mesa, o dono da casa sempre se sentava a cabeceira, os casais, mulher e marido se posicionavam juntos, as mulheres serviam a todos, traziam as travessas com as comidas da cozinha para sala, ou do fogão para a mesa, raramente se sentavam ou eram as últimas a se acomodarem e se serviam sempre ao final de todos.

Destacava-se o “receber a portuguesa”, como rememora Adriana, sobre sua mãe a portuguesa Maria Prestes Maia, cujo marido foi duas vezes prefeito da cidade de São Paulo.

Ela fazia uma açorda, prato português, que era uma delícia. Pratos de bacalhau, soufflés, carnes, coelhos, patos, pernis e doces portugueses, arroz-doce cremoso, bolos. Ela tinha o dom para fazer pratos, tanto salgados quanto doces, todos com perfeição. O arroz-doce era cremoso, feito com vários litros de leite, várias gemas, cravos, canela, era cremoso, com raspas de limão e era devorado em questão de minutos pelos convidados. Era a sobremesa favorita do dia de reis, e outras festas. Nesse dia chamava os amigos, servia uma saborosa bacalhoadada, com vinhos portugueses, e o célebre arroz-doce.

Ela era uma pessoa muito festeira, adorava ter a casa repleta de amigos, comendo e bebendo bons vinhos e licores, ao término da refeição. Trata-se de um costume bem lusitano, que herdei e procuro passar aos meus filhos. Outro costume dela era o cálice de vinho do Porto, sempre servido às visitas”²¹.

Este conjunto de escolhas consciente ou inconscientemente é transmitido, estabelecendo costumes e tradições revelando valores, saberes, preceitos religiosos e simbólicos, incluindo aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos.

A comensalidade portuguesa foi registrada na canção “Uma Casa portuguesa”:

“Numa casa portuguesa, fica bem
 Pão e vinho sobre a mesa
 E se à porta humildemente bate alguém
 Senta-se à mesa com a gente
 Fica bem esta franqueza, fica bem

20 SANTOS, 2005.

21 Adriana Prestes Maia Fernandes, acervo do Memorial dos Imigrantes de São Paulo, realizada em 5/9/2005.

Que o povo nunca desmente
A alegria da pobreza
Está nesta grande riqueza
De dar e ficar contente
No conforto pobrezinho do meu lar
Há fartura de carinho
E a cortina da janela, é o luar
Mais o sol que bate nela...
Basta pouco, pouquinho p'ra alegrar
Uma existência singela...
É só amor, pão e vinho, Caldo verde, verdinho
A fumar na tigela
Quatro paredes caiadas
Um cheirinho à alecrim
Um cacho de uvas doiradas
Duas rosas num jardim
Um S.José de azulejos
Mais o sol de primavera
Uma promessa de beijos
Dois braços à minha espera...
É uma casa portuguesa com certeza!
É com certeza, uma casa portuguesa!"

O poema de autoria de Reinaldo Ferreira foi composto em 1950, em Moçambique, sendo interpretado pela cancionista angolana Sara Chaves. Posteriormente, os versos foram musicados por Vasco Sequeira e Artur Fonseca, fazendo sucesso nos teatros musicais de Lourenço Marques. Em 1953, a canção foi gravada por Amália Rodrigues e correu o mundo, sendo muito veiculada na comunidade portuguesa dispersa.

A presença marcante da interpretação de Amália Rodrigues e seu sucesso no Brasil, seu papel de destaque na divulgação do fado no mundo (considerada a embaixatriz do fado) encontram-se vinculados às ações de propaganda do governo salazarista que tinha como foco atuar nas casas e associações lusitanas.

O poema enfatiza as referências de um Portugal pequenino centrado em tradicionais padrões agrícolas, avesso à industrialização, considerada, pelo governo salazarista a causa dos conflitos sociais. Recupera o lar humilde de paredes caiadas, cortinas na janela emoldurando o luar e o sol de primavera, a

imagem singeleza é compensada pela alegria, franqueza, carinho e acolhimento. A hospitalidade de compartilhada o caldo verde, o pão, o vinho, as uvas douradas, fazendo alusão as tradições lusas, com as lembranças dos odores “o cheirinho do alecrim” e das rosas no jardim.

Como campanhas memórias, o conjunto de menções permite o resgate das memórias (vivas ou transmitidas) das aldeias e da casa portuguesa da infância ou deixada na partida. Os portugueses aqui estabelecidos se identificavam com a canção e a cantavam frequentemente, por outro lado as mensagens constitutivas dos versos foram subjetivadas e incorporadas, levando o ouvinte ao exercício de lembrar e se emocionar. Também, os não portugueses constroem as representações do grupo através da canção.

ABASTECIMENTO, COMÉRCIO E NEGÓCIOS: POSSIBILITANDO E DIFUNDINDO TRADIÇÕES

“a cozinha de um país é a dos produtos presentes
em seus mercados postos na panela”²².

A cozinha é dinâmica, um processo que vai se transformando, se desconstruindo e se reconstruindo, baseado na tradição, mas também nos ingredientes disponíveis no cotidiano. A composição do cardápio e preparo dos alimentos subentende um processo complexo que entre suas várias etapas tem o acesso aos ingredientes (abundantes numa região, adquiridos pela produção ou compra, colheita, conservação, armazenamento, distribuição).

O aumento considerável da população paulista implementado pela chegada maciça de imigrantes e migrantes gerou um mosaico de novos hábitos, ou seja, as práticas alimentares se alteraram consideravelmente, tornando-se mais variada, diversificando os produtos e intensificando o comércio destes gêneros. Os portugueses em São Paulo, ao contrário de outros grupos de imigrantes que vieram para a cidade (alemães, japoneses, espanhóis, árabes e judeus), não enfrentaram tantas dificuldades de acessibilidade aos produtos.

A existência prévia de firmas importadoras vinculada aos portugueses (proprietário e funcionários, caixeiros e compradores), garantiam o abastecimento

²² CONTRERAS, 1995.

do mercado de azeites, vinhos, bacalhau, sardinhas, peixe seco, presunto, nozes, castanhas, alguns enlatados e conservas. Também os açougues e frigoríficos que produziam embutidos possibilitaram a manutenção de costumes alimentares, todavia, o que mais dificultava o acesso era o custo de certos produtos.

As mulheres, encarregadas pela transmissão das tradições alimentares, eram também as que se incumbiam da compra dos ingredientes, que poderiam ser adquiridos, nos mercados, feiras livres e por fornecedores que circulavam pelos bairros.

Nas chácaras nos arredores da cidade, homens e, principalmente, mulheres portuguesas produziam frutas, legumes, verduras (couves, brócolis, salsa, alface), porcos, frangos e ovos, possibilitando acesso a certos produtos tradicionais da alimentação portuguesa, permitindo reproduzir hábitos.

Vendedores ambulantes, entre eles muitos imigrantes portugueses, ofereciam gêneros fundamentais à rotina doméstica, vendidos em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia. Utilizando-se de carrocinhas de madeiras eles comercializavam o que produziam, sendo que alguns se especializaram no fornecimento exclusivo de batatas ou cebolas, devido à existência de um grande consumo desses produtos²³.

D. Ilda Maria lembra-se que na região da Vila Carrão, havia muitas chácaras de portugueses, que vendiam verduras, “nós tínhamos um pedacinho de terra no quintal e fazíamos uma hortinha”.

A própria horta era um território para a reprodução das tradições, dos produtos apreciados que eram depois postos à mesa. Frente às dificuldades do dia a dia, muitas vezes esta produção doméstica, complementava de forma estratégica o cardápio cotidiano e até possibilitava um ganho extra com a venda dos excedentes. Para os imigrantes de origem rural era a oportunidade de lidar com a terra, um momento de escapar de um cotidiano envolto no trabalho repetitivo e confinado nas fábricas.

“Meu pai tinha um quintal que tinha plantação de tudo na minha casa, verduras, legumes, o nosso sustento basicamente era tirado do que a gente tinha em casa. Nós tínhamos um quintal grande...e o meu pai trabalhava de noite na fábrica e durante o dia ele pegava as verdurinhas dele, botava num carrinho de mão e ia vender na feira (D. Maria de Lurdes)”.

23 MATOS, 2005.

Sob outra perspectiva, procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, os lusitanos aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para estabelecer pequenos armazéns de secos e molhados, açougues, adegas, quitanda de frutas e legumes, leitarias, vendas, mercearias. Aonde se encontravam produtos variados: frutas, laticínios, manteiga, frios, azeite, azeitonas, vinhos. Os açorianos se especializaram nos açougues, como rememora D. Maria Joana

“Estabeleceu um açougue com o marido, com o passar dos anos, ele não era mais açougueiro, ele comprava as carnes no frigorífico e vendia para os açougues”²⁴.

Nos negócios familiares como vendas, botequins e bares, as mulheres portuguesas reproduziam seus saberes culinários, preparando alimentos e petiscos para servir no balcão, algumas vezes os mesmos que iriam servir a própria família. Dependendo das necessidades comercializavam especialidades de tradição portuguesa, salgadas ou doces (bolinhos e risólis, pastéis de Santa Clara e Belém, pães de ló), que eram vendidos nos parques e logradouros públicos, algumas mais hábeis chegaram a se estabelecer em confeitarias refinadas²⁵.

Bares, cafés, botequins, restaurantes, confeitarias e pastelarias, tabernas se expandiram em maior número, em São Paulo, depois das décadas de 1910 e 1920, quando as pessoas passaram com mais frequência a fazer às refeições fora (especialmente o almoço), devido às distâncias entre o trabalho e a casa. Surgiram restaurantes de diferentes tipos, alguns ofereciam refeições mais simples, em outras elas eram mais sofisticadas, com menus variados ou com cardápio definido e preço fixo por pessoa. A presença dos imigrantes, com seus gostos e práticas, levou a diversificação do setor, apesar da forte influência dos italianos, os portugueses se fizeram presentes, o que pode ser observado pelos anúncios de jornais.

As imigrantes portuguesas se destacaram como donas de pensões e fornecedoras de refeições. A necessidade destes serviços se expandiu no processo de crescimento da cidade que gerou alta demanda por moradia, estas pensões se localizavam por vários bairros, mas, particularmente, nas proximidades das estações ferroviárias. Esta ocupação pode ser vista e como uma estratégia de sobrevivência, uma extensão do saber-fazer doméstico das mulheres numa possibilidade de obtenção de uma fonte de renda.

24 Maria Joana Rezende Rodrigues Ilha de São Miguel: 14/6/1939. Chegou a São Paulo em 1953, trabalhou na Nitroquímica Brasileira, em São Miguel Paulista,

25 MATOS, 2005.

Nas pensões, procurava-se atrair camadas intermediárias, reproduzindo um ambiente familiar e a comida caseira e tradicional, geralmente, se oferecia o café da manhã e o jantar. Estes estabelecimentos também proporcionavam refeições para entrega domiciliar (marmitas), com cardápios variados, mas cozinhar á portuguesa aparecia freqüentemente nos anúncios de pensões e nos de procura-se e oferece-se cozinheiras.

Nas panificadoras e confeitarias, os portugueses marcaram e ainda marcam presença na capital paulista. Entre os novos gostos e práticas disseminados com a chegada maciça dos imigrantes, foi difundido o uso do trigo (da farinha de trigo) para a elaboração dos pães em substituição aos pães de milho e mandioca. Neste processo, ocorreu a mudança das padeiras que tradicionalmente abasteciam a cidade pelo estabelecimento das padarias que viabilizavam uma produção maior, sistematizada e adequada ao crescimento da demanda.

Os anúncios na imprensa permitem observar toda a variedade de pães que era oferecida, com destaque para o dito pão francês, mas também para a bisnaga, o pão de família, o de Paris, o pão-de-rala (feito com centeio e milho), o pão de leite (com ovos e açúcar), o meleças, o saloio, o quartado (mistura de farinhas de trigo, centeio, cevada e milho) e outras qualidades. Somava-se um grande sortimento de roscas, tranças, biscoitos, sequilhos, bolachas e pastéis. Estas práticas foram difundidas particularmente nas padarias de propriedade dos portugueses, que também inovaram a organização do negócio, eles integravam todas as etapas da produção do pão: donos de padarias, fornecedores de lenha e carvão para os fornos, trabalhavam como masseiros, forneiros, carvoeiros e entregadores²⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação (gosto e cozinhar) vincula-se as tradições transmitidas, no caso dos portugueses os sabores de além-mar foram reconstruídos no território de deslocamento. Contudo, neste processo histórico, eles se relacionaram e interagiram com a sociedade de acolhimento, gerando experiências fronteiriças e híbridas, com sensações de inconclusividade e um duplo pertencimento, numa trama de ligações afetivas com à cultura da sociedade de origem e a de acolhimento, constituindo-se “identidades recriadas”²⁷.

26 MATOS, 2010.

27 ROCHA-TRINDADE, 2006.

A valorização da cozinha, com a seleção de pratos como patrimônio cultural, possibilita observar como as tradições são inventadas e reinventadas, levando a emergência de uma “gastronomia étnica”²⁸, que procura pelo “autêntico” num passado histórico construído.

Na cidade de São Paulo/Br, apesar dos restaurantes portugueses serem poucos e custosos, a permanência do gosto e das práticas culinárias se mantém no cotidiano quer seja na casa das famílias de ascendência portuguesa, também nos pequenos restaurantes e botequins.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre, 1988 – *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus.

BRAGA, Isabel R. Mendes Drumond, 2008 – “Culinária no feminino: os primeiros livros de receitas escritos por portuguesas”, in *Espaço Feminino*, v.19, n.º1. Uberlândia: EDUFU.

BRAUNE, Renata; FRANCO, Sílvia Cintra, 2007 – *O que é gastronomia*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

CERTEAU. Michel de, 1998 – *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Ed.Vozes.

CONTRERAS, Jesús, 1993 – *Antropología de la Alimentación*. Madrid: Eudema.

CONTRERAS, Jesús, 1995 – “Tierra, Cocina e Identidad”, in GARRIDO-ARANDA, Antonio (comp.), *Cultura Alimentaria de España y América*. Huesca: Ed. La Val de Onsera.

DUTRA, Rogéria, 1991 – *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*, dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: URFJ/Museu Nacional.

ELIAS, Norbert, 1997 – *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Máximo, 1996 – *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade.

HERVÉ, This, 2002 – *Traité élémentaire de cuisine*. Paris: Éditions Belin.

MATOS. M. Izilda Santos de, 2005 – *Cotidiano e cultura*. Bauru: EDUSC.

²⁸ O termo Gastronomia foi utilizado pela primeira vez em 1801, busca definir a arte de bem comer, realizada por um especialista, o conceito atual a define como arte e como ciência, cujo preparo exige conhecimento, técnica, savoir faire, existência de um público e, por aprendizagem/aperfeiçoamento, de um gosto gastronômico. Ver BRAUNE, 2007.

MATOS, M. Izilda Santos de, 2010 – “Pelo pão e pela liberdade: imigrantes, padeiros e experiências políticas em São Paulo (1870-1945)”, in SOUSA, Fernando; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo, *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPES/ Fronteira do Caos.

PASCAL, M. Aparecida, 2005 – *Portugueses em São Paulo*. SP: Expressão e Arte Editora.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 2006 – “Recriação de identidade em Contexto de migração”, in LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria (orgs.), *Discutindo Identidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

SANTOS, Carlos R. A., 2005 – Alimentação e seu lugar na História”. *Revista História: Questões & Debates. História da Alimentação*, ano 22. n.º 42. Paraná: Editora UFPR.

OS AÇORIANOS NA ESTRUTURAÇÃO DO BRASIL DO SUL: AS LEVAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

INTRODUÇÃO

Em Portugal, a necessidade de ocupação e arroteia de novos espaços, resultante do surto e da continuidade da expansão ultramarina, motiva o êxodo de populações, cujo ritmo deriva do empenho régio e da esperança dos particulares. A persistência deste fenómeno corresponde ao incremento da emigração, ordinariamente elevado à categoria de característica estrutural da sociedade portuguesa ¹. Contudo, na análise global da diáspora lusitana, Joel Serrão distingue entre colonização e emigração, considerando a riqueza do Brasil dos alvares de setecentos por principal fator de separação ². Nesta perspetiva, o colonizador cumpre desígnios monárquicos, que por norma não implicam o atropelo da própria vontade, enquanto o emigrante persegue objetivos exclusivamente pessoais, por vezes até antagónicos das políticas oficiais.

Assim, o povoamento das ilhas atlânticas nos séculos XV e XVI e ainda o alargamento do domínio brasileiro na era de seiscentos quadram no qualificativo de colonização, porque amparam a construção de um império, firmado no controlo da coroa. Ao invés, no século XVIII, a transcendência do Brasil no mundo português, que decorre do reconhecimento do filão metalífero, suscita a ação individual, que supera as estratégias do rei, ditando a emergência da emigração hodierna. Esta distinção adquire inteira propriedade no plano da teoria. Contudo,

¹ Num estudo sobre a emigração portuguesa entre os séculos XV e XX, Vitorino Magalhães Godinho expõe esta tese, apresentando uma síntese e uma interpretação muito sugestivas, que reclamam uma análise mais parcelar, para preencher o quadro geral. Ver GODINHO, 1978: 5-32.

² SERRÃO, 1977: 105-106; SERRÃO, 1981: 364-366.

levanta dificuldades de delimitação prática, que obrigam à observação de muitas exceções. Na verdade, ainda antes da expansão brasileira de setecentos, os colonos portugueses transportam para o Além-Mar uma expectativa de fortuna, que eventualmente excede a consciência do cumprimento de um arbítrio superior³.

Do mesmo modo, no decurso do século XVIII, também identificamos o transporte de gentes para o Ultramar em condições muito próximas de um processo de colonização. A comprová-lo, nos anos de 1747 a 1756, citamos a iniciativa régia do envio de casais açorianos e madeirenses para o Brasil meridional, no intuito de defesa e alargamento da jurisdição de Portugal contra idêntico estratagema de Espanha⁴. À margem das definições, ressalta sempre a preponderância do Brasil setecentista no giro dos portugueses durante a Modernidade.

A ocupação ultramarina decorre principalmente da cooperação dos metropolitanos. No entanto, entre as parcelas de Além-Mar, identificamos o estabelecimento de uma importante correspondência, que atenua a falta de homens nas possessões de colonização mais recente pela transferência de gentes das regiões de povoamento mais primitivo. Nestas circunstâncias, ressalta o exemplo dos arquipélagos do Atlântico, particularmente a Madeira e os Açores, que constituem uma experiência pioneira de domínio português à distância. Porém, as ilhas também se convertem em agentes da gesta do Ultramar, sobretudo quando a necessidade de exploração e alargamento do Brasil suscita a participação dos insulanos⁵.

No século XVIII, cresce efetivamente a busca do Brasil por gentes dos Açores. Este fenómeno decorre do surto da exploração metalífera, mas também do propósito oficial de consolidação do domínio português em novos campos de disputa. Neste caso, o rio da Prata constitui, na ótica do governo de Lisboa, o limite natural do Brasil na frente meridional. Aliás, este entendimento já motivara a fundação

³ No tempo da colonização insular, por exemplo, o sistema de distribuição de terras pelos colonos constitui um incentivo ao concurso de mais povoadores, porque facilita a conquista de uma existência menos adversa. Por isso, Vitorino Magalhães Godinho admite um propósito de utopia social na génese da ocupação das ilhas. No nosso entendimento, esta tese corresponde a uma sugestiva hipótese de trabalho, mas ainda carece de apropriada confirmação. De facto, se a virgindade do meio facilita a construção de uma comunidade nova eventualmente igualitária, os colonizadores transportam sempre consigo os arquétipos continentais, decerto insensíveis aos difusos desígnios utópicos. Nestas circunstâncias, julgamos que o generoso regime de dadas de terras deriva simplesmente dos requisitos de brevidade da arroteia, que demandam a afluência das gentes. Ver GODINHO, 1989: 40-41; MENESES, 1994, I: 98-102.

⁴ A consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1746 define as vantagens de embarque de casais açorianos para o sul do Brasil, que sucede a partir de 1747 (Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (A.H.M.F.), caixa 407, s/nº, consulta do Conselho Ultramarino sobre pedido açoriano de transporte para o Brasil, Lisboa, 8 de agosto de 1746).

⁵ GODINHO, 1978: 15, 20; SERRÃO, 1977: 364.

da Colônia do Sacramento em 1680, gerando logo a firme repulsa dos vizinhos espanhóis⁶. Todavia, o desígnio régio de avigoreamento da presença de Portugal nas extremidades brasileiras defronta as dificuldades de organização de um sistema de transporte, semelhante a um projeto clássico de colonização⁷. Porém, no ano de 1746, a questão da transferência de insulanos para o Brasil adquire novo e decisivo fulgor, originando um singular giro de gentes, que persiste por cerca de uma década. De facto, o clamor ilhense e a conjuntura colonial movem D. João V ao transporte, por conta da fazenda real, de casais açorianos e madeirenses para os portos brasileiros do Sul, principalmente para a ilha de Santa Catarina.

As viagens procedem dos Açores entre outubro de 1747 e novembro de 1753 e da Madeira em abril de 1749 e de 1756, manifestando uma participação muito superior de açorianos⁸. Nestas circunstâncias, a usual demarcação do movimento migratório entre 1748 e 1756 deriva da ação dos estudiosos brasileiros, que consideram a chegada das primeiras embarcações em janeiro de 1748 e o naufrágio, no litoral da Baía no termo do verão de 1756, do navio *N^a S^a da Conceição e Porto Seguro*, que conduz a última leva de madeirenses⁹.

O incentivo da coroa e a adesão dos povos individualizam, portanto, este projeto de colonização, cuja influência na estruturação do Brasil meridional ainda hoje se comprova nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Após a averiguação das causas, da condição social dos deslocados, da forma de transporte e do processo de instalação, atentamos agora nas incidências do recrutamento nos Açores, incluindo uma alusão aos procedimentos e uma individualização dos contingentes¹⁰.

6 CORTESÃO, 1954; ALMEIDA, 1973; ALMEIDA, 1974; PUNTONI, 2004.

7 Nesta altura, a livre iniciativa dos particulares reforça extraordinariamente o povoamento das regiões da mineração, movendo o controlo e a proibição oficiais. Porém, a ocupação das regiões de fronteira, que acarreta o risco do confronto militar e da desorganização económica, ainda depende do empenho e dos incentivos da coroa.

8 PIAZZA, 1992: 355; FERRAZ, 1988.

9 PIAZZA, 1992: 356.

10 Entre os nossos estudos alusivos ao tema, consulte-se: MENESES, 1999; MENESES, 2000; MENESES, 2001a; MENESES, 2001b; MENESES, 2001-02; MENESES, 2011: 391-488. Veja-se também: MADEIRA, 1999: 206-213; BARROSO, 2002; MATOS e SOUSA, 2008: 539-542.

FIGURA N.º 1



1. OS PROCEDIMENTOS

No programa de transferência de açorianos para o Brasil meridional, o alistamento constitui uma tarefa prioritária. Por isso, o rei delega esta incumbência no corregedor, incumbindo-o da divulgação de um maço de 400 editais, que expressam as condições do transporte¹¹. Depois, o ministro comete a superintendência dos principais procedimentos aos municípios, que zelam pela afixação dos cartazes nos lugares de maior afluência de público, acrescentando em roda-pé os procedimentos da matrícula¹². Assim, as câmaras ainda incumbem a prática do arrolamento a agentes específicos, que assumem ordinariamente as designações de escrivães da matrícula. A comprová-lo, em novembro de 1746, as vereações de Angra, Madalena e Velas procedem respetivamente à nomeação do Dr. Tomás Paim de Bettencourt Ornelas da Câmara e dos capitães António Silveira do Amaral e Manuel Silveira de Sousa¹³. No entanto, a análise documental sugere a possibilidade da efetiva execução do recrutamento por comissários locais, sujeitos a um processo de escolha decerto variável.

¹¹ "Colonos Açorianos para o Brasil", 1983: 526-527.

¹² "Colonos Açorianos para o Brasil", 1983: 526.

¹³ Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (B.P.A.R.A.H.), Câmara de Angra, Vereações (1744-51), fls. 105v.-106v., acórdão de 9 de novembro de 1746. Arquivo Municipal da Madalena (A.M.M.), Vereações (1744-53), fls. 61v.-62, acórdão de 26 de novembro de 1746. Arquivo Municipal de Velas (A.M.V.), Vereações (1746), fls. 41v.-42, auto sobre alistamento de voluntários, Velas, 29 de novembro de 1746.

De facto, também no mês de novembro de 1746, no concelho terceirense de S. Sebastião, as inscrições ocorrem nas casas do escrivão da câmara na vila e do almotacé alferes João Machado Fialho no Porto Judeu¹⁴. Nas ilhas do grupo oriental, as particularidades político-administrativas alteram, entretanto, a metodologia mais comum. Na verdade, em Santa Maria, a direção do processo pertence ao juiz de fora de S. Miguel, que estabelece correspondência direta com a corte, por possuir poder de correição sobre os marienses¹⁵. Porém, em Ponta Delgada, o mesmo oficial desempenha ainda um papel determinante, comparativamente aos demais elementos da vereação, como se depreende da sua substituição pelo capitão-mor na eventualidade de impedimento por ausência¹⁶.

Na organização das partidas, que sucedem de diversos portos insulares, estas autoridades exercem de novo o controlo mais apropriado. Deste modo, a responsabilidade máxima cabe, uma vez mais, ao corregedor, que logo suscita a colaboração camarária na preparação das levas¹⁷. Neste caso, verificamos também a atribuição de obrigações singulares a certos comissários, como acontece na cidade de Angra, em outubro de 1747, quando o escrivão da correição confere as listas e chefia o embarque¹⁸.

O arrolamento implica o preenchimento de um formulário minucioso, que certifica a adequação dos alistados aos requisitos do edital régio. Aliás, o monarca determina a elaboração de assentos claros e distintos com todos os termos de identidade, a saber, saúde, caráter, estatura e ocupação, para a atribuição a cada um dos colonos da função mais adequada¹⁹. No entanto, por consideração à raiz familiar da empresa, a inscrição radica na identificação do cabeça de casal, embora mencione com a devida discriminação os familiares e acompanhantes. Assim, os

14 B.P.A.R.A.H., Câmara de S. Sebastião, Vereações (1726-48), fl. 167, acórdão de 8 de novembro de 1746.

15 Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Açores, cx. 3, doc. 18, carta do juiz de fora de Ponta Delgada e corregedor de Santa Maria ao rei, Ponta Delgada, 26 de agosto de 1747.

16 Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (B.P.A.R.P.D.), *Câmara de Ponta Delgada*, Livro de Registo (1719-95), fls. 216v.-217, representação do corregedor e carta régia sobre transporte de casais açorianos para o Brasil, 1746.

17 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 53, ordem do Conselho Ultramarino sobre transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 3 de julho de 1748; n.º 55, requerimento do capitão Agostinho dos Santos, da fragata *Nª Sª da Piedade e S. Francisco de Paula*, sobre transporte de casais para o Grão-Pará e Maranhão, Angra, 25 de Abril de 1753. A.M.M., *Vereações (1744-53)*, fls. 124v-125, acórdão de 19 de setembro de 1749.

18 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 19, carta do corregedor sobre embarque de casais para o Brasil, Angra, 28 de outubro de 1747.

19 B.P.A.R.P.D., Câmara de Ponta Delgada, Livro de Registo (1719-95), fls. 215v.-216, já cits.

processos esmiúçam o reconhecimento dos chefes de família, indicando nome, idade, naturalidade, residência, profissão, traços fisionómicos, nomeadamente estatura, cores de pele, cabelo e olhos, formas de rosto, nariz, boca e barba, e estado civil. De contínuo, constam informações sobre mulheres, filhos e parentes, sobretudo nome, idade, filiação e naturalidade²⁰.

No termo da operação, as câmaras remetem as listas dos candidatos ao corregedor, que procede ao reenvio para a corte²¹. Em maio de 1747, o ministro destaca a perfeição das pautas elaboradas sob os auspícios da vereação da Horta²². Todavia, sucedem por vezes erros, que até obrigam à repetição do recrutamento, como acontece em Santa Maria no mês de agosto de 1747²³. Ademais, as dificuldades das viagens interilhas atrasam a junção dos alistamentos, adiando consequentemente a organização dos transportes²⁴.

2. OS CONTINGENTES

2.1. A quantificação

A análise das listas de candidatos constitui um meio de julgamento do grau de adesão dos insulanos à iniciativa régia de transporte para o Brasil, considerada pelas autoridades locais indispensável ao reequilíbrio das relações sociais. No entanto, as pautas disponíveis, sempre escassas e por vezes parcelares, apresentam números pouco rigorosos, que na totalidade se aproximam dos 8 000 indivíduos. Com efeito, em setembro de 1747, o corregedor notifica o monarca do resultado da matrícula, referindo o arrolamento de 1281 casais, com 6939 pessoas de ambos os sexos, para além de 1 030 descomprometidos de diversas ilhas²⁵. Aliás, em dezembro do ano seguinte, após a passagem de várias levadas de colonos ao Brasil meridional, o

20 A.M.M., Vereações (1744-53), fls. 59v-61v., acórdão de 22 de novembro de 1746. Consulte-se igualmente: "Colonos Açorianos para o Brasil", 1983: 526-528; PIAZZA, 1992: 463-464.

21 Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta (B.P.A.R.H.), *Câmara da Horta*, Livro de Registo (1716-51), fls. 248-249, carta da câmara da Horta ao rei sobre transporte de casais para o Brasil, Horta, 14 de janeiro de 1747.

22 B.P.A.R.H., *Câmara da Horta*, Livro de Registo (1716-51), fl. 254, carta do corregedor à câmara da Horta, Angra, 24 de maio de 1747.

23 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 18, já cit. Arquivo Municipal de Vila do Porto, Livro 2º do Tombo, fls. 145-145v., ordem régia sobre alistamento de casais para o Brasil, Lisboa, 5 de setembro de 1749 (cit. Arquivo dos Açores, XV, 1984: 93-94).

24 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 36, carta do corregedor ao rei, Angra, 17 de setembro de 1747.

25 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 36, já cit.

mesmo ministro ainda calcula em 6 027 o montante dos candidatos que aguardam embarcação²⁶. Para efeitos de melhor quantificação, dispomos entretanto de duas tabelas, que manifestam convergência e globalidade. De facto, uma relação de 1747 assinala o recrutamento de 7 971 pessoas em 6 ilhas, excetuando Santa Maria, Flores e Corvo²⁷. Neste caso, a ausência de informação mariense deriva decerto da tutela do alistamento pelo juiz de fora de Ponta Delgada, enquanto a omissão do grupo ocidental decorre com certeza do distanciamento e da exiguidade demográfica. Depois, um quadro de 1749 referencia a inscrição de 7 090 criaturas nas cinco ilhas do centro do arquipélago, que registam maior quantidade de intenções de saída²⁸.

QUADRO N.º 1

Açores: População e Alistamento para o Brasil (1747)

ILHAS	POPULAÇÃO	ALISTADOS (nº)	ALISTADOS (%)
S. Maria	4 280(4 922)	-	-
S. Miguel	46 415(53 377)	328	0.71(0.61)
Terceira	22 468(25 838)	919	4.09(3.56)
Graciosa	6 799(7 819)	771	11.34(9.86)
S. Jorge	11 616(13 358)	2 850	25.54(21.34)
Faial	13 902(15 987)	1 287	9.26(8.10)
Pico	17 172(19 748)	1 816	10.58(9.20)
Flores	4 522(5 200)	-	-
Corvo	427(491)	-	-
Total	127 601 (146 740)	7 971	-

Observação: Os valores inscritos entre parêntesis respeitam a uma estimativa resultante da aplicação de uma taxa de 15%, equivalente por aproximação aos menores de 7 anos, que decerto não figuram no original.

26 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 28, carta do corregedor ao rei, Angra, 18 de setembro de 1748.

27 Cf. o quadro n.º 1.

28 Cf. o quadro n.º 2. A comparação dos resultados do alistamento nos Açores e Madeira evidencia a iniciativa dos açorianos, considerando a matrícula de apenas 2 370 madeirenses. De facto, a inscrição de um menor número de moradores da Madeira contrasta com o maior efetivo demográfico deste arquipélago e transforma a colonização de Santa Catarina num empreendimento eminentemente açoriano. Ver PIAZZA, 1982: 487.

A utilização de uma diversa metodologia, nomeadamente a da estrita equivalência entre os menores de 7 anos e 15% do total da população, gera algumas diferenças, resultantes do acréscimo dos povos até aos 150 118 e da concomitante diminuição das taxas de alistados.

Fonte: A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 20, alistamento de voluntários para o Brasil, s/l, 1747.

QUADRO N.º 2

Açores: Alistamento e Transporte para o Brasil (1749)

ILHAS	ALISTADOS	TRANSPORTADOS	POR TRANSPORTAR
Terceira	1 246	708	538
Graciosa	604	17	587
S. Jorge	2 691	282	2 409
Faial	1 287	7	1 280
Pico	1 262	49	1 213
Total	7 090	1 063	6 027

Fonte: A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 33, relação de alistados, transportados e por transportar das ilhas do grupo central, Angra, 1749.

As listas de 1747 e 1749 fornecem ainda dados importantes para o cálculo da participação das diferentes ilhas na colonização catarinense. Assim, em 1747, ressalta a diligência dos jorgenses, que muito contrasta com a indiferença dos micaelenses. De facto, assinalamos a matrícula de 2 822 candidatos em S. Jorge contra apenas 328 em S. Miguel. Porém, numa apreciação relativa, esta disparidade ainda significa muito mais, pois corresponde a taxas de tenções de partida de cerca de 25% e 1% respetivamente²⁹. De permeio, individualizamos por ordem decrescente os contingentes do Pico, Faial, Terceira e Graciosa, que na perspetiva proporcional equivalem a percentagens mais elevadas para graciosenses e picoenses, na ordem dos 10% a 12%, seguidas pela dos faialenses, aquém dos 9%, e a maior distância pela dos terceirenses, com 4,5%³⁰. Volvidos dois anos, em 1749, o quadro conserva muitas semelhanças, embora a falta de informações para os grupos oriental e ocidental impeça a obtenção de uma influência geral. Com efeito, persiste a iniciativa dos jorgenses, que manifesta cifras quase idênticas. Depois, em termos absolutos, seguem-se as quotas do Faial, Pico, Terceira e Graciosa,

29 Cf. o quadro n.º 1.

30 Cf. o quadro n.º 1.

que não permitem um tratamento percentual rigoroso, por carência de valores da população no ano de 1749³¹.

Além das tabelas referenciadas, alguma documentação avulsa alude ao alistamento de voluntários em diversas ilhas, apresentando dados singulares, por vezes irrelevantes para a definição da tendência mais geral. Assim, em maio de 1747, a câmara de Angra notifica o corregedor do arrolamento de 139 casais com 73 pessoas agregadas, geralmente solteiros³². Na Horta, no mesmo ano, a vereação regista em janeiro, enquanto decorre o arrolamento, a inscrição de 230 famílias que, conjuntamente com muitos descomprometidos de ambos os sexos, ultrapassam as 1 600 pessoas³³. Aliás, por curiosidade, este quantitativo corresponde ao contingente que António Lourenço da Silveira Macedo erradamente considera pertencente às ilhas de Faial, Pico, Flores e Corvo³⁴. Porém, no termo da primavera, o senado faialense adianta outro número, concretamente 1 287 indivíduos, que por falta de arredondamento evidencia porventura maior rigor³⁵. Na Graciosa e em S. Jorge, ainda no ano de 1747, mas agora em setembro, o corregedor João Álvares de Carvalho enumera respetivamente a matrícula de 62 e 245 casais, que em associação com individuais perfazem as somas de 373 e 1 433 criaturas³⁶. Fora do grupo central, destacamos por díspares as referências a S. Miguel que, também sobre a era de 1747, indicam o assentamento de 141 famílias e 73 particulares, num total de 703 candidatos, mas igualmente de 257 casais, equivalentes decerto a uma expressão de grandeza dissemelhante³⁷.

Os números do alistamento divergem obviamente do somatório das partidas. Por isso, a quantificação dos açorianos que efetivamente rumam ao litoral catarinense demanda a realização de nova pesquisa. Na sequência de sugestão do Conselho Ultramarino, inserta na consulta de 8 de agosto de 1746, D. João V autoriza o transporte de um máximo de 4 000 casais³⁸. Porém, a diligência estatística de

31 Cf. o quadro n.º 2.

32 B.P.A.R.A.H., *Câmara de Angra*, Livro de Registo (1735-52), fls. 207v.-210, carta da câmara de Angra ao corregedor, Angra, 21 de junho de 1747.

33 B.P.A.H., *Câmara da Horta*, Livro de Registo (1716-51), fls. 248-249, já cits.

34 MACEDO, 1981, I: 225.

35 B.P.A.R.H., *Câmara da Horta*, Vereações (1747-51), fl. 9, acórdão de 10 de maio de 1747.

36 CABRAL, 1950: 515.

37 B.P.A.R.P.D., *Extratos de Documentos Micaelenses*, II, p. 32v., notícia sobre a saída de famílias micaelenses para o Brasil, s/l, 1747.

38 A.H.M.F., cx. 407, s/nº, consulta do Conselho Ultramarino (...), já cit. A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 13, carta régia ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro, 1747.

diversos investigadores apresenta totais relativamente convergentes, que garantem a saída de 5 000 a 6 000 indivíduos, aquém do limite da mercê régia. Com efeito, Osvaldo Rodrigues Cabral refere a transferência de 4 929 pessoas, enquanto Manuel Sousa Menezes aponta 1 057 famílias, correspondentes a 5 236 criaturas³⁹. A diversidade de perspectivas entre o historiador brasileiro desperto pelas entradas e o estudioso terceirense atento aos embarques constitui uma hipótese de explicação para o aparecimento desta discrepância de aproximadamente 300 colonos, então resultante da mortalidade das viagens.

Todavia, menosprezamos esta suposição, perante a cifra de cerca de 6 000 insulanos, adiantada por Walter Piazza, que coloca um esmero muito particular na contagem e individualização das diferentes levas⁴⁰. Aliás, esta proposta ajusta-se aos três contratos de arrematação celebrados entre a coroa e os assentistas da praça de Lisboa Feliciano Velho Oldemberg e Francisco de Sousa Fagundes sobre a deslocação de açorianos para o Brasil do sul. Com efeito, em 1747, Feliciano Velho Oldemberg assume o compromisso da condução de 1 000 indivíduos, seguindo-se em, 1749 e 1751, os convénios com Francisco de Sousa Fagundes, respeitantes a carregamentos de 4 000 e 1 000 respetivamente⁴¹. A falta de informação sobre o cumprimento do último trato de Francisco de Sousa Fagundes impede o cômputo rigoroso do movimento das gentes. No entanto, os ajustes de 1747 e 1749 para o deslocamento de 1000 e 4 000 pessoas resultam na realização de 5 e 10 viagens, que conduzem lotações superiores, concretamente 1 141 e 4 767, num total de 5 908⁴².

39 MENEZES, 1952: 78; CARUSO, 1990: 84.

40 PIAZZA, 1992: 354-355. No cálculo das levas de colonos açorianos que rumam para Santa Catarina, Walter F. Piazza confronta os dados apresentados pelos principais estudiosos do tema, nomeadamente Paulo Brito, Joaquim de Almeida Carvalho, Jacinto A. de Matos, Borges Fortes, Lucas Alexandre Boiteaux e Osvaldo Rodrigues Cabral.

41 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 15, arrematações do transporte de casais para o Brasil, s/l, 1747-54; n.º 31, ordem régia sobre o transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 1 de julho de 1749; n.º 33, informação sobre transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 5 de julho de 1749; n.º 49, arrematação do transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 28 de setembro de 1751. Veja-se também: PIAZZA, 1992: 320, 355 e 431. Além dos contratos de transporte de açorianos, em 1754 a coroa assenta com Francisco de Sousa Fagundes a condução de 500 madeirenses, que zarpam do Funchal na primavera de 1756, naufragando depois no litoral da Baía. Antes disso, concretamente em 1749, o Contrato do Tabaco promove a saída de um pequeno contingente de colonos da Madeira, que Borges Fortes e Boiteaux quantificam em 109 pessoas e Walter Piazza em apenas 59. Ver PIAZZA, 1992: 354-355.

42 PIAZZA, 1992: 355.

A manutenção desta tendência durante o terceiro acordo sugere a elevação da totalidade de deslocados para além da média dos 6 000. Contudo, o confronto da carência de dados com a escassez de voluntários, que sucede a partir do princípio dos anos cinquenta, questiona a execução integral do assentamento e, por conseguinte, ainda admite o relativo acerto do montante de seis milhares. Nestas circunstâncias, discordamos por excessiva de uma relação de 1771, que assegura a ida de cerca de 8 000 açorianos para Santa Catarina nos decénios de 1740 e 1750⁴³. Na verdade, esta soma condiz com a dos alistados e, por isso, demanda um exercício de dedução, pelo menos da elevada quantidade de arrendidos, certificada por diversa documentação.

2.2. A procedência

As informações disponíveis impossibilitam o reconhecimento do número de colonos que sai de cada ilha. De facto, abundam as referências sobre o embarque de voluntários em Angra, que é o principal porto de partida, por vezes complementado por carregamentos na Horta⁴⁴. Porém, muitos casais procedem das ilhas secundárias do grupo central. Neste caso, buscam os melhores ancoradouros, no intuito da obtenção de transporte mais rápido. Com efeito, em fevereiro de 1751, encontramos alusão ao pagamento de 30\$000 a Martinho de Sousa, mestre de um bergantim de Santa Maria, por um frete entre a vila de Velas de S. Jorge e a capital terceirense, constante de 118 passageiros destinados a Santa Catarina⁴⁵.

No entanto, a maioria das transferências permanece incógnita, impedindo os propósitos de uma quantificação mais rigorosa. Além disso, surgem menções de cuja concretização seriamente duvidamos. A título de exemplo, aponte-se uma promessa régia de setembro de 1749 sobre o envio de uma embarcação a Santa Maria para carregar um contingente de cerca de 300 pessoas⁴⁶. À chegada ao Brasil, também não vislumbramos um registo sistemático de naturalidade, que faculte a identificação da exata proveniência insular. Apenas os estudos demográficos dos investigadores brasileiros do nosso tempo permitem uma individualização de

43 A.H.U., *Açores*, cx. 7, n.º 25, relação da população de S. Miguel, S. Miguel, 20 de julho de 1771.

44 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 19, já cit.; n.º 38, carta do corregedor ao rei, Angra, 1 de outubro de 1749; doc. 61, carta do corregedor ao rei, Angra, 13 de novembro de 1753.

45 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 50, relação das despesas efetuadas com o transporte de casais para o Brasil em 1751, Angra, 17 de fevereiro de 1752.

46 A.M.V.P., *Livro 2º de Tombo*, fls. 145-145v., já cits. (cit. *Arquivo dos Açores*, XV, 1984, pp. 93-94).

origens, que não garante o exercício de um cômputo preciso, embora constitua um auxiliar na definição do sentido dos principais giros⁴⁷.

No início da década de cinquenta, o transporte de açorianos para Santa Catarina ainda coexiste com a saída de colonos para o Pará, avultando em agosto de 1750 a celebração de um contrato para a deslocação de 1000 pessoas⁴⁸. Assim, nos anos de 1751, 1752 e 1754, a galera *N^a S^a da Piedade e S. Francisco de Paula*, do capitão Agostinho dos Santos, procede ao embarque de 982 indivíduos no porto de Angra⁴⁹. Neste caso, a segunda leva consta de um contingente de 426 graciosenses, que resulta da falta de voluntários na Terceira⁵⁰. Todavia, persiste a necessidade de reforço da ocupação paraense, pois em abril de 1753 registamos em Lisboa o compromisso de José Rodrigues Esteves e Bento José Álvares para o recrutamento e condução de 900 soldados, cuja proveniência e execução constitui uma incógnita⁵¹.

A dificuldade da identificação da naturalidade dos açorianos que rumam ao Brasil meridional não obsta ao reconhecimento de uma clara preponderância de moradores do grupo central, correspondendo à tendência do alistamento. Uma vez mais, a densidade populacional, o espectro das crises cerealíferas, a previdência do corregedor e a proximidade do porto de Angra influem na decisão dos povos. Nestas circunstâncias, admitimos a prévia iniciativa dos terceirenses, seguida pelo expediente dos habitantes das ilhas circundantes, por vezes suscitado por estímulo oficial, na falta de voluntários no burgo angrense. Na verdade, os resultados da investigação dos estudiosos brasileiros comprovam esta asserção.

Com efeito, em referência à fixação de insulanos nas freguesias catarinenses de Lagoa da Conceição e Enseada de Brito, assinala-se o estabelecimento de 1806 pessoas, sendo 98,5% originárias da Terceira, de S. Jorge e do Faial⁵². No entanto, também sobejam os indícios da partida de picoenses e graciosenses, que buscam o ancoradouro de Angra, na mira da consecução de rápido transporte⁵³. Aliás, a

47 PIAZZA, 1992: 473-478; PIAZZA, FARIAS, 1993: 200-220.

48 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 15, já cit.

49 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 67, relação de casais transportados para o Pará em 1751, 1752 e 1754.

50 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 55, já cit. Em fevereiro de 1752, o corregedor notifica o monarca de que «... restam quinhentas e quarenta e sete por tirar destas ilhas, o ano passado quatrocentos e cinquenta e três, de presente se acham alistados trezentos e noventa e duas, vindo a faltar para complemento de todo o número cento e cinquenta e cinco...». (A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 50, já cit.).

51 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 15, já cit.

52 PIAZZA, FARIAS, 1993: 200-220.

53 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 55, já cit.; n.º 61, relação de despesa do transporte de casais para o Brasil, Angra, 22 de outubro de 1753.

Graciosa constitui a fonte de recrutamento por excelência, quando escasseiam pretendentes à colonização brasileira, sobretudo no início do decénio de 1750. Nesta altura, o projeto de transporte de insulanos para o Pará e Maranhão explora a maior concentração humana graciosense, que necessariamente correlaciona o surto migratório com a dimensão demográfica. De facto, em novembro de 1753, perante a resistência dos terceirenses, o corregedor decide recorrer à Graciosa, por serem os povos mais pobres e se persuadirem com maior facilidade à realização de uma tão arriscada deslocação⁵⁴. Por isso, já em abril de 1753, registámos a despesa de 8\$000 na transferência de graciosenses para Angra⁵⁵. Porém, no mês seguinte, as autoridades apelam de novo à participação da Graciosa, que fornece os passageiros do navio *N^a S^a da Piedade e S. Francisco de Paula*, que zarpa da capital terceirense em agosto de 1754⁵⁶. Todavia, em novembro do mesmo ano, o barqueiro João Ferreira Marques é portador de uma ordem da corregedoria para as câmaras graciosenses de Santa Cruz e da Praia, que demanda o recrutamento de mais casais, para responder às solicitações da ocupação sul-americana⁵⁷.

No reconhecimento da origem dos colonos açorianos que buscam os portos brasileiros em meados do século XVIII, ressalta claramente a menor participação dos moradores dos grupos oriental e ocidental. Com efeito, ainda em referência à fixação de insulanos nas freguesias catarinenses de Lagoa da Conceição e Enseada de Brito, as percentagens de micalenses e de marienses são quase insignificantes, pois não atingem os 2% no primeiro caso e correspondem a escassas décimas no último⁵⁸. Apesar do testemunho do sargento-mor de S. Miguel Francisco Pereira de Barros, que em maio de 1753 alude ao excesso de gente pobre e marginal, escasseiam os indícios da efetiva partida de muitos colonos para o Brasil⁵⁹. Assim, em setembro de 1754, o anúncio do próximo embarque dos poucos voluntários pelo porto de Ponta Delgada contrasta com uma informação de fevereiro de

54 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 63, carta do corregedor ao rei, Angra, 15 de novembro de 1753.

55 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 55, já cit.

56 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.ºs 55 e 67, já cit.

57 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 67, relação de despesa do transporte de casais para o Maranhão e Pará, Angra, 18 de novembro de 1754.

58 PIAZZA, 1992: 487.

59 Em carta de 22 de maio de 1753, o sargento-mor Francisco Pereira de Barros notifica as autoridades da corte que a ilha de S. Miguel é a «... mais povoada de todas as dos Açores, foram muito poucos casais, e está tão cheia de gente inútil, e mal procedida, que por serviço de Deus, e sossego da República se podem dela extrair de pessoas graves, que não tem casa nem rendas...». (A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 58, carta do sargento-mor de S. Miguel a secretário de estado, Ponta Delgada, 22 de maio de 1753).

1750, que regista o pagamento de 78\$680 pelo transporte para Angra dos casais de S. Miguel, cujo número não justifica a ancoragem de uma galera na capital micalense⁶⁰. Nestas circunstâncias, entendemos a representação do município ponta-delgadense de janeiro de 1773, que responsabiliza o excedente demográfico pela difusão da pobreza e deplora a saída de apenas cerca de 60 famílias para Santa Catarina ao abrigo da autorização de D. João V. Na altura, a vereação explica o inusitado fenómeno, apresentando motivos de consideração, mormente a negligência dos comissários e a falta de embarcações, que rumam sobretudo dos ancoradouros de maior concentração de alistados⁶¹. A par da reduzida cooperação de S. Miguel e de Santa Maria para o surto migratório brasileiro das décadas de 1740-1750, sucede a ausência de notícias sobre o concurso de habitantes das Flores e do Corvo. Neste caso, a justificação parece clara. O pequeno contingente populacional impede a concorrência dos barcos da coroa. Ao mesmo tempo, o distanciamento implica um custo in comportável para a realização de um transbordo de candidatos para Angra e eventualmente para a Horta.

2.3. Da espontaneidade ao constrangimento

Na vigência da mercê joanina de transporte de açorianos para o Brasil, o alistamento e o embarque de voluntários experimentam uma considerável flutuação. De início, ressaltam os efeitos da abundância, que obrigam à disciplina dos procedimentos. Por fim, avultam as consequências da escassez, que determinam deslocações forçadas, contra o espírito de voluntariado da lei.

Logo no princípio do verão de 1747, o Conselho Ultramarino reconhece a profusão de candidatos⁶². Aliás, pouco antes, o juiz de fora de Ponta Delgada alvitra a possibilidade de suspensão do arrolamento em Santa Maria, considerando a multiplicação dos pretendentes⁶³. No entanto, uma informação da corregedoria, datada de setembro de 1747, manifesta a existência de forte pressão popular para o prosseguimento dos assentos, porque muitos dos descrentes na concretização

60 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.ºs 36 e 38, já cit.

61 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Ministério do Reino*, m. 613, n.º 42-a), representação da câmara ao rei, Ponta Delgada, 23 de janeiro de 1773.

62 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 13, lembrete de consulta do Conselho Ultramarino sobre transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 26 de junho de 1747.

63 A.H.U., *Açores*, cx. 3, n.º 18, já cit.

dos transportes solicitam agora arrolamento, perante o anúncio da realização das primeiras viagens⁶⁴. Nestas circunstâncias, a coroa autoriza a substituição dos matriculados entretanto falecidos, mas impõe o rigoroso respeito pelas regras da inscrição, que dificultam a saída de velhos e solteiros⁶⁵.

Neste contexto, o rei ordena às autoridades brasileiras a implementação de preparativos para a instalação dos casais insulanos e remete às ilhas as primeiras embarcações, nomeadamente as galeras *Jesus Maria José e Santa Ana e Senhor do Bonfim*, que zarpam do porto de Angra rumo ao litoral catarinense em outubro de 1747⁶⁶. Na altura, transparece a desproporção entre a insuficiente capacidade dos transportes régios e o elevado número dos alistados. Assim, os barcos depressa esgotam as lotações na capital terceirense, movendo a iniciativa dos habitantes das ilhas circundantes, que se concentram no burgo angrense, porque descreem da realização de escala nos ancoradouros secundários das ilhas do grupo central. Aliás, o corregedor evita semelhantes paragens, para prevenir a celeridade das viagens e evitar a ocorrência de conluíus, que também demonstram o excesso de passageiros⁶⁷. Nesta conjuntura, os transportadores intentam a sobrecarga dos navios, movidos pela coação dos povos, mas sobretudo pela obtenção de maior lucro, que até descarta a garantia de segurança. A testemunhá-lo, em março de 1749, o comerciante Feliciano Velho Oldemberg solicita a permissão do embarque de 279 voluntários na baía de Angra, num barco procedente de Santa Catarina, cujo porte aconselha apenas o carregamento de 200 pessoas⁶⁸.

64 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 36, já cit.

65 A.H.U., Açores, cx. 3, n.ºs 36 e 53, já cit. B.P.A.R.P.D., *Câmara de Ponta Delgada*, Livro de Registo (1719-95), fls. 221v-222, carta da câmara ao corregedor, Ponta Delgada, 8 de março de 1747. Em casos mais singulares, a proibição de transporte para o Brasil também demonstra a abundância de voluntários. A testemunhá-lo, registre-se em junho de 1749 o impedimento de partida do terceirense Dâmaso Silva, determinado pela recusa de sua mulher Gertrudes Jerónimo. Nesta situação, aplica-se naturalmente o propósito de privilégio da saída de famílias. (Arquivo Paroquial de Santo António, *Visitas e pastorais (1674-1772)*, fls. 78-79v., visitação do licenciado Bernardo Martins de Medeiros a Santo António, Vila Franca, 28 de outubro de 1749).

66 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 19, já cit.; n.º 85, cópia de diversas ordens régias sobre o transporte e a instalação de açorianos no Brasil, Rio Grande, 22 de agosto de 1757. Veja-se ainda: PIAZZA, 1992: 355.

67 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 25, carta do corregedor ao rei, Angra, 19 de setembro de 1748.

68 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 29, informação sobre o transporte de casais para o Brasil, Lisboa, 20 de março de 1749.

No decurso da década de 1750, reconhecemos a escassez de voluntários, sobretudo quando aos propósitos de colonização do litoral catarinense acresce o intento do envio de novas levas de açorianos para o Pará e o Maranhão⁶⁹. Apesar da sucessiva afixação de editais, releva sempre o insucesso do alistamento⁷⁰. Por isso, as autoridades ensaiam diferenciadas estratégias, que entretanto denotam uma insuficiência constante. Com efeito, destacamos a ancoragem dos transportes nas baías de Angra e da Horta e ainda o tradicional recurso à Graciosa, determinado certamente pela maior concentração das gentes⁷¹. Na verdade, em novembro de 1754, o escrivão da correição procede ao recrutamento de colonos entre os graciosenses, mas só logra a saída de cinco famílias⁷². Assim, em janeiro de 1755, entendemos a dificuldade de lotação do navio *N^a S^a da Piedade e S. Francisco de Paula*, por falta de 151 passageiros⁷³.

Na averiguação das causas de rarefação de voluntários, as autoridades aludem à incerta instabilidade psicológica das famílias, que cedem ao sentimento da saudade, perante a concretização de uma separação definitiva dos parentes, resultante da distância dos sertões catarinenses e da falta de correspondência regular entre os Açores e o Brasil⁷⁴. Na verdade, o arrependimento constitui um procedimento normal entre os alistados, sucedendo por vezes nas vésperas da partida, depois da concentração dos casais em Angra⁷⁵. Aliás, registamos até a curiosa desistência de um agregado familiar terceirense, que sucede já depois do embarque, concretamente no trajeto entre a Terceira e o Faial. Neste caso,

69 No termo de 1753, o corregedor informa o rei dos obstáculos do recrutamento de colonos para o Pará por se estar «... em tempo em que muito se dificultava nestas Ilhas o expediente dos arrematados para Santa Catarina...». (Cf. A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 63, carta do corregedor ao rei, Angra, 15 de novembro de 1753).

70 Em novembro de 1754, na sequência da afixação de duas séries de editais, o escrivão da correição refere que «... não houve pessoa que se alistasse nas ditas ilhas como constou por fés dos escrivães e juizes das mesmas...». (A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 67, representação do escrivão da correição sobre dificuldade de recrutamento de voluntários, Angra, 20 de novembro de 1754).

71 A.H.U., Açores, cx. 3, n.ºs 61 e 67, já cit.

72 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 67, já cit.

73 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 67, já cit.

74 De facto, em outubro de 1755, uma informação do Conselho Ultramarino atribui a falta de colonos à inevitável perda de «... comunicação com os seus parentes, por não haver comércio reciproco com que possam suavizar a lembrança da pátria...». (Cf. A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 71, informação do Conselho Ultramarino sobre transporte de casais e comércio com o Brasil, Lisboa, 22 de outubro de 1755).

75 Em novembro de 1753, o corregedor justifica ao rei a escassez de voluntários «... por serem estes povos de natureza mutabilíssima, que ainda depois de estarem conduzidas a esta cidade na espera do embarque se arrependiam...». (Cf. A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 63, já cit.).

os arrependidos saem na Horta, ficando ao cuidado do juiz da alfândega⁷⁶. No entanto, os responsáveis ainda correlacionam a renúncia dos matriculados com a impossibilidade do transporte de certos haveres e da percepção de rendas, que embora de valor reduzido significam muito no orçamento dos mais pobres⁷⁷.

De maior consideração na recusa dos insulanos, identificamos a questão demográfica e a ilusão brasileira. De facto, a partir de 1752, o corregedor explica sistematicamente a dificuldade do alistamento de novos candidatos pela carência de gente em todas as ilhas⁷⁸. Os equilíbrios precários da sociedade do Antigo Regime estorvam, entretanto, a rigorosa avaliação do efetivo populacional, à luz dos conceitos redutores de abundância ou escassez. Todavia, estes indícios da redução do número de moradores desaconselham a cândida interpretação do inicial surto migratório para Santa Catarina pelo exclusivo lado da demografia, que a documentação coeva considera intencionalmente excedentária, movendo o logro dos investigadores.

Na contração das levas, admitimos também a influência da difícil experiência brasileira dos primeiros contingentes de açorianos. Neste particular, as epidemias e a mortalidade das viagens, os obstáculos da arroteia e o incumprimento das promessas régias convertem em existência adversa a ambicionada prosperidade sul-americana, defraudando até os esforços dos poderes metropolitano e colonial, que associam a conveniente instalação dos insulares à necessária continuidade da corrente migratória⁷⁹.

Na persistência da retração, a análise das motivações inculpa ainda as instituições locais, mormente os municípios e a Igreja. Deste modo, logo em maio de 1751, o secretário de estado Diogo Mendonça Corte Real notifica o bispo da ação perversa de muitos párocos, que persuadem os fiéis à permanência, antepondo interesses próprios às conveniências dos moradores, também à extensão dos domínios ultramarinos de Portugal e à conversão dos gentios à religião católica⁸⁰. Contudo, a maioria das críticas recai sobre as vereações, convergindo na individualização de interesses muito particulares de diversos oficiais camarários, que impedem a saída de muitos indivíduos, eventualmente seus serviçais⁸¹. Os

76 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 27, inquirição sobre impedimento de transporte de casais para o Brasil, Horta, 6 de setembro de 1748.

77 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 71, já cit.

78 A.H.U., Açores, cx. 3, n.ºs 50, 55 e 63, já cits.

79 CABRAL, 1950: 526, 535; PIAZZA, 1992: 298.

80 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 45, carta de Diogo Mendonça Corte Real ao bispo de Angra, Lisboa, 29 de maio de 1751.

81 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 63, já cit.

principais reparos procedem do corregedor, que em novembro de 1754 transfere, por exemplo, a superintendência do processo de matrícula da câmara de Velas para o juiz dos órfãos da mesma vila, considerando a negligência concelhia no despacho de 150 inscritos⁸². Aliás, precisamente um ano antes, o corregedor aconselhara o carregamento de casais na ilha da Madeira, por acreditar no maior empenho do juiz letrado do Funchal, contra a ordinária imprevidência das justiças da terra⁸³.

No propósito da matrícula de novos colonos, a coroa providencia o incremento da propaganda e a concessão de mais privilégios. De facto, em maio de 1751, os imperativos de ocupação do Pará movem uma instrução régia, que aconselha o corregedor ao incentivo da divulgação da prosperidade brasileira, no intuito do entusiasmo dos alistados e do acréscimo das inscrições. Na ocasião, o monarca sugere que, sem constrangimento das pessoas arroladas, as persuade o representante da realeza das conveniências resultantes do estabelecimento em terras de abundância⁸⁴. Ao mesmo tempo, as autoridades ampliam os benefícios, suportando os custos dos procedimentos administrativos do arrolamento e ainda o transporte e a alimentação, desde os lugares de residência até aos sertões de fixação no Brasil. Nestes casos, o objetivo reside, como é óbvio, no chamamento dos mais pobres, desprovidos de todos os meios de subsistência⁸⁵. Porém, a persistência das dificuldades de alistamento e deslocação de açorianos determina a inversão da política monárquica nesta matéria.

Com efeito, depois da reconfirmação do princípio da espontaneidade ainda em setembro de 1749, o soberano admite então em janeiro de 1754 o recurso ao recrutamento forçado, embora restrito ao grupo dos vadios. Em simultâneo, o governo abdica da exclusiva transferência de casais, permitindo o assentamento de indivíduos⁸⁶. No cumprimento das mais recentes recomendações da realeza, o corregedor abusa por certo dos novos poderes, movendo a contestação das câmaras. Na verdade, as vereações relatam a prisão indiscriminada dos moradores, depois sujeitos a um embarque compulsivo, e aludem à generalização de um clima de amotinação popular, caracterizado pelo abandono das atividades agrícolas

82 "Colonos para o Brasil", 1983: 126-127.

83 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 63, já cit.

84 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 44, carta régia ao corregedor, Lisboa, 24 de maio de 1751.

85 A.H.U., Açores, cx. 3, n.ºs 28 e 63, já cit.

86 Uma carta régia de 26 de janeiro de 1754 estipula que «... poderá ele corregedor receber pessoas que voluntariamente se queiram transportar ainda que não sejam pertencentes aos casais; como também havendo vadios prejudiciais ao sossego publico ele corregedor os obrigue a transportar se para o Estado do Pará em lista separada...». (Cf. A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 63, já cit.).

por camponeses que buscam o refúgio dos matos⁸⁷. Em julho de 1754, o elenco camarário angrense certifica este estado de agitação social, responsabilizando o corregedor que, na mira do embarque de mais gente para o Maranhão, ordena a prisão indiscriminada de casados e solteiros, sem a revelação de culpa e a admissão de defesa. Por isso, os moradores buscam o amparo dos descampados, em prejuízo do trabalho diário, por exemplo, na ceifa e na debulha do trigo⁸⁸. Apesar do natural exagero da descrição concelhia, porventura movida por um evidente conflito de jurisdições, ainda acreditamos nos desmandos da corregedoria, que acautelam a custosa execução de programas oficiais de colonização brasileira. A comprová-lo, em novembro de 1754, registamos o pagamento de 9\$840 ao alcaide da Praia pela captura e condução até Angra de diversas famílias e marginais⁸⁹.

CONCLUSÃO

A determinação joanina sobre o transporte de insulanos para o Brasil meridional autoriza a transferência de 4000 casais. No entanto, apesar do entusiasmo dos povos, o surto migratório não atinge aquele montante. Com efeito, nos Açores, certificamos o alistamento de aproximadamente 8000 indivíduos, dos quais zarpam cerca de 6000 para o litoral catarinense. Ademais, reconhecemos a diferenciada cadência das partidas. De início, a profusão de candidatos contrasta com a falta de embarcações. Depois, sobrevêm a escassez de pretendentes, que até suscita o desrespeito pelo voluntariado da operação. Na identificação das sucessivas levas de colonos, reconhecemos ainda particularidades bem expressivas, nomeadamente ao nível das procedências geográficas e até sociais. Assim, predominam naturais das ilhas do grupo central, mais sujeitas à eclosão de crises frumentárias e portadoras de elevadas taxas de densidade populacional. Do mesmo modo, prevalecem os pobres, que ambicionam a garantia da subsistência. Todavia, neste capítulo, sempre identificámos, em trabalho já publicado, oscilações particularmente sensíveis⁹⁰. No princípio, os incentivos régios e a miragem da prosperidade movem a partida de muitos nobres, sobretudo

87 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 67, já cit. B.P.A.R.A.H., *Câmara de Angra*, Vereações (1751-55), fls. 150v-151, carta da câmara ao corregedor, Lisboa, 31 de julho de 1754; fl. 151v, carta do corregedor à câmara, Angra, 31 de julho de 1754.

88 B.P.A.R.A.H., *Câmara de Angra*, Vereações (1751-55), fls. 150v.-151, já cits.

89 A.H.U., Açores, cx. 3, n.º 67, relação de despesa com o transporte de casais para o Maranhão e Pará em 1754, Angra, 18 de novembro de 1754.

90 MENESES, 2001a.

filhos segundos, arredados da fruição do património familiar. No fim, a descrença na primitiva imagem da uberdade colonial motiva a rarefação de novos pretendentes e consequentemente o embarque, por vezes coercivo, de vadios e indigentes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*, Caixa 407.

Arquivo Histórico Ultramarino, *Açores*: Caixas 3 e 7.

Arquivo Municipal da Madalena, *Vereações*: Livro de 1744-53.

Arquivo Municipal de Velas, *Vereações*: Livro de 1746.

Arquivo Paroquial de Santo António (S. Miguel), *Visitas Pastorais*: Livro de 1674-1772.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre de Tombo, *Ministério do Reino*: Maço 613.

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, *Câmara de Angra*: Registo: Livro de 1735-52, Vereações: Livros de 1744-51 e 1751-55.

Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, *Câmara de S. Sebastião*: Vereações: Livro de 1726-48.

Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, *Câmara da Horta*, Registos: Livro de 1716-51, Vereações: Livro de 1747-51.

Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, *Câmara de Ponta Delgada*, Registo: Livro de 1719-95.

Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, *Livraria Ernesto do Canto*, Extratos de Documentos Micaelenses: volume II.

FONTES IMPRESSAS

“Colonos para o Brasil”, *Arquivo dos Açores*, XI. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1983.

“Colonos para o Brasil”, *Arquivo dos Açores*, XIII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1983.

“Treslado de uma ordem de Sua Magestade que Deus guarde para efeito de se embarcar gente para a terra nova”, registado no Livro 2.^o do Tombo da Câmara Municipal de Vila do Porto, fls. 145-145.v, in *Arquivo dos Açores*, XV. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1984.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de, 1973 – *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BARROSO, Véra Lúcia Maciel (org.), 2002 – *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST edições.

CABRAL, Oswaldo R., 1950 – “Os Açorianos. Contribuição ao estudo do povoamento e da evolução económica e social de Santa Catarina”, in *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*, II. Florianópolis: Imprensa Oficial.

CARUSO, Mariléa Martins Leal, 1990 – *O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais*. Florianópolis: Editora da U.F.S.C..

CORTESÃO, Jaime, 1954 – *Tratado de Madrid: Antecedentes – Colónia do Sacramento (1669-1749)*. Rio de Janeiro.

FERRAZ, Maria de Lourdes Freitas, 1988 – “Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII. Seus condicionalismos”. *Isleña*, 2. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais, janeiro-junho.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’Émigration Portugaise (XV-XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*, 1. Lisboa: Sá da Costa.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1989 – “As ilhas atlânticas da geografia mítica à construção das economias oceânicas”, in *Atas do I Colóquio Internacional de História da Madeira – 1986*. Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração – Direção Regional dos Assuntos Culturais.

MACEDO, António Lourenço da Silveira, 1981 – *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, 3 vols., reimpressão fac-similada da edição de 1871. S/I: Secretaria Regional da Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

MADEIRA, Artur Boavida, 1999 – *População e emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais: Patrimonia Historica.

MATOS, Paulo Lopes, SOUSA, Paulo Silveira e, 2008 – “População e movimentos migratórios. A atração pelo Brasil” in MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de, LEITE, José Guilherme Reis (dir.), *História dos Açores*, vol. I. S/I: Instituto Açoriano de Cultura.

MENESES, Avelino de Freitas de, 1994 – “Madeira e Açores: ensaio e sustentáculo da expansão ultramarina”, in *Estudos de História dos Açores*, I. *As ilhas no conhecimento do Mundo*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.

- MENESES, Avelino de Freitas de, 1999 – “Os Ilhéus na Colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720”. *Arquipélago-história*, 2.^a série, III. Ponta Delgada.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2000 – “Dos Açores aos Confins do Brasil: as motivações da colonização açoriana de Santa Catarina em meados de setecentos”. *Ler História*, 39. Lisboa: ISCTE.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2001a – “Em Torno da Condição Social da Colonização Setecentista Açoriana do Brasil Meridional”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *De Cabral a Pedro I. Aspetos da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2001b – “Entre os Açores e o Brasil, em Meados do Século XVIII: as condições do transporte de casais açorianos para a ilha de Santa Catarina”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2001-2002 – “Os Açorianos na Colonização Setecentista do Brasil Meridional: destinos, acomodação e resultados”. *Studia*, 58-59, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- MENESES, Avelino de Freitas de, 2011 – *Antigamente Era Assim! Ensaios de História dos Açores*. Ponta Delgada: Publiçor.
- MENEZES, Manuel de Sousa, 1952 – “Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, X. Angra do Heroísmo.
- PIAZZA, Walter F., 1982 – “A grande migração açoriana de 1748-1756”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XL. Angra do Heroísmo.
- PIAZZA, Walter F., 1992 – *A Epopeia Açorico-Madeirense. 1748-1756*. Florianópolis: Editora da U.F.S.C./Editora Lunardelli.
- PIAZZA, Walter F., FARIAS, Vilson Francisco, 1993 – “O Contributo açoriano ao povoamento do Brasil”, in *Atas da III Semana de Estudos da Cultura Açoriana e Catarinense*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores/Universidade Federal de Santa Catarina.
- PUNTONI, Pedro, 2004 – “Lutas ao Sul do Brasil (1680-1777)”, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SERRÃO, Joel, 1977 – *A Emigração Portuguesa, sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, Coleção Horizonte-12.
- SERRÃO, Joel, 1981 – “Emigração”, in *Dicionário de História de Portugal*, II. Porto: Livraria Figueirinhas.

OS AÇORES E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS NA DÉCADA DE 1950: IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS E TESTEMUNHOS DA E/IMIGRAÇÃO

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO

A CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO: UM TERRITÓRIO CULTURAL LUSOBRASILEIRO

Em 21 de abril de 1982 inaugurava-se a Casa dos Açores de São Paulo ¹. As intenções para a sua idealização – a cooperação da comunidade e os anseios de compartilhar o sonho e agrupar os açorianos que vieram para o Brasil em busca de novas oportunidades – acabaram se concretizando, em meio a dificuldades, falta de apoio institucional, de espaço e aplicação financeira.

A Casa dos Açores de São Paulo ² tinha, em primeiro plano, o intuito de trazer as tradições açorianas para a Vila Carrão, além de propiciar aos imigrantes uma forma de reencontrar amigos e parentes e, de certa forma, manter um elo com o passado, seja por meio das festas religiosas, seja por meio da sociabilidade e demais atividades criadas no seu calendário anual de eventos.

Segundo o sr. Manuel de Medeiros ³, em 24 de julho de 1979, os açorianos da Vila Carrão já se reuniam para debater a possibilidade de fundar uma associação açoriana. Num bate-papo descontraído, os membros do grupo se encontravam para contar histórias e rememorar sua terra natal. Acreditavam que seria necessário ter um lugar para montar uma capela para glorificar o Espírito Santo, já que celebravam a missa em louvor ao Divino desde 1975, quando o pároco permitiu a primeira coroação. Na garagem do sr. José Vitorino de Arruda, na rua

1 CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 1987: 1.

2 CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. CASP Disponível na internet em: <<http://www.casadosacores.com>>. Acesso em: 25/6/2009.

3 Depoimento do sr. Manuel de Medeiros, em entrevista concedida em 3/6/2008.

Zodiaco, começaram a celebrar a festa e formaram a primeira diretoria, tendo como Presidente o sr. Manuel de Medeiros.

Como as festas já estavam sendo realizadas no bairro, havia a necessidade de se ter um lugar de onde os partícipes pudessem sair e também para se fazer o trabalho de cunho social e cultural, pois a garagem não era mais suficiente.

Ao ser questionado sobre as ideias que levaram à abertura da Casa, o sr. Manoel de Medeiros conta:

“Vamos montar, fiz uma reunião na minha casa devia haver aproximadamente não me recordo agora que nós fundamos a Casa dos Açores em 22 de junho de 1980. Isso foi fundada como fator principal de se manter as festas religiosas do Divino Espírito Santo”⁴.

Mediante as colocações do sr. Manuel, percebe-se que a Casa se originou a partir da necessidade dos açorianos e suas famílias de alocar as festividades e seus símbolos, especialmente do Divino Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Nesse sentido, pode-se dizer que os movimentos de associativismo tinham um papel relevante na função social dos compatriotas, sendo também uma construção advinda da necessidade de legitimar uma cultura e de criar um espaço para se fazer a festa religiosa.

Essa menção diz respeito ao próprio conceito de associativismo, que, ao buscar a formação de um espaço entre iguais, recria, de certa forma, outras necessidades, como fortalecer os traços culturais dentro de grandes centros de diversidade cultural e econômica, como é o caso de São Paulo.

Enquanto a recriação da festa – em momento posterior à chegada dos açorianos em São Paulo, os quais desde a década de 1950 já se estabeleciam no bairro – se organizava nas ruas da Vila Carrão, surgia outra necessidade, a criação de um espaço aglutinador para o grupo, que, de certa forma, os mantinha em alguns momentos unidos pela fé e pela solidariedade. Portanto, se fazia necessário um espaço voltado para a integração, sociabilização e solidariedade presentes nas ações e na mentalidade do povo açoriano.

⁴ Manoel de Medeiros nasceu em 12/11/1941 em Ponta Delgada, São Miguel, Açores, Portugal. Chegou ao Brasil em 13 de junho de 1956, Presidente e Fundador da Casa dos Açores de São Paulo. Entrevista concedida em 3/6/2008.

“A maior parte da fundação das casas regionais de origem portuguesa se deu a partir da década de 50 do século XX. No entanto, o fluxo de imigrantes que foi forte até a própria década de 50 com quantitativo aproximado de um milhão e quinhentos mil portugueses caiu muito durante o período posterior no próprio século XX. Muitos portugueses que vieram para o Brasil com o desejo de retorno para o país natal acabaram não realizando o intuito do retorno. Acabaram ficando laços, estabelecendo família, amizades e negócios no novo país. A criação das casas regionais, juntamente com outras associações de origem portuguesa preenche lacuna quanto a lugares de suporte e matriz cultural que sirva como instrumento de afirmação de identidade assim como locais de encontro de conterrâneos com interesses afins”⁵.

Alguns açorianos já se organizavam antes da abertura da Casa para contar suas histórias, falar sobre a vida, o trabalho e também sobre o Espírito Santo. A primeira festa foi feita na rua, em frente à atual Casa dos Açores. Nesse ínterim, segundo o sr. Manuel:

“Já estávamos construindo a Casa dos Açores. Então foi a 1.^a festa que foi feita em frente à Casa dos Açores, foi a minha. Foi legal, geralmente tudo que se faz lá eu sou geralmente o pioneiro, tudo leva meu apreço, tudo que eu puxo o negócio pra ver se aquele está mais sério que o anterior. Porque a gente estava na frente das casas dos mordomos, estava muito ruim, não dava pra fechar a rua, então não se tinha mais controle. Então eu passei em 82, eu passei justamente pra Casa dos Açores onde se faz os festejos e dali pra frente foi sempre na Casa dos Açores”⁶.

O intuito de conceber essa Casa veio de diálogos entre amigos que também queriam trazer à cidade um espaço voltado para as tradições açorianas. Sabendo da existência de outros espaços articulados com essa premissa, alguns membros da comunidade que já estavam estabelecidos no bairro, juntamente com os contatos

5 SOUSA, 2005: 2.

6 Depoimento do Senhor Manuel de Medeiros, em entrevista concedida em 3/6/2008.

que tinham nos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, trouxeram para a cidade alguns símbolos que, considerados ícones da tradição religiosa, acabaram por começar ou recomeçar a trajetória deixada para trás quando da saída das ilhas.

FIGURA N.º 1
Inauguração da Casa dos Açores de São Paulo ⁷



O primeiro a dirigir a Casa foi o empresário Manuel de Medeiros, que ocupou a presidência durante cinco gestões, de 22/6/1980 a 11/7/1987. O segundo, Manuel Henrique Farias Ramos ficou no cargo de 11/7/87 a 9/7/1989, e o terceiro, Manuel Pereira Arruda, de 9/7/1989 a 6/7/1991. O quarto presidente, António Mendes Cardoso Sequeira, ficou na presidência duas gestões, de 28/8/1992 a 24/6/1995. O sexto presidente foi Elisiário dos Santos Filho, que ocupou o cargo durante duas gestões, de 22/6/1996 a 29/6/2000⁸.

Essa organização diretiva da Casa dos Açores mantém um elo com o Governo Regional das Comunidades nos Açores⁹. A cada ano seus representantes

⁷ CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. CASP Disponível na internet em: <<http://www.casadosacores.com/inicio.html>>. Acesso em: 10/2/2010.

⁸ FREITAS, 2006: 167.

⁹ O Conselho Mundial das Casas dos Açores foi formado pelos membros constituintes das Casas dos Açores no mundo. Na Declaração de Horta, reunidos seus representantes, formou no período de 12 a 15 de novembro de 1997, sob o patrocínio do Governo Regional dos Açores, por meio do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades, esse elo com as direções efetivas das instituições, entre elas Elisiário dos Santos Filho, representante da Casa do Açores de São Paulo.

participam dos eventos nos Açores que denominam as funções e utilidades das Casas espalhadas pelo mundo, cujo intuito é manter laços e reavivar na memória de seu povo as identidades advindas de sua história.

A finalidade estabelecida no estatuto da Casa dos Açores é a de promover, entre outros eventos, a Festa do Divino Espírito Santo, reconhecida entre seus pares como o maior elo com o passado. Antes da sua criação, como os açorianos viviam, em maior parte, na Zona Leste, alguns membros da comunidade tentavam constituir uma organização que os evidenciasse enquanto grupo, especialmente por meio de festas religiosas e dias santos¹⁰.

AS CASAS COMUNITÁRIAS E OS ANSEIOS DE PERTENCIMENTO

A maioria das associações e demais práticas de cunho representativo dos países fomentam a vinda e sobrevivência de compatriotas de todas as raças e grupos de imigrantes já instalados, sendo transformadas em verdadeiros espaços de auxílio e apoio à emigração, também imersas em políticas de sociabilidade são “associações mutuais vistas como estratégias de sobrevivência implementadas por vários setores da sociedade num contexto de ausência de políticas sociais e mecanismos de previdência públicos”¹¹.

Possuíam arranjos administrativos formados por assembléias onde se elegiam presidentes, secretários, tesoureiros; nomeavam-se sócios fundadores, beneméritos e remidos, além dos sócios comuns. Ofereciam entre outros serviços, auxílio funeral, pensões para a família do sócio enfermo, indenizações, custeio de remédios, atendimento hospitalar e prestação de demais ajudas humanitárias. Funcionavam, ainda, como espaços de lazer na promoção de festas, muitas vezes em comemoração à data de fundação da sociedade ou para prestar homenagem ao santo protetor do ofício, além de, dessa maneira, estabelecer relação com o poder público e a sociedade em geral¹².

Com a proposta de organizar o grupo e manter os laços de amizade, união e identificação enraizados nas tradições, os açorianos construíram um território capaz de trazer à tona lembranças do tempo dos Açores e manter “viva” a religiosidade, o companheirismo e a construção familiar que seus antepassados tinham enquanto concepções de vida.

10 FREITAS, 2006: 76.

11 LACERDA, 2007: 6.

12 LACERDA, 2007: 6.

As mutuais foram sendo criadas à medida que a própria estrutura do capitalismo se formulava, impulsionando os trabalhadores a se organizarem em torno de associações. Essas eram tidas como maneiras de minimizar a falta de políticas sociais, configurando espaços que permitiam a proteção contra doenças, bem como o amparo em caso de velhice, desemprego e morte, uma vez que o Estado ainda não oferecia nenhum auxílio nesse sentido¹³.

Com essa ausência de proteção e apoio, surgiam os pequenos auxílios prestados pelas sociedades de socorros mútuos, que garantiam formas de amparo aos trabalhadores assalariados, o que marcaria a proliferação de tais associações no final do século XIX e na primeira metade do século XX¹⁴.

“As casas regionais apresentam-se como locais de representações e manifestações culturais de identidade local, regional e nacional relacionadas aos distritos, províncias e regiões além é claro do próprio espaço nacional português. Tais representações estão apoiadas em referências geográficas a partir das festas, símbolos, imagens, saudosismo da terra natal em que as casas regionais se constituem como lugares para o estabelecimento e encontro de manifestações que revelam lado do processo de construção de identidade associado ao espaço geográfico”¹⁵.

As casas regionais¹⁶, associações e demais entidades de cunho étnico surgiram no momento em que os imigrantes necessitavam de auxílio, seja para procurar trabalho, para manter os padrões culturais ou para apropriar-se do urbano, quando a cidade, em pleno crescimento, passava a ser uma nova realidade para esses imigrantes¹⁷, acostumados com o meio rural nas ilhas.

Essa forma de construção mútua deve ser entendida como uma troca, sendo esta uma manifestação cultural. O mutualismo também se inscreve como manifestação da

13 FORTES, 1999: 174.

14 LUCA, 1990: 384.

15 SOUSA, 2005: 2.

16 Sobre a criação e objetivos das Casas Regionais: “[...] apesar de seu caráter recreativo, um dos objetivos mais respeitados pelas associações portuguesas – inclusive pelas Casas Regionais – é a orientação e introdução dos novos imigrantes no mercado de trabalho e na vida urbana (a maioria dos portugueses vem de áreas rurais). Por outro lado, elas pretendem reproduzir no Brasil símbolos e padrões culturais característicos de Portugal ou das regiões portuguesas que representam [...]”. Ver SEYFERTH, 1990: 67.

17 SILVA, 1969: 200.

cultura dos trabalhadores, sendo ela uma arena de conflitos permanentes, de trocas materiais, de relações de dominação, de tradições herdadas e compartilhadas¹⁸.

“Aparentemente buscavam nas associações a mesma força, o aconchego da família e a reprodução da vida comunitária que tinham nas aldeias rurais. O cooperativismo pode ser entendido como herdeiro também de uma tradição camponesa, lembrando como já foi dito o costume do lavrador de oferecer um dia de trabalho para o aldeão mais necessitado ou do vizinho mais abastado oferecer terras comunais de propriedade do município ou da paróquia, florestas ou pastos para uso coletivo”¹⁹.

Destarte, a cooperação já era algo vivido nas ilhas. A ajuda mútua entre os vizinhos, parentes e amigos era algo formalizado nas atitudes de cada família. Aliás, a própria Festa do Divino trata-se de uma forma de auxílio aos pobres, com a distribuição do bodo, que ficou sendo uma das expressões dessa festa no mundo todo.

Aqueles que presenciaram a construção da Casa e estiveram juntos no fenômeno migratório atualmente contam suas histórias de vida organizando-as de forma emotiva e retratando-as como repletas de bons momentos, geralmente de tempos em que os pais eram vivos e tinham em conjunto outras histórias a contar²⁰. Mas a criação da Casa dos Açores foi exatamente uma maneira de formalizar no espaço a construção das festas e ter ali um ícone da organização do grupo na cidade.

As memórias da construção partem, na maioria das vezes, dos mais velhos, que acabam sendo os nostálgicos, relatando suas lembranças com intensa emotividade.

Quando falam de suas histórias, narram com o coração. Apesar de recriá-las sob suas respectivas perspectivas, tratam das memórias como algo fundamentado num passado que, apesar de distante, engloba grande parte, ou melhor, boas partes de suas vidas.

18 THOMPSON, 1998: 18-19.

19 NOGUEIRA, 1998: 44-45.

20 “Para a organização de uma sociedade mutualista era preciso juntar um grupo pequeno de pessoas com tal intenção, realizar reuniões de planejamento, divulgar entre os potenciais associáveis a reunião (em alguns casos, reuniões), realizar pelo menos mais uma outra reunião para discussão e aprovação, em assembléia, dos estatutos (princípios, objetivos, deveres, atribuições e competências dos sócios etc.), tudo devidamente registrado em Ata. A sociedade, então, estava instalada”. Ver SEYFERTH, 1990: 67. SILVA, 1969: 200. / THOMPSON, 1998: 18-19. / NOGUEIRA, 1998: 44-45. “Para a organização de uma sociedade mutualista era preciso juntar um grupo pequeno de pessoas com tal intenção, realizar reuniões de planejamento, divulgar entre os potenciais associáveis a reunião (em alguns casos, reuniões), realizar pelo menos mais uma outra reunião para discussão e aprovação, em assembléia, dos estatutos (princípios, objetivos, deveres, atribuições e competências dos sócios etc.), tudo devidamente registrado em Ata. A sociedade, então, estava instalada”. Ver MACIEL, 2010: 231.

“Eu fiz uns versinhos aqui para a Casa dos Açores. Então, tem até uma parte da minha vida... Meu namoro, como é que eu cheguei a morar aqui para falar a verdade não ficou com ninguém. Porque aquilo é uma coisa minha, eu fazia e me sentia emocionada, eu li, até hoje não consigo ler para os outros, eu só leio pra mim, então, aquilo era uma coisa que vinha de dentro, que me recordava... O que eu escrevo, parece que eu estou começando a viver de novo, entendeu? Então, aquilo pra mim é muito estimado”²¹.

As lembranças são um forte elo com um saudoso passado, com as melhores memórias de tempos distintos. As relações com as memórias se encontram formatadas em bons e maus momentos. Embora façam parte de uma história total, as pessoas acabam definindo aspectos de que gostam de lembrar.

Antes da fundação da Casa dos Açores de São Paulo, neste mesmo local, havia um clube, e se me lembro, chamava-se “Lusitano”, onde as festas juninas eram organizadas. Faziam os arraiais enfeitados com “bambu” e bandeirolas de papel colorido. O evento atraía muitos casais de namorados e jovens para as brincadeiras. Depois é que veio a Casa dos Açores de São Paulo, que, de certa forma, formalizou todo o ritual e toda a cerimônia com relação às atividades do Divino Espírito Santo. A casa foi fundada na década de 80 do século passado. A partir de então, o culto ao Divino Espírito Santo, no dia de Pentecostes, tomou vulto e alcança o sucesso que é hoje²².

Quando relata as lembranças de sua infância²³, o Senhor Henrique enfatiza as festas juninas, que, segundo ele, eram feitas no mesmo local onde foi construída a Casa dos Açores da cidade. A Festa do Divino está sempre presente quando se fala da construção e manutenção dos apoiadores e frequentadores do local.

Nas suas lembranças, as festas, os lugares e os tempos representam uma forma de ligar-se ao passado. Os lugares de memória compreendem a função que se faz

21 Depoimento da Sra. Maria Joana Rezende Rodrigues, em entrevista concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal em 2 de outubro de 2006, na Casa dos Açores de São Paulo, e cedida para esta pesquisa.

22 Depoimento do Senhor Henrique de Arruda Soares, em entrevista concedida em 7 de julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

23 “Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória parece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora”. Ver BOSI, 1994: 47.

presente nos tempos de infância, em especial nos momentos mais relevantes, como as festas juninas, as brincadeiras e os momentos e fases que se sobressaem nas suas recordações.

“É com estima que são realizadas as celebrações e festas aqui no Brasil. Tanto dedicadas ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, a Nossa Senhora de Fátima onde estão presentes nas nossas cerimônias religiosas. Por não haver espaço suficiente na sede da Casa dos Açores, obtemos autorização e apoio da nossa Prefeitura Regional para ocupação da via pública. No dia 13 de maio, dedicado a Nossa Senhora de Fátima é rezada a missa. É em um único dia de dedicações então são lembrados e se fazem presentes na procissão do Divino Espírito Santo. As imagens do Senhor de Santo Cristo e a de Nossa Senhora de Fátima, e do Espírito Santo, representado pelas sete coroas e Bandeira do Divino estão sempre presentes nas cerimônias religiosas e festas. Faço questão de ser um membro para carregar o andor do Senhor Santo Cristo e de Nossa Senhora de Fátima. Este ano de 2008 não carreguei, por me encontrar lá nos Açores”²⁴.

Além das festas e comemorações religiosas, que denotam um apego às celebrações dos Açores, das atividades atualmente promovidas pela Casa com intuito filantrópico destacam-se o apoio ao bairro Carrão e o auxílio a algumas entidades a fim de:

“Promover, anualmente a Festa do Divino Espírito Santo, divulgar a cultura, as tradições e os costumes açorianos. Realizar eventos culturais e manter através de seu Departamento Assistencial o caráter filantrópico de auxiliar, regular e comprovadamente, entidades e/ou pessoas carentes: Fornecimento de medicamentos e de cestas básicas; Durante a Festa do Divino Espírito Santo, fornecimento de mantimentos em grande quantidade (incluindo carne e o famoso bolo de massa sovada); Manutenção de cadeiras de rodas para empréstimo regular; Promoção do Almoço da Terceira Idade, tradicionalmente, todos os anos no mês de setembro, para o qual são

24 BOSI, 1994.

convidados centenas de idosos de várias entidades; Distribuição de centenas de brinquedos, durante o período do Natal; Manter a sede sempre à disposição de outras entidades para a realização de eventos de caráter público tais como: Campanhas de saúde pública, palestras de interesse comunitário, campanha do agasalho entre outras”²⁵.

A Casa dos Açores está aberta a todos os visitantes; possui um acervo sobre os Açores, sobre a sua própria criação e publicações acerca de suas semanas culturais. Está em constante desenvolvimento no que se refere à criação de laços com seus compatriotas e também com a comunidade luso-brasileira, e promove eventos diversos a fim de angariar fundos e também de fomentar a sociabilidade entre seus pares e entre o público em geral.

Algumas manifestações religiosas são organizadas nos espaços da Casa, como as missas em louvor a dias santos, entre outros eventos. Assim, a entidade passou a ter um valor relacionado à fé, aos costumes e às tradições açorianas, sendo um palco para a efetivação das manifestações religiosas e sociais da comunidade.

A grande maioria dos associados da Casa dos Açores veio das Ilhas de São Miguel e Terceira. Esses sujeitos, em grande parte, ao ingressarem na cidade, já tinham, de certa forma, um elo com parentes e amigos, que os auxiliavam a conseguir trabalho na mesma fábrica em que se empregavam e a viver no entorno dela.

Quando questionada sobre o papel da Casa dos Açores em sua vida, Dona Ilda comenta:

“É muito importante. Ajudo no que eu posso. Não sei se eu ajudo muito como elas porque eu vim com 13 anos, aí entrei na fábrica, então, chegava em casa e minha mãe já tinha tudo pronto. Então, não fazia muita coisa. Aí agora nós vamos fazendo; alguma coisa a gente pega, mas outras... Que nem a malassada... Não é fácil. O ponto de ela no amassar é difícil. O difícil não é o amassar, é o ponto dela que é difícil de pegar. Eu gostaria que mais açorianos frequentassem. Não é só açoriano quanto brasileiro. A casa tá aberta pra todos. Mas nós temos açorianos ainda muito retraídos, com receio de vir, sabe? Eu acho que isso não podia acontecer no nosso meio. Eu gostaria que

²⁵ Segundo o site oficial da Casa dos Açores de São Paulo, sua missão é filantrópica, além da organização do grupo de açorianos e da reorganização das festas religiosas. Ver CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 2010.

viesses mais. Principalmente os filhos dessas... [refere-se aos filhos das mulheres que frequentam a casa e que fazem parte do grupo folclórico]. Mas aí acho que é uma coisa que vem de casa, porque se você incentiva seus filhos desde pequeno, e... A minha filha mais velha, ela não sabia o hino brasileiro, mas o português ela sabia quando ela entrou na escola, acho que isso não é certo, mas eu a ensinei pelo que eu sabia. Ela sabia cantar o hino nacional português, o brasileiro eu não sabia, então eu não ensinava”²⁶.

Sobre a sua função na Casa dos Açores, ela afirma ajudar na confecção das *malassadas*, prático típico açoriano. Também fala a respeito da educação dos filhos e da importância de estimulá-los a manter os costumes. Ensinar à filha o Hino Nacional Português foi um ato nacionalista, pois era o que sabia, em razão de sua formação enquanto cidadã portuguesa. Quanto à associação e sua frequência, ela faz um apelo para que outros sujeitos se interessem pelas histórias ali inscritas de alguma maneira.

Formar elos com os açorianos de outras ilhas é um dos exemplos do que pretendem esses atores que são ativos na Casa. Buscam conhecer outras pessoas que também vieram das ilhas e ainda brasileiros que de alguma forma possam contribuir para que essa ideia de manter as identidades não se perca com o tempo.

Para o funcionamento da Casa dos Açores, aos seus membros cabe também divulgá-la, para que tanto o espaço como a sua construção social não acabem entre as novas gerações, que muitas vezes não se interessam pela história de seus antepassados.

A afeição pela pátria parece ser um fenômeno mundial não estando limitada a nenhuma cultura em especial. A cidade ou terra é vista como mãe. O lugar é um “arquivo de lembranças afetivas e realizações” que acabam por inspirar o presente e oferece estabilidade; o lugar é caracterizado como sendo “permanente e por isso tranquiliza o homem, que ver a fraqueza em si mesmo e chance e movimento em toda a parte”²⁷.

Um dos elos com as histórias de vários atores se encontra na relação com o lugar. Pois nessa relação o lugar passou a ter outra visibilidade no momento em que a cultura ali inscrita teve sua manifestação concretizada nos atos cotidianos

²⁶ Depoimento de Dona Ilda Maria Salvador dos Reis, concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal em 2 de outubro de 2006, na Casa dos Açores de São Paulo.

²⁷ TUAN, 1983:171.

e festivos. O espaço entre a casa, a rua e seu exterior foi dimensionado de forma material e imaterial, condensando os interesses, auxiliando na manutenção das identidades e dando visibilidade ao grupo imigrantista, que também foi protagonista da história da cidade.

“Uma casa regional de origem portuguesa é um lugar privilegiado em que se pode participar de festas e desfrutar as suas músicas, danças e comidas típicas. As celebrações artísticas nas quais são apresentados grupos musicais de origem portuguesa, as apresentações e encenações dos ranchos folclóricos, os relatos de tradições de exclusividade e superioridade étnica, trajetórias expostas de vitórias pessoais para auto-afirmação do “valor do português”, ora se exprimem na assimilação, incorporação e produção de símbolos que manifestam traços de cultura particular”²⁸.

Quando recriam as festas em louvor aos santos e especialmente em louvor ao Divino Espírito Santo, fomentam, além de suas próprias histórias, a memória de seus antepassados, como forma de garantir que ela viva, mesmo que com todas as incorporações estabelecidas no novo país que os acolheu.

Outra forma de manter viva a memória dos Açores é a atuação do grupo folclórico criado em 1981, que tem o intuito de demonstrar a manifestação folclórica dos açorianos por meio das músicas e canções populares, da dança e da harmonia do grupo, composto por cerca de cinquenta membros.

“O povo nos dias festivos apresenta-se geralmente com asseio e capricho, pela semana vestem-se de lã e linha que cultivavam. Os homens usavam jaqueta, colete e carapuça de lã, o que vai de acordo com cada ilha. As mulheres com saias de lã de cores escuras, lenços e chapéus. Dança-se para mostrar quem é, e quem foi o povo açoriano. Por isso, há que ter consciência que dançando não somos um EU, mas a expressão de um povo. E em termos de folclore, não há melhor nem pior, há apenas o que é autêntico. Defender o patrimônio é um gesto natural de quem defende a própria existência. O folclore açoriano é acima de tudo a demonstração

²⁸ SOUSA, 2005: 7.

do sentimentalismo de um povo sofrido e trabalhador, porém esperançoso e patriota que se orgulha de ser açoriano”²⁹.

A saudade da terra natal é uma experiência situada entre as memórias do passado e os anseios futuros, na qual as memórias estão intrinsecamente associadas ao tempo e ao espaço construídos. Parece haver uma reinvenção dessas memórias como reforço das identidades regionais, que eventualmente se contrapõem até mesmo à identidade nacional³⁰. Nesse caso, a questão de pertencimento que os identifica é mediada pelo sentido de lugar estabelecido para a casa regional de origem portuguesa, que acaba por participar intensamente da vida dos indivíduos e dos grupos de portugueses que a frequentam³¹.

O lugar constrói e influencia, tanto subjetivamente como objetivamente, ligações culturais e sociais, como forma de garantir o elo identitário, o vínculo com o passado, as formas de viver o cotidiano em outras esferas temporais e espaciais. A Casa foi criada com esse intuito e também como forma de legitimação da nacionalidade, pois, além desse olhar, há a necessidade de vincular-se aos Açores, como forma política de manter a instituição.

Além da Casa dos Açores de São Paulo, outros grupos de imigrantes criaram suas Casas, como a Casa dos Açores do Rio de Janeiro, a de Santa Catarina, a do Rio Grande do Sul, entre outras, inclusive fora do país. Com a intenção de organizar e fazer valer os objetivos das Casas dos Açores espalhadas pelo mundo foi criado na Ilha do Faial, na cidade de Horta, o CMCA – Conselho Mundial das Casas dos Açores, que regulamenta as ações dessas entidades³². Também tem a função de criar o estatuto a ser seguido, como órgão regulamentador e regulador, além de seu papel político e legislativo no que se refere à criação e

29 Casa dos Açores de São Paulo, 2010.

30 FELDMAN-BIANCO, 1992: 35.

31 FELDMAN-BIANCO, 1992: 35.

32 O CMCA, além de organizar diretrizes para a composição das casas regionais, tem o intuito político de manter as características de originalidade de suas tradições, fomentar a sua manutenção temporalmente e assegurar aos açorianos uma memória ativa de seus antepassados: “a) articular a ação das Casas dos Açores entre si e entre estas e a Região; b) reforçar o papel das Casas dos Açores naquilo que são os seus objetivos comuns, designadamente no que representam de serviço as comunidades, na dignificação do seu nome e da Região, como agentes divulgadores e defensores dos valores e interesses dos Açores; c) promover e intensificar a ligação com instituições e entidades oficiais e privadas portuguesas e particularmente açorianas e dos países e regiões de acolhimento; d) emitir parecer, sem carácter vinculativo, quando solicitadas pelos órgãos de Governo próprio da Região, sobre assuntos de interesse específico dentro do seu âmbito de ação. Compete igualmente ao CMCA analisar e aprovar eventuais candidaturas de outras Casas dos Açores”. Ver CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 2010.

execução dos mais variados espaços, servindo como intermediador da constante interculturalidade do povo açoriano migrante, imigrante e retornado.

Algumas ponderações podem ser feitas acerca de seu regulamento, cabendo observar que se dá prioridade às entidades mais antigas quando o assunto é estabelecer diretrizes para os associados.

1 – São membros fundadores do Conselho Mundial das Casas dos Açores (CMCA) os subscritores da Carta da Horta, assinada em 13 de Novembro de 1997.

2 – O CMCA terá um Secretariado rotativo, a ser assumido anualmente por cada Casa dos Açores, por ordem de antigüidade.

3 – É responsável pelo Secretariado o Presidente da Direcção da Casa que assumiu, pelo período de um ano, essa função.

4 – O Presidente da Direcção de cada uma das Casas ao assumir as funções de Secretariado, pelo espaço de um ano, assumirá por inerência a Presidência do Conselho.

5 – O Conselho terá emblema, a ser aprovado pela Assembléia Geral.

6 – A sua duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvido por dois terços dos seus membros.

7 – Cada membro deverá participar nas despesas do Conselho em montante a acordar em Assembléia³³.

Embora sua criação seja posterior à fundação dos espaços pelos grupos espalhados pelo mundo, a necessidade de regulamentar as mais variadas propostas de organização desses territórios de memórias se revela como uma forma de ampliar os conceitos de tradições. Fica a critério do Conselho aceitar ou rejeitar as propostas de criação de novos espaços, conforme estipulado em seu regulamento.

O Conselho delibera sobre as novas propostas e efetiva reuniões para aceitar os novos projetos advindos das Casas, não apenas para a criação, mas para toda e qualquer necessidade que demande um pleito, como fixar novas parcerias. A organização também estabelece o que se pode chamar de padrão de comportamento das Casas, considerando que essas possuem o intuito de garantir a manutenção das tradições. Mesmo que as inúmeras inserções de traços de outras culturas possam intervir na dinâmica cultural, trabalha-se no sentido de manter de algum modo a essência do que é ser açoriano, independentemente do país escolhido para morar.

33 CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 2010.

Em suma, sua função está em “reforçar o papel destas Instituições nos seus objetivos comuns: servir as comunidades em que se inserem, cooperar com as diversas entidades açorianas, promover os valores e a cultura da Região Autónoma dos Açores”³⁴. O Conselho é formado pelas Casas dos Açores do mundo, incluindo uma série de espaços.

Qualquer proposta de organização de novas ideias ou deliberação mais relevante se faz a partir da reunião do Conselho, e não mais das diretorias de cada Casa, muito embora estas tenham suas especificidades e suas diretrizes internas. O Conselho se une quando algo precisa ser discutido num âmbito maior, ou seja, quando a decisão tem relevância para as Casas espalhadas pelo mundo.

Cada Casa fundada tem como premissa a articulação dos açorianos e a manutenção dos laços com a terra de partida, além de sociabilidade, ajuda mútua, organização das festividades religiosas e, de certa forma, a manutenção das identidades. As histórias de criação são bastante parecidas no que se refere às dificuldades financeiras e à maneira de aglomerar o maior número de sujeitos vindos dos Açores.

Em outras palavras, a proposta de cada entidade é manter os laços entre os Açores e a localidade. Cada qual tem um emblema que faz referência ao seu local de estabelecimento e à terra de origem, também como forma de saudar a nova pátria.

A partir da criação das Casas tem-se um panorama da identificação dos grupos criados com objetivos comuns e aliados por meio do Conselho Mundial das Casas dos Açores, que permite pensar o aprimoramento e manutenção das tradições açorianas. No entanto, a ação que fomentou a criação do Conselho Mundial perpassa a ideia de açorianidade, que significa, ao longo do século XX, um esforço sistemático e permanente de se fixar, num primeiro momento, no espaço nacional português e, contemporaneamente, nas comunidades transnacionais de imigrantes e descendentes. Essa articulação política se fez num momento em que os conflitos de interesses políticos sobre o futuro dos Açores começava a despontar.

“um espaço da diferença constitutivo da identidade cultural regional das populações do Arquipélago. Este esforço teve origem em fins do século XIX no bojo das tensões políticas e movimentos autonomistas da região em relação ao poder central em Lisboa”³⁵.

34 CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 2010.

35 LACERDA, 2007: 56.

Isso quer dizer que o Conselho possui em seus objetivos uma forma de manter sob sua supervisão os açorianos espalhados pelo mundo. Assim:

“Após 1976, com a implantação da autonomia administrativa, o discurso da açorianidade fornecerá as bases de referência para a construção da identidade açoriana enquanto característica fundamental de uma região politicamente autônoma. Com uma história rica em reivindicações autonomistas e até pela independência”³⁶.

A Direção Regional das Comunidades, a fim de garantir um elo governamental com as Casas dos Açores, estabeleceu diversos protocolos de cooperação. Estes, por sinal, objetivam o fortalecimento de laços entre os emigrantes e a sua terra natal, a preservação e divulgação dos valores culturais da região e de solidariedade social nas comunidades, além da legitimação da ideia de ser açoriano³⁷.

O Governo dos Açores promove diversas ações que objetivam o aperfeiçoamento dos estudos culturais voltados aos açorianos que emigraram e também como proposta de interculturalidade dos pesquisadores dos Açores de forma geral. Sendo a autoridade máxima no âmbito das ilhas, tem em sua hierarquia também a Direção Regional das Comunidades, que lhe responde diretamente.

A Direção Regional das Comunidades faz intercâmbios de estudantes vinculados ou não à Universidade dos Açores, o que permite aos pesquisadores ampliarem suas pesquisas em documentos nas mais diversas esferas das entidades existentes nas ilhas. A proposta de crescimento do turismo também reforça essa intercambialidade, fomentada pela divulgação e ampliação da demanda turística, sendo esse um dos enfoques de crescimento das ilhas.

A legitimidade das Casas dos Açores está ligada à sua concepção e formas de articulação com o grupo associado. Entre os dados recolhidos pelas Casas estão as listagens que informam quando os sujeitos chegaram, de quais ilhas vieram, idade, sexo e atividades profissionais desempenhadas. Esses dados, além de revelarem a origem dos associados, dimensionam momentos distintos de chegada, indicando ainda, por exemplo, os navios nos quais vieram, o grau de instrução dos indivíduos, entre outros fatores que, de certa forma, possibilitam a constituição de um acervo para pesquisa.

A criação das associações parte da questão da identificação dos açorianos, pois revela uma construção ou (re) construção da cultura, uma vez que trazem traços

³⁶ LACERDA, 2007: 57.

³⁷ AÇORES, 2010.

de algum lugar, têm histórias, mas também sofrem transformações constantes. Longe de estarem eternamente fixadas num passado essencializado, estão sujeitas ao contínuo “jogo” da história, da cultura e do poder³⁸.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apesar de os discursos sobre a construção das Casas partirem, na sua maioria, de uma forma de interação e identificação individual e coletiva, algumas questões podem ser levantadas para se repensar essa premissa, como as possíveis causas que transformam a vida cotidiana e tomam certas dificuldades enquanto elas. “[...] o indivíduo forma a sua identidade não a partir da reprodução da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim a partir do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”³⁹.

Pensando na legitimação das identidades e na criação de espaços para diminuir possíveis conflitos, a Casa dos Açores de São Paulo, um ícone territorial dos açorianos, é/foi uma forma de sociabilidade que coopera/cooperou para a multiplicidade, de forma a integrar e diferenciar seu grupo dos demais.

A ideia de ser açoriano e “irmão” se realiza em vários planos. Na verdade, cada um desses códigos tem um papel hierarquicamente distinto da composição da pessoa açoriana. Ora esta aparece definida a partir de suas relações com o Espírito Santo e de suas relações de parentesco e vizinhança; ora ela aparece enquanto parte de uma “comunidade étnica” coletivamente individualizada ao lado de outras comunidades étnicas no contexto nacional brasileiro. Em seu cotidiano, os açorianos transitam entre esses dois códigos, embora não o façam de modo inteiramente livre, acionando um ou outro de acordo com seus interesses e objetivos⁴⁰.

A maioria dos depoimentos se refere à Casa dos Açores de São Paulo enquanto mantenedora das festas do Divino, contrapondo-se em parte à noção de que as associações mútuas constituem um tipo particular de associações regidas pelo Código da Mutualidade, tendo como objetivo a prevenção de riscos sociais, desenvolvimento cultural, moral e intelectual dos seus membros, além da melhoria das condições de vida.

38 HALL, 2000.

39 MENDES, 1994: 155. O autor usa os Açores como palco para suas discussões partindo dos efeitos sociais da constituição institucional e oficial do conceito de “açorianidade” e também das estratégias e processos de identificação dos agricultores, em especial contrapondo às consequências da integração europeia.

40 GONÇALVES, 2008: 67-94.

A proposta de legitimação de forças do grupo também desempenha relevante papel nas ações políticas com o país de origem, seja por meio de apoios financeiros, visitas ao país, cursos efetivados nas ilhas como processos de interculturalidade, entre muitos outros que garantem, de certo modo, um elo institucionalizado. A propósito, o discurso da açorianidade passou por diversas fases, desde a retórica de confronto com o espaço nacional português até a fase global, na qual se inserem todos os grupos que saíram das ilhas em movimentos migratórios distintos⁴¹.

A açorianidade passa, portanto, a ser um discurso englobante da identidade açoriana, e é nesse período que se pode visar o crescimento das políticas e programas dos governos regionais voltados para o apoio mais direto às comunidades de imigrantes e descendentes⁴².

De toda a construção da cultura açoriana⁴³ e a legitimação das identificações, a festa sem dúvida é um dos mais expressivos traços que ligam esses grupos pelo mundo. O trabalho do tempo de festas na Casa dos Açores é um trabalho coletivo, advindo da fé e sociabilidade criadas pelos pares que se encontraram com um interesse em comum: montar as festas religiosas. Esse, por sinal, é um tempo de fé, alegria e agradecimento à fartura. Desse modelo se discute a construção de uma legitimação identitária formada pela Casa dos Açores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa, 1994 – *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras.

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO, 1987 – “Fundação da Casa dos Açores de São Paulo, em Vila Carrão”. *Açor – Órgão Informativo da Casa dos Açores*, ano I, n.º 1. São Paulo, jun./jul.

FELDMAN-BIANCO, Bela, 1992 – “Saudade, Imigração e Construção de uma Nação Desterritorializada”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 9, n.º 1, artigo 35. Campinas.

41 LACERDA, 2003: 57-58.

42 LACERDA, 2003: 57-58.

43 A cultura para os imigrantes é uma forma de se garantir no mundo. Assim, Rocha-Trindade refere-se ao processo de interação como análogo à assimilação, considerando que, nas sociedades modernas, a aventura da emigração é o único caminho para garantir a sobrevivência. O sujeito que entra na nova sociedade toma o processo de assimilação como uma necessidade crucial. Ver ROCHA-TRINDADE, 1995.

FORTES, Alexandre, 1999 – “Da Solidariedade à Assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX”, in *Cadernos AEL – Sociedades Operárias e Mutualismo*, edição 10/11, vol. 6. Campinas: UNICAMP/ IFHC.

FREITAS, Sônia Maria de, 2006 – *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, Memorial do Imigrante.

GONÇALVES, José Reginaldo; CONTINS, Márcia, 2008 – “Entre o divino e os homens: a arte nas festas do divino Espírito Santo”. *Horizontes Antropológicos*, ano 14, n.º 29. Porto Alegre, jan./jun.

HALL, Stuart, 2000 – *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

LACERDA, Eugênio Pascele, 2003 – *O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LUCA, Tânia Regina de, 1990 – “As Sociedades de Socorros Mútuos Italianas em São Paulo”, in BONI, Luis A. de (org.), *A Presença Italiana no Brasil*, vol.II. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly, 2010 – “Estatutos de Sociedades Mutualistas e a História Social do Trabalho: Conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879)”. *Revista Crítica Histórica*, ano I, n.º 1. Universidade de Alagoas.

MENDES, José Manuel de Oliveira, 1994 – “As Identidades Sociais como Políticas e como Estratégias: O Caso dos Açores”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40. Coimbra: Universidade de Coimbra.

NOGUEIRA, Ana Maria de Mora, 1998 – *Como Nossos Pais – uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói, 1900/1950*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos, 1995 – *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

SEYFERTH, Giralda, 1990 – *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

SILVA, Pedro Ferreira da, 1969 – *Assistência Social dos Portugueses no Brasil*. São Paulo: Arquimedes.

SOUSA, Roberto Ribeiro de, 2005 – “Representações geográficas de identidades: o caso das casas regionais de origem portuguesa no Rio de Janeiro – RJ”, in *Anais do Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

THOMPSON, E. P, 1998 – *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

TUAN, Yi-Fu, 1983 – *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AÇORES. Direcção Regional das Comunidades. Disponível na internet em: <<http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srp-drcomunidades/?cName=pgra-drcomunidades>>. Acesso em: 8/8/2010.

AÇORES. Presidência do Governo Regional. Disponível na internet em: <http://www.azores.gov.pt/PortalAzoresGov/external/portal/organigramas/organigrama_2008_pt.pdf#page=2>. Acesso em: 8/8/2010.

CASA DOS AÇORES DE SÃO PAULO. CASP. Disponível na internet em: <http://www.casadosacores.com/cmca_horta.html>. Acesso em: 12/10/2010.

LACERDA, David P., 2007 – “Experiência associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX)”. *Anais do XIII Encontro de História – ANPUH Rio*. Rio de Janeiro, 2007: 6. Disponível na internet em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213754555_ARQUIVO_Textocompleto.pdf>. Acesso em: 22/10/2010.

DEPOIMENTOS

Depoimento de dona Ilda Maria Salvador dos Reis, concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal em 2 de outubro de 2006, na Casa dos Açores de São Paulo.

Depoimento da sra. Maria Joana Rezende Rodrigues, em entrevista concedida à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal em 2 de outubro de 2006, na Casa dos Açores de São Paulo, e cedida para esta pesquisa.

Depoimento do sr. Henrique de Arruda Soares, em entrevista concedida em 7 de julho de 2008, na Casa dos Açores de São Paulo.

Depoimento do sr. Manuel de Medeiros, em entrevista concedida em 3/6/2008.

Depoimento do sr. Manoel de Medeiros. Nasceu em 12/11/1941 em Ponta Delgada, São Miguel, Açores, Portugal. Chegou ao Brasil em 13 de junho de 1956, Presidente e Fundador da Casa dos Açores de São Paulo. Entrevista concedida em 3/6/2008.

**ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR:
A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES**

LUÍS REZNIK

RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

“Construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 50 000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo;
Hospedagem até 8 dias;
Transporte gratuito da Corte para as províncias e daí para as localidades onde os imigrantes houverem de ser colocados”¹.

HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES: DISPOSITIVOS DE RECEPÇÃO

O intenso movimento populacional da Europa para as Américas, na segunda metade do século XIX, especialmente nas duas últimas décadas, ensejou a preocupação, do lado de cá, com a recepção desses imigrantes. O ministro da Agricultura do Império do Brasil José Saraiva se apressou em propor, em 1881, a construção de um edifício para tratar convenientemente desse enorme fluxo de pessoas. Era preciso registrar, identificar as “aptidões”, acomodar provisoriamente e alocar em locais de trabalho.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em funcionamento desde 1883, foi um dos principais locais de recepção no Brasil e nas Américas. Por todo o continente americano foram estabelecidos dispositivos para a recepção dos estrangeiros que por aqui aportavam em busca de trabalho. A bem da verdade,

¹ SARAIVA, 1882: 208.

as hospedarias constituíram mais um dos dispositivos da imigração. Havia uma extensa cadeia ² que se iniciava na saída dos europeus de suas aldeias e cidades natais – muitas vezes, aliciados por agentes locais e internacionais e estimulados pela propaganda do Novo Mundo – até a chegada a um local de trabalho nas Américas, passando pelos trâmites oficiais da emigração nos portos e pelos dissabores do transporte nos vapores transatlânticos ³.

Desde meados do século XIX, “locais de recepção” foram criados por particulares, por vezes com subsídio público para “agasalhar” os imigrantes. Pequenas hospedarias, privadas ou públicas, enfrentaram os dilemas para estabelecer um conjunto de procedimentos para abrigar ⁴ os recém-chegados: a constituição de um corpo de funcionários relacionados a serviços especializados em um local pertinente a estas funções. Na década de 1880, a hospedaria da Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, e a hospedaria do Brás, em São Paulo, representaram o amadurecimento desse processo, em um momento em que se intensificou, de modo inédito, o volume de imigrantes que chegam ao país.

De forma similar ao que ocorreu no Brasil, os países que receberam grandes levas de europeus a partir de meados do século XIX – especialmente Estados Unidos, Canadá e Argentina –, organizaram os seus dispositivos de recepção. Foram estabelecidas grandes hospedarias, todas no litoral em locais estratégicos para a chegada dos vapores europeus, por onde ingressou a maior parte dos imigrantes.

A mais conhecida internacionalmente é Ellis Island, localizada em Nova Iorque, EUA. Funcionou entre 1892 e 1954. Estima-se que 40% dos cidadãos norte americanos atuais tem antecedentes que passaram por lá ⁵. Ellis Island foi precedida por Castle Garden (1855-1890), administrada pelo estado de New York, que recebeu cerca de 8 milhões de imigrantes.

O prédio de Ellis Island, construído em madeira especialmente para os encargos de recepção dos imigrantes, foi vítima de incêndio em 1897. Nova edificação, “à prova de fogo” foi construída, e a hospedaria reabriu as portas em 17/12/1900, recebendo somente neste dia 2 251 imigrantes. Era um complexo

2 GONÇALVES, 2012.

3 A trajetória dos e/imigrantes foram as mais variadas. Por exemplo, muitos chegaram ao Brasil e se estabeleceram na Argentina, passando pelo Uruguai; outros foram contratados já na Europa para trabalhar em fazendas no Brasil, etc.

4 Termos como abrigar, acolher, depositar, agasalhar eram comuns nos documentos brasileiros do século XIX.

5 MORENO, 2003. Ver também <http://www.nps.gov/elis/index.htm>; http://www.ellisland.org/genealogy/ellis_island_history.asp.

aonde funcionava, entre outros, um setor de desinfecção de pessoas e roupas, sala de registro, dormitórios masculinos e femininos, restaurante, hospital, depósito de bagagens, escritório de telégrafo e caminho para a ferrovia. A grande maioria, cerca de 80%, permanecia na hospedaria cerca de cinco horas na Ilha; poucos ficavam por dias. Ellis Island não foi exatamente uma hospedaria, mas um lugar de registro e controle da entrada de imigrantes.

Os números são surpreendentes: entre 1900 e 1914, cerca de 5 000 a 10 000 pessoas passavam diariamente por ali; em 1907, ano de pico, entraram 1 250 000 de pessoas; entre 1892 e 1924, passaram cerca de 12 milhões pela Ilha.

Com a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, em 1917, Ellis Island se transformou em centro de detenção para os inimigos estrangeiros. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O confinamento na Ilha também atingiu, logo após o fim da Primeira Guerra, com o chamado “perigo vermelho” vários suspeitos “radicais”.

Halifax, capital da Província de Nova Escócia, no litoral Atlântico, foi, ao menos desde o século XIX, o principal ponto de chegada de imigrantes no Canadá. Por ali, no Pier 2, foram estabelecidos os primeiros escritórios para assistência e controle dos recém chegados em fins daquele século. Após um incêndio em 1895, o Pier foi reconstruído e reaberto em 1915, para sofrer uma explosão em 1917⁶.

Uma nova estrutura foi construída e, a partir de 1924, imigrantes começam a ser recebidos no complexo do Pier 21. Conectado à estação ferroviária, manteve escritórios de imigração e alfândega, serviços médicos, cozinha, hospital, berçário, dormitórios e um centro de detenção. Durante o período de funcionamento, por ali passou cerca de um milhão de imigrantes.

Na Argentina, desde princípio do século XIX, o governo alugava espaços para alojar imigrantes. Entre 1882 e 1911, funcionou a primeira hospedaria oficial, o Hotel de los Inmigrantes de La Rotonda. Por ali entraram cerca de 1 400 000 imigrantes, o que equivalia a 50% do total dos que ingressaram na Argentina nesse período⁷.

Em 1911, foi inaugurado o que seria a hospedaria definitiva em Buenos Aires, ao lado do porto. Era um grande prédio de quatro pisos, com capacidade de alojamento para 4 000 pessoas. O refeitório estava preparado para atender quase 1 000 pessoas por vez. Havia, ainda, depósitos para bagagens, hospital, padaria, carpintaria, oficina de correios e telégrafos, assim como escritórios para registro

6 DODGE, s.d.; LEBLANC, s.d.

7 <http://www.migraventura.net/sites/default/files/Hotel.pdf>; http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/museo/hoteldelinmigrantes.pdf

e controle. Os imigrantes ficavam ali, em média, cinco dias, até conseguirem trabalho. Entre 1911 e 1920, a hospedaria alojou cerca de 500 mil pessoas.

No Brasil, durante a Grande Imigração, foram criadas inúmeras hospedarias, ao norte e ao sul, como, por exemplo, em Belém (PA), Florianópolis (SC) e Vitória (ES), todas no litoral. Esta última, instalada em 1889, funcionou durante cerca de 30 anos e, na primeira década, chegou a receber 20 mil imigrantes.

Nem todas as hospedarias, entretanto, se localizaram no litoral. Juiz de Fora (MG) sediou a Hospedaria Horta Barbosa, criada em 1888 e desativada na primeira década do século XX. Localizada estrategicamente, com fácil acesso rodoviário e ferroviário, esta hospedaria funcionava como local de acolhida aos imigrantes que chegavam de diversos portos, principalmente do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais.

A maior hospedaria, em tamanho e número de imigrantes recepcionados, foi a Hospedaria do Brás, em São Paulo. Recepcionou 3 500 000 imigrantes entre 1888 e 1978. A edificação tinha dois andares: no andar térreo, ficavam os escritórios, a casa de câmbio, a sala médica, as cozinhas, os refeitórios e as salas de armazenagem. No andar superior, localizavam-se os dormitórios, que muitas vezes tinham apenas esteiras para as pessoas dormirem⁸.

Construída para abrigar cerca de quatro mil pessoas, a Hospedaria de Imigrantes encarregava-se de receber e direcionar os trabalhadores estrangeiros para todo o estado de São Paulo. Ficava ao lado de um desvio da ferrovia que ligava Santos a Jundiaí e que trazia os imigrantes para a capital e levava o café direto para o Porto de Santos.

Anteriormente, o governo provincial de São Paulo instalara sua primeira hospedaria oficial, em 1878, no bairro de Santana, que foi desativada em 1880. Foi substituída pela Hospedaria do Bom Retiro que abriu as portas em 1882, com capacidade para 500 pessoas. Pequena para o fluxo que se intensificava, esta hospedaria levou seu tiro de misericórdia em 1887 quando ali surgiu um surto de varíola e difteria. A partir de então, passa a funcionar a Hospedaria de Imigrantes do Brás, oficialmente inaugurada em 1888.

Recepção, triagem e encaminhamento era o tripé que determinava a estadia do imigrante na hospedaria. Os serviços de alimentação e alojamento eram intercalados com os de controle médico sanitário, registro e direcionamento ao trabalho. Os serviços de higiene incluíam banho, desinfecção e troca de roupas e inspeção médica. O tempo médio de permanência dos imigrantes era de uma semana.

⁸ PAIVA; MOURA, 2008.

UMA POLÍTICA BRASILEIRA PARA A IMIGRAÇÃO

A experiência da imigração europeia para o Brasil data do período joanino e fixa raízes que perduram por todo o período imperial. Logo após o estabelecimento da Corte portuguesa em território americano, o monarca firmou contratos para atração de europeus objetivando a formação de colônias para ocupação do território brasileiro⁹. Subsidiava-se a viagem e o estabelecimento – com a concessão de terras, ferramentas e sementes – de colonos em áreas interioranas. Essa concepção colonizadora norteou as diretrizes da administração imperial até a década de 1870¹⁰.

A partir de meados do século XIX novas perspectivas são associadas à imigração. A extinção do tráfico de escravos (1850) e a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) colocavam em pauta o fim da escravidão e a necessidade de braços para a grande lavoura. O Senador Vergueiro propôs as colônias de parceria com imigrantes europeus como solução para o problema¹¹. Os precários resultados desta experiência não animaram os proprietários. Debates acalorados foram travados sobre a questão e chegou-se a especular a atração de asiáticos. Em 1878, o Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o Visconde de Sinimbu, convocou o Congresso Agrícola, no Rio de Janeiro. Foram arremetidos os proprietários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo e do Município Neutro para debater as necessidades da grande lavoura em termos de mão-de-obra, crédito e tecnologia. “O congresso permitiu que, pela primeira vez na história do Brasil independente, os proprietários pudessem falar aberta e diretamente ao governo, em vez de fazê-lo por intermédio da representação parlamentar ou das poucas associações de classe”¹². Não houve consenso sobre uma série de questões, mas o problema da mão-de-obra foi identificado como o principal do setor agrícola do momento. Para muitos a imigração colocava-se como uma das possibilidades para solucioná-la.

O governo imperial passou a dividir com as administrações provinciais e com a iniciativa privada as ações de atração de imigrantes para o país. A política colonizadora foi, em grande medida, mantida pela administração imperial enquanto as províncias e os particulares passaram a incentivar a vinda de imigrantes

9 NICOULIN, 1995.

10 CARNEIRO, 1950.

11 HOLANDA, 2004.

12 CARVALHO, 1988: V.

para garantir braços para a grande lavoura. Neste último caso destacaram-se os presidentes da província e os cafeicultores de São Paulo que criaram agremiações promotoras da imigração¹³. Os serviços de recepção e encaminhamento dos imigrantes aos seus destinos incorporavam-se a esses debates.

Nesse cenário, em 1876, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração, colonização e gestão das terras públicas. A Agência Oficial de Colonização e a Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas foram extintas e suas atribuições transferidas para a Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Cabia-lhe “desde o transporte marítimo e por terra até a alimentação, socorros médicos, e o mais que se fazia mister ao recebimento e agasalho de milhares de imigrantes, tudo foi prevenido com boa ordem, economia e a contento dos internados”¹⁴.

Uma das principais preocupações da Inspetoria, imediatamente após sua criação, em 1876, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial. Na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias. A primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre 1849 e 1850, atingindo mais da metade da população e deixando um saldo de mais de quatro mil mortos. Tal a gravidade da situação que o governo nomeou, nesse mesmo ano, uma Junta de Higiene para acompanhar os trabalhos de controle de epidemias e dotou-o de um serviço de estatística, ao que parece o primeiro da América do Sul. Durante toda a segunda metade do século XIX, a febre amarela assolou a cidade, deixando muitos mortos.

Nos anos 1870, os dois surtos mais graves ocorreram em 1873 e 1878. Cólera-morbus, varíola, tuberculose, doenças intestinais e malária também foram flagelos crônicos no Rio de Janeiro¹⁵. Esse quadro epidêmico promoveu campanhas anti-imigratórias para o Brasil na Europa. A Prússia, em 3/11/1859, proibiu seus súditos de partirem para São Paulo. Em 1871, a proibição foi estendida para todo o país. Medida semelhante foi adotada pela Inglaterra e França, respectivamente, em 1875 e 1876¹⁶.

13 BEILGUELMAN, 1981; GONÇALVES, 2012; KLUG, 2009: 199-231; OLIVEIRA, 2001; PETRÔNIO, 2004.

14 ALMEIDA, 1877: 404.

15 CHALLOUB, 1996; BENCHIMOL, 2001.

16 ZAIMAN, 1983: 38.

O isolamento dos imigrantes em sanatórios, “pontos bem reputados por suas condições de salubridade”¹⁷, foi a solução encontrada, à época para proteger os recém ingressos no país assim como na tentativa de mudar a imagem externa que se consolidava. Inicialmente tais espaços eram alugados a particulares, como, por exemplo, a hospedaria do Morro da Saúde. Posteriormente, o governo imperial constituiu a sua própria hospedaria. Essas instituições foram concebidas para isolá-los da cidade febril e, conseqüentemente, impedir a morte dos recém ingressos no país. A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa, fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade.

A Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde fora criada em 26/3/1867 através do arrendamento, feito pelo Ministério da Agricultura, dos prédios de José Rodrigues Ferreira e tinha capacidade para 400 pessoas. Com sua criação a administração imperial substituiu as hospedarias privadas da Praia Formosa e a da Rua da Imperatriz, de menor capacidade. Iniciou suas atividades em 14/4/1867 recebendo 33 norte-americanos¹⁸. Era tida como superior ao Castle Garden de Nova York: “O Ministério da Agricultura tem hoje pronto para a recepção de imigrantes um belo estabelecimento que corresponde em sua destinação à casa de recepção de Castle Garden em Nova York, mas, que lhe é muito superior no seu estilo geral e nas comodidades preparadas para os imigrantes”¹⁹.

Em 1876 esta hospedaria sofreu com a infestação pela febre amarela obrigando a administração a fechá-la e a alugar alojamentos em Mendes, Barra do Pirahy e na Colônia de Porto Real, no interior da província do Rio de Janeiro²⁰. Passado o surto epidêmico a Hospedaria foi reaberta no ano seguinte. Em 1881, a Hospedaria do Morro da Saúde foi novamente fechada e os imigrantes foram alojados em um navio do Ministério da Guerra, fundeado na Baía de Guanabara, ou transportados diretamente para São Paulo²¹. Essa precarização levou aos gestores da Inspetoria e do Ministério à proposição da criação de uma hospedaria em local adequado: a Ilha das Flores.

17 ALMEIDA, 1877: 404.

18 OLIVEIRA, 2008.

19 Este texto foi publicado originalmente no Anglo-Brazilian Times, de 23/4/1867. Foi reproduzido no Diário Oficial do Império, em 2/5/1867, apud. OLIVEIRA, 2008: 2.

20 CINTRA, 1877: 7-9.

21 CARVALHO, 1882.

A preocupação com a salubridade dos espaços de recepção e abrigo dos imigrantes recém chegados foi uma constante na administração pública. Em 1886, por exemplo, um navio que aportara no Rio de Janeiro, após inspeção médica, não foi autorizado a desembarcar os tripulantes, pois foram considerados infectados por moléstia contagiosa, sendo direcionado para a Ilha Grande²².

A ILHA DAS FLORES: UM LOCAL ADEQUADO

O aumento do ingresso de imigrantes no país e a percepção da inadequação da hospedaria do Morro da Saúde ensejaram o projeto de definição de um espaço específico para atendimento dos recém-ingressos assim com a construção de um prédio específico e adequado para tal fim. Em 1881, o ministro, acatando sugestão do Inspetor de Terras e Colonização, estabelece quatro providências para preparar a administração pública para a ampliação do número de imigrantes no país:

- 1.º Construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de 50 000 indivíduos; e organização de um serviço de informações, locação e venda de terras que habilite o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo;
- 2.º Hospedagem até 8 dias;
- 3.º Transporte gratuito da Côte para as províncias e daí para as localidades onde os imigrantes houverem de ser colocados;
- 4.º Aquisição de terrenos quando os não houver devolutos à margem de ferrovias, estradas de rodagem e vias navegáveis para fundação de núcleos só provisoriamente e por curto prazo subordinados à inspeção do Estado²³.

Com o objetivo de construir de uma hospedaria adequada, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização apresentou projeto e orçamento à Inspetoria Geral de Obras Públicas. Quanto ao local, não mencionado, não foi aceito pelo presidente da Junta Central de Higiene Pública, provavelmente por ter sido

22 SILVA, 1887: 29-30.

23 SARAIVA, 1882: 208.

considerado insalubre. O Inspetor interino sentenciava os benefícios dessa obra: “é indubitavelmente esse um grande melhoramento que virá satisfazer, seu o serviço interno compreender todos os ramos que lhe são inerentes, uma de nossas mais palpitantes necessidades da atualidade”²⁴.

Em 16/1/1883 foi lavrada a escritura de compra da Ilha das Flores com a finalidade de ali se construir o prédio da Hospedaria. Esta ilha, e outras próximas, eram de propriedade do Senador José Ignácio Silveira da Motta²⁵. O interesse do governo imperial na Ilha das Flores data de 1876 quando ali foi enviada uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, para avaliar as experiências de piscicultura em curso. Em seu relatório, a Comissão a descrevera: “o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações”²⁶. Constatava-se a produtividade pelo elevado número de árvores frutíferas – havia 800 videiras carregadas –, leguminosas na horta e plantava-se mandioca para a produção da fécula. A ilha contava ainda com galinheiros e currais.

Além da casa de morada do Senador, que continha um anexo para a recepção de hóspedes, a ilha possuía armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho, barcos etc., e residências dos empregados dispersos no local.

Desenvolvia ali a criação intensiva de peixes em seis tanques que comportavam até doze mil animais. A referida Comissão, tendo em vista a crescente demanda de alimentos, gerada pelo aumento populacional das duas capitais – a Corte e Niterói, capital da província do Rio de Janeiro –, avaliava como positiva a experiência que ali se desenvolvia e propunha a aquisição da ilha para dinamizar aquela experiência e desenvolvê-la em outros centros pesqueiros. O plano, porém, se alterou conforme os rumos assumidos pela política imigrantista.

Logo após a aquisição iniciaram-se as obras de construção do prédio da Hospedaria que teria capacidade de atendimento de 800 a 1 000 imigrantes por vez. Enquanto o prédio não era concluído o serviço de acolhimento dos estrangeiros era realizado na hospedaria do Morro da Saúde, em uma hospedaria particular no Baldeador, Niterói, e utilizavam-se instalações existentes na Ilha do Carvalho²⁷.

24 CARVALHO, 1882: 6.

25 ESCRITURA, 1883.

26 IMPERIAL, 1876: 3

27 ÁVILA, s/d: 222.

A escolha deste local deve ter seguido dois critérios. Em primeiro lugar a salubridade do local. Sendo uma ilha não tinha contato permanente com os centros administrativos da nação – a cidade do Rio de Janeiro – e da província fluminense – a cidade de Niterói – e com suas constantes epidemias²⁸. O relatório da visita dos representantes ministeriais, em 1876, destacava as potencialidades produtivas e sanitárias da ilha. Por outro lado a ilha situa-se na Baía de Guanabara, no território niteroiense, e poderia ser facilmente acessada por navios de pequeno porte a partir do porto do Rio de Janeiro. Estar próximo à capital fluminense era permitir o uso dos hospitais locais, São João Batista e Santa Isabel, para o atendimento dos casos mais graves. Estar próximo à Corte significava uma maior atuação da gestão imperial sob aquela iniciativa que atraía os olhos de outras províncias.

A questão sanitária era uma constante nos relatórios. A preocupação era demonstrar que a hospedaria era um sanatório plenamente capaz de atender às demandas do abrigo dos imigrantes antes de sua transferência para os destinos finais. Registrando o primeiro ano de funcionamento da hospedaria (1883), Affonso Penna, então ministro da Agricultura, afirmava que

“o estado sanitário manteve-se inalterado, não tendo falecido senão seis imigrantes, dos quais um por efeito de hemorragia cerebral, dois por efeito de asfixia por submersão, um adulto e duas crianças de meses que desembarcaram para a ilha moribundos por efeito de angina”²⁹.

O seu sucessor, João Ferreira de Moura, no ano seguinte (1884), afirmava que

“acha-se bem organizado ali o serviço sanitário [...] tendo eu mesmo sido testemunha, na visita que ali fiz, das boas condições que o estabelecimento apresenta, para que, com pouco mais, corresponda plenamente ao fim que o Governo teve em vista, quando resolveu fundá-lo”³⁰.

28 Niterói foi grassada pela febre amarela em 1849, 1851, 1876, 1885, 1886, 1888, 1889; pela varíola em 1849, 1876, 1885, 1886, 1888, 1888, 1893; e pelo cólera em 1853, 1867. Ver WERHS, 1984; SOARES, 1994.

29 PENNA, 1884: 216.

30 MOURA, 1885: 361.

Ao último ministro da agricultura do governo imperial, Rodrigo Augusto da Silva, o Inspetor Geral das Terras e Colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, afirmava que

“Durante 3 anos e 10 meses de existência tem sido alojados na Ilha das Flores 38 680 imigrantes, dos quais 12 501 no ano findo. Em tão largo período, no decurso do qual mas de uma vez tem grassado com intensidade não só no porto, como na cidade de Niterói e do Rio de Janeiro, moléstias epidêmicas, é agradável registrar, nenhum caso de moléstia se deu que revelasse sintoma epidêmico, e menos, que produzisse a morte no indivíduo acometido. Os falecimentos, que ali se tem dado em número muito limitado, são provenientes de enfermidades contraídas durante a viagem, sendo na maior parte, de crianças”³¹.

A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES. ESTRUTURAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

Desde a década de 1870, o incentivo à imigração era a tônica dos discursos ministeriais. Projetavam-se mudanças nas práticas de atração e fixação de imigrantes tendo como parâmetros as experiências norte-americanas e argentinas. Incentivava-se a propaganda que os colonos já residentes pudessem fazer junto às suas famílias e amigos; investia-se na mudança da imagem do país no exterior; realizavam-se contratos com particulares ou agremiações para arregimentar imigrantes. Em paralelo, a política de colonização foi revista. Entre outras ações, foram estabelecidas regras para aquisição de lotes e materiais de infraestrutura para a fixação de novos núcleos coloniais e regularizadas atividades laboriais para ocupação dos colonos até que a primeira safra fosse colhida e que estivessem consolidados.

A par disso não se tinha noção da estrutura que seria necessária para a recepção dos imigrantes. Ao iniciar os trabalhos a Hospedaria da Ilha das Flores tinha capacidade para receber até 1000 imigrantes por vez e, acolhera, em 1883, 7 402. Sete anos depois, em 1890, foram registrados 66 494 recepcionados naquele espaço, conforme tabela abaixo:

31 VASCONCELLOS, 1887: 9.

QUADRO N.º 1
Ingresso de Imigrantes

Anos	Hospedaria da Ilha das Flores	Porto do Rio de Janeiro	Brasil
1883	7 402	-	24 827
1884	8 138	17 999	19 608
1885	10 579	22 727	29 408
1886	12 501	22 236	25 741
1887	18 834	33 310	54 990
1888	33 384	55 863	131 745
1889	26 848	-	65 187
1890	66 494	85 162	107 100

Fonte: Relatórios Ministeriais, 1884-1890.

O crescimento constante gerou a necessidade de ampliar e complexificar a estrutura de abrigo ali em curso. Ao iniciar suas atividades a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída de

[...] um galpão construído de tijolo e frontal, medindo 71m de comprimento sobre 13 m de largura, não compreendidas as varandas laterais, e dividido em quatro grandes salões para dormitório, três salas para enfermaria e consultório médico, e outros sete compartimentos para dependências do serviço de hospedagem de imigrantes. O refeitório e cozinha estão provisoriamente instalados em antigos telheiros, achando-se em construção um edifício para depósito de bagagens e viveres, cozinha e copa. Não existindo na ilha senão um depósito com a capacidade necessária para conservar 63 000 litros d'água, deu-se começo à construção de outro com capacidade para 40 000 litros³².

32 PENNA, 1884: 215-216.

O ministro tinha ciência que a estrutura criada passaria por alterações futuras em decorrência das necessidades advindas com a ampliação do fluxo de imigrantes ao país. “Outros melhoramentos irão sendo realizados à proposição das necessidades, tendo-se à vista que ao imigrante recém-chegado não falem condições de conforto”³³. Em sua descrição elencou quatro temas que envolverão a gestão do Ministério da Agricultura no final do século XIX e em princípios do XX.

O primeiro deles diz respeito aos alojamentos para abrigar os imigrantes. Em 1883 a Hospedaria era composta de um único prédio compartimentado entre os dormitórios, dependências médicas e administrativas. O aumento da capacidade de absorção dos recém-chegados levou a construção, em 1888, de novos alojamentos aumentando sua capacidade total para 2000 pessoas³⁴.

Entre 1883 e 1891 o número de internos na ilha aumentou exponencialmente. Além dos dormitórios foram construídas outras dependências necessárias às suas necessidades. A cozinha e o refeitório originais foram alojados em antigos telheiros já construídos no engenho de Silveira da Motta. Em 1888, mais um refeitório foi construído³⁵. Dois anos depois, 1890, novas cozinhas e refeitórios foram erguidos³⁶. Por demanda dos imigrantes foi construída uma lavanderia, em 1885³⁷.

O segundo conjunto de preocupações eram os espaços reservados aos doentes. Ao ser construída, a Hospedaria possuía duas enfermarias e um consultório médico no prédio dos alojamentos. Estas dependências deveriam ser usadas apenas por casos de doenças simples. Ao chegar ao Porto do Rio de Janeiro, o navio era inspecionado pelo médico da Hospedaria. Os casos graves eram transferidos para hospitais da Corte ou de Niterói. Os navios com graves problemas eram isolados na Ilha Grande, no sul fluminense. Para aviamento ágil dos medicamentos necessários aos cuidados dos doentes na Hospedaria foi criada, em 1884, uma botica³⁸.

Em 1886 foi construído um prédio específico para enfermaria. Com tal medida cumpriam-se duas prerrogativas das ações governamentais na ilha. O novo prédio isolava os doentes do contato com os imigrantes sadios e, por outro lado, ampliava

33 PENNA, 1884: 216

34 VASCONCELLOS, 1889: 10.

35 VASCONCELLOS, 1889: 10.

36 LUCENA, 1891: 104.

37 VASCONCELLOS, 1886: 6.

38 MOURA, 1885: 361.

o espaço destinado aos dormitórios³⁹. Em 1891 a Hospedaria ganhou novas enfermarias tendo em vista o volume de imigrantes que abrigava⁴⁰.

A despeito das precauções, em 1899, a Hospedaria da Ilha das Flores sofreu um surto de febre amarela tendo em vista que “apesar dos cuidados para impedir o aparecimento de doenças contagiosas estas são difíceis de serem controladas devido a constante relação dos imigrantes com a população da capital”⁴¹.

A recepção e o transporte das bagagens dos imigrantes foi o terceiro universo de questões que envolveu a administração ministerial. As bagagens eram verificadas nos navios ou na própria Hospedaria. A recepção das bagagens era um problema. Ao aportar, no Rio de Janeiro, os passageiros desembarcavam e, aqueles que não possuíam destino prévio, eram encaminhados à Hospedaria da Ilha das Flores. Suas bagagens, muitas vezes não eram desembarcadas e os navios seguiam viagem. Por vezes, os imigrantes eram enviados à hospedaria e suas bagagens remetidas dias depois, quando, já tinham partido para seu destino final. Visando agilizar esse problema e evitar problemas de envio das bagagens o ministério passou a cobrar, dos capitães dos navios, maior agilidade na liberação da bagagem. Não surtindo o efeito esperado passou a designar um funcionário para ir a bordo e localizar as bagagens. Por fim o Ministério passou a responsabilizar-se pelas bagagens extraviadas indenizando as perdas. Em 1888 foi construído o primeiro galpão específico para o armazenamento das bagagens e também foram comprados equipamentos de desinfecção⁴².

Por fim a estrutura administrativa e de serviços para o atendimento dos imigrantes foi sendo ampliada conforme o crescimento da demanda.

Ao ser criada a hospedaria passou a contar com José Xavier da Cunha como seu administrador. O Regulamento provisório que organizava o funcionamento da Hospedaria estabelecia seu quadro funcional que seria composto por 15 trabalhadores do quadro fixo: um ajudante da administração, um médico, um farmacêutico, um escrivão, um almoxarife, um fiel, um encarregado de armazém de bagagem, um maquinista, dois auxiliares intérpretes internos, um feitor, um enfermeiro, dois ajudantes de enfermaria (sendo um deles mulher, para a enfermaria feminina). Além destes, o diretor da Hospedaria poderia contar ainda com um amanuense para o escritório, guarda para o almoxarifado e para

39 VASCONCELLOS, 1887: 9.

40 ABREU, 1891: 13.

41 MAIA, 1900: 72-73.

42 VASCONCELLOS, 1889: 12-13.

o serviço de bagagens, intérpretes externos, cozinheiros e ajudantes, serventes, vigias de portos, encarregados de refeitório, da iluminação e das latrinas⁴³. Não sabemos se a Hospedaria pôde contar com todos esses funcionários no início de suas atividades. Certo é que a o crescimento do número de internos gerou a ampliação do quadro funcional e promoveu a necessidade de construção de espaços específicos para estes.

Cinco anos depois de inaugurada (1888) foi construído um prédio para a Secretaria da Hospedaria⁴⁴. Em 1890, ano de auge de recepção de imigrantes foi necessária a construção de um refeitório e uma cozinha específica para os funcionários⁴⁵. No ano seguinte, foi construída uma casa para o ajudante do Diretor⁴⁶.

Em conjunto era necessário a autonomização da Hospedaria frente a uma série de questões infra-estruturais como o abastecimento de água. Desde sua criação a Hospedaria era abastecida em água potável pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. Originalmente, em 1883, havia dois reservatórios com capacidade total de 103 000 litros de água⁴⁷. Dois anos depois, 1885, foi construído um terceiro reservatório para 70 000 litros. No ano seguinte, foi criada uma cisterna e um sistema de captação de água da chuva⁴⁸.

Nesse universo, outra preocupação era com o transporte dos imigrantes do Porto do Rio de Janeiro para a Ilha e desta para o destino final. Para fazer o traslado entre a Corte e a Ilha, em 1883, o Ministério da Marinha havia disponibilizado uma lancha e o Ministério da Agricultura autorizada a compra de duas outras embarcações⁴⁹. No ano seguinte, 1884, já contava com a lancha e três batelões⁵⁰. Dois anos depois, 1886, tinha 2 lanchas, 2 batelões e utilizava o serviço de barcos particulares nos períodos de maior afluxo⁵¹. Como resultado do ápice de recepção dos anos de 1890 e 1891, o relatório de 1892 registra que a Hospedaria contava com oito embarcações: três vapores e cinco batelões⁵².

43 REGULAMENTO, s.d.

44 VASCONCELLOS, 1889: 10.

45 LUCENA, 1891: 104.

46 ABREU, 1891: 14.

47 PENNA, 1884: 216.

48 VASCONCELLOS, 1886: 6.

49 PENNA, 1884: 217.

50 MOURA: 1885: 361.

51 VASCONCELLOS, 1887: 12-13.

52 Relatório de 1892

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores foi a primeira instituição oficial estabelecida pelo governo imperial. O longo aprendizado de recepção de imigrantes durante o século XIX, na Corte e na província do Rio de Janeiro, não foi suficiente para planejar o que deveria ser uma grande hospedaria. Ilha das Flores, tão logo foi aberta, necessitou de inúmeras adaptações e reformas. Em grande parte, as transformações e reestruturações ocorridas devem-se ao ineditismo da experiência em receber milhares, dezenas de milhares de imigrantes por ano. A prática cotidiana moldou a estrutura de recepção.

Durante a década de 1880, mais de 70% dos imigrantes que entraram no Brasil, ingressaram pelo porto do Rio de Janeiro. A grande maioria não tinha contatos na terra e passou pelos trâmites de uma hospedaria. Até a instalação da Hospedaria do Brás, em São Paulo, Ilha das Flores fez o papel principal de recepção, acolhimento e triagem para locais de trabalho. Entre 1883 e 1890, recebeu mais de 180 mil imigrantes, dos 450 mil que ingressaram no país.

Procuramos argumentar que a experiência da recepção aos imigrantes, em fins do século XIX, foi uma experiência “universal”, isto é, os países americanos criaram dispositivos similares para dar conta do massivo deslocamento populacional do Velho Continente para o Novo Continente. Ainda assim, cada um dos dispositivos se apresentou de modo particular, com características próprias. Conhecer e comparar as hospedarias na sua universalidade e nas suas especificidades é uma forma de compreender como cada uma das sociedades estabeleceu suas relações com o estrangeiro e com o diferente. Nesse sentido, é uma maneira de conhecermos a nós mesmos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ABREU, Candido Ferreira de, 1891 – “Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Públicas pelo engenheiro Candido Ferreira de Abreu, Inspetor Geral Interino das Terras e Colonização”, in FARIA, Antão Gonçalves de, *Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em maio de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

ALMEIDA, Thomaz Jozé Coelho de, 1877 – *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança.

ARAÚJO, Manoel Alves de, 1882 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

CARVALHO, Manoel Maria de, 1882 – “Relatório apresentado a S. Ex. Sr. Conselheiro Manoel Alves de Araújo pelo Inspetor Geral interino. Inspetoria Geral das Terras e Colonização”, in ARAÚJO, Manoel Alves de, *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

CINTRA, J. C. Coelho, 1877 – “Relatório da 2ª Secção da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. 25/11/1876”, in ALMEIDA, Thomaz Jozé Coelho de, *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança.

ESCRITURA de venda da ilha denominada das Flores, dos Ananazes e da Maxingueira, situadas na Bahia do Rio de Janeiro, que fazem o Conselheiro Senador José Ignácio Silveira da Motta e sua mulher a Fazenda Nacional. 1883. Cópia transcrita pelo Instituto Nacional de Imigração de Colonização (INIC). 4/6/1957ª, in *Livro do Comando da Tropa de Reforço*. Mimeo. s/d. Acervo: Ilha das Flores.

IMPERIAL Instituto Fluminense de Agricultura. 1876. *Relatório da Comissão encarregada de examinar o estabelecimento de piscicultura da Ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

LUCENA, Barão de, 1891 – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro D'Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MAIA, Alfredo Eugênio de Almeida, 1900 – *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas no ano de 1900, 12º da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MOURA, João Ferreira de, 1885 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

PENNA, Affonso Augusto Moreira, 1884 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

REGULAMENTO provisório para a hospedaria de imigrantes da Ilha das Flores. S/l, s/d. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo PP. Notação: Pasta 479. Caixa 181. Maço 3)

SARAIVA, José Antônio, 1882 – *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima oitava legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

SILVA, Rodrigo Augusto da, 1887 – *Relatório apresentado à Assembléia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1886 – “Relatório da Inspeção Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo”, in PRADO, Antônio da Silva, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1887 – “Relatório da Inspeção Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio da Silva Prado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo”, in SILVA, Rodrigo Augusto da, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de, 1889 – “Relatório da Inspeção Geral das Terras e Colonização apresentado a S. Ex. o Sr. Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Anexo”, in SILVA, Rodrigo Augusto da, *Relatório apresentado à Assembléia Geral na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

CARNEIRO, J. Fernando, 1950 – *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

BEIGUELMAN, Paula, 1981 – *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense.

BENCHIMOL, Jaime Larry, 2001 – *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*, 20.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos.

CHALLOUB, Sidney, 1996 – *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de, 1988 – “Introdução”, in *Congresso Agrícola*. Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

DODGE, Craig, s/d – *Remembering Pier 2: Halifax's Other Immigrant Gateway*. Disponível em: <http://www.pier21.ca/research/pier21/the-first-seventy-five-years>;

GONÇALVES, Paulo César, 2012 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 2004 – “As colônias de parceria”, in HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

KLUG, João, 2009 – “Imigração no Sul do Brasil”, in GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KUSHNIR, Beatriz, 2008 – “A hospedaria Central. A ilha das Flores como ante-sala do paraíso”, in HECKER, Alexandre; MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de (orgs.), *Deslocamentos & histórias*. Os portugueses. Bauru: Edusc.

LEBLANC, J. P., s/d – *The Pier 21 Story. Halifax 1924-1971*. Disponível em: <http://www.pier21.ca/research/pier21/the-first-seventy-five-years>

MORENO, Barry, 2003 – *Ellis Island*. Arcadia Publishing.

NICOULIN, Martin, 1995 – *A gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Betty Antunes de, 2008 – *Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX*. S/l. Mimeo. Disponível em: <http://www.pibrj.org.br/historia> (acessado em 15/10/2012).

OLIVEIRA, Lucia Lippi, 2001 – *O Brasil dos imigrantes*. São Paulo: Jorge Zahar Ed.

PAIVA, Odair da Cruz; MOURA, Soraya, 2008 – *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

PETRÔNIO, Teresa Schorer, 2004 – “Imigração assalariada”, in HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOARES, Emmanuel de Macedo, 1994 – *Figura e fatos da medicina em Niterói*. Rio de Janeiro: Imprinta.

WERHS, Carlos, 1984 – *Niterói. Cidade Sorriso. A história de um lugar*. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica.

ZAIDMAN, Daiana, 1983 – *A imigração ao Brasil no Império. O caso particular da Hospedaria da Ilha das Flores*, dissertação de mestrado em História. Niterói.

SITES

<http://www.nps.gov/ellis/index.htm>.

http://www.ellisland.org/genealogy/ellis_island_history.asp.

<http://www.migraventura.net/sites/default/files/Hotel.pdf>;

http://www.migraciones.gov.ar/pdf_varios/museo/hoteldelinmigrantes.pdf

**REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA:
A CONSTRUÇÃO DA SAÚDE E AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS
DE IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (1859–1930)**

YVONE DIAS AVELINO

Nesta comunicação os nossos olhares se voltam mais uma vez para o processo da imigração, especificamente a portuguesa, e as dificuldades no que se refere à saúde, enfrentadas por esses sujeitos em terras brasileiras no período de 1859 a 1870, respectivamente o ano de fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência e a inauguração do Hospital São Joaquim, resultado concreto dos esforços dessa associação. Para tanto, foram consultados o Arquivo do Estado de São Paulo, o Arquivo Municipal Washington Luiz, e o Arquivo da Sessão de Comunicação do Hospital de Beneficência Portuguesa, o São Joaquim.

Entre tantos outros, os problemas com a saúde pública na cidade de São Paulo eram graves, pois era escasso o saneamento no que se refere ao tratamento da água, embora esta fosse abundante, e ao esgoto, totalmente inexistente no início deste recorte temporal. As águas dos rios, associadas ao clima úmido foram também vetores de várias doenças – gripe, febre tifoide, varíola, cólera, difteria, escarlatina, meningite e a tuberculose, além de outros males. Algumas delas não eram transmitidas pelas águas, mas pela sujeira das ruas e casas em geral, que utilizavam esses mananciais como depósito de lixo. O contraditório era que esses afluentes também serviam para banho e utilização domiciliar, como preparo de alimentos e o consumo de água.

“O [...] Anhangabaú recebia os restos dos bois abatidos e atravessava com eles ruas e bairros inteiros. Por outro lado, a estagnação das águas no Tamandateí continuava dando margem para que se formassem nas suas várzeas depósitos perigosos de lixo e de bichos mortos [...] a direção dos ventos dominantes ainda contribuía para

acarretar sobre a povoação todas as exalações pútridas que dali se elevavam em grande quantidade, do sangue e dos demais restos das reses que se matavam [...]”¹

Conforme já descrevemos em comunicação anterior, esses imigrantes portugueses, cansados de conviver com os males de uma cidade bastante provinciana, que progredia a passos lentos, formaram uma sociedade de ajuda mútua, inicialmente apenas a seus patrícios e, posteriormente, a toda comunidade que dela necessitasse². A união desses sujeitos sociais, em geral trabalhadores do comércio da província de São Paulo, foi oficializada através de uma assembleia em 26 de Setembro de 1859, resultando em uma lista de adesão que atingiu 168 assinaturas, documentadas na relação de matrículas dos sócios³, sendo 149 homens e 19 mulheres. Pela própria necessidade, este grupo foi muito solidário entre si, para poder enfrentar as dificuldades e os imprevistos daquele *presente cotidiano*, parafraseando o compositor brasileiro Luiz Melodia. A formação da Sociedade/ Associação é um exemplo desses esforços. Nessa direção, este grupo interviu em casos diversos de seus conterrâneos na sociedade paulistana, colaborando juridicamente, socialmente e materialmente, inclusive solicitando aos órgãos públicos liberações de presos que cumpriam penas leves e eram arrimos de família.

Tais notícias eram publicadas nos jornais, como é o caso do benefício concedido a Bernardo Martins Meira, que esteve recolhido na prisão por seis meses, por uma denúncia que veio de Portugal para o Brasil. A Sociedade Portuguesa de Beneficência interviu no caso, e o preso foi colocado em liberdade. Um outro caso refere-se a um pedido de soltura de Manoel Antonio Monteiro, que no ano de 1861 encontrava-se preso, e sua família, esposa e filhos pequenos, passava muito necessidade. Assim, a Sociedade interviu para que o preso fosse solto, o que ocorreu. A resposta dada pela Penitenciária de São Paulo foi publicada no Jornal o Correio Paulistano:

“Penitenciária de São Paulo, 29 de Outubro de 1861.

Ilmos. Srs. Presidente e Secretário da Sociedade Portuguesa de Beneficência

¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, ano 1830-1850, p. 201. Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz. São Paulo.

² AVELINO, 2013.

³ Ata de Matrícula dos sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Livro n.º 1. Ano 1859/1860.

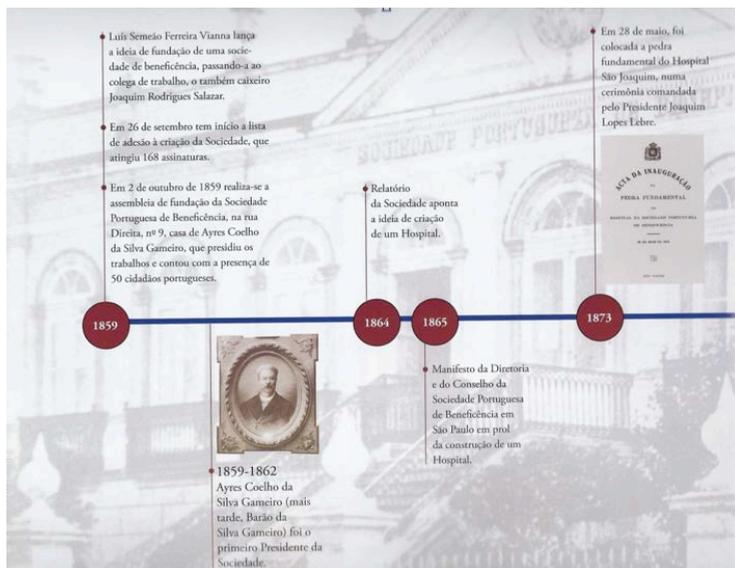
A recepção do officio que em data de 19 do corrente, a illustre Diretoria da Sociedade Portuguêsa de Beneficência, se dignou dirigir-me, foi por extremo lisonjeiro: senão pelo merecimento da causa que a provocou, ao menos pela expressão dos sentimentos com que nele se louva uma tão nobre quanto filantrópica associação.

Agradecendo pois com toda a efusão êste generoso ato da illustre Diretoria que certamente avaliou em mais do que merecia o bem pouco que fiz, para adoçar a penível e dolorosa condição em que se achou nesta casa o colono Manoel Antonio Monteiro, eu me prevaleço desta ocasião para assegurar à illustre Diretoria, minha profunda simpatia pela desgraça de outros súditos portuguêses que aqui se acham e a favor dos quais farei tudo quanto for compatível com êste sentimento e com o próprio dever.

Deus guarde a VV. SS.

Francisco Antonio de Oliveira”⁴

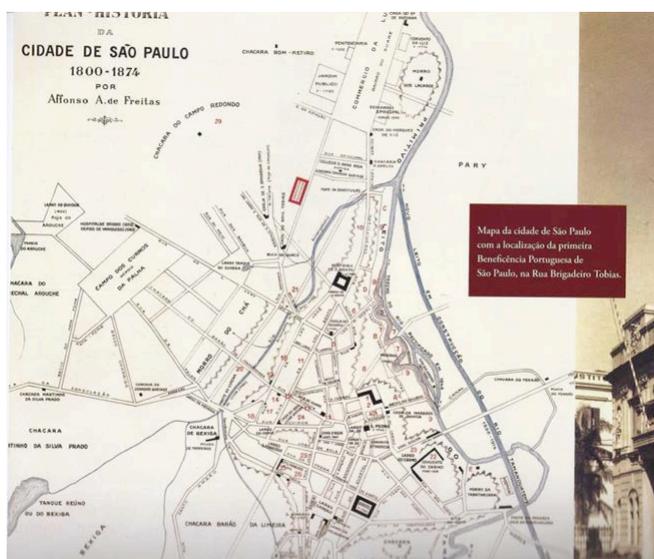
FIGURA N.º 1
Beneficência Portuguesa de São Paulo



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

4 Jornal *O Correio Paulistano*, São Paulo, 29 de outubro de 1961.

FIGURA N.º 2
Beneficência Portuguesa de São Paulo



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Outro empenho ainda maior deu-se antes mesmo da inauguração de um hospital, pois este, apesar de ser um sonho, não cabia no orçamento restrito da Sociedade. Alguns anos após a criação da associação, um Relatório da Sociedade de 1864 atestava achar-se bastante generalizada pelos associados a ideia da fundação de um hospital ou casa de saúde, pois os auxílios prestados nos anos anteriores demonstravam uma carência de espaço para colaborar em mais casos. Ainda assim, com orçamento restrito, surgiu então a ideia de criação de um pronto-atendimento, denominado Casa dos Enfermos da Sociedade de Beneficência que, para tanto, precisou alugar uma casa, que foi adaptada aos padrões hospitalares por um ano, contendo mobília, 12 camas, 36 lençóis, 30 fronhas, 12 cobertores, 12 tamboretos (banquinhos), 12 bacias para rosto, 36 toalhas, uma banheira grande e uma menor, 12 cadeiras, 1 sofá, 1 mesa de jantar, 1 mesa de sala, utensílios de cozinha, armários, louças, talheres, toalhas de rosto etc. Necessitava-se de capital para contratar médicos, enfermeiros(as), cozinheiros(as), copeiros(as) e manter os gastos com a dieta dos enfermos e os remédios. Essa Casa devia ser um modelo no atendimento aos pacientes, e cumprir os regulamentos das Leis de Higiene

e Saúde e, para isso, tomou o exemplo da renomada Clínica Médica do Doutor Betholdi. Alguns médicos eram voluntários, mas a maioria era paga.

O problema no transporte de doentes também foi crucial para a Sociedade, que **ampliou o espaço físico desta Casa, buscando doentes em Santos e nas imediações.** As comunicações entre o planalto e o litoral através da serra do mar eram péssimas. **A viagem era feita com muares e cavalos, e o doente era levado em uma liteira de forma desconfortável e demorada.** Um sócio, Joaquim da Silva Avelar, através de **ofício enviado à Sociedade se compromete a gratuitamente fazer tais serviços**⁵.

FIGURA N.º 3
Luís Semeão F. Vianna



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

⁵ Atas da Sociedade Portuguesa de Beneficência, p. 101.

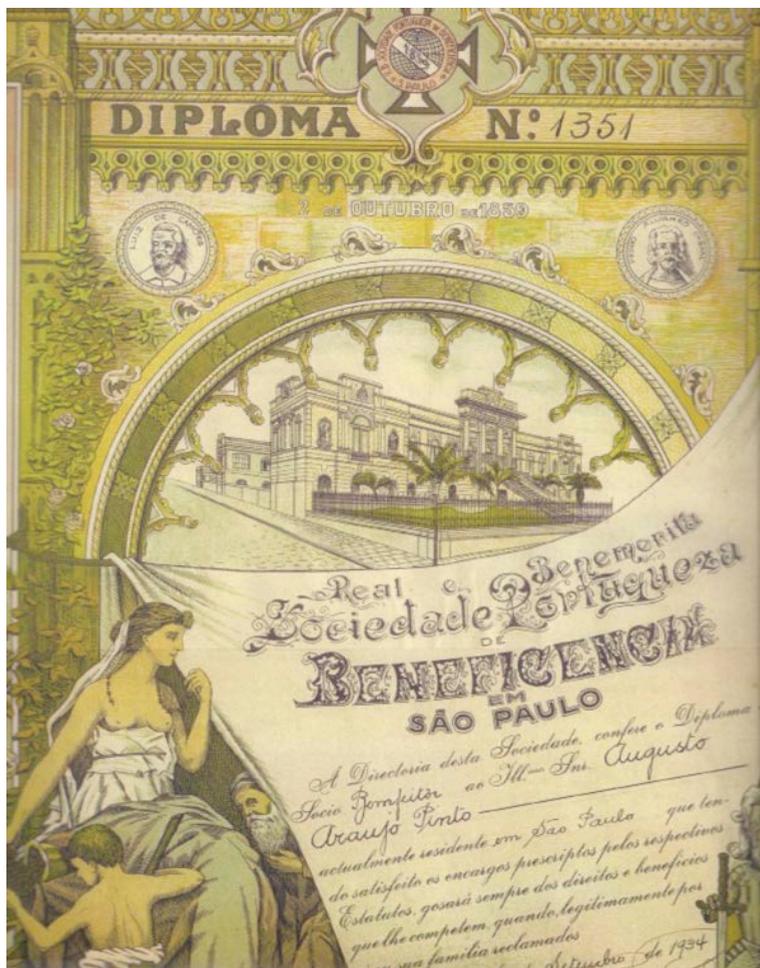
FIGURA N.º 4
Primeiro diploma de associado



Primeiro diploma de associado.

Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

FIGURA N.º 5
Diploma de associado



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Vários são os ofícios solicitando ajuda médica, remédios e até passagens para retorno de imigrantes a Portugal, como no caso de Francisco Joaquim da Silva, que perdeu a visão em um acidente de trabalho. O benefício lhe foi concedido. A clínica do Doutor Betholdi constatou a gravidade de alguns casos, e se dispôs a ajudar os mais graves. Para isso, os médicos Teodoro Reichert, Luiz Lopes Batista dos Anjos e Guilherme Ellis passaram a atender os pacientes da Casa dos enfermos gratuitamente.

Entre esses vários ofícios, um me chamou a atenção, o de Miguel Gonçalves dos Reis, o “charuteiro”, um dos sócios fundadores da Sociedade, e grande incentivador do jovem Luis Semeão Ferreira Vianna, objeto de nossa comunicação anterior que, com dezoito anos, idealizou a fundação dessa Associação. Em 1870, Miguel recorreu à Sociedade pedindo uma contribuição para ir embora para Portugal porque estava doente:

“Ilmo. Sr. Presidente da Sociedade Beneficente

Diz Miguel Gonçalves dos Reis, que querendo retirar-se para a Europa em consequência de enfermidade que tem sofrido ultimamente, e como tem a falta de recursos para esse fim, recorre à Sociedade como sócio que é para o socorrer para tal fim. O suplicante conta com a bondade da nobre diretoria para atender o seu justo pedido, que lhe seja concedida passagem desta cidade até a cidade do Porto aonde tenciona-ir-se tratar.

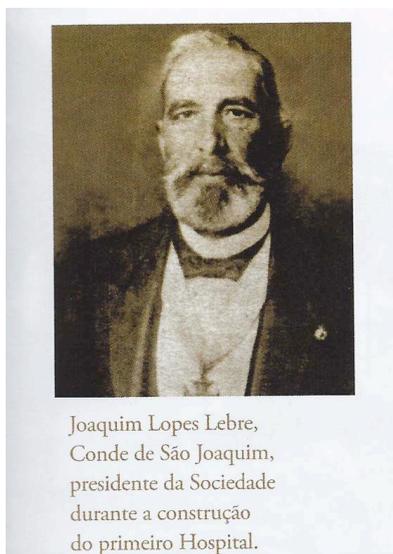
Miguel G. dos Reis
20 de Dezembro de 1870”

Miguel veio a falecer antes de ser atendido em sua solicitação, pobre e doente, deixando em dificuldades materiais sua viúva, Isabel Maria dos Reis, com cinco filhos menores de idade. Esta também recorreu à Sociedade solicitando auxílio. Isabel recebeu a ajuda de dez mil Réis por mês. Atrevo-me, através de uma análise inicial dos requerimentos, afirmar que, muitos dos requerentes, humildes e sem estudos, como no caso de Isabel, levavam seus problemas e pedidos a um representante da Sociedade, que os ouvia e redigia tais documentos, encaminhando-os à Diretoria, pois a redação denuncia a escrita de uma pessoa letrada.

Nessa época, a Sociedade contava com 290 associados, e com enorme esforço destes e de não-sócios, já tinha estrutura financeira para comprar um terreno na atual Avenida São João para tal finalidade. Nos seis anos seguintes foram feitas contribuições para a construção do prédio, mas o terreno foi trocado por outro maior, na rua Alegre, atual Brigadeiro Tobias, 343.

FIGURA N.º 6

Joaquim Lopes Lebre, conde de São Joaquim



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

FIGURA N.º 7

José Alves Barreto, visconde de Nova Granada



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Em 28 de Maio de 1873, teve início a construção da Unidade Hospital São Joaquim, em cerimônia comandada pelo presidente Joaquim Lopes Lebre, o futuro Conde São Joaquim, que não mediu esforços para acelerar a construção do edifício. Na verdade, ele já havia participado da fundação da Sociedade, tornando-se seu Presidente por várias gestões.

A edificação mobilizou os imigrantes portugueses, que fizeram contribuição em dinheiro e doações de materiais de construção. Houve também quem doasse utensílios e equipamentos, lençóis e cobertores⁶.

Figura n.º 8
Prédio antigo da Beneficência Portuguesa de São Paulo



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

⁶ Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Figura n.º 9
Beneficência Portuguesa de São Paulo



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Figura n.º 10
Salão Nobre da Beneficência Portuguesa de São Paulo



Fonte: Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009).

Foram muitas as contribuições e também grandes as dificuldades, mas em 20 de Agosto de 1876, dia de São Joaquim, patrono da entidade, o Hospital São Joaquim da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência foi inaugurado. O hospital começou a funcionar sem ter suas instalações concluídas, mas havia o mobiliário e o aparelhamento necessário para o atendimento aos enfermos. Vários foram as doações por parte de associados mais abastados, assim como empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, para realizar melhorias necessárias ao cumprimento de um papel importante na sociedade paulista, atendendo à demanda de enfermos na segunda metade do Século XIX.

Em 1913, amadurece a ideia de um novo edifício hospitalar, com doações para essa construção vindas principalmente do Visconde de Nova Granada e do Conde de São Joaquim. Em 1936, recebe a sociedade um terreno para um novo hospital, na rua Maestro Cardin n.º 110 a 119, hoje rua da Beneficência Portuguesa.

Esta pesquisa trouxe à tona para esta pesquisadora uma importante discussão, uma reflexão a respeito das instituições de poder dentro da sociedade, especificamente os hospitais. Para alguns autores, como Ivan Illich, Jurandir Costa Freire, Roberto Machado, entre outros, o hospital é retratado em suas obras como uma instituição que tem objetivos controladores e normatizadores, onde se estabelece uma íntima relação entre administração, médicos e sociedade. Datado dos finais do século XVIII, esses espaços de atendimento médico tiveram um papel muito significativo no século XIX, período do apogeu dos discursos científicos da racionalidade, que passaram a moldar o quadro do que seriam os símbolos da saúde em oposição aos símbolos da doença e morte, que precisavam ser combatidas, controladas e evitadas. A medicina passou a ser parte integrante do Estado, que se instituiu como um poder organizado e político. Articulou seus discursos com os planejamentos de saúde e higiene públicos, ao mesmo tempo em que ocorria a reorganização do espaço urbano.

A origem da história do hospital da Beneficência Portuguesa, mesmo estando inserida no contexto do século XIX e, certamente tendo feito sua interface com os discursos produzidos no período, nos permite uma reflexão além das críticas ao sistema feitas pelos autores aqui citados, ao trazer para a instituição hospitalar um exemplo de solidariedade daqueles portugueses imigrantes que viviam na província de São Paulo, e que enfrentavam as mais diversas mazelas com esperanças de um futuro mais risonho e promissor a seus descendentes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Ata de Matrícula dos sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Livro n.º 1. Ano 1859/1860. Arquivo da Sessão de Comunicação do Hospital de Beneficência Portuguesa.

Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Ano 1830-1850, p. 201. Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz. São Paulo.

Beneficência Portuguesa de São Paulo: Um século e meio provendo saúde (1859-2009). São Paulo: Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência de São Paulo, 2009.

O Correio Paulistano, São Paulo, 29 de outubro de 1961.

BIBLIOGRAFIA

AVELINO, Yvone Dias, 2013 – “Imigração Portuguesa e Saúde: A Fundação da Beneficência Portuguesa em São Paulo”, in *De Colonos a imigrantes*. São Paulo: Alameda, 2013.

FOUCAULT, Michel, 1937 – *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FREIRE, Jurandir Costa, 1989 – *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

ILLICH, Ivan, 1975 – *A Expropriação da Saúde: Nêmeses da medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MACHADO, Roberto, 1978 – *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal.

A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO OUTEIRO EM BELÉM DO PARÁ: UM MOSAICO EM CONSTRUÇÃO

MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO

As proposições deste artigo são originárias de estudos obtidos a partir de Tabelas, Relatórios, Ofícios e termos referentes à imigração e à Hospedaria de imigrantes do Outeiro, documentos à guarda do Arquivo Público do Pará. Ao avaliar a dimensão e importância da imigração e da referida Hospedaria para a história local, constata-se que a documentação existente fica bem aquém das expectativas e não se encontra em bom estado de conservação, sendo que algumas das espécies documentais foram indicadas para restauro.

Bem diferente das primeiras acomodações improvisadas no Convento das Mercês e da localização urbana dos dormitórios dados aos primeiros imigrantes, a Hospedaria do Outeiro começa a ser delineada, a princípio, em suas bases legais.

Na sua gênese jurídica, a casa de passagem dos imigrantes teve sua gênese no artigo 11 da Lei n.º 223, de 30 de junho de 1894 que autorizou a introdução de imigrantes. Impresso jurídico que foi sucedido pelo regimento da Hospedaria, editado através do Decreto n.º 131, de 10 de outubro de 1895, que aprovou o Regulamento para o serviço e funcionamento da hospedaria.

Sua localização, não fugiu à regra de tantas outras hospedarias edificadas em cidades no litoral do Brasil, foi escolhida uma das áreas insulares das proximidades de Belém: A ilha de Caratateua. De acordo Soraya Moura e Odair Paiva com “As hospedarias localizavam-se próximas a regiões portuárias ou mesmo em ilhas; isto facilitava os trabalhos de conferência de documentação, controle médico-sanitário e de alfândega”¹.

Ampliados os esforços da política da imigração estrangeira para Belém e, deixada para trás a ideia de que os imigrantes pernoitariam nos navios ancorados para,

¹ MOURA; PAIVA, 2008: 14.

ao amanhecer, seguirem viagem para o local de seu destino como colonizador ², começara a ser colocada em prática a construção de uma Hospedaria de Imigrante no Pará, em 1895.

FIGURA N.º 1
Hospedaria de Imigrantes do Outeiro



Fonte: EMMI, 2008: 136.

Os estudos historiográficos que trata das hospedarias de imigrantes apresentam o isolamento sanitário como parte de uma estratégica política migratória a fim de evitar a propagação de qualquer possível enfermidade que portasse o imigrado.

A edificação e as atividades da construção casa de passagem dos estrangeiros e para os nacionais que chegavam ao Pará, acabou também por dinamizar a ocupação espacial da Ilha. Essa ocupação ocorria tanto por iniciativa de particulares (estabelecimentos instalados com o propósito de fornecer mercadorias e produtos para a manutenção da hospedaria), quanto por ações subsidiadas pelo governo (em

² Para Frederico José Santana Nery, promotor da imigração na Europa, em carta enviada de Paris ao Presidente da Província do Grão Pará, Tristão de Alencar Araripe, e datada de 8 de janeiro de 1886, os imigrantes deveriam *desembarcar pela manhã muito cedo, antes de principiar o calor* e seguir logo para seu destino. A ideia da hospedaria ser em uma ilha, ainda sem que fosse definida a de Caratateua, já tinha sido mencionada por Santana Nery quando citou a Ilha de Tatuoca como ponto de fácil instalação e isolamento sanitário dos imigrantes enfermos, caso os houvesse. In: PARÁ, Provincial Presidential Reports. Fala do ex. Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1.ª sessão da 25.ª legislatura da Assembleia Provincial no dia 25 de Março de 1886. Belém, Typ. do “Diário de Noticias,” 1886, p. 126.

Caratateua foi criado a Colônia Modelo do Outeiro que abrigaria imigrantes italianos). Esta situação levou a pensar que o “surgimento da Colônia de Outeiro parece estar diretamente ligado com a criação em 1895 da Hospedaria de Imigrantes”³.

Como característica da época e da região amazônica, na ausência de um ponte que unisse a ilha a Belém do Pará, o único transporte utilizado para quem chegava ou saía daquela porção insular era o que se fazia por via aquática, fato que facilitava o controle do acesso, principalmente da saída, da ilha, uma vez que as embarcações seriam vigiadas pelas autoridades estaduais.

O edifício da hospedaria foi construído em meio a uma clareira da ilha de

Caratateua, no outeiro. Cercado de árvores e de floresta, o ambiente precisava de características que o humanizassem no sentido estético. Assim, a plantação de algumas espécies vegetais e florais que pudessem colaborar com o aspecto visual externo da casa, seria atividade bem apreciada pelos que estivessem de passagem e pelas autoridades governamentais ligadas ao setor da imigração. Constata-se a intenção do administrador neste sentido ao solicitar regadores à REOPTC, o que foi atendido conforme consta do ofício s/n, de 24 de abril de 1896 enviado para a administração da Hospedaria.

No contexto do isolamento sanitário, a documentação levantada no Apep (Arquivo Público do Estado do Pará) registrou algumas situações de enfermos e de isolamento.

As epidemias ocorridas em alguns países europeus deixavam em alerta as autoridades brasileiras e, por isso:

“Em abril de 1893, representações diplomáticas brasileiras no exterior começaram a enviar avisos oficiais sobre a propagação da cólera por portos europeus. Os navios de imigrantes procedentes de tais localidades deveriam ser recebidos nos portos da República somente após passarem por “tratamento” sanitário: a desinfecção, com o uso de produtos químicos ou do vapor d’água, da embarcação, das bagagens, das roupas e dos objetos pessoais dos passageiros”⁴.

As autoridades de saúde pública no Brasil precisavam agir, em todos os portos, na organização e recebimento desses imigrantes, criando e estabelecendo ações para o controle sanitário desses estrangeiros.

3 EMMI, 2009: 10.

4 REBELO, 2011: 71.

A contaminação não se dava exclusivamente pelo contato com os focos epidêmicos. As próprias condições de viagem do imigrante o vulnerabilizava ao contágio. Informa Maria Luíza Paskes que:

“Segundo o depoimento de um médica da Junta de Emigração de Portugal, os emigrantes portugueses deixavam-se iludir sobre seu futuro imediato no Brasil devido às condições de vida, de alimentação e de assistência sanitária por que passavam durante três, semanas a bordo de muitos navios que os trazia”⁵.

Somente durante o ano de 1899 foram realizadas três notificações do gestor da hospedaria às autoridades paraenses. Pelo ofício n.º 49, datado de 8 de abril, o serviço sanitário daquela casa estabeleceu quarentena de dez dias aos imigrantes que chegaram da Europa transportados a bordo do vapor *Ourense*.

Em missiva oficial do dia 14 daquele mês e ano, Joaquim de Mendonça, administrador, fez registrar pelo amanauense da hospedaria, Estevão de Souza Azevedo, que “José Leite, empregado de uma padaria da ilha do Pinheiro, invadiu e quebrou a incomunicabilidade da hospedaria, ordem do inspetor do serviço sanitário”. A situação se complicou com a fuga do “invasor” e com as possibilidades de contágio de pessoas com quem ele tivesse contato a partir de então. José Leite, depois de entrado na Hospedaria, deveria sair apenas após ter sido quebrada a situação de incomunicabilidade da mesma⁶.

Os casos mais graves que requeressem atenção e cuidados que não poderiam ser ofertados pelos atores de saúde na hospedaria, eram encaminhados à cidade de Belém. No mesmo fundo documental foi registrado o caso de um imigrante espanhol de sobrenome Perez que retornava à hospedaria depois de ter acompanhado seus dois filhos menores, acometidos de varíola e que estavam internados no Hospital, em regime de isolamento.

Em 1911, o governo federal faria publicar uma nova regulamentação para o serviço de povoamento, o Decreto n.º 9 081, de 3 de novembro de 1911. Essa carta jurídica apresentava bem definida as condições de saúde do imigrante. Sobre a questão esclareceu:

5 PASKES, 1990-1991: 87.

6 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-1902: caixa 18.

“Art. 2.º Para os efeitos do artigo anterior serão acolhidos como imigrantes os estrangeiros menores de 60 annos, que, não soffrendo de doenças contagiosas, não exercendo profissão illicita, nem sendo reconhecidos como criminosos, desordeiros, mendigos, vagabundos, dementes, ou invalidos, chegarem aos portos nacionaes com passagem de 2.ª ou 3.ª classe, à custa da União, dos Estados ou do terceiros; e os que, em igualdade de condições, tendo pago as suas passagens, quizerem gosar dos favores concedidos aos recém-chegados”⁷.

Sem informações que permitissem maiores detalhes, além do controle sanitário, na hospedaria também havia a preocupação com o controle ideológico. Consta entre os códices da hospedaria, o pedido de repatriamento de um imigrante que fazia distribuição de avulsos de propaganda anarquista. Não foi possível identificar nenhum outro dado. A ocorrência integra o officio s/n, de 8 de maio de 1896, da REOPTC para a administração da Hospedaria do Outeiro. O documento registrou que:

“Para que possa ser repatriado o imigrante ultimamente entrado nesta hospedaria e que esteve a fazer distribuição de avulsos de propaganda anarquista conforme destes a conhecer a esta Diretoria, comunicando-os deveis te-lo reservadamente debaixo de vigilancia para impedir a sua retirada da hospedaria”⁸.

Os imigrantes desciam no porto da Capital, o porto do Pará, e eram encaminhados para a hospedaria de imigrantes de onde seriam transportados para seus novos locais de moradia e trabalho.

Alguns pontos do porto do Pará não ofereciam segurança para o desembarque de passageiros, sobretudo quando ocorriam pela noite. Certos locais do porto seriam monopolizados por algumas empresas ou navios que possuíam prioridades e controle dos serviços de carga e descarga, embarque ou desembarque.

7 BRASIL, 1911: 16 411.

8 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

FIGURA N.º 2
Ilha de Caratateua – Outeiro/Belém–Pa



Fonte: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-PT&tab=wl&q=ilha%20do%20outeiro%2C%20bel%C3%A9m%20pa>

O transporte de imigrantes para a Ilha também apresentou dificuldades. Segundo Joaquim José Ferreira de Mendonça, as condições do porto de Belém não eram favoráveis ao desembarque noturno de passageiros. Isso levou o registro e o pedido feito em correspondência do dia 26 de janeiro de 1898, de onde foi obtida a informação que o melhor local para o desembarque noturno seria a ponte de atracação da Companhia do Amazonas que, quando fechada, gerava dificuldades do desembarque de passageiros e do manuseio de bagagens.

Os trabalhadores atuavam na construção e em outros serviços nas proximidades da casa de hospedagens. Eram contratados para a execução de serviços de limpeza, derrubada e abertura de pequenas estradas. Além de preparar os terrenos para a construção de casas e áreas para o plantio a serem oferecidos aos destinados para a Colônia Modelo do Outeiro, os trabalhadores abriam pequenas estradas e clareiras para desobstruir, em alguns pontos, as vistas das margens “ciliares”.

Segundo o Decreto nº 131, de 10 de Outubro de 1895 o funcionamento da hospedaria seria gerido e disciplinado, conforme seu artigo 3º, além do Administrador, os préstimos de hospedeiros seriam efetuados por: um ajudante do administrador, um amanuense, um médico, um almoxarife, um auxiliar/intérprete e os guardas.

O quadro a seguir, elaborado a partir do orçamento para os anos de 1897 e 1898, apresenta os pagamentos orçamentados para os seguintes cargos de trabalho da Hospedaria:

QUADRO N.º 1

Empenho de pagamento de servidores da Hospedaria do Outeiro

Junho de 1897	Junho de 1898
1 administrador	1 administrador
1 amanauense	1 farmaceutico-enfermeiro
1 medico	1 escrivuario-almoxarife
1 almoxarife	2 guardas.
4 guardas.	1 mestre da lancha da imigração
1 mestre da lancha da imigração	

Fonte: Elaboração do autor a partir de: PARÁ. Governo do (1896-97).
Leis, Atos e Decretos do Governo do Estado.

Em sua análise, o quadro acima permite afirmar que havia grande flexibilidade com relação ao cargo e o número de servidores para cada função a ser desempenhada na Hospedaria do Outeiro. A determinação via decreto propunha a regulamentação e o funcionamento das atividades, indicando os quantitativos com caráter balizador. Tal flexibilidade pode ser entendida em função do número de imigrantes e das necessidades de cada um fluxo migratório dentro da casa de passagem da Ilha de Caratateua.

Percebe-se outra situação atípica relativamente aos servidores de acordo com o regulamentado pelo Decreto n.º 31 foi a função de chefe da guarnição. Ao atribuir uma ratificação distinta a um dos guardas, pelo próprio Governador do Estado, foi criado o posto de fiscal dos vigilantes. Relata o ofício n.º 378 de 20 de julho de 1896 da Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização, dirigido ao administrador da hospedaria que, a contar da data acima referida, o empregado (Clemente de Vasconcelos) passava a ser ocupante da função de fiscal dos guardas e serventes da Hospedaria⁹.

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

As correspondências trocadas entre a administração da Hospedaria do Outeiro e a Secretaria de Obras Públicas, à qual estava subordinada a casa de alojamento de imigrantes, descrevem e registram alguns comportamentos de comprometimento profissional de alguns servidores daquela casa.

O gestor, em missivas oficiais, apresentou problemas disciplinares de alguns servidores da hospedaria. O ofício n.º 14, datado de 12 de janeiro de 1898, notificou que alguns funcionários faltavam ao trabalho em ocasiões em que ocorria a ausência de imigrantes. Fato que, ao ser repetitivo, ocasionava outros problemas administrativos. Citou ainda em outro ofício S/N, escrito quatro dias depois, que mesmo após feita a proibição da ausência dos servidores em seu local de trabalho, estes não compareciam ao serviço público mas que desenvolviam outro labor fosse doméstico ou remunerado, demonstrando que não estavam com qualquer impedimento de exercerem as atividades profissionais na esfera estatal¹⁰.

No tocante a pontualidade e assiduidade, o administrador registrara em uma documentação circular interna da Hospedaria, uma determinação para que os guardas, em serviço noturno, acordassem os cozinheiros, os serventes e o almoxarife às seis horas da manhã para início de suas atividades¹¹.

O administrador da hospedaria enviou um comunicado oficial a REOPTC onde reclamava sobre os serventes lotados na hospedaria pelo fato deles não obedecerem às ordens de execução de outros serviços que não fosse os de limpeza do terreno, mesmo quando expressamente ordenados para o efeito. A resposta veio através do ofício n.º 111, datado de 2 de março de 1896, na qual o Chefe da REOPTC informava que senhor administrador da Hospedaria de Imigrantes deveria continuar com os servidores até que ele falasse e obtivesse a aprovação do Governador sobre atitudes a serem adotadas com aqueles funcionários.

Para que fossem executadas as escriturações e cumprido os controles necessários, a REOPTC solicitava do administrador relatórios com o propósito de acompanhar, fechar contabilidade e prestar informações sobre imigrantes. Por sua vez, o administrador repassava aos demais servidores a tarefa de fazer os registros, de acordo com a função de cada um na hospedaria. Mas ao que indicam alguns documentos a obediência nem sempre era mantida.

No ano 1898, o administrador Joaquim José Ferreira de Mendonça, através de um documento, faz recomendações sobre os dados que mensalmente

10 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

11 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

deveriam ser repassados a seus superiores. Em uma circular interna sem número, datada de 24 de janeiro de 1898, dirigiu-se especificamente ao farmacêutico do alojamento e dissertou:

“Como é determinado pelo regulamento vigente, apresente no dia 5 de cada mês um inventário dos medicamentos e drogas existentes com as respectivas entradas e saídas, no mês anterior, bem como boletim do qual constem os doentes, suas enfermidades e dietas”¹².

Ainda que a solicitação para que fosse inventariado os medicamentos já tivesse sido feita na carta circular do dia 24 de janeiro de 1898, o gestor da casa de hospedagem redigiu um outro documento que reiterava e ratificava a obrigação da confecção dos tais inventários. Nos documentos a serem elaborados, o farmacêutico deveria fazer o registro indicando do quantitativo das aplicações diárias, e dos tamanhos das doses medicamentosas para cada imigrante enfermo. O solicitante do serviço lembrava ao profissional que a atividade era regimental.

As funções do administrador não se restringiam apenas aos serviços da Hospedaria. Elas, poderiam ser extensivas a outras atividades que estivessem relacionadas ao assunto imigração.

Em outro manuscrito, também em formato de ofício, enviado para o Inspetor Geral de Terras e Colonização, demonstrava a dificuldade de deslocamento do material de construção e mão de obra para a Ilha e, sobretudo, a escassez de “material e carpina”. O teor deste comunicado foi feito diante da atribuição dada ao administrador para o acompanhamento da construção de casas que serviriam para o estabelecimento da colônia de imigrantes no Outeiro¹³. No ofício n.º 56, datado de 21 de maio de 1899, o administrador torna clara suas responsabilidades sobre as obras e afirma:

“Devo levar ao vosso conhecimento, a fim de determinares as providências que julgar acertadas, que creis ser impossível ficarem prontas as casas destinadas as famílias de imigrantes italianas,

12 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

13 De acordo com Marília Emmi, em 1900, havia na colônia 11 famílias totalizando 47 pessoas, das quais apenas 7 eram italianas, outras eram espanholas, italianas, portuguesas e brasileiras. Esse Núcleo de Modelo Colonial de Outeiro foi declarado instinto no ano de 1902 pelo então Governador do Pará, Dr. Augusto Montenegro (EMMI, 2008: 136).

esperadas no dia 5 do próximo mês de Junho. [...] O serviço que me foi cometido, poços e latrinas, posso afiançar que fica pronto, pois já tenho os seis poços abertos e um em condição de funcionamento”¹⁴.

No que diz respeito a movimentação de imigrantes entrados na Hospedaria de Outeiro, a documentação existente conduz a um verdadeiro quebra-cabeças. Se não impossível, a execução dessa hercúlea tarefa ainda está distante de poder ser cumprida. Existem lacunas abissais para a resolução dessa questão. O corpo documental ora existente sobre os números dos registrados na hospedaria é insuficiente, apresentando relatórios apenas de alguns meses, de alguns anos. Todavia, permitem apresentar números aproximados dos imigrantes que lá estiveram de passagem.

As possibilidades de análise do movimento de hospedagem dos imigrantes entrados no Pará, também ficam restritas. Uma delas pode ser feita com a análise de um códice, uma espécie de mapa estatístico da entrada de imigrantes. No documento, que apresenta as entradas, foi totalizada a entrada de 567 imigrantes no mês de Junho de 1900. Neste montante constam, no relatório, apenas duas nacionalidades sendo a portuguesa representada por um número de oito e a espanhola por 559 imigrantes. O documento que apresenta os dados estatísticos, encontra-se em péssimas condições de conservação, o que não oferece possibilidades de muitas análises. Os números lá apresentados podem ser desdobrados, com seguinte classificação, em resumo:

Os números de espanhóis entrados no Estado do Pará e registrados na Hospedaria do Outeiro foram todos através de contratos com as empresas dos Senhores Cepeda e Martins, não havendo, portanto, registro de imigração espontânea. Quanto aos portugueses, muito embora o número seja apenas 1,41% do total o que reafirma uma imigração não subvencionada e determinada por uma rede de imigração parental. Do reduzido percentual de imigrantes lusos registrados, a emigração espontânea representou 25%.

QUADRO N.º 2

Mapa estatístico da entrada de imigrantes em junho de 1900

	Espanhóis	Portugueses	Total
N.º de transportados no mês de Maio	184	-	184
Contratos com Emílio Martins	260	6	266
Espontâneos	-	2	2
Contratos com Francisco Cepeda	115	-	115
Total	559	8	567

Fonte: Adaptação do autor com base em dados obtidos junto ao ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Secretaria de Obras Públicas/Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, 1895-1902, caixa 36.

Os baixos números de imigrantes portugueses apresentados acima, permitem-nos contemplar a hipótese de que, havendo largos efetivos de portugueses a residir na cidade de Belém, tornando-se comum que muitos deles viessem para morar com parentes, eles não registrassem passagem pela hospedaria, desembarcando diretamente na Capital. A imigração portuguesa para a Amazônia não foi caracterizada pela imigração de contrato ou subvencionada. Sugere a espontaneidade e os laços de parentesco, reais ou não, colaborando de certa forma para essa invisibilidade nos números de portugueses passados pelos serviços oficiais de hospedagem.

As questões sobre o uso de parentesco para facilitar, e até mesmo possibilitar a imigração, não são tão raras como supostos ou apresentados. Embora não seja com imigrantes portugueses, a ocorrência a seguir mostra que a existência de um parente podia ser de utilidade em algumas situações migratórias. Entre os documentos do APEP (Arquivo Público do Estado do Pará) encontra-se um termo que foi redigido pelo administrador da Hospedaria e lavrado com data de 14 de Junho de 1899, de forma a deixar clara as responsabilidades do ocorrido, em que toma nota da interrogação feita a José Perez, chegado ao Pará em 14.6.1899, sobre o parentesco com as meninas Leonidas e Hilana Perez. Sobre a situação e o fato, escreveu o interrogador sobre seu inquerido:

“Sendo declarado por ele nada ter com as ditas meninas, as quais vieram como suas filhas por assim lhe ter sido determinado pelo agente em Vigo, alegando o agente só dessa maneira poder este vir para o Pará”¹⁵.

Mesmo que a ocorrência acima não seja propriamente uma forma solidária de imigração, o relacionamento de amizades e familiares também devem ser considerados, uma vez que “as redes de solidariedade ou de vizinhança foram responsáveis pela introdução e alocação de imigrantes no Pará. Muitos vinham aos cuidados de um tio, de um irmão, do pai, ou recomendados a antigos vizinhos ou amigos”¹⁶.

Outro caso, de certa forma curioso, aponta para a existência de redes migratórias familiares. Nele foi apresentado o registro de hospedagem da senhora Rosa Dias no ofício n.º 131, de 10 de dezembro de 1897. Tratava-se de uma mulher desacompanhada e, para além disso, com idade superior a 60 anos, situação que pode indiciar que a dita senhora tivesse vindo para o Pará para integrar parte da família já aqui estabelecida¹⁷. Além de imigrante individual, acresce-se ao fato, ser ela sexagenária, portanto fora da faixa etária produtiva e preferencial dos contratos e contratantes de imigrantes¹⁸.

Os números apresentados por outro mapa semelhante, permitem apenas identificar que os dados são relativos ao primeiro semestre, o estado de conservação do códice não permite que seja visualizado o ano a que pertencem os dados. Em resumo, os quantitativos totalizam o número de 2 296 imigrantes em 6 meses e nos permitem estabelecer uma média mensal, de acordo com o dito relatório, de 380 utentes.

Sobre esses quantitativos de imigrantes hospedados simultaneamente, mesmo sem ter condições seguras para afirmar, algumas situações são válidas para permitir algumas análises indicativas, levando-se em conta que, igualmente como nas diversas hospedarias espalhadas pelo país, o prazo máximo de permanência como alojado era de dez dias.

15 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-1902: caixa 18.

16 FONTES, 2009: 293.

17 Em outro trabalho, Edilza Fontes reafirma que “As redes de solidariedade ou de vizinhança foram responsáveis pela introdução e alocação de imigrantes no Pará. Muitos vinham aos cuidados de um tio, de um irmão, do pai, ou recomendados a antigos vizinhos ou amigos” (FONTES, 2002: 289).

18 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

Com as informações sobre os utensílios da hospedaria, pode-se fazer interpretação significativa quanto aos tais números simultâneos e a capacidade máxima de alojamento. O número de acomodações denominadas por camas com pés por si só não significa que está expressa a capacidade de acomodação, pois nas duas relações aparecem mais 30 camas de lona, o que elevaria essa quantidade para 450.

Igualmente importante são as informações radicadas no quantitativo das esteiras. Os números variam entre 440 e 350. Os nativos costumam usar as esteiras como coberta para a relva ou chão em momentos de descanso, abrindo possibilidades de servirem como local de dormida. Neste caso, não apenas para os nativos, como também para aqueles que estavam na hospedaria e precisavam ser “agasalhados para dormir”. O número de esteiras existentes abre possibilidades a duas outras análises: ou eram utilizadas para as sestras em áreas mais frescas e externas à casa de hospedagem, o que parece menos provável, ou eram utilizadas, quando os contingentes aumentavam, como “camas” extras. O número das camas com pés pode ser adicionado ao de camas de lona, mas existe a possibilidade das esteiras somarem como acomodações noturnas também.

Abaixo, elencam-se alguns itens constantes da relação de utensílios e mobiliários existentes na Hospedaria de Outeiro, apresentado em duas relações:

QUADRO N.º 3

Relação de materiais existentes na Hospedaria de Outeiro (setembro de 1899)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	
	Julho de 1897	Setembro de 1897
Canecos	398	390
Camas com pés	420	420
Cobertor	397	395
Lampeão	40	40
Esteira	440	350
Trepes	6	6
Mesas	36	36
Bancos	72	72
Camas de lona	30	30

Fonte: Elaboração do autor a partir da relação de utensílios e mobiliários da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro de Julho e Setembro de 1897. ARQUIVO PUBLICO DO PARÁ. Secretaria de Obras Públicas, Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, 1896-98, caixa 31.

Os números apresentados nos dois mapas estatísticos não são suficientemente sólidos para se fixarem quantitativos definitivos, quaisquer que sejam, porém permitem que seja visualizado o fluxo médio de indivíduos que eram hospedados em Outeiro.

A Lei n.º 223, com data de 30 de junho de 1894, que autorizou a introdução de imigrantes no Estado fez desdobramentos em contratos com empresas contratadoras de imigrantes. O ofício n.º 60, escrito na Hospedaria em 25 de maio de 1899, destinado ao Inspetor Geral de Terras, comunica a entrada de 233 imigrantes, chegados no vapor Paraense. Destes, 175 por conta da empresa Emílio A. de Castro Martins e 58 por conta de Francisco Cepeda, podendo alguns ter o perfil ideal para serem destinados à Colônia de Óbidos, conforme as ordens do ofício n.º 362, de 18 de maio de 1899. O teor da comunicação informa que:

“Não é possível cumprir essas ordens quanto aos números de 20 famílias, por que as turmas ultimamente vindas, compõem-se em sua quase totalidade de homens solteiros e muito poucos tendo ofício, e de mulheres solteiras das quais é diminuto o número para serviços domésticos de casa de família”¹⁹.

Através do ofício n.º 112, de 16 de novembro de 1899, apresenta-se o indicativo que a casa de hospedagem da ilha do Caratateua tinha um bom fluxo de hóspedes. A afirmação parte da interpretação do documento acima identificado quando ele torna perceptível o atraso de informações mensais devidas pelos administrados à sua Chefia na REOPTC, possibilitando entender que a grande rotatividade o deixava sem tempo para as tarefas burocráticas. Afirma o administrador que:

“Logo que se ache pronto aquele trabalho, enviar-vos-ei copia dele como foi requisitado. Cumpre-me porém declarar que tenho sempre remetido à Repartição que dirige os recibos mensais do movimento da Hospedaria, tendo sido eu proprio a apresentar-vos alguns deles”²⁰.

A Hospedaria do Outeiro era iluminada por candieiros que utilizavam o querosene como alimento de combustão. Em média, quarenta luminárias de pavio e líquido

19 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-1902: caixa 18.

20 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

abrasivo iluminavam as dependências por onde os hospedados ficavam. Fosse o salão de jantar, fossem os corredores ou os quartos, era essa a forma de iluminação utilizada durante a noite, quando por volta das vinte e uma horas eram reduzidas o total de luminárias acesas e determinado o recolhimento dos imigrantes alojados.

Os cozinheiros e seus serventes também improvisavam diante de algumas situações, principalmente quando aumentava o número de imigrantes da hospedaria. Identificou-se registro do administrador do alojamento sobre as necessidades da aquisição de novos utensílios e equipamentos para atender à demanda da hospedaria. O ofício n.º 61, de 29.5.1899, informava que por questões de higiene, tornava-se necessária a compra de outro fogão. O único fogão de ferro, tornava insuficiente o trabalho na cozinha e em momentos de grande fluxo, obrigava-os a fazer fogões de chapa trempe colocados no chão, o que prejudicava o asseio. O documento enviado ao Inspetor Geral de Terras e Colonização, registrou:

“A vista disso, rogo-vos, determineis a obtenção de mais um fogão com as dimensões convenientes. [...] O único fogão de ferro desta hospedaria torna-se insuficiente para o trabalho da cozinha, quando há grande número de imigrantes, obrigando essa circunstancia a apelar para fogões de chapa trempe colocados no chão”²¹.

A falta de manutenção também foi outra questão a ser resolvida para que o bom andamento da casa de passagem se efetivasse. O fato é exemplificado na correspondência n.º 151, de 27 de novembro de 1899 quando o administrador informava os problemas com o abastecimento de água. Os dois poços ali existentes e que eram utilizados pelos hospedados para o serviço e para os servidores apresentavam impossibilidades de uso: um pelo fato de estar seco e necessitar de ser escavado e o outro por possuir a bomba de sucção avariada.

O mesmo documento, notificava ainda a necessidade de um encanador para o conserto da bomba de água e da compra de um novo escaler para substituição do anterior, já danificado²². Nessa embarcação eram feitas viagens, entre a Ilha e a Capital, para encaminhar os expedientes necessários ao funcionamento administrativo.

O controle dos gêneros usados na alimentação dos hospedados do Outeiro também integrava a rotina de trabalho dos servidores do Outeiro. A morosidade do transporte dos alimentos até à Ilha, a burocracia de notificações à Reoptc e depois ao armazém, a

21 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-1902: caixa 18.

22 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-1902: caixa 18.

imprecisão do número de alimentandos e o despacho do pedido pelos comerciantes, requeriam do administrador e do almoxarife atenção especial. A Repartição de Colonização e Imigração deixava transparecer a necessidade de economias e gastos mínimos para que procurassem atingir a eficiência na condução da política migratória. As autoridades burocráticas sempre recomendavam que ao pedir os gêneros alimentícios, fosse informado o tempo de consumo e os respetivos quantitativos²³.

Desde o fornecimento do pão aos gêneros das refeições principais, tudo deveria ser previamente providenciado. Sobre os pães, o gestor da hospedagem lembra o fim do contrato de abastecimento e solicitou, através do ofício n.º 17, de 17 de janeiro de 1898, orientação sobre fornecedor e autorização de contratação.

Ainda no que diz respeito à alimentação de um modo geral, foram localizadas duas notas de entrega da empresa, com a mesma data. Em uma nota de pedido de suprimentos constavam duas solicitações de fornecimento de gêneros destinados ao internos da Hospedaria. Entre os gêneros encontram-se: açúcar, arroz, café, cebolas, bacalhau, banha, fósforos (pedido n.º 26); arroz, café, massa de tomate, banha, cebola, toucinho e vidros para candeeiro (pedido n.º 30 e 31). Um documento da firma registrava o pedido enviado pela hospedaria via REOPTC onde anotavam as mercadorias que iriam ser entregues. Ao observar o despacho do comerciante, verificou-se que há a contemplação de vários pedidos (pedidos n.º 62, n.º 73 e n.º 76), o que demonstra o acúmulo de solicitações de mercadorias²⁴.

FIGURA N.º 3

Pedido de abastecimento de alimentos para a Hospedaria

Item	Quantity	Price	Total
Farinha	240 h.	625	167,500
Arroz	225 .	330	74,625
Café	60 .	1,180	70,800
Doçura	60 .	370	22,200
Ca. cebolas	30 .	775	23,550
Bacalhau	240 .	1,275	306,400
Salsa banha	25 h.	345	13,625

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Secretaria de Obras Públicas/Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série ofícios, período 1895-99, caixa 36.

23 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

24 ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

Nesta nota de entrega de mercadorias para a hospedaria, timbrada do estabelecimento que comercializava molhados, chama-se a atenção para a entrega de três pedidos em uma única nota de entrega. Tal situação pode ser esclarecida se compreendermos as razões de vários pedidos em mesma nota. Entre as conclusões possíveis elegemos três: a primeira hipótese supões que o acúmulo vem sendo causado pela grande quantidade de pedidos de compra da Hospedaria (dado o volume de internos); segundo, como a demora dos pedidos feitos e não repassados pela REOPT; ou ainda pela morosidade do atendimento da própria empresa Lobato, Pereira & C.^a.

No que diz respeito à alimentação, consta em lista de controle interno da Hospedaria medidas de gêneros a serem distribuídos por pessoa. Esse quantitativo diário que era disponibilizado a cada hóspede era denominado de ração, conforme tabela datada de 19 de julho de 1897, transcrita a seguir:

QUADRO N.º 4

Rações dos gêneros alimentícios da Hospedaria do Outeiro (julho de 1897)

Gêneros	Quantidade	Referência de medida
Pães de 100 gramas	3	Unidade
Carne de bacalhau	400	Gramas
Feijão	350	Gramas
Arroz	250	Gramas
Açúcar	200	Gramas
Batata	100	Gramas
Cebola	30	Gramas
Toucinho	30/40	Gramas
Manteiga	30	Gramas
Azeite doce	0,05	Gramas
Vinagre	0,04	Gramas
Massa de tomate	30	Gramas
Alho	2	Gramas
Banha	15/20	Gramas

Sal	0,1	Gramas
Coradinho	80	Gramas
Massa para sopa	80	Gramas
Café	50	Gramas

Fonte: Tabela para distribuição de rações – Hospedaria de Outeiro. APEP/Fundo: Obras Públicas/ Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série ofícios, período 1895–99, caixa 36.

Constava ainda na tabela a seguinte observação:

“as crianças de peito da-se leite condensado duas vezes por dia. Em cada semana fornece-se sopa de feijão em 4 dias e nos 3 restantes é esta (sopa) de outros artigos”²⁵.

Além dos gêneros constantes da relação acima, deve ser considerado e acrescentado como parte do cardápio a carne seca. Os hortifrúti parecem não integrar a dieta dos internos da hospedaria. A explicação está na carência de gêneros para o abastecimento do mercado da capital paraense. A ausência deveria ser suprida com o desenvolvimento das colônias agrícolas que estavam e deveriam ser implantadas no Estado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, *Obras Públicas/Inspecção de Terras e Colonização, Série imigração/portugueses – período 1900*, caixa 13.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, *Secretaria de Obras Públicas/Inspecção de Terras e Colonização, Série ofícios – período 1899-1902*, caixa 18.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, *Secretaria de Obras Públicas /Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série imigração (portuguesa) – período 1898-99*, caixa 27.

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1895-99: caixa 36.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, *Secretaria de Obras Públicas /Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série Imigração (hospedaria) – período 1896-98*, caixa 31.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, *Secretaria de Obras Públicas /Repartição de Obras Públicas Terras e Colonização, Série ofícios – período 1895-99*, caixa 36.

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – *Diário Oficial n.º 896, de 5.7.1894, Lei n.º 223, p. 38, arquivo 7, gaveta 1 rolo 7.*

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS / SETOR DE MICROFILMAGENS – *Diário Oficial n.º 1.376, de 23.2.1896, Decreto n.º 330, p. 357, arquivo 7, gaveta 1 rolo 10.*

BIBLIOTECA PÚBLICA ARTHUR VIANA / SETOR DE MICROFILMAGENS – *Diário Oficial, Arquivo 7, gaveta 1 rolo 9, número 892, página 700-701.*

BRASIL, República Federativa do. *Diário Oficial da União*, Seção 1 – 7/11/1911, p. 14 384.

PARÁ, Provincial Presidential Reports. *Fala do ex. Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1.a sessão da 25.a legislatura da Assembleia Provincial no dia 25 de Março de 1886*. Belém, Typ. do “Diário de Noticias,” 1886, p. 126.

PARÁ. Governo do (1896-97). *Leis, Atos e Decretos do Governo do Estado*. Belém: Tipografia do Diário Oficial.

BIBLIOGRAFIA

EMMI, Marília Ferreira, 2008 – *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: Naea.

EMMI, Emilia Ferreira, 2009 – *Fluxos internacionais migratórios para a Amazonia brasileira no final do séc. XIX e início do séc. XX – o caso dos italianos*. Belém: Paper do NAEA 240.

EMMI, Marília Ferreira, 2010 – “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses”, in *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú-MG: ABEP. Disponível na internet em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf>

FONTES, Edilza Joana de Oliveira, 2002 – *Preferem-se portugues(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese de Doutorado em História – IFCH, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas-Sp.

FONTES, Edilza Joana Oliveira, 2009 – “Imigração e mercado de trabalho na Amazônia do fim do século XIX: o caso dos portugueses em Belém do Pará”, in ARAGÓN, Luís E., *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: Ufpa/Naea/Unesco.

MOURA, Soraya; PAIVA; Odair Da Cruz, 2008 – *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida, 1990 – “Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX)”. *Revista História*, n.º 123-124. São Paulo.

REBELO, Fernanda; MAIO, Marcos Chor; HOCHMAN, Gilberto, 2011 – “O princípio do fim: o “torna-viagem”, a imigração e a saúde pública no Porto do Rio de Janeiro em tempos de cólera”. *Estudos Históricos*, vol. 24, n.º.47.

GASPAR FERREIRA BALTAR, UM “BRASILEIRO” N’O PRIMEIRO DE JANEIRO

ALDA NETO

“(...) desse homem que deu, dia a dia, ao Primeiro de Janeiro o máximo da sua inteligência magnífica e prática, de sua energia incansável, e ainda do seu amor espontâneo e quasi sobrenatural tornando o seu jornal um dos grandes órgãos da Imprensa Portuguesa. (...)”¹

QUEM FOI GASPAR FERREIRA BALTAR?

Gaspar Ferreira Baltar constitui um dos muitos portugueses que, no século XIX, partiram para o Brasil, país onde conseguiram alcançar fortuna.

Nasceu a 26 de outubro de 1823, na freguesia de São Martinho, concelho de Penafiel, filho de um militar, o capitão José Ferreira Baltar e de Maria Máxima da Cunha. Com cerca de 22 anos [1845] partiu para o Brasil. Esta partida ficou a dever-se a uma carta de chamada do seu padrinho e/ou irmão Caetano Ferreira Baltar, que já se encontravam estabelecidos no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Durante a sua estada nesta cidade brasileira começou por trabalhar junto dos seus familiares, tendo posteriormente realizado negócios por conta própria, nomeadamente o comércio de vinhos.

Casou com Margarida Salgado Baltar, natural de Penafiel, de quem teve dois filhos: Gaspar Ferreira Baltar e Isabel Maria da Cunha Baltar².

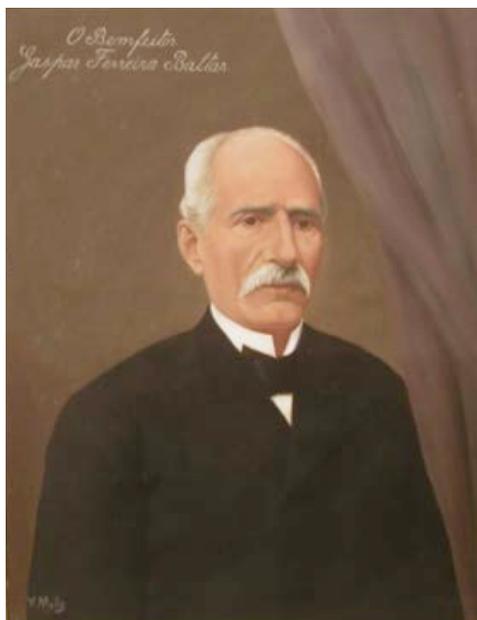
¹ BALTAR, 1934: 72.

² Isabel Maria da Cunha Baltar casou com o 3.º visconde de Francos, José Henriques de Castro Pereira e Sola. Nasceu na cidade do Porto a 29 de Junho de 1862 e faleceu na mesma cidade a 19 de janeiro de 1945. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, tendo seguido a carreira da magistratura. Foi nomeado a 26 de novembro de 1927 como juiz conselheiro do Supremo tribunal de Justiça. Deste casamento não houve qualquer descendência. O seu título como Visconde de Francos foi reconfirmado por decreto do rei D. Carlos de 7 de junho de 1900.

Terá permanecido no Brasil cerca de duas décadas, durante as quais conseguiu alcançar fortuna. Entre 1866-1867 regressou definitivamente a Portugal, com uma fortuna que lhe permitiu apoiar o movimento da *Janeirinha*³. Após o seu regresso dedicou-se à política, sendo inicialmente apoiante do partido reformista e, posteriormente, progressista. Este movimento político conduziu ao aparecimento de um jornal – *O Primeiro de Janeiro*. A sua publicação iniciou-se em 1868, tornando-se um jornal político, sendo nomeadamente o porta-voz do órgão do círculo eleitoral portuense.

FIGURA N.º 1

Gaspar Ferreira Baltar (quadro exposto na Galeria dos Beneméritos da Misericórdia de Penafiel)



Para além do movimento da *Janeirinha*, Gaspar Ferreira Baltar envolveu-se em diversas questões políticas relacionadas com o concelho de Penafiel. Durante o mês de novembro de 1869, decorreram as eleições camarárias. Nestas eleições apresentaram-se duas listas concorrentes à Câmara Municipal de Penafiel, sendo

³ A *Janeirinha* foi um movimento político ocorrido nas cidades de Lisboa e do Porto em janeiro de 1868, devido à lei de 10 de junho de 1867 que criava o imposto geral de consumo. Este imposto foi bastante contestada pelos comerciantes, tendo sido inclusive criada uma comissão que se deslocou a Lisboa para apresentar o seu desagrado ao rei D. Luís. Um dos elementos que compunha esta comissão era o dr. Delfim Maia.

uma delas apoiada por Gaspar Ferreira Baltar e a outra por Francisco Vaz Guedes, proprietário da Casa de Barbosa, em Paço de Sousa. A lista apoiada pelo *brasileiro* foi a vencedora. Os resultados obtidos geraram um intenso conflito, motivado pelos valores obtidos pelas listas nas freguesias do concelho de Penafiel.

Para além da política, manteve a atividade comercial e empresarial na cidade do Porto. Foi proprietário da *Nova Companhia de Viação Portuense*. Esta companhia transportava as malas de correio entre as cidades de Braga e do Porto e na região Norte, durante a década de 1870. Esta companhia seria posteriormente encerrada devido à conclusão da ligação ferroviária entre Porto e Guimarães.

Neste mesmo período, Gaspar Ferreira Baltar envolveu-se na construção e alargamento da estrada de acesso a Entre-os-Rios. Desde o mês de Julho até outubro de 1869, foram publicados diversos artigos no jornal *O Primeiro de Janeiro* bem como anúncios de construção. Ao longo do segundo semestre de 1869, foram publicitadas as obras de construção, bem como as expropriações levadas a cabo para a construção da estrada citada. Nos vários artigos publicados no jornal *O Primeiro de Janeiro* e *n'O Comércio de Penafiel* é frequentemente exaltada a intercessão de Gaspar Ferreira Baltar.

Gaspar Ferreira Baltar era um dos associados da *Sociedade de Águas de Entre-os-Rios*, responsável pelo início da exploração das águas termais em 1894. A 10 de outubro deste ano foi publicado no Diário do Governo o alvará de concessão de exploração destas águas. Neste mesmo período, este *brasileiro*, juntamente com Eduardo da Silva Machado e Joaquim França Oliveira Pacheco foram os responsáveis pela construção da Estância da Torre e do seu hotel. Em 1896, foram inaugurados estes edifícios. Posteriormente, em 1911 foi inaugurado o Novo Hotel e, em 1920, uma capela neogótica com a presença do filho de Gaspar Ferreira Baltar e da sua viúva.

Apesar do empreendedorismo demonstrado ao nível da política ou mesmo económico, Gaspar Ferreira Baltar demonstrou uma preocupação com todos aqueles que necessitavam, desde os seus empregados e colaboradores do jornal até aos naturais do concelho de Penafiel.

A Irmandade da Misericórdia de Penafiel foi uma das instituições auxiliada quer em vida quer no testamento deste. Aquando do seu falecimento, em 1899, doou à Misericórdia 500\$00 réis, tal como ao Hospital existente na cidade. Na galeria dos beneméritos da Misericórdia, encontra-se exposto o quadro de Gaspar Ferreira Baltar, junto de outros como o Comendador Rodrigo José de Melo e Souza, um outro ilustre *brasileiro*.

Gaspar Ferreira Baltar visitou o Hospital da Misericórdia de Penafiel bem como o "Asylo das Raparigas" por diversas vezes procurando sempre angariar fundos para a sua subsistência. Em 1894 [ano de inauguração do Hospital da Misericórdia de Penafiel], Gaspar Ferreira Baltar e a sua família acompanharam o conselheiro José Augusto Correa de Barros⁴ e Manuel Pereira, redator da Câmara de Deputados numa visita ao Hospital da Misericórdia e ao Asilo das Raparigas. Aquando da visita foram feitas algumas doações pecuniárias para auxiliar quer os doentes quer mesmo as crianças que ali se encontravam.

Em 1899, no seu testamento, doou 1\$000 réis a cada um dos pobres de Penafiel que se encontrasse internado no Hospital da Misericórdia. Os outros pobres que não se encontrassem hospitalizados receberiam a mesma quantia. Estas doações deveriam ser levadas a cabo pelo administrador do concelho, António Joaquim de Carvalho e pelo respetivo pároco.

As Irmandades do Carmo, do Calvário, dos Passos e da Senhora da Ajuda foram beneficiadas com 50\$000 réis cada uma, de acordo com o testamento deste *brasileiro*.

O Santuário da Nossa Senhora da Piedade e dos Santos Passos que se encontrava em construção e, que na década de 1890, tinha sofrido algumas interrupções devido à falta de dinheiro, foi beneficiado por este *brasileiro* no seu testamento. Entre 1897 e 1899 as obras estiveram paradas, demorando desta forma a conclusão deste santuário. Assim, legou uma verba de 250\$000 réis à Confraria de Nossa Senhora da Piedade e dos Santos Passos de Penafiel. Esta quantia permitiu concluir a torre sineira em outubro de 1899.

Os carenciados das freguesias de São Vicente do Pinheiro, Portela e Valpedre foram contemplados com ofertas que deveriam ser distribuídas nos finais das cerimónias fúnebres.

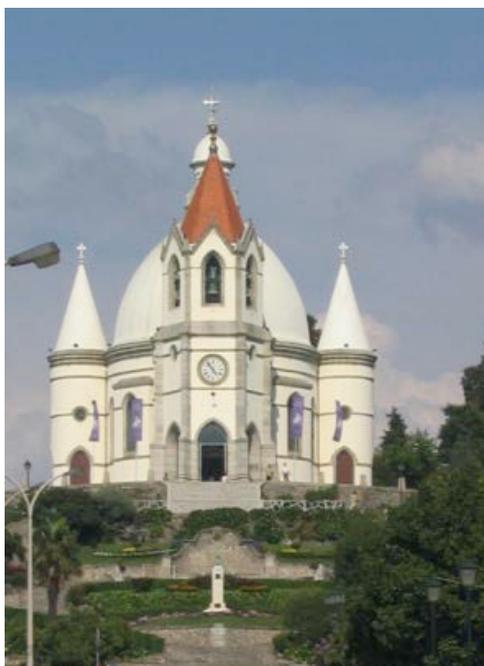
Ao longo do ano de 1899, as irmandades ordenaram a celebração de cerimónias religiosas em honra de benemérito, facto que possibilitou a distribuição de esmolas pelos mais pobres⁵.

⁴ José Augusto Correa de Barros nasceu em outubro de 1835 e faleceu em 1938. Formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra, tendo exercido variados cargos ao longo da sua vida: engenheiro, deputado, conselheiro, par do reino, administrador delegado do conselho administrativo das docas e caminhos de ferro peninsulares, inspetor dos incêndios, escritor e jornalista. Em 1898, foi eleito como par do reino, tendo tomado posse a 17 de março do mesmo ano. Foi nomeado sócio honorário da Associação Comercial do Porto.

⁵ As Irmandades de Nossa Senhora da Ajuda e a Real Confraria de Nossa Senhora da Piedade e dos Santos Passos ordenaram a celebração de cerimónias religiosas ao longo do segundo semestre de 1899 em memória deste *brasileiro*.

FIGURA N.º 2

Santuário de Nossa Senhora da Piedade e dos Santos Passos – Penafiel



Gaspar Ferreira Baltar morreu a 29 de junho de 1899 na rua de Santa Catarina, na cidade do Porto, tendo-se preocupado em apoiar os mais carenciados em Penafiel, ficando apenas conhecido como o “*Baltar do Janeiro*”. Este ilustre penafidense procurou desenvolver a sua actividade de beneficência e empresarial, não demonstrando qualquer preocupação com a atribuição de títulos nobiliárquicos ou de comendas. Em 1869, Gaspar Ferreira Baltar foi agraciado com uma comenda pela actividade desenvolvida como negociante na cidade do Porto e como proprietário. No entanto, este título foi recusado pelo *brasileiro*, uma vez que, de acordo com a imprensa e com familiares, insistia em ser conhecido apenas como o “*Baltar do Janeiro*”.

Após o regresso do Brasil, Gaspar Ferreira Baltar fixou residência na cidade do Porto. No entanto, possuía duas quintas no concelho de Penafiel, a Quinta da Curveira e a Quinta da Maragoça, nas freguesias de São Paio da Portela e de Valpedre, respectivamente. A imprensa local refere as constantes deslocações de Gaspar Ferreira Baltar e da sua família para as suas propriedades. Em 1861, o jornal *O Comércio do Porto* noticiou a realização de uma recepção na Quinta da Curveira, organizada por Gaspar Ferreira Baltar em honra do seu irmão Caetano

Ferreira Baltar, emigrante no Brasil⁶. Outras personalidades como o conselheiro José Augusto Correia de Barros ou o conselheiro António Ferreira d'Araújo e Silva.

A Quinta da Curveira foi adquirida em 1851 a Joana Maria Rosa, viúva de José Joaquim Pereira de Vasconcelos, ambos naturais da cidade do Porto. De acordo com a descrição existente na documentação⁷, a quinta era composta por: *"(...) cazas nobres sobradadas e telhadas, lojas, adegas, palheiros, eira, beiral e quintal, campos de terra lavradia, bouças de matto e lenha, árvores de fructo e semelle, águas de rega e limada, com seus logradouros e serventias, na maior parte de natureza de prazo e foreira ao Comendador de Sta. Eulália da Ordem, bem como os foros que á mesma Quinta se costumam pagar. (...)"* O brasileiro acrescentou, posteriormente, algumas construções tendo procedido a um aumento do edifício habitacional.

O conjunto edificado é composto pelo edifício de habitação e por um conjunto de construções anexas como a adega, o celeiro e pequenos espaços de apoio à atividade agrícola. A adega localiza-se defronte da casa de habitação.

Os portões da entrada são ladeados por painéis de azulejos de cor azul e branca, bem como o muro apresenta um rodapé com azulejos policromos.

O edifício de habitação é rebocado e pintado de cor branca, com exceção da moldura das janelas e das portas que são em cantaria de granito. A casa de habitação apresenta alguns painéis de azulejos nas outras fachadas, encontrando-se representadas figuras femininas e cenas históricas. Como exemplo citamos o exemplo de um painel onde se encontra representado o ataque a uma fortaleza/cidade. Neste painel são visíveis algumas embarcações que rodeiam a fortaleza/cidade e a bombardeiam.

⁶ O *Comércio do Porto*, 24 de outubro de 1861, n.º 244. "Findo os cortejos, navegou o comboy rio acima ao som da animante musica, entremeada de espaço a espaço com estridente fogo do ar, até que abicou, junto à noite, á povoação d'onde tínhamos partido: ahi desembarcados, seguiram a cavallo, e a longa fila, allumiada por imensos archotes com a musica na frente, tocando por intervallos, chegou finalmente a Curveira, onde os esperava uma linda e vistosa illumination no frontespicio da casa com arcos e festões, tudo disposto em combinado gosto, fazendo surprehendente effeito immensas bandeiras e flammulas de variadas cores içadas em postes pintados, e suspensas de crusadas cordas em diversas direcções do espaçoso terraço em frente da casa, sendo feliz e mui adequada a lembrança das duas primeiras levantadas em paralelo, por conterem as armas portuguezas e brazileiras, como nações amigas e irmãs. Seguiu-se um beberete ao som da música que tocava no pateo, e depois, em meio da noite, um luzido e bem servido chá com toda a profusão de finos e variados doces. É de justiça confessar que o dono da casa se desvelou em tratar bem e delicadamente, e essa noite passada, jogando-se e em boa conversação, deixou impressões em todos bem agradáveis e sempre memoráveis".

⁷ Escritura de venda da Quinta da Curveira existente no Arquivo Particular de Gaspar Ferreira Baltar.

FIGURA N.º 3
Quinta da Curveira



FIGURA N.º 4
Postal da Quinta da Curveira (Arquivo Particular de Gaspar Ferreira Baltar)



Esta residência de Gaspar Ferreira Baltar surge referida em diversas obras como a obra de Augusto Soares Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, ou *O Minho Pitoresco*, de José Augusto Vieira. José Augusto Vieira, na obra *Minho Pitoresco* faz referência à Quinta da Curveira da seguinte forma: “(...) Perto do lugar da Corveira, que a estrada real atravessa, e onde virão afluír as estradas districtaes n.º 11-B (de Recarei) e 28-B (de Melres), passa o touriste em frente de uma elegante casa de campo, rodeada de formosos jardins e excelentes pomares.

É a casa do comendador Gaspar Ferreira Baltar, proprietário do Primeiro de Janeiro, o jornal que mais larga circulação tem no norte do paiz. (...) ⁸”.

O autor da obra *Portugal Antigo e Moderno* ⁹, refere que este deslocava-se frequentemente, nomeadamente no verão, para a Quinta da Curveira em São Paio da Portela (Penafiel).

Como referimos anteriormente, Gaspar Ferreira Baltar estava directamente relacionado com a Estância da Torre quer devido à sua pertença à Sociedade das Águas de Entre-os-Rios, quer pela proximidade geográfica existente entre espaço termal e a sua residência. Assim, surgem referenciadas deslocações de personagens como Rafael Bordalo Pinheiro, António Nobre ou de Alfredo da Fonseca ¹⁰. A 6 de outubro de 1897, o jornal *O Comércio de Penafiel* publicou várias mensagens que foram inscritas no livro de visitas da Estancia da Torre: “Retiro-me depois de 33 dias d’aguas de que tirei bom resultado, assim como dos bons ares d’este apreciável logar. Depois d’uma bronchite chronica fui atacado d’uma congestão pulmonar e pneumonia dupla; achando-me já restabelecido aproveito esta ocasião para dizer que as digressões são deveras surprehendentes e não poderei olvidar as quintas dos srs. Conde de Castello de Paiva, Rocha, de Canellas, e da ex.ma família Baltar, cujos proprietários são muitíssimos amáveis. (...) ¹¹”. Desta forma, a Quinta da Curveira constituía um espaço a visitar por todos aqueles que se encontravam alojados nas proximidades.

O PRIMEIRO DE JANEIRO

“Foi há sessenta e seis anos que meu pai [Gaspar Ferreira Baltar], regressado do Brasil, para onde tinha ido muito novo em busca de fortuna, criou, após o movimento da Janeirinha, com Delfim Maia, Costa e Almeida, o Enguia do Bolhão

8 VIEIRA, 1987: 334.

9 LEAL, 1873: 246. “No logar de Corveira, d’esta freguezia [Portela], há uma bonita e rendosíssima quinta, com óptima casa e jardins; matta, com passeios; bosques, pomares, etc., do sr. Gaspar Ferreira Baltar, rico proprietário e capitalista, d’aqui natural, e residente na cidade do Porto, onde é proprietário de uma boa typographia e do jornal politico (que n’ella se imprime) intitulado – Primeiro de Janeiro.

Este cavalheiro, que é geralmente estimado na freguezia, vem aqui passar, com a sua família, uma grande parte do verão. Esta quinta é atravessada pela estrada real de Guimarães a Entre-os-Rios”.

¹⁰ A presença destas duas personalidades era frequente quer na Quinta da Curveira quer na Quinta da Maragoça, conforme nos foi referido por familiares do *brasileiro*.

¹¹ O *Comércio de Penafiel*, n.º 2 238.

e outros, *O Primeiro de Janeiro*. Ele assumiu a administração do jornal enquanto os letrados do grupo se encarregaram da respectiva direcção¹²”.

Após 1868, Gaspar Ferreira Baltar envolveu-se ativamente na publicação de um jornal que espelhasse os princípios defendidos pelo movimento da *Janeirinha*¹³. Desta forma surgiu o jornal *O Primeiro de Janeiro*, cujo primeiro número viu a sua primeira página preenchida pelo programa do Círculo Eleitoral Portuense. A designação atribuída ao periódico está relacionada com o movimento da *Janeirinha*, tendo sido o jornal publicado pela primeira vez em dezembro de 1868.

Gaspar Ferreira Baltar tornou-se o principal empreendedor do jornal, mas continuou a ter como apoio no jornal os professores Delfim Maia e Costa Almeida e do industrial Faria Guimarães. Posteriormente, juntou-se a este grupo o jornalista António Augusto Leal, cujo nome apareceu no cabeçalho do jornal entre 1868 e 1878.

Entre 1868 e 1870, *O Primeiro de Janeiro* viveu um período conturbado, uma vez que atravessou várias dificuldades económicas e a publicidade era insuficiente, o que obrigou Gaspar Ferreira Baltar a fazer face às despesas correntes com a sua fortuna pessoal. De forma a aumentar as tiragens do jornal, trouxe importantes colaboradores nas áreas literárias, económicas e científicas, como foi o caso de João Chagas ou de Antero de Quental.

12 BALTAR, 1934: 72.

13 A *Janeirinha* foi um movimento de protesto contra a lei de 10 de junho de 1867 que implementou o imposto geral de consumo. Esta lei conduziu a inúmeras manifestações em várias cidades do país, entre elas a cidade do Porto. Este movimento de protesto ocorreu em Janeiro de 1868, daí a designação de a *Janeirinha*. Ouviram-se imediatamente protestos, com especialidade no Porto, onde o corpo comercial se reuniu para protestar contra aquele tributo. Nessa reunião decidiu-se, que o comércio não fizesse manifestar os géneros que possuía, que não promovesse despachos na alfândega nem nas barreiras; que cerrasse as portas para evitar os varejos; que fosse a Lisboa uma grande deputação reclamar, perante o rei D. Luís contra o novo imposto. Depois da reunião dirigiram-se os comerciantes à praça de D. Pedro. O Dr. Delfim Maia leu a representação dirigida ao rei, criticando em seguida a política do governo. Estes acontecimentos davam-se em 1 de Janeiro de 1868, véspera da abertura das Cortes. O rei D. Luís recebeu a comissão portuense, e respondeu que recomendaria o assunto ao seu governo, dando a entender que as reclamações populares seriam atendidas. Efetivamente, escrevendo Martens Ferrão ao rei, participando-lhe que o gabinete estudava a maneira de modificar o regulamento, o monarca respondeu que melhor seria que os ministros se ocupassem do adiamento da lei. Esta resposta deu lugar a que o ministério se demitisse, sendo então convidado a formar novo gabinete o duque de Loulé, mas declinando o duque o convite, foi chamado o marquês de Sá da Bandeira, que também pediu escusa. O conde de Ávila, mais tarde marquês e duque de Ávila e Bolama, foi quem se encarregou de resolver a crise, constituindo o gabinete. O novo gabinete apresentou-se às câmaras no dia 7, declarando abolido o imposto de consumo. Fontes Pereira de Melo declarou que votava contra esse ato, o que provocou algum tumulto na câmara. Este movimento ocorrido a 1 de janeiro de 1868 na cidade do Porto deu origem ao título do jornal portuense *O Primeiro de Janeiro*, fundado por Gaspar Ferreira Baltar.

Inicialmente, o jornal abordava essencialmente conteúdos políticos, estabelecendo uma crítica ou apoiando os atos governativos de acordo com o ministério em causa. Os outros jornais ideológicos como era o caso do *Revolução de Setembro* ou *O Comércio do Porto* eram, também alvo das críticas deste diário. Simultaneamente, dedicava grande atenção às questões relacionadas com o Porto, como foi o caso da barra do Douro ou da rua nova da Alfândega. Esta abordagem dos problemas locais contribuiu para aumentar a circulação e a venda de jornais entre o público portuense.

Como refere Artur de Magalhães Basto¹⁴, “foi certamente em 5 de abril de 1870, (...) que Gaspar Ferreira Baltar começou a gerir sozinho aquele jornal, cuja propriedade os sócios lhe entregaram em saldo de contas. Em arriscada aventura se metia; mas como ele era notavelmente inteligente, triunfou, como triunfam todos aqueles que teem a verdadeira paixão da carreira que é a sua vocação¹⁵”. A partir daí, Gaspar Ferreira Baltar procurou modernizar e dar continuidade ao jornal, procurando divulgá-lo para além da cidade do Porto e, que este chegasse a um público cada vez mais amplo.

Na década de 1870, o jornal sediou-se na rua de Santa Catarina, tendo-se adquirido máquinas que permitiram aumentar as tiragens. No entanto, as despesas eram demasiado elevadas e Gaspar Ferreira Baltar organizou campanhas publicitárias para aumentar as vendas e angariar publicidade. Simultaneamente, deu início à venda avulsa dos jornais, para além das assinaturas. Para a venda avulsa contratou ardinhas.

De acordo com a obra *À Hora do Chá*¹⁶, escrito pelo filho de Gaspar Baltar, coube-lhe o papel de organizar a venda dos jornais na cidade de Braga, tendo assumido a responsabilidade pessoal em propagandear o jornal que já atingia os 3 000 exemplares.

“Depois de estabelecida a venda no Porto, foi organizá-la em Braga, após o insucesso do seu primeiro emissário. Chegado à velha capital do Minho, encontrou um homem varrendo afanosamente a rua que liga a estação ao centro da cidade. Observou-o. Uma vez convencido de que, pela sua actividade era elemento aproveitável, contratou-o. Voltando à estação onde deixara os jornais e ensinando o necessário pregão ao novo vendedor seguiu-o, animando-o. Na Arcada, notou que eram raros os compradores. Então, gritando pelo vendedor, com ar despreocupado e desconhecido, comprou o jornal, abriu-o e, escolhendo lugar que o pudesse pôr em foco, atraiu a atenção dos

14 BASTO, s/d: 129-130.

15 BASTO, s/d: 125.

16 A obra *À Hora do Chá* foi redigida pelo filho de Gaspar Ferreira Baltar, em que na introdução elabora uma breve biografia do seu pai, destacando, sobretudo o seu papel na fundação e dinamização do jornal *O Primeiro de Janeiro*.

passantes, que rapidamente se habituaram ao jornal, tendo meu pai regressado, dias depois com uma venda assegurada de algumas centenas diárias de exemplares¹⁷”.

Gaspar Ferreira Baltar revelou-se bastante astuto no momento de propagandear o seu jornal, tendo inclusive anunciado que a rainha D. Maria Pia tinha mandado fazer uma assinatura do jornal. Este anúncio procura demonstrar uma pública adesão aos princípios defendidos no jornal e uma garantia de ser ele lido no trono.

Para além de toda esta publicidade, Gaspar Ferreira Baltar escolheu os melhores redatores e colaboradores. Entre os colaboradores destaca-se Emídio Navarro¹⁸, que foi, durante muito tempo, o redator político em Lisboa, editorialista e comentador da política interna e externa.

Ao contrário dos jornais diários, o jornal de domingo era em grande formato com vista a serem incluídos um maior número de artigos e de anúncios publicitários. Na separata publicada a 1 de janeiro de 1968 – *Pequena História dum Grande jornal* é referida a importância deste *brasileiro* na organização do próprio jornal: “Todas as noites, antes de deixar o jornal, Baltar ia à administração verificar, no registo diário dos anúncios, o montante deles e, em face das verbas inscritas, decidia então se devia ser publicado o jornal de grande formato¹⁹”.

Nos jornais publicados continuaram a constar artigos, poemas ou folhetins escritos por Camilo Castelo Branco, Antero de Quental ou Teófilo Braga.

Depois de Germano Vieira de Meireles coube a Alberto Pimentel tornar-se o editor *d'O Primeiro de Janeiro*. Convidado por Gaspar Baltar, que lhe ofereceu um salário maior do que aquele que auferia e casa na proximidade do jornal, acabou por aceitar, tendo dado um novo dinamismo ao jornal, que se traduziu num aumento da tiragem.

Em 1876, aparece José de Alpoim como articulista pela primeira vez, tornando-se correspondente do periódico em Lisboa.

Em 1877, devido ao grande progresso do jornal, houve a necessidade de trocar as instalações para outras mais amplas, mantendo-se, no entanto, na rua de Santa Catarina.

A 1 de janeiro de 1878, o jornal começou a ser publicado com a indicação de “Proprietário – Gaspar Ferreira Baltar”. Esta referência manteve-se até 1899, data da sua morte, sendo trocada pela designação de fundador.

17 BALTAR, 1934: 9-10.

18 Emídio Navarro foi descoberto por acaso por Gaspar Ferreira Baltar que um dia numa viagem de comboio para Lisboa, conversou com ele e apercebeu-se de que este seria um grande jornalista. Foi convidado, imediatamente, pelo *brasileiro* para escrever os editoriais do seu jornal.

19 *Pequena História de um grande jornal*.

FIGURA N.º 5
Primeira página do jornal O Primeiro de Janeiro



Quanto aos assuntos abordados no periódico, estes começaram a diversificar-se, cabendo ao noticiário internacional um espaço importante, como foi o caso das notícias sobre a guerra franco-prussiana (1870-1871). Foram criadas secções mais ligeiras e humoristas como o *Correio da Moda* ou a *Gazetilha*. No entanto, destaca-se uma secção que se manteve desde a criação do jornal até, pelo menos, 1899 – *Portugueses regressados*. Esta secção era composta pela enumeração dos portugueses que regressavam do Brasil, transportados pelos vapores.

No final da década de 1870, o jornal atingiu os 12 000 exemplares diários, tendo assumido nessa época o controlo da redacção, Joaquim Pacheco, um funcionário das finanças escolhido por Gaspar Ferreira Baltar pelos seus conhecimentos na área da contabilidade. Joaquim Pacheco tornou-se um associado da empresa, por iniciativa do *brasileiro*.

O Primeiro de Janeiro tornou-se um jornal independente do ponto de vista político, apesar de ter mantido sempre as suas simpatias políticas. Apesar de criticar de forma acentuada os governos regeneradores, homenageou aquando do falecimento personagens como o duque de Ávila e Fontes Pereira de Melo.

Esta linha editorial foi definida por Gaspar Ferreira Baltar, que nunca se envolveu na política. Foram-lhe oferecidos lugares de deputado e de par do Reino, a carta do conselho e até um título nobiliárquico. O *brasileiro* recusou sempre estes títulos. “Certo chefe político, estranhando tal isenção, perguntou: ‘Mas, que quer ele?’. O dito teria sido repetido ao proprietário do jornal, que respondeu: ‘Quero ser apenas o Baltar do Janeiro, esse título me basta!’ Na verdade, o ‘Baltar do Janeiro’ era respeitado por todos e mesmo temido²⁰”.

20 *Pequena História dum grande jornal*.

O BRASIL N' O PRIMEIRO DE JANEIRO

Como temos vindo a referir o *brasileiro* Gaspar Ferreira Baltar teve um papel importante neste jornal, primeiro como fundador, posteriormente como administrador e grande dinamizador.

Este emigrante manteve contactos com o Brasil, quer através dos seus familiares que aí permaneceram quer através das rubricas criadas no seu jornal que noticiavam quer acontecimentos relacionados com o Brasil, quer as atividades desempenhadas pelos portugueses em terras brasileiras. Para além destes separadores, temos que considerar um elemento que ocupou lugar de destaque nos jornais ao longo do último quartel do século XIX – listas dos *Portugueses regressados*.

As notícias do Brasil chegavam à redação do jornal através dos jornais enviados por correspondentes ou mesmo pela correspondência que chegava através dos vapores. Como se pode constatar “O Brasil ocupou sempre um grande lugar nas colunas do ‘Janeiro’, não só sob os diversos aspetos da sua vida política, económica e financeira, como sobre a atividade dos colonos portugueses em terras brasileiras. Assim, quando chegava um barco do Brasil, o jornal publicava sempre a lista dos passageiros desembarcados, pois sabia interessar isso muito às famílias dos antigos emigrantes, quase todas habitando nas províncias do Norte²¹”.

Como foi referido anteriormente, são publicadas as listas dos portugueses que chegam a Portugal trazidos nos diversos vapores que zarparam dos portos brasileiros. Estas listas surgem publicitadas quer neste periódico quer mesmo no *Jornal do Porto*. No caso d’*O Primeiro de Janeiro*, as listas surgem publicitadas desde o primeiro ano da sua publicação – 1868 e são publicadas até à sua morte, 1899. Após esta data, as listas surgem publicadas esporadicamente.

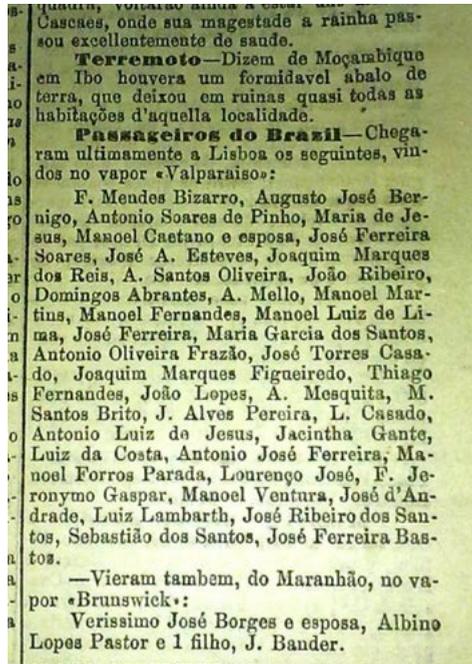
De forma a constituirmos uma pequena amostragem consideramos os anos de 1869 e de 1879. O número de listas publicadas é diferente entre 1869 e 1879, uma vez que ao longo do primeiro ano foram apenas publicadas 9 enquanto no segundo ano surgem 81 listas. Relativamente ao ano de 1869, estas listas foram publicadas com menos frequência em relação ao ano de 1879. Esta frequência poderá estar relacionada com o tráfego de passageiros e o movimento dos vapores.

Os portugueses regressados viajaram em vapores oriundos quer das cidades do Rio de Janeiro, quer da Baía ou de Santos, que aportavam ou em Lisboa ou no Porto. A referência a estas cidades surge nas listas ou por vezes é utilizada outra designação – “(...) dos portos do Brasil (...)”.

²¹ *Pequena História dum grande Jornal*.

FIGURA N.º 6

Lista de passageiros regressados do Brasil publicada no jornal *O Primeiro de Janeiro*, a 26 de outubro de 1879



Os nomes dos portugueses regressados surgem agrupados de acordo com os vapores que os transportam. Estes vapores, na sua maioria, são ingleses como é o caso do Maskeline ou o Cotopaxi. Destacando-se também os vapores franceses e alemães.

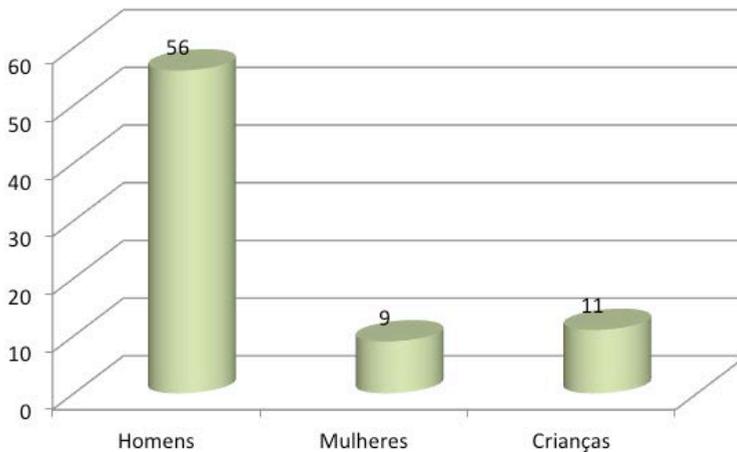
Ao longo das listas publicadas podemos encontrar três tipos de passageiros:

- Portugueses que regressam definitiva ou ocasionalmente a Portugal;
- Brasileiros que viajam para Portugal;
- Galegos/espanhóis que se deslocavam para a sua terra natal²².

²² Os galegos que regressam à sua terra de origem são designados como *indianos*. Este termo é usado para designar os emigrantes de origem espanhola, nomeadamente originários do Norte de Espanha (Galiza, Astúrias, Cantábria) que emigraram para o continente americano e obtiveram sucesso, tendo regressado endinheirados e se tornaram importantes beneméritos da sua localidade e do próprio país. Um grande número de emigrantes galegos que emigrou para o continente sul-americano fá-lo utilizando os portos portugueses. Tal como acontece com os *brasileiros*, os *indianos* procuram melhorar a sua localidade de origem através de investimentos e da construção/restauro de escolas primárias, hospitais, estradas ou até mesmo cemitérios.

Os portugueses e os galegos viajam individualmente ou acompanhados pelas suas famílias. Os brasileiros viajam sozinhos para Portugal. Consideramos que esta diferença que se regista entre portugueses, galegos e brasileiros está relacionada com dinâmicas de regresso ao país de origem ou de conhecimento de um território europeu. No caso da divisão por géneros, esta é bastante heterogénea, uma vez que surgem referidos homens e mulheres em simultâneo. No entanto, o número de homens referido é superior, como se pode constatar, a título de exemplo, na lista transcrita no dia 7 de abril de 1869:

GRÁFICO N.º 1



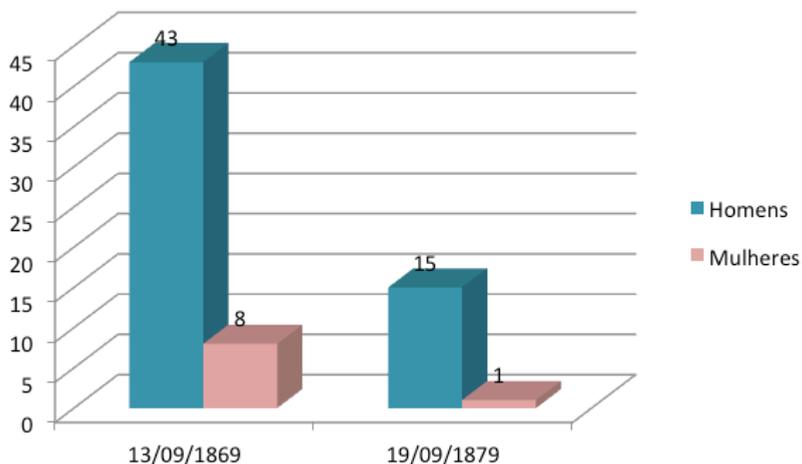
Ao longo das listas de portugueses regressados, encontramos a referência a mulheres que regressam acompanhadas pela família (cônjuge e filhos) ou então fazem-no isoladamente. Um exemplo é o caso registado no dia 16 de fevereiro de 1879 da D. Maria Madalena Monteiro que regressa sozinha ao Porto oriunda da cidade do Rio de Janeiro. No caso dos menores que viajam para Portugal, estes fazem-nos acompanhado pelos seus familiares, sendo referidos como: “(...) Manoel Pinto da Costa Júnior, sua esposa e 1 filho, (...)”.

Entre os portugueses que regressam a Portugal, destacamos algumas personalidades que surgem referidos nestas mesmas listas: António Ignacio Pereira, Rafael Bordalo Pinheiro, Barão da Póvoa do Varzim ²³, António Pinto Ramos ou o Barão da Trovisqueira.

²³ O título de Barão da Póvoa do Varzim foi atribuído a Manuel Fernandes da Silva Campos (1826-?) por decreto de D. Luís I de Portugal de 18 de maio de 1868. Este era um empresário português e um *brasileiro de torna-viagem*.

No caso dos brasileiros, as referências que encontramos são na sua maioria, personalidades que se destacam na sociedade e que realizam esta viagem individualmente. Citemos alguns exemplos como o Barão do Campo Alegre²⁴, o Barão de São Joaquim²⁵ ou o fotógrafo Felipe Augusto Fidanza²⁶.

GRÁFICO N.º 2



Como se pode verificar o Brasil ocupa um importante espaço na imprensa periódica portuguesa, nomeadamente n' *O Primeiro de Janeiro*. Consideramos que estas listas de passageiros chegados do Brasil poderão constituir uma importante fonte para o estudo da emigração, bem como poderão auxiliar em estudos de caso, permitindo-nos estabelecer o regresso dos portugueses

²⁴ Joaquim de Sousa Leão (1867-1900) foi o primeiro barão e Visconde de Campo Alegre. Era um importante fazendeiro de cana-de-açúcar e proprietário de em engenhos na região de Pernambuco. O título de barão foi-lhe concedido por decreto imperial de 10 de abril de 1867. Em 9 de agosto de 1884 foi agraciado com o título de Visconde e de comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo.

²⁵ José Francisco Bernardes (1836-1916) foi o primeiro e único Barão de São Joaquim. Era um importante fazendeiro brasileiro que se tornou comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

²⁶ Felipe Augusto Fidanza (Lisboa, c. 1847-Belém do Pará, 20 de janeiro de 1903) era um importante fotógrafo português radicado na cidade de Belém do Pará. Foi considerado o mais importante fotógrafo em atividade no Estado do Pará nos finais do século XIX e princípios do século XX. Em 1867, já se encontrava estabelecido na cidade de Belém do Pará como fotógrafo com um atelier – *Photographia Fidanza*. Durante a sua atividade fotografou pessoas de várias classes sociais e etnias. Estas fotos eram enquadradas com cenários pintados. Foi considerado ainda o pioneiro dos cartões-postais fotográficos no Brasil.

ou ainda constatar das constantes viagens realizadas por estes. Consideramos que os *brasileiros*, cuja principal actividade era o comércio, após o regresso a Portugal, continuam a manter relações quer de negócios quer laços de amizade com o Brasil. Esta continuidade de relações prende-se com a manutenção dos negócios em terras brasileiras e o contínuo envio de remessas monetárias para Portugal. Desta forma, o número de *brasileiros* é variável, como se pode verificar pelo exemplo apresentado.

Na mesma secção do jornal, encontram-se ainda referências aos portugueses que faleceram nas principais cidades brasileiras, indicando-se o nome e a causa da doença. Em alguns casos era ainda referida a idade dos *Portugueses falecidos*. A referência aos portugueses que faleceram no Brasil era obtida a partir de listas que eram enviadas quer através dos jornais brasileiros que chegavam nos vapores quer de informações prestadas pelos cônsules.

Para além das listas de *Portugueses regressados* e de *Portugueses falecidos*, existia, ainda, uma secção no jornal intitulada “*Brazil*”, onde eram publicadas notícias sobre os emigrantes portugueses e as atividades desenvolvidas por estes bem como outras atividades de promoção de Portugal. Por exemplo, a 02 de Agosto de 1879 é publicada na secção “*Brazil*” do jornal a seguinte notícia: “Na cidade do Rio de Janeiro nomeou-se uma comissão, de que ficou presidente o snr. Visconde de Matosinhos²⁷, para promover uma manifestação

²⁷ João José Reis (1820-1888) foi o primeiro visconde e primeiro conde de São Salvador de Matosinhos. Era filho de Francisco José dos Reis e de Rita Rosa Chapuz da Silva, naturais do concelho de Bouças. Em 1833 partiu para o Brasil, com treze anos de idade. Neste país começou a desenvolver a atividade comercial com grande dedicação. Oito anos depois conseguiu estabelecer-se com o Major António José do Amaral, que foi também seu sogro, concedendo-lhe a mão de sua filha D. Joaquina Maria do Amaral Reis de cuja união teve dois filhos. Rapidamente se transformou de empregado em patrão, tendo criado uma casa comercial. Tornou-se presidente da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, do Banco Comercial do Rio de Janeiro e foi o principal fundador do *Brasilian and Portuguese Bank*. Foi presidente honorário das Associações Comerciais do Porto e Lisboa, director-secretário do Banco do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, na qualidade de representante do comércio português. Protegeu numerosas instituições de caridade, tais como: o Asilo Profissional de Benemerência Portuguesa; a Sociedade Portuguesa de Beneficência, na mesma cidade; a Sociedade Beneficente Lusitana, de Montevideu; a Caixa de Socorros D. Pedro V; os Albergues Nocturnos de Lisboa; a Oficina de S. José, no Porto. Foi sócio benemérito do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro e membro da comissão consultiva do Consulado Geral de Portugal na capital brasileira. O governo português conferiu-lhe o Grau da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, título de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comenda da Ordem de Nossa Senhora de Jesus Cristo, título de primeiro Visconde de S. Salvador de Matosinhos e de conde, concedidos, por D. Luís, o primeiro em 1873 e o segundo pelo mesmo soberano, em 1880.

comemorativa da viagem do explorador português Serpa Pinto²⁸. Para além destas referências alusivas a Portugal, são feitas outras relacionadas com o contexto político, económico e social do país. Um exemplo é o conjunto de artigos publicados ao longo do ano de 1879 relativamente à Exposição Portuguesa no Brasil. Nestes artigos são evocados produtos, artistas e personalidades portuguesas como é o caso do Barão do Calvário, Manoel Pereira da Silva.

A partida dos portugueses para o Brasil é referida da seguinte forma: “Acaba de partir para o Rio de Janeiro, o senhor comendador Joaquim José de Campos. Desejamos-lhe boa viagem”. Esta notícia data de 23 de janeiro de 1879.

As referências às partidas de portugueses para o Brasil constituem notícias comuns que eram publicadas nos periódicos locais e nacionais da época, procurando de alguma forma noticiar a saída destes para territórios estrangeiros. Em contrapartida, são noticiados os regressos, as dádivas, as subscrições realizadas entre os emigrantes em terras brasileiras.

Gostaríamos de referir que este levantamento quer das listas de passageiros dos vapores em direção a Portugal quer mesmo os artigos sobre os emigrantes aqui referidos constituem uma amostragem que consideramos ser importante continuar a realizar. Estas listas poderão constituir um importante elemento de estudo para a emigração, na medida em que possivelmente poder-se-á definir o regresso ou as deslocações periódicas dos emigrantes entre os dois territórios. Por outro lado, nestas listas podemos encontrar a referência a importantes portugueses que, após o seu regresso, continuam a realizar viagens para o Brasil, bem como brasileiros que se deslocam até Portugal quer em visita quer mesmo em negócios.

CONCLUSÃO

À semelhança dos periódicos locais, por nós referidos em comunicações anteriores, importa destacar a preponderância da imprensa enquanto fonte a destacar no estudo da emigração. *O Primeiro de Janeiro* assume uma importância primordial na medida em que este foi fundado por um *brasileiro* que procurou manter um contacto regular com o Brasil quer através deste periódico quer mesmo pelas actividades de beneficiação (construção de estradas ou da estância da Torre) que

²⁸ *O Primeiro de Janeiro*, 2 de agosto de 1879.

desempenha entretanto na sua localidade de origem ou mesmo em termos nacionais quer mesmo de filantropia, como se pode verificar pelos legados do seu testamento. O Brasil constitui uma presença frequente na actividade deste ilustre *brasileiro*, que procura através do seu jornal manter um contacto regular quer pelas listas de regresso dos portugueses quer mesmo pelas notícias que iam sendo publicadas.

Simultaneamente, importa destacar o papel desempenhado por Gaspar Ferreira Baltar enquanto *brasileiro* que procurou auxiliar todos aqueles que se cruzaram com ele fosse no jornal fosse nas suas mais diversas actividades: “O Baltar do Janeiro não acompanhava quem deixasse de acompanhar o povo, porque o povo fôra que lhe fizera o jornal, que do povo veio e do povo era²⁹”.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

“Pequena História de um grande jornal”, 1968, *Cadernos do Centenário*. Porto, *O Primeiro de Janeiro*.

“GASPAR FERREIRA BALTAR”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 4, p. 80.

PRIMEIRO DE JANEIRO (O), in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. 23, p. 258-261.

BIBLIOGRAFIA

BALTAR, Gaspar Ferreira, 1934 – *À Hora do Chá*. Porto: Livraria Lello.

BASTO, Artur de Magalhães, s/d – *Homens e Casos duma geração notável*. Porto: Livraria Progredior.

BASTO, Artur de Magalhães, 1939 – “Três fases do jornalismo portuense”, in *Boletim Cultural*. Porto, vol. II, fascículo III. Porto: Câmara Municipal do Porto.

BESSA, Alberto, 1931 – “Jornais da Minha Terra – Subsídios para uma Bibliografia do Jornalismo Portuense”. *O Tripeiro*, 4.^a série, vol. VII. Porto.

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, 1977 – *Carvalhos de Basto – a descendência de Martim Pires de Carvalho, Cavaleiro de Basto*. Porto: s/ed.

²⁹ BESSA, 1931: 180-181.

LEAL, Augusto Soares Barbosa de Pinho, 1873 – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Matos.

LIMA, Helena Laura Dias, 2009 – “Os diários portuenses e a evolução do modelo ideológico para os projectos de imprensa industrial”, in *XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Porto: FLUP.

LIMA, Helena Laura Dias, 2008 – *Os Diários Portuenses e os Desafios da Actualidade na Imprensa: tradição e rupturas*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MENDES, J. J., 2002 – *Santuário de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos – Penafiel*. Penafiel: Edição de Confraria de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos de Penafiel.

PACHECO, Elsa Maria Teixeira, 1992 – “Os transportes colectivos rodoviários no Grande Porto”. *Revista da Faculdade de Letras. Geografia*, I série, vol. VIII. Porto: Faculdade de Letras.

SARGES, Maria de Nazaré; PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira, 2011 – “Fotografia Fidanza: um foco sobre Belém (XIX/XX)”. *Revista de Estudos Amazónicos*, vol. VI, n.º 2. Belém do Pará.

SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira, 1991 – “Natural de Penafiel – o Fundador de ‘O Primeiro de Janeiro’”. *Temas Penafidelenses*, vol. IV. Penafiel: s/ed.

VIEIRA, José Augusto, 1987 – *O Minho Pitoresco, Tomo II*. Valença: Rotary Club de Valença.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), 1960 – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, III volume. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

PEQUENOS VIAJANTES: REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DE MENORES DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX

ROSELI BOSCHILIA

INTRODUÇÃO

A despedida em frente à acanhada casa de granito foi rápida. Após dar a benção a António, a mãe, acompanhada por duas filhas menores, permaneceu imóvel na soleira da porta, na ânsia de seguir o filho com os olhos, até que sua silhueta lentamente desaparecesse no horizonte. O pai, por sua vez, saiu em direção aos fundos da casa, onde algumas cabras pastavam, para dar continuidade ao trabalho de colheita da uva.

Num gesto discreto, António, que mal acabara de completar 12 anos, enxugou os olhos na manga do paletó e, sob o sol escaldante de agosto, sem olhar para trás, deu início à longa viagem que o levaria ao Brasil. Ao seu lado, um pouco mais descontraído, seguia o vizinho e amigo da família que, a pedido de seu pai, zelaria por ele durante o trajeto. Ao chegar no Rio de Janeiro, seria entregue a um tio que, pelo fato de António saber ler e escrever, já lhe tinha arranjado um emprego como auxiliar de caixeiro.

Este cenário é apenas um dos exemplos que busca ilustrar o modo como, durante a segunda metade do século XIX, muitos emigrantes, ainda crianças e sem estarem acompanhados por nenhum membro de sua família, vivenciaram a experiência da emigração.

Para compreender este fenômeno, no entanto, faz-se necessário revisitar o contexto socio-cultural da região Norte de Portugal, de onde este grupo de emigrantes provinha, em sua grande maioria. Uma das principais características da sociedade portuguesa durante a segunda metade do século XIX, como se sabe, foi o acelerado aumento populacional impulsionado, em grande medida, pelo fim das crises de carestia que, durante o antigo regime, afetavam regularmente as populações mais pobres.

Não obstante o perceptível decréscimo das taxas de mortalidade infantil e do aparente clima de prosperidade, os problemas fundiários continuaram tendo forte impacto na condição de vida dos camponeses, cuja principal marca era a precariedade material. Como lembra Pereira, “a liberdade de vedar os campos, finalmente estabelecida em 1852, viria desfavorecer ainda mais os pequenos agricultores, proprietários, foreiros ou rendeiros, encorajando um processo de individualização da propriedade já em curso”¹. A partir desta época, a restrição de acesso às áreas comunais que passou a ser imposta pela legislação também teve forte impacto na alimentação da população rural, pois as famílias, quase sempre numerosas, dependiam, fundamentalmente, da coleta de frutos, como a castanha, e da caça para complementar sua reduzida dieta alimentar. Ao se referir à estrutura da antiga sociedade portuguesa, Godinho chama atenção para a falta de robustez das populações rurais, cuja alimentação, além de parcas porções de arroz, castanhas e peixe, era composta basicamente de vegetais como feijões, favas, hortaliças². Corroborando essa ideia, Sousa observa que, no início de oitocentos, pão e legumes eram os alimentos disponíveis para grande parte dos moradores das aldeias, vilas e cidades³. A situação de precariedade à qual a população estava submetida neste período pode ser avaliada particularmente a partir de registros encontrados nas fichas de recenseamento. Em 1802, por exemplo, ao ser inquirido acerca das enfermidades que haviam causado a morte dos moradores da freguesia de Mancelos, o pároco daquela localidade declarou ao agente responsável pelo censo que “as mais das pessoas morrem a fome e frio, pela muita pobreza nesta freguesia”⁴.

Neste panorama adverso, marcado pelo isolamento geográfico, pela inclemência do clima e pela pobreza do solo, os deslocamentos migratórios, temporários ou definitivos, eram uma das poucas alternativas viáveis que restavam a uma população empobrecida, que procurava, a todo custo, encontrar novas opções de sobrevivência.

Parte integrante da cultura lusa desde, pelo menos, o século XV, as migrações de modo algum eram uma experiência nova na vida cotidiana dos portugueses. Especialmente no que dizia respeito aos habitantes da região Noroeste de Portugal, zona de minifúndio, com excedente de mão-de-obra nas unidades familiares, os deslocamentos constituíam importante fator de equilíbrio da economia domésti-

1 PEREIRA, 2002: 21.

2 GODINHO, 1977: 151.

3 SOUSA, 1979: 51.

4 *Apud* SOUSA, 1979: 56.

ca⁵. Conforme apontam diferentes estudos historiográficos, esse fenômeno, que se intensificou sobretudo a partir do século XVII, tinha como principais protagonistas os jovens que se deslocavam, preferencialmente, para o Alentejo e para o Brasil⁶. Todavia, foi com o advento do século XIX, particularmente no contexto da sua segunda metade, que os fluxos emigratórios passaram a ser mais intensos e contínuos.

Vale lembrar que neste período o fenômeno de deslocamento transnacional se intensificou não só em Portugal, mas em vários outros países europeus, afetados pela depressão econômica que atingiu aquele continente entre as décadas de 1870 e 1890. De acordo com Hobsbawm, somente na década de 1880 emigraram anualmente 700 a 800 mil europeus e, na década seguinte, esse montante teria sofrido uma elevação para algo em torno de 1 a 1,4 milhão de pessoas por ano⁷.

No que se refere especificamente a Portugal, o século XIX foi uma época de mudanças decisivas, pois, além das repercussões da Independência brasileira e seus desdobramentos institucionais, o país tentava implementar um projeto político que permitisse sua inserção no cenário de industrialização e liberalismo que se espalhava pelo continente europeu⁸. Contudo, como se sabe, os esforços empreendidos pelo governo no sentido de alavancar a economia interna, procurando incentivar a criação de indústrias, foram frustrados.

O insucesso das medidas econômicas, somado a outros fatores, como a desagregação das estruturas sociais do Antigo Regime e os problemas relacionados à aridez do clima e do solo, levaram os índices de camponeses que desejavam empreender o projeto emigratório a multiplicar-se rapidamente.

Desse modo, no interior deste contexto socioeconômico pouco promissor, a sociedade portuguesa oitocentista acabou protagonizando o fenômeno da chamada diáspora moderna, quando milhares de portugueses, impulsionados pela precariedade das condições materiais, deixaram o país, na esperança de a ele retornar tão logo o panorama econômico se mostrasse mais favorável. O desejo de retorno, bastante perceptível na documentação produzida sobre a temática da emigração, é, sem dúvida, um aspecto que reforça a tese defendida por historiadores portugueses de que os deslocamentos migratórios deviam-se muito mais às condições internas do que propriamente aos aspectos ligados à atração externa⁹.

5 ALVES, 1994: 67.

6 ALVES, 1994: 69.

7 HOBBSAWM, 1996.

8 ALVES, 1994: 12.

9 GODINHO, *apud* ALVES, 1994: 15.

Não se pode esquecer, entretanto, o peso que o panorama econômico dos locais de recepção dos grupos migratórios teve na escolha dos lugares de destino, independentemente de estes estarem situados no próprio território português – como era o caso dos campos do Alentejo e das cidades de Lisboa e do Porto¹⁰ –, ou ainda em países distantes, como o Brasil.

Nesta perspectiva, merece destaque o apelo que a descoberta do ouro nas minas da América Portuguesa teve nos deslocamentos de portugueses, fenômeno que, segundo Serrão, provocou o êxodo de algumas centenas de milhares de indivíduos do noroeste português no século XVIII¹¹.

Do mesmo modo, no século seguinte, o contexto econômico brasileiro do segundo reinado, além de intensificar o fluxo de portugueses oriundos das zonas rurais, também estimulou a vinda de grupos urbanos pertencentes a estratos sociais mais elevados, como industriais, médicos, engenheiros, bacharéis e farmacêuticos¹².

Em que pese o ingresso destes novos grupos de emigrantes e a ampliação de fatores que acabaram por favorecer o aumento dos deslocamentos sazonais ou permanentes, a historiografia mostra que este fluxo continuou sendo realizado predominantemente por pessoas jovens do gênero masculino. Ou seja, apesar das mudanças ocorridas no perfil socioeconômico dos emigrantes, a maior parte destes grupos era constituída por homens jovens que partiam sozinhos em busca de emprego em áreas urbanas, com forte predileção pela área comercial¹³.

Embora os emigrantes portugueses, na maior parte das análises que abordam o fenômeno dos deslocamentos populacionais, de modo geral sejam enquadrados no interior de uma categoria social que os define como “jovens pertencentes ao gênero masculino”, é importante lembrar que eles não constituíam um grupo homogêneo, sobretudo no que diz respeito às áreas de origem, às condições socioeconômicas e às redes de sociabilidade nas quais eles estavam inseridos. Levando em conta estas diferenças, eles podem ser classificados, segundo Alves, em dois grupos distintos: o primeiro deles formado por indivíduos que dispunham de recursos para arcar com as despesas da passagem e que, além disso, podiam contar

10 Nesse período, Lisboa e Porto eram as cidades portuguesas que mais atraíam migrantes. De acordo com Ramos (1994: 35), em 1890 32% da população de Lisboa e 17,5% da do Porto era natural de outros concelhos. Entre 1864 e 1900, enquanto a população em geral aumentou 31%, a população das cidades portuguesas quase duplicou (PILOTO, 2010: 134).

11 SERRÃO, 1970: 601.

12 RODRIGUES, 2007.

13 Esta questão é evidenciada por diferentes autores, dentre os quais se destacam PEREIRA (2002), ROCHA-TRINDADE (2000), ALVES (1994; 1998); RODRIGUES (1995; 2006; 2007).

com a ajuda de conterrâneos na sociedade de acolhimento, e um segundo grupo, composto por emigrantes desprovidos de bens e que, normalmente, eram recrutados para trabalhar nas fazendas rurais, em substituição à mão de obra escrava¹⁴.

As reflexões realizadas por este autor, com base em testamentos e inventários, tendo como foco especialmente o primeiro grupo, mostram que nas sociedades rurais o destino emigratório para estes jovens era, de certa forma, uma imposição da família e que este comportamento estava introjetado nas práticas culturais da população camponesa da região do Entre-Douro-e-Minho¹⁵.

De acordo com o autor, o incentivo e consequente auxílio para que os filhos varões abandonassem precocemente o núcleo familiar e partissem em busca de novas oportunidades de trabalho era uma das estratégias utilizadas pelas sociedades camponesas na tentativa de assegurar a indivisibilidade do patrimônio familiar, garantindo, ao mesmo tempo, que todos os filhos recebessem o quinhão que lhes cabia como herança, conforme determinava a lei¹⁶.

Com efeito, nos termos de responsabilidade e fiança, anexados aos pedidos de passaporte aqui analisados, existem referências a emigrantes cuja passagem foi paga com parte do valor equivalente à cota de bens indisponíveis que lhes caberia como herança, a chamada “legítima”. Porém, como na maioria das vezes a família não dispunha de dinheiro, era comum que os pais hipotecassem as terras da futura legítima, pagando juros altíssimos, nunca inferiores a 10%, para viabilizar a viagem dos filhos¹⁷. Obviamente, essa transação era efetuada na esperança de que estes jovens emigrantes, em curto espaço de tempo, pudessem não só quitar a dívida, mas também ter condições financeiras de promover ou facilitar a vinda dos irmãos mais novos, integrando-os nas atividades laborais, principalmente no comércio e na pequena indústria¹⁸. Certamente esse era o anseio de Bernardo Guedes de Melo, trasmontano de Viseu que autorizou os filhos Manuel, de 14 anos, e Jacinto, de 12 anos, “recomendados a Custodio Lopes Ferreira” a viajarem para

14 ALVES, 1994: 63.

15 ALVES, 1994: 89.

16 A partir do Código Civil de 1867, todos os filhos deveriam ser beneficiados pela herança, em igualdade de condições. Porém, na prática, o costume de transmitir a propriedade familiar, através de doação, somente a um dos filhos – a quem caberia a responsabilidade de atender os pais na velhice, assegurando aos demais herdeiros o valor correspondente ao seu quinhão em dinheiro – foi mantido praticamente até a República. Sobre este tema ver especialmente Alves (1994) e Piloto (2010).

17 PEREIRA, 2002: 207.

18 ALVES, 1994: 9.

o Brasil na companhia de Luis José Nunes¹⁹. Do mesmo modo, foi o interesse em proporcionar melhores condições de vida para a família o que, possivelmente, motivou Maria Amalia Soares de Figueiredo a autorizar que seu filho, o estudante António Augusto Ferreira Reis, de 14 anos, partisse de Viseu para o Rio de Janeiro, para lá ficar “sob os cuidados do Sr. António Marques”²⁰.

Mas, afinal, a partir de que idade, comumente, esses jovens deixavam o núcleo familiar? Em que pese o esforço empreendido, sobretudo nestas últimas décadas, por diversos historiadores, tanto portugueses quanto brasileiros²¹, no sentido de ampliar as discussões em torno da emigração juvenil, buscando problematizar questões acerca deste fenômeno à luz de conceitos ligados, por exemplo, aos estudos de gênero, masculinidade, subjetividade e identidade, a temática ainda oferece um amplo leque de questões a serem exploradas. Um primeiro aspecto a ser destacado neste sentido deve-se ao fato de que, na maior parte das análises, os menores de 14 anos aparecem incluídos no grupo majoritário, formado por homens jovens do sexo masculino, sendo, deste modo, incorporados no interior da categoria “jovem”, de forma bastante elástica, sem que se leve em conta as enormes diferenças existentes entre uma criança de 10 ou 11 anos e um jovem na faixa dos 16 ou 17 anos.

PORQUÊ EMIGRAR TÃO JOVEM?

O interesse em refletir acerca do fenômeno da emigração infanto-juvenil, enfocando especialmente os emigrantes na faixa dos 10 aos 14 anos, nos levou a questionar quais teriam sido as motivações para a existência de percentuais tão elevados de emigrantes pertencentes a esta faixa etária. A análise da documentação aqui contemplada mostrou que os registros de crianças portuguesas que se deslocaram para o Brasil sem estarem acompanhadas por um membro da família, longe de constituírem casos pontuais ou esporádicos, eram bastante recorrentes no período analisado. Cabe lembrar que, de um total de 150 mil registros de emigrantes que solicitaram autorização para viajar durante a segunda metade do século XIX, aproximadamente 12 mil, ou seja,

19 ADV. Registro 75.583, Passaporte Maço n.º 607/12, Caixa 3.401, Livro 546. 14/ago/1880.

20 ADV. Registro 73.480, Passaporte Maço n.º 609/14, Caixa 3.402, Livro 368. 10/mar/1882.

21 Entre estes autores, podemos citar ALVES (1989; 1994; 1998; 1999), RODRIGUES (1995; 2006; 2007; 2010), CUNHA (1997), CRUZ (1986-7), MONTEIRO (1999), LOPES (2001-2), SCOTT (2000); DEMARTINI (2005), MENEZES (2007) e PILOTO (2010).

7,5% deste total, estavam inseridos nesta faixa etária²². E um primeiro aspecto que chamou atenção na documentação analisada²³ foi o significativo percentual de viajantes na faixa entre 12 e 13 anos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

QUADRO N.º 1

PERCENTUAL POR IDADE		
10 ANOS	733	7%
11 ANOS	1 866	17%
12 ANOS	2 450	22%
13 ANOS	4 788	43%
14 ANOS	1 341	12%
TOTAL	11 178	100%

A forte concentração de menores (65%) nesta faixa etária, ao contrário dos índices levantados para as faixas de 10, 11 e 14 anos, que juntos somaram 35%, pode ser vista como um indicativo de que havia interesse por parte da família em viabilizar o projeto emigratório dos filhos varões antes que eles completassem 14 anos.

Vale destacar que, com relação ao local de origem, os dados mostram que a maior parte destes emigrantes fez a solicitação de passaporte nos distritos do Porto (62%) e de Viseu (22%) e, portanto, residiam em aldeias ou concelhos pertencentes a estes dois distritos. No que se refere aos locais de destino, seguindo a tendência dos emigrantes adultos, os menores se dirigiram preferencialmente para o Rio de Janeiro (61%) e Pará (8,4%).

²² A pesquisa contemplou a documentação referente aos arquivos distritais do Porto, que à época abrangia também os atuais distritos de Braga e Viana do Castelo; Aveiro, Viseu e Bragança. Note-se que estes registros se referem majoritariamente aos emigrantes do gênero masculino, pois foram encontrados somente 100 registros de emigrantes do gênero feminino nesta faixa etária. Esta diferença acachapante entre os dados relativos aos dois gêneros, para além de reforçar as análises historiográficas no que tange aos baixos índices da emigração feminina em geral, mostra que não houve mudança no comportamento familiar em relação às filhas menores, na medida em que as medidas restritivas tomadas pelo governo, com relação ao serviço militar, não as afetavam.

²³ Em virtude do grande volume da massa documental, a análise aqui proposta foi realizada a partir da pesquisa junto à base de dados que está sendo construída pelo CEPESE, com o objetivo de reunir e disponibilizar as informações que constam na documentação original existente nos diferentes arquivos distritais portugueses. É importante frisar que ainda que não contemplem a totalidade dos registros produzidos no período analisado, as informações disponibilizadas pela base do CEPESE constituem amostra significativa para responder aos objetivos deste trabalho.

No intuito de compreender quais eram as motivações para a alta concentração de emigrantes menores na faixa etária entre 12 e 13 anos, o diálogo com autores que vêm refletindo acerca da legislação portuguesa, no que diz respeito à política emigratória, mostrou-se essencial para verificar qual era o tratamento concedido aos jovens que desejavam deixar o país.

Conforme a historiografia tem mostrado, a legislação portuguesa, atenta às particularidades dos diferentes grupos sociais que tinham interesse em emigrar, impunha tratamento diferenciado, de acordo com o gênero, bem como a faixa etária à qual os emigrantes pertenciam no momento da requisição do passaporte. No caso de o impetrante pertencer ao gênero masculino, a primeira exigência feita pelo Serviço de Passaportes era de que este comprovasse

“por documentos, entre outros aspectos, que era maior de 25 anos, ou que estava emancipado e tinha cumprido os preceitos referentes à lei do recrutamento; que estava livre de crimes, apresentando folha corrida passada pelo juízo da localidade do último domicílio, ou que tinha dado abonação idônea na administração do concelho [...]”²⁴

Os requerentes com idade inferior a 25 anos, além de atender a estas exigências, deveriam apresentar documento comprobatório de que estavam viajando com o consentimento dos pais ou tutores.

Para os menores de 21 anos, era exigida ainda a inclusão de um documento complementar, que consistia no comprovante de depósito de fiança ou na apresentação de um fiador idôneo, como forma de garantir o cumprimento de futuros deveres militares, se, porventura, este emigrante fosse sorteado para servir o exército²⁵.

No contexto da segunda metade do século XIX, o recrutamento militar, encarado como dever nacional “a que nenhum cidadão se devia eximir”²⁶, tornara-se uma questão crucial para o governo, tendo em vista as enormes dificuldades para

24 Lei de 7 de Abril de 1863, título III. Art. 10. *Apud* Piloto (2010: 56).

25 De acordo com FONSECA (2007: 417-436), “o recrutamento fazia-se pela via do recenseamento e do sorteamento e os jovens que tinham emigrado para o Brasil aos 21 anos eram recenseados e sorteados para o exército, no domicílio dos respectivos pais, como todos os outros. Pela lei de 6 de agosto de 1896, a idade de recenseamento é antecipada para os 19 anos”.

26 PILOTO, 2010: 143.

preencher os contingentes previstos pela legislação²⁷. Para se ter uma ideia do problema que esta carência de recursos humanos acarretava, vale lembrar que, em 1885, “quase metade dos jovens presentes à inspeção militar foram dados como incapazes por falta de altura, de peso ou de saúde”²⁸. E, sem dúvida, a ausência de jovens capacitados para o recrutamento militar era atribuída, em grande parte, ao crescente aumento da emigração juvenil²⁹.

Na tentativa de reverter este quadro, o governo português empenhou-se na criação de leis que procurassem coibir o embarque de emigrantes pertencentes à faixa etária que antecedia o prazo de recrutamento. A primeira medida tomada nesta direção foi a promulgação da Carta de lei de 27 de Julho de 1855, que estabelecia o pagamento de fiança³⁰ para os indivíduos com idade entre 18 anos e 21 anos que pretendessem sair legalmente do Reino³¹.

Embora, em um primeiro momento, a estratégia adotada pelo governo tenha surtido algum efeito sobre a população, uma vez que o pagamento da fiança onerava sensivelmente os custos da viagem, não demorou muito para que as famílias passassem a buscar alternativas para fugir deste encargo.³²

Na perspectiva de Michel de Certeau, o conceito de estratégia é um elemento que pode servir de base para gerir relações de força entre polos (grupos) desiguais. Ao ser ameaçado pelas ações resultantes das estratégias utilizadas por um grupo dominante, o grupo subalterno passa a fazer uso de táticas que, de algum modo, impeçam o outro de vencer. Neste sentido, no jogo que se estabelece entre duas forças desiguais, “a tática é a arte do fraco”.³³

27 LEITE (1987: 466) observa que a questão do recrutamento merecia de fato uma atenção especial do Estado Português, pois, seguindo tradições enraizadas não apenas em Portugal, mas também na Europa continental, o Estado Português, ao optar por um sistema de serviço militar obrigatório, deparou-se desde o início com a impossibilidade de preencher por inteiro os contingentes votados pelo Parlamento.

28 Regulamento para a organização das reservas do exército, de 2 de novembro de 1899, artigo 1.º, § 2.º, 1.º, 2.º e 3.º (*apud* PILOTO, 2010: 125).

29 SOUSA; FERRARIA, 2009: 19.

30 A fiança consistia numa garantia em dinheiro, podendo também a caução ser feita em títulos de dívida pública ou bens, obrigando-se o fiador ou, na falta deste, as duas testemunhas, “por sua pessoa e bens de toda a espécie, presentes e futuros”, a apresentar o mancebo ou a substituí-lo (PILOTO, 2010: 146). Ou seja, o fiador comprometia-se perante as autoridades a responder em nome do emigrante, caso ele, através de sorteio, fosse designado para o exército ou para a marinha.

31 Carta de Lei de 27 de Julho de 1855.

32 De acordo com Leite (1987: 467), no ano de 1863, o valor da fiança, que era estabelecido anualmente por decreto, era de 139\$000 réis. Em 1882 aumentou para 240\$000 réis [...]

33 CERTEAU, 2007: 99-100.

Assim, além do recurso da emigração clandestina ou engajada, que era praticada, com frequência, por aqueles que não dispunham de recursos para fazer frente às despesas exigidas pela emigração legal, uma das táticas frequentemente adotadas pela população para se livrar da cobrança de mais esta taxa passou a ser a de antecipar a saída dos menores, requerendo a solicitação do passaporte antes que estes completassem 18 anos.

A partir de 1859, numa clara tentativa de combater esta prática, o governo implantou uma nova lei³⁴, antecipando a idade mínima para a imposição da fiança de 18 para 14 anos. Além disso, em meados da década de 1870, a imposição do pagamento da fiança foi estendida aos jovens maiores de 21 anos, ficando estabelecido que “todos os menores de 22 anos ficavam sujeitos à prestação de fiança para poderem sair para o estrangeiro, excepto os que viajassem até os 14 anos na companhia dos pais”.³⁵

Desse modo, como se pode observar, na medida em que o Estado intensificava a criação de mecanismos legais para inibir a emigração de menores, a sociedade portuguesa buscava alternativas no sentido de viabilizar a manutenção de suas práticas culturais, apostando no projeto emigratório como solução para sair da pobreza.

Em meados da década de 1870, a presença cada vez maior de menores entre os emigrantes portugueses que desembarcavam no Brasil levou o Cônsul do Rio de Janeiro a encaminhar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros o seguinte relato:

“Dos emigrantes aqueles a quem cabe mais desgraçada e comovente sorte são os que vêm para fugir ao recrutamento; não os clandestinos, mas os menores de catorze anos, e infelizmente é avultado hoje o número destes; como só depois dos catorze anos é que são obrigados a prestar fiança, os pais, para os não verem soldados, preferem arremessá-los para o Brasil, muitas vezes sem a mais leve recomendação, entregues completamente à sua inexperiência, se não acham a quem os venderem! É ignóbil, mas é verdade!” (grifo nosso)³⁶

34 Lei de 4 de Junho de 1859.

35 Lei de 27 de Março de 1877 (*apud* PILOTO, 2010: 57).

36 Faculdade de Direito – Universidade de Coimbra. Uma comissão de estudantes eleitos pelo respectivo curso – Da emigração em geral e em especial da emigração portuguesa – Relatório apresentado na Aula de Administração e Direito Administrativo. Coimbra: Imprensa Comercial e Industrial, 1876: 106 (*apud* MONTEIRO, 1998: 16).

Não obstante a preocupação das autoridades, durante as décadas seguintes, o fluxo de menores apresentou taxas ainda mais elevadas. Conforme pode ser visto na tabela a seguir, mais de seis mil indivíduos na faixa de 10 aos 14 anos, ou seja, 56% do total de emigrantes, saíram de Portugal com destino ao Brasil, entre 1880 e 1890.

QUADRO N.º 2

PERCENTUAL POR DÉCADA		
1851-60	2 123	19%
1861-70	933	8%
1871-80	1 895	17%
1881-90	2 707	25%
1891-00	3 520	31%
TOTAL	11 178	100%

Estes altos índices numéricos evidenciam que as medidas tomadas pelo governo no sentido de restringir o fluxo emigratório, longe de coibir a emigração de menores, acabaram contribuindo para acelerar o seu processo de saída. Neste sentido, Alves observa que, em decorrência destas medidas restritivas em relação à emigração juvenil, muitos imigrantes adultos embarcavam para o Brasil levando os filhos menores e, quando não podiam fazê-lo, procuravam encaminhá-los sob os cuidados de um tio, de um irmão, primos ou até mesmo de amigos e vizinhos³⁷.

Com efeito, os estudos emigratórios que enfocam a segunda metade do século XIX corroboram essa ideia. Ao estudar o comportamento dos emigrantes do distrito de Viana de Castelo, Rodrigues mostra que, no período entre 1835 e 1860, 60% dos indivíduos que partiram para o Brasil eram jovens menores de 20 anos, com alta incidência de meninos com idade entre 12 e 17 anos³⁸.

Por sua vez, a historiadora brasileira Silvia Scott, que defende a necessidade dos estudos microanalíticos acerca dos fenômenos emigratórios, apoia-se na obra de Camilo Castelo Branco para descrever o perfil do emigrante da região do Minho como “um jovem e humilde mancebo minhoto, entre os doze e os catorze anos, que seria encaminhado para o Brasil através da mão de um parente, padrinho ou conhecido”³⁹.

37 ALVES, 1994: 78.

38 RODRIGUES, 1995: 59-60.

39 SCOTT, 2000: 29-56.

Nesta mesma direção, a análise realizada por Piloto, acerca dos emigrantes de Vila do Conde, destaca que o grupo mais numeroso que partiu daquela região em direção ao Brasil, durante a segunda metade do XIX, era constituído, preferencialmente, por meninos entre os 10 e os 14 anos⁴⁰. Ou seja, estas análises reiteram a tese de que as medidas restritivas impostas pelo governo português levaram a população a repensar seus esquemas convencionais, antecipando a idade da partida dos filhos.

AS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE VIAGEM

Para além de constatar o crescimento do fluxo de menores entre 10 e 14 anos como um fenómeno resultante das táticas familiares adotadas como resposta às estratégias utilizadas pelo Estado para tentar coibir a emigração juvenil, este artigo se propõe a problematizar questões ligadas às experiências individuais vivenciadas por este grupo. Afinal, qual era o comportamento dos pais em relação a estas crianças que partiam tão precocemente?

Onde estavam os pais no momento em que eles emigravam? A quem eles eram entregues após a chegada ao Brasil?

Sem dúvida, para tentar compreender os diferentes aspectos que, de algum modo, poderiam interferir nas decisões tomadas pelas famílias destes emigrantes no momento de encaminhá-los ao Brasil, é preciso levar em conta outros elementos além daqueles ligados essencialmente aos fatores econômicos e demográficos. A partir da conexão com outras questões, sobretudo aquelas vinculadas às práticas culturais, é possível ampliar a discussão sobre esta temática, deixando de privilegiar o fenómeno da migração em si para analisar, fundamentalmente, o sujeito que emigra. Como destaca Tapinos, a emigração coincide com processos de ruptura, de origem diversa, nem sempre observáveis, tendo em vista que resultam, muitas vezes, de apreciações subjetivas do emigrante⁴¹.

Nesta direção, a análise das informações complementares, agregadas aos pedidos de passaporte, foram indispensáveis para tentar compreender quais eram os mecanismos utilizados pelas famílias destes menores no sentido de viabilizar o projeto emigratório.

40 PILOTO, 2010: 124.

41 TAPINOS, *apud* ALVES, 1994: 26.

No formulário de solicitação do passaporte, ao lado das respostas de caráter obrigatório, havia um campo destinado às observações onde poderiam ser anotadas informações complementares fornecidas pelo requerente ou seu responsável. Neste espaço era possível registrar, por exemplo, na companhia de quem o menor viajaria, o nome da pessoa que o estava abonando, a quem ele estava sendo recomendado quando chegasse ao local de destino, se, além dele, outros membros da família também estavam solicitando passaporte na mesma data, e se o emigrante embarcaria em um porto distante do distrito onde o passaporte fora solicitado. Todavia, como é fácil supor, a preocupação com estas informações, de caráter mais subjetivo, nem sempre fazia parte da rotina da equipe responsável pelo preenchimento dos pedidos de passaporte. Mesmo assim, graças ao trabalho cuidadoso de um ou outro funcionário, foi possível ter acesso a informações esclarecedoras acerca do grupo pesquisado e saber, por exemplo, que entre estes menores havia muitos órfãos que eram “aluno[s] do seminário dos meninos desamparados”, que alguns eram filhos de pais incógnitos, mães solteiras ou viúvas e que, embora muitas crianças viajassem na companhia de um de seus progenitores, de parentes ou de vizinhos, também havia aquelas que eram levadas por pessoas absolutamente desconhecidas.

Este foi o caso, por exemplo, de Miguel Lopes Ribeiro, filho de Manuel Lopes Ribeiro, residente em Viseu, que, em 1890, aos 10 anos, embarcou com destino a São Paulo na companhia de José Lopes, residente em Vila Chã, para ser entregue “a seu tio e padrinho Miguel Francisco”⁴².

Nesse mesmo ano, Marcelino Gomes de Almeida, também com 10 anos de idade, viajou para o Brasil na companhia de uma pessoa que morava em Lisboa, distante 270 km da localidade de Tondela, onde o menor residia com a família⁴³.

Exemplos como estes nos levam a pensar na experiência da emigração não só sob o prisma do deslocamento geográfico ou das implicações econômicas dela decorrentes, mas também buscando problematizar questões ligadas aos sentimentos, às emoções, às rupturas dos laços familiares, enfim, às ausências, aos temores e às perdas. Qual era o comportamento habitual dos pais em relação aos menores que partiam? É possível perceber, por intermédio da documentação, sentimentos de cuidado e preocupação com o bem-estar dos filhos? Ou, diante da precariedade material que impelia à emigração, não haveria espaço para manifestações de carinho e afeto? Como analisar, por exemplo, a atitude do agricultor Bento Rodrigues da

42 ADV. Registro 91 142, Passaporte Caixa 3.405, n.º 621/26, Livro 1.389, 22/out/1890.

43 ADV. Registro 61 383, Passaporte Maço n.º 620/25, Caixa 3 404, Livro 155, 1/mar/1890.

Costa Pinheiro, residente em S. Pedro do Sul, ao encaminhar para o Brasil, em 1882, na companhia de uma pessoa estranha, dois de seus filhos menores, João Rodrigues da Costa, de 11 anos, e Maria da Glória, de 13 anos, para lá permanecerem sob a guarda do tio João de Almeida Gomes?⁴⁴ Permitir que os filhos viajassem na companhia de estranhos era um comportamento habitual e corriqueiro ou um recurso utilizado de modo menos frequente, apenas quando os progenitores não podiam contar com a ajuda de familiares?

Embora os registros apontem algumas centenas de crianças – sobretudo aquelas que eram órfãs – viajando ao lado de pessoas estranhas, a documentação mostra que, de modo geral estes menores viajavam acompanhados por algum membro da família ou parente próximo, como tios e primos, como se observa nos passaportes dos emigrantes Albino Pereira⁴⁵, de 10 anos, e Francisco António⁴⁶, de 12 anos. Na ausência de uma pessoa da família, os filhos também podiam ser confiados a um vizinho, como ocorreu com José Cardoso de Moura, de 10 anos, que recebeu autorização da mãe, Angelica Cardoso, para partir de Cinfães para o Rio de Janeiro, “na companhia de seu vizinho António Mendes”⁴⁷.

Se para muitos menores a viagem transoceânica significava um momento de separação em que eles se afastariam da família para viver em um lugar distante, para percentual expressivo deles era, ao contrário, a oportunidade de reencontrar os pais ou irmãos. Este foi o caso, por exemplo, dos irmãos Manuel (10 anos) e António da Fonseca (8 anos), nascidos em Vila Nova de Paiva e filhos de Victorino da Fonseca e de Guiomar Calisto, que, em 1885, viajaram para o Rio de Janeiro, “na companhia de António de Paiva, a quem foram recomendados”⁴⁸. Três anos depois, Manuel Duarte, de 11 anos, natural de Viseu, viajou ao lado do irmão, Camilo Duarte (13 anos), na companhia de Rita de Sousa, até São Paulo, “para encontrar seus pais que lá residiam há algum tempo”⁴⁹. Conforme estes exemplos mostram, havia uma grande concentração de menores na faixa entre 10 e 11 anos, cujo embarque era

44 ADV. Registro 93 494, Passaporte Caixa 3.402, n.º 610/15, Livro 1.042, 16/set/1882.

45 Filho de Alexandre Pereira e Maria Quitéria, natural de Resende, viajou para o Rio de Janeiro, em 1889, “na companhia de seu tio António Loureiro”. ADV. Registro 63 188, Passaporte Maço n.º 619/24, Caixa 3 404 Livro 1.102, 6/nov./1889.

46 Nascido em Vinhais, filho de Alexandrina Rosa Teixeira e pai incógnito, embarcou, em 1900, no porto de Leixões, “na dependência do primo José dos Santos”. ADBR. Registro 268.084, Passaporte Caixa 233/lv 1147, Livro 180, 30/out/1900.

47 ADV. Registro 40 773, Passaporte Maço n.º 559/4, Caixa 3 399, Livro 168, 5/ago/1867.

48 ADV. Registro 69 297, Passaporte Maço n.º 614/19, Caixa 3 403, Livro 707, 16/set/1885.

49 ADV. Registro 65 112, Passaporte Maço n.º 618/23, Caixa 3 404, Livro 1469, 25/out/1888.

realizado com o intuito de levá-los ao encontro de seus progenitores. Além de evidenciar o desejo dos emigrantes de reagrupar a família, a documentação também permite ao pesquisador entrever a preocupação dos pais com a segurança e o bem-estar dos filhos, como se pode verificar no trecho de uma das cartas anexadas a um processo. Nela, o emigrante informa a um parente que “o senhor Pedro António Barbosa e Silva, morador na Calçada de Campolide, em Lisboa, está encarregado de arranjar uma família capaz, para me trazer as minhas filhas”⁵⁰.

Outro aspecto que merece destaque nos registros é que, apesar da exigência de que todos os menores de 14 anos viajassem sob os cuidados de um adulto, muitos são aqueles que mencionam menores levando em sua companhia irmãos mais novos, sem qualquer referência ao nome do adulto que iria acompanhá-los durante a viagem. José Pinheiro dos Santos Basto, de 14 anos, por exemplo, viajou do Porto para o Brasil, no início da década de 1850, levando em sua companhia “o irmão, António Pinheiro dos Santos Basto, de 11 anos, e a irmã, Delfina, de 10 anos”⁵¹. Neste caso, em virtude da ausência dos pais, cujos nomes não são mencionados no documento, os menores foram “abonados por ordem do Exmo. Sr. J. L. Pinto”. Outro residente do Porto, com a mesma idade de José, Ricardo Xavier da Mota, também viajou na companhia do irmão, José Xavier da Mota, de 11 anos⁵². De igual maneira, outros dois emigrantes, de 13 anos, partiram para o Brasil na companhia de irmãos menores. O primeiro, António Correia de Barros, partiu do Porto para o Rio de Janeiro, “leva[ndo] o irmão José Bernardino Correia, 10 anos”⁵³; e o segundo, Augusto António Vilarouco, residente no Porto, viajou na companhia do irmão, Belmiro António Vilarouco, de 10 anos⁵⁴.

Embora, num primeiro momento, a permissão para que estes menores viajassem apenas na companhia e sob a responsabilidade de irmãos mais velhos, sem a presença de um adulto responsável, possa sugerir, por um lado, um comportamento condescendente por parte dos agentes do serviço emigratório e, por outro, irresponsabilidade dos pais, é importante lembrar que nas sociedades camponesas era comum os filhos mais velhos, independente da idade, assumirem prematuramente a responsabilidade de tomar conta dos irmãos mais novos.

50 Carta do Processo do Passaporte n.º 334 datado de 10 de Abril de 1876 (apud RODRIGUES, 2010 b, p. 130).

51 ADP. Registro 279 131, Passaporte 3 271, Livro 3 564, 12/abril/1854.

52 ADP. Registro 274 342, Passaporte 3 266, Livro 2 075, 01/out./1852.

53 ADP. Registro 271 457, Passaporte 3 267, Livro 190, 21/ago./1852.

54 ADV. Registro 274 130, Passaporte 3 269, Livro 1 392, 03/nov./1853.

Corroborando esta ideia, nas anotações deixadas pelos agentes ligados ao Serviço de Passaportes, evidencia-se claramente que havia um tratamento diferenciado em relação aos jovens, de acordo com a faixa etária na qual eles estavam inseridos no momento do embarque. Quando se tratava de um menor na faixa de 10 a 12 anos, o funcionário responsável pelo registro, via de regra, demonstrava maior cuidado no momento do preenchimento do campo relativo às observações, indicando, por exemplo, o nome e grau de parentesco das pessoas responsáveis ou até mesmo o fato de serem órfãos ou oriundos de instituições de menores abandonados. Já os emigrantes de 13 e 14 anos não tinham a mesma sorte, recebendo, de modo geral, o mesmo tratamento concedido aos emigrantes adultos, ou seja, com pouquíssimas referências complementares acerca das pessoas que eram responsáveis por eles durante a viagem ou mesmo com relação ao objetivo da viagem.

Essa distinção em relação aos emigrantes maiores de 12 anos pode ser igualmente percebida no tratamento concedido pelas autoridades brasileiras no momento do desembarque dos emigrantes. No *Mapa Geral de entrada e saída de imigrantes no Porto de Santos*, referente ao período entre 1882 e 1897, consta que, de um total de 65 196 emigrantes portugueses, havia 26 536 homens, 16 337 mulheres e 18 323 menores de 12 anos⁵⁵. Ou seja, nestas estatísticas, os emigrantes com mais de 12 anos eram, comumente, computados ao lado dos adultos.

Assim, agindo de modo coerente com os valores estabelecidos pelas práticas culturais, as anotações feitas pelos agentes em relação aos maiores de 12 anos, quando muito, se restringiam a mencionar a presença de irmãos menores que estavam viajando em sua companhia. Apenas esporadicamente foram encontradas observações como, por exemplo, que o caixeiro Ubaldo dos Santos Cardoso, de 13 anos, estava indo “para a companhia de seu pai”⁵⁶ ou que Armando Augusto Rodrigues da Paula, também caixeiro, com 14 anos, havia “prest[ado] fiança ao serviço militar” e que, embora residisse em Vimioso, embarcaria para o Pará pelo “porto de Lisboa”.⁵⁷

Ou seja, a documentação acerca da emigração é farta em exemplos que mostram que não havia um único modelo de deslocamento. Pelo contrário, os casos selecionados põem à mostra o jogo dialético do movimento migratório no interior do qual se, de um lado, o mais comum era que os jovens deixassem o núcleo familiar para inserir-se no mercado de trabalho, por outro, também havia homens e

55 Doc. assinado por Tancredo Azevedo, agente oficial de colonização. Santos 31 de dezembro de 1897. *Apud* SILVA (1992: 146).

56 ADV. Registro 53.030, Passaporte Maço n.º 629/34, Caixa 3.407, Livro 1961, 14/out./1895.

57 ADBR. Registro 268.926, Passaporte Caixa 265/1 v. 114 6B Livro 219, 06/set/1898.

mulheres que decidiam realizar o percurso transoceânico deixando os filhos sob o cuidado de parentes ou, ainda, aqueles que permitiam que crianças menores de 14 anos viajassem, muitas vezes, na companhia de pessoas estranhas, para viver em outro continente, longe do núcleo familiar.

A carta de chamada enviada à esposa pelo imigrante Fermino Augusto Mendes, em 1894, exemplifica uma prática adotada por muitos casais, que era do marido solicitar que a esposa fosse ao seu encontro deixando os filhos em Portugal, sob os cuidados dos parentes, até que tivessem condições financeiras de reagrupar a família.

“Mulher, muito estimarei que ao receberes esta minha carta estejas desfructando uma perfeita saude em companhia de nossos filhos e filhas a quem muito muito me recummendo. [...] [peço que] venhas para a minha companhia isto é se teu pai ficar entregue de nossos filhos e pede-lhe que fique com elles que eu lhes mandarei o socorro necessario e que escuza de ter receio algum de ficar com elles e no caso de ficar com elles vê se arranjas dinheiro para vires” [...] ⁵⁸

Embora sejam mais raros, foram encontrados alguns registros que mostram as mulheres no papel de receptoras dos filhos. Maria José de Jesus, por exemplo, em 1869, autorizou seu filho António Bernardo, de 10 anos, a partir de Viseu com destino ao Rio de Janeiro “para a sua companhia” ⁵⁹. Do mesmo modo, em 1882, Maria Simoa deu permissão a seu filho, Joaquim da Silva, de 13 anos, residente em Satão, para que ele pudesse ir ao Brasil “para a companhia de sua mãe, ali residente” ⁶⁰.

Se nas décadas iniciais da segunda metade do século XIX estes casos eram mais escassos, a partir das décadas de 1880 e 1890, quando cresce o número de mulheres emigrantes, o fluxo de crianças que realizaram o percurso transoceânico para ir ao encontro da mãe em território brasileiro também aumentou.

Em 1890, por exemplo, os menores António Dias, de 13 anos, e sua irmã Ana Cândida, de 11 anos, filhos de José Dias e de Filomena Cândida, partiram de Tarouca, sob os cuidados de João Pinto Duarte, “para a companhia de sua mãe” que morava no Rio de Janeiro ⁶¹. Este também foi o caso dos irmãos Francisco (11 anos)

58 Carta de chamada apresentada por uma requerente que pretende reunir-se ao marido, emigrado em Santos. *Apud* LOPES (2001-02: 419).

59 ADV. Registro 41 240, Passaporte Maço n.º 599/4, Caixa 3 399, Livro 81, 9/abril/1869.

60 ADV. Registro 73 701, Passaporte Maço n.º 609/14, Caixa 3 402, Livro 147, 06/fev./1882.

61 ADV. Registro 35 774, Passaporte Maço n.º 1 Caixa 1 160, Livro 946, 9/ago./1900.

e Antonio dos Santos (15 anos), filhos de Maria de Jaques, que, em 1898, partiram de Tondela “na companhia de Casimira de Jaques, para ser[em] entregues a sua mãe, residente na cidade do Rio de Janeiro”⁶².

Neste último exemplo, é interessante notar que a mãe, que provavelmente era solteira, tendo em vista que o nome do esposo não consta no registro, contou com o apoio da irmã para poder reagrupar a família. Ou seja, o deslocamento destes pequenos emigrantes dependia fundamentalmente das redes de solidariedade, ancoradas nas relações de conterraneidade, parentesco e vizinhança.

Além de contar com a ajuda de irmãos, primos, compadres e vizinhos, a documentação mostra que algumas vezes os pais contavam com a ajuda dos avós para levar os filhos, bem como recebê-los no Brasil. Este foi o caso, por exemplo, dos menores António de Sousa Azevedo, de 11 anos de idade, natural de Vairão, que viajou para Pernambuco recomendado à sua avó Maria Joaquina de Oliveira, e também de Delfim Bouças, natural de Vilar do Pinheiro, que, com a mesma idade, viajou na companhia da sua avó Josefa Maria de Jesus para o Rio de Janeiro⁶³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma fonte histórica produzida pela esfera governamental, com o claro objetivo de controlar e quantificar a população, como são os registros de passaporte, pode parecer, num primeiro momento, uma documentação estéril e pouco esclarecedora para quem deseja fazer uma reflexão que leve em conta não só os índices numéricos sobre os deslocamentos emigratórios, mas, sobretudo, que procure compreender questões ligadas ao comportamento e às ações dos sujeitos que protagonizaram este fenômeno.

No entanto, pequenas frases escritas no campo destinado às observações complementares, situado literalmente à margem da documentação, forneceram as pistas para analisar os mecanismos adotados pelas famílias camponesas para promover o projeto emigratório de menores emigrantes.

Ainda que o expressivo percentual de menores desacompanhados evidenciado pelos dados numéricos, aliado à idade precoce com que eles emigravam, possa sugerir um comportamento displicente por parte da família ou até mesmo abandono, a análise mostrou que, de modo geral, os pais demonstravam preocupação e

62 ADV. Registro 10 722, Passaporte Maço n.º 632/41 Caixa 3 408, Livro 1127, 5/set./1898.

63 AMVC – Registo dos termos de responsabilidade e fiança, livro 3 117, fl. 59v, 30 de agosto de 1872. (*apud* PILOTO, 2010: 164).

cuidado com os filhos, procurando garantir que eles viajassem acompanhados por uma pessoa de sua confiança.

Desse modo, o exemplo referido no início deste texto, do menor que deixava a família em Portugal para viver ao lado de um parente no Brasil, longe de servir de modelo para a maior parte dos emigrantes menores de 14 anos, exemplifica apenas uma parcela daqueles pequenos viajantes. Certamente, nos navios que partiam regularmente da barra do Douro a presença de crianças viajando na companhia de desconhecidos, ou até mesmo de modo clandestino, como ocorria com os chamados “escravos brancos”, que eram vítimas de capitães e funcionários inescrupulosos, constituiu uma realidade que não pode ser omitida pela historiografia. Todavia, é importante lembrar que ao lado destes garotos também viajavam muitos outros, principalmente os menores de 12 anos, que estavam acompanhados por membros de sua família ou indo ao seu encontro.

Para concluir, cabe lembrar que, ainda que as informações disponibilizadas nos documentos de passaporte não forneçam respostas objetivas a muitas das indagações que movem o trabalho historiográfico em relação aos menores emigrantes, elas trazem pistas interessantes para refletir sobre o comportamento das famílias camponesas não só em relação ao desejo de inserir os filhos no mercado de trabalho, mas também no sentido de garantir a sua segurança, bem como a integridade familiar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes (coord.), 1998 – “Os brasileiros da emigração”, in Seminário no Museu Bernardino Machado. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 22 a 23 de setembro.

ALVES, Jorge Fernandes, 1989 – “Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. *Revista de História*, 9, 1989, p. 267-290. Disponível na internet em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13092/2/6417000069801.pdf>> (Acesso em 12 de fev. 2012).

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: edição do autor.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999 – “Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal”, in *Os brasileiros da emigração, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*. Famalicão: C. M. de V. N. de Famalicão.

BASE DE DADOS. A emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1835-1973) [em linha]. Disponível na internet em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/bases-de-dados/emigracao/res_pesq_titulares>.

CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 1999 – “Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX”, in ALVES, Jorge Fernandes (coord.), *Os brasileiros da emigração*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

CERTEAU, Michel de, 2007 – *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

CRUZ, Maria Antonieta, 1986-1987 – “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil”. *Revista de História*, vol. 7.

CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Morais Sarmiento, 1997 – *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*. Mestrado História – Instituto de Ciências Sociais. Braga: Universidade do Minho.

DEMARTINI, Zeila de B. F., 2005 – “Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração”, in ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; CAMPOS, M. Christina S. S. (orgs.), *História, memória e imagens nas migrações: abordagens metodológicas*. Oeiras: Celta.

FONSECA, Vítor Manuel Marques da, 2007 – “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX”, in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando (coord.), *A emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1977 – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia.

HOBSBAWM, Eric J., 1996 – *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEITE, Joaquim Costa, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, vol. XXIII, n. 97, p. 463-480. Disponível na internet em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027265V7zXA5sz0Qo45UM6.pdf>>. Acesso em: 10/2/2011.

LOPES, Maria Antonia, 2001-2002 – “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)”. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV.

“MAPA Geral de entrada e saída de imigrantes no Porto de Santos. Doc. assinado por Tancredo Azevedo, agente oficial de colonização. Santos 31 de dezembro de 1897”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1992, *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*.

MENEZES, Lená Medeiros de, 2007 – “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida”, in MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando (orgs.), *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.

- MONTEIRO, José Miguel, 1999 – “Migração e emigração de Fafe (1834-1926): dois comportamentos sociais diferenciados”, in *Actas do Congresso Internacional de la población, V Congreso de la ADEH*, v. 1. Logroño.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1969 – “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social*, voll. VII, n.º 25-26.
- Pereira, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões.
- PILOTO, Maria Adelina de Azevedo, 2010 – *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil: emigração e retorno (1865-1913)*. Tese de doutoramento. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.
- RAMOS, Rui, 1994 – “A população em movimento”, in MATTOSO, José (org.), *História de Portugal: a segunda fundação*, vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos, 2000 – *Portugal-Brasil. Migrações e migrantes (1850-1930)*. Lisboa: Edições INAPA.
- RODRIGUES, Henrique, 1995 – *Emigração e alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- RODRIGUES, Henrique, 2006 – *Emigração e emigrantes. Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: CER.
- RODRIGUES, Henrique, 2007 – “A emigração de elites do noroeste de Portugal no século XIX”. *População e Sociedade*, vol. 14. Porto: CEPES.
- RODRIGUES, Henrique, 2010a – “Emigração de órfãos no Século XIX com passaporte obtido em Viana do Castelo”, in *Congresso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica*.
- RODRIGUES, Henrique, 2010b – “Imagens da emigração oitocentista na correspondência enviada ao Brasil”, in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.11, n.º 15.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi, 2000 – “Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 – 1910)”. *Revista de Ciências Humanas*, n.º 27. Florianópolis: EDUFSC.
- SERRÃO, Joel, 1970 – “Conspecto histórico da emigração portuguesa”. *Análise Social*, n.º 32. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, Fernando, 1979 – *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Dissertação de doutoramento. Porto: Edição do autor.
- SOUSA, Fernando; FERRARIA, Maria José, 2009 – “A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda, *Nas duas margens – Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DIFERENTES MOMENTOS, DIFERENTES OLHARES (SÉCULO XX)

ZEILA DEMARTINI

INTRODUÇÃO

Essa comunicação aborda algumas questões que sempre estão presentes quando se faz referência a processos de deslocamento e trajetórias realizadas por grupos imigrantes em diferentes contextos, assim como aos processos de construção/reconstrução de identidades que os acompanham: os conflitos, encontros e desencontros enfrentados entre o grupo que se desloca e a sociedade receptora¹.

A discussão dessas questões tem interessado já há muitos anos principalmente antropólogos, sociólogos e psicólogos, preocupados em grande parte com os problemas de assimilação/integração de imigrantes na nova sociedade, assim como também por administradores com as políticas de Estado a serem adotadas e os nacionalismos que os deslocamentos entre nações evidenciam².

Procuramos focalizar algumas situações envolvendo grupos que se deslocaram entre vários continentes, mas tendo como referência principal o contexto brasileiro, a partir do qual temos baseado nossas pesquisas com imigrantes portugueses, luso-africanos, africanos, japoneses e alemães. Consideramos, entretanto, também os deslocamentos anteriores realizados por tais grupos, especialmente em terras africanas. Acreditamos que refletir sobre como os sujeitos imigrantes representam suas experiências de deslocamento e como são visualizados pelas sociedades nas quais se inserem permite que possamos pensar nas complexas relações que se estabelecem entre os mesmos, implicando ao mesmo tempo em acolhimento e rejeição, conflitos,

1 DEMARTINI, 2006; SEYFERTH, 2005; DEZEM, 2000; KALY, 2001; SAKURAI, 2002; VAINER, 1996.

2 BASSANEZI, 1996.

discriminações. Nossos estudos nos permitem afirmar que é impossível tratar os processos migratórios de forma homogeneizadora, sem considerar as especificidades dadas pelos contextos de adoção que podem, no caso de muitos que vieram para o Brasil, ser mais de um. Também variam a inserção de cada grupo e dos sujeitos de cada grupo em um mesmo contexto, dependendo não só dos interesses da sociedade de adoção, mas, também, dos recursos/capitais/posições sociais dos próprios imigrantes. É difícil tratar em um único texto das várias situações envolvidas, mas algumas anotações são possíveis a partir de uma perspectiva histórico-sociológica.

Para discutir as situações de conflitos e discriminações enfrentadas pelos imigrantes em seus deslocamentos, assim como as estratégias por eles desenvolvidas para conseguir sua inserção no novo contexto, focalizamos sujeitos ainda pouco abordados nos estudos sobre migração: as crianças que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, carregam em suas experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais. Já tratamos dessa temática anteriormente, mas nesse paper procuramos focalizar os conflitos, discriminações e preconceitos por eles enfrentados e, como foram relatados enquanto adultos.

Como já trabalhamos com diferentes grupos de migrantes que vieram para o estado de São Paulo (Brasil) em momentos diversos, optamos por abordar as experiências de pessoas que aparentemente seriam os menos discriminados – os imigrantes provenientes da chamada comunidade lusófona, pois a língua falada é a mesma do país de adoção e a cultura brasileira guarda as marcas de séculos de colonização portuguesa: os que vieram diretamente de Portugal, aqueles cujas famílias, tendo saído de Portugal residiam nas então colônias portuguesas na África, e os próprios africanos. Abordamos dois momentos distintos – o do grande fluxo migratório das primeiras décadas do século XX, em que milhares de portugueses vieram para São Paulo, e os fluxos de Angola, Moçambique e Cabo Verde nas décadas finais.

Para tanto, retomamos reflexões por nós em parte elaboradas em outros textos.

1. PEQUENOS IMIGRANTES EM SÃO PAULO: ENFRENTANDO DESAFIOS

As infâncias de imigrantes já foram por nós tratadas em textos anteriores, em que chamamos a atenção: para a necessidade de “olhar” para as memórias infantis³, e incorporar as crianças na pesquisa como atores importantes no processo de

³ DEMARTINI, FARIA, PRADO, 2002; DEMARTINI, 2006.

investigação; para as “culturas infantis”, isto é, as relações estabelecidas pelas crianças e a forma como as mesmas as vêem e as sentem e para o fato de que grande parcela das crianças carregou em suas experiências de vida as vivências em diferentes realidades sócio-econômico-culturais.

No caso de São Paulo, em que muitos grupos de imigrantes chegaram simultaneamente, a questão imigratória que envolve para o grupo imigrante (e também para a sociedade de adoção) a referência a duas sociedades de pertencimento, tornou-se ainda mais complexa: eram muitas as sociedades de origem, cada uma com suas problemáticas e diferenciações sociais internas. E era com essa multiplicidade de situações que os pequenos imigrantes conviviam, foi nesse contexto que se socializaram. Nesse caso, tanto na capital como no interior, este novo mundo no qual as crianças se inseriam era constituído por povos de várias origens – em alguns períodos, a população estrangeira foi superior à da sociedade paulista. Procuramos discutir como esses pequenos imigrantes foram se constituindo, em que medida tiveram que aprender a conviver com diferentes culturas desde muito pequenos e em que medida a dimensão lúdica da infância permeou as relações com os “outros” nessa complexa sociedade de adoção⁴.

Podemos afirmar que os conflitos enfrentados pelos pequenos imigrantes portugueses mostraram-se em grande parte muito diferentes daqueles relatados pelos entrevistados que vivenciaram o processo como adultos.

Segundo Pollack a construção da identidade é realizada num espaço, dentro de um grupo, sempre com relação a um “outro”, sendo impossível pensar na construção da identidade, no processo de socialização da criança “no ar, no abstrato”⁵. No caso das crianças de famílias de imigrantes, quem seriam os outros? Como são eles representados nos relatos? É preciso anotar, como afirmamos, que as crianças filhas de imigrantes vivenciam situações em grande parte muito distintas daquelas dos imigrantes adultos: a sua vivência da cultura e sociedade de origem ainda é relativamente pequena e mais restrita às vivências familiares, do círculo de amigos e às vivências escolares; por outro lado, sua inserção na sociedade de adoção ocorre durante o período de sua socialização primária, quando grande parte dos valores, costumes etc. são incorporados. Os pequenos imigrantes são inseridos, por assim dizer, ao mesmo tempo e profundamente, em dois contextos sociais e culturais muitas vezes extremamente distintos; a forma como esse “mergulho”

4 DEMARTINI, 2006.

5 POLLACK, 1992.

ocorre pode variar de um grupo para outro, de uma família para outra dentro do mesmo grupo. Já observamos que é preciso verificar quais são as marcas em cada criança, as marcas de cada infância e dos processos de socialização ⁶. No caso dos pequenos imigrantes, as marcas dos muitas vezes diferentes e até opostos processos de socialização familiares e das sociedades mais amplas – a de origem e a de adoção.

2. CRIANÇAS DA COMUNIDADE “LUSÓFONA” EM SÃO PAULO EM DOIS MOMENTOS

Como já explicitamos, optamos por abordar dois momentos dos fluxos migratórios: o grande fluxo de portugueses e Portugal para o Brasil na Primeira República e o das antigas colônias portuguesas na segunda metade do século XX.

2.1. Primeiro momento: primeiras décadas do século XX

O primeiro momento é da intensa imigração ocorrida durante a Primeira República brasileira (1889-1930). Essa imigração de portugueses ocorrida durante a Primeira República, “não desejada”, pautou-se em projetos familiares visando por meio da mesma, realizar o projeto de ascensão econômica; embora permeada por dificuldades (que envolveram separações familiares, privações, preconceitos, trabalho exaustivo etc.), de algum modo os objetivos foram atingidos principalmente a partir da segunda geração.

As atividades econômicas que permitiam o tão desejado enriquecimento criaram ao mesmo tempo problemas tanto com relação à população nacional, que desenvolveu atitudes anti-lusitanas como com relação à própria colônia, que também não via bem os que se integravam intensamente à vida brasileira como forma de garantir seus “ganhos”. Segundo Silva, embora tendo diminuído no início deste século, o anti-lusitanismo teria permanecido latente no século XX⁷.

Este foi também um dos fatores que teria criado restrições à vinda do imigrante português, que não era para muitos nacionais o “branco europeu” tão procurado.

Se os negócios urbanos eram os que causavam os maiores problemas, eram justamente estes os que eram estimulados pelo próprio governo português (ao contrário da política imigrantista brasileira, a quem interessava no início da

⁶ DEMARTINI, 2002, 2006.

⁷ SILVA, 1992.

República o imigrante que fosse trabalhar na lavoura). Assim, as várias Câmaras Portuguesas de Comércio, espalhadas pelo Brasil (em São Paulo foi criada em 1912) teriam feito a apologia das atividades mercantis.

Se os imigrantes portugueses chegaram “tardiamente” a São Paulo e, se em sua grande maioria eram considerados “desqualificados” tanto no que se refere à educação escolar quanto à experiência anterior em atividades industriais e de serviços, parece que apresentavam uma qualidade que pode ter favorecido sua aceitação nestas mesmas atividades: eram considerados “dóceis”. Esta “docilidade” parece ter sido uma estratégia para poderem ser aceitos neste mercado de trabalho tão disputado, como sugere Boris Fausto⁸.

Por meio de entrevistas que realizamos com várias famílias portuguesas⁹, observamos que apenas uma parte dos imigrantes que se fixaram em São Paulo eram agricultores em Portugal; eram, geralmente, os que estavam em piores condições, passando dificuldades. Em outros casos, embora saindo de atividades agrárias, os imigrantes procuraram diversificar suas atividades, muitos deles passando a trabalhar por conta própria ou como empregados no comércio, em serviços etc.

Em condições na chegada muito diferentes pois dispo de capital cultural, social e econômico, também vieram advogados, engenheiros, artesãos, que conseguiram estabelecer relações com pessoas socialmente bem posicionadas em São Paulo, o que permitiu a vários deles conseguirem trabalhos mais rapidamente e de acordo com sua formação, assim como realizarem casamentos com pessoas da elite paulista. O fato de terem formação, alguns deles no campo educacional, com reconhecida atuação nesta área.

Os relatos que obtivemos com famílias imigrantes que vieram no início do século XX apontam a discriminações contra os mesmos em sua vivência diária, embora de forma mais camuflada: gozações nas escolas, apelidos etc. Lembramos aqui as observações de Seyferth sobre os portugueses:

“Os imigrantes portugueses, não obstante a herança colonial, base da nacionalidade, também foram alvo de preconceito e xenofobia. A lista de estereótipos varia, mas é a mais óbvia possível na desqualificação, sobretudo quando são mencionados os supostos “defeitos de raça” – indolência, falta de inventividade, grosseria, ineficiência, aversão ao

8 FAUSTO, 1976.

9 DEMARTINI, 2001.

trabalho e assim por diante. Além disso, não representam mais uma das raízes da formação nacional, tornando-se, nessas representações estereotipadas, apenas um grupo de imigrantes inassimiláveis, endogâmicos, ansiosos para enriquecer e retornar a Portugal”¹⁰.

Observamos que os relatos dos que eram pequenos quando a família iniciou o processo migratório permitem afirmar que as situações foram as mais variadas. Os que viviam em condições precárias em Portugal geralmente enfrentaram problemas maiores: em alguns casos, porque sem recursos, o pai veio antes, deixando a mulher e os filhos para trás; em outros porque, sem garantias de que a vida na nova terra seria melhor, vieram o pai e mãe, deixando os filhos com os avós em Portugal. Em ambos, os relatos de alguns entrevistados apontam para famílias cujo núcleo esteve por muitos anos separado, isto é, em que a convivência das crianças e seu processo de socialização primária ocorreram sem a presença do pai, ou até, do pai e da mãe.

Dois irmãs relataram esta situação de separação com a imigração do pai, ocorrida em virtude da extrema miséria em que viviam. Tratava-se de família em que o processo migratório havia-se iniciado muito antes.

O discurso das irmãs entrevistadas enfatizou, e muito, a pobreza na história da sua família. Lembraram que a vida cotidiana lusitana tinha a miséria como sua característica mais marcante e este pareceu-nos ser o campo dentro do qual se sentiram mais emocionadas em aprofundar os seus relatos. Miséria e pobreza, com todas as suas conseqüências

A ausência paterna durante o período da infância também foi apontada por outros entrevistados: no caso de uma delas a imigração na família ocorreu com a vinda do pai, em 1921, e só cinco anos depois veio o restante da família. O pai imigrou porque não queria ver a mulher trabalhando e também por se sentir culpado de ter tirado a mulher de uma situação boa financeiramente falando, antes de ter-se casado. O casal teve cinco filhos, todos nascidos em Portugal e que tiveram parte da infância lá. Nesse caso, a mãe, para sustentar os filhos, continuou trabalhando com a família. A entrevistada não se referia a sofrimentos, pois pertencia a uma família com melhores recursos, freqüentava a escola antes de vir para o Brasil; mas lembra-se da ausência do pai.

10 SEYFERTH, 2005: 9.

Outros entrevistados ficaram um tempo maior para empreender a viagem e ter uma convivência com a família nuclear completa. A vinda das famílias foi fragmentada, primeiro vindo os pais e depois, aos poucos, foram vindo os outros membros da família. Alguns casos foram mais dramáticos, pois a família não voltou a se constituir, nem no Brasil nem em Portugal.

As situações de deslocamento dos imigrantes envolvem muitas vezes não só os conflitos com os “outros” do novo contexto, mas com os próprios familiares. No caso da imigração do início do século, foram vários os relatos de cisões familiares, que implicaram em providenciar estratégias de sobrevivência. Quando as crianças ficavam em Portugal na ausência dos pais, geralmente sua vida era marcada pelo trabalho junto à família, sob o controle da mãe, para enfrentar as dificuldades econômicas, como vimos.

Mas houve casos, poucos, ocorridos entre os que tinham maiores recursos econômicos, em que a decisão de deixar os filhos em Portugal ocorreu por motivos diversos: os pais vieram para o Brasil, e os filhos ficaram em Portugal ou em outros países para estudar, pois lá cursariam melhores escolas.

Essa situação foi relatada por entrevistada cujo pai antes de imigrar para o Brasil pela primeira vez já tinha escolaridade de nível superior e que, durante seu retorno a Portugal, já casado, desenvolveu pesquisas e organizou uma revista científica. Ela contou como a decisão de imigrar novamente para São Paulo envolveu, por parte do pai, em trazer as filhas mulheres, deixando na Europa os meninos, para estudar. O que se constata, nesse caso, é que a vinda do pai para o Brasil apenas confirmou o modelo de educação de famílias ricas tradicionais paulistas: o estudo para os meninos no exterior, e a educação das meninas sob o controle da família.

De modo geral é possível pensar que para essas crianças a separação provocada pela ida primeira do pai e de seus retornos para visitas, os colocou precocemente em contato com contextos sócio-econômico-culturais distintos: um criado pelos relatos dos que imigraram primeiro, sobre o país para o qual vieram depois; o outro, o contexto no qual haviam nascido e no qual ficavam aguardando as decisões dos adultos – com todas as incertezas sobre o futuro. Assim, enfrentaram as influências dos dois contextos sócio-culturais durante seu período de socialização primária, implicando que as crianças poderiam se sentir divididas por exigências culturais e sociais conflitivas diante de um mundo desconhecido e visto, muitas vezes, como hostil, pois os pais não as levavam para lá.

Um dos conflitos que foi relatado pelos entrevistados, e que os afetou muito enquanto crianças, foi a convivência em São Paulo com crianças de outros grupos, que muitas vezes contrastava com a rígida educação familiar portuguesa.

Assim, nos relatos de alguns portugueses também aparecem nos jogos, brincadeiras e cotidiano familiar as marcas da cultura de origem; segundo duas irmãs o pai, conseguiu “fazê-las” mais portuguesas que brasileiras (a mãe era brasileira); elas nasceram em Portugal, de onde vieram quando muito pequenas. Segundo as mesmas, brincavam só nos jardins das casas em que moravam, primeiro na de uma tia, quando chegaram de Portugal, depois em uma casa muito grande que o pai construiu. Só saíam para fazer visitas, com a mãe, não saíam para cinema, festas etc. Mas quando a mãe saía:

“Tínhamos um casal de empregados, ela era austríaca e ele era italiano. E então ela era gorda, enorme, ela cantava... então quando a minha mãe saía, nós todos nos reuníamos e ela cantava, cantava em austríaco... alemão... Tem muitas brincadeiras, inclusive de roda e dessas coisas assim eram, tinha algumas que eram típicas de lá. Eu lembro de algumas coisas. A gente se fantasiava tudo de portuguesa”.

Nesse caso aparecem, entretanto, os traços de uma infância em grande parte diferenciada da maioria dos imigrantes do mesmo período; tratavam-se as duas irmãs de imigrantes que, em São Paulo, relacionavam-se e conviviam com a elite paulistana, pois sua mãe era de família tradicional e de muitos recursos, o pai era um intelectual e profissional muito conhecido.

As relações estabelecidas no âmbito familiar e os projetos desenvolvidos para as mesmas, na nova terra, marcaram profundamente as vivências dos pequenos imigrantes em São Paulo. É aqui que muitas delas conheceram ou começaram a conviver com a autoridade paterna, em relações nem sempre muito satisfatórias na perspectiva das crianças. Segundo vários relatos de entrevistados, pelo menos alguns elementos contribuíam para que a infância de pequenos imigrantes não fosse lembrada como um tempo de muitas brincadeiras e prazeroso por muitos deles: em muitas famílias, portuguesas, havia a exigência de que as crianças trabalhassem, mesmo as que residiam na capital – algumas em bares, padarias, mercearias, outras em casa, outras ainda como vendedores de produtos da família pelas ruas e casas da cidade; os pais não gostavam que os filhos ficassem nas ruas e que brincassem com crianças “desconhecidas” (os bairros mais pobres de São Paulo eram constituídos por imigrantes de várias partes do mundo) e a educação rígida imposta pelos pais, especialmente pelo pai, que os controlava no dia-a-dia. Muitos falam de surras que levaram dos pais quando eram pequenos, geralmente por terem ficado brincando nas ruas, além de falarem das proibições; essas

eram ainda mais duras com relação às meninas, sempre criadas dentro de casa, brincando com os irmãos e primos.

A convivência com crianças de outros grupos no contexto migratório permitia que as crianças se defrontassem com diferentes tipos de educação familiar, aos quais não eram indiferentes e que de alguma maneira comparavam.

A escola, além das ruas, dos quintais e da vizinhança, foi o espaço de convivência por excelência entre as crianças dos vários grupos étnico-culturais em São Paulo. Os imigrantes criaram muitas escolas para seus filhos, nas quais procuravam transmitir a cultura e os valores da sociedade de origem na língua materna, através de professores pertencentes ao próprio grupo. Nessas escolas, a convivência entre as crianças geralmente era com as de seu próprio grupo. Em virtude das leis paulistas que determinavam a presença de um professor “brasileiro” nas escolas, aí já ocorriam trocas culturais entre alunos e professores¹¹. A presença de filhos de imigrantes era freqüente em todas as escolas de São Paulo, na capital e no interior; nestes casos, as relações entre crianças de diferentes origens eram mais intensas. Os relatos evidenciam que muitos transitaram por diferentes tipos de escola.

Em muitos casos, embora houvesse uma obrigatoriedade do trabalho infantil junto à família, o projeto de ascensão era visualizado pelo estudo, também nas famílias de portugueses quase sem instrução. Na ausência de filhos homens, os pais orientavam também as filhas para profissões que consideravam melhores que as suas.

As crianças de famílias portuguesas não parecem ter enfrentado problemas com relação ao conteúdo do ensino e à língua falada, não mencionam e nem se lembram de detalhes das matérias, muitas vezes. O que mais é ressaltado, pelos que freqüentaram escolas públicas é que eram encarados como diferentes e hostilizados por meio de apelidos e brincadeiras:

“a gente como estrangeiro, a gente se considera estrangeiro. (...) eu lembro quando eu era moleque, quem dominava aqui era a colônia italiana, então os portugueses eram muito mal tratados... eu lembro quando eu ia na escola tinha 7 de setembro, dia da Bandeira, tudo que falasse da Pátria, falar mal dela era português, tanto que quando eu andava na escola às vezes... eu não dizia que era portu-

11 DEMARTINI, 2006.

guês que a turma né... Eu sou brasileiro, que eu falava que era brasileiro, que se eu falasse que era português achincalhavam, ‘português burro’, ‘português bacalhau’, saía tudo quando era nome. A colônia italiana era maior”.

Os relatos de alguns sobre a educação permitem apreender também as diferenciações internas a cada grupo decorrentes dos maiores ou menores recursos econômicos dos imigrantes e do tipo de relações sociais estabelecidas no contexto de adoção. Algumas famílias reproduziram aqui os modelos de educação européia, usuais da elite paulistana, isto é, uma educação mais “francesa” para as filhas, em casa ou em colégios religiosos, enviando ou deixando os filhos homens estudando na Europa. Também no processo migratório estabeleceram-se diferenciações entre a educação de meninos e meninas.

Para os que tinham maiores recursos, as possibilidades de integração nos escalões mais altos da sociedade, com os quais já se relacionavam, podiam ocorrer tanto pela escolarização mais refinada, como pelo convívio com as melhores famílias. Mas aí fica perceptível que havia diferenciações: os projetos para as meninas diferenciavam-se do que era visualizado para seus irmãos, que tinham mais liberdade e freqüentavam escolas voltadas para profissões liberais; o que já era possível no projeto de ascensão das famílias de menos recursos.

No tocante às crianças de famílias de imigrantes portugueses desse período, é impossível deixar de falar de um processo formativo constituído na comparação das diferenças entre as diversas formas de educar os filhos – entre pais mais autoritários ou mais amorosos, mais preconceituosos com relação a outros grupos étnicos ou incentivadores das trocas interétnicas, mais acolhedores dos costumes de outros grupos ou menos, etc. Tal dimensão só foi por muitos percebida quando já eram adultos, e explicitada nos relatos como fruto de comparação que o fato de serem filhos de imigrantes lhes propiciou – muitas vezes, através de questionamentos e rompimentos com a cultura e o modo de ser do grupo de origem.

O que se pode anotar sobre as vivências das crianças nesse primeiro momento é que, no contexto paulistano em que as famílias se inseriram, havia uma convivência com muitos outros grupos, o que provocava medo nos pais, geralmente provenientes de pequenas aldeias; havia também uma pressão para que as crianças trabalhassem, pois as condições de sobrevivência eram difíceis. Mas, a maior fonte de conflitos, parece que surgia, nestes casos, pela rejeição ao modo de ser do próprio grupo, e não aos “outros”.

2.2. Segundo momento: a chegada em um novo contexto na segunda metade do século XX

Quando começaram a chegar os novos fluxos do mundo lusófono nas décadas de 1960, 1970 e 1980, o contexto paulista já havia se modificado profundamente, transformando-se em sociedade com grande densidade demográfica, com urbanização, que inverteu as relações entre o rural e o urbano, com industrialização diversificada e ampla rede de comércio e serviços. A cidade de São Paulo ainda provinciana no início do século, transformava-se em uma megalópole. Era um novo contexto, que implicou em inserções diferentes para os imigrantes. Assim, as levas que começaram a chegar puderam contar com diferentes apoios em sua inserção e até a não serem vistos como “tão estranhos”.

Não trataremos da forte imigração de portugueses ocorrida de Portugal para o Brasil no período 1930-1960¹². Vamos focalizar outro grupo, também de origem portuguesa, que veio para São Paulo procedentes da África (Angola, Moçambique e Cabo Verde). Trata-se de uma imigração forçada de grupo ainda pouco estudado, mas que contribui para uma compreensão de como os deslocamentos podem envolver discriminações ou acolhimentos entre os que são da mesma origem “nacional”, mas que se encontram em contexto diverso.

Nesse período ocorreram fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas da África em direção a São Paulo, motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africana e portuguesa, além das econômicas, que os diferenciaram das levas migratórias anteriores. No caso específico desses imigrantes, cruzaram-se em suas histórias as vivências sócio-culturais de contextos muito distintos: 1) dado seu pertencimento à famílias de origem portuguesa, o contexto português colonizador como referência; 2) o contexto de vivência africano, muitos tendo aí nascido e 3) o contexto paulista/brasileiro de adoção¹³.

As memórias dos entrevistados, obtidas sob a forma de relatos orais remetem a lugares, pessoas e acontecimentos¹⁴; as narrativas permitem verificar como os continentes se cruzam na construção destas memórias, construídas individual ou socialmente. Seja vindos diretamente das “colônias” africanas para o Brasil, seja de Portugal para a África e para o Brasil, ou da África para Portugal e para o Brasil,

12 LANG, 2003.

13 DEMARTINI, CUNHA, DOPPENSCHITT, 2005.

14 POLLACK, 1992.

os entrevistados fazem referências a estes lugares tão distantes, mas tão próximos quando pensam em suas vivências. O sentimento de identidade está aí presente. Lembramos aqui que os relatos foram obtidos muitos anos após os deslocamentos, ganhando assim novas significações quando os consideramos.

Para exemplificar como as crianças enfrentaram o processo migratório, selecionamos os relatos de uma imigrante de Cabo Verde (L.) que veio em 1963 para São Paulo, com apenas cinco anos, com um irmão menor, de três anos; suas memórias remetem ao contexto de origem, às vivências em ilha; a entrevistada diz que não lembra muito, mas suas lembranças permitem captar aspectos importantes para compreensão de sua infância: a educação na família e na comunidade, a presença marcante dos avós, a educação rígida, os castigos, as brincadeiras, as plantas, os relevos, os cheiros. Remetem, principalmente, às novas habilidades que as crianças precisaram adquirir, ainda no contexto de origem, para enfrentar a travessia:

“Eu lembro que eu andava sempre com o pezinho descalço, aí depois meu pai comprou... sabe essas Melissa transparente... esse é o sapato típico que o cabo-verdiano usa. É fabricado no Senegal. Antigamente, o sapato do cabo-verdiano era aquilo, antes de vir o sapato de couro que alguém tiver condição. Então meu pai comprou uma meiazinha, uma Melissinha daquela... aí ele me fez ficar a noite inteira dando volta na mesa com aquele sapatinho para eu continuar com o sapatinho no pé, porque eu era assim, eu não acostumava com uma coisa, eu tirava. Aí ele falava – “Isso aí você tem que levar no pé e levar até o Brasil, não pode tirar no caminho” – Aí eu precisava andar em volta e colocava a mão na mesa e ele falava – “Para andar com o sapato você não tem que segurar em nenhum lugar, você tem que andar sozinha”.

O aprendizado das habilidades para andar calçada visavam, certamente, evitar que a criança fosse discriminada pelo modo de ser anterior, o de Cabo Verde. Além das habilidades físicas, outras mais difíceis de serem incorporadas também eram exigidas, como aprender o português, pois a língua usual era o crioulo, embora o país fosse colônia de Portugal.

“Então foi assim, em uma semana foi uma chuva de informação para a gente, porque ele sabia o que podia acontecer de perder no caminho, então a minha avó, a minha avó só sabe falar crioulo, ela não sabe falar português, ela ficava a semana inteira: “Nós somos filhos de Maria do Carmo, de Santos”, aí quando eu esquecia ela perguntava para ele, para meu irmãozinho que tinha três ano... estava aprendendo a falar ainda e ele fica massacrando porque eles sabiam que a travessia é... complicada e pelo que falam do Brasil, o Brasil é grande, eles não tinham noção do que a gente ia passar”.

É interessante anotar que a criança imigrante, antes da travessia, já visualizava possíveis situações de conflito e de enfrentamentos para as quais era preciso estar preparada. E, realmente, a travessia foi muito mais complicada do que os dois pequenos imigrantes e seus avós poderiam esperar:

“e sendo que a minha mãe não sabia que estávamos vindo, que ela já tinha mandado uma carta de chamada e... o nosso documento caducou, que as cartas de chamada elas têm um prazo, como nós não conseguimos a documentação a tempo, ela caducou, então a minha mãe teve que mandar a outra carta de chamada e a segunda é a última, se você não consegue vir, não vem mais. Então... nessa segunda carta de chamada o pessoal não lembrou de mandar o telegrama para minha mãe dizendo que a gente estava chegando, então nós chegamos no aeroporto de Congonhas e... Cabo Verde é assim como Minas Gerais, aqueles sitiozinhos pequenininhos de uma casa aqui, outra lá longe, a gente não tinha contato com muita gente e de repente a gente chega em São Paulo e vê aquele mundo de gente”.

As diferenças entre as sociedades de origem e a nova foram percebidas até pelos pequenos logo na chegada, os comportamentos são outros, e, se esperavam serem vistas como diferentes, o que ocorreu é que se tornaram invisíveis no meio das pessoas e com medo do “mundo de gente”.

“Então todo mundo... pegou a pista para ir para o portão e a gente pegou a pista em sentido contrário, porque a gente ficou com medo daquele amontoado de gente que a gente viu. E eu tinha 5 anos e ele tinha três. E em Cabo Verde a gente tem o costume

de andar abraçado... é um sinal de amizade, tanto que você pode achar homens abraçados... em sinal de amizade, então a gente se abraçou e foi andando no sentido contrário, então, saiu todo mundo porque a aeromoça levou a gente até a porta do avião, depois da porta do avião ela tinha que assessorar as outras pessoas, a gente ficou lá. Aí essa pessoa saiu com os filhos dela, aí ela encontrou o marido dela, que ela tinha avisado que vinha, o marido dela morava em Santos, a minha mãe morava em Santos, então... eles foram almoçar aí... por acaso tinha um senhor que veio um mês antes da minha mãe; ... aí ele acabou de almoçar e falou assim: “Bom, vou dar uma volta no aeroporto para ver”. Aí ele viu aquelas duas crianças na pista... abraçadinhas num cantinho lá, aí depois ele foi chegando, chegando e escutou a gente falando o dialeto que a gente estava cantando uma musiquinha no dialeto, aí ele perguntou: “Quem que é a sua gente?” E a minha avó tinha ensinado para a gente a semana inteira: “Nós somos filhos da M.C. que mora em Santos” e era a única frase que a gente sabia falar em português, que a gente falava só o crioulo, nunca tinha ido na escola, ... aí ele foi lá e falou com a administração: “Ah, eu vim buscar duas crianças assim, assim, assado...” então ele conseguiu resgatar a gente, porque se ele não resgatasse a gente nós iríamos de volta para Portugal e aí de volta para Cabo Verde.

O apoio recebido de outro imigrante que já estava inserido no novo contexto permitiu que chegassem até a cidade da mãe, onde passaram a viver. A viagem até essa cidade foi outro momento de estranhamento: a entrevistada resumiu as experiências na nova terra: “Então era tudo novo para a gente”.

As memórias remetem, assim, às vivências no novo contexto, com os estranhamentos e aprendizagens de nova cultura:

“Aí nós chegamos, moramos em Santos... cheguei com 5 anos, dos 5 anos até os sete anos eu fui me adaptando com o português que era um pouquinho difícil, mas entrei na escola, meu irmão também entrou na escola e começamos a viver como brasileiros. A gente esqueceu a nossa identidade cabo-verdiana porque a gente vivia só no meio dos brasileiros. Então... e a minha mãe deixou de falar o crioulo porque ela falou que o crioulo atrapalhava na escola. Que

na escola o pessoal falava “nó” e o cabo-verdiano falava “num”... O português fala “não” e a gente fala “cá”... então, para não bagunçar a cabeça da gente, ela deixou de falar crioulo com a gente para a gente não ter problemas na escola e ela foi esquecendo completamente o crioulo”.

Para evitar problemas na escola foi necessário aprender a falar bem o português. As diferenças de cultura implicaram em situações difíceis para a pequena imigrante na convivência com outras crianças de costumes diferentes:

“A minha adaptação é que em Cabo Verde tem uma coisa assim; você não briga de bater, a gente briga de boca; olha eu vou puxar seu cabelo... eu vou torcer o seu nariz... eu vou tal, tal, tal... é mais de boca, aí se a pessoa te desafia, você passa uma rasteira na pessoa e acabou; ela já perdeu, você já ganhou e cada um para sua casa. E é isso. E aí eu cheguei um dia, a gente estava pulando corda e aí tinha que dar um nó na ponta da corda, as meninas não davam nó na ponta da corda, aí você sabe, você vai rodando, rodando, rodando, ela escapa e bate na gente, não é? Aí eu falei assim – “Ai um num” – aí elas não entenderam nada e falaram assim – “O que você falou?” – aí eu falei assim – “É para dar um num” – aí ela falou assim – “O que é um num?” – aí eu peguei a corda e dei um nó. Ah! Elas tiraram um sarro – “Não é num, é nó, você não sabe nem falar”... não sei o quê, não sei o quê” – aí eu fui lá e passei uma rasteira na menina e fui para a diretoria... (...) Aí eu cheguei em casa e minha mãe falou assim: Filha! Mas porque você passou a rasteira nela? Eu falei que era porque ela estava fazendo pouco caso, aí ela falou assim – “Não filhinha, aqui no Brasil é diferente, aqui no Brasil uma pessoa tira o sarro, você tira o sarro também e deixa por isso mesmo” – aí eu falei – “Não, mas não tinha que passar rasteira nela?”... Os costumes são diferentes”.

A travessia de um território para outro permite, entretanto, que mesmo tendo passado muitos anos, as comparações sejam feitas; a forma como são vistas enquanto crianças é privilegiada, as identidades questionadas:

“(...) O problema é assim, por exemplo, se você vem adulto, como é o caso da minha mãe, minha mãe veio com 24 anos de idade, então ela viveu Cabo Verde, ela sabe te contar porque nossa tradição ela é muito oral, então minha mãe sabe os costumes... (...) as histórias que ela contava para a gente quando a gente era pequena, os contos de fadas africanos, os portugueses e ela sabia quando era africano e quando era português, ela contava para a gente... e eu com cinco anos, o que está aparecendo, eu estou aprendendo, então, eu saí de Cabo Verde e vim para o Brasil e não me dei conta. Eu fiz uma viagem, eu saí do pé da minha avó e cheguei no pé da minha mãe... acabou. Se a minha mãe fala pra mim – “Vem para cá” – “Estou indo!” Só que chega aquela hora... que você percebe... que o pessoal fala assim – “Ah, você é portuguesa, você é portuguesa.” – então a gente acha que é português, tem muito cabo-verdiano de 80, 70 anos, você fala para ele que é africano, que é cabo-verdiano, ele fala que não, “eu sou português”, então é complicado. Nós, como viemos crianças, a gente foi... virando brasileiro. Então, quando se chega num tempo adulto é que você vai perceber. Você não é português, você não é brasileiro. O que você é? Então essa pergunta vem: Quem sou eu?”

3. ALGUMAS ANOTAÇÕES FINAIS

Os preconceitos/discriminações contra imigrantes não parecem atingir igualmente todos de um mesmo grupo/origem; parecem ser elementos diferenciadores: o capital econômico, o capital educacional e cultural, as redes de apoio, os laços estabelecidos com as elites locais, as relações mantidas com os países de origem entre outros aspectos. O fato é que os processos migratórios colocam em relação sujeitos/ grupos que se vêem como diferentes: a forma como ocorrem as trocas e disputas entre os mesmos, nos vários campos, pode permitir a desconstrução de preconceitos/estereótipos, seu reforço ou até a construção de novos. As vozes dos entrevistados nos levam a questionar as generalizações sobre os fluxos migratórios. Nesse sentido, as experiências vivenciadas pelas crianças trazem novos elementos para a compreensão dos deslocamentos no mundo lusófono.

BIBLIOGRAFIA

- BASSANEZI, Maria Sílvia B., 1996 – “Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico”, in PATARRA, Neide Lopes (coord.), *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*, vol. 1, 2.^a ed. São Paulo: FNUAP.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, 2006 – “Infância e imigração: questões para a pesquisa”, in FREITAS, Marcos Cezar de (org.), *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez
- DEMARTINI, Zeila de Brito F.; CUNHA, Daniel O.; DOPPENSCHIMITT, Elen, 2005 – “Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo”, in *Cadernos CERU*, série 2, n.º 16. São Paulo.
- DEMARTINI, Zeila de Brito F.; FARIA, Ana Lúcia G.; PRADO, Patrícia. (orgs.), 2002 – *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados (Coleção Educação Contemporânea).
- DEZEM, Rogério, 2000 – *Inventário DEOPS, módulo 3 – japoneses: Shindô Renmei, terrorismo e repressão*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial.
- FAUSTO, Bóris, 1976 – *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel.
- KALY, Alain P., 2001 – “Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial”, in CASTRO, Mary G. (coord.), *Migrações internacionais: contribuições para políticas brasileiras*. Brasília: CNPD.
- LANG, Alice Beatriz da Silva G., 2003 – “Portugueses em São Paulo: memória e identidade”, in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira S., *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro.
- POLLAK, Michael, 1992 – “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, vol. 5, n.º 10. Rio de Janeiro.
- SAKURAI, Célia, 2002 – “Mais estrangeiro que os outros?: os japoneses no Brasil”. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 15, n.º 44. São Paulo.
- SEYFERTH, Giralda, 2005 – “Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos”. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 51. São Paulo.
- SILVA, M. Beatriz Nizza da, 1992 – *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- VAINER, Carlos B., 1996 – “Estudo e migração internacional no Brasil: da imigração à emigração”, in PATARRA, Neide (coord.), *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, 2.^a ed. São Paulo: FNUAP.

AGENTI, SUBAGENTI, ENGAJADORES E GANCHOS.
O RECRUTAMENTO DE EMIGRANTES NA EUROPA MEDITERRÂNEA
PAULO CÉSAR GONÇALVES

INTRODUÇÃO

Ao final do Oitocentos, o negócio da emigração alcançou grandes proporções na Europa mediterrânea – Itália, Portugal e Espanha. Países assolados por graves crises econômicas, suas populações encontraram na emigração para a América a esperança de melhores dias. O grande fluxo, no entanto, apresentou especificidades em cada nação. Uma das principais diferenças residiu em seus reflexos econômicos sobre os executores do transporte. Na Itália, apesar da concorrência estrangeira, as companhias de navegação autóctones conseguiram realizar parte significativa desse tráfico, fator fundamental para seu desenvolvimento. Em Portugal e Espanha, também reservatórios de emigrantes, o transporte foi efetuado quase na sua totalidade por companhias inglesas, alemãs e italianas.

A forma de recrutamento dos emigrantes, porém, era semelhante nos três países. A estratégia de sucesso exigia que seus executores – denominados na Itália de *agenti* e *subagenti*, em Portugal, de *engajadores*, e na Espanha, de *ganchos*¹ – fossem indivíduos conhecedores das populações e das realidades locais. Dessa forma, a aliança desses intermediários com as companhias de navegação pode ser caracterizada como simbiótica: estas dependiam dos serviços dos recrutadores, que, ávidos pelas comissões oferecidas, tornaram-se seus representantes.

¹ DORE, 1956; LEITE, 1996; GONZÁLEZ, 2002.

ITÁLIA: AGENTI E SUBAGENTI

Na península italiana, os *agenti* e *subagenti* foram de longe as figuras mais polêmicas relacionadas à emigração, dividindo opiniões na sociedade. Muitos os acusavam de serem os principais incentivadores do êxodo em massa; outros os defendiam, considerando sua atuação fundamental dentro do processo migratório ao incentivar a concorrência entre as companhias de navegação. Não se pode negar, porém, que ambos se constituíram em um dos elos da corrente que unia a mais remota vila camponesa italiana ao mercado mundial de trabalho.

Em um primeiro momento, os cônsules das repúblicas americanas cumpriram a função de promover a emigração. Não demorou muito para esses funcionários de governos estrangeiros serem substituídos por elementos locais, ligados a interesses que rapidamente e espontaneamente formaram-se em torno do processo migratório.

O exame da política de emigração italiana entre a Circular Lanza de 18 de junho de 1873 e a lei de 1901 demonstra que um dos objetivos primordiais era a luta contra os chamados agentes de emigração².

Martellini fornece descrição esclarecedora sobre esses indivíduos que povoavam os campos italianos já nos anos de 1870. As agências de emigração eram empresas privadas, nascidas nas cidades costeiras, sede dos portos de embarque para a América. No início, as mais importantes eram as genovesas Colajanni, Laurens, Goudrand, Rocco Piaggio e Raggio, ramificadas em todo Centro-Norte da Itália; no Sul, as napolitanas Ciamberini, Sacco e Ferrola³.

Em resposta à grande procura por emigrantes do outro lado do Atlântico, essas agências dotaram-se de representantes por todo interior da península, ampliando sua capacidade na operação do recrutamento. Enquanto aos *agenti* competia a tarefa de contratar o preço de cada emigrante com as companhias de navegação e de endereçá-los ao navio de maior oferta, aos *subagenti* cabia agir no mercado, *in loco* – eram eles que deveriam difundir a febre migratória nas áreas que ainda se encontravam imunes.

Na busca por benefícios financeiros, formou-se uma rede de intermediários – profundos conhecedores dos lugares e das gentes – entre o emigrante e as companhias de navegação que cresceu proporcionalmente ao aumento do fenômeno migratório. Além do recrutamento, os *agenti* e *subagenti* ofereciam a

2 GONÇALVES: 2012.

3 MARTELLINI, 2001: 295, 297.

assistência tão necessária à massa rural semianalfabeta, sempre órfã de qualquer auxílio estatal. Incumbiam-se das etapas para obtenção do passaporte, do *nulla osta* militar, cuidavam da viagem ao porto de embarque, e ainda escreviam e liam cartas vindas e enviadas ao exterior⁴.

Sem figura jurídica definida, os *agentie subagenti* de emigração eram considerados como intermediários ou mediadores e estavam sujeitos às punições como qualquer outro negociante. A autoridade de segurança pública responsabilizava-se pela vigilância desse tipo de operação. A partir de 30 de dezembro de 1888⁵, no entanto, a lei de emigração exigiu o registro para que os *agenti e subagenti* pudessem trabalhar⁶. Os primeiros deveriam obter a patente no Ministério do Interior, mediante caução de três a cinco mil libras, enquanto os segundos, além de serem obrigatoriamente nomeados pelos agentes, necessitavam de licença fornecida pelo representante do governo de cada província, onde estariam restritos a atuar.

Pouco mais de um mês após a promulgação da lei de 1888, a Navigazione Generale Italiana enviava circular aos *agenti* explicitando quais os procedimentos a serem adotados para que eles – e também os *subagenti* – permanecessem trabalhando sem infringir a nova legislação.

Circulare del 5 febbraio 1889, n. 120

Ai signori Agenti

Il rialsciare biglietti d'imbarco ad emigranti è, dalla nouva legge 30 dicembre 1888, n. 5866, considerato come un'operazione di emigrazione, e implica come necessaria la qualità di agente d'emigrazione o quella di subagente.

Questa società ha già in piena regola acquistato e fatto constare la prima, ottenendo la patente di agente di emigrazione; sicchè i suoi agenti commerciali non potrebbero seguitare ad esercitare le loro atribución rispetto agli emigranti, senza ottenere na licenza di subagente nei modi indicati con precisione dalla legge.

Per ottenere la licenza di subagente è necessario rimettiate immediatamente alla Sede stessa i documenti che seguono: certificato

4 SORI, 1979: 304.

5 Dore observa que a lei impôs aos executores desse tipo de intermediação os nomes de *agente* e *subagente* de emigração. DORE, 1956: 10.

6 Ao instituir a obrigatoriedade do registro, a lei permitiu a estatística desses mediadores. Antes, era muito difícil estabelecer ideia precisa sobre sua quantidade.

di nascita – certificato di nazionalità – fedina penale – certificato di buona condotta – certificato di domicilio nel regno dal quale resulti anche che non siete nè ministro di culti, nè funzionario dello Stato, nè impegnato in amministrazioni pubbliche locali – certificato di cui risulti il pieno godimento dei diritti civili – certificato da cui risulti che non siete sottoposto a speciale sorveglianza di pubblica sicurezza. Ci giova farvi notare che, appunto per ottenere al concetto della legge, anche i prezzi che verranno stabiliti per i passaggi non potranno più comprendere le provvigioni che in passato si accordavano agli uffici corrispondenti per rilascio dei biglietti ai emigranti, di guisa che le medesime si dovettero ridurre a più mite misura, perchè andranno a tutto carico della società⁷.

A lei impunha duas dificuldades aos mediadores: a incompatibilidade da intermediação com funções públicas – ministro de culto, funcionário do Estado e empregado da administração pública – e a renúncia ao anonimato, o que colocava em risco o decoro social daqueles que secretamente desenvolviam as atividades de *subagenti*⁸.

Malnate observou que a lei de 1888, para não prejudicar os negócios da marinha mercantil, permitiu plena liberdade às companhias de navegação interessadas no transporte de emigrantes de fazer propaganda e arrolamento em massa, e se ocupou exclusivamente, através de medidas de polícia, dos *agenti e subagenti* que forneciam emigrantes às mesmas⁹. A legislação surgia, em parte, como resposta à opinião pública que condenava a ação desses intermediários, especialmente em relação ao recrutamento massivo destinado à emigração gratuita para a América do Sul.

Histórias de maus tratos na Itália e nos países de destino, exploração, mortes durante as viagens, tudo era valorizado ainda mais pelos opositores da ação dos *agenti e subagenti*, servindo para cristalizar sua imagem como “una razza nuova di negreri, poco dissimile dall’antica per avidità e mancanza di scrupoli (senza avere di quella il coraggio, perchè protetta ed incoraggiata da governanti altrettanto avidi od incoscienti)”¹⁰.

7 BNCF – Navigazione Generale Italiana. *Raccolta delle circolari e delle disposizioni in vigore dal 30 giugno 1895*. Roma: Tip. dell’Unione Cooperativa Editrice, 1895, p. 43-44.

8 DORE, 1956: 16.

9 MALNATE, 1911: 4-5.

10 A. Franzoni. “L’Italia e il Brasile”. *Rivista di Italia*, 1908. *Apud* TRENTO, 1988: 29.

Mas afinal, que pessoas eram essas a percorrer os campos, os vilarejos e as pequenas cidades, de casebre em casebre, engajando emigrantes para serem enviados aos agentes em Gênova e Nápoles, onde embarcariam para atravessar o Atlântico na chamada “via dell’America”?

Ercole Sori apresenta alguns números dessa rede de intermediários na primeira metade dos anos de 1890: 463 *subagenti* em Cosenza, 361 em Potenza, 359 em Salerno, 266 em Campobasso, 200 em Caserta, 190 em Chieti, 130 em Turim, 161 em Alessandria e 50 em Bérgamo. Uma florescente indústria do subdesenvolvimento, na qual se movimentavam pessoas sem profissão, operários, donas-de-casa, carteiros, donos de albergues, cafés e tratorias, chefes de estação ferroviária, advogados, professores, farmacêuticos, párocos, escrivães, cobradores e diretores de bancos populares¹¹.

Em artigo específico, a lei de 1888 fornece parte da resposta ao listar aqueles que estariam proibidos de exercer a função de *agenti* ou *subagenti*: prefeitos, padres e funcionários públicos. Ou seja, pessoas que se aproveitavam de suas funções perante a população, para exercer, através das facilidades inerentes ao cargo e da confiança nelas depositadas, atividades de remuneração compensadora: o recrutamento e a mediação.

A pesquisa enviada aos representantes das províncias pelo Ministério do Interior em 1870, e as informações anexadas a algumas das estatísticas anuais da emigração italiana para o exterior, a partir de 1876, já sob a responsabilidade da *Direzione Generale della Statistica*, vinculada ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, é reveladora das dificuldades em lançar alguma luz sobre os *subagenti*.

As respostas às indagações foram vagas e, ao invés de confirmarem a presença de “especuladores” que excitavam à emigração em diversas cidades, tanto meridionais (Lece, Potenza, Salerno) quanto setentrionais (Verona, Padova, Vicenza, Cremona, Bérgamo, Macerata), nada informavam sobre quem eram essas pessoas, nem como agiam. Segundo Dore, os prefeitos, aos quais se requeriam dados sobre as agências, estavam frequentemente comprometidos com a intermediação da emigração, daí a lentidão e imprecisão das manifestações aos primeiros questionamentos¹².

Com quesitos sobre a emigração renovados e mais detalhados, as estatísticas da emigração dos anos de 1884, 1885 e 1888, realizadas sob a supervisão de Luigi Bodio, permitiram relativo avanço na questão dos *agenti* e *subagenti*. A Ligúria informou a existência de 23 agências em 1884 e 1885 e 40 em 1888. Elas penetravam nos vilarejos da Itália setentrional e central através da propaganda de opúsculos e

¹¹ SORI, 1979: 307.

¹² DORE, 1956; DORE, 1964.

manifestos e pela obra de seus encarregados, que se conduziam às feiras (Piemonte, Ligúria) ou visitavam periodicamente as províncias arrolando homens.

Quanto ao *Mezzogiorno*, as evasivas continuavam. Já não era mais possível negar a existência das agências, mas o anonimato dos *subagenti*, sua condição social e as somas percebidas, ainda continuavam nas sombras. Na Basilicata e na Calábria fazia-se notícia de alguma carta enviada de agências a “pessoas locais influentes” oferecendo-lhes 20 liras por emigrante recrutado. Para Dore, essa afirmação, mesmo que pouco precisa, é indicação valiosa do modo como a pequena burguesia atirou-se à intermediação da emigração¹³.

Formaram-se, portanto, dois grupos interessados nos ganhos do tráfico de emigrantes – na Itália setentrional, as companhias de navegação, e na meridional, os intermediários da emigração – cindidos geograficamente, mas interdependentes, pelo menos até que a concorrência pelo emigrante não impingisse definitivamente um contra o outro, em embate que ocuparia todo o final do Oitocentos e culminaria nas discussões para a elaboração da legislação sobre emigração que abriria o século XX.

A nova lei de emigração de 1901, associada à consolidação da experiência migratória, representou mudança importante na forma de agir dos intermediários. Diante da impossibilidade de solucionar as controvérsias entre as companhias de navegação e os intermediários, o Parlamento resolveu conceder às primeiras a liberdade de organizar o recrutamento dos emigrantes, subordinando os *agenti* e *subagenti* aos seus interesses. As duas figuras jurídicas, criadas pela antiga lei de 1888, foram abolidas e substituídas pela de representante de vetor, diretamente ligado às companhias autorizadas, pela nova lei, a realizar o transporte de emigrantes.

Tal fato, porém, não ocorreu sem protestos, principalmente vindos do *Mezzogiorno*, o que não impediu a efetiva aplicação da legislação. A partir desse momento, os antigos *agenti*, agora representantes de vetor, viram-se obrigados a mudar de estratégia publicitária. Em vez de descreverem as virtudes da terra prometida, limitaram-se a exaltar as qualidades dos vapores da companhia por eles representada: rapidez da viagem, comida abundante, camas cômodas e boas condições sanitárias¹⁴. O pequeno exército de *agenti* (7 mil) e de *subagenti* (aproximadamente 20 mil) foi transformado, após a lei de 1901, em rede de concessionários dos transportadores assistidos por impressionante número de encarregados e recrutadores¹⁵.

13 DORE, 1956: 15.

14 MARTELLINI, 2001: 299-300.

15 SORI, 1979: 309.

Malnate, em um estudo de 1911, indicava o quanto havia crescido o número dos denominados representantes de vetores ao final da primeira década do século XX: 12.634, distribuídos por todo território italiano. Eram, em sua grande maioria, os antigos agentes e subagentes, que continuavam arrolando emigrantes através de expedientes enganosos, mas, agora, com o consentimento da autoridade reguladora¹⁶.

QUADRO N.º 1

Representantes autorizados e sua distribuição por região e nacionalidade das companhias de navegação (vetores) (1909-1910)

Regiões	Cias. Italianas	Cias. Estrangeiras	Comuns	Total
Piemonte	485	185	114	784
Ligúria	136	56	21	213
Lombardia	348	158	76	582
Vêneto	223	74	53	350
Emília	229	123	56	408
Toscana	257	123	55	435
Marche	273	166	48	487
Úmbria	93	71	8	172
Lazio	212	139	14	365
Abruzzi e Molise	824	721	101	1 646
Campânia	1 015	836	124	1 975
Puglia	456	386	46	888
Basilicata	416	290	45	751
Calábria	813	611	100	1 524
Sicília	1 050	841	31	1 922
Sardenha	81	27	24	132
Reino	6 911	4 807	916	12 634

Fonte: CSER – Reggio Commissariato dell'emigrazione. Relazione sui servizi dell'emigrazione per l'anno 1909-1910, presentata al Ministro degli Affari Esteri dal commissario generale Luigi Rossi. Roma: Tip. Nazionale di G. Bertero & C., 1910.

16 MALNATE, 1911: 24.

Esses dados permitem ainda duas constatações: a grande quantidade de representantes exclusivos de companhias estrangeiras (apenas 30 % menor que a das italianas), que também detinham a patente de vetor de emigração; a superioridade do número de representantes na Itália meridional, onde, a partir do início do século XX, a emigração transoceânica cresceu em resposta aos problemas socioeconômicos enfrentados e ao aumento demanda por mão de obra nos Estados Unidos.

Todo esse potencial migratório, aliado às poucas opções de trabalho nos campos italianos, compeliu mais e mais pessoas a atuarem como intermediários nos serviços de emigração. Dessa forma, a falta de autorização, não impediu que na clandestinidade – existente desde a lei de 1888 – elas arrolassem emigrantes. Ao final da primeira década do novo século, o número de recrutadores clandestinos superava, em muito, os 12 634 representantes de vetores legalizados – Malnate os calculava em cerca de 25 mil¹⁷.

Os proventos recebidos pelos *agenti* e *subagenti* sempre foram motivos de controvérsias. Os valores variavam de região para região e sofreram alterações com o desenvolvimento do fluxo migratório e a instituição das leis sobre emigração que procuraram disciplinar tais proventos. Dore fornece exemplos de quantias pagas aos subagentes em algumas províncias: em Cuneo, uma agência prometia 10 liras por emigrante embarcado, em Caserta, de 20 a 25 liras, na Calábria, 20 liras e em Abruzzi, de 20 a 40 liras¹⁸.

O comissário Egisto Rossi, em seu relatório sobre os serviços de emigração para o ano de 1904, apresentou panorama sobre os representantes de vetores. O recrutamento rendia de 10 a 30 liras italianas, oferecidas pelas companhias que possuíam linhas determinadas, frotas numerosas e de boa qualidade, que buscavam limitar essas provisões. O contrário acontecia com os fretadores que realizavam viagens esporádicas, com navios ultrapassados, e, portanto, interessados em elevar as provisões, que poderiam chegar a 70 liras italianas. Na prática, afirmava o comissário, esses representantes agiam como os *subagenti* da antiga lei de 1888¹⁹.

Outro estudo realizado por Malnate permite que se tenha ideia geral da evolução histórica dos valores das provisões. Antes de 1887, pagava-se não mais que 15 liras por emigrante embarcado. Após a lei de 1888, de 30 a 40 liras e, na primeira década do século XX, já com a lei de 1901, os valores atingiram 50, 65, chegando até 70

17 MALNATE, 1911: 25.

18 DORE, 1956: 16.

19 BUG – “La quarta relazione annuale sui servizi dell'emigrazione redatta dal comm. Egisto Rossi”. Ver *La Marina Mercantile Italiana*. 7 de julho de 1905.

liras. A explanação ilumina outro caminho para se compreender a dinâmica dessas provisões: o progressivo aumento deveu-se aos freios legislativos impostos aos *agenti e subagenti*, que antes extraíam maiores lucros não tanto das provisões, mas dos pagamentos exigidos pelos serviços prestados àqueles que desejassem partir²⁰.

Receber compensação financeira do emigrante era comum entre esses intermediários. Tanto que, em 1897, a Navigazione Generale Italiana fez publicar um regulamento para ser distribuído a seus representantes. Alguns dos 35 artigos são esclarecedores sobre esse tipo de prática.

Art. 5. Il subagente potrà trattenere dalle somme incassate tutta o parte della provigione a lui spettante, solo quando, chiestane autorizzazione, ne sarà stato debitamente autorizzato dalla società, in ogni modo però dovrà sempre dare avviso alla medesima dell'intera somma incassata.

(...)

Art. 15. Il subagente, se richiestò, deve prestare all'emigrante la própria cooperazione per ottenere il rilascio del passaporto. Badi però che non deve ricevere alcun compenso per questo o per qualsiasi altro titolo o pretesto, salvo il diritto al rimborso delle tasse di bollo, documenti, posta e telegrafo, da potersi eventualmente dimostrare e giustificare con documenti.

(...)

Art. 27. È assolutamente inibito ai subagente accettare dalle famiglie di emigranti gratutiti qualsiasi somma a titolo di compenso, ed i contravventori saranno deferiti all'autorità di P.S. per l'infrazione alla legge sull'emigrazione²¹.

Por outro lado, as companhias de navegação não tinham prejuízo. É certo, como já foi mencionado, que pagavam aos *agenti* comissões que giravam entre 20 e 30 liras, chegando, mais tarde, em alguns casos, até 60 liras por emigrante engajado. Malnate revelou em outro estudo sobre os agentes de emigração, uma prática bastante comum dessas sociedades para o pagamento das comissões: o sobrepreço das passagens.

20 MALNATE, 1910: 3.

21 BNCF – Navigazione Generale Italiana. *Istruzioni regolamentari per l'esercizio del mandato di subagente di emigrazione*. Roma: Tip. dell'Unione Cooperativa Editrice, 1897.

Siccome la società di navigazione aveva libertà di stabilire il nolo di cartello, cioè da pagarsi dall'emigrante, nella somma che più stimava opportuna, ad esempio 200 lire, al suo appaltatore accordava un nolo effettivo di sole L. 150, e così 50 lire, per ogni emigrante, era il guadagno lordo dell'appaltatore od agente d'emigrazione²².

Nem vetores de emigração ou companhias de navegação, nem representantes de vetores ou *agenti* e *subagenti*, na verdade, o prejuízo sempre acabou nas mãos dos emigrantes. Dano que não se restringiu ao aspecto financeiro, mas também às precárias condições dos serviços a que estavam sujeitos, desde a saída do vilarejo onde moravam, no deslocamento até o porto, na espera pelo embarque e, finalmente, durante a viagem; sem contar as prováveis agruras a serem enfrentadas nos locais de destino.

PORTUGAL: ENGAJADORES

A emigração portuguesa apresentou números significativos durante a segunda metade do Oitocentos, em ascensão no século seguinte, até o início da Primeira Guerra, totalizando mais de 1,3 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo. Em relação ao fluxo transoceânico, o Brasil sempre figurou como destino principal, recebendo 82,3% dos emigrantes, bem à frente dos Estados Unidos (15,3%) e da Argentina (2,4%). As porcentagens foram calculadas com base nas estatísticas americanas, que apresentam certas diferenças em relação à portuguesa devido aos critérios de registro adotados em cada lado do Atlântico.

O Estado não ficou inerte a toda essa movimentação. Interesses eram contrariados, enquanto novos surgiam e se associavam àqueles já existentes na defesa da emigração. As vicissitudes da política migratória portuguesa refletiram essa situação. A historiografia sublinha a tradição repressiva portuguesa de contenção da emigração que prevaleceu ao menos até a década de 1870 devido, sobretudo, à forte influência de importantes grupos agrários temerosos com a ameaça de redução da mão de obra disponível e do consequente aumento dos salários no campo²³.

22 MALNATE, 1911: 5.

23 PEREIRA, 2002; ALVES, 2001. Para uma posição mais matizada, ver LEITE, 1994.

A liberdade de emigrar foi consagrada no artigo 12.º da Constituição de 1838 – “Todo o Cidadão pode conservar-se no Reino, ou sair dele e levar consigo os seus bens, uma vez que não infrinja os regulamentos de polícia, e salvo o prejuízo público ou particular” – que, no entanto, relegou-a a posterior regulamentação. Foram exatamente as leis complementares, com seu caráter policial, que procuraram restringir a expatriação. Como observou Afonso Costa, a legislação era toda inspirada no critério proibitivo da emigração: de forma direta, quanto a que se fazia clandestinamente; de forma indireta, por meio de passaportes, imposições e taxas, em relação ao fluxo legal²⁴.

As leis de 20 de julho de 1855 e de 31 de janeiro de 1863 regulamentaram as condições de transporte e de contratação de emigrantes – uma forma de reprimir os agentes clandestinos acusados, dentre outros delitos, de incitar à emigração – e estabeleceram as condições de emissão de passaporte apoiadas em princípios gerais de autoridade, na defesa paternalista do emigrante contra abusos – que tiveram forte repercussão na opinião pública – e na questão do serviço militar.

Com o objetivo de evitar os incidentes ocorridos na década de 1850, como a transferência de trabalhadores de um contratador para outro ou até mesmo a venda no porto de chegada daqueles que deviam ao comandante da embarcação o valor da passagem, obrigou-se o emigrante, no momento da solicitação do passaporte, a apresentar o contrato de trabalho ou provar que a viagem já estava paga. Quanto ao serviço militar, os homens necessitavam comprovar seu cumprimento ou sua isenção, enquanto aqueles de idade entre 14 e 21 anos tinham que depositar fiança ou apresentar fiador idôneo, para garantir o cumprimento futuro das obrigações militares²⁵.

A partir de 1870, o aumento da emigração colocou-a na ordem do dia, originando até mesmo um inquérito parlamentar no ano de 1873 para estudar suas causas e estabelecer políticas em relação ao fenômeno. Como primeiro resultado, a lei de 28 de março de 1877 visava a estimular o retorno transoceânico e desviar a emigração para as colônias portuguesas em África. Medidas reforçadas em 1896 com gratuidade do passaporte para as terras africanas e, em 1907, através de sua supressão. O fluxo para o Brasil, no entanto, continuou a crescer e a alternativa colonial mostrou-se um fracasso.

A tudo isso, somava-se a polícia da emigração criada pela lei de 3 de julho de 1896, cujo objetivo tácito era reprimir o fluxo clandestino e seus engajadores;

24 COSTA, 1911.

25 LEITE, 1987: 466.

essa mesma lei reconhecia a existência de agências de emigração, que legalizadas deveriam pagar imposto. Segundo Costa Leite, em princípio, a legislação portuguesa proibia o incitamento à emigração, mas, na prática, quase tudo era permitido, desde os anúncios das companhias de navegação até o estabelecimento de agências²⁶.

Foram, aliás, os executores dos serviços ligados à emigração que, incitando ou mesmo acompanhando a evolução do fluxo migratório, não deixaram de aproveitar o momento para auferir lucros e crescer de forma substancial em terras portuguesas. O serviço militar obrigatório e a exigência de passaporte condicionavam a emigração, abrindo caminho para agentes e engajadores que, colocando-se entre o potencial emigrante e a burocracia do Estado, se propunham ajudá-lo a cumprir ou contornar a lei. As companhias de navegação, por seu turno, encontraram reserva potencial de emigrantes para serem transportados nas rotas do Atlântico e de tudo fizeram para fomentá-la através da propaganda e da contratação de engajadores.

A partir da década de 1880, a expansão geográfica da emigração, não mais restrita às proximidades do Porto, foi acompanhada pela intensificação da rede de engajadores a serviço das companhias de navegação. A presença desses intermediários nas cidades do Norte pode ser verificada nos registros do inquérito parlamentar de 1885 e nos anúncios dos jornais e revistas de Lisboa e Porto. Esses homens, aliás, não eram bem vistos pela opinião pública, cuja lembrança negativa a respeito dos primeiros engajadores de colonos estendia-se aos agentes de emigração, associada, em parte, ao êxodo clandestino e considerado como comércio de “carne humana”²⁷. Testemunhos impressos apontavam para a organização da rede de recrutamento. Assim informava o administrador de Mondim da Beira, cidade do distrito de Viseu:

Manifesta-se [a emigração clandestina] especialmente com indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estas companhias primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral, o primeiro agente reside em Lisboa ou no Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este género de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até ao momento do embarque. Faculta os passaportes e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O

26 LEITE, 1987: 469.

27 Expressão utilizada pelo jornal *O Século* (1.º de dezembro de 1890). *Apud* LEITE, 1996: 383.

segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial; da sua mão recebem os engajados o dinheiro para pagarem a passagem, para o comboio e para despesas. (...) O terceiro engajador é o agente ativo de todo o contrato; com ele tratam pessoalmente os engajados e famílias. É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa ou Porto.

Estes agentes têm comissões de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa²⁸.

Além de revelar a estrutura básica do serviço de recrutamento, o depoimento tocava na questão das comissões pagas pelas companhias, certamente um dos componentes principais dos rendimentos dos chamados engajadores. Os ganhos também se estendiam às atividades especulativas, como o empréstimo a juros altos para o emigrante pagar a passagem. Quanto à comissão, parece razoável admitir que as companhias de navegação cedessem em média 1/3 do valor dos bilhetes, distribuído ao longo dos três níveis da cadeia de agentes, cabendo aos recrutadores locais, que lidavam diretamente com os emigrantes, 10% desse montante²⁹.

Mas quem eram esses *engajadores* que vivam dispersos em meio à população das cidades, vilas e povoados? Notícias em jornais críticos a tal mister, além de fornecerem estimativas de seu número, identificavam ao menos a profissão desses sujeitos.

Nas províncias, muitos agentes, que ao todo são 3000 a 4000, ocupam na sociedade uma posição que por todos os motivos se devia considerar incompatível com o indigno mister de engajadores.

E, com efeito, assim sucede. O espírito da vil ganância vencendo os deveres do cargo, como engajadores encontram-se em diversos pontos do país, segundo nos afirmam, vereadores municipais, comerciantes, proprietários abastados, empregados do correio e das administrações e até sacerdotes!³⁰

28 Resposta de José de Vasconcelos Noronha e Menezes Jr. em 27 de novembro de 1885. *Comissão Parlamentar para o estudo da emigração portuguesa 1885*. Apud LEITE, 1996: 385-386.

29 LEITE, 1996: 388-389.

30 *O Século* (1.º de dezembro de 1890), apud LEITE, 1996: 383.

A miríade de atividades que se confundiam com a de recrutamento expõe a instabilidade dessa ocupação, em que os agentes locais teriam ligações esporádicas com o arrolamento de emigrantes para as companhias de navegação e dificilmente conseguiriam fazer disso um modo de vida.

Em suma, os serviços necessários à emigração transoceânica de portugueses abriram possibilidades econômicas que foram em grande parte também aproveitadas por estrangeiros. O transporte, a parte substancial do negócio, ficou a cargo das companhias de navegação inglesas, francesas e alemãs. Parte significativa das agências instaladas no Porto e Lisboa também era estrangeira. Foi somente a descentralização no âmbito do recrutamento que contou com participação exclusiva de portugueses.

ESPANHA: GANCHOS

A emigração transoceânica espanhola começou a tomar envergadura em fins do Oitocentos e atingiu seus índices máximos nas primeiras décadas do século seguinte. Essa talvez seja uma das principais diferenças em relação às correntes migratórias de Portugal e Itália, que haviam alcançado volumes significativos já nas últimas décadas do XIX.

À semelhança do movimento de portugueses para o Brasil, a corrente espanhola para a América hispânica também foi favorecida pela antiga relação metrópole-colônia, interrompida apenas pelas guerras de independência no início do século XIX. Os principais países receptores foram Argentina e Cuba. A primeira estatística publicada pelo *Instituto Geográfico y Estadístico* sobre o período de 1882 a 1930, por exemplo, difere bastante dos números oficiais americanos. Considerando-se os dados espanhóis, dos quase 3,3 milhões que se dirigiram para a América Latina nesses 69 anos, 48% concentraram-se na Argentina, 34% em Cuba e apenas 15% no Brasil.

A situação alterou-se já em fins do Oitocentos, sobretudo após a guerra de independência cubana em 1898, quando o caminho do Atlântico sul carregou a maioria dos emigrantes espanhóis, com o aumento do destino argentino na metade da primeira década do século XX, em resposta ao crescimento da economia agroexportadora e ao mercado de trabalho urbano em expansão. O mesmo momento em que o Brasil, apoiado em seu programa de imigração subvencionada, começou a fazer frente ao movimento em direção a Cuba. Às condições internas favoráveis nos dois países sul-americanos, deve-se acrescentar a redução do preço do transporte marítimo.

Outra característica importante da emigração espanhola era seu forte componente regional. Galícia, Astúrias e Ilhas Canárias forneceram os maiores contingentes de emigrantes, em especial os transoceânicos. A emigração catalã esteve presente, sobretudo na Argentina, onde conservou seus laços tradicionais, como a vocação para o grande comércio, local e de importação, e o transporte marítimo internacional. Volumes menores forneceram a costa do levante, de onde grande parte dirigiu-se para o norte da África, e a Andaluzia, cujos egressos dividiram-se entre os dois continentes.

Em meio a toda essa movimentação, o governo espanhol dava sinais de preocupação com o crescente fluxo já em meados do Oitocentos. A antiga tradição repressora da legislação persistiu com a política que liberava a emigração como direito, mas na prática a limitava³¹. A Real Ordem (R.O.) de 16 de setembro de 1853 é considerada pela historiografia como importante marco na política de emigração oficial³². Repercutindo a opinião pública da época contra os ganchos, seu principal objetivo era regulamentar os meios de transporte para assegurar condições mínimas aceitáveis para a travessia, controlar o fenômeno migratório e reduzir a abundante emigração clandestina.

A legislação regulamentou a capacidade das embarcações, a alimentação, as condições sanitárias, as formas de pagamento das passagens, a liberdade dos emigrantes para escolher o trabalho no desembarque. Ainda sob seu controle estavam os pré-requisitos necessários àqueles que desejassem emigrar, particularmente em relação às obrigações militares dos jovens, e a fiscalização dos transportadores³³. Por outro lado, a lei procurava canalizar a corrente migratória em favor das colônias espanholas do ultramar³⁴.

A partir de então, diversas leis e circulares seriam promulgadas com o mesmo teor. Em 1881, a R.O. de 16 de agosto criou nas Cortes a *Comisión especial para estudiar los medios de contener en lo posible la emigración por medio del desarrollo del trabajo*, considerada por Alonso como uma das primeiras iniciativas em matéria social por parte do governo³⁵.

As dificuldades da *Comisión* em obter dados quantitativos sobre o fluxo motivaram a criação do *Negociado de emigraciones* – subordinado ao *Instituto*

31 GONZÁLEZ. 1988: 88.

32 MIÑAMBRES, 1988; ALONSO, 1995; GONZÁLEZ, 1988.

33 R.O. del 16 de septiembre de 1853, apud MIÑAMBRES, 1988: 54.

34 GONZÁLEZ. 1988: 88.

35 MIÑAMBRES, 1992: 284; ALONSO, 1989: 442.

Geográfico y Estadístico – através do Real Decreto de 6 de maio de 1882, que também vetou a utilização de qualquer meio coercitivo para impedir a emigração, fruto do insucesso de experiências anteriores e em nome da liberdade individual³⁶.

Na década de 1890, a postura do Estado resumiu-se a três aspectos: combater a emigração clandestina e a ação dos ganchos, ou seja, dar proteção oficial ao emigrante; fomentar a colonização no interior da península para estancar o fluxo externo; dirigir a emigração para as colônias no ultramar. A R.O. de 11 de julho de 1891 era clara ao afirmar que o governo deveria ordenar a corrente migratória “en los límites del propio suelo o dirigirla a nuestras posesiones ultramarinas (...), sumando así fuerzas a la producción nacional, que de otra suerte, esparcidas en el exterior, se pierden para la Patria”³⁷.

O alvorecer do século XX veio acompanhado pelo intenso crescimento do fluxo migratório em níveis até então desconhecidos na Espanha e por inúmeras denúncias de exploração daqueles que partiam. A resposta veio com a promulgação da Lei de Emigração em 21 de dezembro de 1907, cuja regulamentação ocorreu em 30 de abril de 1908. Na verdade, mais do que impor entraves, o objetivo era regulamentar os canais por onde fluía a saída massiva de espanhóis, procurando protegê-los.

A preocupação com os efeitos negativos em relação ao despovoamento aparecia explicitamente no artigo 15, que facultava ao governo proibir temporariamente a emigração por razões de ordem pública, e no artigo 6, que condicionava a denominada “emigración colectiva” para países estrangeiros com propósito de colonizar terras à indispensável autorização especial do Conselho de Ministros. A definição desse tipo de emigração integrava o texto: “Á los efectos de este artículo se entenderá por emigración colectiva aquella que afecte á la despoblación de una comarca, pueblo, aldea ó parroquia”³⁸.

A nova lei dedicou especial atenção aos serviços da emigração – recrutamento, transporte, venda de passagens. Armadores e fretadores necessitavam de permissão do *Ministerio de la Gobernación* para transportar emigrantes, condicionada ao depósito de fiança no valor de 50 mil pesetas. A patente fornecida pelo *Consejo Superior* deveria ser renovada anualmente. Os consignatários ou ganchos nomeados pelos armadores para expedição de emigrantes necessitavam de autorização das *Juntas Locales de Emigración* e pagar fiança de 25 mil pesetas.

36 R.D. de 6 de maio de 1882, apud ALONSO, 1989: 446.

37 R.O. del 11 de julho de 1891, apud ALONSO, 1989: 445.

38 Ley de Emigración de 21 de diciembre de 1907. *Boletín del Consejo Superior de Emigración*. Madrid, ano I, t. I, 1909.

Quanto à nacionalidade, somente espanhóis poderiam exercer as funções de consignatários. A presença de grandes companhias de navegação, no entanto, ficou assegurada, pois não se vetou a participação de armadores e fretadores estrangeiros, desde que nomeassem um espanhol como representante. Outro alvo era o incitamento à emigração. Agências de emigração foram proibidas em todo o território espanhol e declarou-se ilegal o recrutamento de emigrantes e a propaganda para fomentar a emigração.

Finalmente, além de ratificar a venda de passagens como relação contratual, definindo as obrigações dos armadores, fretadores e consignatários, a proposta era acompanhar os emigrantes em todas as etapas do processo migratório através de inspetores designados para as áreas onde existia emigração, nos portos de embarque e desembarque e nos navios. Todo esse aparato seria financiado pela *Caja de Emigración*, cujos fundos viriam de uma consignação fixa do Estado, das patentes, das multas, das receitas provenientes das publicações do *Consejo* e de doações de particulares.

O problema dos clandestinos e do recrutamento de espanhóis era tão antigo quanto à própria emigração transoceânica. Era natural que a busca por imigrantes no outro lado do Atlântico associada à demanda pelos serviços de intermediação dos que pretendiam partir despertasse o interesse de companhias de navegação, de agências de emigração e dos chamados ganchos. Organizou-se, então, uma rede que permitiu ligar o ponto mais remoto da Espanha aos distantes territórios do Novo Mundo. Como observa Vázquez González, essa rede desenvolveu-se quanto maior era a defasagem entre a política migratória espanhola e as de emigração dos países americanos. Contradição que definiu marco concreto no qual se situou a intervenção dos ganchos³⁹. Oficialmente, o reconhecimento do problema dos agentes de emigração apareceu no interrogatório proposto pela *Comisión* em 1881: “¿Recorren esa localidad agentes de emigración? En caso afirmativo, ¿qué clase de promesas hacen a los emigrantes?”⁴⁰.

Deve-se estabelecer, portanto, a diferença entre aquele que oferece seus serviços de intermediação e o gancho – que andava pelos campos espanhóis recrutando indivíduos ou famílias para as companhias de navegação ou agências que tinham contratos com países americanos para a introdução de imigrantes. Analisando a emigração galega, Vázquez González enfoca toda a gama de intermediários

39 GONZÁLEZ. 1988: 89.

40 5.ª pergunta do questionário sobre emigração enviado a Vizcaya, apud PINEDO, 1988: 106.

a serviço do fluxo – dos ganchos às companhias de navegação, passando pelos agentes e consignatários, seu principal objeto de estudo. A descrição feita pelo autor revela total semelhança com o modo de agir de agentes portugueses (engajadores) e italianos (*agenti* e *subagenti*).

Na Galícia, a rede de serviços encontrava-se eficientemente hierarquizada e contava com o apoio interessado de pessoas importantes em cada povoado ou paróquia. Os agentes não se limitavam ao fornecimento de passagens e da documentação necessária para o embarque. Seus negócios abarcavam o financiamento da compra de passagens, a falsificação de passaportes e outros documentos e a canalização da emigração clandestina para portos estrangeiros – geralmente Leixões ou Lisboa. Acordos com os armadores e consignatários garantiam comissão por emigrante embarcado. A organização capilar alcançava qualquer ponto do território espanhol, seja no continente ou nas ilhas. Em cada porto havia três ou quatro agentes maiores que centralizavam as subagências distribuídas pelo interior, em locais de concentração populacional. Por outro lado, existiam indivíduos que também participavam do negócio hospedando os emigrantes enviados pelos ganchos⁴¹.

No País Basco, o estudo de Pinedo, com base no interrogatório de 1881, conseguiu detectar a ação dos ganchos que faziam propaganda da emigração gratuita para a Argentina e emprestavam dinheiro para a compra da passagem, a quem as pessoas recorriam para contratar a travessia. Todos tinham algo em comum: eram indivíduos bastante conhecidos nos povoados, ainda que não tão bem vistos⁴². Na Andaluzia, o modo de ação repetia-se. Nas duas décadas finais do século XIX, quando o destino argentino dominava, os emigrantes eram recrutados por ganchos a mando de agências especializadas. Segundo relato contemporâneo, a Acebal Díaz y Cia – com sede em Buenos Aires – recebia determinada quantia por emigrante desembarcado. Não havia necessidade de propaganda muito ativa, bastava anunciar em determinadas localidades as datas de saída dos vapores para conseguir passageiros que se deslocariam até os portos de Málaga e Cádiz⁴³.

No topo dessa organização encontravam-se as companhias de navegação, as principais interessadas no fluxo transatlântico. À semelhança de Portugal, a participação de companhias estrangeiras em portos espanhóis de emigração começou a crescer a partir da década de 1870, quando se generalizou a substituição

41 GONZÁLEZ. 1988: 89-90.

42 PINEDO, 1988: 118.

43 Despacho do cônsul francês em Cádiz (6 de outubro de 1889), apud BERNAL, 1988: 163.

dos veleiros pelos vapores nas viagens transoceânicas. Segundo Vázquez González, foi nesse período que ocorreu a internacionalização das companhias que transportavam emigrantes da Galícia para a América, pois a marinha mercante nacional não pôde participar diretamente dessa revolução tecnológica e, em vista do aumento do fluxo, abriram-se oportunidades para realização de lucros que atraíram sociedades de navegação inglesas, alemãs e francesas⁴⁴. Nessa conjuntura, restou aos antigos armadores galegos transformarem-se em consignatários das grandes sociedades de navegação, adaptando-se à nova atividade⁴⁵.

Em vários momentos, esse grupo de pressão mostrou sua face para defender o valioso negócio baseado na liberdade de emigrar e, principalmente, de promover a emigração. Em um deles, ao final do século XIX, através da *Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación de Vigo*, solicitou-se ao *Ministerio da Gobernación* a supressão urgente da permissão de embarque por considerá-la vexatória e inútil, sugerindo que todo o espanhol maior de idade pudesse sair do país apenas apresentando um comprovante de residência⁴⁶. Na justificativa não faltaram argumentos que transitavam das inconveniências aos passageiros a questões de interesse nacional – os benefícios da emigração de retorno e das remessas monetárias e a perda de ingressos no Tesouro devido aos embarques clandestinos ou em portos estrangeiros.

A pressão, no entanto, não foi plenamente eficaz. A lei de emigração de 1907 proibiu o recrutamento de emigrantes, a propaganda para fomentar a emigração (art. 33) e a existência de agências de emigração em todo território espanhol (art. 34), o que provocou a elaboração de documento por parte dos antigos agentes de embarque de La Coruña ao presidente do *Consejo Superior de Emigración*, no qual asseguravam que nunca haviam cometido abusos durante o exercício de seu trabalho e que cessaram suas atividades após a publicação da nova lei. Expressava-se ainda a necessidade do controle sobre a ação dos ganchos que surgiram a galope do crescimento do fluxo⁴⁷.

Apesar de a legislação espanhola proibir a abertura de agências de emigração, a obtenção de licença para qualquer tipo de atividade mercantil servia de cobertura

44 GONZÁLEZ, 1994: 583.

45 GONZÁLEZ, 1988: 90.

46 *Archivo General de la Administración*. Gobernación. Correspondencia, apud GONZÁLEZ, 2002: 23.

47 Orovio Naranjo. *Del campo a la bodega: recuerdos de gallegos en Cuba (siglo XX)*, 1988, apud GONZÁLEZ, 2002: 23.

legal para desenvolver a ampla gama de serviços a ela ligados. O negócio funcionou informalmente à sombra das sociedades de armadores, dos consignatários, dos consulados e de outros locais onde se exerciam atividades de comércio.

ESPECIFICIDADES LOCAIS, ESTRATÉGIAS SEMELHANTES

Em Portugal, o aparato migratório contou com as companhias de navegação estrangeiras no topo da hierarquia e, logo abaixo, com as agências de emigração, em grande parte também exógenas. Na outra extremidade, situavam-se os engajadores, que só poderiam ser portugueses, na medida em que o sucesso do recrutamento estava ligado ao conhecimento das gentes e dos locais com potencial de êxodo. A ação dos engajadores era interpretada, sobretudo pelos que se opunham à saída de populações, como nociva à pátria e associada ao fluxo clandestino, cujo imaginário remetia às péssimas condições de transporte e alocação dos açorianos que viajaram em meados do século presos a contratos e endividados com passagens e alimentação, e, posteriormente, à emigração subsidiada. Para muitos, os engajadores eram os verdadeiros incitadores do êxodo, agindo sem nenhum escrúpulo em nome das comissões pagas pelas companhias ou agências de emigração.

A rede de serviços da emigração na Espanha, apesar de organizada estruturalmente de forma análoga, apresentou diferenças em relação aos atores. É certo que na Galícia, a principal região migratória, as companhias de navegação estrangeiras dominaram plenamente o transporte de emigrantes, mas tanto em portos galegos quanto nos outros, a bandeira espanhola teve certa participação no tráfico. Dois aspectos, portanto, chamam atenção. A transformação dos antigos armadores de veleiros galegos em consignatários das grandes companhias espanholas ou estrangeiras. Tal fato revela, inicialmente, a fraqueza concorrencial para suportar o avanço tecnológico que representou a navegação a vapor, mas com o passar do tempo, esse grupo, já adaptado às suas novas funções e auferindo ganhos significativos, conseguiu organizar-se para defender seus interesses relacionados à emigração. A intervenção do Estado, estabelecendo por lei, que a função de consignatário só poderia ser exercida por espanhóis e proibindo a existência de agências de emigração por todo o território. Imposição de pouco sucesso, pois a extremidade dos capilares que avançavam pelo interior da península compunha-se por elementos nativos, os ganchos, que continuavam atuando, ávidos em receber comissões por seu trabalho de recrutamento.

Na Itália, em certo sentido, a questão era mais complexa. Em meio ao crescimento do fluxo migratório e ao conseqüente desenvolvimento da rede de serviços a ele relacionada, emergiram grupos cujos interesses divergiam ou convergiam conforme o momento, com destaque para os armadores genoveses e os *agenti* e *subagenti* do *Mezzogiorno*. Foram estes que resistiram tenazmente à lei de 1888, alegando que as províncias mais pobres da Itália meridional seriam privadas de um benefício financeiro seguro, representado pela mediação da emigração. Denominados por muitos como “i mercanti di carne umana”, quase sempre tiveram a opinião pública contra si, o que não impediu sua organização como grupo de pressão para defender interesses próprios. No embate com as companhias de navegação, porém, os *agenti* e *subagenti* pertenciam ao lado mais fraco, e, com a lei de 1901, grande parte transformou-se em seus representantes – o que certamente não implicou no fim das atividades clandestinas.

Agenti, *subagenti*, engajadores e ganchos – figuras polêmicas associadas ao lado mais perverso do fenômeno migratório e representantes da estratégia mais miúda, comum aos três países – foram fundamentais, como um dos elos da corrente que uniu os dois lados do Atlântico, para permitir o suprimento de mão de obra que, acompanhando a formação do mercado internacional de trabalho, sobrava na Europa mediterrânea e faltava na América.

SIGLAS

BNCF – *Biblioteca Nazionale Centrale Firenze*

BUG – *Biblioteca Universitaria Genova*

CSRE – *Centro Studi Emigrazione Roma*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Blanca Sánchez, 1989 – “La visión contemporánea de la emigración española”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 4, n.º 13. Buenos Aires.

ALONSO, Blanca Sánchez, 1995 – *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madri: Alianza Universidad.

ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”, in VII Cursos Internacionais *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

BERNAL, Antonio M., 1988 – “La emigración de Andalucía”, in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (dir.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.

COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de economia nacional: o problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.

DORE, Grazia, 1956 – “Il mezzogiorno e gli agenti di emigrazione”. *Rassegna di Politica e di Storia*, v. 3. Roma.

DORE, Grazia, 1964 – *La democrazia italiana e l'emigrazione in America*. Brescia: Morcelliana.

GONÇALVES, Paulo César, 2012 – *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda.

GONZÁLEZ, Alexandre Vázquez, 1988 – “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”, in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (dir.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.

GONZÁLEZ, Alejandro Vásquez, 1994 – “De la vela al vapor. La modernización de los buques en la emigración gallega a América”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, ano 9, n.º 28. Buenos Aires.

GONZÁLEZ, Alexandre Vázquez, 2002 – “Os novos señores da rede comercial da emigración a América por portos galegos: os consignatarios das grandes navieiras transatlánticas, 1870-1939”. *Estudios Migratórios*, n.º 13-14. Santiago de Compostela.

LEITE, Joaquim da Costa Leite, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *Análise Social*, v. XXIII, n.º 97. Lisboa: ICS.

LEITE, Joaquim da Costa, 1994 – *Portugal and emigration, 1855-1914*. Tese de Doutoramento. Nova York: Columbia University.

LEITE, Joaquim da Costa, 1996 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*, v. XXXI, n.º 136-137. Lisboa: ICS.

MALNATE, Natale, 1910 – *Spontaneità ed artificio nell'emigrazione*. Florença: Rassegna Nazionale.

MALNATE, Natale, 1911 – *Gli agenti d'emigrazione*. Florença: Rassegna Nazionale.

MARTELLINI, Amoreno, 2001 – “Il commercio dell'emigrazione: intermediari e agenti”, in BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (dir.), *Storia dell'emigrazione italiana*, v. I. Roma: Donzelli Editore.

MIÑAMBRES, Moisés Llordén, 1988 – “Los inicios de la emigración asturiana a América, 1858-1870”, in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (dir.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.

MIÑAMBRES, Moisés Llordén, 1992 – “Posicionamientos del Estado y de la opinión pública ante la emigración española ultramarina a lo largo del siglo XIX”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 7, n.º 21. Buenos Aires.

PEREIRA, Miriam Halpern, 2002 – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.

PINEDO, Emiliano Fernández de, 1988 – “Los movimientos migratorios vascos, en especial hacia América”, in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (dir.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás, 1988 – “Medio siglo de emigración masiva de España hacia América”, in SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás (dir.), *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madri: Alianza Editorial.

SORI, Ercole, 1979 – *L'emigrazione italiana dall'Unità alla Seconda Guerra Mondiale*. Bolonha: Il Mulino.

TRENTO, Angelo, 1988 – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel; Inst. Italiano di Cultura di San Paolo; Inst. Cultural Ítalo-Brasileiro.

O LABIRINTO DA PARTIDA: REDES MIGRATÓRIAS CLANDESTINAS NA REGIÃO DE VISEU (1870–1890)

SUSANA CHALANTE

INTRODUÇÃO

O fenómeno da emigração portuguesa tem sido estudado muito frequentemente sem um contexto teórico¹. O que se ambiciona com este trabalho é colmatar esse hiato ao agrupar a história com a teoria. De forma a perceber-se quais os vetores causais que explicam a emigração viseuense, pretende-se estudar os diferentes modelos que outras disciplinas têm utilizado para interpretar este tipo de fluxos. A exploração das ferramentas analíticas utilizadas pela sociologia das migrações internacionais vai permitir uma adequada conceptualização do objeto deste trabalho.

Ao longo das últimas décadas têm sido desenvolvidas distintas teorias para explicar a composição, formação, direção e persistência dos fluxos migratórios. Apesar dos diferentes modelos pretenderem analisar o mesmo fenómeno, muitos utilizam conceitos e enquadramentos radicalmente diferentes uns dos outros². Para investigar o fenómeno migratório na região de Viseu utiliza-se uma metodologia cruzada, nomeadamente o modelo dos sistemas migratórios³ e o das redes migratórias⁴. Cruzada significa entre outras coisas, três distintos níveis

1 Os trabalhos de Marcelo Borges e Maria Ioannis Baganha constituem exceções a este panorama. Ver BAGANHA, 1990; BORGES, 2009.

2 Para uma maior descrição dos modelos explicativos das migrações internacionais, ver BOYD, 1989: 638-670; MASSEY, et al, 1993: 431-466; MORAWSKA, 2007; PEIXOTO, 2004.

3 Sobre este modelo ver os trabalhos de ANDRADE, 2011: 267–299; BORGES, 2000: 171–208; HOERDER, 1996; PAGE MOCH, 1992; MORAWSKA, 1989: 237–272.

4 Existe uma extensa bibliografia sobre esta teoria produzida desde a década de 1960. Mais recentemente foram publicados os trabalhos de BOYD, 1989: 638-670; GRANOVETTER, 1973: 1360-1380; GRANOVETTER, 1983: 201-233; MACDONALD, 1964: 82-97; MASSEY, et al, 1987; WEGGE, 1998: 957-986.

de análise: macro, micro e meso. Apesar do nosso enfoque se dirigir no sentido das redes migratórias, que funcionam a um nível micro e meso, consideramos que uma análise mais abrangente deste fenómeno, recorrendo a diferentes conceptualizações, como a dos modelos já referidos, permitirá fazer um retrato das dinâmicas sociais que atuam no Viseu oitocentista. Assim, irão estudar-se as diferentes redes existentes no concelho de Viseu: as pessoais (vizinhança e familiares), as laborais; as assentes no mesmo local de origem ou as institucionais ou interpessoais (legais e ilegais), atentando-se nas funções dos distintos canais migratórios, mas também nas relações entre os diversos atores, cujas ações vão ser cruciais para o sucesso ou insucesso de cada uma das redes.

O MODELO DAS REDES MIGRATÓRIAS APLICADO À EMIGRAÇÃO VISENSE

O que se observa em Viseu é que existem diversos tipos de redes migratórias a funcionar em simultâneo: pessoais (vizinhança e familiares); as laborais; as assentes no mesmo local de origem ou as institucionais ou interpessoais (legais e clandestinas).

Ao contrário do que é sugerido pelo modelo de Massey parece-nos essencial não confundir ou agregar diferentes redes. Cada uma destas redes apresenta pontos de partida e atores diversos, funcionando de forma diferente e obedecendo a uma panóplia de motivações⁵. As mencionadas redes devem ser estudadas de forma distinta, atentando-se nas suas funções.

Tem sido abundantemente advogado pela literatura especializada a associação de redes migratórias a um capital social positivo, menosprezando o lado negativo. Recorde-se as condições degradantes em que muitos dos emigrantes viajavam para o Brasil oitocentista e a continuidade das mesmas circunstâncias nas terras de acolhimento, promovidas por patrões e por todos aqueles que pudessem ganhar com o processo, o que leva muitos autores a apelidarem este tipo de emigração de “escravatura branca”.

Não se deve apenas destacar as funções dos canais migratórios, mas também é necessário observar as relações entre os diversos atores, cujas ações vão ser cruciais para o sucesso ou insucesso de cada uma das redes. É essencial estudar-se a criação de dinâmicas pessoais entre aqueles que compõem a rede e, num outro

⁵ Ver as críticas feitas ao modelo de Douglas Massey, nomeadamente à teoria das redes migratórias por KRISSMAN, 2005: 9-14.

prisma, a existência de laços fracos (*weak ties*) entre agentes⁶. O conceito remete para o trabalho de Mark S. Granovetter e para as redes interpessoais. As redes sociais baseiam-se também na “força dos laços fracos”, ou seja, em relações sociais secundárias, que podem ser mobilizadas e aos quais os indivíduos têm acesso – vizinhos, amigos, pessoas da mesma profissão, agentes de emigração, etc. A difusão de informação, de oportunidades e comportamentos chegará mais depressa àqueles que se encontrem unidos por laços fracos⁷. Os emigrantes não se podem apoiar unicamente em redes migratórias compostas por familiares, já que o seu reduzido número não pode oferecer o adequado suporte.

Partindo deste conceito de *weak ties* podemos explicar mais claramente o sucesso atingido pelas redes de engajadores em Portugal, nomeadamente na região de Viseu. A relação do futuro emigrante com o engajador é estruturada e não depende de relações pessoais pré-existentes. Como a análise de redes indica, a ligação entre engajador e cliente é organizada em padrões de relações entre grupos e não é dependente das características individuais de qualquer um dos atores. Como aqueles agentes pretendem o sucesso do negócio, assumem uma série de estratégias para que os seus fregueses cheguem ilegalmente ao Brasil. Esta formalização, organizada de acordo com as necessidades e os objetivos dos vários grupos envolvidos, serve para garantir que os engajadores continuem a obter clientela, que os funcionários incluídos na transação auferam um dinheiro extra e que o emigrante chegue ao seu destino. Baseada nas *weak ties*, esta institucionalização vai além do alcance dos laços comunitários.

Na segunda metade do século XIX, a par de uma emigração direcionada nos limites dos trâmites legais, produzia-se um outro tipo de fluxo difícil de quantificar, mas não impossível de classificar. O ingresso nos labirintos da ilegalidade correspondia a uma necessidade de evasão daqueles que fugiam à alçada da justiça ou dos mancebos, que em idade militar, procuravam escapar ao recrutamento. O serviço militar, consignado na Carta Constitucional, traduz um novo conceito de cidadania que o Estado Liberal procura impor, mas que será abominado pela maioria da população durante o século XIX⁸. A aversão ao dever militar é constantemente referida por funcionários administrativos como a principal causa da emigração. Por exemplo, o deputado João Cândido Morais, ao analisar a emigração açoriana em 1872, radica esta repugnância no

6 HAAS, 2010: 22.

7 GRANOVETTER, 1973: 1377.

8 MONTEIRO, 2007: 99-114.

afastamento dos mancebos de sua casa e da sua Ilha porque muitas das vezes o serviço militar era efetuado no continente⁹.

Esta espécie de expatriação que também se verificava no resto do país, aliada à rutura do quotidiano familiar das populações, “a dureza das condições em que era cumprido, as incertezas quanto à sua duração e a injustiça da sua aplicação”, conduziam os mancebos a apelidar este serviço de “tributo de sangue”¹⁰. Grande parte dos jovens e de seus pais preferiam arriscar a incerteza de um “contrato” com um agente de emigração ilegal, para se aventurarem numa viagem transatlântica, do que preencherem os contingentes do exército. Esta aversão pelo serviço militar é tão forte que leva muitos homens entre os 14 e os 21 anos a auto-mutilarem-se de forma a ficarem isentos, nomeadamente a arrancarem dentes, a partirem braços e até a extraírem os dedos das mãos. Prática que o Governo em 1869 tenta debelar ao procurar integrar estes executantes da mutilação voluntária nos corpos do exército ou nas companhias de saúde e ao ordenar aos governadores civis que procedam a minuciosas investigações. A continuidade deste costume revela o insucesso da medida¹¹.

A análise da emigração clandestina na região de Viseu vai permitir distinguir entre as causas que explicam a emigração legal da clandestina. Nesta equação iremos atentar no papel dos engajadores no processo de construção de redes ilegítimas. Porque é que os indivíduos recorrem a este tipo de agentes, num contexto específico local, com características sociais e profissionais próprias? Outra questão desenvolve-se em torno da articulação entre as instâncias dos magistrados locais e o Governo central, tendo como pano de fundo a preocupação em responder com eficácia aos problemas causados pela fuga de pessoas sem controlo por parte das autoridades.

Na região de Viseu o papel do engajador e negociante Joaquim Pereira da Silva, popularmente conhecido por “Mata-Gatos” destaca-se de todos os outros agentes de emigração ilegal. Para além de ser o único engajador que acumulava a função de agente de emigração legal com a clandestina, pois durante mais de 20 anos vendeu bilhetes de barco em nome da Agência Pacífico, soube angariar uma série de cargos administrativos que o tornaram uma figura proeminente de uma pequena burguesia local e o tornaram detentor de uma extensa rede de contactos.

⁹ PORTUGAL. *Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, 1873: 76-77.

¹⁰ MONTEIRO, 2007: 100.

¹¹ A 20 de junho de 1870 o Ministério do Reino aprova uma lei com uma lista bastante extensa de lesões que tornam os indivíduos impróprios para procederem ao serviço militar.

A sua atribuição como agente de emigração é de tal forma evidente que se torna um interessante “case study” para caracterizar a dinâmica das redes ilegais (formas de operar) e legais. Como explicar que nas décadas de 1880 e 1890 o “Mata-Gatos” tenha sido acusado de diversas infrações relacionadas com a indústria dos passaportes falsos, nas comarcas de Mangualde, Santa Comba Dão, Resende, Viseu e Tondela e tenha sido ilibado de todas elas? A resposta à questão encontra-se na sua ascensão social, o que lhe possibilitou rodear-se de pessoas influentes e na sua capacidade em organizar um negócio ilegal com múltiplos agentes em diversos concelhos, inclusive em Lisboa.

A FUGA AO RECRUTAMENTO MILITAR: NAS MARGENS DA ILEGALIDADE

As vicissitudes políticas presentes na história da monarquia portuguesa durante o século XIX, as invasões napoleónicas e as constantes lutas civis até 1851 dificultaram a organização de um exército nacional. O recrutamento na primeira metade do século XIX, apresentava atrasos devido ainda a um excesso de isenções e à impossibilidade do Governo em executar a legislação sobre o assunto. A centralização da máquina militar só foi possível no início da segunda metade do século, sob o reinado de D. Pedro V.

A partir de 1855 o Governo permite aos mancebos, de 20 a 21 anos completos, escaparem ao cumprimento do serviço militar de uma forma legal, através da criação das substituições. Isto significava que os indivíduos poderiam arranjar outra pessoa que estivesse disposta a cumprir oito anos, sendo cinco anos de efetivos e três de reserva¹². Em 1859, é dada uma outra possibilidade aos jovens que pretendessem livrar-se do serviço militar: poderiam entregar uma quantia em dinheiro igual ao de uma substituição, a chamada remissão. Por outro lado, a lei obriga todos os rapazes, entre os 14 e os 21 anos, que pretendessem deslocar-se para um país estrangeiro a prestarem fiança, que servisse de garantia de que se apresentariam ou fariam substituir, caso fossem chamados para o serviço militar¹³. O preço elevado das substituições e remissões estigmatizava os segmentos sociais mais desfavorecidos da população portuguesa e

¹² Ver artº. 50, da Lei de 27.7.1855, *Colecção de Legislação*, ano de 1855, p. 256-268. O contingente de recrutas para o exército era calculado anualmente pelo governo tendo como base a proporção da população.

¹³ Ver artº. 7, Lei de 4.6.1859. As remissões não estiveram em vigor entre 1873 e 1884.

consequentemente impedia-os de se ausentarem das fileiras do exército. A única salvação destes homens era, de facto, o caminho da ilegalidade que permitia por menos dinheiro efetuar uma viagem até ao Brasil¹⁴.

A lei de 1887, ano em que se procura reorganizar o serviço militar, pretende uma maior uniformização desta obrigatoriedade ao criar uma taxa, quantia única e fixa, ou seja, igual para todos¹⁵. Acabam, assim, com as remissões, substituições e contratos entre mancebos. Por outro lado, aumentam o tempo de serviço para 12 anos – três no exército ativo, cinco na primeira reserva e quatro na segunda. A lei gerou vários protestos e em 1891 uma nova lei de recrutamento vem abolir a taxa militar e novamente são restabelecidas as remissões.

Se alguns indivíduos escolhiam comprar um passaporte pertencente a outro sujeito, a fraude mais comum, outros optavam por medidas “desesperadas”, ou seja, escondiam-se nas embarcações com a ajuda de amigos ou mesmo dos funcionários dos navios viajando sem passaporte. A evasão às imposições burocráticas parece ter sido mais frequente nas décadas de 1850 do que nas de 1870 ou 1880, encontrando-se poucos casos documentados deste tipo. A análise dos processos de 123 indivíduos capturados no porto de Lisboa e do Porto, entre 1870 e 1890, por pretenderem emigrar para o Brasil ilegalmente, e naturais do distrito de Viseu, revela que 10 casos correspondiam a mancebos sem passaporte, apenas quatro com documentos falsificados e os restantes viajavam com passaportes de outros.

Todos aqueles que não conseguissem apresentar os documentos exigidos pelo regulamento policial de 1863 incorriam na ilegalidade. Nomeadamente, tinham que provar que eram maiores de 25 anos, ou que estavam emancipados segundo a lei do recrutamento; que estavam livres de crimes, apresentando um registo criminal passado pelo juízo da localidade do seu último domicílio em que tivessem residido por mais de três meses, ou dando abonação idónea; que tinham permissão, sendo empregados públicos do seu hierárquico superior; que tinham licença, sendo menores de 25 anos, de seus pais ou tutor, e se fosse uma mulher casada, de seu marido. Finalmente, tinham que apresentar no governo civil ou na administração

¹⁴ Isilda Braga Monteiro refere que as diferenças entre o valor das remissões e os custos da emigração clandestina não seriam muito grandes. Ao analisarmos empiricamente os processos de emigração clandestina no distrito de Viseu não constatamos a mesma realidade. Em 1871 o valor das remissões era de 71\$025 reis, um dos anos com a importância mais baixa. Já em 1877 o agente de emigração Gonçalo Augusto dos Santos Uria, negociante em Viseu, cobrava 45\$000 por um passaporte falso, mais despesas (viagem e enxoval). Ver MONTEIRO, 2007: 107; ADV – *Fundo do Governo Civil, Correspondência recebida*, Caixa 2580, n.º 12 e 13.

¹⁵ Lei emanada do Ministério do Reino, de 12.9.1887, estabelecendo o serviço militar obrigatório e pessoal.

do seu concelho ou bairro, se tivessem a idade de 14 a 21 anos, a fiança determinada no artigo 11º da lei de 4 de junho de 1859, de que sendo chamados para o serviço militar se apresentariam ou se remiriam desse ónus pagando o preço da respetiva substituição, como é facultado no artigo 7.º daquela lei.

O PODER LOCAL E AS BATALHAS TRAVADAS CONTRA A EMIGRAÇÃO CLANDESTINA NO DISTRITO DE VISEU

Tal como no resto do país, no distrito de Viseu a ilegalidade coexistia com a norma. Muitos dos agentes de emigração, associados a companhias como a Real Navegação a Vapor do Pacífico, a Compagnie de Messageries Maritimes, a Aliança Marítima Portuense, a Mala Real Inglesa, com sede em Lisboa ou no Porto, exerciam esta atividade de uma forma legítima. Todos eles eram comerciantes com lojas de fazendas, de tabacos ou de solas, maioritariamente na cidade de Viseu. Outros, descontentes com os seus negócios genuínos, criavam redes de contactos entre Viseu e os portos de Lisboa e Porto assentes numa verdadeira indústria de passaportes falsos. Para além da desorganização dos serviços de recrutamento, existentes nas Câmaras Municipais e nas Administrações de Concelho, o governador civil tinha que lidar com o problema da emigração clandestina.

Sendo a mais alta figura da hierarquia da administração periférica nomeada pelo Governo e não eleita pelas populações, as diretrizes seguidas por este magistrado e seus subalternos, os administradores de concelho, em relação à emigração clandestina, eram as emanadas pela tutela política por via do Ministro do Reino. Durante o período em análise, os diferentes governadores civis foram reconhecendo que a ilegalidade era um problema a debelar porque traduzia a constatação de que os mancebos conseguiam, recorrendo ao serviço de engajadores, coadjuvados por funcionários das administrações de concelho e por regedores de paróquia, que lhes vendiam um passaporte em nome de outro indivíduo, escapar ao serviço militar. Num distrito que raramente lograva preencher os contingentes militares, a existência de redes de engajadores poderia ser sinónimo da incompetência daquele representante do poder central. De forma a debelar o crime de transmissão de passaportes válidos a mancebos em idade militar, os governadores civis instruíram os Administradores de Concelho com ordens precisas.

A grande batalha, a partir de 1879, data da primeira circular em que o governador civil apresenta uma posição clara para evitar a emigração clandestina, consistirá em reforçar as medidas policiais e de vigilância no distrito, de forma

a evitar que as pessoas se ausentassem do país sem cumprirem a obrigação do serviço militar, e sem a punição devida por crimes em que estivessem pronunciadas¹⁶. Tendo a percepção da impossibilidade de acabar totalmente com a emigração clandestina, ou com a indústria dos engajadores, o governador civil vai procurar utilizar as armas que tinham ao seu dispor, ao exigir maior rigor e zelo na autenticação da documentação exigida por lei para a concessão dos passaportes e na confirmação da identidade dos impetrantes. O preenchimento adequado das guias dos passaportes onde deveria sempre constar, da forma mais detalhada possível, os sinais físicos gerais (altura, idade, cor do cabelo, dos olhos, tipo de rosto) e característicos (sinais, cicatrizes, etc.) do requerente permitiria evitar a transmissão dos passaportes a terceiros. O rigor na descrição dos indivíduos foi o que permitiu ao polícia encarregado das visitas aos barcos no porto de Lisboa capturar três indivíduos da Várzea da Serra, do concelho de Tarouca em 1878¹⁷. Estes aparentavam ter menos de 20 anos de idade o que não correspondia aos 30 anos que constavam no passaporte. Outros documentos apresentavam uma grande divergência na altura ou nos sinais característicos.

Numa segunda fase, o governador civil vai procurar exercer vigilância sobre todos aqueles a quem é concedido o passaporte, de forma a evitar que estes transmitam aquele documento a terceiros¹⁸. A inexistência de meios logísticos nas administrações de concelho e nas regedorias de paróquia vai limitar a fiscalização de quais os futuros emigrantes que ainda se conservam nas suas terras de residência e aqueles que não seguem para o seu destino. A desorganização dos serviços administrativos da emigração também foi impedindo que os regedores seguissem as normas exaradas do Governo Civil. No entanto, o desvelo de alguns administradores de concelho irá por vezes permitir atalhar a emigração clandestina. Foi o caso dos mancebos que em novembro de 1880 foram capturados pela polícia do porto de Lisboa devido à informação dada pelo Administrador do Concelho de Mondim de Basto por pretenderem emigrar para o Brasil com passaportes ilegais¹⁹.

16 Circular n.º 5, de 15 de dezembro de 1879. Ver ADV – *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida*, livro 307.

17 ADV – *Fundo Do Governo Civil, Fiscalização do Recenseamento e recrutamento militar*, Caixa n.º 2938, n.º 83.

18 Circular n.º 28, de 17 de novembro de 1882. ADV – *Fundo do Governador Civil. Correspondência expedida (1835-1926). Circulares para os administradores de concelho. 3.ª repartição*, Caixa 16, n.º 12.

19 ADV – *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida (1833-1926)*, Liv. 308.

Mais tarde, o governador civil de Viseu, o então ativo Visconde do Serrado (1882-1886; 1890-1891), exorta as autoridades policiais de Lisboa a que “fiscalizem o embarque de indivíduos, o maior cuidado e vigilância, principalmente na conferência dos sinais característicos descritos nos passaportes com os dos próprios portadores (...)”²⁰. Tentava assim que a luta contra a emigração clandestina fosse levada a cabo em todo o país e não apenas no distrito de Viseu e que todos os intervenientes no processo cumprissem exemplarmente o seu papel.

“ABUTRES” E “ESPECULADORES”: O ENGAJADOR “MATA-GATOS”

A análise dos processos judiciais em nome do engajador Joaquim Pereira da Silva, ou “Mata-Gatos”, vem esclarecer ainda mais detalhadamente o negócio da emigração clandestina. O “Mata-Gatos” era originário da freguesia de Caparrosa, concelho de Tondela, e estabeleceu-se no bairro da Ribeira de Viseu, com uma loja de solas e outros objetos, antes de 1866. Desconhecemos se o facto de ter casado em segundas núpcias com um dos membros da família Salles de Mendonça e Silva, não terá promovido a sua carreira comercial²¹.

Ambicioso, em 1873, torna-se regedor de paróquia da freguesia oriental de Viseu; é sócio do Montepio visiense, mesário da Santa Casa da Misericórdia. O seu espírito empreendedor leva-o edificar o único moinho a vapor de moagem de cereais no distrito e mais tarde, em 1886, e após o insucesso desta fábrica localizada na Ribeira de Viseu, arranja um sócio, José de Vasconcelos Sousa Nápoles²², e funda a fábrica de moagem “Mondego”, localizada na freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira. Será ainda dono de uma tipografia, um ativo participante de um periódico regenerador *O Viriato*, quer como articulista ou como administrador e editor (1879), proprietário de um outro jornal regenerador *Comércio de Viseu* (1897).

A sua influência na sociedade visiense tinha que ser notória pois, em abril de 1884, consegue entregar pessoalmente, no Palácio da Ajuda, um ramo de camélias a D. Maria Pia por ocasião de uma quermesse, organizada pela rainha em benefício

20 ADV – *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida (1833-1926), Carta de 21.3.1882 para o administrador do concelho de Mangualde*, Liv. 310.

21 O sogro, José Salles de Mendonça e Silva, foi durante vários anos o comandante dos bombeiros de Viseu. Era uma figura muito respeitada na cidade segundo o jornal *O Viriato*.

22 Nasce em 1862 e morre em 1927, Soure.

da Associação das Creches. Morre, resultado de uma queda de cavalo em 1899, com 64 anos. Quando falece, deixa bens avaliados em 35.530\$945 reis²³.

O seu prestígio enquanto negociante de passaportes ilegais, e que se estendia ao Ministério do Reino, era de tal forma evidente que chegou a ser procurado por pessoas de todos os concelhos do distrito de Viseu. Sinal da sua importância pode ser vista numa agência de emigração, em 1907, vários anos após a sua morte, que exibia como localização “Campo de Viriato, na antiga Casa Mata Gatos”.

“Mata-Gatos” tinha correspondentes em várias partes do país, sendo ele o principal agente no tráfico. Um dos seus correspondentes era Manuel João da Silva Pinto, dono de uma hospedaria em Lisboa, que ia buscar os futuros emigrantes ao comboio, reconhecidos pelo lenço vermelho que traziam ao pescoço, e que depois os levava ao barco. Os valores cobrados pelo negócio não variavam e andavam pelos 110\$000 reis, ou 25 libras, incluindo a passagem de barco²⁴. Na década de 1870 Joaquim Pereira da Silva emprestava o dinheiro e os emigrantes comprometiam-se a pagar no espaço de seis meses. Se não o fizessem acrescia a esse valor o juro de 10% ao ano até ao total reembolso. Em 1886 passa a cobrar 2% de juros ao mês²⁵.

Em 1896, este homem tinha sido acusado de vários processos relacionados com emigração clandestina, nomeadamente a 24.7.1883 foi pronunciado na comarca de Sátão, por ter empregue meios e concorrido para a emigração clandestina de diversos indivíduos da mesma comarca; em 12.2.1884 foi pronunciado na comarca de Viseu pelo mesmo crime; em 6.11.1887 foi pronunciado na comarca de Mangualde pelo crime de falsificação de documentos para obter passaportes falsos; a 8.4.1888 foi pronunciado na comarca de Santa Comba Dão pelo crime de concorrer para a emigração clandestina; a 19.2.1889 foi pronunciado, na comarca de Penacova pela mesma fraude; a 5.10.1896 e 13.11.1896 foi pronunciado no 2.º distrito criminal da comarca de Lisboa por uma infração semelhante. De todos estes crimes, defendido pelos melhores advogados de Viseu, conseguiu ser ilibado.

23 ADV – *Fundo Judicial. Inventário Orfanológico de Joaquim Pereira da Silva.*

24 ADV – *Fundo do Governo Civil. Polícia/ Criminalidade. Caixa n.º 3565, n.º 23.*

25 ADV – *Fundo Judicial. Comarca de Viseu. Ações Várias em nome de Joaquim Pereira da Silva.*

CONCLUSÃO

A luta para obstar à ilegalidade no distrito de Viseu nas décadas de 1870 e 1880 foi inglória. As razões para o insucesso radicam em três fatores: a irregularidade da fiscalização e da vigilância; a incapacidade de fazer vigorar as medidas repressoras; o papel dos agentes de emigração clandestina.

Apesar das tentativas levadas a cabo pelos governadores civis para reforçar a vigilância e fiscalização do processo de obtenção do passaporte e dos seus portadores, através das diversas ordens dadas e da emanação das circulares n.º 5, de 1879; n.º 1, de 1880; n.º 27 e 28, de 1882; n.º 7, 1885; n.º 8, de 1887 e n.º 4, de 1889, as medidas foram constantemente goradas pelos administradores de concelho. Ao longo de toda a década de 1880 estes funcionários vão sendo advertidos pelo seu superior pela inexactidão com que vão preenchendo as guias de passaportes, onde muitas vezes não constam os sinais gerais e particulares dos impetrantes ou o grau de alfabetização. Desrespeitam as recomendações feitas nas circulares ao não exigirem dos requerentes a assinatura do devido termo de responsabilidade de passaporte ou não percebem a legislação emanada do Ministério do Reino sobre a concessão de passaportes a sujeitos em idade militar²⁶.

A incapacidade do aparelho burocrático em fazer cumprir as medidas repressoras (multas e prisão), quer por parte dos governadores civis, quer dos tribunais parece ter sido uma realidade. A história de Joaquim Pereira da Silva, o “Mata-Gatos” é uma prova desta inabilidade, cuja atividade enquanto aliciador de emigração clandestina era muito conhecida, mas que a magistratura local nunca conseguiu provar e interromper. Demonstrar estes casos tornava-se praticamente impossível porque

“não pode, pelas investigações administrativas, obter-se prova suficiente daquela fraude. Os verdadeiros impetrantes ou não aparecem para serem interrogados sobre o destino que deram aos passaportes, ou declaram que os perderam. E a algum dos agentes confessam que contrato fazem da passagem com eles; mas que ignoram que transmitissem a outras pessoas os seus passaportes,

²⁶ O termo de responsabilidade de passaporte é criado em 1879 pelo governador civil de Viseu e obriga todos os requerentes a assinarem um documento em que afirmam restituir o passaporte no caso de não o usarem no espaço de 60 dias.

e negam o que alguns dos indivíduos capturados com passaportes de outros afirmam ser ele o promotor ou solicitador dessa fraudulenta transmissão”²⁷.

Por vezes, os administradores de concelho não levantavam o devido auto de investigação aos intervenientes nas fraudes, obrigando o governador civil a insistir na sua importância. Em 1882, o visconde do Serrado, ao descobrir que vários mancebos pertencentes ao concelho de Fráguas, tinham sido presos em Lisboa por emigração clandestina, ordena ao administrador daquele município diversas vezes que “faça uma exposição destes factos, mostrando a necessidade da conveniente aplicação da lei, para que se não torne uma ilusão o termo da responsabilidade por esses indivíduos prestados, e se dê um exemplo eficaz para a não repetição de tais factos que desacreditam uma administração onde ocorrem casos de semelhante natureza”²⁸.

A ilusão a que se refere o Visconde do Serrado, todavia, radicava num pressuposto diferente. A emigração clandestina deveria ser combatida no distrito de Viseu não pelas consequências que o fenómeno acarretava para o país nos domínios social e económico, mas principalmente porque a permanência deste tipo de ilegalidade permitia a fuga ao recrutamento. A evasão ao serviço militar revelou-se, de facto, como a grande questão que importava evitar a todo o custo, aparecendo a mesma como um sintoma da debilidade do processo de construção do Estado liberal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo do Governo Civil. Atas e Cadernos Eleitorais. Câmaras Municipais. Concelho de Viseu. 1852-1911.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo do Governo Civil. Correspondência expedida do GVC Viseu para os administradores de concelho, presidentes da Câmara e outras entidades (1835-1926).*

²⁷ ADV – *Fundo do Governo Civil, Correspondência Expedida, Ofício do Governador Civil de Viseu para o de Lisboa, 2.1.1883, Livro 346.*

²⁸ ADV – *Fundo do Governo Civil. Polícia/Criminalidade. Ofício de 27.12.1882, Caixa n.º 3565, n.º 23.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo do Governo Civil. Correspondência recebida (1833-1926). Concelho de Viseu, Ministério do Reino e outras entidades.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo do Governo Civil. Fiscalização do recenseamento e recrutamento militar: Informações sobre emigração ilegal de mancebos, 1872-1921; pedidos de esclarecimento de dúvidas sobre a concessão de passaportes a mancebos, 1862-1922; Pedidos de informação ao GVC sobre passaportes concedidos a reservistas, 1896-1930.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo do Governo Civil. Polícia/Criminalidade: Controle e repressão da emigração clandestina, 1871-1933.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Fundo Judicial. Processos Judiciais. Comarca de Viseu. Ações Várias. Joaquim Pereira da Silva, 1866-1898.*

ADV, Arquivo Distrital de Viseu – *Inventários Orfanológicos. Joaquim Pereira da Silva. 1899.*

ATALAIA, Folha Religiosa, Polémica, Literária e noticiosa, 1876.

COMÉRCIO de Viseu, Folha Regeneradora, 1886, 1897, 1898.

IMPARCIAL (O) – Político, Litterario e noticioso, 1872-1874.

JORNAL de Viseu (O), 1869, 1870, 1872, 1885, 1899.

LIBERDADE (A) – Folha Política, Literária e noticiosa, 1874-1875; 1879-1880.

PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, compil. *Primeiro inquerito parlamentar sobre a emigração portuguesa*, Lisboa: Impr. Nacional, 1873, p. 76-77.

VIRIATO (O), jornal político, instructivo e commercial, Vizeu, 1870-1892.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Cristiana Viegas, 20110 – “Migration Systems in Nineteenth-Century North-Western Portugal: The Case of Vila do Conde”. *International Revue of Social History Online*, 56. Disponível em: [<http://journals.cambridge.org>] (consultado em 11-12-2011).

BAGANHA, Maria Ioannis, 1990 – *Portuguese Emigration to United States, 1820-1930*. Nova Iorque e Londres: Garland.

BORGES, Marcelo, 2009 – *Chains of Gold. Portuguese Migration to Argentina in Tranatlantic Perspective*. Leiden and Boston: Koninklijke Brill.

BORGES, Marcelo, 2000 – “Migration Systems in Southern Portugal: Regional and Transatlantic Circuits of Labour Migration in the Algarve (Eighteenth–Twentieth Centuries)”. *International Review of Social History*, 45.

BOYD, Monica, 1989 – “Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas”, *International Migration Review Online, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's*, 2 (3). Disponível em: [<http://www.jstor.org/stable/2546433>] (consultado em 21-2-2012).

GRANOVETTER, Mark S., 1973 – “The Strength of Weak Ties”. *American Journal of Sociology*, 78(6).

GRANOVETTER, Mark S., 1983 – “The Strength of weak ties: a network theory revisited”. *Sociological Theory*, 1.

KRISSMAN, Fred, 2005 – “Sin Coyote ni Patrón: Why the migrant network fails to explain international migration”. *International Migration Review Online*, 39. Disponível em: [<http://www.jstor.org/stable/27645475>] (consultado em 20-3-2012).

HOERDER, Dirk, 1996 – “Migration in the Atlantic Economies: Regional European Origins and Worldwide Expansion”, in HOERDER, Dirk; PAGE MOCH, Leslie (eds.), *Global Moves, Local Contexts: European Migrants in International Perspective*. Boston: MA.

MACDONALD, John S.; MACDONALD, Leatrice D., 1964 – “Chain Migration Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks”, in *Milbank Memorial Fund Quarterly*, 42(1).

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward, 1993 – “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”, in *Population and Development Review Online*, 19 (3). Disponível em: [<http://www.jstor.org/stable/2938462>] (consultado em 8-1-2012).

MASSEY, Douglas S.; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto, 1987 – Return to Aztlán: *The Social Process of International Migration from Western Mexico*. Berkeley: University of California Press.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2007 – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar: uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. *População e Sociedade*, 15. Porto: CEPESSE.

MORAWSKA, Ewa, 2007 – “International Migration: Its various mechanisms and different theories that try to explain it”, in *Willy Brandt Series of Working Paper's in International Migration and Ethnic Relations online*, n.º 1. Disponível em: [http://dspace.mah.se:8080/bitstream/handle/2043/5224/WB1%2007%20inlaga_1.pdf..?sequence=1] (consultado em 7-3-2012).

MORAWSKA, Ewa, 1989 – “Labor Migrations of Poles in the Atlantic World Economy, 1880–1914”, in *Comparative Studies in Society and History*, 31.

PAGE MOCH, Leslie, 1992 – *Moving Europeans: Migration in Western Europe Since 1650*. Bloomington: IN.

PEIXOTO, João, 2004 – “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas”, in *SOCIUS Working Paper*, n.º 11. Lisboa: ISCTE.

WEGGE, Simone A., 1998 – “Chain Migration and Information Networks: Evidence From Nineteenth-Century Hesse-Cassel”. *Journal of Economic History*, 58(4).

ALIMENTANDO O MITO DO ELDORADO: O INTERCÂMBIO DE CAPITAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

GLADYS SABINA RIBEIRO

Para abordar o trânsito de capitais entre Brasil e Portugal, é preciso primeiramente afirmar a importância, em igual proporção, dos capitais materiais e imateriais. Como mencionaram Amado Cervo e José Calvet de Magalhães, os fluxos financeiros e comerciais, bem como a imigração entre Brasil e Portugal, sempre existiram¹. E podemos acrescentar que foram cruciais para ambos os países. Desta forma, a decorrência lógica desta constatação é a necessidade de se traçar o perfil desse imigrante e dessa imigração.

São muitos os motivos elencados pelos pesquisadores que examinaram o fenômeno da emigração portuguesa. Em estudos que desenvolvi com base na entrada de passaportes, documentação existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, segui a mesma linha de Joel Serrão: a imigração para o Brasil foi anterior a autonomia política e manteve-se em um *continuum* crescente desde fins do século XVIII. Tomei por base a definição de Serrão, que considera emigrante os que vinham por desejo próprio². Analisando, então, os dados coligidos, percebemos que na cidade do Rio de Janeiro, havia um mercado de trabalho em formação desde início do século XIX, que mesclava, gradualmente e cada vez mais, os ditos negros e os chamados brancos, antecipando a realidade descrita por Luis Felipe Alencastro para meados do desse mesmo século³.

1 CERVO, 2000: 129-200.

2 SERRÃO, 1965: 20.

3 RIBEIRO, 2000. Conferir, respectivamente, para as questões relativas ao mercado de trabalho em formação e para a política de imigração portuguesa, BARBOSA, 2009: 135.

Maria Luisa Nabinger de Almeida Pasckes⁴ fez ainda um repertório de fatores de expulsão dos emigrantes lusos, remontando-os aos anos da Independência e aos de 1830, bem como à revolta de Maria da Fonte e da Patulêia (1846-1848), que teriam alterado as relações sociais no campo e destruído a pequena economia de subsistência, sem integrar a pequena propriedade ao comércio exportador nas regiões Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa. O excedente populacional gerado se transferiu para as cidades de Lisboa, do Porto e para o exterior. Fora isso, mencionou de igual maneira a crise do capitalismo, agravada a partir de 1910 com as lutas para a implantação da República. Além das razões econômicas, a autora apontou como fator brasileiro de atração as melhores condições de vida, o que transformava o país em um verdadeiro Eldorado, além da facilidade da língua comum⁵.

O argumento maior traçado por Maria Luisa – que o crescimento demográfico não explicaria a expulsão de portugueses do solo pátrio – é contrário ao que pensa Hebert S. Klein⁶. Este último pesquisador apoiou o seu raciocínio no aumento populacional, afirmando que este não foi acompanhado do crescimento econômico. Tal lacuna deveu-se a três problemas principais: 1) a distribuição da terra não foi capaz de se modernizar para produzir alimentos suficientes para todos, sobretudo no Norte, região densamente povoada e com predomínio de minifúndios; 2) o vinho do Porto tinha uma capacidade industrial restrita e não podia compensar o crescimento restrito da indústria; 3) o setor industrial, com ritmo de crescimento lento, tinha proteção excessiva e ineficaz, e não foi capaz de suprir as deficiências da agricultura. Nesse contexto, houve uma elevada taxa de natalidade (superior a 30%)

4 PASCKES, 1991: 81-93.

5 PASCKES, 1991: 81-93. Apresenta os seguintes percentuais com base em dados do INEA: da região de Trás-os-Montes vieram 14,5% de emigrantes (Bragança e Vila Real); da região do Minho, 13% (Viana do Castelo e Braga); 17 % da região do Douro Litoral (ao redor da cidade do Porto); da Beira Litoral 25% (Aveiro e Coimbra); da Beira Alta 22,6% (Viseu e Guarda), da Beira Baixa 0,5% (Castelo Branco); do litoral 6,3% (Leiria e Lisboa); do interior 0,5% (Santarém, na região de Ribatejo); da região do Alto Alentejo 0,1% (Portalegre e de Évora); do sul, regiões do Baixo Tejo e do Algarve, partiram 0,6% de Beja e 0,4% de Faro. Totalizando os dados, afirma que "(...)a maioria dos imigrantes portugueses no Brasil vieram das regiões onde os setores de produção mais importantes eram o comércio exportador e a pequena agricultura. Da Beira Litoral, Beira Alta, Douro Litoral, Trás-os-Montes, Minho e Estremadura vieram 98,7% de emigrantes portugueses para o Brasil durante o final do século XIX. Em seguida, das regiões do Baixo Tejo, do Ribatejo, Beira Baixa, Algarve e Alto Alentejo, vieram 2,1% de emigrantes para o Brasil no mesmo período. O que demonstra ser insignificante a contribuição do sul de Portugal na imigração brasileira. Durante os primeiros anos do séc. XX até 1920, a procedência dos emigrantes para o Brasil conhece alterações. É da região de Trás-os-Montes, com 90% que chegam a maior parte dos trabalhadores, seguidos por outras regiões do norte de Portugal. Aumentando, porém a emigração das regiões do Ribatejo e do Baixo Alentejo".

6 KLEIN, 1993: 235-265.

e uma diminuição gradual da mortalidade (superior a 20%), o que levou a uma taxa natural de 1% no final do século XIX e a um percentual de 50% de emigração legal, entre 1886-1959, do excesso de nascimentos em relação ao número de mortes⁷.

Klein afirmou que a emigração não foi uniforme e apontou os períodos mais intensos: 1912-1913, 1918-1920 e 1966-1972, concentrando-se nos distritos do litoral e do interior norte – região de minifúndios –, bem como no nordeste trasmontano, que tinha recursos econômicos insuficientes para alimentar a população. A subdivisão excessiva da terra também aconteceu nas ilhas da Madeira e Açores. Dos 1 306 501 portugueses que emigraram entre 1855 e 1914, 78% eram do continente. Destes, 82% foram para o Brasil, 2% para a Argentina e 15% para os EUA⁸. Ao contrário do que argumentou Miriam H. Pereira, Joel Serrão e dos cálculos que fiz sobre a documentação de entrada de emigrantes e apresentação de passaportes na polícia, contabilizada para o período do Primeiro Reinado, Klein subestimou o número de clandestinos e afirmou que de 1870 a meados do XX estes eram em número reduzido. Argumentou que desde 1860 se exigia passaportes para saída de Portugal, mas que este tinha custo reduzido e correspondia a apenas 10% do custo da passagem para o Brasil, no século XIX, e menos de 20% no princípio do XX, fora que até 1929 – quando se introduziu a obrigatoriedade de saber ler e escrever – quase não havia restrições para a emigração e não se controlava os destinos⁹. Os homens em idade de serviço militar podiam pagar fiança, que correspondia ao dobro da tarifa mais barata de um bilhete de 3.ª classe para o Brasil”¹⁰.

Do ponto de vista das faixas etárias e da divisão sexual, a realidade da imigração pode ser acompanhada pelos recenseamentos brasileiros e pelos dados emigratórios disponíveis em Portugal.

O recenseamento geral de 1890¹¹ fornece-nos dados preciosos sobre a presença de estrangeiros. A população total da cidade do Rio de Janeiro cresceu de 274 972 habitantes, em 1872, para 522 651 pessoas, em 1890. O censo também nos indica o número de estrangeiros nesses anos, bem como a divisão por sexo. Assim, no ano de 1872 havia 190 689 brasileiros e 84 283 estrangeiros. Destes, 158 766 eram homens e 116 206 eram mulheres. Para a percentagem de 69% de brasileiros,

7 KLEIN, 1993: 235-236.

8 KLEIN, 1993: 236.

9 KLEIN, 239.

10 KLEIN, 239.

11 RIBEIRO, 1987.

tínhamos 31% de estrangeiros. Havia 58% de homens e 42% de mulheres. Já em 1890, a cifra de brasileiros subiu para 367 449 e de estrangeiros para 155 202 habitantes. A população masculina era de 293 657 pessoas e a feminina de 228 994. Isto correspondia a 70% de brasileiros para 30% de estrangeiros e 56% de homens para 44% de mulheres.

Estes números nos levam a tirar algumas conclusões. Apesar de a proporcionalidade de homens e mulheres e brasileiros e estrangeiros permanecer relativamente constante, a população da cidade cresceu em ritmo acelerado. A causa desse crescimento se deu não só pelo fluxo migratório interno, mas também pelo aumento das cifras de imigrantes que entraram no país a partir de 1866. Deste ano até 1890, o censo apresenta uma tabela dos estrangeiros que entraram no país e os anos de sua permanência. De 1890 em diante o número cresce: de 1889 para 1890, o aumento é de dobro (9 216 e 18 655, respectivamente).

A presença dos estrangeiros na cidade era significativa. Dentre estes, os portugueses eram bastante numerosos. Em 1890, havia 106 461 lusitanos, sendo 77 954 homens e 28 507 mulheres. Os homens correspondiam a 50% da população estrangeira e as mulheres a 18%. Homens e mulheres somavam um total de 68% dos estrangeiros.

Este censo ainda nos revela a percentagem de portugueses que adotaram a nacionalidade brasileira, 18% (14% homens; 4% mulheres), e os brasileiros de origem lusa: 120 983 habitantes filhos de pai e mãe portugueses; 2 895 habitantes filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa e 37 325 habitantes filhos de mãe brasileira e pai luso.

Portanto, se considerarmos o número bruto de habitantes lusitanos na capital, em 1890, estes eram 1/5 da população. Se a estas cifras acrescentarmos os filhos de portugueses, a população de origem lusitana mais direta cresce para 267 664 pessoas, havendo uma verdadeira presença portuguesa na cidade.

A imigração portuguesa não parou de crescer a partir de 1890. Justamente entre esta data e 1930, houve o maior fluxo migratório de portugueses para o Brasil, que na majoritariamente entravam pelo porto do Rio de Janeiro. A partir de 1930, a imigração lusitana decresceu rapidamente:

Os dados referentes ao censo do Distrito Federal de 1906 e do recenseamento geral de 1920, apresentam a mesma tendência. Em 1906, o Rio de Janeiro tinha 811 443 habitantes, sendo 463 453 homens e 347 990 mulheres. O total de brasileiros era de 600.928 e de estrangeiros, 210 515. Dentre esses últimos, havia 133.393 lusitanos. O número de solteiros continuava bem superior ao de casados: 527 675 (314 378 homens e 213 297 mulheres) para 214 730 (124 904 homens e

89 826 mulheres). A disputa entre os brasileiros solteiros e portugueses em igual condição persistia: dos 193 948 brasileiros solteiros, 111 215 eram homens e 82 733 eram mulheres; dos 76 496 estrangeiros solteiros, 64 931 eram homens, sendo 51 756 portugueses, e 11 565 eram mulheres, sendo 9 007 portuguesas. Dentre a população lusitana, a maioria ainda se concentrava entre os 15 e os 50 anos. Assim, havia 80 805 homens e 22 346 mulheres nesta faixa.

De acordo com o *Recenseamento do Brasil de 1920*, a população do Rio de Janeiro na época era de 1 157 873 habitantes, sendo 598 307 homens e 559 566 mulheres. Havia 917 481 (79,2%) brasileiros e 239 129 (20,8%) estrangeiros. A percentagem de estrangeiros na cidade diminuiu um pouco, em comparação com os outros censos. O número e o percentual de lusos na cidade também decresceu: 172 338, equivalente a aproximadamente 14% da população total. Destes, 117 604 eram homens e 54 734 eram mulheres.

O número de solteiros, entretanto, continuava maior do que o de casados no geral: 404 176 homens e 340 287 mulheres, solteiros, para 171 575 homens e 153 351 mulheres, casados, e para 18 316 viúvos e 64 539 viúvas. No seio da comunidade lusitana, o número de homens casados tornou-se um pouco mais equilibrado: 52 987 solteiros para 58 687 casados. Porém, o número de mulheres casadas era bem maior do que o de solteiras, respectivamente, 29 001 e 16 434. Sem dúvida, este fato deve ter gerado o mesmo tipo de problemática apontada por Sidney Chalhoub¹² para anos anteriores: a disputa entre brasileiros e portugueses por mulheres, mais especificamente, neste período, por brasileiras.

Tal disputa, atestada até mesmo no nascente samba carioca, foi contestada por Hebert S. Klein¹³ ao afirmar que os portugueses faziam, em geral, mais casamentos endogâmicos em virtude do preconceito que se tinha pelos lusos, por serem pobres. Contudo, para este argumento, apresentou apenas dados oficiais, desconsiderando os amasiamentos, e usou tão-somente o lapso temporal de 1907 a 1916. Klein ainda diz que para este período teríamos 22 030 homens e mulheres portugueses que se casaram na cidade do Rio de Janeiro, sendo que 51% dos homens se casaram com mulheres portuguesas e 84% das mulheres se casaram com homens portugueses. Além disso, se compararmos esses dados com o total de entrada, devemos relativizar as afirmações acima, até mesmo aquelas que diziam que o preconceito da pobreza dificultava relações amorosas. Lembremos que a

12 CHALHOUB, 1986: 113-164.

13 KLEIN, 1993: 235-265, 250-252.

maioria de imigrantes, pobres, amasiava-se com mulheres brasileiras, muitas delas descendentes de ex-escravos.

A respeito da concentração por idade, mais uma vez, relativamente, os dados não sofrem grande alteração. O censo escolheu como referência um total de 1 000 homens e mulheres portugueses e encontrou os seguintes números comparativos entre 1906 e 1920¹⁴:

QUADRO N.º 1

Em 1 000 homens, em 1 000 mulheres e em 1 000 habitantes brasileiros ou estrangeiros, quantos temos de cada grupo de idade

	1906	1906	1906	1906	1906	1920	1920	1920	1920	
POPULAÇÃO/ IDADE	0 a 4	15 a 49	50 a 69	70 e +	idad ig*	0 a 14	15 a 49	50 a 69	70 e +	idad ig*
BRASILEIROS										
Homens	414	518	56	7	5	404	529	52	7	8
Mulheres	393	515	74	14	4	376	531	75	16	2
Total	404	517	64	11	4	390	530	64	11	5
PORTUGUESES										
Homens	51	794	134	12	9	44	802	136	15	3
Mulheres	91	707	173	24	5	80	726	162	30	2
Total	60	773	144	15	8	55	778	144	20	3

* Sendo idad. igi, idade ignorada.

A conclusão que chegamos é bastante simples: em 1920, a faixa entre 15 e 49 anos concentrava o maior número de portugueses que habitavam a cidade do Rio de Janeiro. Estes dados todos não foram citados gratuitamente. O imigrante lusitano, na sua maioria homem, solteiro e em idade considerada produtiva, era um concorrente em potencial dos brasileiros, em um mercado de trabalho com oportunidades escassas. A capital do país contava com uma população em proporção

¹⁴ RIBEIRO, 1987.

superior às limitadas necessidades do seu setor industrial e de serviços¹⁵, logo, a oferta de força de trabalho era superior às colocações no mercado de trabalho, o que resultava conseqüentemente no desemprego e na dificuldade de obtenção de postos de trabalho. Os estudos existentes apontam custos de alimentação altos, queixas contra a carestia de vida e insatisfações salariais¹⁶.

Portanto, por um lado podemos compreender que as rixas entre brasileiros e portugueses não eram resultantes da antiga colonização, mas sim um sentimento construído pelas disputas no mercado de trabalho já em construção no Oitocentos. E esse antilusitanismo vinha de longe, uma vez que esses imigrantes amealhavam novas possibilidades de vida e acumulavam algum pecúlio, submentendo-se a condições ruins de trabalho e sendo muitas vezes explorados por brasileiros e por seus próprios conterrâneos.

Com dados obtidos na documentação de entrada de estrangeiros e apresentação de passaportes, podemos discutir, então, a afirmação de Luis Felipe Alencastro¹⁷ que disse ser o perfil desse mercado de trabalho luso-brasileiro, para período de 1850 a 1870. Segundo nossas conclusões, essa realidade era anterior a 1850, quando tanto Hebert S. Klein quanto Miriam H Pereira identificaram uma vinda para o Brasil de caixeiros, engajados e contratados¹⁸.

O perfil profissional de quem chegava foi bem desenhado por Maria Luiza Pasckes¹⁹, que diz que para os finais do XIX e inícios do XX, até os anos de 1950, havia uma maioria de 45% dos imigrantes ligados ao setor agrícola: 19% de empregados do comércio e comerciantes; 4,5% de trabalhadores da construção civil, incluindo carpinteiros, pedreiros; 1,5% do setor de ocupações domésticas; 1,4% classificados como “outras ocupações”, englobando pescadores, alfaiates e cabelereiros; e, finalmente, 25% com ocupações desconhecidas.

Tal realidade da imigração, eminentemente masculina, urbana e em idade produtiva, levou Hebert Klein a afirmar que 32% dos homens condenados por crimes no Rio de Janeiro eram portugueses, entre 1915 e 1918. Para isso, lembrou

15 FAUSTO, 1977: 25.

16 LOBO, 1978: 301-305 Separata da Revista de Indias, 1980, p. 445-552.

17 ALENCASTRO, 1985.

18 KLEIN, 1993: 235-265, cit. LOBO, 1978: 284-289. Apresentou o percentual de 44% de brasileiros contra 35% de portugueses no comércio, entre 1856-1857. Além disso, examinou dados existentes no Anuário Estatístico de Portugal, para os anos de 1908, 1909 e 1910, vol 1, Lisboa, 1914, pp. 66-65 e 76, para concluir que havia também um número elevado de artífices especializados e proprietários.

19 PASCKES, 1991; EVANGELISTA, 1971.

igualmente que representavam 15% da população masculina em 1920. Ainda de acordo com este autor, 45% desses crimes eram relativos ao comércio (número calculado levando em consideração os condenados), e havia os crimes que eram considerados tipicamente portugueses, tais como falsificação de moedas – 47% – e incendiários – 43%. Chamou atenção também para o número, que considerou “impressionante”, de portugueses que se envolveram em crimes violentos, como agressões e homicídios²⁰. Entretanto, as suas observações podem ser parciais porque utilizou dados dos anos de 1915 a 1918, período de intensa mobilização trabalhadora e operária na cidade, onde portugueses eram visados por sua participação nas primeiras greves e paredes.

Assim, esses dados traçam um panorama que elucida a consulta feita à legislação brasileira e portuguesa, quando resolvemos analisar os processos de homologação de sentença estrangeira relativos a inventários e partilha de bens. As discrepâncias demográficas e o perfil de quem emigrou mostram um intenso fluxo de pessoas e de capitais entre os dois lados do Atlântico. As remessas dos imigrantes portugueses, segundo Maria Luisa Nabinger de Almeida Pasckes, foram recursos fundamentais para a economia portuguesa. As remessas feitas para Portugal chegaram “a ultrapassar a soma das exportações portuguesas para o Brasil no final do séc. XIX” e ajudaram no equilíbrio da balança comercial, realidade não alterada até o salazarismo²¹.

Justamente nos anos de 1850, data reconhecida pela historiografia como marco na configuração deste mercado de trabalho, o Decreto brasileiro de n.º 855, de 8 de novembro de 1851, regulava as isenções e atribuições dos agentes consulares estrangeiros no Império brasileiro, bem como o modo como se dava a arrecadação e a administração das heranças de súditos de suas nações. Baseava-se no artigo 102.º §12.º da Constituição e no artigo 46.º da Lei de 28 de outubro de 1848.

No artigo 1.º desse decreto, os agentes consulares deveriam favorecer e promover a navegação e o comércio legal dos seus nacionais, protegê-los contra medidas ilegais; assistí-los em suas pretensões justas perante autoridades locais; representá-los em medidas que afetassem o comércio e navegação; deveriam receber declarações, protestos, termos que lhe apresentassem os capitães de navios; legalizá-los; passar escritura, fazer contratos marítimos e casamentos, entre outras medidas administrativas.

20 KLEIN, 1993: 235-265. Consulta, para estes dados, o Anuário Estatístico da Polícia da Capital Federal, ano 8, 1915, ano 9, 1916 e 1917, ano 10, 1918.

21 PASCKES, 1991; COSTA, 1911: 121, 127-128.

Os demais artigos referiam-se a bens deixados pelos nacionais do seu país. O artigo 2.º afirmava que se o estrangeiro morresse sem deixar herdeiros (intestado) nem cônjuge na terra, ou se forem ausentes os herdeiros ou testamentários, a guarda dos bens ficaria com o agente consular que arrecadaria a herança e abriria o testamento. Isto somente não se daria se houvesse um herdeiro brasileiro.

Já o artigo 3.º dizia que, quando da arrecadação, o agente teria que fazer circular em jornais a notícia do falecimento, para ver se algum credor apareceria. Além disso, quando o inventário tivesse concluído, antes de dispor dos mesmos ou entregá-los aos legítimos herdeiros, deveria pagar os direitos, segundo as Leis do Império. Neste artigo, recomendava-se que «os documentos deveriam ser suficientes e devidamente legalizados», para se verificar qual o grau de parentesco entre o falecido e o(s) seu (s) herdeiro (s). Decorrido um ano, não havendo questão jurídica sobre os bens e pagos os direitos fiscais, o agente poderia dispor da herança ou remeter o seu produto a quem de direito.

O artigo 6.º afirmava que no caso do falecimento de estrangeiro onde não existisse agente consular, a arrecadação e inventário da herança seriam feitos pelo juiz de defuntos e ausentes. Isto deveria ser feito em presença de duas testemunhas fidedignas, da nacionalidade do finado e, na falta destas, em presença de dois negociantes ou proprietários de confiança, sendo as testemunhas, ou os negociantes, os administradores e liquidadores da herança. Neste último caso, o juiz deveria remeter a certidão de óbito do falecido ao ministro dos negócios estrangeiros no prazo de 15 dias, informando a idade, a residência, o local do nascimento, a profissão e o que constasse dos bens e dos parentes do finado. Este procedimento deveria ser feito para que o ministro se entendesse com o agente consular a respeito do destino líquido da herança. Previa também que quando o estrangeiro fosse sócio de alguma sociedade comercial, ou tivesse como credores comerciantes com altas quantias, na forma dos artigos 309.º e 310.º do Código Comercial, devia o agente consular somente arrecadar a cota líquida, que ficaria pertencendo à herança.

Porém, não se podia pagar dívidas sem a autorização do juiz. Também se previa uma compensação para os que ficassem como administradores de heranças: uma porcentagem prevista para os curadores segundo as Leis do Império. Igualmente estipulava a atuação dos agentes consulares, para que tentassem salvar mercadorias de navios naufragados, bem como pudessem arbitrar tudo o que dissesse respeito aos salários das tripulações, além de poderem julgar causas entre os capitães e os seus concidadãos, quando não preferissem recorrer às autoridades do Império.

É essa lei que dá origem a um alto percentual de processos de homologação de sentenças estrangeiras que tratam da arrecadação de bens de portugueses no Brasil. Aachamos também um número significativo de processos de mortos sem herdeiros no Palácio das Necessidades, em Lisboa.

Como exemplo coletado no TRF2, no acervo do Rio de Janeiro, podemos citar o caso que Bernardo Teixeira da Costa²², representante do governo português, que requereu a arrecadação do espólio de uma casa na rua Alice número 4, deixada pelo português Antonio Ferreira de Souza, por este não ter herdeiros. Os bens foram arrecadados pelo Consulado Português, entretanto, tempos depois se verificou que o falecido Antônio havia deixado herdeiros em Portugal, que requereram que o espólio lhes fosse entregue, autorizado pelo juiz brasileiro.

De fato, o perfil masculino da imigração revela uma realidade social dramática. Havia aqueles que não tinham herdeiros. Porém, havia uma quantidade considerável de indivíduos que não eram formalmente casados, ou cujo casamento era desconhecido pelo consultado, mas que tinham filhos e cônjuge brasileiro ou português. Estes apareciam depois, para reclamar a herança.

Para ilustrar essa realidade, citamos dois processos de arrecadação dos bens. No primeiro, o português João Emílio dos Santos²³, que não tinha herdeiros e teve decretado o arresto da sua caderneta de poupança. Contudo, em 1905 a sentença foi anulada por aparecer herdeiro brasileiro. No segundo, o Consulado requereu os bens de Sabino Rodrigues Guimarães, presumidamente morto sem herdeiros ou testamento, em 1903. Mas, em 1905 houve uma habilitação de herdeiros no processo e em 1906 uma juntada de uma certidão de casamento e de uma certidão de batismo, de um filho brasileiro²⁴.

Os casos desses descendentes de portugueses, os que apareciam muito tempo depois para reclamar a herança, é elucidativo de dois outros dramas sociais vividos naqueles anos, e que envolviam homens e mulheres tidos sem herdeiros, No primeiro caso, citamos aqueles que o Código Civil português denomina “ausentes” porque simplesmente haviam saído de Portugal sem nunca mais dar notícias do seu paradeiro.

22 ATRF2 – RJ Arrecadação do espólio, MFN 14903. Outros exemplos de arrecadação de espólio são os processos de arrecadação do espólio de Manoel Soares Braga, MFN 16324, que correu entre 1896 e 1897 e que tem documentação vinda dos Açores; de Manoel Luiz da Silva, (residência na Rua Chile, 66), MFN 16461; de João Dias Pereira Cardoso, falecido na Rua Doutor Nabuco de Freitas, 78, onde foram encontrados dinheiro e bens, MFN 16828; de Joaquim Gomes de Souza Braga, com espólio à rua do Riachuelo, 105. MFN 17004; de Felicidade Motta, MFN 17286; de Manoel Pereira Prego, que deixou um prédio e um terreno, MFN 17380, entre outros.

23 ATRF2 – RJ. Processo de João Emílio dos Santos, MFN 16635.

24 ATRF2 – RJ Arrecadação dos bens de Sabino Rodrigues Guimarães, MFN 16401.

No segundo caso, temos a disputa de nacionalidade travada entre o consulado português e o governo brasileiro, uma vez que era preciso provar a nacionalidade do morto, dada a lei da grande naturalização do início da República brasileira.

Se o Código Civil brasileiro²⁵ cuidou dos ausentes dos artigos 463.º a 484.º, o Código Civil português²⁶ tratou longamente da matéria, do artigo 55.º ao artigo 96.º. Observou detalhadamente a realidade pátria daqueles que partiam sem deixar notícias, ou que retornavam tempos depois. Assim, se qualquer pessoa desaparecesse de onde morava, e não tivesse deixado procurador ou quem legalmente administrasse os seus bens, o juiz devia nomear um curador competente (artigo 55.º), dando preferência ao herdeiro presumido ou a quem tivesse interesse em cuidar dos bens, conservando-os e atuando de modo a administrá-los (artigos 56.º e 57.º). Além disso, o curador devia responder por ações que eventualmente fossem perpetradas contra o ausente (artigo 59.º).

Dos ausentes solteiros tratavam os artigos 64.º ao 68.º. O artigo 64.º previa que depois de decorridos quatro anos do dia em que o solteiro tivesse desaparecido, sem que se tivesse notícias, ou a partir da data das últimas notícias recebidas, os herdeiros presumidos podiam requerer a entrega dos bens. Se esses herdeiros tivessem procuração, a requisição só podia ser feita no prazo de dez anos depois deste não mais dar qualquer sinal de vida.

Já os artigos 69.º e 70.º cuidavam do inventário e da caução dos bens dos ausentes, enquanto dos artigos 71.º até o 77.º tratava-se dos direitos e obrigações

²⁵ Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei n.º 3 071, de 1.º de Janeiro de 1916. No Código Civil brasileiro trata do assunto em 21 artigos. A ausência é mencionada no capítulo III, art. 463.º a 468.º, da curadoria dos ausentes; art. 469.º a 480.º da sucessão provisória, art. 481.º a 483.º da sucessão definitiva; art. 484.º dos efeitos da ausência quanto as direitos de família. Previa-se que o curador fosse nomeado toda vez que não houvesse deixado representante, ou procurador para administrar os seus bens. Nesse caso, a nomeação era feita pelo juiz, por qualquer interessado ou pelo Ministério Público. Caso o ausente fosse casado, cabia ao cônjuge a curadoria, contanto que não fosse separado. Na falta desse, ao pai, à mãe os mais remotos, e os homens eram preferidos em relação às mulheres. Depois de dois anos sem notícias, se não houvesse deixado representante nem procurador, ou, se tivesse deixado, passados 4 anos, podia-se abrir a sucessão de forma provisória. Passando-se dois anos, sem que se soubesse do ausente, se não houvesse representante, nem procurador, ou, se os havia deixado e passasse 4 (quatro) anos, os interessados podiam requerer provisoriamente a sucessão. O artigo 471.º estabelecia que depois de seis meses da sucessão provisória ter sido publicada na imprensa, poder-se-ia abrir o testamento, se houvesse, ou a partilha dos bens, como se o ausente fosse falecido. Dos artigos 481.º a 483.º estabelecia-se a sucessão definitiva. Ela se daria depois de trinta anos de passada em julgado a sentença que concedia a abertura da sucessão provisória; provando-se que o ausente contava 80 (oitenta) anos de nascido e de cinco das suas últimas notícias.

²⁶ As tratativas para a aprovação do Código Civil Português, bem como uma enumeração das sucessivas leis, decretos e comissões que foram promulgados e criados até a sua aprovação em definitivo, podem ser encontrados em PACHECO, 1920.

dos curadores definitivos e demais interessados; dos 78.º ao 81.º falavam da curadoria definitiva; do 82.º ao 89.º dos bens dos ausentes casados.

Em relação a administração dos bens dos ausentes casados e que não tinham filhos, o artigo 82.º previa a citação dos herdeiros presumidos, para que se fizesse o inventário e a partilha ou a separação de bens, conforme a natureza do contrato do casamento. O artigo 83.º afirmava, então que o cônjuge podia administrar os bens por vinte anos, contado o tempo do desaparecimento ou notícias havidas pelos anos que faltassem até que o ausente completasse 95 anos, na forma prescrita no artigo 78.º. Mas, o artigo 84.º dava ao cônjuge presente a possibilidade de dispor dos bens, feito por inventário a partilha e a separação deles, da forma mais rápida possível. Já o artigo 86.º estabelecia que se o ausente regressasse antes do prazo assinalado no artigo 83.º, a sociedade conjugal continuava válida nos termos que foi constituída. Os artigos subseqüentes continuavam tratando do mesmo tema, mas aqui vale chamar atenção para o dizia o artigo 87.º.

“Findos vinte anos ou completada a idade mencionada no artigo 78.º n.º 5.º, ou havendo a certeza da morte do ausente, podem os herdeiros habilitados tomar conta dos bens do mesmo ausente a dispôr dele livremente.

§único. O cônjuge administrador tem, neste caso, o direito de apanágio nos termos do artigo 1231.º.”

A administração dos bens dos ausentes casados e que tivessem filhos foi estabelecida dos artigos 90.º ao 94.º. O artigo 90.º previa o inventário e partilha ou a separação de bens, estabelecendo que os filhos ficariam com a parte dos ausentes. A maioria dos filhos, e a conseqüente administração dos próprios bens, foi prevista no artigo 91.º, salvo o que estava estabelecido no artigo 76 e no seu parágrafo único. Dos filhos menores cuidava o artigo 92.º, que mandava observar as regras prescritas no artigo 137.º em relação aos bens e aos filhos. Os filhos ilegítimos eram também contemplados no artigo 93.º, dando-lhes os mesmos direitos dos legítimos. Por fim, este título terminava prevendo, no artigo 94.º, que se o ausente regressasse, passado o prazo dado no artigo 91.º, poderia recuperar os seus bens que ainda existissem, e que estivessem em poder dos seus filhos, e os bens sub-rogados, ou comprados com o preço dos alienados.

É assim que muitos casados ou solteiros, que vinham para o Brasil, deixavam mulher e filhos em Portugal. E estes podiam reivindicar os bens arrecadados pelo consulado nos termos da lei de 1851. Mas, como faziam isso se o falecido

não tinha dado o seu paradeiro, em outras palavras, era “ausente”, nos termos da lei? Porque se investigava a vida de quem falecia, antes de se arrecadar os bens. De acordo com a lei de 1851, os bens portugueses não seriam arrecadados se houvesse herdeiro brasileiro, que já vimos que muitas vezes apareciam depois, pelo fato de o casamento ser desconhecido ou de o indivíduo ser filho de solteiros. Entretanto, o agente consular tinha que fazer circular a notícia do falecimento, o que imaginamos que era feito na localidade de origem do falecido, em Portugal, e no local da sua última residência e domicílio, no Brasil. Além disso, se os herdeiros fossem menores e residissem em Portugal, o agente consultar abriria o processo, dando início ao inventário.

É assim que encontramos um grande número de mulheres viúvas que solicitavam os bens de maridos ou companheiros falecidos; ou mulheres que pediam o direito ao que era de seus pais, avôs e avós. E, podiam ser casadas, amasiadas ou solteiras, com ou sem filhos e filhas daqueles que haviam partido para o Brasil, e aqui amealhado algum bem imóvel ou valor, mesmo que de pequena monta.

Em 1895, encontramos uma carta precatória onde a suplicante, que era viúva e herdeira universal de Aprígio Paulino de Macedo, solicitou nos termos do decreto 221 de 1894, art 12.º, e na sentença de habilitação passada no juízo do Porto, Portugal, o cálculo dos devidos impostos para transferência para o seu nome de bens existentes no Brasil²⁷. Em 1895, a viúva de José Francisco Ballard, requereu que se cumprisse a carta sentença para que fossem expedidas guias, para pagamento de impostos à Fazenda Nacional, além de pedir o alvará de transferência para os nomes dos herdeiros de um prédio herdado na rua do Ouvidor n.º 134. O Inventário havia sido feito na Freguesa de Santa Christina de Malta, na comarca de Villa do Conde, Portugal²⁸.

Às vezes, o processo demorava alguns anos até chegar ao final e o juiz deferir o que havia sido requerido. Esse foi o caso da homologação de sentença estrangeira n.º 157, passada na freguesia de Feixa, Portugal, em 10/11/1898, e que dizia respeito ao inventário de Francisco Soares de Castro. Feito em Portugal em 1/7/1896, e cujo desfecho se deu apenas em 1913, quando houve a transmissão das propriedades deixadas e que haviam sido partilhadas entre a viúva e seus filhos, que viviam em Portugal²⁹.

27 ATRF2 – RJ. Carta Precatória. 1895. MFN 15862.

28 ATRF2 – RJ. Carta sentença de formal de partilha feito no Juízo de direito da comarca de Villa do Conde, 1898. MFN 16903.

29 ATRF2 – RJ. Carta de sentença do Supremo Tribunal Federal, 13/8/1898. MFN 16929.

Como muitos herdeiros moravam em Portugal, a avaliação de bens no Brasil era sempre solicitada, na forma da lei, a algum parente ou conhecido de nacionalidade portuguesa. Três cartas rogatórias mostram-nos essa realidade. Na primeira, passada na Comarca de Penafiel, Portugal, a viúva Maria da Rocha, inventariante dos bens de seu falecido marido. Antônio, que solicitou a avaliação de bens na rua Pedro Américo ao avaliador Gratulino Coelho, também de nacionalidade portuguesa³⁰. A segunda foi passada na Comarca de Guimarães, Portugal, a requerimento da viúva de Antônio José Cabral, que era inventariante dos bens do casal, para que Carlos Antônio dos Santos, igualmente de nacionalidade portuguesa, fizesse a avaliação dos bens deixados capital federal do Brasil³¹. Já a terceira foi um mandado para que se cumprisse carta rogatória, passada em Lisboa, para que se inquirem testemunhas – e nesse caso, as testemunhas portuguesas eram importantes – para que houvesse leilão de bens do falecido³². Há da mesma maneira casos de filhas, moradoras em Portugal, e que requeriam bens de pais e mães falecidos no Brasil ou em Portugal.

Vejamos alguns exemplos de mulheres que requereram homologação de sentença proferida em Portugal. No caso de pais falecidos no Brasil, temos a solicitação de cumprimento de sentença para transferência de bens de uma autora, solteira, que pediu ação para o cumprimento da carta de sentença homologada pelo Supremo Tribunal Federal, e expedida em Portugal, para transferência dos títulos pertencentes ao seu falecido pai, Joaquim José Gonçalves, que deixara herança em terras brasileiras³³. Em 1900, temos também um processo de uma filha que requereu a execução de sentença proferida a seu favor, em Portugal, no formal de partilha dos bens de seu finado pai e que determinou a transferência de bens para o seu nome³⁴, e uma carta de homologação de formal de partilha, passada pela Justiça de Portugal, no processo de inventário dos bens deixados pelo seu pai, Antônio Duarte Pereira³⁵, com base na Lei 221 de 20/11/1894. Em 1895, há uma carta de sentença de 1892, extraída de auto homologado pelo Supremo Tribunal Federal e que dizia respeito a um testamento de Rodrigo Delphim Pereira cujas

30 ATRF2 – RJ. Carta rogatória passada na Comarca de Penafiel, Portugal, 1900. MFN 16504.

31 ATRF2 – RJ. Carta rogatória passada na Comarca de Guimarães, Portugal, 1899. MFN 116978.

32 ATRF2 – RJ. Rio de Janeiro. Mandado para cumprimento de carta rogatória passada em Lisboa. MFN 17267.

33 ATRF2 – RJ. Carta de sentença homologada pelo Supremo Tribunal Federal. 1899. MFN 1583.

34 ATRF2 – RJ. Carta de sentença homologada pelo Supremo Tribunal Federal. 1900. MFN 16104.

35 ATRF2 – RJ. Carta de sentença de homologação do formal de partilhas. 1900. MFN 17367.

herdeiras tiveram bens avaliados na terceira pretoria para pagamento dos direitos de transmissão e subsequente transferência de valores para Portugal, uma vez que o inventário correu na cidade de Lisboa³⁶.

Temos, ainda, um caso de uma autora, solteira, que cita a mesma lei de 1894 para requer a averbação em seu nome de quatro ações da Companhia de Seguros Confiança do Rio de Janeiro e mais duas do Banco de Crédito Real de São Paulo, todas de seu avô falecido³⁷. E um requerimento para cumprimento de carta de sentença expedida em Portugal e que tratava do inventário da mãe da requerente, Maria da Glória de Souza Pereira³⁸.

Havia muitos casos em que se pedia avaliações a comerciantes e homens de reputação ilibada, sobretudo se houvesse menores envolvidos, como dispunham as tutelas, as curatelas e os conselhos de família. A tutela do menor era feita, de acordo com o artigo 187.º, por um tutor, um produtor e um conselho de família. De acordo com o artigo 206.º, nos casos de tutela, o produtor seria nomeado pelo conselho de família. Da constituição desse conselho tratam os artigos 207.º a 223.º, todod artigos do Código português.

O artigo 207.º dizia que o conselho de família deveria ser composto “de cinco parentes mais próximos do menor, residentes dentro dos limites da jurisdição do juiz do inventário, três da linha paterna e dois da materna, preferindo os mais velhos em igualdade de grau”. Vogais podiam ser nomeados dentre os amigos dos pais do menor, caso não houvesse parentes senão em uma das linhas. O artigo 208.º permitia que pessoas da amizade dos pais do menor podiam ser chamadas a integrarem o conselho, caso os parentes que residissem no local do inventário não fossem em número suficiente e o artigo 210.º previa que o conselho fosse convocado dentro de oito dias, contados desde a orfandade ou vacância da tutela.

O juiz presidia o conselho de família, sem voto (artigo 216.º), e os vogais eram obrigados a comparecerem pessoalmente, sendo que o tutelado maior de 14 anos tinha direito a assistir às suas deliberações e ser ouvido quando os assuntos fossem da maior importância. Além disso, os curadores de órfãos e os tutores podiam assistir aos conselhos de família, mas tinham apenas voto consultivo e nenhum vogal do conselho de família podia ter voto, ou assistir à deliberação sôbre o negócio em que

36 ATRF2 – RJ. de Sentença extraída dos autos de homologação de sentença pelo Supremo Tribunal Federal, em 1895. MFN 14107.

37 ATRF2 – RJ. Carta precatória. 09/10/1900, MFN 15242.

38 ATRF2 – RJ. Carta de Sentença extraída dos autos cíveis de homologação de sentença estrangeira em favor da autora, contendo cálculo e descrição de bens pertencentes ao casal, cônjuge, Antônio Duarte Pereira, por falecimento de sua mulher, 31/01/1899. MFN 15299.

êle, ou os seus ascendentes, descendentes ou consorte tivessem interesse próprio e oposto ao interesse dos menores. Em todo caso, o conselho não podia deliberar com menos de três membros (artigo 217.º) e as suas decisões teriam que ser tomadas pela maioria absoluta de votos dos vogais presentes (artigo 219.º). Os curadores dos órfãos deviam zelar pelos seus interesses e direitos e deveriam ser ouvidos em tudo o que dissesse respeito aos seus interesses (artigo 220.º e 221.º).

O Conselho de Família tinha um total de vinte e duas atribuições, que eram tratadas no artigo 224.º: 1.º Confirmar a mãe binuba na administração dos bens do filho menor e interdito; 2.º Confirmar os tutores legítimos; 3.º Nomear os tutores dativos; 4.º Nomear produtor, nos casos que devem haver essa nomeação; 5.º Confirmar tutela confiada pela mãe em testamento ao segundo marido; 6.º Remover o tutor nos casos mencionados nos artigos 236.º e seguintes; 7.º Determinar a profissão, ofício, ou o serviço, a que o menor há-de dedicar-se, e resolver, quando o pai ou mãe do menor exercessem alguma indústria ou comércio, se esta industria ou comercio devem continuar a ser exercidos por êle, não tendo os pais disposto a tal respeito, ou se ocorrerem graves inconvenientes no cumprimento da sua vontade; 8.º Taxar no comêço da tutela as quantias, que o tutor poderá dispende com o menor, e com a administração dos bens, sem prejuízo do aumento ou da diminuição, que as circunstâncias exigirem; 9.º especificar o valor da hipoteca, que há-de ficar onerando os bens do tutor, com atenção á importância dos bens móveis, e rendimentos, que êle houver de receber, e puder acumular até o fim da tutela; designar os bens em relação aos quais deve ser registrada, e assim um prazo razoável, dentro do qual seja feito o registro, e, bem assim, quando o julgar conveniente, escusar o tutor da hipoteca, ou só do registro prévio dela, e das mais formalidades, para que possa entrar logo no exercício da tutela; 10.º Verificar a legalidade das dívidas passivas do menor, e autorizar e regular o seu pagamento, não havendo opposição dos interessados; 11.º Designar a aplicação que devem ter o dinheiro, as jóias ou quaisquer outros objetos preciosos do menor; 12.º Autorizar o tutor para fazer prender o menor, nos termos do artigo 143.º e seu parágrafo; 13.º Autorizar o tutor para proceder à venda dos móveis, cuja conservação não fôr conveniente, e deliberar sôbre a aplicação que lhes deve dar, não havendo comprador; 14.º Autorizar o tutor para quaisquer bemfeitorias extraordinárias, e para dar os imóveis de arrendamento por mais de três anos, contando que o prazo não exceda a época da maioridade; 15.º Autorizar o tutor para levantar os capitais do menor dados a juros; 16.º Autorizar o tutor para contrair empréstimos, emprestar dinheiro do menor, hipoteca ou alienar bens imóveis, em caso de urgente necessidade ou de utilidade reconhecida; 17.º Autorizar o tutor para aceitar doações feitas ao menor, propor ações persecutórias, fazer composições

amigáveis, transações ou compromissos, em termos determinados; 18.º Autorizar o casamento e as convenções ante-nupciais do menor, não sendo o tutor dêste o avô; 19.º Arbitrar, quando não haja oposição, as mesadas ou alimentos, que devem ser pagos por conta do menor a seus irmãos ou ascendentes; 20.º Examinar e aprovar as contas da tutela nos prazos, que êle próprio designar, os quais não poderão exceder a quatro anos; 21.º Autorizar a substituição ou redução da hipoteca, a que os bens do tutor estejam sujeitos; 22.º Emancipar o menor na falta do pai e da mãe.

Os artigos seguintes tratavam dos recursos das decisões do conselho de família, dos conselhos de tutela e das suas decisões, bem como da recusa de pertencer a esses conselhos. Dessa forma, com sessões regulares, o Conselho de Família merece em si mesmo um estudo a parte nesses processos que possuem menores, uma vez que por suas reuniões é possível depreender as relações sociais e parentais em uma determinada localidade, bem como estabelecer cadeias sucessórias com maior nível de riqueza de detalhes, uma vez que, tendo voz nos processos, relatavam casos e detalhes, como brigas, traições e disputas, que os documentos em si não retratavam.

Dentre os processos analisados, podemos citar dois que tinham menores como herdeiros. No alvará para transferência de títulos³⁹, a autora, solteira, era tutora de um filho menor que tivera com José Bastos, viúvo e que havia falecido em 11/4/1903. Dizia ainda que havia outras pessoas herdeiras de bens do finado, e todos requeriam alvarás de transferência de títulos de acordo com a homologação da sentença, proferida em Portugal. A herança era constituída de apólices da dívida pública do Brasil, no valor de 1:000\$000 réis, ações do Banco Comercial do Rio de Janeiro, do Banco da República, ações integralizadas do Banco Rural e Hypothecario e ações da Companhia de Seguros Fidelidade. No outro, D. Maria da Glória Miranda requer a homologação de sentença estrangeira referente a partilha dos bens deixados por seu falecido marido, Manoel José de Araujo e Silva⁴⁰. Neste cálculo constavam apólices da dívida pública e a nomeação de curador ad-hoc para o menor José, filho do falecido. O alvará foi expedido, mas o processo só terminou em 1914, pois a autora faleceu em 1911.

Embora se diga que eram poucos os retornos a Portugal, sabemos que muitos iam e vinham com freqüência, e faleciam em terras portuguesas. Outros ainda podiam fazer parte da estatística dos retornados e chamados de “brasileiros”,

39 Arquivo do Tribunal Regional Federal, 2ª Região, Rio de Janeiro. Alvará de transferência de títulos. Carta de sentença estrangeira. 19/10/1906. MFN 14953.

40 ATRF2 – RJ. Carta de sentença civil do formal de partilha, inventário feito no Juízo de Direito da 2a. Vara do Porto (Vila de Mattosinhos), 11/3/1894. MFN 15919.

aqueles que alimentavam o sonho do Eldorado. Mas, de fato, somas pequenas ou vultosas transitavam pelo Atlântico em forma de valores arrecadados em bancos, leilões feitos, bens que mudavam de nomes e de proprietários, conferindo algum pecúlio ou mesmo riqueza aos descendentes lusitanos.

Temos alguns exemplos dessa mobilidade de pessoas entre os dois países. Uma mulher solteira e com 29 anos requereu as medidas necessárias para pagamento do que lhe coubera na partilha de bens de seu falecido pai, que havia ocorrido na cidade de Lisboa, Portugal ⁴¹. Já em um outro processo, também uma única herdeira requereu que se procedesse as diligências legais a fim de passar para o seu nome os bens deixados por seu falecido irmão, José de Mattos. De acordo com a sentença proferida em seu favor, em Portugal ⁴², uma vez que seu irmão havia falecido em Santão, Freguezia de Morellos, e havia deixado no Brasil terrenos e prédios na Rua Bella de São João, 131, na Travessa da Alegria, 2 e na Praia do Retiro Saudoso, números 10, 12 e 04. E, por último, um alvará de 1900, a viúva de José Maria Martins Varanda ⁴³, e sua filha, requereram um alvará para transferência para seus nomes dos prédios na Rua Bambina números 4 e 2, cuja sentença foi dada nos autos de formais de partilha. O finado residia em Vieira, Portugal, mas continuava tinha posses no Brasil.

Esse trânsito de pessoas, acentuado no período de 1989 a 1920, trouxe problemas adicionais ao cumprimento da lei de 1850, uma vez que muitos portugueses eram considerados brasileiros. Para não se aderir à nacionalidade, era preciso declarar formalmente que se era português.

Em um processo que se arrastou até 1933, quando temos a conta corrente do espólio, o Consulado de Portugal requereu ao juiz a arrecadação de bens sem herdeiros, conforme o Decreto 855 de 8/11/1851, e avisando-se o Procurador Seccional da República que o falecido era português, da freguesia de Regilde, Conselho de Filgueiras, Distrito do Porto, Reino de Portugal. Era negociante no Rio de Janeiro, mas através do Decreto 58 de 14/12/1889, reafirmou a sua nacionalidade portuguesa em declaração feita em 31/12/1890 ao registro dedeclarações de nacionalidade do Consulado Geral de Portugal no Brasil, folha 208 verso, número 13 766. Tudo isso atestado por certificados emitidos pelo consulado em 1903 e 1905 e, para que não houvesse ainda mais dúvidas, procedeu-

41 ATRF2 – RJ. Carta de sentença de homologação de sentença estrangeira pelo supremo Tribunal Federal, 1899. MFN 16102.

42 ATRF2 – RJ. Carta de homologação de sentença estrangeira. 1896. MFN 16100.

43 ATRF2 – RJ. Carta de homologação de sentença estrangeira. 1899. MFN 16889.

se à inquirição de testemunhos em 31 de outubro de 1904, em Vila de Filgueiras, Portugal, e se publicou matérias nos jornais locais, entre eles a Vida Nova, órgão do Centro Nacional de Filgueiras e Louzada⁴⁴.

Concluindo, o trânsito de capitais não era só de remessas em dinheiro, mas também de valores auferidos pela venda de bens imóveis e de ações e títulos. Havia também um trânsito de capitais imóveis que passavam da mão daqueles que haviam amealhado alguma posse e, depois de mortos, os seus bens foram herdados por pessoas que moravam do outro lado do Atlântico, em Portugal. Além do mais, havia aqueles que, tendo vivido no Brasil, parece que haviam morrido em Portugal, tendo retornado a pátria já mais idosos. Esses foram chamados pela literatura de “Brasileiros” e, segundo se pensa, voltar com posses a uma terra em crise e com momentos de penúria, incentivava novas partidas e alimentava o mito do El Dourado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo do Tribunal Regional (ATRF2), 2.^a Região, Rio de Janeiro (ATRF2 – RJ)

Alvará de transferência de títulos. Carta de sentença estrangeira. 19/10/1906. MFN 14953.

Arrecadação de espólio de Felicidade Motta, MFN 17286.

Arrecadação de espólio de João Dias Pereira Cardoso, falecido na Rua Doutor Nabuco de Freitas, 78, MFN 16828.

Arrecadação de espólio de João Emílio dos Santos, MFN 16635.

Arrecadação de espólio de Joaquim Gomes de Souza Braga, com espólio à rua do Riachuelo, 105. MFN 17004.

Arrecadação de espólio de Manoel Luiz da Silva, (residência na Rua Chile, 66), MFN 16461.

Arrecadação de espólio de Manoel Pereira Prego, que deixou um prédio e um terreno, MFN 17380.

Arrecadação de espólio de Manoel Soares Braga, MFN 16324,

Arrecadação dos bens de Sabino Rodrigues Guimarães, MFN 16401.

⁴⁴ ATRF2 – RJ. Arrecadação dos bens do falecido, sem herdeiros, conforme o Decreto 855, de 08/11/1851. MFN. 17211.

Arrecadação dos bens do falecido, sem herdeiros, conforme o Decreto 855, de 08/11/1851. MFN. 17211.

Carta de homologação de sentença estrangeira. 1896. MFN 16100.

Carta de homologação de sentença estrangeira. 1899. MFN 16889.

Carta de sentença civil do formal de partilha, inventário feito no Juízo de Direito da 2a. Vara do Porto (Vila de Mattosinhos), 11/3/1894. MFN 15919.

Carta de sentença de homologação de sentença estrangeira pelo supremo Tribunal Federal, 1899. MFN 16102.

Carta de sentença de homologação do formal de partilhas. 1900. MFN 17367.

Carta de sentença do Supremo Tribunal Federal, 13/08/1898. MFN 16929.

Carta de Sentença extraída dos autos cíveis de homologação de sentença estrangeira em favor da autora, contendo cálculo e descrição de bens pertencentes ao casal, cônjuge, Antônio Duarte Pereira, por falecimento de sua mulher, 31/01/1899. MFN 15299.

Carta de Sentença extraída dos autos de homologação de sentença pelo Supremo Tribunal Federal, em 1895. MFN 14107.

Carta de sentença homologada pelo Supremo Tribunal Federal. 1899. MFN 1583.

Carta de sentença homologada pelo Supremo Tribunal Federal. 1900. MFN 16104.

Carta precatória. 09/10/1900, MFN 15242.

Carta Precatória. 1895. MFN 15862

Carta rogatória passada na Comarca de Guimarães, Portugal, 1899. MFN 116978.

Carta rogatória passada na Comarca de Penafiel, Portugal, 1900. MFN 16504.

Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916.

Mandado para cumprimento de carta rogatória passada em Lisboa. MFN 17267.

Processos de arrecadação de espólio, Vários, MFN 14903.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Filipe, 1985-1986 – *Le Commerce des Vivants: Traite d'Esclavages et 'Pax Lusitana' dans l'Atlantique Sud*, 2.º vol. Paris: Université de Paris X.

ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: edição do autor.

ALVES, Jorge Luis dos Santos, 2009 – *Malheiro Dias e o luso-brasileirismo – Um estudo de caso das relações culturais Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- BARBOSA, Rosana, 2009 – *Immigration and Portuguese Immigrants in early 19 th century Rio de Janeiro*. Maryland: University Press of America.
- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), 2007 – *Trânsito coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de, 2000 – *Depois das caravleas. As relações entre Portugal e Brasil. 1808-2000*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- EVANGELISTA, João, 1971 – *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: I.N.E. (publicação do Centro de Estudos Demográficos).
- FAUSTO, Boris, 1977 – *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Difel.
- FELDMAN-BIANCO, Bela, 2004 – *Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: Constructions of Sameness and Difference*, vol. 1. Vibrant: Brazilian Virtual Anthropology, home page da ABA.
- FELDMAN-BIANCO, Bela, 2010 – *Nações e diásporas: estudos comparativos entre Brasil e Portugal*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- FERREIRA, Marie-Jo, s/d – *Os portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX – início do XX*. Conferência proferida no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, resultado do convênio CAPES – COFECUB, coordenado pelo professor Daniel Aarão Reis, Universidade Federal Fluminense.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da, 2007 – *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*, Universidade Federal Fluminense.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, 1993 – *O arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim.
- KLEIN, Hebert S., 1993 – “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*, volume XXVIII (121), 2.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 1978 – *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 1980 – “La revoluciÛn industrial y la vivienda popular en Rio de Janeiro (1880-1920)”, Separata da Revista de Indias. Madrid.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

MENEZES, Lená'Medeiros de, 2000 – “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucesso, histórias de fracassos”, in GOMES, Angela de Castro (dir.), *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva, 2003 – *Saudades D'Além Mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da Revista Lusitânia (1929-1934)*. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba.

PACHECO, A. F. Carneiro, 1920 – *Código Civil português actualizado*. Coimbra: Gráfica Conimbricense.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida, 1991 – “Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil: (sécs. XIX e XX)”. *Revista de História*, n.º 123-124.

PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Lisboa/Porto: A Regra do Jogo.

RIBEIRO, Gladys Sabina, 2000 – *A liberdade em construção*. Relume-Dumará: FAPERJ.

RIBEIRO, Gladys Sabina, 1987 – *Os rolos do tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

SERRÃO, Joel, 1982 – *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda.

SERRÃO, Joel, 1965 – “Emigração”, in *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

SOUZA, Flávia Miguel de, 2003 – *Tradição, civilização e cultura. A reconstrução da imagem do imigrante português no Brasil através de um estudo da Revista Convergência Lusíada, 1976-1998*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AS REMESSAS DOS EMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL E A CAPITALIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL: ALGUNS EXEMPLOS

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

INTRODUÇÃO

A investigação por nós desenvolvida ao longo da última década tem tido por objeto principal as implicações da emigração de retorno na sociedade, economia e cultura portuguesas de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos. Dessa análise, temos vindo a concluir que estão ainda por conhecer e, sobretudo, por avaliar as implicações da decisão de regresso desses emigrantes que, vindos do Brasil, onde amealharam a sua fortuna, a determinado momento das suas vidas decidiram regressar a Portugal e aí investir o seu dinheiro.

Estamos, porém, cada vez mais cientes (e já tivemos oportunidade de o escrever) de que, entre finais do século XIX e os inícios do século XX, o dinheiro remetido por estes e migrantes assumiu um papel determinante para o desenvolvimento local e regional de Portugal, com particular destaque para as regiões mobilizadoras do fluxo migratório, ou seja, o norte do país. Esta conclusão, apesar de não ser completamente nova, uma vez que, num artigo publicado em 1994, Maria Ioannis B. Baganha chamara já a atenção para o fenómeno ao escrever “é inegável o enorme impacto da emigração na demografia e na economia nacionais”¹, foi, porém, primordialmente analisada a partir da repercussão do volume das remessas vindas do Brasil na balança de pagamentos e no PIB português.

¹ BAGANHA, 1994: 963.

Ora o que nós temos vindo a propor nos nossos trabalhos inscreve-se muito mais na perspetiva introduzida pelos estudos de J. Alves, ao evidenciar o papel crucial destes emigrantes de retorno na dinamização da sociedade portuguesa dos últimos dois séculos².

Como pudemos já demonstrar recorrendo a exemplos concretos, os *brasileiros*, ou seja, os emigrantes portugueses de sucesso regressados, temporária ou definitivamente, do Brasil investiam em áreas muito diversificadas – edificando moradias imponentes, compatíveis com o seu novo estatuto, ou, simplesmente, recuperando as casas que os viram nascer, contribuindo para o restauro de igrejas ou de capelas da sua devoção, colaborando em melhoramentos urbanísticos (praças, cemitérios, jardins, ou outros espaços públicos), financiando as festas das suas terras de origem e respetivas confrarias, construindo asilos ou outras instituições de caridade, ajudando a custear as obras de hospitais ou construindo escolas, entre muitas outras iniciativas.

Para além desta vertente filantrópica e benfazeja que permitia garantir o reconhecimento da importância dos *brasileiros* (emigrantes de retorno) junto dos seus conterrâneos e consolidar um lugar na sociedade local, é possível identificar paralelamente a existência de outro tipo de investimentos de carácter produtivo, na agricultura, no comércio ou na indústria locais, transformando-os em empreendedores ativos num país caracterizado por um crónico atraso económico, particularmente neste período³. Alguns desses exemplos de desenvolvimento local foram já, por nós, sistematizados num artigo que aguarda publicação no Brasil intitulado: *Impactos da Emigração Portuguesa para o Brasil no Norte de Portugal – Finais do Século XIX e Inícios do XX*, no qual, em jeito de síntese, perpassamos várias áreas de investimento produtivo, onde os capitais destes emigrantes de retorno se fizeram sentir.

Menos estudado tem sido o impacto das remessas enviadas pelos emigrantes portugueses no Brasil, na economia familiar e local. Na verdade, não se trata agora de analisar a aplicação de capitais trazidos pelos emigrantes de retorno, mas sim de perceber o destino das remessas enviadas periodicamente às suas famílias, pelos emigrantes portugueses que permaneciam no Brasil. Com efeito, hoje sabemos ter existido uma verdadeira travessia de sentido único de capitais remetidos do Brasil para Portugal, que se fazia com uma regularidade sazonal, uma vez que se

² Destacamos, entre outros estudos que se iniciaram com a sua tese de doutoramento, este: ALVES, 2001: 127.

³ REIS, 1993.

concentrava em determinadas épocas do ano⁴. Estas remessas de dinheiro eram não apenas destinadas ao sustento da(s) família(s) do(s) emigrante(s) que por cá permaneciam, permitindo-lhes fazer investimentos de dimensão ainda pouco conhecida, como podiam também ser destinadas à aplicação de capitais no país que os viu partir.

De um ou de outro modo, é inegável reconhecer que estas remessas foram fundamentais para a balança de pagamentos portuguesa, ajudando a compensar o saldo negativo que, de uma forma sistemática, apresentava a balança comercial portuguesa, sempre desequilibrada. Isso mesmo percebeu Oliveira Martins que, em 1887, na qualidade de deputado pelo círculo do Porto, perante os parlamentares com assento na Câmara de Deputados, calculava “em 10.000:000\$000 réis os capitais que todos os anos o Brasil manda para Portugal”⁵, uma verba que, em termos macroeconómicos, se afigurava fundamental para ajudar a saldar o défice nacional. Por seu turno, E. Mata e N. Valério, baseando-se apenas em dados oficiais, estimaram de forma grosseira que, entre 1851 e 1891, as remessas dos emigrantes deverão ter atingido um valor aproximado de 60 milhões de libras⁶.

Atestando a importância do envio de capitais pelos emigrantes portugueses que permaneceram no Brasil, está o aparecimento dos novos bancos que, especialmente no Norte do País, se foram formando entre meados da década de 1850 e a de 1870, ou seja, até à crise bancária de 1876. Muitos deles com sede no Porto (*Banco Mercantil Portuense*, em 1856; *Banco União*, em 1861; *Nova Companhia de Utilidade Pública*, em 1861; *Banco Aliança*, em 1863), na cidade de Braga (*Banco do Minho*, em 1864; *Banco Comercial de Braga*, em 1873) ou em Guimarães (*Banco de Guimarães*, em 1873), eram bem a medida do ritmo acelerado de fluxo de capitais com origem no Brasil e destinados a Portugal⁷. Não admira que, depois da crise bancária de 1876, em que se assistiu a uma corrida aos bancos e a uma suspensão temporária da convertibilidade em ouro das notas de banco, o comércio bancário passasse a ser tão sensível às alterações políticas internas do Brasil, como a abolição da escravatura (em março de 1888) ou a proclamação da República (em novembro de 1889), e à instabilidade política que duraria, pelo menos, até 1891, ou, sobretudo, às flutuações da taxa de câmbio do Brasil sobre Londres, detetadas com particular sensibilidade no nosso país.

4 MATA; VALÉRIO, 1993: 155.

5 PORTUGAL. *Diário da Camara dos Deputados...* Sessão de 10.6.1887, p. 1168.

6 MATA; VALÉRIO, 1993: 155.

7 MATA; VALÉRIO, 1993: 147.

Aliás, este movimento de sentido único das remessas era tão intenso que, durante a segunda metade de Oitocentos, nas principais cidades de fixação de emigrantes portugueses, foram surgindo várias casas bancárias, por iniciativa dos próprios emigrantes que procuravam captar este fluxo. Assim se justifica, por exemplo, a participação de homens como o comendador Salgado Zenha e o conde de São Salvador de Matosinhos, ligados ao *Banco Comercial do Rio de Janeiro*, criado em 1866. Já no início do século XX, este tipo de negócios intensificar-se-ia, disputando com os bancos portugueses (que abriam filiais no Brasil) o apetecível comércio da intermediação de remessas dos emigrantes. Surgiram, deste modo, na cidade do Rio de Janeiro, e por iniciativa de portugueses aí emigrados, os bancos *Mercantil Português, União, Comércio e Indústria, Banco Nacional Ultramarino* ou o *Financial do Rio de Janeiro*. Todos eles tinham entre os seus principais objetivos, atrair os depósitos da comunidade portuguesa emigrada no Brasil, intermediando o processo de remessa aos familiares deixados em Portugal⁸.

Pela sua importância, pensamos que não nos cabendo, aqui, avaliar a importância deste fluxo de capitais a nível da balança de pagamentos de Portugal, importa, no entanto, perceber melhor os meandros deste envio de capitais pelos emigrantes portugueses que permaneceram no Brasil e algum do seu impacto ao nível da economia familiar e local. Ou seja, como foi aplicado este dinheiro? Qual foi o impacto local e/ou regional deste afluxo de capitais nas localidades portuguesas?

Para responder a estas questões, para além das fontes por nós habitualmente utilizadas – as publicações periódicas – teremos que nos socorrer de um outro tipo de documentação que nos permita colocar novas hipóteses e avançar no conhecimento da realidade da emigração portuguesa para o Brasil e suas consequências na sociedade portuguesa. Trata-se, na sua maioria, de uma documentação não oficial, de carácter eminentemente privado, como as cartas pessoais e as fotografias que, estando na posse de particulares, merecem ser apresentadas publicamente pela sua elevada qualidade em termos de informações sobre os aspetos que nos ocupam. Como já foi demonstrado, as cartas particulares permitem recriar uma trama complexa de motivações pessoais, ajudando a esclarecer sobre os impulsos que determinaram uma determinada conduta, revelando simultaneamente sobre os sentimentos que subjazem às ações. Este tipo de fontes, no entanto, é difícil de localizar, já que se encontra, geralmente,

⁸ MARQUES; MELO, 2011: 466-467.

não sinalizada, na maioria das vezes dispersa e de acesso restrito, uma vez que se conserva ainda sob tutela familiar⁹.

Será combinando este tipo de documentação que neste artigo apresentaremos dois estudo de caso, um para finais do século XIX, outro para o século XX, nos quais procuraremos enfatizar o papel destes capitais investidos e/ou remetidos pelos emigrantes *brasileiros* que lá permaneceram, no desenvolvimento das economias locais.

1. MANUEL DO CARMO RODRIGUES DE MORAES (1845–1909) E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA EM PONTE DE LIMA

Com a data de 5 de setembro de 1909, era publicado o número 714 da *Gazeta das Aldeias*, um periódico publicado na cidade do Porto e destinado ao mundo rural, todo ele dedicado à memória de Manoel do Carmo Rodrigues de Moraes, agrônomo e publicista falecido a 26 de agosto desse ano. Como redator desta publicação, responsável pelo “expediente das consultas de agricultura e tecnologia” a sua morte inesperada provocara uma profunda e sentida homenagem dos colaboradores e leitores deste periódico. Mas não era apenas por esta circunstância que os tributos encheram todo este número. Na verdade, como o então diretor desta publicação, Júlio Gama, escrevia, Rodrigues de Moraes havia legado um “nobre e luminoso exemplo de tenacidade e de energia” de que a fundação da Escola Prática de Agricultura, em Moreira de Lima, fora o melhor exemplo.

Agrônomo de formação, a agricultura tinha sido a sua paixão ao longo da sua vida de 64 anos. Natural de Ponte de Lima, em 1845, era um dos dez filhos de Francisco José Rodrigues de Moraes e de Maria do Carmo de Vasconcelos. Nascido no seio de uma família tradicional, prestigiada e com posses, pôde prosseguir os seus estudos, cursando o Instituto Geral de Agricultura, na quinta da Bemposta, em Lisboa, tendo concluído o seu curso em 1875.

Terminado o curso, foi professor do curso de regentes agrícolas na Quinta Regional de Sintra, sendo nomeado agrônomo do distrito de Vila Real em 1877. Em 1878, integrava já diversas comissões incumbidas de estudar as doenças da vinha do Douro. Mais tarde haveria de dirigir o posto experimental do Alto Douro e de estudar a cultura do tabaco na região do Douro. Não admira, por isso, que

⁹ BERTRAND; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, 2000: 53-56.

ao longo da sua vida profissional, como agrónomo, tenha sido responsável por vários relatórios¹⁰ elaborados no âmbito da Comissão Central da Filoxera, que evidenciavam já a sua postura de profissional rigoroso e atento àquela que foi uma das pragas mais violentas da vinha nacional em finais de Oitocentos¹¹.

Pertenceu ainda à Comissão do Tabaco, de que foi presidente o conde de Samodães e de quem recebeu os maiores louvores. Segundo a notícia do seu óbito no *Comércio do Porto*, de 27 de agosto de 1909, teria sido ainda nomeado, em 1890, para dirigir a Escola Central de Agricultura de Coimbra, acabando, mais tarde, por organizar e dirigir a ‘sua’ Escola Prática de Lavoura de Ponte de Lima.

No âmbito da Comissão do Tabaco realizou várias visitas ao estrangeiro, tendo passado pela Itália, pela França, pela Suíça e chegando a estar em Berlim, com o intuito de acompanhar os desenvolvimentos científicos nesta área, contactar com especialistas e, assim, poder organizar os serviços nacionais. Foi, assim, que às ordens do conde de Samodães se deslocou também à Holanda para melhor estudar a cultura do tabaco, de forma a desenvolvê-la em Portugal. Juntos percorreram “parte do Douro para ensinar a cultura do tabaco e aconselhar os proprietários”. Dessa relação de cerca de 30 anos entre Rodrigues de Moraes e o conde de Samodães ficou, nas palavras deste, a memória de alguém que sempre cumpriu os encargos “com o maior zelo”, confessando mesmo “muito lhe devi para o desempenho de comissões, para que ele estava fortemente preparado”. Não admira que no artigo que escreve em sua homenagem no número da *Gazeta das Aldeias*, intitulado *O meu tributo*, conclua perentoriamente “considero uma grande perda para a agricultura e por isso para o país o seu desaparecimento”.

Passada a crise filoxérica, Rodrigues de Moraes seria nomeado para outros cargos públicos, como por exemplo a chefia da Repartição de Ensino e de Estatística Agrícola, alcançando, finalmente, o cargo de Inspetor de Agricultura. Em 1882, como Inspetor-geral dos Serviços Filoxéricos, apresenta o Relatório dos Trabalhos da Comissão Central da Filoxera.

Foi durante o exercício da sua vida profissional que se dedicou à atividade jornalística especializada, como redator da *Gazeta das Aldeias* e colaborador de diversas revistas agrícolas como *Arquivo Rural*, *Agricultor do Norte de Portugal*, *Agricultor Português* e *Portugal Agrícola*. Aí pôde divulgar muitos dos seus conhecimentos técnicos sobre agricultura, de que, para além da sua

10 MORAES, 1881.

11 Para esta abordagem biográfica como agrónomo vimos CALDAS, 1990.

colaboração regular, salientamos, em particular, as publicações *Tratado Prático de Vinificação* (1902) e *Viticultura Prática Portuguesa* (1907). Segundo Oliveira Marques, Rodrigues de Moraes foi ainda o autor de um artigo, intitulado “Fruits et Légumes”, inserto na obra *Le Portugal au point de vue agricole*¹².

Considerado “uma das mais completas enciclopédias de agricultura, tão variados eram os ramos dos seus conhecimentos” (Duarte de Oliveira, *Gazeta das Aldeias*), o publicista e agrônomo Rodrigues de Moraes recebeu postumamente os maiores encômios de diversos vultos nacionais. Teófilo Braga, por exemplo, na publicação que vimos seguindo salientou a “excepcional competência científica e técnica com que representou Portugal nos congressos agrícolas europeus”, salientando que “Rodrigues de Moraes exercia um verdadeiro apostolado [...] dirigindo as forças naturais para uma certa e melhor produção”. Neste último tributo, todos foram, porém, unânimes em considerá-lo do ponto de vista humano “um homem honesto, laborioso e útil” (Guerra Junqueiro, *Gazeta das Aldeias*), ou então, nas palavras de Adolfo Frederico Muller, “um carácter diamantino, uma bela alma e trato cavalheireso”. O engenheiro J. M. de Mello de Mattos foi mais longe escrevendo, na *Gazeta das Aldeias*, “o sorriso que escondia por detrás do farto bigode que lhe ensombrava os lábios era o de um crente, era o de um bom e por isso o de um espírito superior, que por não ter culpas ignorava as dos outros”.

Por tudo isto, não causa surpresa, como bem percebeu E. Castro Caldas, que Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes tenha sido o grande responsável pela abertura da Escola Prática de Agricultura de Moreira de Lima, no início da década de 1890, obrigando-o mesmo a mudar a sua residência particular para a quinta das Cruzes, para melhor poder acompanhar os trabalhos¹³. Ele próprio escreveria em dezembro de 1895 que “em virtude de contrato que fiz com o governo fundei, fez já três anos, e sustento a expensas minhas, em propriedade minha, uma escola de lavoura, em que se dá, como preparação literária, apenas a instrução primária, e se manda tomar por escrito as lições da prática, feita especialmente na leitaria, na viticultura e na criação do gado bovino”¹⁴.

E é, precisamente neste ponto, que a importância das remessas de emigrantes portugueses no Brasil ganha todo o seu esplendor. Na verdade, este desiderato de Manuel do Carmo Rodrigues de Moraes só foi possível porque um dos seus irmãos mais novos, Miguel Francisco, tendo ido, ainda criança, para o Brasil, o financiou,

12 MARQUES, 1981: 212. MORAES, 1900: 609-628.

13 MORAIS, 1990.

14 *Gazeta das Aldeias*, 1909: 110.

facilitando este empreendimento. Sendo, na Baía, na cidade de Salvador, um reconhecido capitalista que dedicou a Portugal várias obras de benemerência, não esqueceu a terra que o vira nascer e a sua família, tornando possível o levantamento de um espaço onde o ensino da viticultura e da vitivinicultura em laboratório era uma realidade, tornando-o um alfobre de “agricultores experimentados”, como registava a imprensa regional da época.

Como era comum no seio de famílias de posses da época, em virtude do elevado número de filhos e da necessidade de deixar o património mais ou menos íntegro, o Brasil afigurava-se como o destino de muitos dos jovens rapazes da região Norte de Portugal, em especial do Minho, onde havia uma verdadeira teia de solidariedades e em que todos tinham algum parente no Brasil. Ora, Miguel Francisco era um dos seis irmãos sobreviventes de Manuel do Carmo que, ainda muito jovem, com apenas 11 anos, havia viajado para Salvador, na Baía, após o precoce falecimento de seu pai. Em Salvador, irá ao encontro de outros conterrâneos e conhecidos que já aí estavam instalados, como o visconde de S. Lázaro ou o comendador Rodrigues de Carvalho. Inserido na vida comercial local, primeiro como caixeiro e, mais tarde, por conta própria, tornar-se-ia um dos mais pujantes capitalistas e investidores portugueses na região baiana, chamando para junto de si o seu irmão mais novo, João¹⁵. Em 1879, veria o seu nome inscrito como negociante, na exclusiva listagem do Tribunal do Comércio da Bahia, residindo numa majestosa residência da baixa da cidade de Salvador. Em 1890, quando auxiliou financeiramente o seu irmão agrônomo, Manuel do Carmo, era dono de várias empresas e fábricas nesta cidade baiana, destacando-se na comunidade portuguesa, como um dos emigrantes mais bem-sucedidos do seu tempo.

Foi numa das suas viagens a Portugal, em meados da década de 1880, que adquiriu a quinta das Cruzes, em Moreira de Lima, que de imediato cederá a seu irmão Manuel do Carmo para este poder cumprir o seu sonho – instalar a Escola Prática de Agricultura, com autorização régia de funcionamento obtida em 1892. Através dela procurava combater o atraso da nossa agricultura relativamente à dos outros países, investindo numa das áreas, para ele, fulcrais – a instrução agrícola.

Não por acaso, no seu derradeiro artigo publicado na *Gazeta das Aldeias* (n.º 714, p.109-110), datado de 31 de dezembro de 1895, insurge-se contra os que defendem que “devemos votar-nos todos à exploração das indústrias fabris”, porque as indústrias precisam de matéria-prima “na maior parte dos casos

15 MORAIS, 2004.

produzida pela agricultura”. Por isso, conclui que “o agricultor é [...] de todos os industriais, o que mais riqueza, mais utilidade produz”.

Aproveita então para apresentar aquilo que considera “uma prova palpável” – a “sua” escola em Ponte de Lima. Na verdade, escreve “em virtude do contrato que fiz com o governo fundei, fez já três anos [...] uma escola de agricultura inteiramente prática, uma verdadeira escola de lavoura, em que se dá, como preparação literária, apenas a instrução primária, e se manda tomar por escrito as lições da prática”. Tudo isto acontece em lições noturnas e, apesar disso, os alunos matriculados têm superado as duas dezenas, entre os 15 e os 30 anos. Sendo estes “escolares” todos “jornaleiros, muitos da exploração da escola, ou filhos de pequenos proprietários, cuja ocupação é o labutar constante no campo desde o nascer ao pôr-do-sol”, mesmo assim é elevada a assiduidade “às lições da noite”. Outra das inovações que Rodrigues de Moraes introduziu foi a poda das árvores de fruto. Ora, se “o facto causou de princípio alguns reparos”, “hoje é operação corrente”.

Não sabemos qual a verdadeira repercussão desta escola na qualidade da agricultura da região, nem se, como afirma Adelino Tito de Moraes na *Monografia de Moreira de Lima*, isso foi determinante para a elevada qualidade do vinho branco que se colhe na região. O que sabemos é que com a morte do seu fundador, a sua verdadeira alma, a Escola não sobreviveria. Revela Duarte de Oliveira na homenagem póstuma que lhe escreve na *Gazeta das Aldeias* que, em vésperas do seu passamento, Manuel Rodrigues de Moraes se dedicava “a escolha de uma quinta, no Cima Corgo, para a criação de uma estação experimental vitivinícola”. Morreria sempre a sonhar em engrandecer a agricultura, área por que lutou ao longo dos 64 anos da sua vida.

2. MARCELINO E MARGARIDA DE QUEIRÓS – BENEMÉRITOS DO CONCELHO DE ESPOSENDE

Referimos já a dimensão e a relevância do envio informal de remessas para Portugal com origem em território brasileiro, a partir da comunidade portuguesa aí emigrada. Procuramos chamar a atenção para as importantes consequências desse fenómeno não apenas a nível do desenvolvimento nacional, mas especialmente no plano regional e local. O caso que, em seguida, apresentamos resulta de um contacto inesperado com uma fonte documental, a que já nos referimos, – as cartas pessoais – que, de forma inusitada nos abriram as portas a um tipo de fluxo monetário que, apesar de com certeza ter sido bastante comum,

acaba por deixar poucos rastros na documentação histórica oficial, ou seja aquela que é habitualmente compulsada pelos investigadores. Como perceberemos, o caso que aqui trazemos acaba por ser a ponta de um enorme *iceberg* de que nunca iremos conhecer a verdadeira dimensão. Na verdade, trata-se de um conjunto de informações de carácter eminentemente privado, de acesso restrito e sujeito a desaparecer com o simples passar do tempo e a que nós, casualmente, tivemos acesso. Importa, pois, dá-lo a conhecer publicamente e despertar os especialistas para estas questões de forma a poder valorizar e salvaguardar todo um património que, de outro modo, acabará por desaparecer. Curiosamente, desta vez, não nos referimos a situações ocorridas no século XIX, mas a outras, bem mais recentes, em que alguns dos protagonistas podem ainda estar vivos e os seus descendentes poderão preservar algum do seu espólio pessoal.

O envio de dinheiro do exterior, no caso que nos interessa, com origem no Brasil, para Portugal foi particularmente significativo em períodos de carência e dificuldades económicas, como aconteceu durante grande parte do século XX. Quer durante a Primeira República (1910-1926), quer, posteriormente, sob a tutela de Salazar e a vigência do Estado Novo, Portugal viveu tempos de grandes restrições internas, especialmente sentidas a nível das despesas públicas, que as várias reformas económico-financeiras condicionavam. Subjacente a estes períodos de grandes limitações e austeridades estava normalmente a necessidade de o Estado ter de equilibrar as finanças públicas. Por outro lado, a economia portuguesa manteve, durante todo este período, um cunho marcadamente rural, apresentando um grande desfasamento e atraso relativamente às restantes economias europeias. Não causa surpresa, por isso, que mesmo em finais da década de 1960, Portugal apresentasse um dos rendimentos *per capita* mais baixos da Europa de então, traduzindo uma realidade de pobreza interna e de grandes desequilíbrios regionais, especialmente visíveis entre as zonas rurais e as urbanas e as zonas litorais e as interiores.

Ora, um dos aspetos mais característicos do Estado Novo foi a criação de um sistema de assistência que coexistia paralelamente com “um aparelho de previdência social de conceção corporativa” como escreveu, no contexto da sua dissertação de mestrado, Irene Flunser Pimentel¹⁶. A própria Constituição de 1933 não consagrava o direito à assistência pública, mas defendia que “cabia ao Estado ‘coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais’ no sentido de ‘defender

16 PIMENTEL, 1999: 477-508.

a saúde pública', assegurar a 'defesa da família', 'proteger a maternidade' e 'zelar pela melhoria das condições das classes sociais mais desfavorecidas, procurando assegurar-lhes um nível compatível com a dignidade humana'" 17. Como, mais tarde, ficaria claro, o Estado desempenharia um papel supletivo relativamente às iniciativas de natureza privada, entre as quais mereciam particular destaque as da Igreja católica, a par de tantas outras de natureza piedosa e caridosa que, de acordo com um dos lugares-comuns do Estado Novo, caracterizariam o povo português.

É neste contexto que o caso que trazemos hoje nos parece mais relevante. Com efeito, a leitura da correspondência privada estabelecida, durante décadas, entre o emigrante português, Marcelino Ribeiro de Queirós e sua mulher, a brasileira, Margarida Maria Moura de Queirós, ambos residentes no Rio de Janeiro, numa moradia sita na Praça de S. Salvador, n.º 5, e parte da sua família residente, então, no Porto, e presentemente à guarda de um dos descendentes, nos permite entender a importância das remessas informalmente enviadas do Brasil para o desenvolvimento do país no campo da assistência pública. Com efeito, Marcelino Ribeiro de Queirós, nascido em Forjães, era oriundo de uma família natural desta pequena freguesia do concelho de Esposende. Tendo emigrado para o Rio de Janeiro, onde se encontravam já alguns membros da sua família, casou com uma senhora natural do Rio de Janeiro, de seu nome Margarida Maria Moura de Queirós. O seu sucesso financeiro e o facto de o casal não ter descendentes, fez com que nas décadas finais da sua vida se tenha dedicado à benemerência, quer na área da saúde em geral e materno-infantil, em particular, quer na assistência social à pobreza e à velhice.

A correspondência a que tivemos acesso e que seleccionamos com interesse para este trabalho – remessas de dinheiro destinado a ser investido em Portugal –, inicia-se em 24 de abril de 1953 e prolonga-se até 16 de junho de 1984, havendo, pelo menos, três missivas que não se encontram datadas. São dois os emissores destes escritos, na década de 1950, Marcelino de Queirós que, em data que não conseguimos ainda apurar, entre finais da década de 1950 e meados da década de 1960, terá falecido, tendo sido, entretanto, substituído na troca epistolar pela sua mulher Margarida Queirós.

São duas as etapas em que podemos dividir esta série levantada. A primeira, situada cronologicamente na década de 1950, envolveu como emissor Marcelino de Queirós, e representa um conjunto de apenas duas missivas, embora

17 PIMENTEL, 1999: 479.

percebamos que terão existido mais. Na primeira delas, datada de 24 de abril de 1953, Marcelino refere ter remetido, do Brasil, alguns dias antes ao cuidado de um seu familiar (Albino de Faria, pai do Dr. Manuel Queirós de Faria, seu sobrinho e médico cirurgião na cidade do Porto, já falecido) 50.000\$00 escudos “para ir amortizando as dívidas do Hospital de Esposende, relativas às obras ali efetuadas”.

Não era, porém, a primeira vez que o fazia. Num pequeno anexo à carta verificamos que já em 1952, o mesmo indivíduo havia remetido do Brasil para os seus familiares um total de 79.738\$60 escudos, entre dinheiro destinado a adquirir artigos de cirurgia, pagamento de férias entre outras entregas realizadas. Ficamos então a saber que “o cruzeiro, infelizmente, continua descendo, ficando-nos o escudo pelo dobro do seu valor oficial”. Mesmo assim, o emissor lamenta-se: “Mas, que havemos de fazer? As despesas estão feitas e terão que ser pagas”.

Contextualizando melhor a situação política brasileira, esclarece: “Deve ser assinado, por estes dias, um empréstimo feito nos EE. UU. ao Brasil, na importância de 300 milhões de dólares, é esperança geral que isso virá fortalecer muito o cruzeiro e este reagirá consideravelmente e oferecendo-nos a necessária oportunidade de pormos em dia as nossas desejadas remessas de escudos. [...] Nós pagamos, aqui no Brasil, o pesado imposto sobre a Renda. Estou, neste momento, fazendo a nossa indispensável declaração de Renda para sermos, por ela, tributados. Sucede que estão isentas desse imposto as importâncias relativas a donativos feitos a reconhecidas instituições beneficentes, tendo, para isso, de juntar, á declaração, o necessário comprovante, ou recibo, desses donativos. É isso para mim muito importante, porque, como disse, é demasiadamente oneroso esse imposto, chegando até, em determinadas circunstâncias, a 50% da renda líquida. Este ano, em que é tributada a renda de 1952, já nada me adianta, mas, no próximo ano, vou precisar de um documento comprovatório dos donativos aí feitos para me aliviar aqui nessa exigência fiscal. Depois lhe explicarei melhor os termos e dará em que deve ser feito esse comprovante”.

De todo o dinheiro remetido para Portugal e para o Hospital de Esposende em particular, nesta década de 1950, pelo casal Marcelino e Margarida de Queirós contabilizar-se-ia, em 1954, um total de 129.738\$60 escudos, entre a aquisição de artigos de cirurgia e pagamentos de honorários diversos. A importância destas remessas em dinheiro foi tão significativa para o quotidiano do hospital que, com data de 20 de outubro de 1957, foi colocado um busto à entrada da referida instituição hospitalar, busto esse que, apesar de deslocado da sua posição inicial, se encontra ainda, atualmente, no jardim fronteiro deste equipamento. Como o semanário *O Cávado*, título editado em Esposende, escrevia em setembro de

1967, eternizava-se a memória do “sempre chorado e saudoso Esposendense que foi Marcelino de Queirós. Para sempre eternizado no bronze e no nosso coração”.

Prematuramente desaparecido, fica-se a saber pelas folhas da imprensa local, durante uma homenagem oficial nos paços do concelho, que em vida fora “o [...] amigo das instituições de caridade e particularmente do Hospital de Esposende”. Segundo o que se lê nesta folha da imprensa local, Marcelino de Queirós pouco antes de falecer “estava prestes a realizar o Grande e Belo Sonho da sua vida, que era o de dotar o Hospital de Esposende com condições de subsistência que lhe desse uma vida desafogada”¹⁸. Entretanto, havia custeado “totalmente a construção e instalação da sala de operações e ainda a aquisição de um bisturi elétrico, além de muitas outras dádivas”¹⁹, pelo que, assim, deixou ligado para sempre o seu nome ao Hospital de Esposende.

Este cuidado e sensibilidade social que desde cedo o casal evidenciou, consubstanciou-se também na proteção aos idosos de Forjães, tendo Marcelino de Queirós projetado fundar, pouco antes de falecer, uma instituição que se designaria de Fundação Lar de Santo António, destinada a cumprir “um sonho e espírito solidário para com os mais desfavorecidos e sozinhos” acalentado por este emigrante forjanense, estabelecido no Rio de Janeiro. Embora a ideia inicial da fundação deste lar tenha partido de Mário Vilaverde, uma vez que “foi ele que pediu à D. Margarida de Queirós para construir um Lar de Terceira Idade para os idosos de Forjães”²⁰, o que é certo é que este desejo não seria possível de realizar sem a preciosa ajuda financeira deste emigrante natural de Forjães e de sua mulher. A concretização deste projeto mais ambicioso, que implicava o levantamento de raiz de uma instituição de proteção social, só foi possível graças ao papel desempenhado por um dos seus sobrinhos, o Dr. Manuel Queirós de Faria que, com o mesmo espírito filantrópico, “com a sua sabedoria, carácter e competência por todos inquestionáveis, foi naturalmente capaz de projetar esta instituição”, tendo sido fundamental na criação e materialização da ideia²¹.

Entre 20 de outubro de 1964, data em que, a título particular, esta Fundação iniciou as suas atividades e a publicação em *Diário do Governo* do texto dos estatutos, por despacho do então ministro da Saúde e Assistência, datado de 14 de abril de 1966, pelos quais o Lar de Santo António passou a ser considerado para

18 *O Cávado*, 10.9.1967: 1.

19 *O Cávado*, 10.9.1967: 1.

20 *O Forjanense*, junho de 1993: 2.

21 Folheto de apresentação do *Lar de 3.ª idade, internamento para recuperação*.

todos os efeitos legais “pessoa coletiva de utilidade pública administrativa”²², esta instituição revestiu apenas um carácter particular e sobreviveu exclusivamente a expensas da família dos seus fundadores. Ou seja, entre 20 de outubro de 1964 e 1 de maio de 1966, data em que iniciou o funcionamento oficial da Fundação “Lar de Santo António”, de acordo com o estabelecido estatutariamente, a instituição sobreveio a partir dos dividendos do seu património inicial, a saber, “uma carteira de títulos de crédito” e “por um prédio urbano, com pequeno terreno anexo, onde são recebidos os beneficiários”²³. Logo no artigo 1.º deste documento se pode ler que esta instituição particular partiu da “iniciativa do casal Sr. Marcelino Ribeiro de Queirós e D. Margarida Maria de Moura Queirós”, embora por falecimento de Marcelino de Queirós, seja a sobrevivente a garantir a sua subsistência.

Tal como se podia ler no artigo 2.º dos referidos Estatutos “esta Fundação tem por objetivo principal prestar assistência material e moral à velhice e invalidez da freguesia de Forjães e, na medida do possível, contribuir por todos os meios para o bem-estar social e moral da pobreza da dita freguesia”. No parágrafo inicial esclarecia-se que a assistência seria prestada em “regime de internamento no edifício para esse fim construído e denominado Lar de Santo António”, embora excecionalmente pudesse ser também “prestada no domicílio dos beneficiários, desde que razões de ordem familiar amplamente o justifiquem”. Estendia-se também, com carácter de exceção e “carácter eventual”, a ajuda às crianças “que frequentam as escolas locais, em subsídios concedidos à cantina”. Para isso os instituidores comprometiam-se a criar e manter um lar “para recolher os velhos e inválidos” da freguesia de Forjães, bem como um “centro destinado a conceder auxílio domiciliário e ambulatório”, onde seria desenvolvida atividade assistencial com carácter gratuito ou “remunerada em regime de porcionismo, consoante a situação dos assistidos, apurada em inquérito assistencial a que sempre se deverá proceder”.

No ponto relativo ao património e às receitas, estipulava-se que se consideravam “afetos pela fundação à instituição” várias propriedades, entre as quais “uma casa com terreno anexo”, situada no lugar da Igreja (Forjães) que albergará os beneficiários. Para além disso, a instituição seria mantida a partir dos lucros advindos de “uma carteira de títulos de crédito [...] no valor de novecentos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e três escudos e dez centavos” correspondentes a ações de diversas companhias e empresas portuguesas, depositadas à ordem desta

22 PORTUGAL. *Diário do Governo*, nº 100, III série, de 28 de abril.

23 *Estatutos do Lar de Santo António da freguesia de Forjães, concelho de Esposende*. Contracapa.

Fundação nos Bancos Pinto de Magalhães, Português do Atlântico e Nacional Ultramarino, bem como de um capital em dinheiro no valor de “cinco mil e seiscentos e seis escudos e noventa centavos”. Seria a partir do rendimento destes bens, juntamente com “o rendimento de heranças, legados e doações instituídas em seu favor”, bem como “donativos”, “o rendimento dos serviços e as compensações dos assistidos ou responsáveis” e eventuais “subsídios do Estado e das Autarquias locais” que a Fundação “Lar Santo António” sobreviveria, de acordo com o artigo 5.º dos referidos Estatutos.

Este normativo definia ainda os atributos da direção administrativa, indicando os órgãos da presidência e definindo o modo de designação trienal de nova equipa diretiva que, por eleição, caberia a um colégio restrito composto pelo “Presidente da Junta de Freguesia, o Regedor, o Pároco, os Presidentes da direção e da assembleia geral da Casa do Povo, os Diretores das escolas masculina e feminina da freguesia e o Presidente da Cantina escolar”, bem como estabelecia as competências da Direção e do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Legitimada a importância desta obra a nível local, foi também objeto de um reconhecimento a nível governamental, pelo que em cerimónia pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Esposende, “atendendo aos seus muitos e piedosos actos de benemerência [...] o Governo da Nação concedeu a tão Ilustre Senhora [D. Margarida de Queirós, viúva do emigrante Marcelino de Queirós] a Comenda da Ordem de Benemerência”. Aí se recordou “a figura de seu Marido, o sempre saudoso amigo das instituições de caridade e particularmente do Hospital de Esposende que foi Marcelino de Queirós, prematuramente desaparecido”. Apesar de brasileira, e mesmo depois de viúva, a mulher de Marcelino de Queirós não virava as costas à terra natal de seu marido. De igual modo, Esposende demonstrou-lhe o seu agradecimento, e já no edifício do Hospital, levou a cabo uma cerimónia de “Entronização da imagem de Santa Margarida, na Capela Privativa do Hospital” a que se seguiu uma missa²⁴.

O espírito benemerente desta brasileira nata, não se ficaria por aqui. Alguns anos mais tarde, mantendo e acentuando os laços que a ligavam a Forjães, muito por obra do seu sobrinho por afinidade Manuel Queirós de Faria, estaria na base do aparecimento do Instituto Materno-Infantil nessa mesma freguesia de que nos ocuparemos noutra ocasião mais oportuna.

24 *O Cávado*, 10 setembro de 1967: 1.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Cartas particulares do espólio do Dr. Manuel Queirós de Faria.

Cávado (O), semanário republicano e regionalista, Esposende, 10 setembro de 1967.

Estatutos do Lar de Santo António da freguesia de Forjães, concelho de Esposende.

Forjanense (O), junho de 1993.

Gazeta das Aldeias, Porto, 5 setembro de 1909.

MORAES, M. C. Rodrigues de, 1881 – “Relatório dos trabalhos da Comissão Central de Filoxera em 1880”, in *Coleção de Documentos Oficiais, Memórias e Notícias acerca da Agricultura*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MORAES, M. C. Rodrigues de, 1900 – “Fruits et Légumes”, in COSTA, B.C. Cincinnato da, *Le Portugal au point de vue agricole*. Lisbonne: Imprimerie Nationale.

PORTUGAL. *Diário da Camara dos Deputados...*, sessão de 10 de junho de 1887, p. 1168.

PORTUGAL. *Diário do Governo*, n.º 100, III série, de 28 de abril.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – “Terra de Esperanças: O Brasil na emigração portuguesa”, in VII Cursos Internacionais *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

BAGANHA, Maria Ioannis B., 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*, vol. XXIX (128), (4.º). Lisboa: ICS.

BERTRAND, Annie Molinié; RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo (eds.), 2000 – *A través del tiempo: Diccionario de Fuentes para la Historia de la Familia*. Murcia: Universidad de Murcia.

CALDAS, Eugénio de Castro, 1990 – *O agrónomo Manuel Rodrigues de Moraes e a Escola Prática de Agricultura de Moreira do Lima*. Viana do Castelo.

MARQUES, A. H. de Oliveira, 1981 – *Guia de História da 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de, 2011 – “Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)”. *Revista Económica Contemporânea*, v. 15, n.º 3. Rio de Janeiro.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno, 1993 – *História Económica de Portugal – uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.

MORAIS, Adelino Tito de, 1990 – *Monografia de Calheiros e Moreira de Lima*. Ponte de Lima: Ed. Autor.

MORAIS, Adelino Tito de, 2004 – *Palacete Moraes em Salvador da Bahia (Brasil): subsídios históricos*. Salvador da Bahia.

PIMENTEL, Irene Flunser, 1999 – “A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40”. *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), (2.º-3.º). Lisboa: ICS.

REIS, Jaime, 1993 – *O Atraso Económico Português: 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

AS REMESSAS “VISÍVEIS” E “INVISÍVEIS” DA EMIGRAÇÃO AMERICANA E A TRANSFORMAÇÃO DA GALIZA (1890–1930)

RAMÓN VILLARES

INTRODUÇÃO

A história da Galiza contemporânea é difícil de compreender sem julgar a influência que sobre ela exerceu o fenómeno migratório, especialmente o produzido para as repúblicas ibero-americanas, tanto pela magnitude dos fluxos migratórios quanto pelos efeitos de retorno que, em forma de remessas visíveis e invisíveis, aportaram os emigrantes à sua terra de origem. Galiza foi, desde os anos 1880-1890, uma das regiões migratórias europeias com maior intensidade de saídas, que superaram a taxa de 20 por mil durante duas décadas. Mas também foi uma das regiões em que os efeitos de retorno foram mais evidentes e plurais. Em realidade, se não encontra sector ou actividade desenvolvida na Galiza no passado século que não mostre alguma intervenção da emigração e dos seus protagonistas mais diretos, os retornados de América, chamados segundo as comarcas e as épocas, “americanos” ou “habaneiros” (e, contrariamente do que se passa em outras regiões espanholas, raramente “índios”), que seriam a versão galaica da figura do “brasileiro de torna-viagem”, tão comum na região do norte português.

A influência destes emigrantes retornados foi decisiva tanto nos aspectos propriamente materiais e económicos quanto nos sociais, políticos, culturais e mesmo artísticos. De facto, a cosmovisão que o galego moderno conseguiu fazer-se de si próprio e mesmo do inteiro mundo deve muito à influência exterior ou, em outras palavras, esse imaginário foi forjado em grande medida pela mestiçagem cultural que desde meados do século XIX se estabeleceu entre a Galiza e as coletividades de emigrantes radicadas nas diversas repúblicas da América Latina. Já o tinha advertido um grande propagandista da influência da emigração nas sociedades de origem, o asturiano Rafael María de Labra: “Galicia no se comprende

sin América”. Intentarei fundamentar em poucas páginas esta afirmação de Labra, baseado num selecto elenco de investigações próprias e alheias que, desde há mais de trinta anos, se ocuparam da questão migratória na Galiza.

Ainda quando a existência de fluxos migratórios é um facto estrutural na paisagem histórica da Galiza desde os séculos do Antigo Regime, foi sobretudo nas décadas finais do século xix e no primeiro terço do xx quando esta influência se transformou em ação coletiva e contribuiu a mudar substancialmente a realidade histórica da Galiza. Não é tampouco uma casualidade que essa influência coincida no tempo com o período que, desde a época medieval, mais intensamente mudaram as bases estruturais da Galiza, num processo de modernização do sector agrário, de aparição de uma indústria moderna ligada ao mar e de uma mobilização e consciência social e política que se tornou visível na recuperação da identidade cultural e política de natureza *galeguista*.

A listagem destas influências não é só elevada, mas também variada e difusa, até o ponto que se acomoda a muitos matizes individuais, na medida em que são o resultado em muitos casos de fortunas pessoais. Mas dentro de toda esta mistura de pequenas e grandes ações, de obras únicas de indianos assinalados, assim como de iniciativas comunitárias animadas por organizações de emigrantes, vamos evocar aqui apenas aquelas intervenções coletivas que, de forma visível ou – o que se torna tão pertinente como falto de gravidade – de modo “invisível”, estão na base da modernização cultural e política da Galiza num tempo decisivo da sua história: aquele que vai desde finais do século xix até os anos trinta do século atual.

O objeto desta reflexão não está, contudo, em indicar todas as transformações que houve na Galiza do primeiro terço do século xx nem de todas as consequências que a emigração teve para a Galiza neste período histórico. Felizmente existem, a dia de hoje, numerosas investigações que manifestam estas mudanças, quer no âmbito das mudanças institucionais no regime da propriedade da terra, dos movimentos agrários ou da modernização tecnológica da pequena exploração parcelária¹, quer no âmbito da actividade industrial² ou no campo mais concreto dos próprios estudos migratórios³.

No plano puramente da interpretação da relação entre emigração e sociedade galega, acho necessário reformular a visão que se tem dado à emigração galega como uma fugida da miséria camponesa e como um exemplo

1 VILLARES, 1982; FERNÁNDEZ PRIETO, 1992 e 2000; CABO VILLAVERDE, 1998.

2 NADAL-CARMONA, 2005.

3 VILLARES-FERNÁNDEZ SANTIAGO, 1996; NUÑEZ SEIXAS, 1998; SOUTELO, 2011a.

da frustração histórica da Galiza, o que costuma ser uma das ideias centrais cunhadas pela tradição cultural galega, desde a época da *xeración Nós* (Risco, Otero e, sobretudo, Castelao) até datas mais recentes. Na obra do debuxante galeguista Alfonso R. Castelao, muito popular na década de vinte, está presente esta ideia da emigração americana como um fracasso, tanto individual quanto também coletivo, tal como sugere uma das mais conhecidas vinhetas da sua obra gráfica: “En Galicia non se pide. Emígrase”.

Acho que resulta necessário revisar estas ideias recebidas e insistir no componente transformador que exerceu esta massiva emigração galega para a América⁴. Com certeza, isto é algo que já conheciam bem os coetâneos e que grande parte da literatura e da imprensa do momento tratava de refletir, sobretudo em revistas ilustradas que tanto na Galiza europeia quanto na americana se dirigiam ao mercado da emigração. Sirvam de exemplo, na Galiza, cabeceiras como *El Emigrado* (A Estrada, desde 1916) e *Vida Gallega* (Vigo, desde 1909) e, na outra beira do oceano, *Almanaque Gallego* (Buenos Aires, desde 1898) ou *Eco de Galicia* (La Habana, desde 1917). Mas por razões que seriam longas de explicarem (entre elas, a própria “difamação” que uma parte das elites cultas galegas exerceu sobre o passado da Galiza), ficou na obscuridade este perfil da emigração como um facto muito mais complexo que o que sugere a qualificação de ter sido uma “renúncia à revolta”, como sentencia um dos livros mais influentes do moderno nacionalismo galego⁵.

Contudo, algumas vozes coetâneas advertiam claramente sobre a necessidade de compreender a emigração como uma ocasião e não como um abandono. É o caso de autores como Lois Peña Novo, jovem líder do catolicismo agrário e posteriormente do nacionalismo político galego ou de Ramón Castro López, pároco de uma pequena paróquia rural do sul da província de Lugo e autor de uma meritória obra sobre a emigração galega. Este autor, que tinha uma formação vagamente regeneradora, conhecia bem a situação da emigração galega na América e os seus efeitos na Galiza não só pela sua experiência como pároco rural, mas também por ser irmão do diretor durante trinta anos do *Almanaque gallego* e do *Eco de Galicia*, publicações ambas que saíram à luz em Buenos Aires. A tese central deste autor era claramente otimista e crítica com a opinião que então se tinha da questão migratória na Galiza, ao asseverar

4 VILLARES, 2011.

5 BEIRAS, 1973, 29.

“que la emigración no fue un mal para la agricultura gallega, sino un bien que la fomentó en sumo grado; aunque piensen lo contrario muchos pesimistas y poco observadores de lo que en los campos gallegos pasa”⁶. À luz dos conhecimentos atuais apresentados por duas das investigações mais sólidas e ambiciosas sobre a questão migratória galega⁷, pode concluir-se que a “visão negativa” da emigração galega, por muito presente que se encontre no “imaginário social de los gallegos”, carece do suficiente apoio empírico⁸.

AS REMESSAS E A GALIZA

Esta participação da emigração na transformação da Galiza obriga a começar por uma reflexão inicial de carácter geral sobre a dimensão dos fluxos migratórios galegos com destino a América e sobre algumas das suas características mais decisivas. O primeiro que convém assinalar é que a conversão da Galiza num “país de emigração” se produz de modo tardio e na mesma época que outras regiões do sul de Europa se incorporam ao processo de emigração massiva para a América, isto é, por volta dos anos 1880-1890. O exemplo de Galiza guarda, pois, muitas analogias com estes países da *new emigration*, entre os que se acham pautas muito comuns, tanto no período temporário de maior intensidade das suas saídas quanto na procedência social dos emigrantes, ou nos destinos preferidos. As semelhanças da Galiza com regiões de alta intensidade migratória como o norte da Itália (Veneto o Piemonte) ou de Portugal (Minho-Douro) são muito mais claras do que com países de emigração como a Irlanda ou Escócia, muito mais precoces no seu abandono dos seus respetivos países de origem⁹.

6 CASTRO LÓPEZ, 1923, 84.

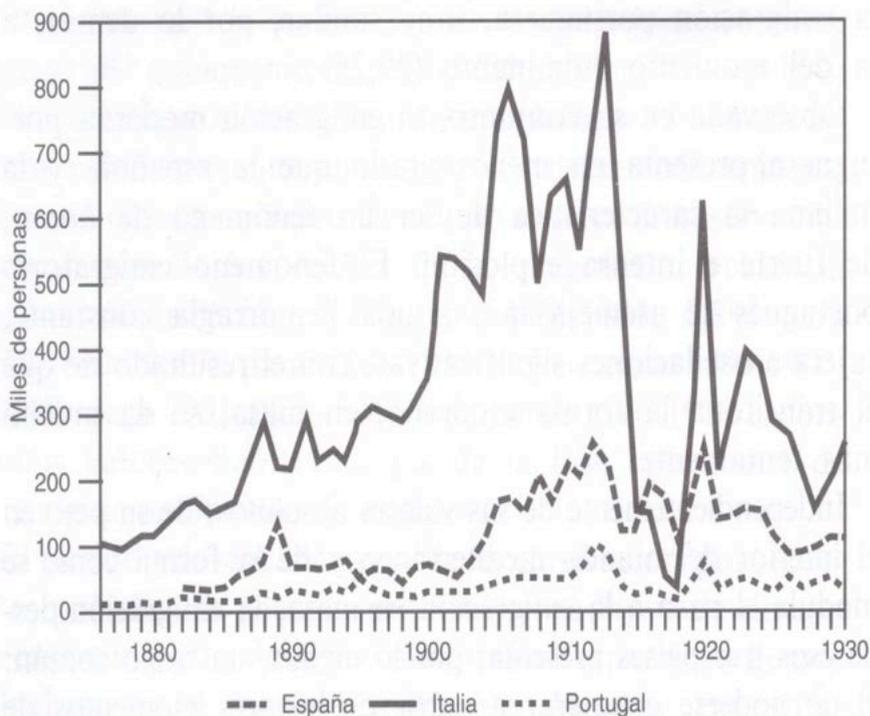
7 VÁZQUEZ GONZÁLEZ, 1999; SOUTELO, 2011.

8 SOUTELO, 2011b, 168.

9 BAINES, 1991; CARMAGNANI, 1994.

GRÁFICO N.º 1

Emigração para a América da Espanha, Itália e Portugal

*Emigración total de España, Italia y Portugal.*

Fonte: CARMAGNANI, 1994.

Os paralelismos do modelo da emigração galega para a América com estas regiões europeias meridionais, além de atingir o seu carácter massivo de forma tardia da relativa invariabilidade dos seus destinos, estão no facto decisivo de se tratar de umas sociedades agrárias de pequena e meia propriedade que começaram a experimentar mudanças muito profundas por ocasião da crise agrária de fim de século. Além disso, no caso dos fluxos migratórios galegos para a América, os destinos foram relativamente menos invariáveis do que na emigração portuguesa (concentrada hegemonicamente no Brasil) e mais restritos que no exemplo italiano, que deixou a sua marca no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos de América. Os emigrantes galegos tiveram, entre 1880 e 1930, dois destinos hegemónicos: a Argentina e Cuba, representando a primeira

por volta do 50% do total da emigração galega e Cuba, um terço dela. Face a esta hegemonia argentino-cubana, o resto de destinos foram muito menos significativos (Brasil, Uruguai, Venezuela e México).

A participação da Galiza nos fluxos migratórios da Espanha para o exterior no período de emigração massiva foi muito importante, até o ponto de constituir a primeira região migratória espanhola por número de saídas, com taxas de ordem de 20 por mil nas décadas de 1900 a 1920. Dos algo mais de 5,3 milhões de emigrantes espanhóis do período 1836-1936, uns dois milhões fizeram-no desde portos da Galiza, o que representa que, cerca do 38% destas saídas, esteve protagonizado por galegos¹⁰. Isto explica, entre outras razões, a difusão do gentílico “galego” aplicado de forma genérica a todo imigrante espanhol na maioria dos países da América Latina, especialmente na Argentina, Uruguai e Cuba, embora nesta difusão atuem também outras razões, que têm a ver com a imagem e os estereótipos criados por outras coletividades de imigrantes como os *tanos*, em clara competência com os “*gayegos*”, como se passa na Argentina da época do aluvião imigratório¹¹.

As causas explicativas dos movimentos migratórios são tão complexas que não permitem uma explicação unívoca. Deixaremos de lado as razões de atração que a facilidade dos transportes ou a abertura dos países de destino influenciaram de modo decisivo na decisão tomada por aqueles que emigravam. É importante destacar mais a natureza da sociedade rural da que partiram os emigrantes galegos e as razões que os incitaram para não romperem os laços com a sua comunidade originária. É de lembrar que a sociedade rural galega de finais do século XIX se caracterizava por um estabelecimento disperso sobre o território, pequenos cultivos e trabalhadores da terra que tinham conseguido manter historicamente certos direitos sobre ela, graças a uma secular defesa das vantagens do regime de foros por parte dos camponeses. Era, em acertada definição de um geógrafo francês (Bouhier, 1979), um “*vieux complexe agraire*” fundado na integração da pequena exploração camponesa e um extenso espaço não cultivado diretamente (o «*inculto*» ou monte comunal) que fortalecia o papel da casa, mas também o da comunidade rural.

Pode dizer-se que as razões que tinham os emigrantes para manterem compromissos e vínculos com a sua terra natal derivavam, mais que da nostalgia ou da saudade, de uma sustentada posse do “domínio útil” sobre a terra que trabalhavam,

¹⁰ SOUTELO, 2011b: 152.

¹¹ NUÑEZ SEIXAS, 2002; LOJO, et al., 2008.

mas também da fortaleza que conseguiu manter a comunidade rural evitando que os extensos bens de domínio público (cerca de três quartas partes do território da Galiza) fosse nacionalizado ou privatizado ao abeiro das leis de desamortização. O vigor da sociedade agrária galega constituiu um poderoso imã para os emigrantes decidirem “devolver” à sua terra de origem parte dos recursos obtidos nos países americanos. Estas ações foram, em alguns casos, o resultado de decisões individuais de pessoas com fortuna, o que responde à imagem mais clássica do «indiano» retornado. No entanto, o mais frequente foi, porém, que a intervenção da emigração sobre a realidade de Galiza foi feita de um modo mais modesto mas nem por isso menos eficaz. Por um lado, através de remessas e apoios prestados pelos emigrantes às suas próprias famílias, o que é comum à maioria das emigrações de retorno. E, por outro, através de micro-sociedades de âmbito mais ou menos paroquial que, com pequenas contribuições dos seus afiliados, conseguiram canalizar um importante capital para as obras colectivas para realizar na sua terra de origem.

É conveniente referir-se a outras diretrizes do modelo migratório da Galiza para explicar a importância que tiveram as remessas de dinheiro à sua terra de origem. Trata-se, em primeiro lugar, de uma emigração com uma elevada taxa de masculinidade, por volta do setenta por cento. São muitas as vozes que alertam na imprensa coetânea sobre a inconveniência das mulheres galegas emigrarem, sobretudo a Cuba, por razões geralmente de ordem moral. Mas esta insistência quase tópica não reflecte tanto uma posição sexista quanto uma legitimação de um modelo de emigração em que o emigrante fazia parte de um grupo doméstico estabelecido em duas terras diferentes: pais e mulher, na Galiza, filhos e marido na América. Esta cisão familiar, bem distinta dos modelos migratórios em que se produzia o desarraigamento completo da unidade familiar, favorecia em grau muito elevado os retornos, temporários ou definitivos, e ademais conservava-se viva uma relação familiar e comunitária entre ambas as beiras do Atlântico.

Desta relação dos emigrados na América com a sua terra de origem, há inúmeras confirmações. Em primeiro lugar, através de um intenso associativismo de carácter étnico e de escala micro-societária que é característica básica destas colectividades de emigrantes. Além da fundação de grandes «Centros Gallegos», como os de Montevideo (1879), Buenos Aires (1907) ou La Habana (1914), surgiram na América vários centos de pequenas sociedades mútuas ou de instrução, de dimensão paroquial ou distrital, que atuavam de uma forma capilarizada sobre a população galega imigrada que lutava por conservar (ou recuperar), em certo sentido, a sua

própria identidade cultural¹². Esta prática micro-societária foi um caso único no conjunto das coletividades de emigrantes europeus estabelecidos na América desde finais do século xix até meados do século xx, tanto pela quantidade de recursos fornecidos quanto pelo destino de carácter comunitário a que foram dedicados.

Este esforço associativo explica-se não só pela vontade de reconstruir nos países de destino a “comunidade de origem”¹³, mas também porque se mantinha como uma alternativa factível a possibilidade de retornar para grande parte dos emigrados na América. Por esta razão, eram tão intensos os vínculos dos núcleos emigrantes com o seu lugar de procedência. De facto, o comportamento cultural e lúdico dos emigrantes galegos na América reflecte esta permanente relação com a sua terra. As festas que eram celebradas em Buenos Aires ou em La Habana coincidem nos mesmos dias que o patrão da paróquia da Galiza; as refeições e ágapes que organizam estão cheios de produtos alcunhados nostalgicamente com «denominações de origem» galegas, quer o vinho ou as batatas, quer as carnes ou as sobremesas; o matrimónio por poderes entre jovens que se encontram nas duas beiras do Atlântico está à ordem do dia; e, naturalmente, a facilidade e rapidez do transporte favorece não só uma emigração sazonal, que vai e vem à safra cubana, mas também uma alta taxa de retornos temporários.

Esta frequência de relações humanas entre ambas beiras do oceano baseava-se na facilidade que existia para a viagem transatlântica. A maior parte das grandes companhias de navegação europeias tinham os seus representantes e consignatários nos portos da Corunha e Vigo, o que facilitava as viagens dos emigrantes. O conhecimento das situações em que aqueles se encontravam era muito exata não só através da imprensa coetânea, mas também de uma nutrida literatura epistolar que atingia os lugares mais recônditos da geografia galaica¹⁴. Tudo isto convertia o oceano Atlântico num espaço mais de união do que de separação entre os habitantes de uma e outra beira, como testemunham numerosos textos literários ou de ensaio coetâneos. O geógrafo Ramón Otero Pedrayo observava, no seu ensaio sobre a paróquia galega nos anos vinte, que havia paroquianos que tinham cruzado o oceano pelo menos nove vezes e algo semelhante registra Ramón Castro López no seu livro sobre a emigração. E basta olharmos a imprensa da emigração, seja nos jornais como *El Emigrado* (A Estrada) ou em revistas ilustradas como *Vida Gallega* (Vigo), para perceber o carácter quotidiano e próximo que tinham as duas Galizas

12 VIDAL, 2007; A. VÁZQUEZ, 1999; PEÑA SAAVEDRA, 1991.

13 VIDAL, 2007.

14 NUÑEZ-SOUTELO, 2005.

nas notícias divulgadas, nas figuras valorizadas e nos gestos apreciados. Para dizê-lo com palavras do patriarca Otero Pedrayo, tomadas do seu magnífico discurso universitário de 1954: “La aldea gallega está más cerca en la inquietud y esperar de cada día de Buenos Aires, de La Habana, que de cualquier ciudad española”.

Isto remete-nos a um segundo aspecto que sustenta esta continuidade Galiza-América. A emigração galega é constituída, em grande maioria, por pequenos camponeses que não só não tinham sido espoliados das suas terras ou feitos proletários, mas também que mantinham razoáveis expectativas de se converterem em pequenos proprietários. Devido ao peculiar sistema de herança e de partilhas da riqueza rústica, igualitário de forma predominante, e à extrema valorização da propriedade da terra como símbolo de riqueza e de “status” social, o emigrante não perdeu a titularidade dominial sobre as suas terras na Galiza. Inumeráveis instrumentos notariais, registrados nos consulados espanhóis, e muitos mais papéis privados subscritos entre particulares, testemunham esta pertinaz adesão do emigrante à propriedade da terra que herdou dos seus antepassados na Galiza. No entanto, mais além destas manifestações individuais, resulta evidente que, boa parte das estratégias seguidas pelos emigrantes galegos, se dirigiram à conquista da propriedade da terra, fosse mediante a redenção de foros, fosse adquirindo terras em aluguel e parceria, fosse comprando casarios ou paços de fidalgos depauperados.

Durante o primeiro terço do século xx, a Galiza experimenta um profundo processo de transformação de todas as suas estruturas. Produz-se uma ampla conquista de propriedade no mundo agrário, tanto no que diz respeito da eliminação dos foros quanto na individualização de amplos espaços comunais. Surge assim a figura do pequeno proprietário parcelário, que se manteve como principal expressão do tecido sociológico do agro galego até tempos recentes. Tem lugar também uma renovação da estrutura das cidades, com uma ampliação notável das principais urbes da Corunha e Vigo e a aparição de uma densa malha de vilas, tanto no litoral quanto no interior, em que se estabelecem os principais núcleos comerciais, os mercados de gado (feiras) e os serviços que prestam “cameranos”, maragatos e comerciantes vindos do interior da Península, alcunhados genericamente na literatura da *xeración Nós* como os “castellanos” ou, para o dizer com as pejorativas palavras de uma conhecida obra de Vicente Risco, seriam a expressão de um “*porco de pé*” (1928).

O cumprimento destas transformações deveu-se a um conjunto de razões, desde a mobilização social que experimentou o agro galego através do “agrarismo”¹⁵ até a

15 CABO VILLAVERDE, 1998.

mais forte integração da produção agrária galega no mercado interior espanhol¹⁶. Mas o factor que mais influenciou nesta transformação e que serve de fio condutor para o conjunto foi o facto migratório. Graças ao tráfico de emigrantes, gerou-se um notável enriquecimento da sociedade urbana galega, tanto na sua variante de burguesia comercial de consignatários e de casas de banca estabelecidas nos principais portos de saída quanto nas vilas cabeceiras de comarca que ampliaram a sua oferta económica graças à promoção de feiras locais, abertura de pequenos comércios e expansão da sua trama urbana, como testemunha uma recente investigação cheia de numerosos e especialmente variados exemplos locais¹⁷. Mas foi no mundo rural onde foi percebido de modo mais imediato a influência da emigração, graças às remessas de dinheiro procedentes da América.

Sobre o papel das remessas dos emigrantes existe, como é sabido, uma abundante literatura que mesmo tem enfatizado o papel desempenhado por elas na aparição de estruturas bancárias, desde o norte da Península ibérica até o sul da Península italiana¹⁸. No caso da emigração galega, mesmo sem conhecer muito pormenorizadamente este aspecto, temos indícios suficientemente solventes que nos permitem avaliar a importância destas remessas para o conjunto da economia galega. Em conformidade com as estimções do líder político e jornalista Lois Peña Novo realizadas em 1929, o montante das remessas enviadas a Galiza, no período mais intenso de 1918-1924, seria de 300 milhões de pesetas anuais. Esta quantidade mais que duplicava então o valor das reses de gado exportadas desde Galiza para os principais centros consumidores espanhóis, triplicava o valor das exportações de conservas de pescado procedentes da moderna indústria conserveira criada na ria de Vigo desde finais do século XIX e superava em quinze vezes o valor da madeira exportada através dos portos galegos na mesma altura. Em resumo, que “las remesas aumentaron a un ritmo superior al de los valores generados por los sectores productivos más dinámicos de la economía gallega de la época, o bien sus valores absolutos superaban sobradamente a los de aquéllos (exportaciones y pesca)”¹⁹.

Dispomos de informações parciais de natureza qualitativa e de algumas de ordem quantitativa. Entre as primeiras, distinguem-se as estimções de muitos autores coetâneos que puseram a ênfase frequentemente na importância da chegada do dinheiro da América. Estas estimções não sempre concordam, mas

16 VILLARES, 1982; CABO, 1998.

17 SOUTELO, 2011.

18 GARCÍA LÓPEZ, 1992; ROSA, 1964.

19 VÁZQUEZ, 1999: 913.

pelo menos mostram uma tendência. Para o político liberal Eduardo Vincenti, autor de uma das primeiras “guía del emigrante”²⁰, as remessas chegadas à Galiza em 1906 estariam por volta dos 48 milhões de pesetas, enquanto que para um jornalista retornado de América, Julio Dávila, o montante seria em 1912 de uns 60 milhões²¹. A cifra mais admissível para aqueles anos é a oferecida pelo político conservador galego e ministro de Fomento e de Fazenda com Maura, Augusto González Besada, quem numa conferência pronunciada no Centro Gallego de Madrid, a começos do ano 1907, argumentava com grande precisão não só sobre a quantia das remessas, mas também o seu destino:

“En Galicia ingresan anualmente de 40 a 50 millones de pesetas, en giros (...). Con ellos pagan los labradores las contribuciones al Estado, las rentas de la propiedad al señorío, compran aperos y semillas, reedifican la casa y redimen la suerte del servicio militar”.

O elenco dos destinos das remessas visíveis fornecidas pelos emigrantes está bem resumido na frase de González Besada. Reparemos no assunto central do pagamento de «las rentas de la propiedad al señorío», com a ressalva do arcaísmo do léxico utilizado. O que estava a acontecer na Galiza desde começos do século passado foi que se estava a produzir uma derrota do rentista e um acesso do camponês à propriedade plena da terra. Por outras palavras, estava a eliminar-se a posição do “senhorio” (quer dizer-se, do requerente de rendas forais) graças à ação implementada pelos lavradores. No entanto, além desta impressão mais ou menos certa de um dirigente político, dispomos agora de confirmações empíricas mais sólidas que reforçam esta tese. Nas minhas pesquisas sobre as transformações da propriedade da terra numa comarca do interior da Galiza, pude dispor dos fundos de uma pequena casa bancária local, a banca Benito de Soto, fundada a finais do século XIX e em activo até os anos setenta do século passado. Na altura de 1893-1936, ingressaram naquela banca por volta de 56 milhões de pesetas procedentes de giros americanos, dos que o 60% correspondem ao período 1919-1931²².

O estudo dos seus “Libros Mayores” permitiu comprovar empiricamente a estreita relação entre envios de dinheiro desde as repúblicas ibero-americanas e a transformação da agricultura da comarca, medida através da redenção massiva

20 VINCENTI, 1908: 17.

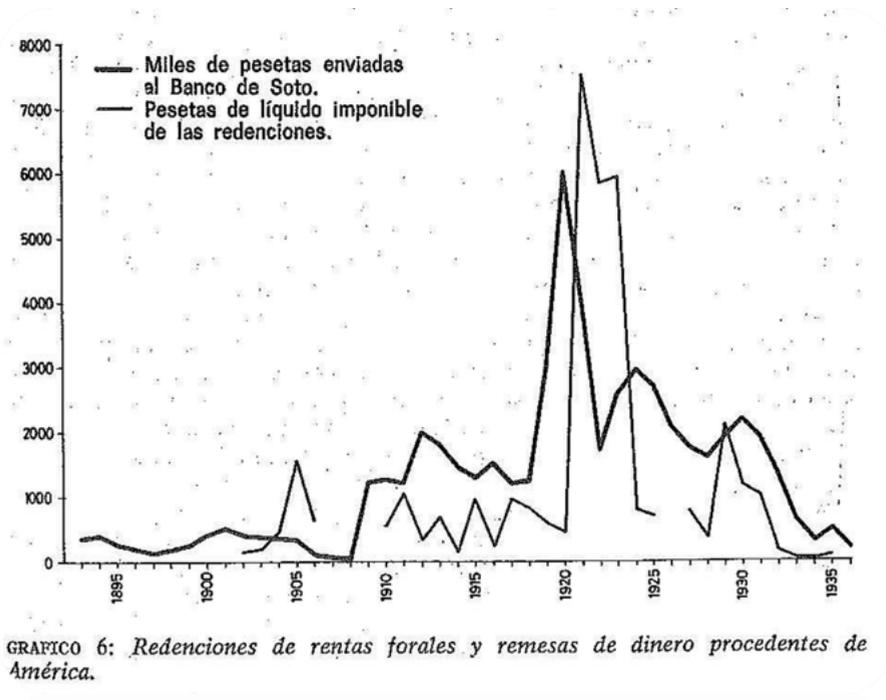
21 VÁZQUEZ, 1999: 897 e ss.

22 VILLARES, 1982: 401 e ss.

dos foros e a aquisição de muitas casas e «lugares» de cessão arrendatícia ou em parceria. A evolução paralela de taxas de emigração para América, chegada de remessas a esta banca local e processo de redenção de foros é bastante estreita, de forma que é evidente a correlação entre uns e outros comportamentos (ver gráfico n.º 2). Algumas pesquisas posteriores, fundadas igualmente em fontes privadas da pequena casa de banca dos Domínguez (Caldas de Reis), confirmam claramente esta importância das remessas migratórias na melhora das atividades agrárias ou na abertura de pequenos negócios locais²³.

GRÁFICO N.º 2

Remessas americanas e redensões forais na comarca de Chantada (Lugo) (1895-1935)



Fonte: VILLARES, 1982.

23 SOUTELO, 2011: 558 e ss.

Os fundos de origem migratória foram destinados prioritariamente no investimento na propriedade da terra, ao servir para eliminar a divisão dominial da propriedade da terra e converter o camponês pagador de renda num pequeno proprietário parcelário. Mas González Besada também fazia referência às “sementes” e às “ferramentas de agricultura”. Embora para então ainda estava nos seus começos a Granja Agrícola de Monelos e era débil a penetração no sector agrário galego das novidades técnicas próprias da “segunda revolução agrícola”, pode assegurar-se que grande parte da inovação técnica que acomete a agricultura galega durante o primeiro terço do século atual também é inseparável das remessas americanas, quer pela compra de maquinaria, quer pela melhora genética do efetivo pecuário²⁴. Mesmo a instalação de centros experimentais inovadores, como a Granja Agrícola em Ribadeo, fundada em 1904, é pela ação benéfica do indiano Pedro Murias, homem dedicado ao fabrico do tabaco na ilha de Cuba²⁵.

Entretanto, há outro tipo de remessas, menos visíveis em certos aspectos, que exerceram talvez maior influência na modernização da Galiza neste primeiro terço do século xx, como são as de carácter cultural e político, e é destas das que também temos de ocupar-nos. Um exemplo disto foi a dotação de um equipamento educativo, á margem ou complementar do que correspondia às instituições oficiais espanholas. A obsessão dos emigrantes por combaterem a ignorância e a falta de ilustração dos seus conterrâneos tem raízes antigas. Desde os séculos da época colonial tinham vindo aparecendo na Galiza fundações de carácter filantrópico que tinham o seu principal objetivo na criação de escolas de ensino básico. Alguns destes «indianos», sobretudo na segunda metade do século xix, conseguiram uma justa reputação pela sua generosidade. Basta citar as figuras como Blanco de Lema (Cee), Pedro Murias (Ribadeo) García Barbón (Verín) ou os irmãos García Naveira (Betanzos) para o confirmar.

Mas a grande novidade da contribuição que os emigrantes fizeram no âmbito educativo foi a fundação na América das “sociedades de instrução” nos tempos da emigração massiva, com especial intensidade na altura de 1907 a 1912. O número de associações fundadas em América, geralmente de carácter micro-societário (os emigrantes de uma paróquia ou de uma pequena comarca) foi de 665, com

24 FERNÁNDEZ PRIETO, 1992.

25 CABANA, 2002.

uma ligeira sobre-representação dos residentes na ilha de Cuba (um 40,5% do total) com relação ao seu peso relativo no conjunto dos destinos migratórios dos galegos²⁶. Desta numerosa capacidade de associação, a metade das sociedades fundadas tiveram fins culturais e educativos e foram as promotoras de uma verdadeira malha escolar própria na Galiza do primeiro terço do século xx e, além disso, as responsáveis de terem criado uma “cultura escolar” na sociedade galega, graças à sua defesa da educação como uma alternativa para melhorar ou, no seu caso, impedir o processo migratório. A sensibilidade dos emigrantes pela educação e a cultura não era, porém, uma resposta direta ao seu possível déficit educativo, senão um apelo a favor da sua melhora, pois é sabido que o grau de alfabetização da população que emigrava era muito superior ao do conjunto da população total da Galiza: um 58,8% dos emigrantes do período 1900-1909 estava alfabetizado frente ao 35,6% do conjunto da Galiza em 1910²⁷.

O resultado deste esforço coletivo foi a criação das “escolas de americanos”, que corrigiram desta maneira o enorme déficit que Galiza tinha, a começos de século, em centros de ensino primário. Os cálculos mais sensatos estabeleceram que, por volta de 250 escolas, foram criadas na Galiza, em que funcionaram ao redor de 326 aulas de ensino²⁸. Toda esta dotação comunitária sufragou estas “sociedades de instrução”, o que supôs, em muitos casos, a construção de edificios, dotação de material escolar e uma inovadora orientação pedagógica. Um imenso esforço que teve a virtude de desempenhar um papel substitutivo da tarefa que tinha de cumprir a administração pública espanhola. Entretanto, além da importância quantitativa desta rede educativa, pelo demais bem estudada já pelos trabalhos dos historiadores da educação Peña (1991), Costa (2004), Gabriel (2006), Malheiro (2006), acho pertinente fazer algumas observações complementares, derivadas da própria orientação da emigração e da estrutura agrária das comarcas galegas onde esta dotação educativa foi mais significativa (ver mapa n.º 1).

26 VÁZQUEZ, 1999: 415.

27 VÁZQUEZ, 1999: 412.

28 PEÑA SAAVEDRA, 2012.

A primeira observação tem a ver com a sua situação espacial. A geografia das escolas construídas ou apoiadas pelas sociedades de instrução não é uniforme em toda a Galiza. Há quatro grandes comarcas que têm vantagem nesta dotação cultural: o Baixo Miño, em especial a emblemática comarca do Val Miñor; a zona do Deza e Trasdeza; a comarca de Santiago de Compostela e o seu contorno para o vale de Barcala e, em quarto lugar, toda a Galiza setentrional, desde a *Terrachá* vilalbesa e as *Mariñas* do Eume até a *rasa* do norte, onde desde Ribadeo a Ortigueira aparecem dúzias de escolas por cada partido judicial. O que acho mais destacável deste esforço é que se produz em comarcas que estavam então desenvolvendo uma enorme tarefa de transformação da sua agricultura, tanto na posta em exploração dos espaços comunais quanto na especialização do gado e no êxito da comercialização dos excedentes pecuários. O exemplo da comarca de Ortegá, cuja “Federación Agraria” está muito bem estudada²⁹, talvez sirva de paradigma desta confluência de esforços: a dos galegos da emigração que enchem de entusiasmo todas as suas iniciativas de regeneração cultural e económica; e a dos galegos que aqui permaneceram, que são o suporte organizativo e os beneficiários diretos desse esforço.

Mas nesta especialização espacial dos equipamentos educativos também temos de observar um efeito complementar. Escolas e jornais sufragados por emigrantes estabelecem-se naquelas comarcas onde não tinha grande relevância o problema foral, de forma que muitas das remessas chegadas da América puderam ter este destino alternativo. No centro e sul do território da Galiza, as remessas da emigração tiveram de cobrir necessidades derivadas de uma peculiar estrutura da propriedade, onde a consecução de um protagonismo histórico por parte dos camponeses teve de ser pagado com o suor dos seus irmãos emigrados: esta é a imagem da Galiza central, a que A. Bouhier define como *les terroirs* à “*agras*”³⁰, a de maior densidade de povoamento desde os tempos pré-históricos, de melhor colonização monástica medieval, a mais nutrida de castelos e paços *fidalgos* e, em suma, a Galiza dos foros e as pequenas terras de cultivo.

Ao contrário, a Galiza do norte, a das terras de cultivo mais “*acasaradas*”, com uma riqueza comunal de “*montes de vara*” mais próximos à propriedade particular, de poucos foros e menos paços e mosteiros, compensa agora o seu déficit histórico de educação e cultura com esta enorme dotação vinda desde a emigração. Frente

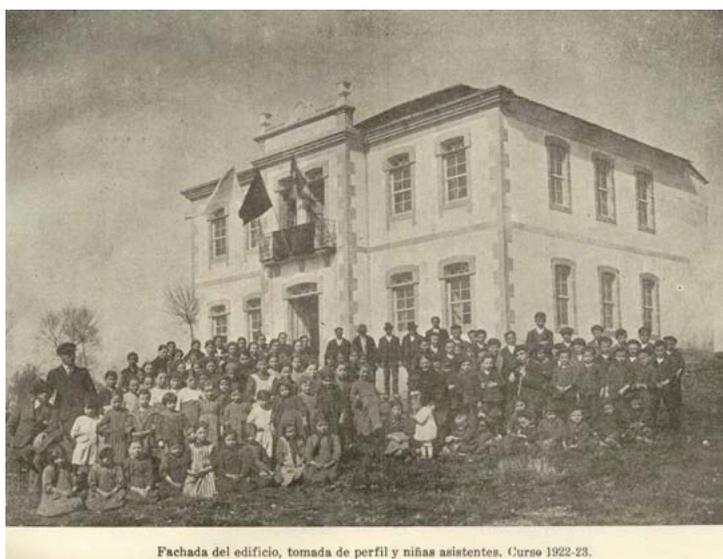
29 ROSENDE, 1988.

30 BOUHIER, 1979: 241 e ss.

à Galiza central, esta outra Galiza da imigração medieval “britona”, que agora adquire vantagem pelo seu dinamismo agrário, associativo e cultural – como já o fizera a finais do século XVIII no período da indústria rural doméstica –, graças à contribuição que lhe oferecem as suas numerosas coletividades de emigrantes, em grande parte estabelecidas na ilha de Cuba.

FIGURA N.º 1

Inauguração em 1916, em Santaballa (Vilalba), da escola promovida pela sociedade de instrução, Liga Santaballese (Cuba)



Fonte: PEÑA SAAVEDRA, 2012.

O apoio dos emigrantes no campo cultural se não reduziu só à construção de escolas, mas também se manifestou igualmente no apoio de muitos jornais (quer de carácter cultural, quer de orientação *agrarista*) e associações que desempenharam um importante papel na modernização política do agro galego. Mas este esforço em matéria educativa também nos ilustra sobre o papel que para o imaginário do emigrante desempenhavam a instrução e a formação. Como é sabido, os fluxos migratórios tinham na informação um dos seus principais nervos. Informação que remetia não só ao conhecimento das possibilidades abertas pelos países de destino, mas também uma valorização muito enfatizada sobre as vantagens que a educação tinha para o emigrante. Muitas das escolas construídas pelas sociedades

galegas de instrução tinham como ponto de começo a tomada de consciência dos emigrantes efectuada no seu contacto com as sociedades ibero-americanas urbanizadas e terciarizadas. Neste sentido, o esforço educativo cumpria um duplo papel. Por uma parte, contribuía a formar melhor a futuros emigrantes, tal como mostram o tipo de ensino e as matérias propostas por muitas “sociedades de instrução” para as escolas que promoviam; e, por outra parte, tratavam de igualar pela via educativa o nível de alfabetização e de formação dos emigrantes galegos com as existentes nos meios urbanos em que, de forma hegemónica, se instalavam os chegados desde a Galiza nos países americanos.

Outro campo onde a chegada da emigração foi decisiva é na política e na aparição de instituições culturais e de identidade na Galiza. No âmbito político, a contribuição da Galiza emigrante constitui um capítulo essencial para a conformação do movimento *agrarista* e, desde logo, para a evolução do *galeguismo* político. O apoio das sociedades de emigrantes ao *regionalismo* e, posteriormente, ao nacionalismo configurado por *As Irmandades da Fala* teve a sua melhor expressão durante o período da II República. De facto, dois grandes protagonistas da autonomia galega, como Ramón Suárez Picallo e Antón Alonso Ríos, foram «enviados» pelas coletividades de galegos na Argentina para desenvolver o seu trabalho político na Galiza a favor da luta pelo Estatuto de Autonomia. E igualmente foi decisiva esta tradição de apoio dos emigrados para acolher o numeroso exílio galego após a guerra civil, quando Buenos Aires se converteu na capital cultural e política da Galiza, com Castelao e o Consello de Galiza como principais referentes individual e coletivo.

A contribuição da emigração ao movimento político e cultural do galeguismo está fora de toda dúvida. Mas também resulta do maior interesse a intervenção dos emigrantes na regeneração da vida política local, em especial fomentando a participação na política municipal e apoiando a criação de novas redes de sociabilidade política em vilas e municípios rurais. Tudo isto não é quantificável nas remessas de dinheiro nem na construção de casas-escola nem granjas experimentais ou cemitérios públicos; mas não por isso resulta menos apreciável nesta visão global da emigração como um elemento central na modernização da Galiza do primeiro terço de século³¹. Em todas as análises de escala local que se têm feito até o momento, quer em Vilalba ou A Estrada, quer em Caldas de Reis-Valga

31 NUÑEZ SEIXAS, 1998; SOUTELO, 2011a.

ou em A Peroxa-Amoeiro, o papel dos “americanos” é essencial tanto na formação de um tecido societário agrarista quanto na publicação de jornais de orientação *regeneracionista* e *anti-caciquil*. Um ilustre político vilalbês, então todavia em preparação, Lois Peña Novo, soube resumir no jornal local *El Ratón*, fundado pelo seu irmão Antonio e de clara orientação *anti-caciquil*, a vinculação existente entre as duas beiras políticas do Atlântico, em setembro de 1913:

“De Cuba viene el dinero que sé necesita para atajar el hambre de años míseros; de Cuba viene el dinero para todas las obras benéficas que aquí hacemos; en Cuba se fundan sociedades de instrucción(...) para levantar en las parroquias edificios escolares donde educar a la juventud que el municipio y el Estado abandonan; de Cuba tienen que venir, por consiguiente, los vientos de fronda que barran para siempre el obstáculo de todo progreso: el caciquismo imperante, enemigo de la instrucción, de la beneficencia y del bienestar del pueblo”.

No campo estritamente cultural e institucional, a contribuição da emigração galega é também muito profunda e sustentável no tempo. Poderíamos sintetizar esta contribuição com dois aspectos. Por uma parte, no caráter sustentável de uma densa rede de publicações periódicas de temática galega não só em terras americanas, mas também galegas. Grandes cabeceiras jornalísticas como *El Eco de Galicia*, de Buenos Aires e de La Habana, dão conta do tamanho desta contribuição. Mas também foi decisiva a promoção de casas editoras e de edições de obras emblemáticas da cultura galega, tanto em língua galega quanto espanhola. Quase todos os grandes autores da cultura galega contemporânea gozaram da edição de alguma das suas obras em América, desde Rosalía de Castro (*Follas Novas*, La Habana, 1880) ou Manuel Murguía (*Historia de Galicia*, La Habana, 1893) até M. Curros Enríquez, Ramón Cabanillas ou Basilio Álvarez. Tradição editorial que se enriqueceria posteriormente com o exílio republicano e a sua grande contribuição à edição em México e na Argentina, com figuras essenciais como Luis Seoane em Buenos Aires.

O papel da emigração no “descobrimento” e revalorização da cultura galega, especialmente da sua língua, foi também decisivo e, em certa maneira, superior ao desempenhado pelas elites culturais metropolitanas até a aparição do moderno nacionalismo político de *As Irmandades da Fala*, a finais da Grande Guerra. Exemplos deste apoio são o protagonismo das coletividades de emigrantes na promoção e o caráter sustentável de algumas das instituições de maior poder simbólico do *regionalismo* cultural. O caso mais evidente é a fundação da Real

Academia Galega, em 1906, promovida desde a Galiza pelo historiador Manuel Murguía, mas com o apoio decisivo procedente da “Asociación Iniciadora y Protectora de la Academia Gallega”, constituída em La Habana o ano anterior, baixo a presidência do poeta Manuel Curros Enríquez e do “patriota” José Fontenla Leal. Outros exemplos desta presença do apoio emigrante às iniciativas institucionais estabelecidas na Galiza seriam a criação de um *Panteón de Galegos Ilustres*, com o traslado a ele das cinzas da poeta Rosalía de Castro (1891), a ereção de alguns monumentos de caráter patriótico como o levantado em honor dos “mártires de Carral” (1904), a difusão por parte dos emigrados em Cuba do “hino regional” composto pelo poeta Eduardo Pondal e musicado por Pascual Veiga (La Habana, 1907) ou a fixação de uma bandeira, feita também a instâncias das coletividades emigrantes³².

CONCLUSÃO

A influência que na Galiza exerceram os emigrantes “americanos” ou “habaneiros”, fossem ou não retornados, foi todavia mais ampla que a referida nos aspectos anteriores. A arquitectura galega, sobretudo no norte da Galiza, viu-se enriquecida com os gostos adquiridos na América, cheios a partes iguais de entusiasmo modernista e de ostentação aldeã. Alguns dos melhores arquitetos galegos da época, como R. González Villar, Ciorraga ou Palacios, tiveram como clientes especiais a “indianos” sinalados, como os irmãos García Naveira ou García Barbón e a muitos retornados mais anónimos. A Universidade de Santiago, graças ao esforço de um emigrante em Buenos Aires, Gumersindo Busto, viu-se enriquecida desde começos de século com a *Biblioteca América*, então e hoje jóia da bibliografia americanista³³. Muitos movimentos associativos formados na Galiza, especialmente no campo do *agrarismo* (católico, republicano ou “neutro”), tiveram nos emigrantes “retornados” os seus primeiros líderes e propagandistas em comícios e jornais; as cidades e vilas galegas acrescentaram os seus bairros modernos graças à instalação em “ruas do Progresso” de emigrantes que aprenderam os rudimentos da cultura cidadã e urbana em Buenos Aires ou em La Habana; a vida quotidiana, tanto nas aldeias quanto nas vilas, viu-se mudada pelos gostos e modas importadas pelos emigrantes,

32 BARREIRO-VILLARES, 2007.

33 CAGIAO VILA, 2005.

que trouxeram automóveis que chamavam “haigas”, mas também gramofones que difundiam o gosto pela música e popularizavam “tangos” argentinos e “congas” cubanas. Boa parte da cultura galega actual é, pois, devedora deste esforço, individual e coletivo, personalizado e anónimo, que fizeram a favor da sua terra de origem “indianos” amantes da ilustração e coletividades de emigrantes que trataram de combater as causas que a eles os tinham levado longe da terra. Acho que a frase de Labra invocada ao começo, segundo a que “Galiza se não comprende sem a América”, se têm uma confirmação plena é no período que aqui analisamos, o que coincide com a época da emigração massiva para a América, desde finais do século XIX até os anos trinta do século passado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BAINES, Dudley, 1991 – *Emigration from Europe: 1815-1930*. Macmillan: Basingstoke.

BARREIRO, X.; Villares, R., 2007 – *Os símbolos de Galicia*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega-Real Academia Galega.

BEIRAS, Xosé Manuel, 1972 – *O atraso económico de Galicia*. Vigo: Editorial Galaxia.

BOUHIER, Abel, 1979 – *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*. La Roche-sur-Yon

CABANA, Ana, 2002 – *Pedro Murias, tabaqueiro na Habana, indiano na Devesa*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

CABO VILLAVERDE, Miguel, 1998 – *Historia de Galicia. O agrarismo*. Vigo: Edicións A Nosa Terra.

CAGIAO VILA, Pilar, 2005 – “La ‘Biblioteca América’ de la USC: los primeros años”, in GUTIÉRREZ, Escudero; A.-LAVIANA Cuartas, M. L. (coords.), *Estudios sobre América, siglos XVI-XX*. Sevilla: Asociación de Estudios Americanistas.

CASTRO LÓPEZ, Ramón, 1920 – *La emigración en Galicia*, A Coruña [Reedição recente na revista *Gallegos*, 7, 2009]

CARMAGNANI, Marcelo, 1994 – *Emigración mediterránea y América. Formas y transformaciones*. Colombres. Archivo de Indianos.

COSTA RICO, Antón, 2004 – *Historia da educación e da cultura en Galicia*. Vigo: Edicións Xerais.

EIRAS ROEL, Antonio (ed.), 1993 – *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo, 1992 – *Labregos con ciencia. Estado, sociedade e innovación tecnolóxica na agricultura galega, 1850-1939*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

FERNÁNDEZ PRIETO, Lourenzo, 2000 – *Terra e progreso*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

GABRIEL, Narciso de, 2006 – *Ler e escribir en Galicia. A alfabetización dos galegos nos séculos XIX e XX*. A Coruña: Servizo de Publicacións, Universidade da Coruña.

GARCIA LÓPEZ, J. R., 1992 – *Las remesas de los emigrantes españoles en América. Siglos XIX y XX*. Colombes: Archivo de Indianos.

LOJO, María Rosa; Guidoti, Marina; Farías, Ruy, 2008 – *Los “gallegos” en el imaginario argentino. Literatura, sainete, prensa*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza-Consello da Cultura Galega.

MALHEIRO GUTIERREZ, X. M., 2006 – *As escolas de emigrantes e o pensamento pedagóxico*. Sada: Edicións do Castro.

NADAL, Jordi-Carmona, Joan, 2005 – *El empeño industrial de Galicia. 250 años de historia*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.

NUÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel, 1998 – *Emigrantes, caciques e indianos. O influxo sociopolítico da emigración transoceánica en Galicia, 1900-1930*. Vigo: Edicións Xerais.

NUÑEZ SEIXAS, X. M., 2002 – *O inmigrante imaxinario. Estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Arxentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.

NUÑEZ SEIXAS, X. M.-Soutelo, R., 2005 – *As cartas do destino*. Vigo: Editorial Galaxia.

OTERO PEDRAYO, Ramón, 1954 – *Vivencias, dolor y esperanza de la emigración gallega*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela.

PEÑA SAAVEDRA, Vicente, 1991 – *Exodo, organización comunitaria e intervención escolar*, 2 vols. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.

PEÑA SAAVEDRA, Vicente, 2012 – *Luces de alén mar*. Catálogo da mostra. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

ROSA, G. de, 1964 – *Il Banco di Napoli nella vita economica nazionale, 1863-1883*. Napóles: L'Arte Tipografica.

ROSENDE, Ánxel, 1988 – *O agrarismo na comarca do Ortegal*. Sada: Edicións do Castro.

SOUTELO, Raúl, 2011a – *Emigración, cambio social e politización na Galicia rural: 1880-1960. Unha perspectiva local e microsocia*, Universidade de Vigo, Ourense (Tese Doutoramento).

SOUTELO, Raúl, 2011b – “Aemigración galega entre 1900 e 1931: causas, características, actores e consecuencias”, in Actas do Congreso *Emigración e Educación (1900-1936). I Centenario das Escolas da Unión Hispano-Americana Valle Miñor (1909-2009)*. Gondomar: Instituto de Estudos Miñoranos.

VÁZQUEZ, Alejandro, 1999 – *La emigración gallega a América, 1830-1930*, 2 vols., Universidade de Santiago de Compostela (Tese Doutoramento, em publicação parcial in Fundación Barrié de la Maza/Consello da Cultura Galega, A Coruña, 2013).

VIDAL, Xosé Antonio, 2007 – *A Galicia antillana. Formación e destrucción da identidade galega en Cuba*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza/Consello da Cultura Galega.

VILLARES, Ramón, 1982 – *La propiedad de la tierra en Galicia, 1500-1936*. Madrid: Siglo XXI Editores.

VILLARES, Ramón, 2011 – “Vellas e novas formas de entender a emigración”, in Actas do Congreso *Emigración e Educación (1900-1936). I Centenario das Escolas da Unión Hispano-Americana Valle Miñor (1909-2009)*. Gondomar: Instituto de Estudos Miñoranos.

VILLARES, Ramón; Fernández Santiago, Marcelino, 1996 – *Historia da emigración galega a América*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

VINCENTI, Eduardo, 1908 – *Estudio sobre emigración. Guías especiales para América y Argelia*. Madrid: Imprenta Hijos de M. G. Hernández.

BRASIL–PORTUGAL: ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIS

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

INTRODUÇÃO

Frequentemente, nas relações intelectuais entre Brasil e Portugal, retorna o debate sobre os liames entre as respectivas culturas, seus encontros e desencontros. Indaga-se, particularmente, sobre os nexos da vida letrada brasileira *vis a vis* a sua matriz lusitana. Animada por contextos específicos e motivações diversas, a contenda oscila entre a afirmação da relutância dos brasileiros cultos em reconhecerem o seu tributo para com a cultura portuguesa e, mais recorrentemente, a elisão originária dos primeiros, responsáveis por uma espécie de “parricídio permanente”, como sustenta o crítico e ensaísta Eduardo Lourenço¹. No presente, o assunto tem sido reavivado em função da crise de Portugal, combinado à ascensão do Brasil no concerto mundial.

Como é de se esperar em casos desta natureza, raramente os juízos atingem um ponto de equilíbrio, apesar de derivarem de problemáticas comuns, porém vivenciadas de modo específico pelos dois países, substratos dos questionamentos produzidos nos meios letrados e políticos correspondentes. No âmbito dessa querela irresolúvel é possível perceber, todavia, algumas constâncias: a questão é mais frequente entre os intelectuais portugueses e tem sido suscitada recorrentemente ao longo do tempo; já os brasileiros, desde os fins do século XIX, e mais consistentemente a partir da década modernista, praticamente deixaram de atribuir especial significado ao legado lusitano na conformação dos movimentos culturais no Brasil. Os tratados atinentes à área firmados entre os respectivos governos, mormente aqueles referentes ao uso da língua, são marcados por iniciativas débeis,

¹ “Essa grande nação complexa e simples vive-se, no quotidiano, nos sonhos, nas legítimas ambições planetárias, como uma nação sem pai”. Ver LOURENÇO, 1999: 146.

de quase cunho protocolar, difíceis de serem implementados, dada a resistência manifesta em ambos os países, mais forte em Portugal do que no Brasil, é verdade, mas de qualquer forma um sintoma indicativo do mútuo distanciamento.

Não há como pôr em causa tal problema sem ultrapassar evidências imediatas, assentadas no fato de que as nações egressas da vivência colonial são obrigadas a desprender-se da antiga metrópole, condição intransponível de sua autonomia, obrigadas, enfim, a elaborar uma cultura reconhecida como autóctone, princípio basilar de sua identidade e auto-reconhecimento.

RELAÇÃO CULTURAL ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Nas palavras do historiador português Borges de Macedo, “a cultura brasileira começa na cultura portuguesa, mas não acaba nela. Tem formas e vias de criação própria, escolhas diferentes”, pois, “um brasileiro não é um português à solta, mas um ‘outro’”².

Reconhece-se, nesta passagem, a aceitação da diferença, não obstante, a problemática central de o texto derivar, no fundo, do reconhecimento de que a cultura portuguesa estaria perdendo substância em função do desenlace final do antigo império, seguido pela admissão na comunidade europeia, na qual Portugal viria a ocupar posição subalterna. Daí advém o subsequente diagnóstico: “O perigo, para a cultura portuguesa, não está, nem nunca esteve, em aceitar a universalidade. Está em sujeitar-se a que a sua especificidade conquistada e de conteúdo legitimamente universal, lhe seja retirada e substituída por um conjunto de preferências estabelecidas pela hegemonia imperial de outra cultura”³.

Explicita-se aqui o argumento central do texto, derivado do risco que ronda um país, do porte de Portugal, o de ser obrigado, em função da crise, a trilhar caminhos alternativos fora de sua experiência histórica, o de aliar-se a Estados poderosos, sob a permanente ameaça de ser por eles tragado. Se tal constatação pode elucidar os móveis do diagnóstico acima delineado, não ilumina as razões que levam à permanência da temática brasileira. Este é, de fato, o problema central a ser enfrentado, mas cujo equacionamento pressupõe tratar da questão articuladamente, isto é, vinculando a vida intelectual portuguesa e brasileira, uma vez que o movimento de uma reverbera na configuração da outra.

² MACEDO, 1986: 68-69.

³ MACEDO, 1986: 71.

É possível admitir que o afastamento do ambiente letrado brasileiro, especialmente literário, surge ao longo dos oitocentos, sobretudo com o Romantismo. Como se sabe, a vaga romântica no Brasil embebeu-se da “missão” de conformar a nação em processo de construção; naturalmente impregnou-se de concepções baseadas no ideário de uma cultura genuína e autônoma, substrato da nacionalidade nascente. Esse “desejo de ter uma literatura válida”, a “literatura como missão”, é o traço distintivo do gênero entre nós, como sublinhou Antonio Cândido⁴.

Na mesma linha de argumentação, o crítico Alceu Amoroso Lima distinguiu quatro períodos da literatura brasileira em relação à portuguesa, nos cinco séculos da sua história: de dependência, que vigorou no trancurso do XVI e XVII; de autonomia relativa, durante o XVIII; de crescente emancipação, no XIX; e, finalmente, de independência efetiva no XX⁵. O crítico, em suma, periodizou a literatura em sua consonância com o percurso histórico do país, desde a fase de inequívoca condição colonial, na qual a rala produção literária no Brasil não se diferenciava da matriz, passando pelo estágio de ebulição independentista, cujo ápice é a Arcádia, seguido pelo momento de criação da nação expresso no Romantismo, até a realização completa do ciclo com o Modernismo.

Os argumentos utilizados para caracterizar a literatura brasileira são dependentes do movimento de formação da nacionalidade, atestando, de um lado, a importância dos intelectuais e escritores na elaboração da identidade da nação; de outro, revelam as próprias inclinações valorativas dos críticos. Dito de outro modo, o juízo estético não se desprega da história da nação. Não obstante, em 1878, quando Machado de Assis nem era ainda um escritor consagrado, pois *Memórias Póstumas de Brás Cubas* foi publicado entre 1879-1880, travou acerba polêmica com Eça de Queiroz, o mais celebrado escritor da língua na época, consagrado no âmbito internacional⁶. A controvérsia, sem remissão das partes, afiança o desapego dos brasileiros das raízes intelectuais portuguesas, assegurando a real inclinação de independência, quiçá de rejeição, da norma culta lusitana, cujo desenlace consumou-se com o Modernismo. A partir de então, para os brasileiros, a problemática perde interesse, deixando a pauta dos assuntos prioritários. O mesmo não acontecendo com os intelectuais portugueses, que insistem em afirmar a sua efetiva presença na cultura letrada brasileira, passando a considerar um

4 SOUZA, 1975.

5 LIMA, 1956.

6 Baseei os argumentos acima desenvolvidos em José Leonardo do Nascimento. Ver NASCIMENTO, 2008.

verdadeiro “parricídio” a elisão das raízes culturais lusitanas perpetradas pelos herdeiros ingratos; e, mesmo quando reconhecem a nossa autonomia, não deixam de nos atribuir uma espécie de amnésia histórica.

Somente num contexto como este se pode compreender a nota desabrida endereçada por Eça de Queiroz a Machado de Assis, quando da 2.^a edição de *O Crime do Padre Amaro*, vazada em termos intempestivos: “só uma obtusidade córnea ou má-fé cínica poderiam considerar *O Crime do Padre Amaro* uma imitação de *la faut de l’abbé Mouret*”⁷. Manifestação evidente do desconforto do grande romancista com os novos escritores em língua portuguesa que surgiam no horizonte, sobretudo no espaço da ex-colônia, que punha em xeque a hegemonia letrada metropolitana, incontestemente até aquele momento, fruto de visões diferenciadas que, gradativamente, vinham ganhando contornos próprios no curso do século seguinte.

Eduardo Lourenço situa-se entre os autores com disposição para envolver-se no debate, como se percebe na particularidade da sua expressão: “os brasileiros têm motivos para se imaginarem, se viverem e se comportarem como se fossem filhos de si mesmos”, postura considerada, por ele, redundante, especialmente “depois da famosa exposição modernista de 1922, em São Paulo..., expressão óbvia da pulsão mais significativa da realidade brasileira, apesar de todos os elementos irrealistas, anti-históricos ou a-históricos que acarreta”⁸. A despeito de o crítico reenviar a questão aos portugueses, quando afirma que o povo brasileiro é “demasiado grande para a memória que tem”, em contraposição aos portugueses que são um “povo pequeno demais para a memória imensa que ao longo dos séculos refluíu para o nosso coração e nos sufoca”⁹, sua reflexão não chega a romper com o sentimento dominante de traição, encontradiço no meio letrado português.

Apesar de ferir o problema, quando caracteriza a cristalização cultural portuguesa cingida ao período imperial, não chega a retirar as consequências mais profundas, necessárias ao entendimento do fenômeno. Em outra passagem, o autor reitera suas convicções ao afirmar que, “na realidade e a todos os níveis, o discurso cultural brasileiro oscila, à semelhança daqueles que a justo nível procedem de um verdadeiro traumatismo colonizador e colonialista, entre a tentação de assumir integralmente e de ‘brasileirar’ o passado de todo o Brasil e a tentação de admitir dois sujeitos atuantes nesse passado, dos quais um, o português, não constitui, em

7 NASCIMENTO, 2008: 295.

8 LOURENÇO, 1999: 147.

9 LOURENÇO, 1999: 143.

última análise, objeto de compreensão. Mas, como esse segundo sujeito faz parte integrante da ‘realidade-Brasil’, enquanto história e cultura, o discurso cultural brasileiro é – salvo raras e brilhantes exceções – verdadeiramente inextricável”¹⁰. Argumentação equivocada, no meu entendimento, seja por exhibir um juízo histórico pouco isento, seja por revelar o desconforto do crítico frente à questão, seja ainda por fundamentar-se em argumentação aderente a uma das faces do problema.

Neste quadro de disputas e incompreensões mútuas, inserem-se os exemplos de vida intelectual marcada pelo caráter empenhado, comum em sociedades que escapam à tipicidade, situação característica do Brasil, e, igualmente, de Portugal. Parafraseando Marx, a propósito da sua análise dos neo-hegelianos em *A Ideologia Alemã*, o lugar para apreciar melhor o pensamento situa-se a partir de um ponto de vista descentrado, condição a que estava relegado em função do exílio, produtor de uma vivência de perda de raízes¹¹. O descentramento, como condição de apreciação da vida intelectual originária, não deixa de ser bom lugar para o julgamento, ainda que não implique, necessariamente, em deslocamento geográfico. O distanciar-se da raiz portuguesa facultou aos brasileiros avaliar os limites e o alcance da herança recebida, no curso da construção de uma vivência intelectual dotada de alguma solidez, capaz de respaldar um projeto cultural moderno.

Histórias como as de Portugal e do Brasil, países obrigados, por diversos motivos, a defrontarem-se com matrizes culturais mais vigorosas, a vida intelectual distingue-se por estar deslocada face aos centros dominantes. O problema parece redefinido na experiência do “desterro na nossa própria terra”, para retomar a conhecida frase na abertura de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado em 1936, que alude, na verdade, ao drama dos intelectuais nos países de modernização tardia¹². A principal alusão identifica-se com o fato de que a intelectualidade brasileira não poderia, ou não conseguiria reconhecer-se como dependente da matriz portuguesa, ao mesmo tempo em que se encontrava permeável à assimilação de culturas forâneas, provenientes dos centros hegemônicos no momento.

Por essa razão, tanto a antiga metrópole, quanto a ex-colônia guiavam-se por modelos exteriores, inviabilizando o reconhecimento da origem, dado que as fontes de inspiração não eram genuínas¹³. Quando Sérgio Buarque formulou a

10 LOURENÇO, 1999: 150.

11 MARX, 1973: 16.

12 HOLANDA, 1963: 16.

13 Sobre a importância da cultura francesa para a intelectualidade brasileira, ver AZEVEDO, 1963.

noção do desterro expressava o espírito do Modernismo no Brasil que, de fato, era distante das vanguardas portuguesas, como têm demonstrado vários estudiosos do movimento¹⁴. É ilustrativo, nesse andamento, que o “primeiro artigo publicado no Brasil sobre Fernando Pessoa data de 1938, e é de autoria de Adolfo Casais Monteiro e intitulado ‘O exemplo de Fernando Pessoa’”¹⁵. Isto é, a referência ao modernista português aparece no momento em que as vanguardas brasileiras estavam em franca rotinização, e, além do mais, fora escrita por um intelectual português que migrara para o Brasil. Além do mais, que o próprio Mário de Andrade, principal representante das vanguardas brasileiras, referiu-se a Pessoa apenas em 1939¹⁶.

De fato, as relações entre as vanguardas portuguesas e brasileiras não ultrapassam os limites do circunstancial. Eventos esporádicos que não entranharam o processo mesmo de formulação da linguagem modernista brasileira e, assim mesmo, ficaram circunscritos à esfera da literatura, mas, bem sabemos, o campo das artes plásticas foi fundamental entre nós. Quando se obtém juízo equilibrado, caso do *Prefácio* de Antonio Candido ao livro *A Missão Portuguesa Rotas Entrecruzadas*, o cânone da cultura brasileira já está solidamente estabelecido, o que permite ao crítico renomado, um dos artífices dessa construção, uma viagem sentimental, afetiva, à contribuição dos escritores e intelectuais portugueses à formação da cultura brasileira – e da sua em especial –, revolvendo os arcanos de sua memória, reminiscências dignas de um exímio antiquário, que pode afirmar “evoco essas experiências remotas para sugerir como estávamos mergulhados no universo português”¹⁷.

Uma digressão diletante, descompromissada, mas extremamente gentil, que revela sua segunda pele, um substrato distante, quase uma arqueologia da presença da literatura portuguesa nos círculos cultivados brasileiros. O que não lhe impede, todavia, de afirmar que a relação entre portugueses e brasileiros é peculiar, pois “eles são estrangeiros aqui e nós lá. Nós temos traços próprios e o velho Brasil luso-brasileiro deixou de existir como dimensão única, ante a profunda mistura racial e cultural devido às imigrações”. Acrescenta Antonio Candido, contudo: aqui existe um “substrato unificador poderoso, formado pela

14 “Em meio a esse fogo cruzado de constrições internas e externas, a imersão dos modernistas na experiência imigratória lhes forneceu o lastro dessa travessia entre a estética do alheio (as linguagens das vanguardas europeias) e a intimação local (o enraizamento familiar e social em meio às demandas expressivas de um mercado de arte em formação), nexos de sentido e forma sobre os quais se alicerçou o movimento renovador”. Ver MICELI, 2003: 16.

15 LOBO, 2001: 67.

16 LOBO, 2001: 67.

17 SOUZA, 2002-2003: 17.

língua e por influências originárias de todo tipo..., geradoras de uma fôrma na qual se acomodam os neobrasileiros de vária origem”. No Brasil, “os portugueses são estrangeiros de tipo especial, que se ajustam de maneira também especial”¹⁸.

A questão refere-se, em essência, à condição do intelectual. O ensaio de Paulo Arantes, *Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo*, a propósito da análise das obras de interpretação do Brasil que repetidamente recorrem ao tema da formação, “noção a um tempo descritiva e normativa”¹⁹, é elucidativo. Um tipo de avatar do intelectual na periferia do mundo, o primado do ideal de formação permite que se contorne o sentimento de artificialidade da nossa cultura, a ausência de linha evolutiva, a inexistência de seriação nas ideias, a persistência da nossa “indiferença”, segundo Sílvio Romero, constante domínio da importação externa sobre a tradição local²⁰. O problema da formação como questão decisiva de ordem intelectual, fundamentou o florescimento de uma cultura enraizada, na medida em que conferiu organicidade à sociedade brasileira, estabelecendo o lastro para a expressão da intelectualidade nativa.

Foi com a publicação de *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido, que se desatou, ainda segundo Arantes, este “nó histórico”²¹, quando o princípio da formação converteu-se em método, permitindo o tratamento do sistema literário, “processo cumulativo de articulação”²². A formação como “acumulação literária”²³ é anulação da descontinuidade, simultaneamente atividade intelectual criativa na periferia, ou, recuperando o preceito construído por Antonio Candido para balizar a reflexão no Brasil, é condensação equilibrada de “localismo” e “cosmopolitismo”, traços marcantes da nossa cultura, espécie de “lei de evolução da nossa vida intelectual”²⁴. Enquanto problema de fundo intelectual, o tratamento da formação permite contornar a origem da “torção” da vida intelectual brasileira, que não se pode furtar de se guiar pelos modelos externos avançados, a exemplo da assimilação do ideário liberal, no século XIX, em pleno regime da escravidão, segundo análise lúcida de Roberto Schwarz²⁵.

18 SOUZA, 2002-2003: 15.

19 ARANTES, 1977: 12.

20 ARANTES, 1977: 17.

21 ARANTES, 1977: 19.

22 ARANTES, 1977: 21.

23 ARANTES, 1977: 31.

24 CÂNDIDO, 1965: 131.

25 SCHWARTZ, 1977: 13.

Para desdobrar essa questão, é necessário voltar a Antonio Candido, intelectual decisivo na formulação do cânone da cultura no Brasil. Construído o sistema literário, nutrido no compromisso dos escritores brasileiros em “nos exprimir”, a derivação passa a exigir que se situe o momento em que o processo expressivo se completa. Para Candido, os anos 30 são decisivos, uma vez que às transformações de vulto implementadas na área da cultura, somou-se a rotinização e expansão do modernismo, gerando “um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões”²⁶. Sem que se descure da qualidade artística e intelectual das obras plasmadas pela estética modernista, na visão de Candido o modernismo significou verdadeira ruptura com a cultura precedente, patente “numa maior consciência a respeito das contradições da própria sociedade, podendo-se dizer que sob este aspecto os anos de 1930 abrem a fase moderna das concepções de cultura no Brasil” estabelecendo, por esta via a relação entre linguagem inovadora e engajamento intelectual. Para João Lafetá, a literatura de compromisso, característica o chamado romance social, tendeu ao esfriamento da experimentação, acentuando o “projeto ideológico” frente ao “projeto estético”²⁷.

As análises de Candido estão ancoradas em dois critérios complementares – estético e político – sugerindo que o modernismo só se completou de fato, quando realizou seu lado engajado, no momento em que os intelectuais assumiram um compromisso com o país moderno no seu conjunto. A abordagem do autor sobre esse período é tributária do tratamento que conferiu à formação da literatura brasileira no seu livro clássico; o cumprimento do processo formativo pressupôs a “tomada de consciência” e o “aspecto empenhado das obras”²⁸. Por conseguinte, a própria formação do pensamento brasileiro passou a coincidir com a intelectualidade modernista, dedicada a construir a sociedade moderna nesse lado do mundo, vista como uma geração voltada para o futuro. Talvez a sua resistência à análise de Sérgio Miceli sobre a participação dos modernistas na elaboração da política cultural do Governo Getúlio Vargas²⁹, resulte do desconforto em aceitar a intimidade desses intelectuais com o Estado Autoritário. Antonio Candido, paradoxalmente, escreveu o prefácio da edição da obra, mas considerou a proposta fruto de um “olhar sem paixão e quem sabe sem piedade”³⁰. O juízo restritivo

26 SOUZA, 2000: 182.

27 LAFETÁ, 1974: 11-25.

28 SOUZA, 2000: 26-29.

29 MICELI, 1979.

30 SOUZA, 1979: X.

que elaborou foi, no entanto, nuançado em outro texto, distinguindo a inserção profissional do “artista e escritor aparentemente cooptados” da realização efetiva da obra, não deixando, contudo, de sublinhar tanto o caráter pioneiro do livro de Miceli quanto à análise notável sobre a “expansão do mercado do livro e à gênese de um grupo de romancista profissionais”³¹.

Na sequência dos argumentos acima, a classificação elaborada por Antonio Candido – que considerou os três ensaístas do decênio de 30, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, como Intérpretes do Brasil –, nublou o lugar dos pensadores precedentes, independentemente do papel renovador que essa geração tenha representado. Ao fixar a história intelectual brasileira a partir dos modernos, o crítico construiu nova tradição cultural. Por isso, para ele, os anos de 1930 foram um marco histórico, sendo um “eixo catalisador”, presente na revelação da ruptura, entre um “antes” e um “depois”, merecendo demarcar as fases da cultura no Brasil.

Naturalmente, essas “operações sociais de nomeação”³² exprimem posições intelectuais, permitindo-se que se desnaturalize as classificações. A tradição firmada provinda do modernismo torna-o a expressão mais genuína da nossa cultura. Naturalmente, nenhum cânone resulta de construções arbitrárias. Mestre Candido expressa uma visão normativa que parece sempre inescapável. Para sumarizar, há, de fato, grande transformação no pensamento intelectual, quando a linguagem modernista chega ao ensaio, sincronizando o problema da reflexão – a viabilidade de inserção na modernidade de um país cuja formação histórica escapa ao padrão – com a forma da expressão – a ruptura com a norma culta portuguesa. Os chamados intérpretes, de outro lado, inseriram-se no caldo do modernismo ao ajustarem a visão orientada para as nossas particularidades, apoiada na aceitação da diversidade e não no espelhamento nas experiências da modernidade hegemônica. Com eles, deixamos a condição de sociedade faltosa, incompleta, carente dos atributos civilizados, para a afirmação das nossas qualidades, nem sempre positivamente valoradas, como se vê especialmente em *Raízes do Brasil*.

Segundo Arnoni Prado, “quem olha o conjunto da obra crítica de Sérgio, anterior a 1930, nota, já no período que antecede a semana de 1922, uma impressão difusa de que a nossa produção intelectual inscrevia-se num quadro típico de cultura de periferia sem eixo próprio”³³. A cultura periférica designada pressupõe construir a

31 SOUZA, 2000: 195.

32 BOURDIEU, 1998: 81.

33 PRADO, 2004: 263.

nomeação, afastando-se da ausência de qualidade, do incharacterístico. Espécie de Macunaíma? Ou, seria mais uma das nossas singularidades reconstruir a formação histórica para sermos modernos e modernistas? Dito de outra maneira, a recorrência ao nosso passado histórico põe em questão a adesão ao ideário vanguardista, por este se definir como avesso a qualquer tradição. É esse contexto da crítica do português Abel Barros Baptista, para quem a formação, “neste sentido não é modernista, ou seja, é modernista sem o ser”³⁴. Retorna-se, assim, ao problema formulado na abertura dessa reflexão: o equilíbrio é penoso no âmbito desse debate.

Na reconsideração do problema parece-me essencial retomar às conjunturas específicas aos dois países. No caso do Brasil, tratava-se de construir um ideário de país moderno e, nesse sentido, Portugal não poderia ser a fonte inspiradora. Primeiro, porque dele havia que se diferenciar por oposição, uma negação necessária à construção de sua autonomia. Segundo, porque à ex-metrópole faltava substância cultural, definida por ser culturalmente extrovertida, pelo menos desde o século XVIII, quando o fenômeno dos “estrangeirados” constringia a nação. Por último, porque a fase do modernismo, momento da ebulição vanguardista no Brasil, seria praticamente impossível pensar a possibilidade de inspirar-se numa cultura ligada a um país obscurantista, que caminhava a passos céleres em direção ao fascismo. Ainda que o Brasil não fosse um país democrático, as elites brasileiras cultivavam os princípios civilizatórios das sociedades reconhecidas como superiores, quer política, quer culturalmente. Nesse universo, entende-se os motivos que tornavam Portugal o avesso da civilização; sua anti-cópia. O próprio Eduardo Lourenço, em meio aos seus reclamos pelo descaso para com a cultura portuguesa, a ela se refere de forma nada edificante. Cultura, para os portugueses “era, simplesmente, a mentalidade nacional, conservadora na ordem dos costumes, autoritária no plano da justiça, dogmática no domínio das ideias, intolerante em matéria de crença, horizonte e matriz da visão portuguesa do mundo”³⁵. Não sendo, portanto, de se estranhar que, nela, os brasileiros se recusassem a buscar inspiração. Só poderiam ser avessos ao modelo, pois a realidade portuguesa era a antítese do que se almejava como projeto para a nação.

Esta é a questão de fundo que lastreia o percurso histórico de Portugal: a de uma nação irrealizada, constringida pela necessidade de erigir um império que, ao se desfazer, desnorteia o ideário nacional. Dilema intuído pela sensibilidade de Vitorino Magalhães Godinho que salientou o caráter contraditório da nação portuguesa, na sua

34 BAPTISTA, 2005: 66.

35 LOURENÇO, 1999: 103.

permanente busca de “definir-se e nunca definida”, no torvelinho de “impérios sempre entrecortados de descolonizações e de movimentos de expansão”, acompanhados por seguidos fluxos imigratórios. Tal itinerário histórico explica o fato de que as grandes “criações culturais portuguesas tiveram, sobretudo, difusão no estrangeiro”, tornando Portugal um país que “está constantemente a realizar-se fora de si próprio”, forçado por isso mesmo a trilhar um “percurso histórico que é também um percurso mítico”. Ao não se indagar sobre a própria história, o país vive a “identidade nacional com a naturalidade com que respira, sem dela tomar consciência e que sempre buscou uma definição que nunca poderia contê-lo”³⁶. É este impasse que faz emergir a dimensão mítica. Sem o império real, nada mais restou do que o império imaginário. O império onírico, pensado por Eduardo Lourenço, voltado para o “ideário da comunidade, da lusofonia, do embasamento linguístico, cultural, histórico, suportes latentes de um império virtual, vivido para o futuro nas águas da globalização: o império é o fantasma insepolto e ao mesmo tempo o anjo tutelar”³⁷. O império, nesse prisma, é a matéria poética de Fernando Pessoa, o mais vigoroso modernista português:

“Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!”³⁸.

O problema não seria, contudo, a solução? O império tornou-se uma realidade indescartável em sua sucessividade. A construção da identidade nacional passava, incontornavelmente, pelas malhas do império, fossem elas partes sob domínio ou nações descolonizadas, onde a cultura de raiz portuguesa trilhava caminhos próprios em função das especificidades locais, criando um movimento cultural descompassado em relação à origem, no qual os momentos diversos de expressividade cultural se encadeavam de modo assincrônico. Essa cultura portuguesa produzida em espaço ampliado jamais poderia ser reduzida à sua exclusiva expressão nacional, ganhando, em contrapartida, certa universalidade. Ao se expandir, ao transformar o idioma pátrio em ferramenta de domínio cultural, na verdade, eufêmica doação, os portugueses só poderiam perder o controle sobre seus resultados. As múltiplas invenções e reinvenções que o movimento histórico-cultural propiciaria no amplo espaço do ex-império, explicou a sensação de perda de hegemonia intelectual que, não por acaso, Eça, premonitoriamente intuira, já nos estertores dos oitocentos.

36 GODINHO, 1982: 12-13.

37 LOURENÇO, 1999: 131.

38 PESSOA, 1981: 33.

A problemática do império travejou a cultura portuguesa, a um ponto que, talvez, não seja exagero admitir que ela conferiu a matéria expressiva da literatura. De Camões aos autores contemporâneos como José Saramago e Lobo Antunes, marcante no modernista Fernando Pessoa, a crise do império ofereceu o substrato imagético desta literatura. A ficção atual africana de língua portuguesa é exemplar neste sentido. Produzida por africanos de origem portuguesa, escritores da periferia e de visão descentrada, como os angolanos Pepetela, e mais recentemente Valter Hugo Mãe, além do moçambicano Mia Couto, essa literatura de forte traço vanguardista não se desapegou do problema, a despeito das diferenças entre os autores.

A fatura dos portugueses José Saramago e António Lobo Antunes, por exemplo, é marcada por uma narrativa histórico-mítica, como se percebe em *O Memorial do Convento* e em *As Naus*. Os africanos Pepetela e Mia Couto combinam a rica mitologia africana – incorporando inclusive vocábulos dos idiomas locais – ao manejo criativo da língua portuguesa. A guerra de independência é o pano de fundo da trama narrada, levando a indagações sobre o futuro dos jovens países, entranhada na complexidade das personagens criadas. O registro de Valter Hugo Mãe, angolano retornado na primeira infância, é diverso, pois compartilha das duas vertentes, como se pode apreciar na novela *O Remorso de Baltazar Serapião*, que constrói uma alegoria atemporal do passado.

Essa literatura – quando comparada à brasileira – destaca-se por sua singularidade. No Brasil, tal matéria expressiva não possui relevância, tampouco marca sua presença, aludindo a que a ruptura com Portugal não se impôs como necessidade por não se ter realizado de forma traumática. Nada que se comparasse, por exemplo, ao que se verificou na América espanhola e inglesa. A particularidade do gradualismo da ruptura política no Brasil fez da cultura a esfera decisiva de demarcação das diferenças. Coube especialmente à literatura a tarefa de delimitar nitidamente a separação. A relação de indiferença, até mesmo de rejeição dos intelectuais brasileiros em relação aos portugueses, é parte desse fenômeno.

Independentemente das querelas assinaladas, é inquestionável a existência atual de uma literatura de língua portuguesa pujante, da qual o prêmio Nobel José Saramago é a expressão mais candente; dos africanos emergiu um novo veio que, ao que tudo indica será caudaloso. Dessa realidade poderá emergir renovada configuração cultural, capaz de escoimar os discursos saudosistas e ressentidos, e os eflúvios de autonomia soberana. Nesse universo, o Brasil poderá se beneficiar, sobretudo quando se considera que o momento não é especialmente fecundo para nossa literatura.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Paulo, 1977 – “Providências de um Crítico Literário na Periferia do Capitalismo”, in FIORI, Otilia; ARANTES, Paulo, *Sentido da Formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AZEVEDO, Fernando, 1963 – *A Cultura Brasileira*, 4.^a ed. Brasília: UNB.

BAPTISTA, Abel B., 2005 – “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Cândido”, in *O livro agreste: ensaio de Literatura Brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP.

BOURDIEU, Pierre, 1998 – “Linguagem e poder simbólico”, in BOURDIEU, Pierre, *Economia das trocas simbólicas: o que falar quer dizer*. São Paulo, EDUSP.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1982 – “Reflexão sobre Portugal e os portugueses na sua História”. *Revista de História Econômica e Social*, n.º 10. Lisboa.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1963 – *Raízes do Brasil*, 4.^a ed. Brasília: UNB.

LAFETÁ, João Luis, 1974 – *A Crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades.

LIMA, Alceu Amoroso, 1956 – *Introdução à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Agir.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, 2001 – *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

LOURENÇO, Eduardo, 1999 – *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACEDO, Jorge Borges de, 1986 – “Questões sobre a cultura portuguesa”, in Separata ICALP, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, março, n.º 4. S/l.

MARX, Karl, 1973 – *La ideologia Alemana*. Buenos Aires: Pueblos Unidos.

MICELI, Sérgio, 1979 – *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1940)*. São Paulo: Difel.

MICELI, Sérgio, 2003 – *Nacional Estrangeiro: História social e cultural do Modernismo Artístico em São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

NASCIMENTO, José Leonardo, 2008 – *O Primo Basílio na Imprensa Brasileira do século XIX. Estética e História*. São Paulo: EDUNESP.

PESSOA, Fernando, 181 – “O Infante”, in *Mensagem*, 4.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

PRADO, Arnoni, 2004 – “Raízes do Brasil e o Modernismo”, in *Trincheira Palco e Letras: crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo; CosacNaify.

- SCHWARTZ, Roberto, 1977 – *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas cidades.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 1965 – *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello, 1975 – *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, 5.^a ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 1979 – “Prefácio”, in MICELI, Sérgio, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2000 – “A revolução de 1930 e a cultura”, in *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2000 – *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello, 2002-2003 – “Prefácio”, in LEMOS, Fernando; LEITE Rui Moreira (org.), *A Missão Portuguesa Rotas Entrecruzadas*. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC.

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL VISTA POR INTELLECTUAIS E LITERATOS PORTUGUESES (SÉCULOS XIX–XX)

SUSANA SERPA SILVA

INTRODUÇÃO

Desde tempos mais recuados o tema da emigração é uma constante na literatura portuguesa, fazendo parte integrante do pensamento, da leitura e da crítica social, dos retratos humanos e das vivências encarnadas por personagens que preenchem muitas das tramas e dos textos de grandes escritores nacionais e insulares¹. Por um lado, os literatos abordam o *fenómeno da emigração*, propriamente dito, tanto em narrativas de cariz literário (romances, contos), como em textos de cariz não literário². Por outro, incidem no *fenómeno do retorno*, indissociável do anterior e que faz parte de inúmeras páginas tão criativas, quanto reais, de obras profundamente relevantes para a cultura portuguesa, brasileira e não só.

No geral, muitos dos intelectuais portugueses e açorianos tiveram percursos de vida marcados pela emigração, quer porque eles próprios foram protagonistas e viveram fora do país, quer porque contactaram muito de perto com esta realidade, enquanto fenómeno constante na época ou na sociedade em que se inseriram.

Como refere Carlos Fontes, já no século XVIII o ouro do Brasil motivou a partida de enormes fluxos de colonos portugueses, rumo ao sertão brasileiro, em busca do precioso minério. Por isso, na gíria popular e também na literatura emergiu a figura do *mineiro* (alusão aos que se dirigiam para Minas Gerais). Este era, pois, o português que foi e que retornou a Portugal já velho, rico, mas com a mesma ignorância e rusticidade com que partiu. Assim, a ostentação do *mineiro* (novo rico),

¹ Veja-se, por exemplo, a Antologia de SERRÃO, 1976.

² Veja-se o Relatório elaborado por Eça de Queirós: QUEIRÓS, 1979.

foi posta a ridículo e fortemente criticada por literatos como António José da Silva (1705-1739), Correia Garção (1724-1772) e Filinto Elísio (1734-1819)³.

No século XIX, após a independência do Brasil (1822), o *mineiro* viria a ser substituído pelo *brasileiro* que se torna personagem central de inúmeros romances de escritores portugueses. Sendo uma construção ficcional e literária, não deixava de corporizar os reflexos das imagens e dos preconceitos reais, ou seja, “as conotações depreciativas sobre os emigrantes do Brasil”⁴ que regressaram definitivamente ou vinham com frequência a Portugal. No entanto, a innumeração dos *brasileiros* enquanto personagens presentes na literatura lusitana oitocentista, torna-se “um pouco mais complexa porque exige a soma dos brasileiros de nascimento e dos brasileiros de *torna-viagem* ou de profissão, termos usados na época para designar o português que imigrava para o Brasil a fim de fazer fortuna e que, depois, retornava à pátria. (...) Os que retornavam carregavam a alcunha de *brasileiros*, mesmo muito tempo depois de voltar a Portugal, como se tivessem trocado de nacionalidade”⁵. Aliás, o próprio Alexandre Herculano fez notar as especificidades do conceito de *brasileiro* usado em Portugal: dizia respeito a quem vivia “com largueza” e não tinha nascido no Brasil⁶.

Em termos gerais, e ainda que se trate de uma visão simplista, este era o emigrante que voltava às origens depois de enriquecer (novo rico) e, por isso, os aspectos negativos sobressaem muito mais do que os positivos, saindo o *brasileiro*, salvo raras excepções, quase sempre ridicularizado⁷. Exemplo bem elucidativo é o de Camilo Castelo Branco (1825-1890) que, em várias das suas narrativas, caricaturou irónica e corrosivamente o emigrante retornado. Todavia, outros literatos também se debruçaram sobre o fenómeno da emigração, tais como Alexandre Herculano (1810-1877), Júlio Dinis (1839-1871), Fialho de Almeida (1857-1911), Oliveira Martins (1845-1894) e Eça de Queirós (1845-1900) e, entre estes, o *brasileiro* não deixa de ser uma personagem marcante. É preciso ressaltar que o impacto do emigrante retornado, na sociedade e na economia portuguesas de oitocentos, não foi em nada despiciendo na medida em que o país não só se ressentiu da perda desta colónia, como enfrentou graves

3 FONTES, (s/d.), [consultado a 2 de julho de 2012].

4 MONTEIRO, 1996.

5 GRANJA, 2009: 21.

6 GRANJA, 2009; MONTEIRO, 1996.

7 FONTES, (s/d), [consultado a 2 de julho de 2012].

dificuldades financeiras que muito afectaram a normalidade da vida nacional. Os dividendos dos brasileiros e as remessas dos emigrantes assumiram enorme importância, na 2ª metade do século XIX, e entre alguns sectores da sociedade portuguesa, causaram algum incómodo ou desconforto. Mais ainda, quando os sinais de riqueza se tornavam desmesurados e ostensivos ou motivavam casamentos por interesse que vinham derrubar antigas promessas de amor. A tudo isto acresce uma visão negativa da emigração para o Brasil, entendida como promotora de uma autêntica “sangria de gentes” e agravada pelos estratégias ilegais dos “engajadores”⁸.

Já no século XX, os escritores vieram a tomar consciência da dimensão da diáspora portuguesa e, portanto, que Portugal tinha emigrantes espalhados pelo mundo. Apesar do Brasil continuar a ser uma terra de eleição, outros países como os Estados Unidos da América (para os açorianos) ou a África do Sul e a Venezuela (para os madeirenses) acabaram por se tornar mais atractivos. Assim, a literatura nacional e insular, continuando a incidir sobre o tema da emigração, passa a captar um fenómeno mais universal e de contornos diferenciados⁹. São exemplos: Trindade Coelho (1861-1908), Ferreira de Castro (1898-1974), Aquilino Ribeiro (1885-1963), Florêncio Terra (1859-1941), Urbano de Mendonça Dias (1878-1951), Cristovão de Aguiar (1940-). Não obstante, em alguns casos, a figura do *brasileiro* ainda merece algum destaque.

Como se pode depreender, a diversidade de relatos, a multiplicidade de abordagens, — por vezes muito próximas de factos e cenários reais —, preenchem, ao longo de quase trezentos anos, um amplo número de obras literárias que, em nosso entender, tornam-se fundamentais para uma melhor compreensão e explanação da emigração enquanto fenómeno crucial na história da população portuguesa, em geral, e insular, em particular. Embora requerendo o devido cuidado na sua leitura e interpretação — tendo em conta a necessária destrição entre a ficção e a subjectividade, por um lado e as circunstâncias reais, por outro — a literatura pode e deve constituir uma relevante fonte para o estudo da história da emigração portuguesa e da imigração brasileira.

⁸ MACHADO, 2005: 52.

⁹ FONTES, (s/d), [consultado a 2 de julho de 2012].

A EMIGRAÇÃO NA LITERATURA NACIONAL E INSULAR

Recuando à literatura oitocentista, começamos por destacar o incontornável escritor Camilo Castelo Branco. Com um percurso de vida bastante atribulado e subsistindo, com dificuldade, da sua escrita, acabaria mesmo por se suicidar. Entre as suas muitas paixões conta-se Ana Plácido que casou com o *brasileiro* Manuel Pinheiro Alves. Esta particularidade explica, em boa parte, a presença de *brasileiros* nas suas obras, sempre olhados de forma depreciativa e caricatural. São vários os seus romances que contam com a presença destas personagens e, por isso, a literatura camiliana é tida, por inúmeros autores, como basilar para o estudo dos fenómenos da emigração e do retorno, pois nela destacam-se os *brasileiros*, tipos sociais que, como já referimos, marcaram profundamente a sociedade lusitana do séc. XIX. Camilo foi um homem do seu tempo e um sagaz observador social, ainda que com alguma parcialidade. As suas novelas ou “crónicas sociais” constituem, pois, relevantes fontes para os estudos historiográficos¹⁰.

Sendo os *brasileiros* uma parte e um símbolo fundamental da emigração portuguesa, “sobre eles foram criadas caricaturas mordazes, principalmente pelos literatos, entre os quais o mais famoso foi Camilo Castelo Branco. Nos livros em que se escreveu sobre a questão (...), fixou-se a imagem do regressado rico e também muito estúpido, ganancioso, usurário e faminto por comendas e nobilitação. Era o novo rico alardeador, de costumes exóticos, com sotaque e roupas diferentes”. Esta imagem está associada à ideia do Brasil como “árvore das patacas”¹¹.

De entre a multiplicidade de obras camilianas que denigrem a imagem do *brasileiro*, apenas abordaremos três. Uma delas, escrita em 1879, intitula-se *Eusébio Macário: história natural e social de uma família no tempo dos Cabrais*¹². A ação, como se deduz, desenrola-se nos anos de 1840, no norte de Portugal, sendo Eusébio Macário um farmacêutico de aldeia, viúvo e pai de dois filhos: o boémio José Macário e a sensual e atrevida, Custódia. Esta vem a ser cortejada por um *brasileiro*, o rico negociante feito comendador, Bento José Pereira Montalegre e acaba por casar com ele apenas por interesse. Todavia, se as gentes da aldeia são descritas como materialistas e interesseiras, a crítica mordaz atinge a figura do “comendador Bento” a quem Camilo atribui o perfil de novo rico arrivista e socialmente trepador, à semelhança dos muitos brasileiros beneméritos

¹⁰ CASTRO ALVES apud FILHO, 2010: 141-145.

¹¹ MACHADO, 2005: 48.

¹² BRANCO, s./d.,b).

que, pelas práticas filantrópicas, encontravam o caminho do esquecimento das humildes origens e da consequente nobilitação:

“O brasileiro Bento José Pereira Montalegre (...). O Bento em 48 também saiu comendador, dera quatro contos para os asilos, moeda forte, e mandara ao correspondente Araújo & Filhos, rua dos Ingleses, Porto, que lhe mandasse abrir as suas armas num anel de ouro, sobre uma chapa do tamanho de uma fava pequena.

– Que à fava devia ir o Bento – dizia Araújo & Filhos. (...).

– Este pulha, o Bento, com armas reais em anel! Está tudo perdido! O Molarinho não achou no índice alfabético dos apelidos nobres o Montalegre. Esteve para criá-lo, inventá-lo (...). Mas receou exceder a missão da arte na cooperação dos fidalgos. Como ele também era Pereira, gravou o baixo-relevo do braço do condestável, dos Braganças (...).

As gazetas tinham falado no donativo e na mercê régia concedida ao nosso benemérito irmão de além-mar. Um correspondente de Chaves, cheio de ódios aos actos ministeriais, metia a riso a graça e o agraciado, descosia-lhe a geração, contava que havia gente que lhe conheceu o pai soldado de milícias, e a mãe uma cabreira de Barroso”¹³.

Descrição também interessante e significativa é a da chegada do comendador à aldeia de Basto, onde vinha encontrar-se com a irmã. O povo, deslumbrado, estava nas ruas para ver o “*brasileiro rico*” passar e houve mesmo muito foguetório. A pretexto do evento, a narrativa camiliana explica os contornos sórdidos da acumulação da fortuna de Bento, seguindo uma linha de raciocínio própria do seu tempo: a riqueza de muitos brasileiros afigurava-se quase sempre suspeita e susceptível de manifestações de exibicionismo:

“Tinha engordado aos vinte e cinco anos, na pacatez das roças, embalado em redes, debaixo das mangueiras; fora fleumático, frio, esquivo às borrascas do amor. Nenhuma sinhá o extraviara da linha tortuosa da riqueza; vendera-se a uma viúva decrépita, rica e devassa, que lhe deixara moagens, fazendas, o casco da sua fortuna,

¹³ BRANCO, s./d.,b): 35-37.

Resolvera não se casar; porque três amigos seus tinham sido logrados pelas suas senhoras de parceria com os seus caixeiros. Pensava em empregar a sua grande fortuna em títulos fidalgos, e fazer-se imortal numa igreja que mandaria construir em Montalegre, dedicada a S. Bento, com três naves, e um jazigo na capela-mór com as suas armas, como vira na sepultura de Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, na igreja de S. Sebastião”¹⁴.

O casamento de Custódia com o comendador permitiu uma substancial melhoria do nível de vida de toda a família, mas as intrigas, as vinganças e os adultérios, que atravessam a história e enredam os protagonistas, acabam por levar à expulsão de Custódia do palacete. Afinal os Macários eram “má raça” e assim se percebe que, embora crítico e caricatural para com o *brasileiro* Bento, Camilo procurou, acima de tudo, retratar a decadência da sociedade do seu tempo que urgia regenerar¹⁵.

O romance *A Brasileira de Prazins*¹⁶, escrito em 1882, deixa transparecer um tom menos satírico que o anterior. A ação decorre nos anos de 1845-46, também no norte do país, enquadrada pela polémica, ainda vigente, em torno dos miguelistas e apoiantes do realismo. Marta é a personagem central que, depois de um amor impossível, que leva o amado à morte, vê-se obrigada a casar, por vontade de seu pai, com um tio *brasileiro* rico e avarento, regressado à terra. Todavia, a imagem que ressalta é também a da ganância e despeito do pai de Marta em relação ao irmão Feliciano:

“Marta era filha de um lavrador mediano que tinha em Pernambuco um irmão rico de quem dizia o diabo. Chamava-lhe ladrão porque, no espaço de vinte anos, lhe mandara três moedas, com os seguintes encargos: à mãe 6\$000 réis fortes, às almas do Purgatório, de Negrelos, 3\$000 réis também fortes, que lhos prometera quando embarcou, e o resto para ele — 5\$400 réis, dizia, é que o maroto, podre de rico, me mandou em vinte anos!”¹⁷.

14 BRANCO, s./d.,b): 52-53.

15 GRANJA, 2009: 140.

16 BRANCO, s./d.,a).

17 BRANCO, s./d.,a): 14.

Coisa rara naquele tempo, a jovem aprendera a ler e a escrever. A sua primeira carta, ditada pelo pai, foi ao tio Feliciano, de Pernambuco. Pediu-lhe umas moedas para comprar umas arrecadas e descreveu todas as lamúrias paternas, “lágrimas mendigas, mentirosas” para ver, como ele dizia, “se o ladrão mandava alguma coisa”. A missiva de Pernambuco chegou com uma ordem de pagamento de 48\$000 réis (dez moedas de ouro). Uma parte para as arrecadas da sobrinha, a outra para o irmão, a quem anunciava o regresso, pedindo-lhe que fosse “deitando o olho” a uma ou duas quintas e a conventos que estivessem à venda. Da notícia à prática correram velozes os dias.

“Neste meio tempo, chegou da América o Feliciano Rodrigues Prazins, tio de Marta. Demorou-se poucos dias. Ganhara medo que o roubassem as guerrilhas. Foi para o Porto por em segurança as suas letras e voltou quando a queda dos Cabrais garantia o sossego dos capitalistas. Na volta a Prazins, olhou mais atentamente para a sobrinha, deu-lhe alguns cordões, e disse ao irmão que não se lhe dava de casar com ela. O Simeão afirmou logo com um descaramento perdoável: — que não se fosse sem resposta o mano que a moça dava o cavaco por ele.

Feliciano tinha quarenta e sete anos. Não se parecia com a maioria dos nossos patricios que regressam do Brasil com uma opulência de formas almofadadas (...). Era magro esqueléticamente (...). Dizia, porém, que tinha febres de aço e nunca tomara remédios de botica. Muito míope, usava de monóculo redondo num aro de búfalo barato. Como era económico até à miséria, dizia-se em Pernambuco que o Feliciano usava um vidro só para não comprar dois: e que, se pudesse, venderia um olho como coisa inútil. Com a economia e o trabalho (...) em trinta anos arredondara trezentos contos. Chegara aos quarenta e sete, ao outono da vida, sem ter amado”¹⁸.

Ainda que a narrativa camiliana destaque positivamente as virtudes da “economia e do trabalho”, associadas ao emigrante no Brasil, não deixa, porém, de as criticar, quando extremadas, por conduzirem à “miséria” e à tibieza de horizontes.

18 BRANCO, s./d.,a): 150.

Se o retrato da decadência de valores da sociedade portuguesa é uma constante nos romances camilianos, a problemática dos preconceitos da velha nobreza arruinada face à nova burguesia enriquecida — onde se enquadravam os *brasileiros* —, estão bem patentes na obra *Os Brilhantes do Brasileiro*, escrita e publicada em 1869. Aliás, o confronto entre o peso do nome e do sangue e o poder e o valor do dinheiro fez-se sentir em quase toda a Europa oitocentista, quando o declínio material da aristocracia obrigou a alianças com o mundo burguês fascinado pela possibilidade do enobrecimento.

No romance em causa, verdadeira novela sobre amores contrariados, Ângela de Noronha Barbosa é a uma fidalga arruinada que se apaixonou pelo plebeu Francisco José da Costa. Depois de muitas atribulações (incluindo a reclusão num convento), acaba por casar com o irmão da criada da abadessa, o *brasileiro* Hermenegildo Fialho Barrosas a quem vem a roubar os diamantes do noivado para financiar o curso de medicina ao amado. Da descrição do encontro entre Ângela e Hermenegildo ressaltam o tratamento da irmã dele (com a alcunha de *brasileira*), o ambiente de rude desprezo pelo património histórico e material, as maneiras pouco elegantes do anafado *brasileiro*. Em suma, o novo-riquismo traduzido em avultado dispêndio para demonstrar a meteórica ascensão social: acordado o noivado, Fialho saiu para o Porto onde comprou 6.500\$000 réis de diamantes e ainda cortes de seda e peças de veludo, em casas francesas¹⁹.

Atentemos na escrita de Camilo:

“Ao cabo de onze léguas de jornada, encontraram a quinta dos Choupos, residência de Rita de Barrosas, que os do sítio chamavam a sr.^a D. Rita brasileira.

Quando apearam, Hermenegildo estava no espaçoso pátio vigiando os pedreiros que derruíam uma antiga torre de arquitectura manuelina para construir nos alicerces dela uma capoeira.

Fialho, habituado a ouvir repetidas descrições da formosa fidalga, reconheceu Ângela. Apertou o cós das ceroulas, abotoou o colete amarelo, deu um jeito ao colarinho desengravatado, e foi ao portão receber a hóspede. (...).

Entraram nas vastas salas, onde o brasileiro tinha recolhido as espigas do milho a monte, de mistura com as cebolas, e as nozes e as castanhas.

¹⁹ BRANCO, 1916: 108.

Passado este lanço da casa, que havia sido convento de ordem rica, no ângulo formado pela vasta quadra, as salas e quartos estavam decorados com luxuoso e atrapalhado mau gosto”²⁰.

“Hermenegildo era loquacíssimo (...) e de certo modo pitoresco na linguagem.

Ângela engraçava com aquela rudeza indicativa de bom peito de bruto. O sorriso dela não era mordente, nem o lance dos olhos observador. A novidade do tipo, o plebeísmo do dizer, a redondeza da pessoa, a cara expirando alegria e uma saúde oleosa, tudo isto que aceraria a sátira da mulher de um alfaiate de Lisboa, produzia na fidalga bem condicionada uma inofensiva hilaridade, com a qual o brasileiro se comprazia”²¹.

Ainda que o *brasileiro* esteja presente na galeria de caricaturas sociais criadas por Eça de Queirós — outro dos grandes vultos, se não o maior, do romance português do Realismo, da segunda metade do século XIX —, o seu sentido crítico não foi tão acutilante e demolidor como o de Camilo.

Esta visão menos crítica de Eça sobre o fenómeno da emigração e do retorno não pode dissociar-se da sua ligação sentimental ao Brasil. Ele era filho de um magistrado e par do reino, português nascido no Brasil em 1820, e a sua ama e madrinha pernambucana ensinara-lhe expressões do falar brasileiro, bem como canções e histórias infantis do noroeste brasileiro que o marcaram e que ele guardou na memória. De resto, ele tinha muitos amigos brasileiros, em especial no seu círculo de Paris (1888-1900)²².

Ademais, este consagrado escritor, licenciado em Direito, advogado e jornalista, foi também diplomata. Viajou pelo Próximo Oriente, foi cônsul de Portugal em Cuba e em Inglaterra e, mais tarde, em França (Paris) onde veio a falecer. Assim, as suas estadas no estrangeiro permitiram-lhe o contacto com outros povos e realidades, propiciando-lhe diferentes mundividências e alguma complacência face a outros costumes²³. A sua experiência como cônsul em Cuba sensibilizou-o quanto às dificuldades porque passavam os emigrantes. Como refere Calvet de Magalhães, “as razões que levaram à colocação de um cônsul de carreira em Ha-

20 BRANCO, 1916: 94-95.

21 BRANCO, 1916: 96

22 CARVALHAL, 2000: 197-198.

23 MAGALHÃES, 2000 [consultado a 2 de Julho de 2012].

vana estavam ligadas à situação deplorável em que se encontravam em Cuba os chineses provindos de Macau que trabalhavam nas fazendas dos empresários espanhóis. Viviam naquela ilha mais de cem mil chineses que tendo emigrado através do porto de Macau (...), beneficiavam de protecção consular portuguesa”²⁴. Ora, Eça de Queirós desempenhou um relevante papel ao regularizar a situação de muitos *culis* chineses, na medida em que os fazendeiros espanhóis, à revelia das leis cubanas, não respeitavam os contratos de 8 anos de trabalho, ao fim dos quais os emigrantes ficavam livres. Na realidade, as arbitrariedades eram inúmeras e muitas situações roçavam os contornos da escravatura²⁵.

De acordo com Leonel Cosme, quando nos finais de 1874 Eça é deslocado de Havana para Newcastle, já ia “impressionado pelas difíceis condições de trabalho do emigrante português em toda a América e ciente do preço que tinha de pagar o ‘torna-viagem’ para, um dia, poder regressar ao país natal, rico e ufano, — ou mais pobre e desesperado do que quando partira em busca do Eldorado. Esta experiência, que relatara num documento de 112 páginas enviado ao Ministro Andrade Corvo, torná-lo-ia compassivo sempre que se referia aos compatriotas emigrados, designadamente os que haviam demandado o Brasil, em contraposição aos escritores seus contemporâneos, como Júlio Diniz, Camilo Castelo Branco e outros, que glosavam, com ironia ou mordácia, os ‘brasileiros’ que regressavam, definitivamente ou em vilegiatura (...)”²⁶.

Ao prefaciar o romance do seu amigo Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares* (1886) — cuja personagem é um homem honesto, trabalhador e generoso e, portanto, a antítese do estereótipo mais comum do *brasileiro* — Eça começa por criticar os escritores “têm utilizado o brasileiro como a encarnação mais engenhosa da sandice e da materialidade (...) com todos os seus joanetes e todos os seus diamantes, crasso, glutão, manhoso, e revelando placidamente na linguagem mais bronca os sentimentos mais sórdidos”. Depois, elogia o autor por ter ido “buscar o brasileiro a esses limbos da caricatura disforme para o fazer reentrar na natureza, e na partilha comum do bom e do mau humano; revestindo-o, pela verdade observada, de todas as excelências morais de que o despira, sistematicamente, a calúnia romântica; mostrando no antigo Bruto a possível existência do Santo — executou uma verdadeira reabilitação social”²⁷.

24 MAGALHÃES, 2000: 13 (consultado a 2 de Julho de 2012).

25 MAGALHÃES, 2000: 13.14.

26 COSME, 2000 (consultado a 2 de Julho de 2012).

27 Apud COSME, 2000 (consultado a 2 de Julho de 2012).

Relativamente à emigração Eça também manifestou uma posição objectiva e despida de preconceitos. No relatório elaborado, em 1874, para o Ministro Andrade Corvo, titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, com o título *A Emigração como Força Civilizadora*²⁸ o diplomata Eça de Queirós escreveu:

“A emigração, diz-se geralmente, é um fenómeno social que sob formas diferentes aparece em todas as épocas históricas. (...). A emigração, porém, como hoje a conhecemos — individual, espontânea, livre, protegida pelas leis, organizada por associações, com causas puramente económicas, com um fim meramente agrícola ou industrial, indo procurar nos países novos (...) um destino melhor, é exclusivamente um facto do século XIX.

[Nos séculos XV e XVI] os portugueses (...) que iam à China ou à Índia, não eram emigrantes, eram comerciantes (...). Os missionários eram os precursores dos mercadores. (...). O mesmo impulso para o Brasil não teve no seu princípio nenhum espírito colonizador: procurava-se ali apenas o ouro e as pedras preciosas; como as não encontravam pensava-se em abandonar aquele vasto território, quando prevaleceu a ideia de o conservar como lugar de deportação (...): a cultura da cana do açúcar pelo judeus foi a origem da colonização regular”²⁹.

Depois concluiu: por meados do século XVII a colonização europeia da América, da Ásia e das costas de África já estava organizada e regulada, mas faltava a emigração. Esta só surge, em força, no século XVIII e sobretudo quando as Américas começam a tornar-se sinónimo de liberdade e de fortuna.

Segundo Amado Mendes, Eça de Queirós entendeu a emigração como “uma força civilizadora” chegando a fazer uma certa apologia do fenómeno pelo modo como os emigrantes renovavam os lugares e faziam a “reforma higiénica da terra”. Ainda assim, não se pode considerar que Eça tenha sido um estudioso profundo da emigração, em especial, a portuguesa, pela sua complexidade e dimensão, como o próprio então assumiu³⁰.

Outros romancistas contestaram a representação cruel do *brasileiro torna viagem*, destacando, por exemplo, o seu esforço e a sua prodigalidade empreendedora

28 QUEIRÓS, 1979.

29 QUEIRÓS, 1979: 15-22.

30 MENDES, 1988 [consultado a 2 de Julho de 1012).

ou então o “inferno” em que se podia tornar o lirismo da emigração quando não se atingiam os fins pretendidos. “Autores como Luís de Magalhães, Gomes do Amorim, Ferreira de Castro e Magalhães Basto mostraram o outro lado do brasileiro (...): aquele que retornou tão pobre quanto partiu e, ainda por cima, carcomido pelas doenças tropicais”³¹. São estes os romances sobre o falhanço da emigração que apresentam o Brasil como o lugar de oposição ao tão sonhado *El Dorado*.

De facto, nem todos os emigrantes embarcaram em projectos de sucesso. Seguramente, uma elevada percentagem. Quantos não lograram enriquecer apesar dos sacrifícios? Quantos não foram enredados em contratos fraudulentos e em formas de exploração? Quantos não adoeceram e até perderam a vida? A emigração é também um fenómeno de incontáveis dificuldades, algumas das quais foram descritas por literatos, quase com o rigor do testemunho historiográfico. Um destes autores foi Ferreira de Castro. Escritor e jornalista português, foi emigrante no Brasil, para onde partiu com apenas 12 anos de idade. Chegou a viver na Amazónia e enfrentou diversas vicissitudes. Ao regressar a Portugal tornou-se redactor do jornal *O Século* e director de *O Diabo*, deixando dois romances sobejamente conhecidos: *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930).

Este último é, para o próprio autor, um romance auto-biográfico. De acordo com o seu testemunho, trata-se de uma dívida de memória:

“Eu devia este livro a essa Amazónia longínqua e enigmática, pelo muito que fez sofrer os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, aos anónimos desbravadores, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crónica definitiva, que à extração da borracha entrega a sua fome, a sua liberdade, a sua existência. Livro bárbaro, como a vida que enquadra, como o cenário que lhe serve de fundo, ele completa (...), o meu romance ‘Emigrantes’. Num, a paisagem ridente do sul do Brasil; noutra, a paisagem majestosa do Norte. Em ‘Emigrantes’, o exílio pelo estômago; neste, o desterro pelo espírito. E nos dois, a uni-los (...), a luta pela vida, a conquista do pão, a miragem do ouro (...).”

31 MACHADO, 2005: 54.

De facto, das obras neo-realistas de Ferreira de Castro sobressai uma narrativa muito próxima da vida real, descritiva e biográfica, que privilegia os tristes anónimos, que pelo seu infortúnio não deixaram qualquer pegada na história. Na história dos *brasileiros* enriquecidos. No romance *Emigrantes* — que segundo o autor não terá sido, de início, muito bem compreendido no Brasil — as personagens, como o próprio Manuel da Bouça (de seu nome verdadeiro Manuel Joaquim dos Santos), sujeitam-se a toda a sorte de vicissitudes em busca de um sonho, da miragem do ouro que, afinal, não se chega a concretizar. Esta é uma obra sobre os desencantos da emigração masculina, sobre as duras realidades amiúde escondidas de familiares e amigos. Tudo começa com um sonho: o sonho de partir, nem sempre partilhado por todos os membros da família:

“Pouco a pouco, entre ele [Manuel da Bouça] e a paisagem foram-se interpondo novas visões: o baú de folha fechando-se sobre camisas e ceroulas; um comboio (...) até Lisboa; depois o navio e o mar (...). Porque tinham elas medo? Mandar-lhes-ia dinheiro e, passados quatro ou cinco anos, voltaria com alguns contos de réis... Lá isso é que ele havia de voltar com alguns contos, se Deus fosse servido e lhe desse saúde! Tinha bons braços e quem procura sempre encontra... (...).

Via-se de regresso, (...), com duas malas, boas roupas e bons chapéus, como nunca se fabricaram em S. João da Madeira.

E o panorama que os seus olhos contemplavam sofria profundas alterações (...). E tudo aquilo era dele. Tudo fora ganho com o seu suor, dia a dia, hora a hora.

Iria! Pena era que não tivesse resolvido isso há mais tempo, quando estava solteiro e tinha sangue na guelra. (...).

Agora, com os seus quarenta e um — (...) — e uma filha na idade de casar, não se podia deter por lá muito tempo. Demoraria apenas o suficiente para juntar o dinheiro dos campos e mais alguns mil réis que a Amélia precisasse de gastar em caso de doença”³².

Ferreira de Castro oferece, com todo o pormenor (de quem foi, ele próprio, emigrante), as descrições da partida, do ambiente do cais, em Lisboa, das formalidades legais, do embarque no rebocador e do confronto com o transatlântico.

32 CASTRO, 1928: 23-24.

Por outro lado, o momento marcante da chegada e do desembarque no Brasil, torna-se um comprovativo literário de múltiplas situações que a própria historiografia já provou: o estado de espírito dos emigrantes, as contingências dos clandestinos, a pluralidade de “nações” na demanda da nova terra e as condições de recepção.

(...) “Os que desembarcavam no Rio começaram a abandonar o convés e, quando volviam, empilhavam, aqui e ali, sacos e baús. (...). Alguém gritou: “O Pão de Açúcar!”(...). Os emigrantes repetiam com emoção: “O Pão de Açúcar!”, “O Pão de Açúcar!” como se dissessem aos outros e a eles próprios: “Finalmente!”, “Finalmente!” (...). Afonso surgiu, de novo, ao seu lado (...):

— Não é aqui que desembarcamos. O vapor vai atracar mais adiante, no Cais de Mauá, ou lá o que é. Sabe? Os dois homens que foram encontrados sem passaporte estão já nas unhas da polícia. (...) Foi o comandante quem os entregou. Eu até vi o mais novo a chorar... (...). Mudando de lugar, Manuel da Bouça viu sair os companheiros da travessia. Do lado da baía estava atracado ao navio [Darro] um rebocador, que os ia levar à Ilha das Flores, onde haviam de sofrer rigorosa quarentena. Os russos foram os primeiros a descer (...). Depois as famílias portuguesas: eles, de sapatorras, calças acastanhadas e jaleco de rústicas linhas; elas, de saias mui rodadas e escuras, lenço na cabeça, umas de blusa pintalgada, outras enrodilhadas num xaile — e os filhos num novelo de trapos, quase confundidos com a bagagem. Ruidosas, (...), as polacas passaram lestantemente de uma embarcação para a outra e atrás delas seguiram os galegos, desempenados, respirando saúde e decisão”

“Depois da admiração causada pela Guanabara, a entrada no porto de Santos deslumbrara menos os olhos dos emigrantes. (...).

Os emigrantes foram-se comprimindo entre a escotilha e a amurada, enchendo de negrume o local. (...). Quando os italianos estavam todos conferidos, o homem que ordenara a chamada distendeu o pescoço sobre a gola da farda e arengou no idioma daqueles a quem se dirigia: — ‘O Estado de S. Paulo orgulhava-se de possuir a legislação mais completa, mais liberal e humana de todas as que existiam, nos outros países, sobre imigração. Riquíssimo, com terras de uma fertilidade assombrosa, onde a natureza se encarregava de facilitar

o trabalho do homem, S. Paulo dispensava aos imigrantes uma protecção eficaz, desde que eles chegavam a Santos até encontrarem maneira de ganhar a vida. O Estado transportá-los-ia, hospedando-os, sustentando-os e, por fim, colocando-os, com a única condição de que se entregassem ao trabalho da lavoura'. (...).
 Contados os espanhóis, o inspector (...) traduziu para o idioma destes o que havia dito aos outros”³³.

A dura realidade da emigração emerge, crua e frontal, no encontro de Manuel da Bouça com Cipriano — jovem conterrâneo que partira há algum tempo para o Brasil. Sendo certo que o período correspondente à 1.^a República brasileira (1889-1930) foi um tempo de crise económica, de revoltas e instabilidade, agudizadas pelo envolvimento na I Guerra Mundial, Cipriano era o exemplo da falta de sorte e do desaire. Ele mentia nas cartas que enviava à mãe, com o único dinheiro que conseguia apurar, pois era importante não alarmar a família e “não fazer má figura junto dos conhecidos”. Porém, não mentira a Manuel da Bouça quando lhe dissera que não viesse, porque a situação (ali, como no mundo) era muito má. Mal ganhava para viver e as suas condições de subsistência eram deploráveis. “ — *Eu só não volto para a terra porque tenho vergonha...*”. Emigrado, pois, num tempo que desaconselhava a emigração para as Américas, a personagem principal do romance vai sofrer inúmeras desilusões. Entre as duras e inesperadas condições de trabalho à impossibilidade de prosperar, sobreleva o desapontamento que lhe trouxe a carta de sua mulher:

“Meu querido Manuel:

Em primeiro lugar desejo que passes bem, que eu há mais de quinze dias estou doente sem me poder levantar da cama. Quem me tem valido é a nossa filha [que fugira de casa para se juntar] e a Zefa da Fonte, senão eu já tinha morrido para aí. Não te preveni antes para não te afligir e porque pensei que isto era coisa que passava de um dia para o outro. Mas ontem estiveram na Bouça uns homens de Oliveira, parece que da justiça, e depois vieram cá dizer-me que as nossas courelas já eram do Carrazedas, porque tu não pagaste o combinado. A Deolinda e o Afonso foram de caminho à vila e falaram com o escrivão e com

³³ CASTRO, 1928: 108-113, 119-122.

o doutor Samuel, mas todos disseram que já não se podia fazer nada. Não imaginas as lágrimas que tenho chorado de ontem até agora, que eu sei como tu estimavas aquelas nossas ricas terrinhas.

Escreve-me Manuel, que eu há já muito tempo não recebo uma regra tua e não sei o que fazes aí. Eu, depois que tu foste, nunca mais soube o que é ter uma hora de alegria. Antes queria ser pobre toda a vida do que sofrer o que tenho sofrido. Se me visses agora nem me conhecias. Não te esqueças de me escrever e aceita um grande abraço da tua mulher que te deseja muita saúde — Amélia”³⁴.

Destroçado pelos imprevistos, Manuel da Bouça — pobre, analfabeto e atormentado pela ambição de riqueza que nunca alcançou —, tornou-se ainda num desenraizado pois ao regressar a Portugal, já nada lhe dizia a vida e o ambiente da aldeia.

Se até aqui afluíram alguns exemplos da literatura nacional, torna-se forçoso referir, a propósito desta temática alguns nomes da literatura açoriana. Afinal, desde tempos imemoriais, o arquipélago dos Açores foi lugar de chegada e de partida. Uma autêntica placa giratória de gentes, de fluxos de emigrantes que, dos rochedos do Atlântico norte, demandavam as terras do Novo Mundo. Do século XIX ao século XX, são vários os autores que se inspiraram na emigração e nos contornos insulares deste fenómeno, que consubstanciaram em contos, romances ou poesias. Todavia, apenas destacaremos os exemplos de Florêncio Terra, de Urbano de Mendonça Dias e de Cristóvão de Aguiar.

Florêncio Terra, de seu nome completo Florêncio José Terra, era natural da cidade da Horta, ilha do Faial (Açores), onde nasceu em 1858 e faleceu em 1941. Foi professor (e reitor) do Liceu local, escritor, jornalista e político, chegando a presidir à Câmara Municipal, ainda que por pouco tempo. Foi um dos fundadores do Grémio Literário Faialense e, como escritor, foi um autor emotivo, mas realista, “cultor do conto idílico e prosador fluente”³⁵ baseado no seu grande poder de observação e de interiorização da vida do povo das ilhas do Faial e do Pico. Entre as cenas campestres ou nas tragédias marítimas encontrou inspiração e temáticas para as suas obras, entre elas, no fenómeno da emigração que, afinal, atingia quase todas — senão todas — as famílias insulares. Na primeira metade de novecentos quem, vivendo nos Açores, não tinha um familiar, um vizinho ou um amigo emigrado?

34 CASTRO, 1928: 213-214.

35 ARRUDA, Enciclopédia Açoriana.

Esta é uma experiência de vida bem presente em várias das histórias de *Contos e Narrativas*³⁶. Referências explícitas, gestos subtis, vivências e memórias indissociáveis da diáspora açoriana — que foi trocando o Brasil pelos EUA — revelam-se em diversas personagens, todas elas femininas e residentes nas ilhas. É esta, pois, a faceta que Florêncio Terra privilegiou: o reverso da emigração, ou seja, as consequências locais que ele próprio pôde observar e sentir. Algumas das narrativas são lembranças que ficaram da sua infância e juventude.

Em a “Vida Simples”, por exemplo, a velha Brízida vivia com a neta Rosalina, que estava na primavera da vida e lhe ficara, à sua responsabilidade, “da súbita revoada da emigração de toda a família para a América”. No conto “A Debulha” as agruras dos que ficavam marcados pela saudade dos que partiam são testemunhadas pela velhinha Tia Rosa. Abafando um soluço, mas com as lágrimas a rolares pela face engelhada, apontava, com a mão mirrada para o navio, murmurando: *O Manuel... O meu neto que se foi há um ano...Não tinha outro...*³⁷.

A incerteza do reencontro ensombrava as esperanças dos que ficavam nas ilhas, sobretudo dos idosos sujeitos a não mais abraçarem os seus parentes queridos. Apenas a hipótese do retorno, se o esforço fosse recompensado, podia acalmar o desalento e suscitar um final feliz. Foi este o caso de “Margarida amor-fiel”, personagem recompensada pela perseverança e resiliência da sua espera e fidelidade.

“Bastantes anos decorridos o pai de Margarida morreu, e esta, ficando só, trouxe para casa uma velha parenta para a acompanhar, enquanto da sua família da América não viessem as notícias precisas e que ela esperava com ansiedade.

Certo dia, sobre o seu balcão, olhava o mar longe, porque se dizia que o vapor da América estava a chegar. (...) de repente, Margarida avistou o vulto branco de um vapor, cujo silvo agudo chegou até ela. Ah! Era já o vapor da América! Não tinha dado por ele...

E no seu coração experimentou um alvoroço, quase uma agonia, que não sabia explicar. Todo o dia andou num desassossego, numa ansiedade, vigiando as embarcações que vinham do Faial, esperando notícias, esperando não sabia o quê.

36 TERRA, 1981.

37 TERRA, 1981: 78-79.

Quando de uma vez, chegando à janela, era já lusco-fusco, percebeu que um vulto corraera a esconder-se numa encruzilhada próxima. Não fez grande caso, mas de repente o vulto apareceu e disse: — Margarida! Ó mulher! Vós me conheceis?...

Aquela voz! — Manuel! — exclamou ela.

— Sim, Manuel! Aqui estou! Não te casaste e eu também não. E aqui estou se ainda me queres. Nunca te esqueci! E Deus bem sabe que sempre te tive o mesmo respeito. Lá na América não me faltavam mulheres, se as quisesse, mas em primeiro lugar eras tu, que sempre me estavas na lembrança”...³⁸.

Evocando tempos mais remotos, quiçá sustentado pela tradição oral e por uma realidade marcante na centúria oitocentista, Florêncio Terra não deixa de evocar o lado mais negro da emigração açoriana: as fugas clandestinas que, amiúde, tinham desfechos bastante dramáticos. Assim é a trágica história de *Drama no Mar (Crónica antiga)*³⁹, que atesta a ferocidade e a falta de escrúpulos dos engajadores e dos intermediários que, neste caso, não hesitam em atirar ao mar e à morte, os sete emigrantes ilegais, para encobrirem as suas ilícitas actividades.

“Aproveitando o silêncio da noite, (...), havia bem um quarto de hora que a lancha vinha seguindo cautelosamente na sombra da costa. Por fim, junto do Pesqueiro Raso, parou, e os quatro remadores e os homens do leme ficaram imóveis, apurando para terra os olhos e o ouvido. (...). Os tripulantes continuavam a não ver e ouvir nada: nenhuma sombra se movia (...). Então um dos marinheiros levou a mão à boca, soltou um assobio prolongado. Quase em seguida respondeu-lhe outro assobio, e uma forma humana apareceu distinta sobre as rochas que a lua iluminava. E, sucessivamente, outros homens se ergueram da terra e vieram saltando de pedra em pedra (...). O homem do leme ordenou então em voz baixa: ‘Rema! Rema! São eles...’ (...). ‘Salta!’ e oito homens, carregando pequenos sacos saltaram confusamente para dentro da lancha. Um desses homens, pelo modo como falava e dirigia o embarque, dava-se logo

38 TERRA, 1981: 176-179.

39 TERRA, 1987.

a conhecer: — era um ‘engajador’; ao passo que os sete restantes, agarrados às suas pobres trouxas de roupa, de maneiras tímidas e contrafeitas, caras quase imberbes, percebia-se serem rapazes fugidos ao recrutamento, tendo alguns ainda nos olhos algumas lágrimas da despedida. (...).

— Basta de choradeiras, corja de maricas!...Gritou finalmente o homem do leme num tom rude e agressivo; e, voltando-se para o ‘engajador’, perguntou:

— Por que alturas deve estar o navio? ...

— Disse-me o capitão que pelas duas horas da manhã apareceria por aqui...

(...)

Esperaram talvez uma hora, e avistaram, então, longe, nos confins do horizonte a mancha de uma velita. (...). E acerca do navio, nada. Havia muito que a vela que tinham seguido durante a noite se sumira de todo. O que fazer?... A terra ficava-lhes a umas quinze milhas de distancia (...).

Quando a noite se avizinhou, sem que nada aparecesse, e nem que tivessem tentado aproximar-se de terra com medo de serem presos, um dos rapazes disse por último ao homem do leme:

‘Se a gente voltasse para terra...Já se vê que o navio não vem cá!’...

O outro teve um singular sorriso e retorquiu: ‘Vamos, voltar, vamos...mas mais logo...’ Ao mesmo tempo, procurou com os olhos os olhos do engajador, sucessivamente os de todos os marinheiros, e deviam ter-se entendido, porque a mesma expressão de ferocidade se espalhou naqueles rostos endurecidos”⁴⁰.

Outro registo bem diferente apresenta Urbano de Mendonça Dias no seu romance de cariz social e crítico intitulado *O Mr. Jó. Estudo sobre os emigrados dos Açores*⁴¹. Com acutilante ironia e humor, o autor coloca em confronto dois emigrantes de torna viagem: um *brasileiro*, regressado definitivamente e um emigrante nos EUA, em visita periódica à terra natal.

40 TERRA, 1987: 71-74.

41 DIAS, 1943.

Mendonça Dias, natural de Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, interessou-se, desde muito cedo, pela escrita, acabando por ter uma carreira muito versátil: além de advogado, foi professor, político, jornalista e escritor. Todavia, é muito mais conhecido pelas suas obras de cariz historiográfico, etnográfico e político do que pelos romances e peças de teatro que legou⁴². Ora, o romance em causa — que é uma verdadeira crónica de costumes e que revela um excelente poder de observação de determinados tipos sociais —, trata precisamente do fenómeno da emigração e do retorno que, pela dimensão que atingiu no meio insular, não passou despercebido a quem tanto escreveu sobre Vila Franca do Campo e os Açores.

Nesta obra destacam-se as duas personagens que o escritor nos convida a comparar: José Rosara, emigrante “na Amerca” (sic) e José Nunes, emigrante regressado do Brasil. O primeiro é o protótipo do emigrante boçal, iletrado e ignorante que fugindo ao serviço militar, embarcara para os EUA, há perto de trinta anos, conseguindo matricular-se como cidadão americano. Como refere o autor, fizera a vida renegando a pátria, mas pelas muitas saudades da terra, regressava, em visita, de seis em seis anos. E assim o descreve:

“vestido à moda da América, com um fato de flanela azul ferrete, grossa, felpuda, consistente, e uns sapatões de couro impermeável, rijos, feitos de propósito para os gelos do inverno, de bico largo, opado, como se tivessem sido assoprados por uma bomba de grande potencial; e então metido numa camisola de lã, de gola a sair pelo pescoço fora, desafiando todo o frio deste Mundo, e um chapéu de feltro preto, mole, desabado na frente, sobre os olhos. E o Rosara aparecia-nos assim a matar saudades da Terra, com umas malas cheias de roupa meio usada, para distribuir pelos sobrinhos, e uns dólares amarrotados na algibeira, para os gastar consigo (...) Ali na América, Fall River é que era a sua Terra, para ali tinha ido, ali se tinha estabelecido, e trabalhava ainda na mesma fábrica, a ‘frávica das chitas’, (...). Depois, poupados como eram ambos, e trabalhadores, começaram a fazer o seu pé de meia e isso tomou-lhe todas as atenções, e veio daí a tempos, por um grande acerto, a compra da casa na Calamba Strit (Colomb Street)” (...) ⁴³.

42 Sobre Urbano de Mendonça Dias veja-se: REGO, Enciclopédia Açoriana.

43 DIAS, 1943: 6-7, 10-11.

Esta descrição caricatural põe em destaque o trajar típico do emigrante luso-americano, a sua comprometedora “generosidade” e a emblemática questão da linguagem, cheia de anglicanismos, incorrectamente utilizados por quem, desprovido de escolaridade, aprendeu de ouvido e sem qualquer rigor, vincando o sotaque natural de que nunca se conseguiu desprender. Esta característica, tão comum entre os emigrantes micalenses que rumavam à América do Norte, emerge em toda a obra, sempre que o autor trata de José Rosara, operário fabril e agora “estrangeiro” na sua terra natal:

“Mas quando o José Rosara chegava à Lazeira, de visita à Terra, esmorecia sempre, nos primeiros dias, ficava como desorientado, no meio de tanta pasmaceira. (...). Estranhava tudo, as ruas, as casas, os estabelecimentos comerciais, a iluminação à noite, as comidas, as bebidas, o sossego. (...) E ponha em foco as coisas americanas, e comparava-as com as de cá, para fazer notar a grande diferença. (...). É que o José Rosara assegurava que hoje em dia, na Terra da América, os médicos tinham um mexim (machine, máquina) de ver a gente por dentro, como se estivessem abertos, escalados como um peixe!”. (...). Mas apesar de tanta grandeza e de tantos recursos e facilidades, era sempre ansioso que ele vinha à Terra, e uma vez cá, ia-se a pouco e pouco habituando a esta modéstia, a esta pobreza, falando é certo no grande País do Norte, mas agarrando-se cada vez mais à ilha”⁴⁴.

José Nunes, apesar de ter emigrado na mesma altura de José Rosara, rumou ao Brasil e acabou por ter um percurso de vida muito diferente. Desde logo, fora recomendado pelo padrinho e palmilhara o verdadeiro sonho americano, conseguindo granjear enorme fortuna. No comércio fizera o percurso do *self made man*: de criado passou a balconista, de caixeiro chegou a sócio e tudo isto graças também à aposta na escolarização. Ao contrário de Rosara, era letrado, elegante, bem falante e enriquecera consideravelmente, o que lhe possibilitara um triunfal regresso às origens. Comprara, embelezara e recuperara a velha casa do morgado e passara a ser considerado entre a alta sociedade local.

44 DIAS, 1943: 36-38.

O José Nunes era realmente um homem rico, mesmo bastante rico, tinha feito fortuna no Brasil, para onde fora em rapaz, na ânsia que tem a gente moça das ilhas de embarcar, em procura dum melhor arranjo à sua vida, para ter uma velhice menos trabalhosa, num canto da sua Terra, que nunca lhe sai do coração.

Pois o José Nunes, naquela doença ilhêa, havia embarcado para o Brasil, fixara-se em Pernambuco, recomendado pelo padrinho, o patrão do pai, o senhor Josezinho Brasil, que lá tinha estado muitos anos, lá tinha enriquecido e ainda lá contava bons e valiosos amigos, a quem recomendou o afilhado.

E o José Nunes arranjou-se na vida comercial, na Casa dos senhores Soares e Costa, com armazém de secos e molhados; primeiramente como criado do estabelecimento, em virtude dos seus poucos recursos literários; depois pelas habilidades que foi mostrando, os patrões foram-no admitindo ao balcão, mandaram-no frequentar uma escola de noite (...), e o José Nunes passou a ser, daí a pouco tempo, caixeiro da grande Casa comercial dos amigos do padrinho (...). E mais tarde passaram-no a sócio”⁴⁵.

O brasileiro, porém, partilhava com Rosara pelo menos duas particularidades: também se sentira “estrangeiro” na sua terra natal e, embora sem o problema da diferença linguística, carregava o sotaque brasileiro que conferia um cariz peculiar ao seu falar:

“No regresso à terra “(...) a cousa a princípio desnor-teou-o. Os muitos anos no Brasil, sem nunca ter vindo à Ilha, tinham dado à sua Terra uma outra sociedade que ele desconhecia totalmente, muitos dos seus amigos haviam já morrido, no geral tratava agora com os filhos deles, e confundia os filhos com os pais e os pais com os avós; e muitas vezes dizia (...):

— Eu não sei si falo com o filho, si falo com o pai!”.

“E o José Nunes, mais pelo dinheiro, já se deixa ver, que pelas outras razões, começou a andar no galarim, a ter opinião, a ser pessoa de importância, de valor”⁴⁶.

45 DIAS, 1943: 78-79.

46 DIAS, 1943: 81-83.

Os encontros entre os dois emigrantes são dignos de uma leitura atenta. A abordagem satírica não esbate a real diferença entre as boas maneiras do brasileiro letrado e comedido e a rusticidade, desconfiada, do luso-americano pouco ilustrado. Os desacertos e desencontros linguísticos emergem com enorme mestria e humor, dificultando a comunicação entre dois conterrâneos profundamente marcados e divididos pelas respectivas experiências da emigração. Ademais, através das duas personagens, revelam-se ainda as diferenças entre as comunidades de acolhimento: o Brasil, de influência portuguesa e, portanto, mais europeizado, mas estagnado e passadista; os EUA, de matriz anglo-saxónica, como verdadeira terra de futuro pelo modernismo do seu incremento económico e tecnológico. Atentemos na seguinte passagem em que José Rosara, corroído pelo despeito face à prosperidade e bem estar do seu interlocutor, dá-se ares de importante e fala, por entre inumeráveis calinadas, dos americanos e da América como quem já “domina” aquela realidade:

“— O amarecano, hoje im dia, é um home muito malino, (...), é muito desconfiado, e para não lo inganarim, dizendo que vão para lá para passear quando é para se meterim lá dentro, fez aquela lei assim, de propóseto! (...) Mas a língua amarcana aprende-se num zapes! Ei fu assim! (...) Olhim facês, aqui nesta Terra, boi, é o macho da vaca, lá não senhor, boi lá é o macho mas da guerle, das aquelas, das raparigas! (...) Lá as palavras não se dizim até ao fim, não senhor, lá as palavras dizim-se só as meitades!

E explicou:

– Lá não se diz Francisco, comaqui, lá é Franc (...), e Frederico é Fred, e todas as machinas são mexins (...). E olhando para o José Nunes que estava de boca aberta, desconfiado do que ele dizia, affiançou-lhe:

– Pensas que lá te vão chamar senhor José Nunes? (...). Lá vão-te chamar Mr. Nú, como a mim me chamim Mr. Jó e ao deitor Machado chamim lhe lá doctar Match!”⁴⁷.

47 DIAS, 1943: 162-165.

Rosara continua a debitar tantas grandezas sobre a América que José Nunes acaba por ficar com vontade de lá ir, para conhecer aquela terra. E confessou: a vida no Brasil não era nada assim. Lá não havia pressas e tudo se fazia “numa grande passoaria”. No entanto, não admitia, de todo, que José Rosara menosprezasse o seu Brasil, a “que ele chamava a sua segunda Pátria”, com enorme reconhecimento.

A questão linguística associada ao fenómeno da emigração também mereceu a atenção do escritor micalense Cristovão de Aguiar. Natural do Pico da Pedra, freguesia da ilha de S. Miguel, é um dos mais importantes autores da literatura açoriana e portuguesa contemporâneas. É docente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e tem vários romances premiados. Entre os seus escritos, de cariz não literário, conta-se *Alguns dados sobre a emigração açoriana*⁴⁸ e *Emigração e outros temas ilhéus: miscelânea*⁴⁹, onde aborda esta constante da vida insular.

Na publicação de 1976, ao remontar à epopeia dos descobrimentos marítimos, o autor começa a sua narrativa com esta frase lapidar: *Portugal é um país que se tem derramado pelo mundo*. Nada mais certo quando pensamos na longa gesta emigratória que os portugueses perfizeram desde o século XV ao século XX. Depois, Cristóvão de Aguiar levanta a pertinente questão: *O açoriano emigrante em devir?...* É o próprio que lhe dá resposta. Desde os primeiros colonos ou imigrantes que se fixaram nas ilhas (em especial no Grupo Oriental), sucederam-se séculos de *vai-vem* de gentes até que as dificuldades e os cataclismos naturais motivaram os primeiros contingentes de “emigração maciça” para terras de Vera Cruz...

“Os Açores são a região de Portugal que mais tem contribuído, proporcionalmente, para o fenómeno emigratório português — cerca de um quarto da emigração total. Esse derrame exagerado numa terra pequena tem a sua explicação, pois ninguém emigra por gosto, pelo menos aqueles que enfrentam os embates do desconhecido pela primeira vez. Na raiz da atitude de emigrar há uma causa económica, embora se não devam subestimar as psicológicas e familiares e muitas vezes políticas. (...).

48 AGUIAR, 1991.

49 AGUIAR, 1976.

A mais antiga notícia que nos fala da saída de alguns casais para o Brasil é-nos fornecida por Gaspar Frutuoso, primeiro historiador micaelense (1522-1591), (...). Escreve o cronista a dado passo que ‘...no ano de mil quinhentos e setenta e nove, sendo de muita esterilidade, (...) ficaram os moradores da ilha tão atribulados e pobres, (...) vendo ele [Diogo Fernandes Faleiro] alguns parentes seis em semelhante aflição, os persuadiu (...) se fossem para o Brasil, (...), provendo-os de todo o necessário para sua embarcação”⁵⁰.

Se a importância socioeconómica do Brasil é indissociável da História dos Açores, graças ao acolhimento de muitos dos emigrantes ilhéus, curiosamente as influências linguísticas ter-se-ão também exercido em sentido contrário. Recorrendo a Luís da Silva Ribeiro e a Manuel de Paiva Boléo, ambos estudiosos da gesta emigratória açoriana, Cristovão de Aguiar salienta o fenómeno da linguagem, que lhe é tão caro, tentando demonstrar como alguns vocábulos açorianos terão penetrado no linguajar brasileiro:

“Ao contrário do que muito tempo se pensou, não foi a língua brasileira que exerceu influência sobre alguns sons da língua portuguesa, dando origem ao que vulgarmente se chama ‘brasileirismos’. Foi o português falado nos Açores que exerceu influência, sobretudo nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul onde a presença açoriana foi um facto entre 1617 e 1807, sobre o português do Brasil. Assim, a palavra ‘sinhá’ (senhora) talvez tivesse origem em ‘senhara’, ainda hoje ouvida em várias localidades da ilha de S. Miguel, (...). A troca do ‘lh’ por ‘i’ como em ‘muié’ (mulher), ‘óia’ (olha), ‘fôia’ (folha), ‘mio’ (milho), (...), muito vulgar na língua brasileira de certas regiões (...) foi também influência exercida pelos emigrantes providos dos Açores (...). O t que os brasileiros pronunciam th, como em quinta, é também vulgar em certas regiões micaelenses: (...).

É muito natural que o emprego do gerúndio: estou comendo, estou fazendo, estou trabalhando, etc., tão comum na língua brasileira, fosse também influência dos açorianos radicados no Brasil. De facto, ainda hoje, a conjugação perifrástica no gerúndio é vulgaríssima nos Açores, (...).

50 AGUIAR, 1976: 12.

A influência linguística reflecte de maneira acentuada um longo e profundo contacto entre dois povos. Foi o que aconteceu no caso específico do povo açoriano e brasileiro. (...). Em abono do que se acaba de afirmar, está o facto de que o emigrante açoriano, uma vez embarcado, muito raramente regressa, excluindo-se, portanto, a hipótese de uma influência de retornados luso-brasileiros sobre o português insular”⁵¹.

Assim, até nas influências linguísticas se notam as consequências da emigração, isto é, do encontro de culturas e de gentes, das trocas entre os que estão e os que chegam e os que ficam e os que partem.

CONCLUSÃO

As obras literárias, com especial relevo os romances realistas e históricos, bem como as crónicas sociais dos séculos XIX e XX, podem e devem constituir fontes importantes para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil (e não só), salvaguardado o distanciamento face ao conteúdo ficcional e aos rasgos criativos. Das descrições às personagens, múltiplos são os testemunhos e os registos associados ao fenómeno da diáspora, nas suas múltiplas vertentes ou faces, e enquanto realidade que os escritores viverem, conheceram e observaram de perto.

Em Portugal continental e insular, no âmbito da literatura portuguesa e “açoriana”, existe uma grande variedade de autores e literatos que, não obstante percursos de vida diferentes e “visões do mundo” distintas, nos legaram inúmeras obras (romances, contos, ensaios, relatórios), que configuram um contributo incontornável para a tarefa interpretativa dos historiadores. Aqui deixamos hoje alguns exemplos...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

AGUIAR, Cristóvão de, 1991 – “Alguns dados sobre a emigração nas ilhas, principalmente em São Miguel e Santa Maria”, in *Emigração e outros temas Ilhéus: miscelânea*. Ponta Delgada: Eurosigno.

51 AGUIAR, 1976: 16.

AGUIAR, Cristovão de, 1976 – “Alguns dados sobre emigração açoriana”, in *Separata de Vértice*. Coimbra.

BRANCO, Camilo Castelo, s/d.,a) – *A Brasileira de Prazins. Cenas do Minho*, 4.^a edição. Porto: Livraria Chardron de Lélo & irmão.

BRANCO, Camilo Castelo, s/d.,b) – *Eusébio Macário*, 5.^a edição. Porto: Livraria Chardron de Lélo & irmão.

BRANCO, Camilo Castelo, 1916 – *Os Brilhantes do Brasileiro*, 5.^a edição. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

CASTRO, Ferreira de, 1928 – *Emigrantes*, 10.^a edição. Lisboa: Livraria Editora Guimarães.

CASTRO, Ferreira de, 1934 – *A Selva*, 4.^a edição. Lisboa: Livraria Editora Guimarães (ed. original: 1930).

DIAS, Urbano de Mendonça, 1944 – *A Vida de Nossos Avós*, 2.^o vol. Vila Franca do Campo: Tip. A Crença.

DIAS, Urbano de Mendonça, 1943 – “*O Mr. Jó*”. *Estudo sobre os emigrados dos Açores*. Vila Franca do Campo: Tipografia A Crença.

MARTINS, Oliveira, 1994 – *Fomento Rural e Emigração*, 3.^a edição. Lisboa: Guimarães Editores (ed. original: 1885).

QUEIRÓS, Eça de, 1979 – *A Emigração como Força Civilizadora* (Pref. de Raul Rego). Lisboa: Perspectivas & Realidades (relatório original: 1874).

TERRA, Florêncio, 1981 – *Contos e Narrativas*, 1.^o vol., 2.^a edição. New Badford: Promotora Portuguesa (ed. original: 1942).

TERRA, Florêncio, 1987 – *Água de Verão. Contos e Narrativas*, 2.^o vol. Ponta Delgada: Signo (ed. original: 1942).

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Luís, “Florêncio José Terra”, in *Enciclopédia Açoriana*. URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10369>.

CARVALHAL, Tânia Franco, 2000 – “Eça de Queirós e o Brasil. Leituras da crítica brasileira”. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 9-10, Abril-Set.

COSME, Leonel, 2000 – “Eça de Queirós e o Brasil”, in *Página da Educação*, n.º 94, URL: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=94&doc=8188&mid=2> [consultado a 2 de Julho de 2012].

FILHO, Ricardo Moreira Figueiredo, 2010 – “Análises histórico-sociais dos torna-viagens a partir da literatura portuguesa oitocentista”, in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, n.º 15, vol. 11.

FONTES, Carlos, s/d. – “A Emigração na Literatura Portuguesa”, URL: <http://imigrantes.no.sapo.pt/page6.Pinto.html> [consultado a 2 de julho de 2012].

GRANJA, Rosemary da Silva, 2009 – *Brasileiros e Portugueses: todos fora do lugar – a imagem do brasileiro torna viagem na ficção camiliana*. S. Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de S. Paulo, URL: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-01022010-173537/pt-br.php> [consultado a 2 de Julho de 2012].

MAGALHÃES, José Calvet de, 2000 – “Eça de Queirós, cônsul e escritor”. *Revista Camões*, n.º 9/10, URL: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/doc_details.html?aut=1421 [consultado a 2 de Julho de 2012].

MACHADO, Igor José de Reno, 2005 – “O Brasileiro de torna-viagens” e o lugar do Brasil em Portugal”, in *Estudos-Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 35, URL: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2236> [consultado a 2 de julho de 2012].

MACHADO, Margarida Vaz do Rego, “Urbano Mendonça Dias”, in *Enciclopédia Açoriana*. URL: <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=10369>.

MENDES, José Amado, 1988 – “A Emigração Portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa”, conferência efectuada na Universidade de Coimbra. URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12789/1/José%20M.Amado%20Mendes%2024.pdf> [consultado a 2 de julho de 2012].

MONTEIRO, Miguel, 1996 – “Emigrantes e ‘Brasileiros’ – Contextos e perspectivas”, in *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926) – territórios, itinerários e trajectórias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho.

SARAIVA, António José, LOPES, Óscar, 1996 – *História da Literatura Portuguesa*, 17.ª ed. Porto: Edições Alberto de Oliveira LDA..

SERRÃO, Joel, 1976 – *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa. Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

FRANCISCO GOMES DE AMORIM E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS LITERÁRIAS DA CABANAGEM

LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO

INTRODUÇÃO

Múltiplas contradições, de ordem social econômica e política agudizadas após a crise do império português e o rompimento do Brasil em 1822, ganharam forte expressão no interior da Província do Grão Pará¹ gerando, uma década depois, aquele que foi o mais importante e impactante movimento social da história da Amazônia (a Cabanagem), evento sobre o qual vêm se debruçando cada vez mais um conjunto de historiadores de dentro e de fora da região².

Todavia, o impacto das tensões presentes na Cabanagem e as dimensões grandiosas da própria rebelião, perduraram no Pará até o fim do século XIX, e seus ecos reverberaram não apenas na historiografia, mas também por diversos registros que nos chegaram do passado.

Um registro importante de tais dilemas e contradições emergiu na variada gama de relatos de viajantes que estiveram na Amazônia ao longo do século XIX, tornando comum entre os historiadores o recurso à obra de naturalistas estrangeiros, em geral valorizados como homens de ciência, e, portanto, observadores atentos e perspicazes da conflitiva realidade amazônica que procuraram descrever.

Já as obras literárias e, em especial, o romance histórico – gênero que se consagrou no século XIX³ – mantiveram-se por muito mais tempo afastadas da abordagem historiográfica, seja por sua natureza ficcional conflitar as noções mais restritas de documento adotadas pelos historiadores do passado, seja

1 REIS, 1986: 187-204.

2 PINHEIRO, 2001.

3 FERREIRA, 2009: 75.

igualmente por conflitar com as expectativas de objetividade e cientificidade que aqueles historiadores assumiam em seu tempo.

Como enfatiza Durval Muniz de Albuquerque a postura historiográfica mostrava-se também refratária à literatura por ancorar-se no argumento de que “ao historiador caberia a abordagem dos fatos e só aos escritores seria permitida a ficção, entendida como invenção dos eventos que narra. A História teria como compromisso a procura da verdade, a literatura poderia ser fruto da pura imaginação”⁴, o que tornava a narrativa literária imprestável à elucidação objetiva dos eventos passados⁵.

As mutações recentes da disciplina História aproximaram significativamente os dois campos, permitindo – para além do uso mais franco da literatura como fonte histórica – o diálogo e a interação. Como argumenta Roger Chartier “os historiadores sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado”. Essa é a razão pelo qual o autor lembra que “as obras de ficção também conferem presença ao passado” e por vezes o fazem, ainda segundo Chartier, de forma “mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história”⁶.

No romance histórico o uso de contextos, personagens e situações concretas é amplamente valorizado. Antonio Celso Ferreira argumenta que, nessas obras:

“Os enredos dessas obras, ora mais fantasiosos ora mais realistas, obedeciam a um modelo comum no qual a história, tratada com certa fidelidade aos acontecimentos e personagens reais, bem como colorida com alguma glória, era o pano de fundo para a ação dos personagens ficcionais”⁷.

É o que pensa também Chartier, ao nos lembrar da “força das representações do passado propostas pela literatura”. Para ele:

4 ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 44.

5 “O historiador busca recriar o que teria se passado um dia, e o escritor de literatura cria um enredo que poderia ter ocorrido. Nesse sentido, ambas as representações são plausíveis e tratam de convencer o leitor e transportá-lo a um outro tempo, mas só o historiador empenha-se em demonstrar que a sua versão não apenas “poderia ter sido”, mas “efetivamente foi”. Ver PESAVENTO, 1999: 13.

6 CHARTIER, 2009: 21.

7 FERREIRA, 2009: 75-76.

“O teatro, no século XVI e XVII, e o romance, no século XIX se apoderam do passado, deslocando para o registro da ficção literária fatos e personagens históricos, e colocando no cenário ou na página situações que foram ou que são apresentadas como tal”⁸.

Saindo do campo dos teóricos, convém dizer que este é igualmente o pensamento de pelo menos um dos dois escritores que aqui vou discutir: o português Francisco Gomes de Amorim, que não reconhece barreiras ou fronteiras a impedir o diálogo contínuo entre História e Literatura. Talvez por isso e sem jamais se afastar de sua identidade de literato, tenha perseguindo por décadas o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Com efeito, Amorim vê e produz sua obra literária, não apenas como “documentos para a posteridade” (os termos são dele!)⁹, como também a vê intimamente ancorada no mundo real que lhe serve de referente ao universo ficcional. Assim, quando acusado de exagero na trama de *Ódio de Raça*, diz ele: “não houve encarecimento na pintura; copiei do natural”¹⁰. Amorim chega, na verdade, a radicalizar essa posição, quase que negando possibilidades a autonomia na sua construção literária: “Não exagerei coisa nenhuma, não deprimi, nem lisonjeei; fiz a história e não a sátira dos costumes”¹¹.

Essa é, portanto, a matéria que dá corpo as contribuições literárias de Emile Carrey e Francisco Gomes de Amorim, dois escritores a quem gostaria de me reportar neste artigo, em especial por se terem constituído nos primeiros escritores a fazer escoar o tema da Cabanagem da história para a literatura, ficcionalizando, portanto o movimento. Ambos produziram um volume significativo de obras, mas é sobre três delas que me vou deter, seja pelo caráter pioneiro que elas encerram, seja pela coincidência temporal de suas produções e publicações, capazes de suscitar a hipótese de um “diálogo surdo” entre ambos, como adiante se verá. Do português Francisco Gomes de Amorim selecionei o já citado *Ódio de Raça*; enquanto do francês Emile Carrey, selecionei *Os Mulatos de Marajó*¹² e *Os Revoltosos do Pará*¹³.

8 CHARTIER, 2009: 25.

9 RIBEIRO; OLIVEIRA, 2000: XX.

10 GOMES DE AMORIM, 1869:18.

11 GOMES DE AMORIM, 1869: 15.

12 CARREY, 1862a.

13 CARREY, 1862b.

ABORDAGENS LITERÁRIAS DA CABANAGEM

Francisco Gomes de Amorim é bem mais conhecido do público brasileiro, em especial pelo sucesso de *O Selvagem*, livro que escreveu em 1875 e que, ao lado de *O Cedro Vermelho*, escrito um ano antes (1874), retomou o tema da Cabanagem por ele já explorado em *Ódio de Raça*, peça teatral que estreou em Lisboa no dia 21 de outubro de 1854, com sistemáticas reapresentações, até sua impressão em livro em 1869.

O livro que se fez editar em 1869 – oriundo de peça teatral homônima – é bastante instigante, em especial porque, dirigido ao público português, vem acrescido de um conjunto de “notas e esclarecimentos” que buscam explicar, comentar e analisar referências e passagens da peça teatral. Na verdade, a parte relativa às notas e esclarecimentos acaba por ocupar mais de metade do livro, configurando-se, a meu juízo, em trabalho que, afastando-se do gênero ficcional, passa a se reportar a personagens, grupos étnicos e sociais, eventos e contextos históricos concretos, que o autor buscou discutir e descrever com a minúcia própria do observador/participante.

Embora nascido na Póvoa do Varzim, em Portugal, no ano de 1827, Gomes de Amorim incorporou dez anos de uma vivência amazônica que o marcará, tanto quanto à sua obra literária, pelo resto da vida. Passando por grandes dificuldades econômicas, Gomes de Amorim aporta em Belém em 1837 para só retornar a Portugal em 1846. Os anos passados na Amazônia foram, em boa medida, de penúria e sofrimento, trabalhando como empregado e caixeiro de comerciantes portugueses no Pará. O autor jamais esquecerá seus patrões portugueses que, para ele, foram dois “patifes”, que o “tomaram para caixeiro fora da proteção das leis e das autoridades”, tornando-se “por violência [diz ele], árbitro dos meus destinos”, obrigando-o a trabalhar como carpinteiro e como remador¹⁴. Com o mais tirânico destes patrões, Amorim passou quatro anos subindo o Amazonas, envolvido no comércio das drogas do sertão, chegando, inclusive, a cortar seringas durante seis meses. Tudo isso lhe produzia a sensação de um escravo branco de seus patrícios.

Esses dados são relevantes porque como afirma Costa Carvalho, um importante estudioso do escritor português, sua obra é “caracteristicamente

¹⁴ GOMES DE AMORIM, 1869: 314-315.

autobiográfica”¹⁵. Assim, é possível ver no Caixeiro Manoel, uma das personagens de *Ódio de Raça*, o próprio Gomes de Amorim, às voltas com seu passado.

Em passagem esclarecedora, Manoel se recobre de lamúrias: “Oh! Minha pátria, meu querido Portugal, cuidei [pensei] que te deixava para vir a um país de irmãos, e recebem-me como inimigo!”¹⁶; e Roberto, seu patrão, comerciante e senhor de engenho, retruca: “Sei que tenho às vezes mau gênio, mas não cometo as barbaridades que certos portugueses praticam com os caixeiros”¹⁷.

A vivência de Gomes de Amorim no Pará é marcada pelo contexto de feroz repressão ao movimento Cabano, ainda não de todo sufocado na Província. O próprio autor, em mais de uma ocasião, lembrará ter sido alvo das escaramuças de um dos derradeiros grupos rebeldes ainda atuantes nas proximidades do Xingu¹⁸. Relatará também o encontro casual com dois importantes personagens do movimento: Soares d’Andréa, o repressor da Cabanagem¹⁹ e Diamante, um líder negro que em Icuipiranga, à frente de 500 homens, desafiaria a autoridade do também rebelde Eduardo Angelim (terceiro governador Cabano)²⁰.

A trama de *Ódio de Raça* é tecida com o intuito de denunciar as mazelas da escravidão e alertar para as consequências morais e sociais derivadas da hierarquização violenta e desumana ante o escravo, agravando o quadro de degeneração social. Digo agravando, porque em Gomes de Amorim, como em diversos outros autores do XIX, o “verniz civilizatório” passa centralmente pelo critério racial. Amorim valoriza da ideia de pureza de raça como associada à boa índole e correção de caráter, enquanto, inversamente, a ausência dessa pureza seria um indicador da degradação e degeneração.

Os exemplos se sucedem nas páginas de *Ódio de Raça*. De um lado estão personagens como Manuel, o caixeiro português; Roberto, o fazendeiro brasileiro, mas igualmente branco como Manuel, e José (ou Pai Cazuzza), um preto cabinda, transformado pelo autor no personagem central da trama, sobre quem recai o reconhecimento e a valorização de múltiplas virtudes, como lealdade, coragem, honestidade e honradez. No espectro oposto, está Domingos, um mulato insubmisso, atormentado por uma plêiade de defeitos, como a preguiça, a inveja, a cobiça, a covardia e um desejo permanente e insaciável de vingança.

15 CARVALHO, 2000: 12.

16 GOMES DE AMORIM, 1869: 25-26.

17 GOMES DE AMORIM, 1869: 27.

18 CARVALHO, 2000: 126.

19 CARVALHO, 2000: 125-126;

20 PINHEIRO, 2011: 226-227.

Já no início da obra o mulato Domingos confronta o preto José, chamando-o de “parente”, e Gomes de Amorim tem aí um mote para externar seu pensamento, o que faz por meio da réplica de José. Diz o personagem:

“Parente? Um mulato? Não há disso na minha terra! Eu sou cabinda, de sangue puro e raça fina; os mulatos não têm raça”²¹.

Várias outras passagens sucedem, fazendo o orgulhoso José reafirmar suas virtudes: “Meu senhor, um preto cabinda não mata senão a seus inimigos, e não os mata por traição... Um cabinda como eu não pode viver depois de ter sido ferido pelo chicote... O cabinda sabe morrer como homem”.

Na outra ponta da narrativa, o mulato Domingos expõe o fardo pesado de sua impureza, enquanto, dirigindo-se a seu amo Roberto, minimiza como tópica a animosidade entre brasileiros e portugueses, irmanados que estavam pela origem racial comum:

“Dizes mal dos portugueses e consentes que um deles te faça queixas de mim!... Porque sou escravo; – Mas sou teu patrício. É verdade que tu és branco, e por isso te detesto tanto como aos portugueses. Tens o mesmo sangue; São teus irmãos, apesar da má vontade que finges ter-lhes; não é antipatia, é inveja. Eu é que não tenho irmãos em nenhum país. A minha raça é única, e por isso aborreço as outras todas. Eu sou a escória, o refugo dos homens, e sou escravo; mas ei de pagar-lhes em ódio e sangue tudo que lhes devo em desprezos”²².

O resultado desse caldeirão em que ferve o ódio racial é a degradação moral, a violência como único recurso de mediação possível e a revolta. Ambientada num engenho nos arredores de Belém, a trama de *Ódio de Raça*, demonstrará que a degradação moral associada e derivada de uma infame estrutura escravocrata fará de todas as personagens suas vítimas.

No vértice da pirâmide social está Roberto, o fazendeiro brasileiro rico e arrogante com seus empregados e com a escravaria, dentre os quais se acham alguns filhos que teve com diversas escravas suas. A paternidade (sequer discutida

²¹ GOMES DE AMORIM, 1869: 24; Ver comentários a respeito em: RIBEIRO; OLIVEIRA, 2000: XXII.

²² GOMES DE AMORIM, 1869: 32-33.

e muito menos assumida), não impedirá Roberto de castigar ou vender esses “filhos de suas escravas”, como argumentaria. Sua brandura só aparecerá no trato com Emília, a Senhora Moça, sua filha, a quem faz afagos e mimos e lhe atende os desejos mais caprichosos, como é para ele o alforriar algum de seus escravos.

Ainda com os pés fincados na Casa Grande, aparece a figura do jovem caixeiro português Manoel, que tem vínculos familiares, já que é sobrinho de Roberto e primo de Emília, por quem acalenta uma secreta paixão. Martha, uma tapuia que serve de mucama à Emília, é, por sua vulgaridade e alcoolismo, a personificação da degeneração do índio por meio do processo colonizador. O caixeiro e, em especial a mucama, fazem a ponte com a senzala e o universo da escravaria composta por planteis de pretos e mulatos, representados na trama, respetivamente por Pai Cazuzo e Domingos, ambos também a alimentar admiração por Senhora Moça. Pai Cazuzo, conformado em uma subserviência que lhe dá alguma regalia, sublimará seu amor platônico, do qual dará provas com a própria morte para salvar Emília das garras de Domingos, cujos recalques com sua condição social e com o desprezo que cotidianamente recebe de seus amos, só aumentará ao saber ser filho do fazendeiro e, portanto, irmão de Emília, seu ardente desejo.

Menos que interação e sociabilidades entre Casa Grande e Senzala – esse sonho impossível e improvável de Gilberto Freyre – o Pará de Gomes de Amorim é caldeirão de animosidades e violentas clivagens. Para analistas contemporâneos, a obra literária de Gomes de Amorim chega a ser mesmo a completa negação dessa “mitologia integracionista” de Freyre, que mais se assemelharia a uma *falocracia* do que a uma democracia²³.

Sem descuidar das oposições tradicionais entre ricos e pobres, patrões e empregados, senhores e escravos, Amorim nos pinta um quadro bem mais complexo em que as animosidades e contradições sucedem e ocorrem em dimensões poucas vezes alcançadas por nossa linguagem classista. Em sua obra, índios, tapuias, negros e mulatos não se veem como iguais ou semelhantes, antes se rejeitam mutuamente, mesmo partilhando a crueza de um sistema comum que os humilha, amesquinha e explora.

Em tempo Domingos lembrará a seu patrão – que posteriormente descobre ser também seu pai – que “o escravo pode tornar-se senhor e fazer arrepende os que o humilham”²⁴.

²³ RIBEIRO; OLIVEIRA, 2000: XXIII.

²⁴ GOMES DE AMORIM, 1869: 130.

Para o estudioso da cabanagem, o valor das obras de Gomes de Amorim está mais na descrição dos papéis sociais e do conflito social latente no cotidiano das vivências das populações amazônicas da época, do que propriamente nas suas análises do movimento, já que estas mostram-se profundamente marcadas pelas abordagens depreciativas e desabonadoras da participação popular. Amorim não se furtará, por exemplo, a esclarecer seus leitores que “cabanos era o nome que se dava à horda de assassinos que invadiram o Pará em 1835”²⁵.

A riqueza de detalhes do cenário da revolta parece contrastar com a pequenez do papel atribuído aos personagens na cena. O fato é que o discurso de Francisco Gomes de Amorim não é linear, antes se mostra ambivalente, como sustentam Maria Aparecida Ribeiro e Fernando Matos Oliveira, dois de seus mais importantes comentadores. Tal ambivalência significaria que “o autor pode afirmar e negar o amor entre raças; defender e ironizar o nativo; pregar a liberdade e ser cúmplice da dominação”²⁶.

Com efeito, depois de denunciar a truculência das relações do patronato com seus empregados e da desumana e cínica convivência com a escravidão, apontada como uma chaga a macular a história das nações europeias, a cabanagem é apresentada por Gomes de Amorim como sanguinária, como matança generalizada. O autor não a vê nem como o resultado de motivações religiosas, nem a partir de fatores de natureza política. Para ele:

“O sentimento do crime, a paixão do roubo e do sangue, o ódio aos portugueses, e a falta de educação e conhecimentos convenientes para acatar as leis sociais, impeliram um bando de miseráveis a armarem-se contra estas a fim de romper o dique posto pela civilização a seus instintos ferozes e selvagens”²⁷.

A partir daí suas explicações derivam para a culpabilização exclusiva do populacho, movido por sua índole má.

“Negociantes, empregados, operários, homens de todas as classes, mulheres, crianças – todos os que não pertenciam a horda infame dos canibais, eram mortos a tiro, às coronhadas e cacetadas à

25 GOMES DE AMORIM, 1869: 290.

26 RIBEIRO; OLIVEIRA, 2000: XXI.

27 GOMES DE AMORIM, 1869: 291.

faca, a machado, por todos os modos que sugeria a imaginação sanguinária dos matadores”²⁸.

Tal postura se explica, em boa medida, pelo lugar social que o autor assumiu durante sua permanência na Amazônia. Essa é também a avaliação que fazem Maria Aparecida Ribeiro e Fernando Matos Oliveira, para quem “a maior parte das ideias do escritor sobre a cabanagem deve ter vindo por informação das pessoas com quem conviveu – fazendeiros, caixeiros, escravos – e que temiam os cabanos”²⁹.

Ao contrário de Gomes de Amorim, Emile Carrey é um escritor francês ainda pouco conhecido e estudado no Brasil, mas cuja volumosa obra joga luzes significativas ao contexto paraense do século XIX, em especial ao período marcado pela cabanagem, movimento que ele explora em vívidas cores naquela que parece ser a primeira tentativa de ficcionalização do movimento cabano³⁰, já que a edição de suas obras antecede em alguns anos o teatro de Gomes de Amorim.

É tentador buscar uma relação entre os dois autores, buscando ver a publicação de *Ódio de Raça*, de Gomes de Amorim, e em especial suas alentadas “notas e esclarecimentos”, como uma espécie de resposta as imprecisões perpetradas por Emile Carrey contra Portugal e o Brasil e mesmo contra as posturas inversas do tradutor Silva Vieira, quase sempre tendentes à suavização e harmonização das relações entre portugueses e brasileiros. É fato que Gomes de Amorim, sempre metucioso em suas referências, não menciona o escritor francês ou suas obras, mas a possibilidade de que as tenha lido não é, todavia, descabida, e, como se verá, os livros de Carrey foram publicados em Portugal quando o autor de *Ódio de Raça* já se encontrava em sua terra natal. As primeiras palavras de F. F. da Silva Vieira, o tradutor e anotador da obra de Carrey em Portugal, já deixam perceber o mal-estar das posições do escritor francês:

“Emilio Carrey é, sem contradição, um escriptor de muito talento, fino observador, fiel, na descrição dos lugares que percorreu nas suas viagens, mas, a nosso ver, pouco consciencioso na apreciação dos filhos de um paiz, tão estreitamente ligado com Portugal, onde residem muitos milhares de portuguezes, e cujos costumes, usos, e modo de proceder, nos são particularmente conhecidos”³¹.

28 GOMES DE AMORIM, 1869: 292.

29 RIBEIRO; OLIVEIRA, 2000: XVIII.

30 HARDMANN, 2009: 58.

31 CARREY, 1862a: 5.

Ainda há pouca informação sobre Emile Carrey e as condições efetivas em que produziu suas obras. F. F. da Silva Vieira, o tradutor e anotador da obra de Carrey em Portugal, contribuiu, inclusive, para jogar dúvidas sobre a própria presença de Carrey no Pará, quando menciona que o autor, tentando desviar de si a responsabilidade pelos juízos depreciativos para com portugueses e brasileiros que pululam em sua obra, teria argumentado que ela não era fruto de sua observação direta, “mas sim escripta sob as indicações d’um manuscrito, que lhe fôra dado por um seu compatriota a quem encontrara vivendo vida solitária nas visinhanças de Marajó”³².

Contudo, as pesquisas mais recentes têm ajudado a elucidar um pouco mais a questão. Sabemos, por exemplo, que Emile Carrey foi advogado e que atuou ativamente na burocracia estatal francesa durante a Segunda República, antes de se envolver em missões diplomáticas que o lançaram a diversas viagens pela América do Sul, incluindo-se aí, sua passagem por Belém, em companhia de um irmão. Em seu retorno à terra natal, Carrey dedicou-se ao mundo das letras e à política, tornando-se deputado no parlamento francês já durante a Terceira República³³.

Sua obra sobre a Amazônia se espraia em quatro volumes, que faz publicar entre os anos de 1856 e 1872. De acordo com Remy Lucas, professor da Universidade de La Rochelle, o primeiro destes volumes, *Huit Jours Sous L’Equateur* (1856) destoa dos demais por ser menos romanceado e mais próximo às tradicionais descrições de viagens que, com grande didatismo, produzem uma apresentação geral da região, repleta de comentários acerca do meio físico, político e social³⁴.

Suas três obras seguintes enquadram-se mais pontualmente no gênero romanesco, trazendo como personagem central Henri Monford, um francês que Carrey teria conhecido em viagem que fizera do Pará a Caiena. Duas dessas obras, *Os Mulatos de Marajó* e os *Revoltosos do Pará*, foram traduzidas para o português por Silva Vieira e publicadas em 1862 pela Tipografia do Futuro, em Lisboa, sendo esta, até hoje, a única edição que as obras receberam em língua portuguesa.

Há indicativos de que os livros foram acolhidos com entusiasmo pelo público francês e antes mesmo do lançamento da edição portuguesa, haviam recebido uma segunda edição francesa. Lucas sugere que os romances de Carrey foram importantes no processo de fixar o exotismo amazônico no imaginário da população francesa, influenciando, inclusive, a idealização de *A Jangada*, como o próprio Júlio Verne externaria posteriormente³⁵.

32 CARREY, 1862a: 40.

33 Apresentação de Muniz Sodré no Portal Digital “A França no Brasil”.

34 LUCAS, 2011: 46.

35 LUCAS, 2011: 45.

Nada mais antagônico à acolhida da obra de Carrey na França do que a recepção que seus livros receberam em Portugal e no Brasil. Crítico ferino das instituições políticas vigentes no Brasil e portador de uma visão extremamente preconceituosa sobre o conjunto da sociedade brasileira, Carrey atraiu raivosa reação por parte de expoentes da nossa historiografia, que o execraram como “novelista sem nenhum fulgor intelectual”³⁶. Sintetizando tal animosidade, Basílio de Magalhães, um importante historiador brasileiro, esbravejou:

“Além da mancheia de insultos e ridículos, vomitados sobre a nossa pátria por esses grosseiros romances, tudo o mais que deles consta é de todo imprestável a quaisquer respigas de dilucidação histórica”³⁷.

Tendo feito da ação portuguesa no Pará um dos alvos prediletos de sua narrativa, era de esperar que Carrey fosse recepcionado com alguma oposição e esta, de fato, se fez de imediato, entranhando-se incisivamente no próprio texto da edição portuguesa, a partir de uma sequencia de notas em que o tradutor Silva Vieira rebatia, por vezes com profunda ironia e sem polidez, as frequentes passagens em que Portugal e os portugueses eram estigmatizados pelo autor. Dessa forma, a obra de Carrey apresentada aos leitores da língua portuguesa metamorfoseia-se, num diálogo improvável e inusitado em que autor e tradutor findam plasmados, como que construindo uma nova narrativa. Penso que em poucos casos na história, a máxima “tradutor/traidor” fez tanto sentido.

Com efeito, Carrey vê Portugal como uma nação decadente e de futuro incerto, identificando tal situação como o resultado da corrupção e descaso de seus administradores coloniais e da ação escorchante e predatória adotada ante a população da colônia que, cansada, revida com o movimento emancipacionista, retirando de Portugal os meios de subsistir como nação de primeiro plano. Indignado, Silva Vieira intervém na narrativa acusando o autor de má-fé contra os portugueses:

“Não é provável que o autor ignorasse tão completamente a nossa história, que não tivesse algum conhecimento das riquezas que ainda então possuíamos, e dos meios de que ainda dispunhamos. Na época a que se refere, estava ainda quasi todo de pé o exercito, a que os francezes tiveram de ceder o passo”³⁸.

³⁶ MAGALHÃES, 1936: 303.

³⁷ MAGALHÃES, 1936: 303.

³⁸ CARREY, 1862a: 138.

Truculência, corrupção e descaso com a coisa pública são as posturas que, na interpretação de Carrey, constituem a principal herança portuguesa ao Brasil independente e é exatamente por isso que a quase totalidade de personagens luso-brasileiros aparece em seus romances associada a essas características negativas. Tais personagens perfaziam a burocracia estatal, indo de alto a baixo, do Presidente da Província ao fiscal da alfândega; ou eram comerciantes ou fazendeiros igualmente inescrupulosos.

Aos personagens brasileiros, Carrey agrega o peso do estigma da cor, identificando nisso critério suficiente para definir sua ausência de caráter e índole maléfica e turbulenta. Assim é Jonathan, um mulato de Marajó, que parece personificar o coletivo que dá nome ao título à obra. Carrey o descreve em termos contundentes:

“Bandido sem escrupulos, carregado de crimes, capaz de tudo, sendo, além d’isso, extremamente estúpido, dotado de força herculea, e dedicado a seu amo, como um cão de filla, por isso que (seu amo) lhe dava ossos para roer”³⁹.

Na narrativa de Carrey, nem a fortuna era capaz de redimir o brasileiro, mortalmente condenado pela impureza do sangue. Assim ocorre a um dos personagens da trama, a quem o autor chama de um “branco-mulato de terceiro sangue, que era doutor”, ou ainda, mais simplesmente, de “mal-branqueado”⁴⁰. Diz Carrey,

“O Doutor, como muitos dos seus compatriotas, detestava os estrangeiros... escudando-se, sem cessar, num patriotismo mesquinho e estúpido. Tinha (...) as peores qualidades; era ávido, sensual, cruel por instinto e por inveja; ardente no mal como outros o são no bem”⁴¹.

Silva Vieira, que desde logo via nos livros de Emile Carrey o “*castigo do Brasil*”, mais uma vez sai em defesa dos habitantes da ex-colônia, argumentando ser o doutor “mal-branqueado” um tipo

39 CARREY, 1862a: 146.

40 CARREY, 1862a: 148.

41 CARREY, 1862a: 151.

“... em que o autor inoculou todos os vícios, todos os ridículos, e todos os crimes, que envergonham e desonram a humanidade. [E acrescenta:] Vê-se claramente... que o autor se deixou cegar por um ódio particular contra os brasileiros..., apresentando-os como solidários em muitas das más qualidades d’este doutor, e descrevendo cenas em que a inverosimilhança é palpável a cada momento”⁴².

Outro dado relevante está no fato de que nas narrativas de Carrey, os personagens luso-brasileiros estão, quase sempre, postos em relação à figura emblemática do francês Monford, cuja retidão de costumes, cordialidade, sabedoria e polidez, amplificam as distinções e a depreciação dos valores societários e culturais vigentes na colônia: Se o Doutor mal-branqueado espezinha seus escravos, fazendo-os mergulhar no mar, à exaustão, para reaver um arcabuz perdido; Monfort, irrompendo em meio a multidão escandalizada, intervêm na cena, cobre com seus recursos o valor do arcabuz, fazendo cessar, desta forma, o martírio dos negros; Se todavia, é o vigário do pequeno lugarejo que pretende vender uma de suas duas filhas, é novamente Monfort quem intervêm, comprando a jovem para a libertar em seguida.

Achegas à parte é preciso reconhecer que a obra literária de Emile Carrey e as representações sobre a sociedade do Grão-Pará que ela encerra nos permite repensar, enquanto historiadores, nossas próprias representações. O olhar de Carrey traz um diferencial nada desprezível, na medida em que aborda os eventos a partir de um plano argumentativo menos compromissado com as estruturas de poder vigente no Brasil e no Pará, o que nem de longe significa o reconhecimento de uma postura de neutralidade por parte do autor.

Carrey expressa ressentimentos com o fracasso francês na disputa de espaços coloniais na América do Sul e seu desprezo aos portugueses é igualmente compreensível no âmbito das contradições da política internacional metropolitana. Remy Lucas sustenta que o autor, como agente colonial que era, expressava o desejo da adoção de uma política colonial agressiva na bacia do Oiapoque, que Carrey chamada de “nosso território injustamente contestado”, enquanto lamentava que a França tivesse se esquecido de seu antigo domínio⁴³. De resto, ressentente-se das ações do colonialismo português durante a conquista de Caiena, fato que também aparece espelhado em sua obra literária.

42 CARREY, 1862a: 150.

43 LUCAS, 2011: 54.

No quebra-cabeça colonialista de Emile Carrey, os índios frequentemente emergem idealizados como bons selvagens, como uma “raça de homens hospitaleira e meiga, com rosto e voz de mulher, que parece existir só para dormir”⁴⁴. Inversamente, o autor denuncia os portugueses como conquistadores sanguinários, acobertados por um silêncio sem razão.

Já se disse que a imagem positiva dos portugueses no trato com os índios, em contradição com a legenda negra ostentada pelos espanhóis, derivava tão somente do fato de Portugal não ter tido um crítico ferino como Frei Bartolomeu de Las Casas⁴⁵. Pois bem: Carrey deseja ser o Las Casas de Portugal! Todos lembram, afirma ele, das “carnificinas dos Cortezes e dos Pizarros”, erguendo “na historia uma justa reprovação”, mas “ignoram-se as frias crueldades exercidas pelos portugueses, sobre os índios do baixo Amazonas, e das Guyannas”⁴⁶.

Em passagem de Ódio de Raça, Gomes de Amorim externou mais de uma vez seu desconforto com a recorrente visão depreciativa que muitos brasileiros manifestavam para com os portugueses, o que lhe parecia não apenas uma postura injusta, como também denotava ingratidão:

“Nas camadas inferiores é geral este juízo, acerca dos portugueses que vão regar com o seu suor o solo brasileiro; infelizmente alguns, ainda que poucos, tem dado lugar a que esta opinião se não dezareigue. Mas, assim como a imparcialidade e o amor da verdade me arranca esta confissão, devo também declarar que poucos são os filhos d’aquelle império que fazem inteira justiça ao carácter português. Se o Brazil tem sido para muitos dos nossos naturais uma fonte de riquezas, não pode occultar que deve a esses mesmos, que tão injustamente qualifica, a maior parte da sua prosperidade e comércio”⁴⁷.

A força do pensamento crítico de Emile Carrey e seu relativo afastamento frente a posição dos grupos oligárquicos paraenses, fazem de sua obra um terreno fértil para *insights* que a historiografia não deveria desprezar. Assim, com relação à Cabanagem, Carrey recusou-se a reduzir o movimento de rebelião unicamente

44 CARREY, 1862b: 319.

45 LAS CASAS, 1985.

46 CARREY, 1862b: 319.

47 GOMES DE AMORIM, 1869: 170-171.

à esfera das contradições políticas palacianas. Sem desconsiderá-las, conseguiu, pioneiramente, deslocar a ótica interpretativa para o campo mais adensado das contradições sociais vigentes no mundo amazônico⁴⁸.

Seus relatos chamam ainda a atenção pela arguta leitura que faz da sociedade paraense pós Independência, denunciando-a como hierarquizada, espoliativa e prenhe de mazelas e vícios. Suas avaliações sobre a dinâmica comercial do Pará, por exemplo, não descaram de localizar, para além do comércio regular, o contrabando, que apresenta como disseminado em toda a Província e favorecido pela franca colaboração de autoridades corruptas.

Deslocando frequentemente o olhar da política e da economia, Carrey mergulha constantemente na estrutura social paraense e suas observações alcançam dimensões e temas que tanto atraem hoje a atenção dos historiadores. É o caso, por exemplo, das diversas observações que faz sobre a vivência feminina, em geral confrontada com valores e práticas que articulavam, à época, as relações de gênero no universo cosmopolita europeu. Carrey denuncia o arcaísmo das relações de gênero no Pará, expondo o lamento de uma senhora local diante de sua visitante francesa:

“Se a senhora soubesse como somos infelizes! Li num livro francês, que as senhoras francesas saem sós e recebem as suas amizadas como lhes agrada. Nós, nunca. Somos sempre acompanhadas por um ou dois escravos; e não podemos receber pessoa alguma senão na presença dos nossos maridos. [Estes] São de tal modo ciosos, que até nos proibem de chegarmos às janelas. Comemos sempre sós, à parte, com as nossas escravas⁴⁹”.

Tanto quanto a espoliação do índio, a escravização do negro suscitou em Carrey diversas observações, indo desde a denúncia da virulência dos castigos corporais à abordagem da resistência coletiva, como a descrição da montagem e do funcionamento dos mocambos paraenses. Ele é também pioneiro em mostrar o dinamismo econômico destes mocambos, apresentando-os como capazes de desenvolver estratégias e vínculos com a economia colonial. Assim, conta-nos em uma passagem de *Os Revoltosos do Pará*:

48 PINHEIRO, 2001, 46

49 CARREY, 1862b: 227.

“Os negros fugidos que formam estes asilos dão-se muito à agricultura; em épocas incertas, sempre de noite, descem alguns deles o rio, em cujas margens têm as suas habitações, vem secretamente à cidade e vendem seus gêneros aos lojistas, que lhes dão em paga, pólvora, chumbo, fazendas, cachaça, etc. Os portugueses exploram-nos tanto no que lhes compram como nos gêneros que lhes dão em troca. Os negros que tem a maior pressa de se retirarem aceitam tudo e voltam para o seu asilo”⁵⁰.

É exatamente pela sua qualidade de arguto observador da realidade Amazônica e pela força das críticas que suas obras encerram que consideramos descabido e despropositado o silêncio que ainda paira sobre sua obra.

Retomar sem preconceitos cientificistas as obras literárias de Gomes de Amorim e Emile Carrey é abrir a possibilidade para um diálogo profícuo e para ver a Amazônia por um prisma inusitado e inovador.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de, 2007 – *História: A Arte de Inventar o Passado. Ensaios de Teoria da História*. Bauru-SP: EDUSC.

CARREY, Emile, 1862a – *Os Mulatos de Marajó*. Lisboa: Typografia do Futuro.

CARREY, Emile, 1862b – *Os Revoltosos do Pará*. Lisboa: Typografia do Futuro.

CARVALHO, Costa, 2000 – *Aprendiz de Selvagem: O Brasil na vida e na obra de Francisco Gomes de Amorim*. Porto: Campo das Letras.

CHARTIER, Roger, 2009 – *A História ou a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica.

FERREIRA, Antonio Celso, 2009 – “Literatura: A Fonte Fecunda”, in PINSKY, Carla Besanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.), *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto.

GOMES DE AMORIM, Francisco, 1869 – *Ódio de Raça*. Lisboa: Typografia Universal.

HARDMANN, Francisco Foot, 2009 – *A Vingança da Hiléia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a Literatura Moderna*. São Paulo: Unesp.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de, 1984 – *O Paraíso Destruído: Brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre: L&PM.

⁵⁰ CARREY, 1862b: 231.

LUCAS, Remy, 2011 – L’emigration française dans la tétralogie romanesque d’Emile Carrey”, in VIDAL, Laurent; DE LUCA, Tania Regina (orgs.), *Les Français au Brésil: XIXe et XXe siècles*. Paris: Les Indes Savantes.

MAGALHÃES, Basílio de, 1936 – “A Cabanagem”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 171. Rio de Janeiro: IHGB.

PESAVENTO, Sandra, 1999 – *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, 2001 – *Visões da Cabanagem: Uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto, 2011 – “Cabanagem: Percursos Históricos e Historiográficos”, in DANTAS, Mônica Duarte (org), *Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda.

REIS, Arthur Cezar Ferreira, 1986 – “O Processo de Independência no Norte”, in MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva.

RIBEIRO, Maria Aparecida; OLIVEIRA, Fernando Matos (eds.), 2000 – *Teatro – Ódio de Raça e O Cedro Vermelho*. Lisboa: Angelus Novos.

SABORES DA EMIGRAÇÃO GALEGA: AS EMPANADAS

DOLORES RODRIGUEZ CORNER

INTRODUÇÃO

No diálogo estabelecido entre a História Cultural e as diversas áreas de estudos como a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e outras, a questão da alimentação pode ser mais facilmente compreensível como representação e como símbolo em se tratando de imigração. As festas são representações, momento em que afloram “esquemas intelectuais que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”¹.

Os imigrantes, enquanto pessoas fronteiriças e híbridas pela mescla de sua cultura com as culturas encontradas, com as quais se relacionam e interagem, possuem costumes também híbridos, também mesclados em relação aos seus costumes anteriores. Existindo este fator da inconclusividade por estar sempre em transformação, sempre sendo negociada no caso de imigração, ela terá características híbridas, ou seja, dos hábitos de sua origem e dos encontrados em outras terras. O imigrante manterá sempre a dupla pertença, “podendo afirmar-se por via de traços simbólicos exteriormente expressos ou, simplesmente por uma teia de ligações afetivas à cultura e à terra dos seus ascendentes. Serão, em qualquer dos casos, identidades recriadas”².

Os estudos culturais se expandiram recentemente e com este advento tornou-se possível um aprofundamento nos estudos das diversas manifestações culturais, dos costumes, do cotidiano, o chamado estudo “porta a dentro”. Entre estas manifestações, a cozinha de maneira especial é reveladora de traços que vêm de outras épocas, permeada que se encontra pela história e geografia do lugar.

1 CHARTIER, 1990:17.

2 ROCHA-TRINDADE, *apud* LUCENA e GUSMÃO, 2006:82.

“... la cocina es un acto cultural central, influido por saberes, preceptos religiosos, clima, condiciones de vida, acceso a productos básicos, permeabilidad ante influjos de civilizaciones tal vez exóticas y características de un poema: emoción, medida, aroma, capacidad de excitar, investigación a vivir apasionadamente³.”

A cozinha é cultural, os hábitos alimentares e o gosto são transmitidos de geração a geração de maneira inconsciente, empírica, seja na escolha, na técnica de preparo ou no modo de servir os alimentos, desde a classificação, produção, colheita, conservação, preparo e consumo dos alimentos. Reproduz normas básicas, habilidades e regras culinárias que se interiorizam e refletem nas particularidades de atuação de cada grupo, em sua alimentação: “o homem é um animal onívoro que se nutre de carne, de vegetais e do imaginário: na alimentação o homem biológico e o homem social ou cultural estão estreitamente ligados e reciprocamente implicados”⁴.

“O paladar muitas vezes é o último a se desnacionalizar, a perder a referencia da cultura original. A culinária atua com um dos referenciais do sentimento de identidade: é por sua característica de portátil [...] que ela pode se tornar referencial de identidade em terras estranhas”⁵.

Considera-se a cultura, como resultado da interação da sociedade com o meio ambiente formada pelos conhecimentos, atitudes, hábitos adquiridos, mesmo porque um modifica o outro, a cultura e o meio ambiente. Assim, alimentar-se se torna um hábito para atender às necessidades de sobrevivência, enquanto cozinhar é um ato cultural, pois nele o homem faz suas escolhas, rejeições ou aceitações, segue procedimentos baseados nos preceitos dos antepassados pelo *habitus* formado e o gosto já condicionado na infância.

“Se a alimentação forma o ser biológico de dentro para fora, do invisível, do orgânico ao visível da pele, a alimentação o forma de

3 JAMAL, 2004: 12

4 FISCHLER, 1979: 1.

5 DUTRA, 1991.

fora para dentro, do visível do signo, ao invisível da consciência, determinando a identidade social”⁶.

A cozinha faz parte do imaginário das pessoas, é uma construção simbólica, por fazer parte dos hábitos e também herança cultural, tornando-se difícil mudar as tradições recebidas da mãe ou da avó, pois embora elas se transformem lentamente, tornam-se inseparáveis da cultura. A cozinha também identifica, rememora e envolve o sentimento de pertença, principalmente quando são compartilhados hábitos e preferências, pois “a comida alimenta também o coração, a mente e a alma”⁷, as pessoas do mesmo grupo social ou étnico. A comida caseira assim como a familiaridade com o alimento, dá ao homem uma sensação de prazer e aconchego. Aparece como uma herança genética e cultural, uma comunicação, uma representação no qual “seus símbolos são os instrumentos por excelência da integração social enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação social”⁸.

Numa análise mais atenta aos símbolos e da linguagem transmitida através da alimentação, seu *habitus*⁹, é possível compreender a cultura e perceber os valores nela implícitos. “A imagem que um indivíduo faz da nação de que forma parte é também um componente da imagem que ele tem de si mesmo, a sua autoimagem, a virtude, o valor e o significado da nação também são os dele próprio”¹⁰. A alimentação é uma representação simbólica de um passado, de um tempo ou de um lugar, pois faz parte do *habitus*¹¹, expressa a cultura, manifesta-se nos comportamentos em todos os momentos da vida, estão subjetivados.

6 LIFSCHITZ *apud* MENESES, CARNEIRO, 1997: 17.

7 CONTRERAS, 1993.

8 BOURDIEU, 1989. 10.

9 A noção de *habitus* foi uma das categorias incorporadas por Chartier da obra de Pierre Bourdieu e de Norbert Elias, que facilitam a compreensão da aquisição dos hábitos em uma cultura.

10 ELIAS, 1997: 143.

11 A noção de *habitus* significa a cultura internalizada que orienta a prática, os hábitos e costumes, refletindo-se no cotidiano. Pode-se dizer que ele é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital, um patrimônio, algo que foi incorporado, que impele a ação, segundo a concepção familiar e cultural. Indica a identidade cultural alimentar presente nos hábitos, não estando fora do indivíduo, mas em cada indivíduo, sendo uma construção coletiva de seu grupo social. Este termo exprime melhor que a palavra “hábito” as conotações culturais aprendidas e representativas de um grupo ou de um povo. Significa também a segunda natureza ou o saber social incorporado, sem a conotação de caráter nacional como algo fixo e estático, pode-se estabelecer uma ligação entre a formação do Estado e outros processos de desenvolvimento no nível macro e mudanças no *habitus* dos indivíduos no nível micro.

A cozinha é um ato cultural com significados definidos e explicitados na apresentação da comida à mesa e como hábito, sendo os mesmos difíceis de abandonar por terem raízes profundas nas tradições. “São os hábitos mais persistentes no processo de aculturação dos imigrantes”¹².

A cozinha étnica está incorporada na pessoa e reflete o *habitus* coletivo, mesmo porque os valores, as virtudes, os costumes são os mesmos dos seus indivíduos. “O ato de alimentar-se traduz o pertencer, o reconhecer-se. Quando as escolhas são feitas, o que comemos é diferente do que os outros comem, revelam-se identidades e etnocentrismos; o que se pode e o que não se pode comer”¹³.

Os alimentos têm usos e consumo condicionados a códigos e regulamentos de caráter sociocultural, pois são estruturados pela cultura a que pertencem. Assim, existe uma base estabelecida pela origem e pela família na formação do gosto, definindo o hábito que será mantido ou não, pois as experiências ocorrem e o hábito alimentar vai incorporando outros sabores. Mesmo porque a herança étnica pode ser semelhante ou idêntica em muitos casos, mas pode resultar diferente conforme a pessoa, ou seja, na maneira como se relacionam as pessoas entre si. “O *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado, mas está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido”¹⁴. Pode-se concluir assim, que o *habitus* de uma nação, à luz do estudo das mentalidades, é direcionado pelo Estado ao qual está subordinado e não somente determinado pelos costumes de um grupo social.

A alimentação¹⁵ permite que se leve para outras regiões e até mesmo para outros países, os hábitos enraizados. “Assim se poderá descobrir para cada caso particular, de que modo a cozinha de uma sociedade é linguagem onde ela traduz inconscientemente sua estrutura”¹⁶. Os fatores que interferem na escolha e preparo dos alimentos são marcadamente culturais. “Na alimentação o homem biológico e o homem social ou cultural estão estreitamente ligados e reciprocamente

12 FRANCO, 2001: 24.

13 ARAUJO. 2006: 11.

14 ELIAS, 1997: 16.

15 A alimentação é a linguagem que melhor expressa os valores de um grupo, como uma prática social sistematizada, entre os vários tipos de linguagens, a corporal, a escrita, e a oral todas comunicadoras. O hábito de comer fala de outras coisas como gênero, família, religião, identidade, etc. Traduz a estrutura de uma cultura em seus códigos que possibilitam a comunicação e identificação entre os que a ela pertencem e possuem significados simbólicos.

16 LEVIS-STRAUSS. *apud* POIRIER, 2000: 218.

implicados, já que nesse ato pesa um conjunto de condicionamentos múltiplos”¹⁷. Os diversos condicionamentos de ordem social, biológica, econômica, ambiental, entre outros, formam um sistema de representações do grupo.

A simples análise dos símbolos exteriores presentes nas escolhas dos alimentos permite ao observador compreender costumes e tradições de fora para dentro, do visível ao invisível. Assim, entende-se que a cultura determina o paladar atuando na escolha dos alimentos, e não somente as necessidades fisiológicas de sobrevivência como de início possa parecer.

A EMPANADA GALEGA

A cultura grega e romana de Aristóteles e de Platão chegou à Espanha através dos árabes, antes deles os romanos haviam influenciado o território espanhol. Na Escola de Tradutores de Toledo, na Espanha fundada por Alfonso X, o Sábio, esses saberes foram traduzidos ao latim e passados aos demais países europeus, ou seja, tudo o que se havia perdido da cultura greco-romana na Europa com a queda do Império Romano e a invasão dos bárbaros, que por sua vez, não se interessavam nada pela filosofia, nem pelos princípios de Arquimedes.

Apesar da grande influência da cozinha árabe deixar suas marcas no sul da Espanha, na região mediterrânea, foi ao Norte na Galícia que o hábito das empanadas mais se fixou. Talvez por ser uma região chuvosa e fria e este prato ser apropriado ao clima, além de oferecer sustância.

As empanadas tornaram-se uma marca da cozinha galega, identificavam pelo seu aroma os peregrinos que estavam prestes a concluir o Caminho a proximidade com a cidade de Santiago de Compostela. Eram apreciadas pelos peregrinos, pelos pescadores, lenhadores e agricultores e faziam parte de seu farnel diário, que era levado ao trabalho como alimento, junto com os peixes secos. Os galegos ao emigrar levavam umas empanadas para saciar a fome, o que lhes permitia aguentar o longo percurso a recorrer.

Trata-se de uma prática galega muito antiga, comprovada na escultura de Mestre Mateo no século XII, em Santiago de Compostela, talhada para a posteridade, no monumento Pórtico de La Gloria, na Catedral de Compostela, além de apresentar-se em algumas esculturas existentes no Palácio de Gelmírez,

¹⁷ SCHLUTER, 2003: 16

no andar superior anexo à mesma. Essas esculturas da época representam um banquete dos nobres, e entre eles um peregrino deliciando-se com uma empanada, mostrando a antiguidade e a importância do prato na região e na corte. Muitas vezes esses detalhes passam despercebidos aos milhares de peregrinos que visitam a cidade de Compostela¹⁸.

A massa das empanadas galegas é suave e feita da mesma massa com que se prepara o pão galego, uma mistura de fermento, farinha, que pode ser de trigo ou de milho, água e ar, quando a cada doze horas, movimentada para deixá-la airada, durante três ou quatro dias. O pão ou a empanada, preparados com esta massa permanecem macios por semanas, e não endurecem. Muitos preparam as empanadas com a massa folhada.

As empanadas na Galícia são feitas de massa de farinha de milho e trigo, para deixá-las mais leves, ou de trigo somente. As massas feitas com farinha de milho¹⁹ são geralmente recheadas com mariscos e moluscos, também com sardinhas e anchovas. A lista de recheios marinhos é interminável e eles são abundantes em cebolas, pimentões, tomates deixando-os cremosos, mas não líquidos.

O recheio vai depender dos ingredientes disponíveis, da estação do ano, da região e dos costumes familiares. Assim, no interior da Galícia as empanadas são recheadas com frango, cebola e pimentão; também de carne de porco, *chorizo* ou verduras. Na região costeira são feitas de mariscos, *centollas*, sardinhas, anchovas e até mesmo bacalhau. Em Orense, antiga capital da Galícia, as empanadas são feitas dos peixes dos rios e rias, e também da enguia, lampreia ou mesmo com o aproveitamento das sobras de comida. Este recheio, seja ele de carne, de verduras, frango, atum, *lamprea*, *centolla*, frango desfiado, carne ou peixes recebe um molho de cebolas, azeite, tomates, azeitonas, colorido com açafrão e outros condimentos que produzem um aroma inconfundível.

As empanadas podem ser assadas em formas redondas ou retangulares, parecendo mais uma torta salgada, ou fritas em azeite, depois cortadas em pedaços, e servidas quentes ou frias, tanto nas mesas de famílias galegas como em restaurantes, como entradas. Elas são representativas da própria culinária galega. Para ilustração, a receita de empanada galega:

¹⁸ Disponível na Internet EM: www.es.wikipedia.org

¹⁹ TOVAR, 2006: 296.

Massa:

500 g de farinha, 01 colher de sopa de vinho branco, 01 colher de chá de azeite, 01 colher de sopa de banha, sal e 1 pitada de açúcar; condimentos, farinha para polvilhar a superfície de trabalho, gordura para untar a forma, 01 gema para pincelar.

Preparo:

Peneire a farinha para dentro de uma tigela larga e abra uma cova no centro. Coloque o vinho branco, o azeite, a banha, o sal, o açúcar e algumas colheres de água morna e misture tudo para obter uma massa macia. Coloque a massa no frigorífico e deixe repousar um pouco. Divida a massa ao meio. Estenda uma das partes na superfície polvilhada de farinha e coloque numa forma untada. A massa deve transbordar da forma. Introduza o recheio e estenda a outra metade da massa e coloque sobre o recheio servindo como tampa. Una as bordas, pincele com a gema e leve a cozer no forno a 180°C por meia hora.

ORIGEM DAS EMPANADAS: ALIMENTAÇÃO DIÁRIA DOS GALEGOS

“Anat mata Mot o filho divino,
Com uma foice ela o corta,
Com o crivo ela o purifica,
Com fogo ela o tosta,
Com o moinho o tritura,
No campo espalha sua carne”²⁰

As empanadas são tão-somente uma massa de pão a qual se agrega uma carne, um legume ou verdura sobre a mesma que sacia a fome com um sabor especial substituindo o pão comum. A própria palavra “empanada” origina-se da palavra pão, e vem do espanhol “*en pan*”, ou seja, no pão, algo no pão, pão com algum ingrediente mais.

O pão é o alimento por excelência, está presente em quase todas as culturas, por ser nutritivo, excelente fonte de energia, sua ausência significa a fome e a

20 Lenda da deusa Anat, sacrificando Mot, o trigo, Síria 1.500. CASCUDO, 1983.

miséria. Sabe-se que o pão, o símbolo universal da fartura e abundância, permeia toda a história da humanidade, tendo sido preparado desde a antiguidade.

Sua origem remonta ao tempo em que o homem começou a moer os grãos para obter as farinhas, que misturadas à água formaram uma massa que era assada sobre pedras. O processo para obtenção da farinha evolui muito na Idade Média, com o uso de rolos e o pão passou a ser socializado e consumido por boa parte da população, tornando-se um hábito, um costume muito popular.

O pão pode apresentar diversas formas, em outras culturas, como são bons exemplos a pizza dos italianos, as *esfihas* dos árabes. Também as empanadas preparadas na região da Galícia, Espanha, ao Norte de Portugal, são derivadas dos pães. O costume de preparar empanadas é milenar na Espanha e permanece até os dias de hoje, especialmente na Galícia também nas famílias de imigrantes galegos pelo mundo.

Segundo os historiadores a empanada é originária da antiga Pérsia. Os árabes assimilaram esta espécie de pão, em seus diversos contatos com aquele país e criaram a *esfiha* que faz parte até os dias de hoje de seu cardápio. Era costume dos árabes levar suas *esfihas* em viagens, pois elas eram alimento e davam saciedade. Com a invasão da Espanha em 711, esta prática foi levada por eles e passou a ser elaborada, principalmente no sul da Espanha, tornando-se muito popular durante a Idade Média. Na Galícia, no entanto, elas tomaram outro formato e eram feitas em formas redondas ou quadradas, como tortas salgadas, e foram denominadas empanadas, sendo servidas frias ou quentes.

Uma especialidade de empanada, porém deu a volta ao mundo é o *borek* ou a boreca, conhecida também como *borekita*, boyo, ou mesmo bolo, pastel, *pastellico*, uma massa assada e recheada com ovos e queijo.

O *Pastellico* de Salônica é um pastelzinho familiar, feito de queijo, assado no forno, como a *borekita*, uma pequena torta com a mesma composição, em porções individuais presentes nas cozinhas espanholas de muitos anos atrás. As *boreks* se propagaram pelo mundo otomano e na Grécia, onde eram chamadas *tiropitas*, sendo que em Salônica ficaram conhecidas como “pastéis de *folhas*”. Na Tunísia os *briks* são de massa folhada e no Marrocos a *borek* é um pastelzinho doce. O sociólogo Morin ²¹ apresenta o *pastellico* como um prato de memória, uma contribuição dos judeus sefarditas expulsos da Espanha a Europa, inclusive o termo *pastelejo* é tão antigo que aparece no glossário do El Escorial desde 1400.

21 MORIN, 1994.

Os antepassados do *pastellico* circularam com apresentações diferentes por todo Mediterrâneo, incluindo-se a Espanha nas suas cozinhas islâmica, judaica e cristã. Certamente os sefarditas conheceram o *pastellico* durante sua permanência por mais de um milênio na Espanha e após a expulsão levaram a outros países seus costumes alimentares, presente em todas as reuniões e festas de família, conforme destacou Morin. Mais tarde o *pastellico* cruzou novamente o Mediterrâneo, chegou à França com os judeus sefarditas do Oriente. Quando os judeus se dispersaram, o núcleo de sua cultura permaneceu e este núcleo, como em todas as culturas é o gastronômico, no centro deste núcleo está o *pastellico*. Uma iguaria feita de mãe para os filhos, o *pastellico* atualmente é o único sobrevivente no mundo francês do mundo perdido da Salônica sefardita.

EMPANADAS REMODELADAS NA AMÉRICA ESPANHOLA

“Para o amor e para a massa é preciso tempo”.

As empanadas da América Latina são originárias da empanada galega e conhecidas na Espanha por *empanadillas*, foram introduzidas pelos espanhóis no período da conquista que nada mais são que um tipo de *borekita*, ao emigrar a América Espanhola, especialmente Argentina e Chile. O preparo das empanadas cruzou o Atlântico e desembarcou na América levado pelos imigrantes espanhóis.

Na América são encontradas em diversos países da região andina como Chile, Peru e Colômbia, na região do Rio da Prata Argentina, Uruguai e Paraguai e também existem as empanadas mexicanas; Na Argentina as receitas das empanadas sofreram modificações para atender o gosto regional. “Na Argentina, porém, cada província se apropriou da receita para adaptá-la, enriquece-la e reinventá-la”²². Na capital argentina Buenos Aires, as empanadas são chamadas empanadas *criollas* e existem outros tipos de empanadas que recebem o nome da região a que pertencem. Assim, há as empanadas saltenhas, as rosarianas, as cordobesas, as mendoncinas e as tucumanas, respectivamente pertencentes às regiões de Salta, Rosario, Córdoba, Mendoza e Tucumán.

As empanadas da América são elaboradas de forma individual, diferente do costume galego de preparar a empanada em formas grandes, servidas em pedaços,

²² GIACONI; FERNANDEZ, 2003.

embora em ambas o recheio de carne predomine. As receitas são segredos bem guardados e não são facilmente informados aos que querem reproduzi-las.

Alguns detalhes podem identificar a origem desta iguaria como os “repulgues” ou bordas, que podem ser retorcidas para cima, para baixo, para a esquerda ou para a direita, pinceladas ou não com ovo, apimentadas ou não. A mudança de algum ingrediente, a textura, a suculência com mais ou menos cominho, com ou sem tomate; com azeitonas pretas ou passas ou sem estes complementos, são pequenos detalhes que fazem a diferença. Em algumas regiões preparam-se as empanadas assadas e em outras fritas. Os recheios, além da carne podem ser de queijo e presunto, queijo e cebola, milho, roquefort, com carne de porco, de javali ou mesmo de frango, menos de carne moída porque ela resseca o molho, segundo especialistas. A empanada trazida pelos galegos tornou-se um expoente da gastronomia latino-americana.

Para análise e comparação uma receita básica de empanada chilena:

Para a massa, 1k de farinha, 200g manteiga, sal e tempero a gosto.

Recheio: 1/2 k carne de boi picada com a mão, sal, vinagre e azeite.

Preparo: Numa panela fritar em azeite a cebola por quatro minutos, acrescentar a carne, deixar em fogo baixo, acrescentar as passas e deixar esfriar, e acrescentar duas cebolas grandes picadas, passas e azeitonas pretas.

Derreter a manteiga numa frigideira. Numa panela colocar um copo de água e sal, uma salmoura, esquentar até que ferva e derramar a salmoura na frigideira, acrescentar a farinha, misturar bem e quando formar uma massa, retirar e esticá-la, deixando descansar por alguns minutos. Cortar na metade e de cada uma formar seis montinhos. Abrir cada um deles até o tamanho de um prato e colocar em cada um o recheio, os ovos cozidos partidos em quatro, fechar, montar a borda formando uma trança sobressalente e pincelar com um ovo batido. Untar uma forma com azeite ou manteiga e colocar no forno pré-aquecido por cinco minutos e deixar por meia hora até que estejam douradas.

A empanada galega foi repaginada na América espanhola, elaborada segundo os ingredientes próprios de cada país. Os ingredientes da empanada galega são a banha, o vinho branco e o azeite, além de ficar na geladeira para descansar. Os

recheios também apresentam diferenças, pois enquanto a empanada chilena leva manteiga, carne picada, azeitonas pretas, cebolas grandes picadas, uvas passas e ovos cozidos num molho suculento, a galega por ser uma região abundante em peixes e frutos do mar, utiliza além da carne e do frango. Ambas podem ser assadas, embora as empanadas chilenas também se apresentam fritas. Os condimentos também podem variar segundo o gosto da região, com coentro, louro, pimenta, etc., o que vai mudar o sabor e o perfume.

Mas, a grande diferença entre as empanadas encontra-se no formato que na Galícia é feito em uma forma retangular ou redonda e servida em pedaços enquanto na América elas são individuais.

TRAJETÓRIAS DE SABORES DA IMIGRAÇÃO GALEGA A SÃO PAULO: AS PRIMEIRAS EMPANADAS

Os espanhóis possuem uma trajetória de emigração em vários períodos de sua história para destinos diferentes. O Brasil recebeu duas expressivas ondas de imigrantes espanhóis, sendo a primeira no final do século XIX e início do século XX composta por camponeses semianalfabetos em busca de terra e trabalho na lavoura cafeeira do Estado de São Paulo. A segunda, nas décadas de 1950 e 1960, período do pós Guerra Civil Espanhola, época de uma Espanha dividida, sofrida e esfacelada que saía em busca de sobrevivência e emprego. Tratava-se de um grupo com melhor escolaridade que o primeiro, atendendo ao apelo da cidade “que mais cresce no mundo”, a São Paulo que iniciava um ciclo de desenvolvimento, com a abertura do complexo industrial e que carecia de técnicos nas diversas áreas. A segunda onda da emigração galega a São Paulo era predominantemente masculina, sendo que logo após a chegada, esses imigrantes procuravam estabilizar-se para posteriormente chamar esposa e filhos para que viessem a seu encontro.

Os espanhóis que fizeram parte da segunda onda imigratória eram em sua maioria galegos, seguidos pelos andaluzes também em número expressivo. Os galegos possuem uma vocação imigratória facilmente constatável em sua história, talvez pelo espírito aventureiro ou para atender às necessidades de sobrevivência própria ou de sua família. Foram os galegos e andaluzes os introdutores da cozinha étnica espanhola na cidade

Algumas histórias de vida que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, das muitas entrevistas realizadas, mostram um pouco das lutas de galegos imigrantes na cidade, que graças às suas habilidades com a gastronomia fizeram chegar

aos patricios e aos apreciadores desta cozinha espanhola, os melhores pratos de memória do país distante. Assim, foi pelas mãos de imigrantes galegos e andaluzes que se originaram os primeiros restaurantes espanhóis da cidade: o Restaurante Don Curro de um sevilhano Francisco Domingues e sua esposa Dona Carmen Escalera, de Granada inaugurado em 1958, e o Restaurante La Coruña no mesmo ano, do galego Nicolás Picos Domingues.

A exigência imposta pelo governo brasileiro ao imigrante deste período era de possuir uma profissão que constasse de seu passaporte para ingresso imediato no mercado de trabalho. Assim muitos puderam alistar-se e conseguiram viajar para exercer sua profissão, como a Sra. Josefa Cordo Lagarez, de Pontevedra, Galícia, de profissão cozinheira. Ela veio com seu pai em 1957 quando tinha 18 anos de idade, enquanto sua mãe não quis acompanhar o marido nesta viagem preferindo ficar na Espanha com seus outros sete filhos. D. Josefa casada com o Sr. José Maria Lagarez, ferreiro de profissão, resolveram abrir um restaurante: o Valência, que foi demolido quando da passagem do metrô pelo local, depois de trinta anos de funcionamento. Adquiriram então o Restaurante Batidão onde permaneceram por oito anos e finalmente o Restaurante “O Gaitero”, anexo ao Clube Espanhol, na Sociedade Hispano-Brasileira, onde preparavam, pois também venderam o estabelecimento, as empanadas diárias, o cozido e o caldo galego de muita aceitação pelos frequentadores. Assim aquela jovem que colocou a profissão de cozinheira para emigrar, tornou-se a responsável pela transmissão dos hábitos alimentares dos espanhóis na cidade.

Outra história de vida é a de Nicolas Manuel F. Picos Dominguez, galego de *La Coruña* que veio sozinho ao Brasil aos 17 anos em 1950, retornando posteriormente à Galícia para casar-se com D. Maria Del Carmem, também galega, alguns anos depois. Começou sua vida como barbeiro, profissão exercida também por seus irmãos que já se encontravam na cidade. Aproveitando seus momentos livres, costumava ir a um bar no bairro do Brás e pedia permissão para preparar pratos espanhóis de peixes dos quais tinha saudades. Os amigos se encantavam com os pratos por ele preparados, incluindo sua criação a “camaronada”, e acabou adquirindo-o e passou a preparar os pratos à moda de Galícia. Com o passar dos anos, no ano de 1958 o bar transformou-se no Restaurante La Coruña, um dos primeiros restaurantes espanhóis de São Paulo, que funciona desde então.

Belarmino Iglesias nascido na Galícia em Rosende região de Lugo era contador de profissão, veio da Espanha para não prestar o serviço militar obrigatório fazer o serviço militar, pois não queria perder três anos da sua vida. Segundo o que declarou em entrevista:

“... Também, a Galícia era pequena para tantos galegos, e víamos um futuro difícil após a Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial, então, parece que o futuro estava na imigração, vamos nos aventurar e emigrar. Vim sozinho com vinte anos de idade, encontrei uma cidade que estava crescendo, via que era uma cidade que tinha potencial. Queria ir para a Venezuela, mas não havia mais corpo de imigração, pensei vou para o Brasil e depois poderei ir para Argentina ou Uruguai, mas o cônsul nos proibiu de sair daqui, foi uma sorte, para mim foi uma sorte que não me deixou sair, fiquei aqui...”

Este fato permitiu a Belarmino o sucesso como empresário do ramo de restaurantes, sendo hoje um dos mais destacados, como proprietário do “A Figueira” e os vários “Rubayat”.

“... Chegando a São Paulo entrei numa obra pedi emprego, eu queria trabalhar nos escritórios porque era contador, eles disseram que não, pois eu não sabia falar o português. Pedi que me desse emprego como fiscal de obras, receber caminhões e fiquei lá durante uns meses. Depois fui trabalhar em uma lanchonete, uma cafeteria no Largo Paissandu e de lá para uma churrascaria na Av. Rio Branco: “A Cabana”. Depois fui para outra churrascaria a “Guaciara”, onde comecei como garçom, fui subindo, cheguei a *maitre*, a gerente e me ofereceram a gerência de uma nova casa, a Rubaiyat da Vieira de Carvalho. Pedi que além da gerência que me dessem uma participação na sociedade, recebi 10% da conta para pagar e foram os lucros e parte do meu ordenado, assim comecei”²³.

Antes de tornarem-se restaurantes, eram pequenos bares de bairros que por elaborar as empanadas e as *paellas*, fizeram de seus estabelecimentos comerciais uma referência, criando uma clientela fiel que foi se expandindo e mostrando a necessidade de um espaço maior e decorado, que evocasse a Espanha, para melhor atender o imaginário das pessoas.

Existem muitos bares de propriedade de galegos que oferecem as empanadas de recheios diversos elaboradas por galegos ou descendentes e que rememoram

²³ Belarmino Iglesias em entrevista a autora.

os sabores da região. Na Sociedade Hispano Brasileira, hoje Casa de Espanha, os espanhóis de diversas regiões se reúnem às tardes para jogar e para conversar entre eles, enquanto saboreiam *tortillas*, roscas de vinho e empanadas galegas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os galegos e andaluzes, por constituírem-se nos dois maiores grupos regionais que emigraram a São Paulo trouxeram consigo seus hábitos e costumes entre eles os culinários. A cozinha diária da casa dos galegos envolvia os cozidos e caldos galegos, as batatas e as empanadas que proporcionavam saciedade por seus recheios suculentos e assim matar as saudades da terra deixada. Eles também foram os primeiros a criar estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes de sua cozinha na cidade de São Paulo. Os restaurantes, muitos deles foram se sofisticando e hoje permanecem ativos por mais de meio século, como é o caso do La Coruña, no bairro nobre dos Jardins em São Paulo, ou o Don Curro em Cerqueira Cesar.

Os imigrantes ao instalarem-se nos diversos países de recepção, buscam na alimentação o elo com a terra distante, por ser a cozinha arraigada aos costumes e ao hábito alimentar que mais tarda a desaparecer. Entre os hábitos alimentares galegos destacam-se as empanadas que foram assimiladas em diversos países da América, adaptadas aos ingredientes disponíveis tomando muitas vezes outros formatos e outros sabores.

A empanada galega tornou-se um símbolo desta cozinha por ser um prato nutritivo e saboroso marcando-a especialmente e tornando-se um prato de referência da mesma, um prato de memória. Os galegos mantiveram suas práticas alimentares e seus costumes, nas mesas das famílias onde permanece a empanada servida quase que diariamente na Galícia, como nos países para onde os galegos emigraram.

Como os galegos se constituem no maior grupo de imigrantes espanhóis que emigraram deixaram pelos diversos países seu prato emblemático: a empanada, que foram assimiladas e recriadas segundo os ingredientes e os condimentos do lugar. Hoje são encontradas na América Latina, especialmente na América espanhola com uma nova apresentação, em porções individuais, pequenas, mais suculentas, com recheios segundo o gosto da região, mas igualmente emblemáticas e indispensáveis no cotidiano de quem trabalha e retorna de seus labores ou mesmo em viagens.

As empanadas chilenas e argentinas são, no entanto, encontradas nos diversos restaurantes destas cozinhas étnicas, em eventos de hispano-*hablantes*, onde são esperadas e consumidas não só por seus imigrantes e descendentes, como pelos

demais frequentadores já acostumados com o seu sabor. Em São Paulo, o seu consumo se restringe ao *couvert* das churrascarias uruguaias e argentinas, ou nos diversos bares da cidade, servidas ao lado de outros salgados.

Esse trabalho tentou trazer referências sobre as origens desse prato, a empanada, levado pelos imigrantes espanhóis às cidades de acolhida e, dessa forma, a representação do mesmo na gastronomia, na vida e nos hábitos alimentares, ora registrados no gosto dos paulistanos, e incorporados na história da cidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Wilma Maria Coelho; TENSER, Carla Márcia Rodrigues (org.), 2006 – *Gastronomia: Cortes & Recortes*, volume I. Brasília: Ed. SENAC.

BOURDIEU, Pierre, 1989 – *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASCUDO, Luis da Câmara, 1983 – *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/USP.

CHARTIER, Roger, 1990 – *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand.

CONTRERAS Hernández, Jesús, 1993 – *Antropología de la Alimentación*. Madrid: Eudema.

DUTRA, Rogéria, 1991 – *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*, dissertação Mestrado. Rio de Janeiro: URFJ/Museu Nacional.

ELIAS, Norbert, 1997 – *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FISCHLER, Claude, 1979 – *Presentation*. Communications. N.º 31. Paris: Seuil.

FRANCO, Ariovaldo, 2001 – *De caçador a gourmet*. São Paulo: Ed. SENAC.

GIACONI, Vera; FERNANDEZ, Stella, 2003 – *Cocina Argentina – Clásica y Moderna*. Buenos Aires: Emecé Editores.

JAMAL, Salah, 2004 – *Aroma árabe. Recetas y relatos*. Barcelona: Editorial Zendrera Zariquiey.

LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria (orgs.), 2006 – *Discutindo Identidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

MENESES, Ulpiano, T.B.; CARNEIRO, Henrique, 1997 – *A História da Alimentação*:

balizas historiográficas. História e Cultura Material. Anais do Museu Paulista, nova série, vol.5. São Paulo: USP

MORIN, Edgar, 1994 – *Vidal e os seus. São Paulo: Instituto Piaget.*

POIRIER, Jean, 2000 – *História dos Costumes: O homem e o seu meio natural, 4.º volume. Lisboa: Ed. Estampa.*

SCHLUTER, Regina, 2003 – *Gastronomia e Turismo. São Paulo: Ed. Aleph.*

TOVAR, Rosa; FULLER, Monique, 2006 – *3000 años de la cocina española. Madrid: Espasa.*

A EMIGRAÇÃO DO CONCELHO DA MAIA PARA O BRASIL E VENEZUELA (1948–1974)

CELESTE CASTRO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da emigração do concelho da Maia, para o Brasil e a Venezuela, para o período de 1948 a 1974. A sua realização só foi possível mediante o tratamento e análise dos dados recolhidos nos *Boletins de Informação*, que integram o acervo documental do Arquivo da Câmara Municipal da Maia, e que privilegiamos como fontes do nosso trabalho, permitindo-nos conhecer com rigor o fenómeno emigratório, num tempo muito especial da História Contemporânea de Portugal.

Com este estudo de microanálise, pretende-se dar mais um contributo para o estudo dos emigrantes que partiram para a América do Sul. O levantamento dos *Boletins de Informação*, encontra-se inserido no âmbito do projeto de investigação do CEPESE, intitulado *A emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas e discurso político*. Daí a escolha da América Latina, em detrimento de outros destinos escolhidos pelos emigrantes maiatos (França, Alemanha e África do Sul), para o período em questão.

O número de emigrantes provenientes do Concelho da Maia, em particular, e de Portugal no geral, para a América Latina, para o período aqui apresentado, apresenta um número inferior, se compararmos com época anteriores. A explicação encontrada deve-se à emigração – principalmente dos concelhos do norte de Portugal – para os países europeus. Temos uma Europa, num pós Segunda Guerra Mundial, sedenta de mão-de-obra não qualificada, mais próxima – facilidade em atravessar a fronteira terrestre –, e mais rentável.

A opção dos anos 1948 a 1974, como balizas cronológicas desta investigação, prende-se também com a passagem de competências administrativas, na emissão de passaportes ¹. As Câmaras Municipais passam a ser detentoras de todo o processo burocrático, fazendo agora parte integrante do périplo administrativo dos pedidos dos passaportes de emigrantes. Esta competência foi estabelecida com a homologação do decreto-lei n.º 36 558, de 28 de outubro de 1947 ², que criou a Junta de Emigração, integrada no Ministério do Interior. Este decreto-lei estabelecia a orgânica interna, e continha as disposições da emigração de carácter administrativo, essencialmente.

As Câmaras Municipais passam a ser as interlocutoras primordiais, entre o emigrante e o Ministério do Interior, através da Junta da Emigração, deixando os Governos Cívicos de poder emitir os passaportes de emigrantes, passando a emitir só o passaporte de viajante.

Em 1970, com a publicação do decreto-lei n.º 402, de 22 de agosto ³, criou-se o Secretariado Nacional da Emigração, na Presidência do Conselho, extinguindo a Junta da Emigração. No entanto, as Câmaras Municipais continuaram a ter um papel preponderante entre o emigrante e o Estado português.

FONTES

Tendo como base da pesquisa o *Boletim de Informação* ⁴ – impresso, do Ministério do Interior, enviado através da Junta da Emigração (posteriormente pelo Secretariado Nacional da Emigração), de preenchimento obrigatório, pelo funcionário da Câmara – efetuou-se primeiramente a recolha destes, seguido do tratamento e análise dos dados.

Para melhor elucidar os pretensos emigrantes, quanto à questão da emissão do passaporte de emigrante, a Câmara Municipal afixava as *Instruções para*

1 Exceto nas ilhas adjacentes (Madeira e Açores) em que a parte burocrática da emigração continuou a cargo das secretarias dos Governos Cívicos.

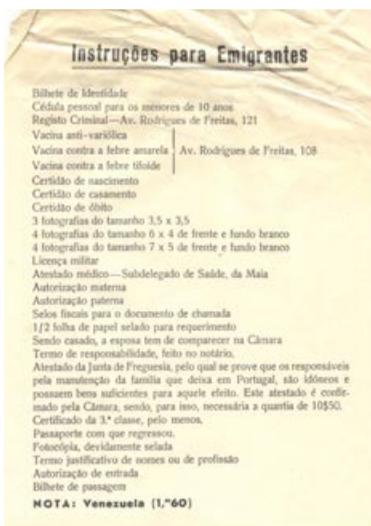
2 PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

3 PORTUGAL. Presidência do Conselho – *Decreto-lei n.º 402/70*, de 22 de agosto, *Diário do Governo*, I Série – n.º 194, p. 1095.

4 PORTUGAL. Ministério do Interior. Junta da Emigração. *Boletim de Informação*, Mod. 299.

*emigrantes*⁵ – da Junta da Emigração – em locais de grande visibilidade. Estas instruções serviam essencialmente para o candidato a emigrante ter o conhecimento da documentação necessária que tinha de apresentar para o preenchimento do *Boletim de Informação*.

FIGURA N.º 1
Instruções para emigrantes



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Segundo o artigo 26.º do Decreto-lei n.º 36 558, “os pedidos de licença para emigrar serão apresentados diretamente pelos interessados na Câmara Municipal do Concelho da sua naturalidade ou domicílio, que coligindo os elementos necessários (...), remeterá o pedido, devidamente informado, à Junta da Emigração”⁶.

Como consequência deste Decreto-lei, as Câmaras passam a ser detentoras de uma vasta e rica documentação, a par dos processos de passaportes de emigrantes emitidos pelo Governo Civil, antes de 1947. Este *Boletim de Informação* representa o pedido do passaporte do pretense emigrante que, reunindo toda a

5 Listagem dos documentos a entregar na Câmara Municipal da Maia, para a obtenção do passaporte de emigrante. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

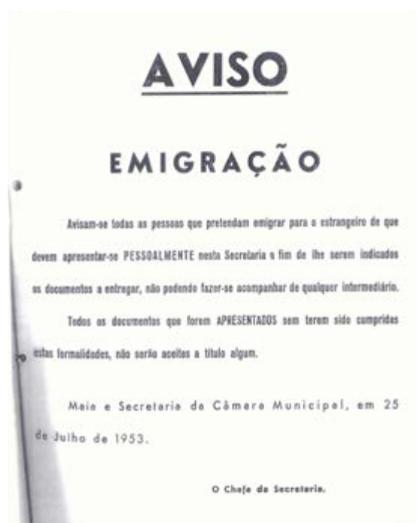
6 PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

documentação, se desloca à Câmara Municipal de onde é natural ou residente. Este pedido tem a obrigatoriedade de ser presencial.

Caso o emigrante fosse casado, a mulher deveria o acompanhar até Câmara Municipal – no ato de entrega da documentação/pedido do passaporte de emigrante – para, presencialmente, assinar o *Boletim de Informação*, confirmando que teve conhecimento da pretensão do seu marido, em emigrar e, assim, “dar a sua autorização”.

FIGURA N.º 2

Aviso



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Assim, se inicia a tramitação documental, entre o emigrante, a Câmara Municipal e o Estado, através da figura da Junta da Emigração e mais tarde do Secretariado Nacional da Emigração. É com base nesta documentação que vamos fazer uma análise quantitativa e qualitativa, dos emigrantes maiatos, para o período de 1948-1974. A partir de 1974, ano da “Revolução dos Cravos”, a Câmara Municipal da Maia deixa de ter processos de emigração. Este decréscimo tornou-se acentuado a partir, da década de 1970.

No decorrer do levantamento dos processos de emigrantes para obtenção do passaporte de emigrante, deparamo-nos com uma lacuna física, para o ano de 1949, não existindo nenhum processo de pedido de passaporte para emigrar.

No entanto, encontramos uma nota do funcionário da Câmara Municipal da Maia, no *Livro de Registo dos Processos de Emigrantes*⁷, onde se registava o movimento de processos de emigrantes organizados na Câmara para o ano de 1949 – 67 pedidos para emigrantes e 41 pedidos de retornados.

FIGURA N.º 3
Livro de registos dos processos de emigrantes

Mês	DATA						REQUERENTE				
	REQUERIMENTO			RETORNADOS			Nome	Mês	Destino		
	Out	Nov	Dez	Out	Nov	Dez					
Movimento de Pedidos de Emigrantes de organizados nesta Câmara, no anos seguintes:											
Ano de 1948											
Emigrantes							Retornados				
4							34				
Ano de 1949											
67							41				
Ano de 1950											
163							31				
Ano de 1951											
294							20				
Ano de 1952											
283							14				
Ano de 1953											
Emigrantes			Retornados			Emigrantes			Retornados		
Jan - 10			Jan - 10			Jan - 10			Jan - 10		
Fev - 10			Fev - 10			Fev - 10			Fev - 10		
Mar - 10			Mar - 10			Mar - 10			Mar - 10		
Abr - 10			Abr - 10			Abr - 10			Abr - 10		
Mai - 10			Mai - 10			Mai - 10			Mai - 10		
Jun - 10			Jun - 10			Jun - 10			Jun - 10		
Jul - 10			Jul - 10			Jul - 10			Jul - 10		
Ago - 10			Ago - 10			Ago - 10			Ago - 10		
Set - 10			Set - 10			Set - 10			Set - 10		
Out - 10			Out - 10			Out - 10			Out - 10		
Nov - 10			Nov - 10			Nov - 10			Nov - 10		
Dez - 10			Dez - 10			Dez - 10			Dez - 10		

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Esta nota advém não só do zelo demonstrado pelo funcionário camarário, mas também, por determinação do Decreto-lei já referenciado, segundo os termos do parágrafo único, do artigo 26.º "as despesas resultantes deste serviço serão custeadas pela Junta da Emigração"⁸.

A Câmara Municipal para receber as despesas referentes à instrução de processos de emigrantes⁹, tinha de preencher a "(...) nota em duplicado do número de processos emigrantes organizados nessa Câmara, durante o ano corrente e enviados a esta Junta"¹⁰.

7 Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

8 PORTUGAL. Ministério do Interior – *Decreto-lei n.º 36 558*, de 28 de outubro de 1947, *Diário do Governo*, I Série – n.º 250, p. 1070.

9 Eram pagos só os processos que se encontravam findos.

10 *Circular n.º 58/50-C*, de 30 de dezembro de 1950. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

Era obrigatório o envio da nota discriminativa, “todos os meses até ao dia 10, impreterivelmente, relativa à organização dos processos novos de emigrantes e retornados do mês anterior, em virtude (...) [de] terem que entrar na 3.ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública até ao fim de cada mês”¹¹.

Como só existe este apontamento, para o ano de 1949 e por falta de dados mais precisos, vemo-nos obrigados, em termos de análise a ignorar este ano.

Por outro lado, relativamente à complexidade da questão dos acompanhantes – apesar de se ter levantado boa parte dos dados – optou-se por não se apresentar neste trabalho, já que existe uma multiplicidade de dados, que tomariam muito espaço neste trabalho.

1. CONCELHO DA MAIA

O concelho da Maia pertence ao distrito do Porto, sede do município com 83,70 km² de área. O município é limitado a norte pelos municípios da Trofa e de Santo Tirso, a leste por Valongo, a sueste por Gondomar, a sul pelo Porto, a sudoeste por Matosinhos e a noroeste por Vila de Conde.

É uma povoação antiquíssima, pois já existia no tempo de romanos, que lhe chamavam *Pallantia*. Ocupada pelos Suevos, no século V, que lhe mudaram o nome para *Amaia*, ou *Maia*.

No foral, outorgado a 15 de dezembro de 1519, por D. Manuel I, em Évora, pode-se ver que era detentora de um grande número de terras. Entre os anos de 1700 e 1836, o concelho era formado por 44 freguesias e englobava toda a faixa marítima entre o rio Leça e o rio Ave. Com as reformas administrativas iniciadas em 1836, por Mouzinho da Silveira, transformou-se num município autónomo, mas reduzido em área e em número de freguesias. Em 1857, chegou mesmo a ser extinto e foi necessário esperar até 1868 para que fosse restaurado.

Atualmente o concelho é constituído por 17 freguesias: Águas Santas, Barca, Folgosa, Gemunde, Gondim, Gueifães, Maia, Milheirós, Moreira, Nogueira, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, S. Pedro de Fins, Pedrouços, Silva Escura, Vermoim e Vila Nova da Telha.

Foi elevada a cidade pela Lei 28/86, de 23 de agosto. Região tradicionalmente agrícola, hoje, o concelho é um centro industrial de grande importância devido ao

¹¹ Circular n.º 41/51-C, de 8 de novembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

lugar de destaque das indústrias alimentar, têxtil, siderúrgica, de material elétrico, de curtumes, e oficinas de estatuária.

Para melhor se entender o concelho da Maia, na década de 1950, reportamo-nos ao ofício 12 que a Câmara Municipal da Maia enviou à Junta da Emigração, onde nos fornece elementos elucidativos sobre o movimento emigratório deste concelho. Assim, nesta época, era um concelho essencialmente agrícola, sentindo-se já uma forte atividade industrial (fábricas de moagem e tecelagem) e comercial. Devido à proximidade geográfica da cidade do Porto, uma grande parte da sua população encontrava-se empregada nesta, principalmente na construção civil.

Não havendo propriamente uma especialização de profissões, neste concelho “(...) pois, a grande parte exerce a sua profissão de construção civil, outra na lavoura e depois no comércio, operariado fabril – tecelagem, moagem e muitos – mesmo mulheres – exercem a profissão de operárias conserveiras, no vizinho concelho de Matosinhos. Existe também muita gente que exerce a profissão de tamanheiro” 13. E continuando a descrição “a situação económica do concelho pode-se considerar muito boa, graças à situação económica da lavoura, pela facilidade de colocação dos seus produtos na cidade do Porto e à fertilidade dos seus solos, havendo grandes fortunas de lavradores, industriais e de pessoas que as ganharam no estrangeiro” 14.

2. A DISTRIBUIÇÃO DA EMIGRAÇÃO MAIATA POR CONTINENTES

Começando por analisar a distribuição do volume de processos de pedidos de passaporte, por continentes, constatamos que estes emigrantes maiatos, apesar das dificuldades ao nível de transportes ainda existentes, e seus custos inerentes, conseguem se movimentar pelo mundo. E parafraseando Luís de Camões, nos seus versos imortais, “E, se mais mundo houvera, lá chegara” 15.

Como, se pode apreciar através da leitura do quadro n.º 1, temos um total de 5 854 de pedidos de processos de passaportes de emigrantes e, para uma melhor compreensão espacial, agrupámo-los por continentes:

12 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

13 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

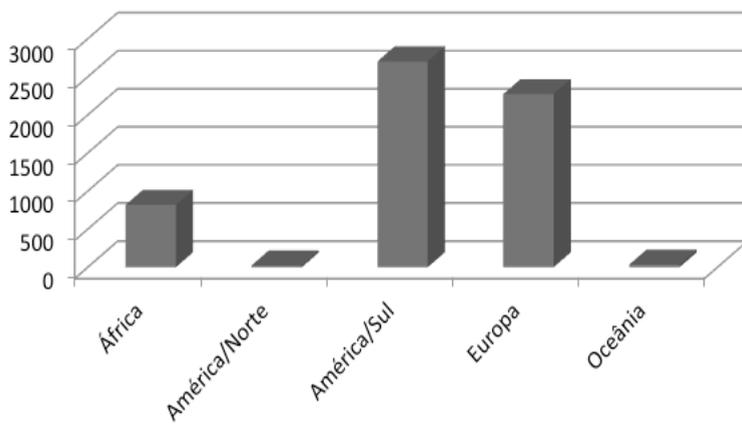
14 *Ofício de 18/7/1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

15 *Os Lusíadas*, canto VII.

QUADRO N.º 1
Processos de emigrantes pedidos no concelho da Maia (1948-1974)

Continente		Total de pedidos
África		821
América	Norte	23
	Sul	2 706
Europa		2 274
Oceânia		35
Total		5 859

GRÁFICO N.º 1
Processos de emigrantes pedidos no concelho da Maia (1948-1974)



Na distribuição espacial dos processos de emigrantes, por continentes, temos mais especificamente:

- América do Norte: Estados Unidos da América (11) e para o Canadá (12).
- América do Sul: Venezuela (1502), para o Brasil (1200) e para a Argentina (4).
- Europa: França (1960), para a Alemanha (266), para o Luxemburgo (17), para a Bélgica (12), para a Suíça (5), para a Inglaterra, a Holanda, a Espanha (4), e para a Suécia e Itália (1).
- África: 821.
- Oceânia: 35.

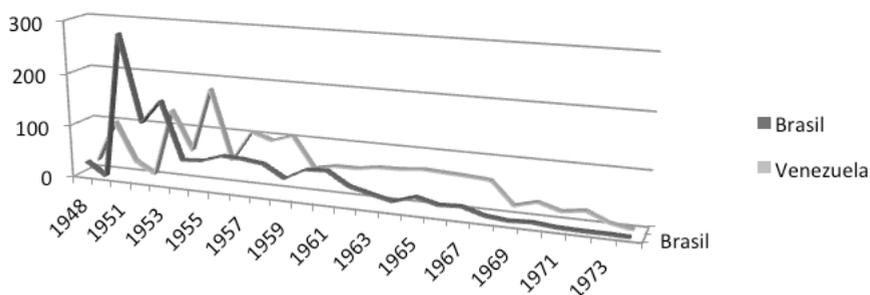
Como já foi referido anteriormente, quem tutelava a emigração portuguesa era a Junta da Emigração, e esta impunha *numerus* nacionais para se emigrar. Daí, haver um controlo apertado, por parte do Estado português nas saídas dos emigrantes para o estrangeiro, ora por via administrativa ora por apreciações desfavoráveis e impedimento do Estado em relação a alguns países – como é o caso da Argentina¹⁶ – já que Junta da Emigração desaconselhava vivamente a ida destes, obrigando aos emigrantes que teimavam a contrariar este conselho, a declararem serem conhecedores das realidades existentes nesses países.

3. A EMIGRAÇÃO MAIATA PARA O BRASIL E VENEZUELA

Retomando o propósito deste trabalho, passa-se a examinar somente o *Boletim de Informação*, para o Brasil e a Venezuela, “esquecendo” a Argentina, devido ao número residual, que esta apresenta no caso do concelho da Maia.

¹⁶ Circular n.º 35/51-SE, de 22 de setembro de 1951. Arquivo da Câmara Municipal da Maia. A Junta da Emigração envia esta circular para alertar os pretensos emigrantes, dos acontecimentos na Argentina, que se transcreve: “Não permitindo as autoridades da Argentina transferências de quaisquer quantias, rogo para o esclarecimento dos pretensos emigrantes para aquele país, da impossibilidade de enviarem dinheiro para Portugal, mesmo que se destine ao sustento da família. De igual modo não lhes será permitido, em caso de regresso, trazer consigo quaisquer economias. Dos boletins que instruem os respetivos processos deverá constar, sempre, a indicação de que os interessados foram, a devido tempo, avisados desta proibição, para que mais tarde não aleguem ignorância e não reclamem, juntos dos consulados portugueses, providências impossíveis. Torna-se ainda indispensável que a manutenção das pessoas a seu cargo fique devidamente assegurada, uma vez que não lhes poderão prestar auxílio”.

GRÁFICO N.º 2
Emigração maiata para Brasil e Venezuela (1948-1974)



Como se pode verificar através do gráfico, temos três pontos altos da emigração: em 1951 (305), 1953 (291) e 1955 (232), seguido de outros pontos menores 1957 (169), 1958 (151) e 1959 (141).

A partir de 1961, é visível que a procura de emigrantes por estas regiões da América Latina foi reduzida. Temos uma Europa, mais perto, com melhor oferta de trabalho e melhores compensações monetárias e também porque a partir de 1961, Portugal entra em guerra com as suas colónias em África – Guerra Colonial¹⁷.

Se particularizarmos, o gráfico n.º 2 mostra que o pico da escolha dos emigrantes pelo Brasil situa-se em 1951 (280) e 1953 (159) e para a Venezuela em 1953 (132) e 1955 (179), 1957 e 1959 (105). Com a viragem para os anos 1960 deixa de haver tanta procura por estas regiões.

A preferência do Brasil para a primeira metade dos anos 1950, pode ter explicação porque a partir de 1948, houve suspensão dos vistos para a Venezuela, assim como as alterações cambiais. “Quase todos os emigrantes deste concelho destinavam-se ao Brasil, principalmente Rio de Janeiro – e depois São Paulo – Pernambuco e Santos. Mas ultimamente com a facilidade de envio e diferenças de câmbio os emigrantes voltaram-se para a Venezuela, estando atualmente muito reduzida em virtude das dificuldades dadas pelo governo daquele país, pelo que, de novo os emigrantes destinam-se ao Brasil”¹⁸.

¹⁷ Em 1961, começaram as guerrilhas no norte de Angola, atraindo a atenção mundial, para esta guerra. Os insurgentes, como as nações estrangeiras em geral e muitos dentro do país, subestimaram a tenacidade do Governo e capacidade da própria nação em tentar resolver o problema por via militar e por outros meios também.

¹⁸ *Ofício de 18 de julho de 1951*, enviado pela Câmara Municipal à Junta da Emigração.

Em 1955, através da circular n.º 16/55, a Junta da Emigração, informa os serviços camarários da situação económica em que o Brasil se encontrava, “(...) cuja *repercussão* externa é a pronunciada desvalorização do cruzeiro, levou a Junta da Emigração a rever alguns aspetos da emigração para aquele país.”¹⁹

As autoridades brasileiras, em 1964²⁰, vão alterar profundamente as normas que regulavam a concessão de vistos de imigrantes a estrangeiros, criando vários impedimentos à entrada destes, mesmo para os portugueses.

O número de pedidos de processos para emigrar para a Venezuela aumentou a partir de 1953, o que pode ser explicado através da circular enviada pela Junta da Emigração à Câmara Municipal, onde se suspende a emigração para este país e através do ofício do Consulado dos Estados Unidos da Venezuela, onde pode ler-se:

“Para os devidos efeitos comunico a v. exa. que por ofício de 24 do corrente, o Consulado dos Estados Unidos da Venezuela em Lisboa informou esta Junta de que está suspensa, temporariamente, a entrada de emigrantes naquele país e que, conseqüentemente, não são concedidos vistos nos passaportes apresentados naquele consulado. Excetuam-se, os retornados que desejam regressar à Venezuela dentro do prazo em que lhe é concedido o visto de retorno, as mulheres casadas que se vão juntar aos maridos ali residentes e os filhos menores que vão reunir-se a seus pais (...)”²¹.

Com a chegada ao poder da Venezuela, pelo Presidente Marcos Pérez Jiménez e devido às suas ideias revolucionárias na questão de desenvolvimento do país, assistimos a uma abertura à imigração, por parte do governo venezuelano, entre os anos de 1954 e 1955, formalizado em vários decretos e circulares, incentivando, preferencialmente, a imigração de indivíduos com idade inferior a 35 anos, com boa saúde, sem antecedentes criminais e a saber ler e escrever²². Esta abertura vai também favorecer a reunião familiar, apadrinhada pelo governo venezuelano, como medida de fixação e integração destes na “nova” sociedade.

Relativamente à distribuição dos emigrantes por género, quer para o Brasil, quer para a Venezuela, e de acordo com os Boletins de Informação preenchidos, entre 1948-1974 na Câmara Municipal da Maia, como não poderia deixar de ser, foi predominantemente masculina, verificando-se os picos nos anos 1951 e 1955, para o Brasil e 1955 e 1957 para Venezuela, respetivamente.

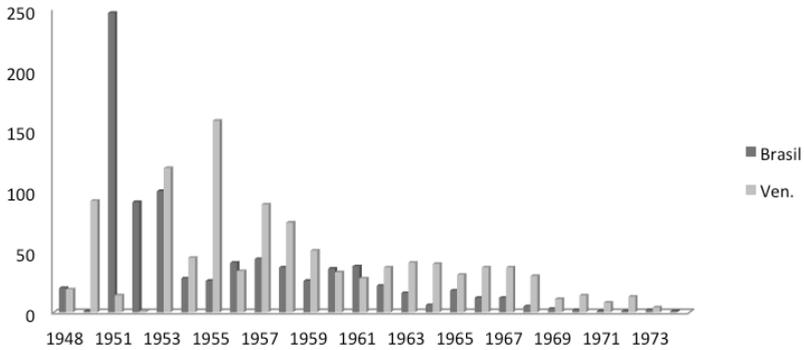
19 Circular n.º 16/55 de 27 de julho de 1955. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

20 Circular n.º 2/64 de 27 de fevereiro de 1964. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

21 Circulares da Junta da Emigração, de 29 de Dezembro de 1948. Arquivo da Câmara Municipal da Maia.

22 Os emigrantes, no momento do pedido do visto consular, tinham de realizar uma prova de conhecimentos no consulado venezuelano, em Lisboa, que consistia no ditado e leitura.

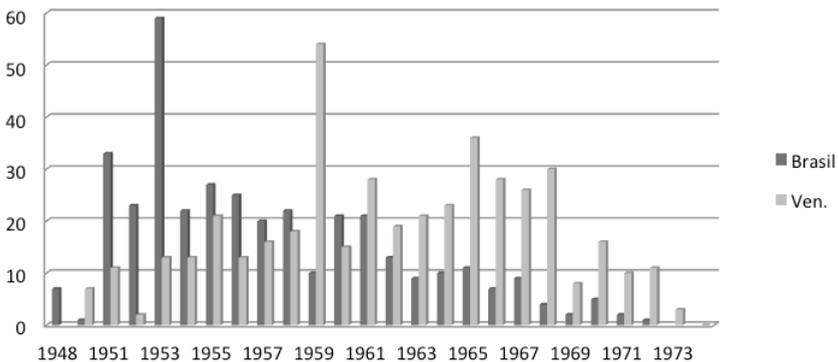
GRÁFICO N.º 3
Emigração maiata do sexo masculino para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



A partir dos anos 1960, temos esta emigração masculina dirigida, principalmente para França e Alemanha, onde a maior facilidade em atravessar a fronteira terrestre contribuiu para desviar parte dos destinos tradicionais da América do Sul.

Os homens partiam e depois de estabelecidos, quer fossem para o Brasil ou para a Venezuela, regressavam a Portugal para reunir ou mesmo casar com a mulher e namorada que ficou para trás, ou através de “cartas de chamadas” e contratos de trabalho, levar a restante família.

GRÁFICO N.º 4
Emigração maiata do sexo feminino para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



Com este gráfico, temos a continuação do que foi referenciado anteriormente, sendo a emigração feminina um complemento da emigração masculina, já que esta simbolizava a reunião familiar, essencialmente.

Como se pode verificar, as mulheres emigrantes, apresentam o maior volume nos anos de 1951 e 1953 para o Brasil e 1959 e 1965 para a Venezuela.

Apesar de a mulher ter entraves a nível administrativo, para a obtenção do passaporte de emigrante, através da carta de chamada ou mesmo do contrato de trabalho, lá conseguia sair. A mulher (solteira ou casada) tinha de ter autorização paterna ou marital, para se deslocar para outros países.

A própria Junta da Emigração impunha restrições às mulheres que viajassem sós, independentemente da idade e alertava através das *circulares* aos funcionários camarários para restringir e avisar as mulheres dos perigos de viajarem sós, mesmo com as cartas de chamadas de familiares.

No caso dos maridos ausentes em parte incerta, estas tinham de provar, através de documentos judiciais, o desconhecimento do paradeiro dos maridos, e só podiam viajar com uma autorização (especial) da Junta da Emigração.

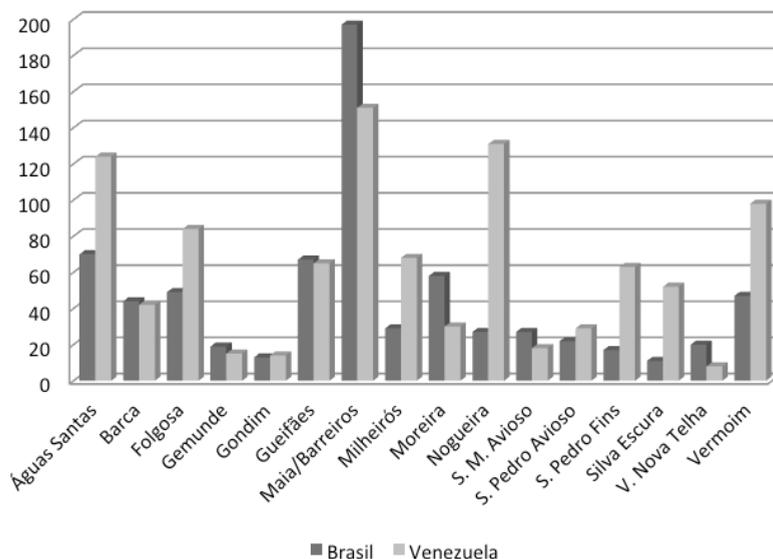
Ainda e continuando com os dados baseados no preenchimento do *Boletim de Informação*, e por imposição do diploma legal do Decreto-lei n.º 36 558, como se referiu, o pretense emigrante, podia entregar a documentação, na Câmara Municipal da sua naturalidade ou de residência. Assim, da recolha de dados do *Boletim de Informação*, podemos dividir, quanto à questão da naturalidade, em três partes: os naturais do concelho da Maia, os naturais de outros concelhos e os portugueses nascidos no estrangeiro.

QUADRO N.º 2

Distribuição dos processos de emigrantes por concelho de naturalidade (1948-1974)

	Brasil	Venezuela
Maia	717	992
Outros	255	215
Estrang.	9	8
S/Ind.	219	287
TOTAL	1 200	1 502

GRÁFICO N.º 5
Distribuição dos processos de emigrantes por
naturalidade no concelho da Maia (1948-1974)



Para os emigrantes nascidos no concelho da Maia, obteve-se os seguintes resultados. Para o Brasil, as principais freguesias fornecedoras de emigrantes são: Águas Santas (70), Gueifães (67), Moreira (58), Folgosa (49), Vermoim (47), Barca (44), Milheirós (29), Nogueira e S. Maria Avioso (27), S. Pedro Avioso (22), Vila Nova da Telha (20), Gemunde (19), S. Pedro de Fins (17), Gondim (13) e Silva Escura (11).

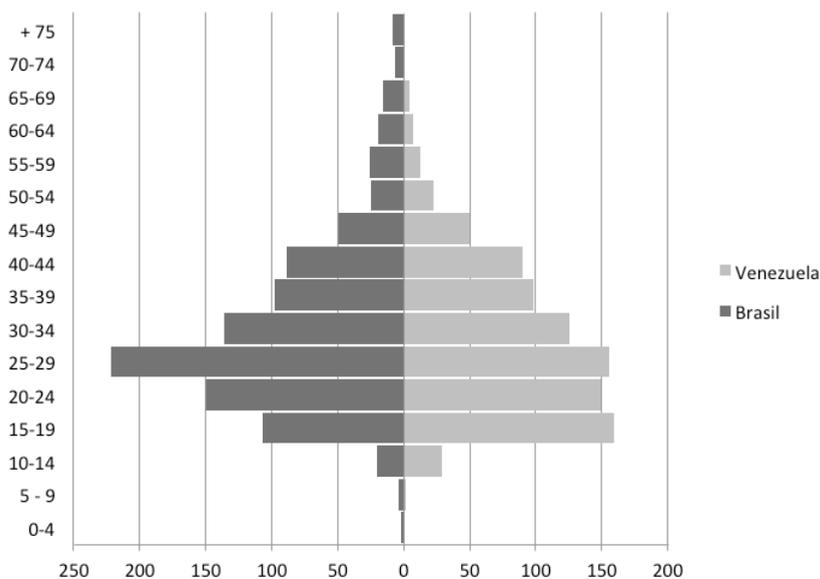
Para a Venezuela, destacamos a Maia/Barreiro (151), Nogueira (131), Águas Santas (124), Vermoim (98), Folgosa (84), Milheirós (68), Gueifães (65), S. Pedro de Fins (63), Silva Escura (52), Barca (42), Moreira (30), S. Pedro Avioso (29), S. Maria Avioso (18), Gemunde (15), Gondim (14) e Vila Nova da Telha (8).

De salientar que a freguesia da Maia é sede de concelho, denominada anteriormente como Barreiro.

Apesar de apresentar um número elevado de emigrantes, a freguesia de Águas Santas – que faz limite territorial do concelho da Maia com o concelho do Porto – podem levantar-se questões pertinentes. Os números aqui apresentados, podem não refletir a realidade, pois era mais fácil, a nível de deslocação, ir ao centro do Porto, do que à Câmara da Municipal da Maia, para solicitar o passaporte de emigrante.

Passando à análise das idades dos titulares dos emigrantes (Homens e Mulheres), fica bem patente no gráfico n.º 6, que os pretendentes emigrantes encontravam-se, no período de vida ativa (20 a 34 anos).

GRÁFICO N.º 6
Distribuição da emigração maiata
por grupos etários para o Brasil e Venezuela (1948-1974)

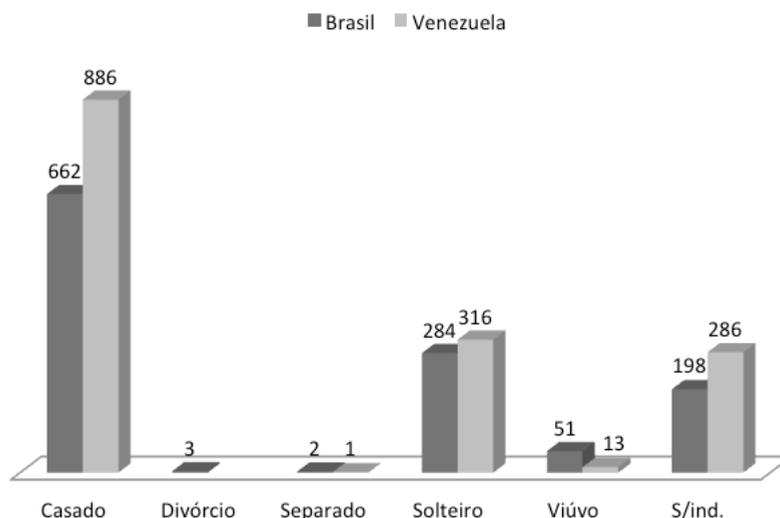


No entanto, para a Venezuela, o gráfico apresenta uma particularidade, pois o grupo etário dos 15 aos 19 anos, dos jovens adolescentes, destaca-se em relação ao Brasil. Temos a reunião familiar dos filhos.

Por outro lado, o grupo etário a partir dos 55 anos apresenta a “reunião familiar” ou o ir viver com os filhos que se encontravam no Brasil, já bem estabelecidos. Já não é reunião dos filhos com os pais, mas a reunião dos pais com os filhos.

É de acentuar, e na conformidade com os gráficos anteriores, que a emigração maiata concentra-se o número maior de pedidos de processos para a obtenção do passaporte de emigrante, nos anos 1950.

GRÁFICO N.º 7
Distribuição dos emigrantes maiatos por estado civil para o Brasil e Venezuela (1948–1974)



Quanto à questão do estado civil, os emigrantes, como se pode ver através do gráfico n.º 7 – o número de processos pedidos para a obtenção do passaporte de emigrante –, são predominantemente casados, independentemente do seu género. Assim, temos 662 indivíduos para o Brasil e 886 indivíduos para a Venezuela cujo estado civil era “casado”, contra os 284 e 316, respetivamente para o Brasil e Venezuela, solteiros.

O destino declarado pelos emigrantes, nem sempre correspondia à realidade, pois estes escolhiam as cidades, pelo círculo familiar e/ou pela rede de amigos e conhecidos, e tanto podiam fixar-se nelas como podiam deslocar-se para outras regiões à procura de trabalho. Assim, observa-se que para o Brasil as principais entradas para onde se dirigem os cidadãos, são essencialmente o Rio de Janeiro (897) e S. Paulo (181). De acordo com as indicações do *Boletim de Informação*, aparecem ainda registadas localidades como Niterói (13) e Petrópolis (2). No caso da Venezuela, só temos uma entrada – a cidade de Caracas.

QUADRO N.º 3

Distribuição dos emigrantes maiatos por destino no Brasil (1948-1970)

1948-1974	
Brasil - Cidades	N.º Entradas
Baía	4
Belém do Pará	4
Belo Horizonte	3
Curitiba	1
Guanabara	4
Manaus	4
Maranhão	1
Niterói	13
Pernambuco	23
Petrópolis	2
Recife	6
Rio Grande do Sul	1
Rio Janeiro	897
S. Paulo	181
Santos	8
S/ind.	48
Total	1200

A escolha dos destinos – Brasil e Venezuela – e as características destas economias, conjugados com as profissões apresentadas pelos emigrantes²³, vão afetar os fluxos da emigração.

Segundo a apresentação das profissões pelos pretensos emigrantes, que variava entre o clérigo, comerciante, tamanqueiro, cortador de carnes verdes, tipógrafo, **dama de companhia, motorista ou estucador**, entre outras, **optou-se por agrupar as profissões segundo não por sectores, mas por agrupamentos profissionais que tivessem afinidades.**

²³ Aquando do preenchimento do *Boletim de Informação*, o pretense emigrante tinha obrigatoriamente de indicar a sua profissão conforme o Bilhete de Identidade. Também, tinha de apresentar uma declaração na Câmara Municipal da Maia, onde constava que exercia a profissão há mais de três anos.

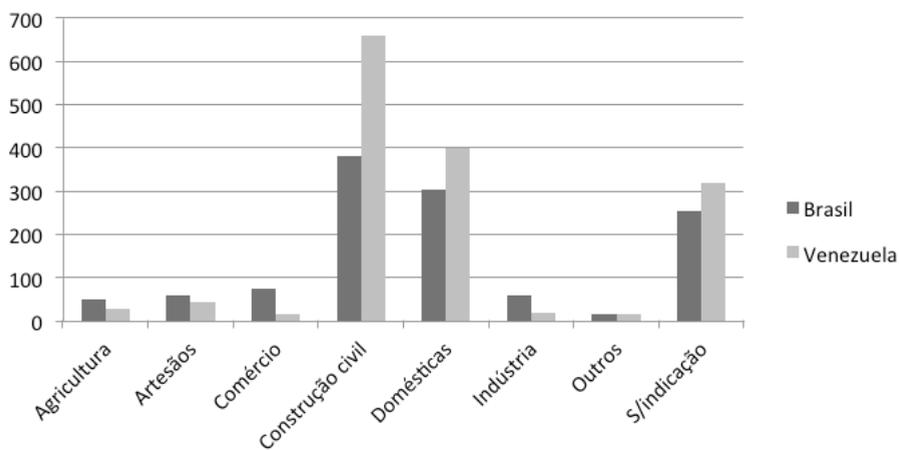
QUADRO N.º 4

Distribuição dos emigrantes maiatos por profissão para o Brasil e Venezuela (1948-1974)

Profissões	Brasil	Venezuela
Agricultura, trabalhadores rurais	51	29
Artesãos	59	45
Indústria	60	18
Trabalhadores do comércio	76	15
Construção civil	380	660
Domésticas	305	401
Outros	15	16
S/Indicação	254	318
Total	1 200	1 502

GRÁFICO N.º 8

Distribuição dos emigrantes maiatos por profissão para o Brasil e Venezuela (1948-1974)



O perfil do emigrante para o Brasil assentava essencialmente, em trabalhadores rurais e no comércio, enquanto para a Venezuela temos as profissões ligadas à construção civil.

Na questão da profissão das mulheres – domésticas – há que realçar, que era muito mais fácil e económico apresentarem-se como domésticas, do que fazer prova da sua real profissão.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou constituir um contributo para o estudo da emigração maiata para a América do Sul – Brasil e Venezuela, através da análise de algumas fontes – o *Boletim de Informação* e as *circulares*, documentos fundamentais para a compreensão do processo burocrático e legal inerente ao processo de emigração.

Estas fontes revelam ainda os dados estatísticos relativos às características dos emigrantes do concelho da Maia: volume, destino, género, naturalidade, idades e profissões, entre 1948-1974.

Dos 5 859 *Boletins de Informação* estudados, podemos destacar o continente americano (2 729) e europeu como o destino privilegiado dos emigrantes maiatos.

Registámos, assim, no concelho da Maia, até aos anos 1960, uma emigração virada, sobretudo, para a América do Sul, tendo sido a Venezuela, o país de escolha privilegiado. Após o ano de 1961, aliada a uma Europa, mais apetecível em termos económicos e devido à conjuntura que Portugal atravessava, com o deflagrar da Guerra Colonial portuguesa, os emigrantes mudaram de rota, atravessando os Pirenéus em busca de um novo *El Dorado*.

É uma emigração, essencialmente masculina, de estado civil “casado”, com o maior número de emigrantes circunscritos na faixa etária compreendida entre os 20-34 anos, na fase de vida ativa. Deve-se realçar que, para a Venezuela temos uma emigração de reunião familiar mais jovem do que para o Brasil e, por sua vez, para este país, encontramos uma emigração de reagrupamento familiar, dos pais.

Maioritariamente, os emigrantes são naturais do concelho da Maia. Quanto às profissões, destacamos, no caso dos emigrantes para o Brasil, as atividades ligadas ao meio rural e ao comércio; enquanto que para a Venezuela, registamos sobretudo operários ligados à construção civil.

A emigração feminina é um prolongamento da emigração masculina catalisada pela procura da reunião familiar, essencialmente. A nível profissional, elas apresentam-se como domésticas, apesar de se acreditar, que muitas exerciam uma profissão em Portugal.

FONTES

- Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Boletins da Informação*, 1948-1974.
- Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Circulares da Junta da Emigração*, 1947-1974.
- Arquivo da Câmara Municipal da Maia – *Circulares do Secretariado Nacional da Emigração. Correspondência recebida* da Câmara Municipal da Maia, 1948-1974.
- Diário do Governo*, 1948-1974.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Mota, 2001 – “Maia”, in *Enciclopédia Verbo, Luso-brasileira de Cultura*, Século XXI. Lisboa: Edição Verbo.
- BORGES, Marcelo J., 2009 – “Muitas américas: padrões de migração transatlântica e escolha do destino no sul de Portugal (séculos XIX e XX)”, in *Ler História – Emigração e imigração*. Lisboa.
- COSTA, Leonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Munch, 2011 – *História Económica de Portugal, 1143 – 2010*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, 1875 – *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geographico, Estatístico. Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymológico de todas as cidades, vilas e freguezias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- NOGUEIRA, Carlos Alberto S., 1994 – *Elementos de história económica portuguesa*. Edição LusoLivro
- OLIVEIRA MARQUES, 1986 – *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Palas Editores.
- PEREIRA, Victor, 2009 – “Ineficiência, fragilização e duplicidade. O velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)”, in *Ler História – Emigração e imigração*. Lisboa.
- SAGRES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JÚNIOR, António Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-tatu.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MENEZES, Lená Medeiros de; MATOS, Maria Izilda; SAGRES, Maria de Nazaré; SILVA, Susana Serpa (orgs.), 2011 – *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: CEPESSE/Fronteira do Caos.
- XAVIER; António de Abreu, 2009 – “A comunidade portuguesa na Venezuela. Uma cronologia da sua presença contemporânea”. *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, outubro 2009, n.º 5. Lisboa: ACIDI.

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL NA IMPRENSA PORTUENSE (1918-1931)

DIOGO FERREIRA

INTRODUÇÃO

A interpretação das representações do fenómeno emigratório na imprensa portuense é um dos principais objetivos deste trabalho, particularmente numa fase em que se vislumbrava a recuperação dos índices da emigração portuguesa no período pós-Primeira Guerra Mundial, após uma breve descontinuidade motivada essencialmente pelo conflito mundial¹.

A pesquisa das fontes hemerográficas baseou-se na análise de dois dos jornais mais importantes da região, *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto*. Após se ter detetado um extenso rol de informações nos dois periódicos relativamente à emigração portuguesa, foi feita uma triagem das que mais interessavam a este trabalho, tendo sido desde logo definido que se procurariam, fundamentalmente, examinar aquelas notícias alusivas à crise e às dificuldades que se viviam em Portugal, e que serviam de motivo para abandonar o país e dirigir-se para terras brasileiras e, por outro lado, tentar que refletissem as experiências e vivências do imigrante português no Brasil.

¹ A imprensa dava conta dessa intermitência em finais de 1918, relatando que "várias empresas de navegação estão trabalhando ativamente no restabelecimento das carreiras interrompidas por motivo da guerra, sendo esperado que entrem no Tejo dentro em pouco, navios de todas as linhas de navegação para todo o mundo". A este propósito noticiava-se também que "com o restabelecimento da liberdade de navegação, que foi uma das consequências do armistício, assume novamente a sua antiga importância o movimento marítimo nos portos comerciais", destacando-se o porto de Leixões, "destinado a servir perfeitamente as necessidades do tráfego marítimo da região do norte do país" ("A navegação". *Jornal de Notícias*, n.º 285, 31.º ano, de 1 de Dezembro de 1918).

A emigração mobilizava correntes de opinião pública, considerando-se que os jornais e outras publicações periódicas eram “reflexo do protagonismo que a emigração assume na ‘praça pública’ e nos meios políticos”, procurando desempenhar um papel determinante junto da população no que respeitava à “necessidade de informação, de dissuasão, de crítica, de sugestões para o contornar, de apelo e alerta às próprias autoridades centrais e locais e do aquilatar de uma emigração-insucesso ou de emigração bem-sucedida”².

Nos dois jornais analisados, no período compreendido entre 1918 e 1931, destaca-se, desde logo, o facto de a maioria dos artigos publicados assumirem uma posição anti-emigratória. Ainda que para alguns o poder central não conseguisse “inteirar a população do país, pelos seus delegados idóneos, do que se passa nas regiões de imigração e que torne impraticável toda a tentativa de propaganda e aliciamento” através de editais e artigos oficiosos de imprensa³, devido à elevada taxa de analfabetismo registada em Portugal⁴, foram múltiplos os artigos publicados naquela década e meia, quer no *Jornal de Notícias*, quer em *O Comércio do Porto*, que abordavam a questão emigratória.

A imprensa da época atribuía as responsabilidades da elevada emigração portuguesa essencialmente à inércia e desinteresse da classe política face ao assunto, à deplorável ação dos engajadores e à crise económico-social existente no país. Apesar de todas as tentativas para ultrapassar as dificuldades sentidas, continuaria a verificar-se, entre 1918 e 1931, uma significativa saída de indivíduos do nosso território, procurando então a imprensa, principalmente *O Comércio do Porto*, relatar determinados acontecimentos vividos pelos nossos compatriotas no Brasil, com o intuito de demonstrar as dramáticas contrariedades por que estavam a passar e, assim, procurar demover os candidatos a emigrar. Como se afigurava tarefa problemática combater a emigração, os periódicos adotaram uma outra estratégia, resignados perante a inevitabilidade do fator emigratório, ao tentarem exercer uma pressão sobre as autoridades políticas nacionais para que estivessem mais atentas àquele fenómeno e fossem mais ativas na luta pelo bem-estar dos que estivessem fora da pátria, neste caso, no Brasil.

Ainda assim, por vezes, surgiam alguns artigos que procuravam atenuar um pouco a posição irredutível manifestada por alguns jornalistas, mencionando-se

2 MARTINS, 1997: 53.

3 *BOLETIM de Emigração*, p. 4.

4 Tal como referia Jorge Alves, “mesmo considerando que o nível de leitura da imprensa não fosse elevado, a difusão do essencial do noticiário não deixaria de transbordar para o grande público, ainda que por transmissão oral” (ALVES, 1998).

que alguns portugueses no Brasil tinham conseguido enriquecer e apontando-se aquele país como uma potência económica, apresentando todo o tipo de argumentos para desmentir algumas concepções menos positivas que se tinham formado quanto à presença portuguesa em território brasileiro. O importante papel desenvolvido pelas associações e instituições filantrópicas, dirigidas por portugueses no Brasil, demonstrava também que nem todos os nossos compatriotas se encontravam em condições adversas.

Outra situação curiosa estava relacionada com os anúncios de companhias de navegação que apareciam assiduamente nos dois periódicos, parecendo contraditório estar a informar e a fomentar, ainda que indiretamente, a apetência dos leitores para emigrar, quando aqueles assumiam, na maior parte das vezes, uma atitude crítica em função dos efeitos negativos da emigração. Era a diferença entre os artigos opinativos que dependiam dos autores e da conjuntura e a imprescindível publicidade que sustentava a viabilidade financeira dos periódicos⁵.

1. CENÁRIOS DE CRISE E EMIGRAÇÃO

Relativamente à crise que se vivia em Portugal e à sua ligação com a corrente emigratória, podemos verificar que a carestia da vida era um dos principais problemas da sociedade portuguesa da época. Portugal sofria também com a chamada crise das subsistências, aspeto que favorecia indubitavelmente a generalizada crise económica que atravessava o país, e que consistia fundamentalmente na deficiência de algumas substâncias alimentícias e numa alta pavorosa de preços.

Essencialmente agrícola, o país não produzia os alimentos indispensáveis ao sustento da sua população. O solo não se encontrava convenientemente explorado e carecia de “modernos processos de ciência agrónómica”, não sendo de estranhar que muitos lavradores emigrassem, levando inclusivamente o Governo português a pensar na hipótese de proibir a emigração para o Brasil, o que seria desaconselhado na imprensa.

⁵ Entre 1918 e 1931, os periódicos *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto* apresentavam, quase diariamente, nas últimas páginas das suas edições anúncios de diversas companhias de navegação, sobretudo estrangeiras, anunciando-se os nomes dos seus vapores e paquetes, as datas das suas partidas, os destinos e os respetivos preçários. De facto, eram as empresas estrangeiras que dominavam este setor negocial em Portugal, apresentando-se uma grande variedade de opções quanto às companhias transportadoras. Para se perceber um pouco melhor essa presença estrangeira neste ramo e a periodicidade com que se efetuavam as viagens.

A população, principalmente do norte, fugia das suas terras, pois era “penoso habitar um país onde não há pão e onde o antigo sentimento de benevolência se transformou num sórdido e feroz egoísmo”. Mais grave ainda era o facto da aspiração emigratória atuar consideravelmente sobre os “que melhor saúde e forças têm para o trabalho”, isto é, sobre indivíduos entre os 20 e os 35 anos, havendo dessa forma, “pela emigração, um prejuízo enorme para o país donde saem os emigrantes”. O jornalista entendia que o governo deveria atuar o mais rapidamente possível, caso contrário “a ruína nacional era inevitável”, visto que “uma nação sem gente válida, só com velhos e crianças, tem os seus dias contados”⁶. Culpava-se a emigração por contribuir para a indefinição do país, pois eram milhares os indivíduos que saíam anualmente, “recrutados em geral entre as populações dos campos, com grave dano do progresso agrícola do país”, não se podendo dessa forma tirar os devidos proveitos de “um dos melhores recursos” da nossa riqueza pública, que era a agricultura⁷.

Os relatos da época demonstravam que emigravam mais pessoas dos campos do que das cidades. Fra Angelico⁸, jornalista que dedicou muita atenção ao problema emigratório, interrogava-se por que razão o operário citadino, com as inerentes dificuldades laborais, não emigrava tanto quanto os trabalhadores rurais. Concluía que, embora o operário ganhasse mais que o trabalhador do campo, este último era mais rico que o primeiro, visto que possuía “quase sempre alguma coisa de que possa desfazer-se, a fim de arranjar dinheiro para a viagem, ou goza de crédito, encontrando quem lhe abone esse dinheiro”, enquanto o operário “nada possui, geralmente, a não ser uns miseráveis trapos”, não tendo nada que empenhar nem vender, “nem uma casa, nem um eirado, nem animais domésticos”⁹.

⁶ Apresentavam-se duas soluções para tentar fixar a população: a melhoria da situação económica e a regulamentação imediata da emigração. Quanto a este segundo ponto, o articulista referia que a emigração só deveria ser permitida a indivíduos que tivessem a sua colocação assegurada, por um contrato de trabalho legalmente celebrado, concluindo ainda que o Estado não se deveria desinteressar dos cidadãos que emigrassem, devendo “acompanhá-los, onde quer que estejam e dar-lhes a proteção e auxílio de que venham a necessitar” (“A emigração portuguesa”. *O Comércio do Porto*, n.º 283, ano LXXII, de 1 de Dezembro de 1926, p. 1).

⁷ “Regresso à terra”. *O Comércio do Porto*, ano LXVII, de 19 de Fevereiro de 1921, p. 1.

⁸ Pseudónimo utilizado por Sousa Martins, “redactor do Jornal na década de vinte” (SOUSA, 1988: 404-405).

⁹ Segundo Fra Angelico, o trabalhador rural “é o menos preparado para a luta pela vida, não só por ser analfabeto, mas porque não sabe, no maior número dos casos, nenhum ofício, a não ser o de pegar na enxada, abandonado pelo engajador à entrada do navio, viaja nos porões, como mercadoria abandonada, em recintos estreitos, sem ar e luz, mal alimentado, morrendo muitas vezes tragicamente ao longo da viagem” (“De relance...A emigração”. *Jornal de Notícias*, n.º 37, 43.º ano, de 14 de Fevereiro de 1930, p. 1).

Várias crónicas sobre a situação caótica que se vivia no país seriam publicadas. João d'Arce¹⁰, por exemplo, sublinhava que a vida portuguesa sofria, sobretudo, “daquela falta de espírito de continuidade”, que era uma “característica do temperamento português”. Receava que as “extraordinárias qualidades” de luta dos portugueses fossem relegadas para segundo plano em função da “balbúrdia em que [...] os caprichos da política transformaram Portugal”, não admirando que muitos procurassem a solução emigratória como fuga a esta complexa situação que se vivia no país¹¹.

No entanto, mesmo antes das opiniões de João d'Arce, outros textos jornalísticos já se vinham referindo ao português como um indivíduo que se iludia facilmente e vivia “constantemente entregue às mais deslumbrantes miragens”, esperando sempre pelo “milagre que o há de salvar, o imprevisto que o há de tirar de dificuldades, o abençoado acaso que o salvará de apertos”. Nem o facto de a vida ter encarecido, da agricultura ter definhado, dos transportes rarearem e da crise das subsistências prevalecer, levavam o português a esmorecer e a perder a esperança numa vida melhor, sendo a decisão de emigrar um dos fatores que traduziam “a eterna miragem que embala a alma de português”¹².

Como reiterava Cristiano de Moraes, “o Brasil há de ser sempre para os portugueses um motivo de interesse” pois, na opinião do cronista, “pinta-se-lhe nos olhos, na alma e na história quase como um país de sonhos, de lendas e de quimeras”, daí que todo o “assédio aos que chegam duma destas viagens é alguma coisa de torturante entre a insistência de muitos e a curiosidade de quase todos”¹³.

Outro factor que concorria decisivamente para a complicada situação que se vivia no nosso país estava relacionado com a estagnação do crescimento populacional. Esta incómoda realidade preocupava todos, na medida em que a população “é considerada elemento de grande valor económico para qualquer país”, sendo a sua diminuição “motivo de sérias apreensões, porque representa um fator de depressão na riqueza nacional”.

Em 1926, um texto de O Comércio do Porto defendia que “se o fenómeno da emigração portuguesa fosse a consequência lógica do aumento da população,

10 Este era um pseudónimo que se julga ter sido utilizado pelo “jornalista e escritor nacionalista” António Pinto Machado, “colaborador assíduo do Jornal entre 1924 e 1945” (SOUSA, 1988: 404-405).

11 “Além do mar”. *Jornal de Notícias*, n.º 141, 38.º ano, de 17 de Junho de 1925, p. 1.

12 “Miragens”. *O Comércio do Porto*, n.º 171, ano LXVIII, de 21 de Julho de 1922, p. 1.

13 “Uma viagem à América do Sul. Aspectos do Brasil”. *Jornal de Notícias*, n.º 277, 43.º ano, de 25 de Novembro de 1930, p. 1.

que, vendo ser insuficiente o território nacional para comportar a atividade dos que precisam trabalhar, procurasse terra estranha, estaria bem. Mas nada disso sucede”. A emigração justificava-se em determinados países, mas não no nosso, procurando o jornalista fomentar a desmotivação junto da população face às carências sentidas pelo país. Embora a nossa população aumentasse anualmente, havia uma grande preocupação com a saída avultada de emigrantes, o que resultava na inevitável “diminuição de indivíduos aptos a trabalhar, num país, que sem muito trabalho, não poderá progredir, como deve”¹⁴.

Faziam-se chamadas de atenção aos poderes públicos portugueses para averiguarem “pelas vias diplomáticas, da legitimidade de semelhantes convites [circulares distribuídas pelos padres que refletiam falsas promessas] e tomar providências para que alguns milhares de homens do campo não emigrem seduzidos pela miragem de uma riqueza falível”, ainda que o jornalista visse a emigração como “um fenómeno económico que não é lícito contrariar; mas é indispensável regular”¹⁵.

Criticavam-se igualmente as autoridades políticas pelo apoio que davam às associações filantrópicas que se movimentavam no Brasil com o objetivo de que nada faltasse aos nossos emigrantes, nomeadamente a Assistência ao Emigrante Português. Tal apoio era visto como “uma medida de desnacionalização, contraproducente nos seus resultados e [...] verdadeiramente anti-patriótica”. Apesar de reconhecer que à primeira vista aquela instituição desempenhava um papel relevante ao orientar o emigrante e a “facilitar-lhe proteção, à margem do amparo dos governos locais”, o cronista lembrava que todos os economistas do país apontavam a escassez de produção agrícola, motivada especialmente pela falta de braços e pela elevada emigração, que despovoava as aldeias e proporcionava o abandono dos campos, como uma das principais razões para as extremas dificuldades por que passava o nosso país, especialmente a nível económico-financeiro.

14 “A emigração portuguesa”. *O Comércio do Porto*, n.º 283, ano LXXII, de 1 de Dezembro de 1926, p. 1.

15 É abordada uma situação em que eram apresentadas promessas, certamente falazes, aos portugueses. Estes eram convidados, “em nome da Companhia Industrial Santa Fé, com sede no Rio de Janeiro, para irem trabalhar para os terrenos que essa Companhia possui, a três horas de viagem daquela capital”. Publicitava-se que “a Companhia dá a preferência a trabalhadores braçais com prática de serviços agrícolas, serradores, carpinteiros, pedreiros e adianta aos que chegarem sem recursos o necessário para se manterem a si e às suas famílias, se vierem acompanhados, até ao 1.º pagamento”, pagamentos que seriam feitos mensalmente. O articulista lembrava ainda que era “preciso fazer constar que o trabalhador rude, sem preparação, nada pode esperar do seu trabalho nas regiões onde já se exige quem seja apto para o exercício das diversas profissões” (“A emigração. Um engodo”. *O Comércio do Porto*, n.º 45, ano LXVII, de 25 de Fevereiro de 1920, p. 1).

Entendia que se o Estado fosse bem governado, procuraria impedir a emigração para o Brasil, argumentando que devia desviar aquela corrente emigratória para Angola e para os demais domínios ultramarinos, “onde os cobiçosos de riqueza e de bem-estar ainda poderão descobrir o único, o verdadeiro *el-dorado*”. No entanto, concluía que a falta de iniciativa dos responsáveis políticos portugueses não lhes tinha possibilitado verificar que Angola era “um país fertilíssimo, de extensão inconcebível, autêntico viveiro de riquezas inexploradas”¹⁶.

Quando se falava em emigração para o Brasil, colocava-se, por vezes, a hipótese de desviar aquela corrente para as colónias. A ideia principal era consolidar a soberania portuguesa e promover com o povoamento de colonos, idos da metrópole, a prosperidade económica daqueles territórios. Para tal, era necessário “convencer os trabalhadores portugueses de que há muito o Brasil deixou de ser a fonte de fortunas que foi para nós, e que o seu bem-estar e a sua futura riqueza podem ser rapidamente alcançados na linda terra que é Angola”, onde poderia emergir “um novo Brasil”¹⁷.

Todavia, essa mudança de rumo da corrente emigratória não assumia contornos de unanimidade na sociedade portuguesa. Raul Martins defendia que os nossos emigrantes passariam “trabalhos, miséria e privações ainda maiores” nas colónias do que no Brasil¹⁸, enquanto Fra Angelico, no *Jornal de Notícias*, manifestava discordância quanto ao desvio da emigração para África, falando em “espirais da ilusão e no torvelinho do engano”. Não concordava com a ideia de que “Angola poderia ser o nosso futuro Brasil”, pois tinha tido acesso a um comunicado enviado para a imprensa pela Comissão de Defesa dos Trabalhadores de Angola, em que esta expunha “a situação simplesmente angustiada” que se vivia na colónia.

O comunicado demonstrava que eram muitos os trabalhadores “que se aventuravam a fazer para ali a dispendiosa viagem, sem garantia de prévia colocação e sofrendo, por isso, confrangedoras deceções”, ocorrendo mesmos alguns casos em que os emigrantes chegavam aos portos de Angola e, “desalentados e espavoridos ante a onda de desempregados”, regressavam no mesmo momento no barco que os tinha levado. O jornalista constatava ainda

¹⁶ “A assistência aos emigrantes. Uma obra contraproducente”. *Jornal de Notícias*, n.º 190, 39.º ano, de 13 de Agosto de 1926, p. 1.

¹⁷ “Portugal no Ultramar. A favor de Angola”. *Jornal de Notícias*, n.º 217, 41.º ano, de 13 de Setembro de 1928, p. 2.

¹⁸ “A emigração portuguesa para o Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 54, ano LXXII, de 5 de Março de 1927, p. 1.

que aquela colónia não só não podia receber portugueses, “como de boa vontade despacharia para a metrópole muitos dos que lá se encontravam”¹⁹.

Por outro lado, no entender de alguns, seria também importante terminar com a propaganda dos engajadores, de forma a “inutilizar a sua ação deletéria”, bastando para o efeito “medidas de carácter policial” mais eficazes do que as existentes.

A imprensa portuense também não deixaria de abordar as limitações que as autoridades brasileiras começariam a impor nos finais de 1930, após a subida ao poder de Getúlio Vargas, quanto à entrada de estrangeiros no seu território. Assim, um artigo no *Jornal de Notícias* dava conta de duas novas medidas adotadas pelo governo brasileiro, que poderiam afetar “a economia de muitos portugueses” e que diziam respeito à “restrição na imigração para o Brasil e à remessa de dinheiro do país irmão para Portugal”²⁰, sendo regulado “o envio de divisas para o exterior, gerando descontentamentos entre a colónia portuguesa, impedida de recambiar capital com destino à sua terra natal”²¹.

Apesar disso, o jornalista garantia que não havia motivo para alarmismo. Isto porque a imigração iria certamente continuar a processar-se, “mas subordinada a uns certos princípios e regras que não a proibem mas apenas a regulamentam”, assim como, em relação às questões financeiras, o principal objetivo daquela nova medida era “reprimir a especulação promovida pelos bancos estrangeiros”, ficando, porém, “assegurados o pagamento de juros e rendimentos, e as remessas particulares de fundos, por meio de saques limitados a trezentos mil réis, que o Tesouro estava autorizado a pagar”²².

De facto, em finais de 1930, o problema do desemprego no Brasil representava “uma verdade dolorosa e irremediável”. Verificava-se que a onda de desempregados ia aumentando de uma forma considerável, que já ameaçava “a própria revolução política e os seus diques mais seguros com o rebentar de suas vagas enraivecidas pelo desespero da fome”. Esta era uma das razões que tinha conduzido muitos

19 “De relance...Quadro triste”. *Jornal de Notícias*, n.º 89, 43.º ano, de 17 de Abril de 1930, p. 2. O desvio da nossa emigração para África era um assunto que motivava uma acesa discussão entre diversas correntes de opinião, tendo começado inclusivamente a surgir no *Jornal de Notícias*, a partir de inícios de 1930, com alguma frequência, algumas rubricas denominadas “Pró-coloniais”.

20 Nesta notícia foram transcritos os dois primeiros artigos do decreto n.º 19482 (“As recentes medidas do governo do Brasil”. *Jornal de Notícias*, n.º 295, 43.º ano, de 16 de Dezembro de 1930, p. 1).

21 PAULO, 2000: 133.

22 “As recentes medidas do governo do Brasil”. *Jornal de Notícias*, n.º 295, 43.º ano, de 16 de Dezembro de 1930, p. 1.

indivíduos a defender a suspensão de, por um determinado período de tempo, que, forçosamente, “deveria corresponder à duração da crise, todas as correntes migratórias para o país”, visto que em nada lucraria o Brasil se continuasse com os portos apinhados de gente e estaria, simultaneamente, a contribuir “para aumentar as fileiras dos desocupados”²³.

Raul Martins reconhecia que iria ser complicada a execução do decreto n.º 19482, pois quem tinha conhecimento da forma como funcionava o comércio e os serviços de certas indústrias concluía que aquela seria “inexequível no seu rigorosismo” e que iria “criar situações difíceis às empresas, aos particulares e ao próprio governo”. Isto porque não se encontrariam brasileiros nas cidades “em número suficiente para ocupar todos os cargos” que a nova lei determinava

Como é evidente, em Portugal esta lei foi recebida com bastante apreensão, atendendo ao elevado número de nacionais radicados em território brasileiro. O correspondente de *O Comércio do Porto* considerava que aquele decreto era “mais do que injusto, injustíssimo”, ainda para mais quando as nossas autoridades tinham equiparado os brasileiros aos portugueses, nomeadamente no que respeitava à igualdade de tratamento dado ao pessoal de assistência a bordo dos navios, como já foi aludido atrás. Vía naquele diploma “um espírito de aversão ao estrangeiro”, que julgava já ter sido ultrapassado “pela força do bom senso e da razão”.

O que mais incomodava este jornalista era o facto de naquele decreto constar que às companhias, empresas, estabelecimentos e escritórios não seria permitida a admissão de mais estrangeiros, com o intuito de que as vagas disponíveis fossem preenchidas pelos nacionais. Considerava este ato como “iníquo, desumano e cruel”, não percebendo como seria possível “aos diretores de empresas e companhias, donos de fábricas e estabelecimentos” colocar no desemprego milhares de estrangeiros. O único pensamento que atenuava um pouco a sua revolta era que aquela lei não viesse efetivamente a aplicar-se, tal como sucedia com muitas outras²⁴.

Todavia, se, na maior parte das vezes, a imprensa funcionava como um meio de combate à emigração, outras vezes assumia contornos que pareciam querer “ajudar” os portugueses candidatos a emigrar a optarem pelo Brasil. Isto

23 “O problema do desemprego no Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 304, ano LXXVI, de 27 de Dezembro de 1930, p. 1.

24 A propósito dos eventuais problemas decorrentes daquele decreto, Raul Martins considerava que “não quis o legislador pensar, neste caso, se esses estrangeiros estão ou não casados com mulher brasileira, se têm ou não filhos brasileiros, o que, necessariamente, sofrerão, sendo brasileiros natos, as consequências da miséria e da fome” (“A lei dos ‘dois terços’”. *O Comércio do Porto*, n.º 56, ano LXXVI, de 8 de Março de 1931, p. 1-2).

porque seriam publicados artigos em que se pretendia evidenciar o crescimento económico brasileiro, o que poderia muito bem constituir um fator incentivador à emigração para aquele país. Num desses textos demonstrava-se que o Brasil se apresentava “num estado invejável de prosperidade, afirmando-se como potência financeira e económica de primeira grandeza entre as nações da América do Sul suas rivais”, podendo igualmente verificar-se que “a situação económica do Brasil apresentava sintomas cada vez mais favoráveis de uma melhoria bastante sensível, que se acentuou a ponto da indústria brasileira abastecer já hoje o mercado interno, satisfazendo completamente todas as suas exigências”. Como tal, o futuro económico deste país parecia ser “brilhante, entrando a grande nação irmã num caminho franco de prosperidade, para a qual também concorre e em grande parte o trabalho de centenas de milhar de portugueses que, longe da pátria, mas em terra amiga, mantêm a tradição gloriosa da velha colonização portuguesa”²⁵.

Outro artigo, publicado no mesmo ano, confirmava o desenvolvimento do Brasil, rotulando-o de “potência económica de primeira ordem [...], pela vastidão sem limites do seu território e pela fertilidade e abundância de seu solo, que se desentranha em riquezas inapreciáveis”, apontando “a prosperidade administrativa” e a “administração financeira inteligente e criteriosa” como vetores imprescindíveis à “estabilização do câmbio brasileiro”, que muito “concorrerá para o incremento e firmeza dos negócios”²⁶.

Foram poucos os que, no período entre 1918 e 1931, nos periódicos analisados, encontravam no fenómeno emigratório aspetos positivos. Apesar de considerar que a excessiva emigração enfraquecia o país, pois “são energias, braços que fogem, indispensáveis ao trabalho nacional, ao culto da terra, à movimentação das riquezas”, Raul Martins não via a emigração como “um mal irremediável”. Isto porque as receitas que os emigrantes enviavam para o país, “o melhor do seu esforço e do seu trabalho, transformado em milhares e milhares de libras ou

25 Apesar da Grande Guerra, a actividade económica brasileira “produziu resultados frutuosos, assinalados no impulso animador do comércio, da indústria e da agricultura”, assistindo-se “ao desenvolvimento considerável das suas exportações, o que equivaleu à conquista de novas e inesgotáveis fontes de riqueza pública” (“O Brasil económico”. *O Comércio do Porto*, n.º 237, ano LXXI, de 7 de Outubro de 1925, p. 1).

26 Abordando dois produtos essenciais para o Brasil, o jornalista considerava que, “entre as culturas especiais e próprias da ferocíssima terra brasileira, destaca-se o café, que constitui, por assim dizer, o factor mais importante das exportações do Brasil”, bem como a borracha, “que está sendo objecto de uma cultura intensa no Brasil, após a crise provocada pela baixa de preços, visto a borracha brasileira não ter podido suportar a concorrência particularmente activa dos países produtores” (“O Brasil, potência económica”. *O Comércio do Porto*, n.º 301, ano LXXI, de 19 de Dezembro de 1925, p. 1).

de dólares” acabavam por compensar as perdas humanas. Segundo este cronista, o dinheiro do emigrante tinha uma importância considerável na economia portuguesa, representando uma valiosa fortuna, “um rio de ouro incessante, que enche de festa muitos lares, que eleva, por esse Portugal, tantos hospitais e tantas escolas, e de cuja abundância ainda vivem os cofres do Estado”²⁷.

2. O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO BRASIL

Uma das grandes preocupações de quem pretendia emigrar prendia-se com as condições em que se processaria a viagem. Os dias que demorariam a chegar ao Brasil, as condições higiênico-sanitárias existentes a bordo dos navios, a alimentação que disponibilizariam eram questões pertinentes que inquietavam os emigrantes.

A título de exemplo, as atrocidades cometidas sobre oito portugueses, que embarcaram clandestinamente num luxuoso paquete da companhia francesa *Sud-Atlantique* para o território brasileiro, mereceram um reparo na imprensa, condenando-se prontamente o crime praticado por “membros dementados” a bordo daquele transatlântico, tendo ficado demonstrado que “o seu comandante e a sua oficialidade” não souberam “impor-se aos seus subordinados”. Depois de terem procurado o maquinista da embarcação, este encarregou-os de um trabalho árduo. Insatisfeitos, os portugueses reclamaram, tendo sido açoitados pelos foguistas e lançada água a ferver sobre os seus corpos. Este “bárbaro caso” foi inclusivamente comunicado à embaixada francesa, de forma a que os autores dos actos de selvajaria não ficassem impunes, aproveitando também o jornalista para realçar mais uma vez “a necessidade do governo fazer com que os emigrantes portugueses sejam cercados de um número maior de conforto e esperança, a bordo dos grandes vapores que fazem a linha sul-América”²⁸.

²⁷ “Regulamentação e valorização do emigrante”. *O Comércio do Porto*, n.º 93, ano LXXV, de 22 de Abril de 1930, p. 1.

²⁸ Em relação às condições da viagem para terras brasileiras, o articulista contava que “a comida, geralmente, nessas 3.^{as} classes, onde se amontoam como rezes humanas os infelizes que para embarcar vendem os últimos trapos das suas roupas e as últimas leiras das suas terras, é detestável; e se hoje já esses vapores oferecem comodidades, elas são, no entanto, relativamente restritas. E a forma como são tratados os emigrantes muita vez depende, quer do comissário de bordo, do *maître* do hotel, ou dos encarregados da alimentação. E não exagero” (“Impressões de longe. Terras do Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 30, ano LXXI, de 5 de Fevereiro de 1926, p. 1).

Os relatos acerca da vida dos portugueses em terras brasileiras eram consideravelmente frequentes na imprensa periódica. Por vezes, eram histórias que retratavam o sucesso e conseqüente preocupação com os que tinham ficado em Portugal – normalmente, o emigrante português pretendia obter algum dinheiro para poder voltar ao seu país, ainda que nalgumas ocasiões a ganância fosse levada aos limites, acabando por se esquecer de quem tinha ficado em solo português –, na maior parte das vezes davam conta das extremas dificuldades por que passavam em terras brasileiras, ficando muitos deles por lá sem as mínimas condições, desejando regressar ao seu país e não dispendo de meios financeiros para o concretizar. Neste último caso, os textos jornalísticos revelavam-se como elementos declaradamente dissuasores da emigração para o Brasil, com notícias reveladoras das más condições de vida e trabalho dos emigrantes naquele território.

O *Jornal de Notícias* publicou também um “conto”, presumivelmente inspirado na realidade, mas certamente muito ficcionado, sobre um indivíduo que tinha conseguido amealhar alguma fortuna no Brasil, tendo a sua desmedida ambição levado completamente ao esquecimento da sua família, que tinha ficado em Portugal. Assim, o jovem português, que tinha “grandes aspirações de homem rico a animar-lhe a cândida inocência”, partiu para o Brasil com elevadas perspectivas. Após algumas dificuldades iniciais de adaptação ao novo país devido às saudades de casa e à instabilidade laboral, “de marçano inofensivo passou a interessado numa casa de secos e molhados que lhe aproveitara os serviços e os entusiasmos, e esqueceu os pais”. O jornalista considerava que a luta pela vida tinha transformado aquele emigrante numa pessoa “egoísta”, num “burguês finório”, pois de elementar caixeiro tinha passado a patrão, perdendo toda a simplicidade e humildade de alguém que tinha vindo do campo. No entanto, acabaria por cair na realidade e, tendo rendimentos de sobra para o resto da existência, decidiu regressar a Portugal na altura do Natal. Quando chegou à terra perguntou a uma senhora pelos seus pais, a qual respondeu que eles tinham falecido, lembrando que tinham estado “sempre à espera do filho que viesse ampará-los na velhice, e afinal morreram à míngua”. Perante tal situação, “o burguesão sentiu pela primeira vez a inutilidade dos seus patacos e que a consoada, em vez da alegria no seio familiar, lhe surgia como o espectro fatídico do seu ingrato esquecimento”²⁹.

29 “Conto do Natal – O Natal do «Brasileiro»”. *Jornal de Notícias*, n.º 305, 31.º ano, de 25 de Dezembro de 1918, p. 1.

Esta podia ser perfeitamente a história de muitos emigrantes, mas também não é menos verdade que se poderia estar diante de uma narrativa moralizante, com o propósito de alertar os portugueses para não levarem ao extremo a sua ganância.

Comprovando a intensa emigração que se fazia para o Brasil, a partir de 1925, *O Comércio do Porto* decidiu integrar uma secção nas suas páginas, designada “Impressões de longe. Terras do Brasil”, da responsabilidade de João do Porto – mais tarde apareceria com outro nome, provavelmente o verdadeiro, Raul Martins³⁰ – onde se tratavam factos inerentes à nossa emigração para aquele país, principalmente relatos das longas viagens feitas pelos emigrantes e depoimentos acerca da vivência naquele território.

Uma das questões que era reiteradamente colocada dizia respeito à forma como conseguiam enriquecer os portugueses no Brasil. Muitos duvidavam que os nossos emigrantes, na sua maioria desprovidos de recursos e com poucas qualificações, estivessem preparados para enfrentar as agruras de uma nova vida e a concorrência de outros povos³¹. A capacidade de luta e sofrimento eram apontadas como razões primordiais para atingir o sucesso. Na verdade, “o segredo [para enriquecerem] não o aprenderam em universidades [...] deu-lhes o sofrimento, ensinou-lhes a luta cruel da vida, a áspera e titânica batalha da competência e do esforço”. Segundo o cronista, “a luta pela vida, a aspereza e crueldade que os cerca lhes aguça a inteligência, lhes tempera o ânimo, lhes dá essa inquebrantável energia que nada destrói ou aniquila”, seguindo simplesmente o exemplo de outros homens que já faziam o mesmo em solo brasileiro e, com isso, ganhavam “diariamente novas forças”³². Raul Martins concluía que o português no Brasil era “um elemento dignificante de trabalho, de esforço [...], de capacidade criadora”³³.

30 Este correspondente de *O Comércio do Porto* no Brasil continuaria a escrever a sua crónica até ao período analisado (1931), ainda que a designação da sua secção tivesse conhecido várias alterações, mas normalmente dedicada ao Brasil e à emigração portuguesa para aquele território.

31 Num artigo publicado em finais de 1926, e a propósito da forte concorrência a enfrentar no Brasil, asseverava-se que “o emigrante português em breve se desilude, não podendo competir no Brasil com os emigrantes europeus, italianos, franceses, ingleses, alemães e polacos, mais habilitados do que ele e mais experimentados nas duras provações do ganha-pão quotidiano” (“Os males da emigração”. *O Comércio do Porto*, n.º 303, ano LXXII, de 24 de Dezembro de 1926, p. 1).

32 “Impressões de longe. Terras do Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 95, ano LXX, de 22 de Abril de 1925, p. 1.

33 “Quem são, geralmente, esses grandes, esses esforçados lutadores, esses criadores de riqueza? Não são letrados, não são aristocratas, não têm pergaminhos nem brasões. Muitos deles mal sabem soletrar; alguns nem isso. São pobres e são humildes” (“A colónia portuguesa do Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 157, ano LXXVI, de 8 de Julho de 1930, p. 1-2).

Agindo dessa forma, os portugueses desempenharam nalguns casos um relevante papel na sociedade brasileira, podendo ser admiradas, por exemplo, “as extraordinárias, estupendas obras de beneficência” que significavam que o Brasil era “o grande e amoroso prolongamento de Portugal”.

Relativamente à formação dos indivíduos que decidiam partir para uma aventura emigratória em terras brasileiras, Raul Martins, correspondente de *O Comércio do Porto* no Brasil, assumia uma posição diferente de outras individualidades. Desaconselhava a ida dos portugueses mais qualificados, argumentando que aquele país já não necessitava “nem de intelectuais, nem de profissionais da imprensa”, sendo a concorrência enorme e dando-se sempre preferência aos nacionais. Na sua opinião, todos os que tivessem “a sua vida social, intelectual e artística organizada” não deveriam partir para o Brasil, pois “só uma atividade ampla se abre para o estrangeiro – o comércio, a lavoura e a indústria”. E mesmo assim, asseverava que nem todos os que chegavam àquele território encontravam em tais sectores “compensações ao seu esforço e atividade”, visto que “a luta em terras estranhas sempre foi áspera, sempre foi rude e brutal”, pretendendo dessa forma prevenir que o mercado de trabalho para os emigrantes no Brasil não era nada diversificado. Acusava ainda os literatos, os escritores, os jornalistas que regressavam a Portugal de influenciar decisivamente a população portuguesa na opção de emigrar, na medida em que não se limitavam “a dizer a verdade”. Ou seja, não descrevendo os problemas sentidos por muitos emigrantes lusos, estavam a contribuir para a continuidade daquela corrente emigratória³⁴.

Raul Martins considerava que eram muitos os que partiam iludidos de Portugal, julgando ser fácil “a conquista da fortuna num país novo”, esclarecendo que apenas “três ou quatro conseguem [...], chegar à tentadora meta da fortuna e do poderio”. O cronista criticava a indiferença política portuguesa face ao problema emigratório e não os indivíduos que, sem muitas alternativas, escolhiam aquele caminho como tábua de salvação.

Reconhecendo a importância da campanha que estava a ser movida pela imprensa contra a excessiva emigração portuguesa para o Brasil, Raul Martins considerava que

³⁴ Aqueles que partiram para o Brasil ainda crianças e que “entraram como marçanos para uma mercearia, para um estabelecimento de secos e molhados”, poderiam ter chegado, ao fim de algum tempo, “a caixeiros de confiança, a interessados, a sócios”, atingindo o seu objectivo depois de um percurso que poderia ser bem demorado. Em relação àqueles que já não podiam “curvar-se a exigências de certa ordem”, o cronista aconselhava a não emigrarem para aquele território, pois não estavam preparados para “servir como caixeiros num armazém de secos e molhados, ou serem *garçons* num botequim” (“A eterna ilusão da vida”. *O Comércio do Porto*, n.º 31, ano LXXIII, de 7 de Fevereiro de 1928, p. 1).

era fundamental continuar a denunciar “as agruras, os tormentos, as angústias e sofrimentos” que o emigrante sofria em território brasileiro. O cronista, que já tinha sido emigrante, referia que somente os que tinham partido “atrás de uma miragem” é que sabiam que aquela se transformava geralmente “na mais cruel decepção”, daí alertar a “pobre e crédula gente do campo, que abandona em massa as suas aldeias floridas”, que havia milhares de portugueses que viviam no Brasil “sofrendo, penando e trabalhando em piores condições do que o fariam aí, de sol a sol, nos campos das suas aldeias, contribuindo com o seu esforço para a prosperidade e para o bem-estar de Portugal”. No seu entender, era indispensável que estes relatos fossem considerados como “a voz da verdade” e chegassem ao conhecimento de todos, de forma a iluminar “a cegueira dessa pobre gente, iludida pelos engajadores que fazem dessas míseras levas o mais execrável comércio humano”³⁵.

Mesmo assim, concordava com um pensamento avançado por um jornal brasileiro de que o Brasil era “a terra ideal para o emigrante português”, pois nenhuma outra terra oferecia “tantas e tamanhas vantagens àquele que vai em busca de melhores condições de vida como a grande nação sul-americana”, apontando a língua e os costumes semelhantes, a “gente hospitaleira e franca e a mais livre e liberal das constituições” como fatores determinantes para essa conceção. Porém, referia que o Brasil seria ainda mais ideal para o nosso emigrante quando o governo brasileiro encaminhasse, “devidamente, para a lavoura, todos aqueles que abandonam o velho mundo fustigados pelas contingências da superpopulação ou da miséria”³⁶.

CONCLUSÃO

Entre 1918 e 1931, dois dos principais órgãos de comunicação da região do Porto seguiram com atenção a emigração que se fazia para terras brasileiras, não conseguindo transmitir, no entanto, uma perspetiva consensual quanto ao fenómeno. A opinião pública ficou certamente com a impressão de que tudo o que

³⁵ “A emigração portuguesa para o Brasil”. *O Comércio do Porto*, n.º 51, ano LXXII, de 1 de Março de 1927, p. 1.

³⁶ Segundo Raul Martins, “o Brasil é a terra ideal do emigrante; mas o emigrante para colaborar nessa luta gigantesca e brutal [...], precisa de ir convenientemente preparado, e a força moral em terras longínquas é, às vezes, bem mais necessária e útil que a simples força, a robustez física” (“A terra ideal do emigrante”. *O Comércio do Porto*, n.º 101, ano LXXV, de 1 de Maio de 1930, p. 1).

estava ligado à emigração era condenável, com exceção das remessas. Contudo, seria também expressa, embora mais timidamente, um setor de opinião que privilegiava o Brasil como destino mais apropriado para quem desejasse emigrar, apontando-lhe o caminho do progresso e do provável sucesso individual.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Boletim de Emigração, n.º 1 a 4, ano VII, Janeiro a Dezembro de 1926, Ministério do Interior, Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1927.

Comércio (O) do Porto, 1918-1931.

Jornal de Notícias, 1918-1931.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, 1998 – “Perspectivas sobre a emigração – os estudos locais e regionais”, in *Actas II Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11121.pdf>> [consult. 14 de Outubro de 2009]].

MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes, 1997 – *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920) – uma análise regional*, vol. I. Tese de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PAULO, Heloisa, 2000 – *“Aqui também é Portugal”. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.

SOUSA, Fernando de, 1988 – *Jornal de Notícias: a memória de um século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias.

**ECOS DA SOLIDARIEDADE IMIGRANTE: A DOCUMENTAÇÃO POLICIAL
BRASILEIRA SOBRE A CONFERÊNCIA PRÓ-AMNISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS
DE ESPANHA E PORTUGAL (SÃO PAULO, 1960)**

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

O autoritarismo politicamente institucionalizado em Portugal no Século XX deu origem a formas de resistência e contestação envolvendo setores das coletividades lusitanas no exterior. A ditadura do Estado Novo de António de Oliveira Salazar, no poder entre 1933 e 1974, articulou-se em torno de um projeto de Estado corporativo cuja abrangência tocou toda a vida nacional portuguesa, inclusive as diretrizes para a emigração e os emigrados. No período, o relacionamento de Portugal salazarista com o Brasil, os governantes brasileiros e os portugueses residentes no país atravessou momentos distintos, variando conforme as dinâmicas da comunidade imigrante e os jogos de forças no Rio de Janeiro e, a partir de abril de 1960, em Brasília.

O Fundo DEOPS-SP, que reúne a documentação da seção paulista do extinto Departamento de Ordem Política e Social, expressa em cerca de sete mil prontuários policiais episódios cotidianos e histórias de vida de cidadãos portugueses residentes no Estado de São Paulo, a maioria sem evidência de envolvimento com a política em seu país de origem. Os prontuários de imigrantes portugueses datam dos anos 1924-1985, período em que aquele órgão da polícia esteve em atividade. Menções diretas a posicionamentos de imigrantes lusos em relação ao regime de Salazar são encontradas nos documentos a partir dos anos 1950. Esse aspecto cronológico reforça a noção historiográfica de que foi nessa década que o ativismo de oposição ao regime instalado em Lisboa estabeleceu uma base social em São Paulo, passando a atrair a atenção da polícia brasileira.

Desde o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as forças oposicionistas portuguesas buscaram acirrar o combate interno ao regime, no contexto de longa permanência de algumas de suas principais características: controle governamental da sociedade, fechamento ideológico, censura, uso

da propaganda e da repressão. Em meados dos anos 1950, os opositores do salazarismo galgaram maior visibilidade junto aos imigrantes lusos radicados no Brasil. Em São Paulo, em particular, a projeção se dava numa atmosfera de afluência e crescimento da coletividade portuguesa, o que atraía para a capital do Estado e localidades como Campinas e Santos intelectuais e políticos exilados.

Em 1956, começou a ser publicado na cidade de São Paulo o jornal *Portugal Democrático*, organizado inicialmente por dois militantes do Partido Comunista Português. Após uma série de dificuldades para se firmar, a publicação recebeu reforço de jornalistas do antigo *Diário Ilustrado*, que em 1957 deixaram Lisboa e se radicaram como exilados no Brasil. *Portugal Democrático* circulou por duas décadas, até a redemocratização portuguesa em 1975¹. A ação política anti-salazarista no exílio expressava-se, ademais, de outras maneiras, como no lançamento de boletins informativos e na organização de eventos que denunciavam as agruras provocadas pela ditadura em Portugal, uma das mais longevas da história europeia contemporânea. Tais denúncias visavam sensibilizar a coletividade imigrante e, de maneira mais ampla, buscavam solidariedade em países como o Brasil e as democracias da Europa Ocidental².

O Fundo DEOPS-SP guarda importantes registros da oposição anti-salazarista em São Paulo e do seu fortalecimento com a vinda de novas levas de exilados portugueses que, a partir dos anos 1950, dirigiram-se para a capital paulista ou a tomaram como refúgio de estadia em sua passagem pelo Brasil. Entre eles estava o principal líder oposicionista luso, general Humberto da Silva Delgado, candidato derrotado nas eleições presidenciais de 1958 em Portugal, que no seu exílio brasileiro decidiu deixar o Rio de Janeiro e se fixar na cidade de São Paulo.

O Brasil do pós-guerra tornou-se terreno de circulação da propaganda política de Portugal, tanto favorável quanto contrária ao regime de Salazar. No período, o país abrigava a mais numerosa comunidade imigrante lusitana. Em 1950, viviam no país 336 856 portugueses natos e não-naturalizados. Em 1960, esse número ascendeu a 431 047 mil portugueses, dos quais 43,9% no Estado de São Paulo e 35,6% na Guanabara, segundo os Recenseamentos oficiais daqueles anos³.

1 SILVA, 2006; PAULO, 2000.

2 A campanha de solidariedade à luta anti-salazarista deu ensejo à criação da Anistia Internacional, em Londres, a partir do artigo editorial *The Forgotten Prisoners*, escrito pelo advogado britânico Peter Benenson publicado no jornal *The Observer*, edição de 28/5/1961, em que denunciava a prisão sem julgamento do médico angolano Agostinho Neto e outros prisioneiros de consciência. Disponível na internet em: <http://www.guardian.co.uk/uk/1961/may/28/fromthearchive.theguardian> Acesso em 24/12/2012.

3 BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

Suspeitava-se na época que o braço político das forças de segurança de Portugal, a temida Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), mantinha agentes e informantes no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, com sua vasta comunidade lusitana inserida em todos os setores da sociedade carioca. No início de 1960, portugueses natos não-naturalizados constituíam 10% da população da capital brasileira. A suspeita de que informantes da Pide estivessem enraizados no interior dessa coletividade confirmou-se em diversos episódios, como posteriormente se evidenciou⁴.

A documentação do Fundo DEOPS-SP sugere diferenças que devem ser melhor elucidadas entre São Paulo e o Rio de Janeiro como territórios da ação política oposicionista lusitana no exílio. Neste sentido, esse fundo documental é uma fonte ainda pouco explorada para a história de Portugal no Século XX. Apesar das turbulências na política interna brasileira, a presença de exilados portugueses no país e suas atividades foram relativamente toleradas, pelo menos até o Golpe Militar de 1964. O olhar vigilante do Departamento de Ordem Política e Social não deixou de observar aqueles movimentos, o que faz com que seus arquivos contenham notáveis registros sobre a temática.

A LUTA EM SÃO PAULO PELA REDEMOCRATIZAÇÃO EM LISBOA

Um marco da luta anti-salazarista no Brasil foi a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal, realizada de 22 a 24 de janeiro de 1960 na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O evento teve projeção internacional e provocou um incidente político entre o governo federal brasileiro, na época sob a presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e o então governador do Estado de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto. O Fundo DEOPS-SP contém um prontuário específico sobre a conferência, reunindo uma documentação que começou a ser coletada pelos agentes policiais em novembro de 1959, durante as investigações à preparação da conferência, e que se estenderam ao período posterior ao evento, até meados de 1960⁵.

⁴ A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide) atuou em Portugal de 1945 a 1969, quando foi sucedida pela Direção-Geral de Segurança (DGS), extinta em 1974. A Pide originou-se da Polícia de Defesa Política e Social, criada pelo decreto n.º 22 151 de 23.1.1933, do Ministério do Interior, que deu autonomia orgânica à antiga Seção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional portuguesa.

⁵ *Pront. 135 033. 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal.* DEOPS/SP, APESP.

O prontuário de número 135 033, denominado “1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal”, mostra a adesão e o apoio significativo de intelectuais não apenas do Brasil, mas também de vários países da América do Sul e do Norte, professores universitários e juristas de São Paulo e outros Estados brasileiros ao movimento em prol da anistia aos prisioneiros de consciência na Península Ibérica. De acordo com notícias de imprensa e relatos que se encontram na documentação reunida no prontuário, vários dos presos políticos portugueses e espanhóis eram idosos e alguns se encontravam em situações de isolamento nas prisões, em estado de saúde preocupante. Sua libertação era premente, inclusive como ato humanitário.

O agravamento da condição de presos políticos das ditaduras instaladas por António de Oliveira Salazar, em Portugal, e Francisco Franco, na Espanha, ganhava notoriedade em uma cidade como São Paulo, com numerosa população imigrante de origem ibérica. A polícia brasileira de Ordem Política e Social esteve atenta ao fenômeno atinente a essas coletividades estrangeiras, conforme demonstra a abertura de diversos prontuários relacionados à temática.

A 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal provocou um embate político e jurídico sigiloso entre o governo do presidente Juscelino Kubitschek, contrário à sua realização, e as forças no poder em São Paulo, que afinal garantiram a efetivação e legalidade do colóquio. Informes, ofícios, memorandos e outros registros guardados no prontuário do DEOPS-SP documentam este embate de posicionamentos entre esferas de governo. São fatos que aparentemente nunca se tornaram públicos. Mas que constaram da investigação policial efetuada.

Assim, um memorando guardado no interior do prontuário informa que, por meio do ofício confidencial G-108, de 13/1/1960, o ministro da Justiça Armando Falcão solicitou ao governador paulista Carlos Alberto de Carvalho Pinto que proibisse terminantemente a realização da conferência. Antes de se pronunciar sobre a solicitação do ministro, o governador enviou o caso para análise da Procuradoria-Geral do Estado. Em resposta, o procurador-geral José Edgard Pereira Barretto emitiu parecer favorável à realização da conferência em prol da anistia aos presos políticos de Portugal e Espanha. Como fundamento legal, evocou o princípio democrático estabelecido pela Constituição de 1946, então em vigor, e o tema da liberdade de expressão.

O governador Carvalho Pinto então autorizou a realização da conferência, em desacato ao pedido de Armando Falcão, justificando sua decisão com base no parecer jurídico de Pereira Barretto. Não obstante a legalidade do evento, o

DEOPS-SP aumentou a vigilância sobre a sua organização e os seus organizadores, conforme se observa na profusão de documentos com data posterior à liberação feita pelo governador, reunidos no prontuário policial da conferência.

A disputa entre posicionamentos distintos frente ao regime salazarista vinha se acirrando na política brasileira desde janeiro de 1959, quando o embaixador do Brasil em Lisboa, Álvaro Lins, concedeu asilo ao general da reserva Humberto Delgado. O militar português, líder da oposição institucional em seu país, tinha sido candidato à presidência da República Portuguesa no ano anterior. Em seu pedido de asilo ao Estado brasileiro, alegava estar na iminência de ser preso pela Pide, correndo risco de vida. A outorga de asilo a Humberto Delgado foi definida pelo embaixador do Brasil sem consulta prévia ao Itamaraty, que não teve como desautorizá-lo, mas tampouco deu sustentação à decisão do diplomata.

A concessão de asilo político a Humberto Delgado não foi reconhecida por Portugal. O próprio instituto jurídico do asilo havia sido suprimido do ordenamento lusitano durante o Estado Novo salazarista (1933-1974). Para complicar a situação, o embaixador brasileiro não obteve anuência do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira para proceder ao desagravo diplomático que o caso demandava⁶. Com o impasse – e a prolongada intransigência do governo português – Humberto Delgado permaneceu mais de três meses abrigado nas dependências da embaixada, sem salvo-conduto que lhe garantisse transitar em liberdade até o aeroporto, de onde pudesse embarcar para o Brasil. A situação perdurou até 21 de abril de 1959, quando uma saída negociada finalmente permitiu que Delgado deixasse Portugal⁷.

Durante a crise diplomática, num gesto conflitante com a gravidade do momento, Juscelino Kubitschek anunciou publicamente que aceitava o convite do governo salazarista para participar da comemoração do 5.º centenário do infante Dom Henrique, pioneiro das Grandes Navegações, em agosto de 1960, na qualidade de “coanfitrião e co-chefe de Estado português”. Sua participação seria organizada pessoalmente por Salazar, presidente do Conselho de Ministros. Em protesto, o embaixador Álvaro Lins acusou o presidente Kubitschek de “cumplicidade com as ditaduras, de maneira particular com a de Portugal”, denunciando o que qualificou de “compromisso [de JK] com a ditadura salazarista”⁸.

⁶ Para um relato sobre a crise diplomática provocada pela concessão de asilo ao general Humberto Delgado ver MAGALHÃES, 2000: 224-227.

⁷ GONÇALVES, 1994.

⁸ LINS, 1960.

Exonerado pelo Itamaraty de seu posto na embaixada em Lisboa, e de volta ao Brasil, Álvaro Lins foi alçado à presidência honorária da 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Imediatamente entrou na mira da vigilância do DEOPS-SP e um prontuário policial foi aberto em seu nome.⁹ Por sua vez, a Comissão Coordenadora da conferência, liderada por Florestan Fernandes e Sérgio Milliet, incorporou à direção do evento o próprio general Humberto Delgado, que havia fixado residência em São Paulo em dezembro de 1959, transferindo-se do Rio de Janeiro para a capital paulista.¹⁰ Também ele teve um prontuário individual aberto pelo DEOPS-SP¹¹. Materializava-se daquele modo, a vigilância e o controle direto da polícia brasileira sobre um dos principais líderes da oposição lusitana, como também sobre o movimento pela anistia aos presos políticos de Portugal e Espanha.

Com efeito, apesar de a campanha ser em prol da libertação dos prisioneiros dos dois países ibéricos, as referências aos portugueses é predominante na documentação do Fundo DEOPS-SP sobre a conferência. Por sua vez, o prontuário policial relativo à 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal denota nos registros que guarda a mobilização crescente que o evento gerou em São Paulo, nas semanas anteriores e durante a sua realização.

Entre dezembro de 1959 e janeiro de 1960, o lançamento de uma chamada pública para a campanha internacional em prol da anistia e libertação dos “prisioneiros do franco-salazarismo”¹² atraiu o apoio de brasileiros notáveis, provindos de diversas áreas de atuação intelectual. As adesões incluíam os escritores Orígenes Lessa, Afonso Schmidt e Guilherme Figueiredo, os professores universitários Caio Prado Jr. e Antonio Candido – que aparece na documentação deste prontuário como representante da cidade de Assis, no Interior de São Paulo, onde lecionava à época –, o físico Mario Schemberg, o cineasta Lima Barreto, a atriz Natália Timberg, a poetisa Lupe Cotrim, o médico Salomon Katz e o presidente da

9 *Pront.* 131.726 – Álvaro Lins. DEOPS/SP, APESP.

10 Conforme os jornais paulistanos *Diário de Notícias* e *Tribuna da Imprensa*, Humberto Delgado deixou o Rio de Janeiro em dezembro de 1959 e se fixou na cidade de São Paulo para fugir de perseguição dos salazaristas na capital brasileira. Delgado teria sido contratado como relações públicas de uma empresa paulista de alimentos cujo dono era descendente de portugueses. *Tribuna da Imprensa*, 06/01/1960; *Diário de Notícias*, 07/01/1960. Instituto dos Arquivos Nacionais de Portugal/Torre do Tombo. Pide/DGS P2686SR V07 677-78. Disponível em <http://www.humbertodelgado.pt> Acesso em 23/03/2012.

11 *Pront.* 135.160 – Humberto da Silva Delgado. DEOPS/SP, APESP.

12 *Pront.* 135.033 – 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal.

Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Herbert Moses. O prontuário também menciona o apoio de membros do clero católico de São Paulo à campanha por anistia na Península Ibérica, entretanto sem citar os nomes dos religiosos.

A visibilidade da conferência em prol da libertação dos presos políticos de Portugal e Espanha ampliou-se a uma semana de sua abertura, quando vários juristas brasileiros tornaram pública sua adesão e solidariedade: Miguel Reale, Renato Cirell Czerna, Braz de Souza Arruda, Vicente Marotta Rangel e Gofredo da Silva Telles Jr., todos eles professores na Faculdade de Direito da USP, que àquela altura já havia oferecido suas instalações para a realização do evento.

De outras partes do Brasil, a conferência angariou apoio de instituições e personalidades do Distrito Federal (ainda a cidade do Rio de Janeiro, já que Brasília só foi inaugurada no mês de abril daquele ano) e dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe e Mato Grosso. Do exterior, vieram delegações da Argentina, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Cuba, Estados Unidos e México, além de moção de apoio de grupos e instituições de vários países. Participaram da conferência escritores e intelectuais latino-americanos e uma composição de parlamentares de vários países liderados pelo então senador chileno Salvador Allende.

A abertura da 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal foi feita no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na palestra inaugural, o ex-embaixador Álvaro Lins foi incisivo ao apresentar o quadro da situação política interna nos dois países ibéricos. Segundo os documentos que se encontram no prontuário da conferência, no momento da abertura do evento ocorreram atos públicos simultâneos nas cidades paulistas de Santos, Santo André e Sorocaba. No município de Presidente Wenceslau-SP, o prefeito saudou publicamente a luta pela anistia aos presos políticos portugueses e espanhóis, como também o fizeram a Câmaras de Vereadores do Rio de Janeiro, de Niterói, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, de Assis e Ribeirão Pires, no Estado de São Paulo, e de Ponta Grossa, no Paraná.

Entre os documentos e impressos apreendidos pela polícia e reunidos no *Prontuário 135.033 – 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal* há uma coleção de boletins informativos publicados pelos organizadores da conferência. Por meio desses boletins é possível refazer o percurso de adesões à causa dos prisioneiros ibéricos e o crescimento daquela campanha na intelectualidade brasileira. Muitos dos personagens ali mencionados, e não só os de maior protagonismo, passaram a ser vigiados e

tiveram prontuários policiais instaurados pelo DEOPS-SP, a partir dos próprios organizadores Florestan Fernandes e Sérgio Milliet.

No final da conferência, formou-se uma *Comissão Executiva do Movimento Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha*, encarregada de organizar a segunda edição do encontro, que ocorreu no ano seguinte, 1961, em Montevideu, no Uruguai. O sucesso e visibilidade obtidos pela realização em São Paulo da 1.^a Conferência pela anistia aos presos políticos ibéricos permanece, porém, um marco de destaque na solidariedade anti-salazarista na América Latina. Sua memória se insere no conjunto da luta pela democracia em Portugal e no apoio que portugueses emigrados amalharam nas sociedades de acolhimento. No Brasil, em particular, algo do contributo de professores, intelectuais e juristas ficou gravado na extensa documentação policial do Fundo DEOPS-SP, o que deixa em aberto novas possibilidades de pesquisa e reflexão sobre o tema.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Prontuário 140.216 – Florestan Fernandes. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário 135.160 – Humberto da Silva Delgado. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Prontuário 135.033 – 1.^a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, J.C., 2000 – *Depois das Caravelas*. Lisboa: Instituto Camões.

GONÇALVES, Williams da Silva, 1994 – *Orealismo da fraternidade: as relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek*. Tese de doutorado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH/USP, sob a orientação do Professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. São Paulo.

LINS, Álvaro, 1960 – *Missão em Portugal: diário de uma experiência diplomática*. São Paulo: Civilização Brasileira.

PAULO, Heloisa, 2000 – *Aqui também é Portugal. A colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto.

SILVA, Douglas Mansur da, 2006 – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: ICS.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

Arquivo Digital Humberto Delgado – <http://www.humbertodelgado.pt>

Projeto Integrado Arquivo-Universidade de São Paulo – <http://www.usp.br/proin/inventario/>

Jornal “The Guardian” – <http://www.guardian.co.uk/uk/1961/may/28/fromthearchive.theguardian>

EMIGRACIÓN Y ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN AMÉRICA

JUAN ANDRÉS BLANCO

ARSENIO DACOSTA

LA EMIGRACIÓN MASIVA ESPAÑOLA A AMÉRICA: FLUJOS Y FACTORES

A pesar de su centenaria presencia en América, España se incorpora con cierto retraso a la emigración masiva europea hacia América, pero finalmente lo hace con gran intensidad, como puede apreciarse en los siguientes cuadros estadísticos (CUADRO N.º1).

Las cifras anteriores deberían complementarse con las referentes a los retornos; sin embargo, las estadísticas españolas sólo ofrecen información parcial para periodos muy reducidos dentro del lapso de tiempo que analizamos, lo que no nos permite una extrapolación a datos generales mínimamente fiables. En cualquier caso, los distintos estudios realizados reflejan que, entre la mitad y dos tercios de esos emigrantes (algunos de los cuales protagonizan más de un viaje), regresarán a España.

La aportación general a este flujo migratorio es muy diversa según regiones y épocas. Predomina la procedente de la parte española de la denominada región atlántica del noroeste peninsular que tiene claros paralelismos con la que se produce simultáneamente en una parte del norte de Portugal. Por regiones de procedencia destacan las aportaciones de Galicia, que será seguida a notable distancia por los procedentes de Asturias y las provincias de la actual Castilla y León. En una escala global la emigración procedente de otras regiones tendrá también una fuerte incidencia según destinos y épocas como la vasca y catalana, la canaria a distintos países del Caribe, o la andaluza en Brasil, por señalar algunos ejemplos.

CUADRO N° 1

Emigración española a América periodo 1885-1930 y 1946-1962

AÑO	INDIVIDUOS	AÑO	INDIVIDUOS	AÑO	INDIVIDUOS
1885	40.316	1909*	142.717	1946	5.575
1886	62.025	1910*	191.761	1947	13.532
1887	66.979	1911	164.759	1948	19.156
1888	76.398	1912	241.464	1949	41.910
1889	125.807	1913	203.354	1950	55.314
1890	65.860	1914	110.287	1951	56.907
1891	68.037	1915	84.646	1952	56.648
1892	66.406	1916	90.249	1953	44.572
1893	76.526	1917	58.094	1954	52.418
1894	81.189	1918	31.111	1955	62.237
1895	121.166	1919	92.269	1956	53.082
1896	166.269	1920	176.639	1957	61.110
1897	73.535	1921	85.220	1958	48.868
1898	59.543	1922	81.050	1959	37.426
*1899	53.862	1923	113.798	1960	35.209
*1900	63.020	1924	109.245	1961	36.329
*1901	56.906	1925	81.972	1962	30.390
*1902	51.593	1926	69.667	Subtotal	
*1903	57.261	1927	69.965	1946-1962	710.683
*1904	87.291	1928	73.986		
*1905	126.067	1929	82.327		
*1906	126.771	1930	72.251		
*1907	130.640	Subtotal			
*1908	159.137	1885-1930	4.489.435	TOTAL	
				1885-1962	5.200.118

Fuente: Elaboración propia a partir de estadísticas oficiales españolas.

(*) Extrapolación aproximativa para el periodo 1899-1910 a partir de la serie española disponible.

Uno de los aspectos más importantes de esta emigración masiva es el de sus causas. La ampliación de los estudios sobre la emigración en los últimos treinta años ha servido para limar explicaciones a veces mecanicistas ¹. Al analizar las causas de esta primera gran oleada de la emigración es peligroso generalizar en exceso y, como es sabido, las razones que explican la emigración de vascos o catalanes en el XIX no se pueden extrapolar directamente a otras regiones como Castilla y León a principios del siglo XX. El papel relevante de las cadenas migratorias, de las redes de parentesco y vecindad, del comercio como medio de elevación social, etc., se han comenzado a valorar en su justa dimensión; sin embargo, no deben menospreciarse para ciertas regiones otras explicaciones macroeconómicas o la tradicional consideración de factores de atracción y expulsión.

Naturalmente, detrás de cada decisión de emigrar, de cada biografía, están las expectativas de éxito que tiene el emigrante; son estas expectativas las que le ayudan a superar las incertidumbres que tiene todo proyecto vital de cambio de lugar y formas de vida y trabajo ². Sin embargo, necesitamos un marco explicativo, algún grado de generalización al que aproximarnos, un objetivo al que puede ayudarnos el mapa del crecimiento real de la población en el primer tercio del siglo XX. Aunque sea de forma intuitiva, puede apreciarse el fenómeno sobre el que han insistido diversos historiadores: en general, las provincias latifundistas siguen creciendo demográficamente mientras las zonas de propiedad más repartida, donde los jornaleros no son mayoritarios, pierden población o crecen lentamente ³. Si, por ejemplo, recurrimos al Censo de 1930, comprobamos que, excluidos algunos pueblos del sureste, España se divide, a grandes rasgos, en dos mitades, la del norte con buen número de pueblos que superan el 15% de ausentes en la población de derecho, y la del sur situada mayoritariamente por debajo del 5%. El trasladar este esquema al caso de la emigración americana nos sirve para indicar que el hecho migratorio en una parte de España es reflejo de las dificultades de la pequeña explotación agraria pero también de las posibilidades de financiación que ésta ofrece. Es, como decía Miguel de Unamuno, la “emigración de labradores, pequeños propietarios que realizando en dinero sus finquillas, vendiendo sus pegujares, se van llevando un capitalillo” ⁴. Era la misma opinión del informante al Consejo Superior de Emigración en 1916: “el éxodo de Castilla

¹ ÁLVAREZ GILA, 2002: 13-14.

² CASAÚS y MARTÍNEZ, 1992: 151.

³ GALLEGO, 1993: 251-253.

⁴ UNAMUNO, 1907.

la Vieja se distinguió por estar formado en gran parte por colonos, pequeños propietarios y cultivadores aguerridos”⁵.

Tanto esta emigración como la de familias enteras que emigraron a Brasil a fines del XIX y que recurrieron a la emigración subsidiada, son impensables sin la revolución de los transportes, en particular el ferrocarril y la navegación a vapor. Hacia los años 80 del XIX se generalizó la navegación a vapor, reduciéndose el trayecto trasatlántico de dos o tres meses a algo menos de un mes, en ocasiones 8 o 10 días. Junto a la reducción del trayecto disminuyeron también los costes del viaje. A mediados de siglo había que pagar el equivalente a 300 o 400 pesetas por ir a Buenos Aires, mientras que en 1913 el pasaje costaba en torno a 80 pesetas. El viaje en ferrocarril de Salamanca o Zamora a Vigo o Barcelona costaba casi más que el trayecto de cualquiera de estos puertos al Río de la Plata. De todos modos, las tarifas no siempre estuvieron a este precio tan bajo y, lo que es más importante, había mucha gente que no disponía de la suma necesaria para pagar el pasaje. La clave estuvo, pues, en la subvención de pasajes por parte de las autoridades de inmigración o por los adelantos de los familiares que previamente habían emigrado allí que, con ayudas privadas o públicas, anticipaban el dinero a sus familiares.

A partir de la década de 1870 la generalización del vapor en el transporte trasatlántico supuso en España la internacionalización del sector. A principios del siglo XX los periódicos de muchas zonas del norte y sur de España se llenaron de propaganda de compañías navieras, la mayoría extranjeras. Se multiplicaron los consignatarios de estas compañías para España, con una importante red de corresponsales y sucursales en pueblos o capitales de otras regiones.

También hay que considerar el papel jugado por al multiplicación de las agencias de emigración, vinculadas a las compañías de navegación y conectadas generalmente con numerosos agentes locales de reclutamiento o “enganchadores”. Todo ello cumple un papel central en la decisión, facilitación y orientación de las estrategias migratorias. Muchas zonas estuvieron bajo la presión de los agentes de emigración. De la legislación española de la época (por ejemplo, la Real Orden de 15-XI-1905) se puede deducir que la recluta se extendía también hacia los menores de edad. Un informe del Cónsul General de España en Lisboa es sumamente expresivo al respecto: “aprovechándose de la penuria en que se encuentran algunas familias, hacen odiosa leva de menores y mediante estipendios anuales que oscilan entre 12 y 18 duros quedan convertidos en esclavos”. Aunque la Ley de emigración

5 C.S.E., 1916: 429.

de 1907 trató de cortar los abusos de las contratas, el número de inspectores era insuficiente para acabar con la indefensión del potencial emigrante de modo que “con todo descaro” se siguió haciendo enrolamiento en las provincias castellanas en este caso en dirección a Panamá⁶.

De una forma algo simplista pero no inexacta podría concluirse que se produjo una reducción sustancial de los costes de transacción, incluidos, claro, los costes de información que aún descendieron más si tomamos en consideración la propaganda que realizaban los contratistas. Puesto que los beneficios de las empresas de barcos de vapor y de ferrocarriles dependían del flujo constante de emigrantes, necesitaban realizar una política publicitaria muy activa para mantener el volumen de pasajeros. A tal fin, consignatarios y armadores se convirtieron en los principales compradores de espacios publicitarios en la prensa. A medida que no se podían silenciar los casos de explotación de que eran objeto los emigrantes, la publicidad de las compañías navieras servía de contra propaganda para amortiguar los ecos de las malas noticias que venían de la otra orilla o de los debates parlamentarios criticando las condiciones de la emigración⁷.

CADENAS MIGRATORIAS Y OTROS FACTORES: LA DIFÍCIL GENERALIZACIÓN

Estas explicaciones deben completarse con otras. En los últimos años se ha hecho hincapié en las cadenas migratorias, las redes de parentesco y vecindad así como las estrategias familiares⁸. La gente se desarraiga con la esperanza de una vida mejor y en la medida en que disponen de noticias de familiares, amigos y otros colectivos en torno a los cuales se organiza la sociabilidad de los españoles fuera de España, crece la disponibilidad a la emigración. En ese sentido, la presencia de españoles en países como Cuba o Argentina no era ni mucho menos nueva. Las estrategias familiares, las redes de parentesco y vecindad, las agencias de emigración y los “enganchadores”, así como en algunos casos la prensa, juegan un papel significativo. Más determinante parece el hecho de que una parte de la emigración española fuera temporal y los retornos tuvieron que actuar como vehículo eficiente de la información. Lo mismo puede decirse de la correspondencia familiar.

⁶ C.S.E., 1916.

⁷ GONZALEZ MARTINEZ, 1990: 51 y 172; VÁZQUEZ, 2002: 13-14.

⁸ BJERG y OTERO, 1995.

Algunos autores han propuesto asimismo otro tipo de factores de carácter psicológico: la existencia de una cultura migratoria que facilita la decisión de emigrar, la mayor propensión al cambio de situación que estaría conectada en ocasiones con una mayor alfabetización⁹. Blanca Sánchez Alonso ha precisado un poco más este último aspecto destacando que, en líneas generales, el incremento de la alfabetización durante esos años potenciaría la emigración. Pero conviene matizar los datos según las distintas situaciones regionales. Conviene ser cautelosos con esta variable. Además siempre cabe la duda de si una mayor información no desincentivaría el éxodo al conocerse las difíciles condiciones de la emigración ultramarina mientras que, por el contrario, un grado escaso de instrucción lo podría potenciar al ser más fácil la captación por parte de los “ganchos” de la emigración.

En el caso de la emigración española a América no deben olvidarse las afinidades culturales derivadas de la vinculación colonial (vigente en algunos de los principales destinos hasta 1898) y la presencia de importantes contingentes inmigratorios españoles en algunos casos como en Cuba y Argentina. También las políticas seguidas por algunos países para fomentar la inmigración y la atracción que generan la expansión económica de algunos de éstos al incorporarse al mercado internacional. Haremos referencia a algunos casos más relevantes en cuanto a la atracción de la emigración española.

La conjunción de factores de expulsión de la economía española y de atracción de la argentina se dio principalmente en las décadas iniciales del siglo XX, es decir en la etapa en que Argentina estaba creciendo a un ritmo acelerado y demandaba un importante caudal de mano de obra extranjera. Esto se advierte sobre todo hasta 1914. Durante la guerra y en la inmediata posguerra mundial la atracción mayor fue ejercida por la economía cubana. Esto, junto con la rápida recuperación de la actividad argentina una vez liquidadas las secuelas de la Gran Guerra, determinó que de forma mayoritaria los emigrantes de esta región se volvieran a dirigir al estuario platense en la segunda mitad de los años veinte.

La disponibilidad de tierras para establecerse como productor independiente en esas tres primeras décadas del XX apenas existía, si es que alguna vez lo había sido con antelación. El argumento sobre la conveniencia de favorecer la integración de los inmigrantes como pequeños propietarios agrícolas, que había gozado de gran aceptación entre la clase dirigente argentina durante la segunda mitad del siglo

⁹ SOLDEVILLA, 1997: 86 ss.

XIX, siguió vigente al menos hasta el período de entreguerras, pero se trataba en gran medida de una retórica con escasas posibilidades de aplicación concreta, puesto que el *stock* de tierras públicas prácticamente se había agotado¹⁰. Por su parte, los empresarios particulares no estaban ya interesados en financiar unos procesos de colonización con inmigrantes europeos¹¹.

Los emigrantes españoles se volcarán en ocupaciones urbanas: comercios de alimentos, bebidas, textiles, ferretería y otros oficios de muy variada dimensión¹². Para todas estas actividades la expansión que estaba experimentando la economía argentina resultaba muy halagüeña. De acuerdo a las estimaciones de Cortés Conde, el crecimiento del producto bruto interno de la Argentina alcanzó la elevada tasa de 6,5% anual acumulativo en el período 1875-1912. Aunque la población del país también estaba aumentando a gran velocidad, el ingreso *per capita* de la misma experimentó una mejora anual del 3,9% en el mismo lapso¹³. Al final de ese período se situaba en unos 1.150 dólares anuales, a precios de 1970, una cifra que sólo estaba por detrás de la de Australia, Estados Unidos, Gran Bretaña y Canadá, y que superaba por amplio margen a la de los dos países de donde provenían la mayoría de los inmigrantes en Argentina: Italia y España. En 1929 llegó a situarse en los 1.540 dólares anuales, casi igualando al de Gran Bretaña¹⁴. Por otro lado, el crecimiento era especialmente sostenido en algunos sectores que demandaban mucha mano de obra, como la construcción o la industria. Los requerimientos de trabajadores de baja cualificación que presentaba este sector podían adaptarse bien a las características de una amplia proporción de los inmigrantes llegados desde la Península Ibérica en esa época. Pero también podían estos últimos hallar empleo en otras ramas del sector de servicios de la economía cuya evolución era asimismo muy dinámica. Además, la reintegración del país en el sistema del patrón oro a partir del cambio de siglo alentó el ingreso de nuevas oleadas de capital extranjero y permitió incrementar sensiblemente los salarios en términos internacionales¹⁵.

Al margen de las fluctuantes condiciones económicas por las que transitó la isla de Cuba durante las últimas décadas del siglo XIX y también con independencia

10 FERNÁNDEZ, 2004.

11 BARSKY y GELMAN, 2001: 240-245.

12 MARQUIEGUI, 1993 y 1995; MOYA, 2004; DA ORDEN, 2005.

13 CORTÉS CONDE, 1994: 17-18.

14 CORTÉS CONDE, 1997: 15-46.

15 GERCHUNOFF y LLACH, 2003: 52-56.

del poder político ejercido por España sobre la isla hasta 1898, la sólida red de relaciones económicas, sociales, institucionales y personales que había sido conformada al amparo del dominio colonial, fue precisamente lo que con toda certeza debió generar la mayor fuerza de atracción sobre los potenciales emigrantes españoles con destino americano. Además de ofrecer cierta seguridad a los mismos en materia de empleo y asistencia, o en casos de enfermedad y muerte, la eficiencia en el funcionamiento de todo el sistema quedaría probada en el hecho mismo de que los inmigrantes españoles pudieron continuar insertándose en el mercado laboral cubano durante los primeros treinta años del siguiente siglo.

La intervención norteamericana significó una ruptura drástica de los lazos de dependencia colonial que tenía Cuba con respecto al estado español, y con ello la salida del país de la burocracia metropolitana y de los soldados fieles a la Corona. Sin embargo, esto en modo alguno significó el quebrantamiento del sistema de redes conformado según el origen nacional español y de las procedencias provincial, comarcal, familiar o vecinal de quienes lo integraban.

Iniciada la vida política de la Isla sobre la base de una independencia limitada, la economía local se vio casi de inmediato estimulada por la presencia de los capitales norteamericanos en algunos sectores claves, como el azúcar, el tabaco, los ferrocarriles y algunos otros servicios públicos. La prosperidad que comenzó manifestarse una vez firmado el tratado de reciprocidad comercial con EE.UU. en 1903, beneficiaría por igual a los inversores norteamericanos y a los negocios previamente establecidos, los cuales en una buena proporción continuaron en manos españolas.¹⁶ A pesar de que algunos empresarios peninsulares retiraron parte de las fortunas que habían acumulado en el país, los términos de la paz firmada entre Estados Unidos de Norteamérica y España una vez terminada la guerra, garantizaron un respeto total a la propiedad privada y la más absoluta libertad de acción a los españoles en cuanto a dejar la isla o mantenerse en territorio cubano para continuar desempeñando sus habituales actividades en el comercio, la industria y los servicios¹⁷. Esto aseguró la permanencia y el desarrollo posterior del importante espacio de poder económico e influencia sobre la sociedad civil de los ciudadanos españoles en el seno de la sociedad cubana.

¹⁶ Véase: "El capital español en Cuba", revista *Cuba en Europa*, II, 19 (1911), p. 14. Citado por MARQUÉS DOLZ, 1998: 303.

¹⁷ "Tratado de paz entre España y los Estados Unidos de América, firmado en París el 10 de diciembre de 1898", en PICHARDO, 1961: 464.

En estrecha relación con el proceso de ascenso económico que tuvo lugar en Cuba durante las tres primeras décadas del siglo XX, se llevó a cabo un extraordinario incremento de la inmigración hacia la isla, en el cual participaron casi todas las provincias españolas. No puede descontarse el hecho de que desde Cuba fueran desplegadas algunas acciones de promoción en el propio territorio español, tales como las llevadas a cabo por la Asociación de Dependientes del Comercio y otras colectividades como la canaria y la asturiana, en un esfuerzo de tratar de suplir la falta de gestión por parte del gobierno cubano en promover la inmigración¹⁸.

Sin embargo, el poderío económico de los empresarios españoles radicados en la Isla y su demostrada capacidad para generar empleos, y organizar captaciones de emigrantes en sus lugares de procedencia con destino a Cuba, no resultan explicaciones suficientes para comprender la enorme capacidad de atracción que pudo ejercer Cuba como destino para los inmigrantes hispanos que deciden embarcar hacia ella en las primeras tres décadas del siglo XX. La fuerza de dicha atracción estuvo solidamente afianzada en un conjunto de instituciones, actividades y manifestaciones culturales cuya presencia, aunque provenía desde la época colonial, resultó muy fortalecida al influjo mismo de la numerosa inmigración y el propio desenvolvimiento económico que se alcanzó en el país casi hasta finalizar la década de los veinte. Entre estos factores de atracción estuvieron las funciones desempeñadas por las anteriormente mencionadas sociedades de beneficencia y socorros mutuos. Es imposible pasar por alto la importancia que en la vida económica de la República tuvieron algunas agrupaciones clasistas de mayoritaria participación española. A este género de instituciones correspondieron las llamadas cámaras de comercio, principalmente la tradicional Cámara de Comercio, Industria y Navegación de la Isla de Cuba, la Cámara Española de Comercio de la Isla de Cuba, y también el conjunto de cámaras de comercio existentes en las más importantes plazas portuarias de la isla¹⁹.

El caso brasileño merece también una reseña. Brasil promulga una legislación dirigida a atraer extranjeros centrada en la subsidiación de pasajes y favoreciendo el acceso a la propiedad de la tierra para atraer trabajadores europeos, en especial en contratas para la agricultura. Tuvo su efecto y, entre 1810 y 1975, cerca de 6

18 Véase: *Relación de trabajos efectuados por la Directiva de la Asociación de Dependientes del Comercio de La Habana en el cuarto trimestre de 1913*. La Habana, La Moderna Poesía, 1914, p. 63-75.

19 MARQUÉS, 1998 y 2002.

millones de extranjeros, entre ellos 727.138 españoles emigrarán a Brasil²⁰. Se dirigirán sobre todo a las áreas del centro y sur del país donde la administración central y estadual pretende desarrollar colonias agrícolas. Irán fundamentalmente al estado de São Paulo donde, entre 1890 y 1929, el colectivo emigrante español será el más numeroso tras el italiano y por delante incluso de los portugueses. La causa fundamental fue la subsidiación de pasajes por el gobierno federal, y en especial por el Estado de São Paulo para incorporarse a las *fazendas* de café²¹. Esta política de creación de núcleos coloniales para la producción de alimentos atrae fundamentalmente una emigración familiar. También ejercerán fuerte atracción ciertos núcleos urbanos como São Paulo, Santos, Río de Janeiro, Belem do Pará y Salvador de Bahía. Estos emigrantes espontáneos, generalmente de varones jóvenes, se emplearán en el comercio fundamentalmente: ultramarinos, panaderías, bares, restaurantes fueron negocios a los que se dedicaron, llegando a controlarlos prácticamente en algunas ciudades, como ocurrió con el ramo de los panaderos en Salvador de Bahía.

Sin menoscabar la atracción de estas economías americanas que se incorporan al comercio internacional, nos parece más decisivo fijarse en otro tipo de explicaciones que suelen asociarse a los denominados factores de expulsión.

Una argumentación de tipo estructural discutible por ambigua es apelar a los efectos de la reforma agraria liberal en España, pues a medio plazo – es decir hasta los años 80-90 del siglo XIX – parece que ha funcionado más bien como muro de contención del éxodo en algunas regiones como la castellana, lo que no quiere decir que el descubrimiento de la propiedad absoluta no tuviera aspectos que potenciaran el desarraigo. Sin negar esto, también es cierto que el pequeño–mediano propietario o colono pudo acceder a las migajas de la desamortización. Al mismo tiempo coincide con la expansión del viñedo, que exige una mayor demanda de trabajo.

¿Se puede hablar acaso de la presión demográfica? La presión demográfica en vísperas de la incorporación de algunas regiones a las migraciones internacionales no es alta, aunque sí parece un factor determinante en el caso de Canarias²². Conocida la tradicional baja densidad de población de algunas regiones, no cabe hablar estrictamente de que la presión demográfica determinara la emigración, y hay que tomar ésta en términos relativos, es decir, la incapacidad de la estructura económica española para absorber el crecimiento vegetativo.

20 GONZALEZ MARTINEZ, 2005: 92.

21 GONZALEZ MARTINEZ, 1990: 82.

22 SÁNCHEZ ALONSO, 1995: 300.

Puesto que el mayor impulso de la migración ultramarina se produjo en el decenio de 1904-1913 cabría pensar en los efectos del ordenamiento legislativo, en concreto en la citada Ley de Emigración de 1907. Ahora bien, la mayoría de los autores están de acuerdo en que, aunque la libertad de emigrar no se explicita hasta dicha ley, “de alguna manera este derecho se encuentra reconocido implícita y hasta formalmente en varias de las exposiciones de motivos de las diferentes órdenes y decretos”²³. Como la población era vista como un valor nacional, la legislación sobre la emigración es escasamente disuasoria y se centrará en poner trabas a salida de los algunos colectivos persiguiendo garantizar el cumplimiento del denostado servicio de quintas, evitar la prostitución femenina²⁴ y, en menor medida, algunos de los abusos que se comenten con los emigrantes en el sistema de contratas que suponía en ocasiones condiciones de semiesclavitud²⁵.

Situados a este lado del Atlántico, y sin despreciar las modificaciones ocurridas en los países de destino, un complejo de causas ha puesto en evidencia la dificultad de adaptar las tierras del interior al reto de la formación de un mercado mundial de productos agrarios. Fue la crisis agraria finisecular la encargada de dar nuevos impulsos al éxodo tradicional o de iniciarlo en otros lugares como ocurrió en tierras del Duero.

CUESTIÓN AGRARIA Y EMIGRACIÓN

Como puede suponerse, el impacto de la coyuntura internacional no actúa en el vacío sino sobre un medio geográfico que en algunas regiones es muy hostil. A los condicionamientos agronómicos o medioambientales la historiografía agraria española le ha dado últimamente un relieve singular, junto con otro, el de las restricciones tecnológicas aplicables a las agriculturas mediterráneas²⁶. Ambos condicionamientos marcaban un techo al sector agrario en regiones como la castellana mucho más determinante que las actitudes de atraso o resistencia al cambio tecnológico, que sin duda existían y que a veces podían instrumentalizarse como ingredientes de un debate

23 LLORDÉN, 1992a: 276.

24 Véase B. de CÉSPEDES (1888) – *La prostitución en la ciudad de La Habana*. La Habana.

25 PAZ y HERNÁNDEZ, 1993.

26 PUJOL y otros, 2001.

ideológico reaccionario²⁷. El marco geográfico y la tecnología imponen unos límites, pero no impiden la adaptación²⁸.

Como se ve, el esquema explicativo es más complejo y dinámico que el que se detiene en el inmovilismo agrario y en la gran extensión dedicada al barbecho en buena parte del país, ignorando la reducción sufrida por éste en el primer tercio del siglo XX. También cuentan, claro, otros factores relativos a la estructura agraria tan variada según regiones. En definitiva, el marco físico, las restricciones tecnológicas, la estructura social heredada del pasado, condicionaban bastante las opciones económicas para hacer frente al reto de la competencia internacional.

Pero la acción del Estado también cuenta y en 1891 el arancel proteccionista de Cánovas habría servido para detener los efectos de lo que se define como una “invasión”. Como se había pedido en el Congreso de Economía Nacional de 1888: “Cuando viene una invasión armada, se cierran las fronteras, y la Nación amenazada de la invasión se defiende. España se halla hoy amenazada de una invasión de productos. Pues bien debe recomendársele que haga lo que las demás Naciones han hecho; ¡España a defenderse!”²⁹. Según eso, el viraje proteccionista habría servido para resguardar a nuestros labradores de la competencia del grano o la lana de Ultramar ralentizando el proceso migratorio. Esta es una explicación que ha sido sometida últimamente a revisión. En efecto, puede suponerse que la política proteccionista habría servido para mantener o incrementar el ingreso agrario, es decir, en teoría habría proporcionado medios para emprender el viaje a Ultramar de los que hubiera carecido en caso de no contar con esas tarifas proteccionistas. Así, paradójicamente, el arancel en vez de contener el éxodo podría haberlo impulsado. Este razonamiento crítico de Sánchez Alonso respecto al proteccionismo económico como freno a la emigración, se ha mantenido sin embargo respecto a la protección monetaria: cuanto más se depreciaba la peseta menos emigración exterior se daba. Se llegan a cuantificar los efectos: “si la peseta no se hubiera depreciado la emigración española podría haber subido cerca del 25%”³⁰. En teoría no falta lógica a esta nueva deducción pues cuanto más se devaluara la moneda española más caros resultarían los pasajes que se pagaban a las compañías extranjeras. No pretendemos distorsionar la argumentación de esta investigadora que, por las herramientas utilizadas, se mueve en el terreno de la modelización económica, pero habrá que

27 *Movimiento Nacional Agrario*. San Sebastián, s.a. p. 4, citado en CASTILLO, 1979: 398.

28 SANZ, 1983: 33.

29 Citado en ROBLEDO, 1993: 91-92.

30 SÁNCHEZ ALONSO, 2000.

tener en cuenta otros factores. Cuesta imaginar a unos emigrantes potenciales posponiendo su deseo de emigrar debido a la devaluación monetaria cuando al mismo tiempo estaban cayendo las tarifas del transporte transoceánico o se incrementaban los pasajes subsidiados como hizo Brasil. Este tipo de explicaciones “modelizadas” tienen la virtud de indagar en la lógica económica de las actuaciones humanas, y son siempre un punto de referencia a contrastar con otras explicaciones. Valen como exploraciones tentativas y no se pueden absolutizar. Como expresó Hirschman en su crítica a Olson: “sus agentes, si bien son eficientes y a menudo aun ingeniosos y astutos, *carecen de historia*”³¹.

La crisis agraria finisecular no se puede reducir al sector del cereal o a la ganadería, pues la competencia internacional llegó también al viñedo al mismo tiempo que era afectado por la plaga filoxérica. Los pueblos de la comarca de la Ribera del Duero “proporcionaron legiones a las minas de Vasconia y Cantabria y de las minas al mar”³². La importancia del viñedo iba más allá de lo que indican los porcentajes de superficie ocupada. El viñedo se adaptaba bien a la minúscula explotación, ofrecía, además, oportunidades de empleo por lo intensivo que era en trabajo y reportaba ingresos monetarios saneados. De ahí, los efectos tan negativos que tuvo la llegada de la plaga desencadenando la emigración exterior. Las noticias de la prensa suelen relacionar la emigración de algunos distritos, como es el caso de los Arribes del Duero con dos ejemplos claros en Villarino de los Aires y Fermoselle donde se produce una verdadera “desbandada”, utilizando las palabras de Julio Senador.

LAS RELACIONES SOCIALES AGRARIAS

Estos fenómenos de expulsión relacionados con las vicisitudes económicas que afectaban al sector agrario deben completarse con otros de índole más institucional que afectaban tanto al sector público (desamortización de montes) como al privado (mercado de arrendamientos). En ambos casos, cualquier generalización a escala regional de causa-efecto para explicar la emigración puede resultar arriesgada. La complejidad de los bienes comunales se nota bien en los distintos medios a los que se acudió para su privatización: hubo compras, repartos o redenciones, pero

31 HIRSCHMAN, 1986: 90.

32 HUETZ DE LEMPS, 2001: 429.

también usurpaciones o roturaciones más o menos arbitrarias; además cabe añadir que ni la privatización ha implicado siempre individualización ni el mantenimiento de la titularidad pública ha supuesto que persistiera el uso colectivo de los bienes comunales. Que determinados bienes como los montes tuvieran un disfrute más o menos igualitario iba a depender de otro tipo de variables y complicidades³³. Bien distintos son otros casos como el conocido del pueblo salmantino de Boada que singulariza la importancia que los bienes comunales (cuando su disfrute no era oligárquico) tenían para la comunidad campesina, hasta el punto de que la pérdida del patrimonio municipal sirvió de detonante para plantearse una salida masiva en dirección a la Argentina. Posiblemente se haya exagerado la importancia de este factor de expulsión en un momento en que las políticas de inmigración (y la presión de las compañías de inmigración) también eran muy activas.

Respecto a los arrendamientos sólo cabe precisar que si la liberalización de arriendos se había logrado frenar a fines del siglo XVIII, a partir de las Cortes de Cádiz se impuso la facilidad total para el desahucio. El impacto del Decreto de 8 de junio de 1813, que es el que recogió la plena libertad de arrendamientos (y de cercamientos), tuvo que ser considerable en muchos pueblos y aldeas y estuvo vigente hasta la llegada de la Segunda República. Hay muchos ejemplos de desahucios colectivos de pequeñas aldeas y alquerías que escandalizaron a los contemporáneos. En este sentido el ordenamiento liberal respecto a lo que suelen llamarse los derechos de propiedad facilitó las cosas a quien adquiriría una gran explotación. Dos obstáculos entorpecían al propietario el disfrute de la finca a su antojo, recién adquirida o no, los árboles y los colonos. Cortando los primeros para vender la madera, amortizaba una parte importante de la compra; expulsando a los segundos, lograba más facilidades para incrementar la renta, y más posibilidades de atraer al gran arrendatario que disfrutaba de solvencia.

En esa línea se pronunciaba Díaz Caneja en 1912: “Castilla es pobre y, además, Castilla es patrimonio del señor del suelo; las modificaciones contractuales que en otras regiones ocasionan regímenes económicos que permiten vivir con derecho al poseedor temporal de la tierra, aquí no se dan. El dominio es fiero, de férrea arquitectura legal; en esa relación de dominio y pobreza está, sin duda alguna, la causa generadora del hambre, o sea la causa primera del éxodo migratorio”³⁴.

33 ROBLEDO, 2002.

34 DÍAZ CANEJA, 1912.

EMIGRACIÓN Y QUINTAS

Las cifras conocidas de la emigración oficial hasta finales de los años veinte del pasado siglo tienen entre sus deficiencias una no por sabida menos importante: que no recoge la abundante emigración ilegal que el propio Estado cifraba en 1916 aproximadamente en un 25%³⁵.

Este recurso a la ilegalidad se asocia en España a la vieja querrela de las quintas: “hijo quinto y *sorteao*, hijo muerto y no *enterrao*” rezaba el dicho popular. Como señalaba Robledo “tal y como se planteaba la ley de reclutamiento, la emigración exterior, pese a los condicionamientos de la salida clandestina era más barata y seguramente menos arriesgada que el servicio militar colonial”³⁶. Antes de acabar el XIX, no olvidemos que hubo dos guerras con Cuba y, comenzado el XX, las tropas españolas en África sufrieron numerosos varapalos como para no animar a la escapada. No era una mera cuestión patriótica el evitar la contribución al Ejército; era un problema de medios económicos: iba quien no se podía librar de ir, quien no podía pagar la redención en metálico o un seguro contra la “quinta”, quien no tenía capacidad de endeudarse con alguna de las numerosas sociedades de préstamo de las que fueron víctimas muchas familias de pequeños propietarios y arrendatarios castellanos. La conciencia de agravio, de discriminación, de vigencia de la insolidaridad en los planos nacional, regional e individual, es manifiesta en Castilla la Vieja y otras regiones españolas. Esta conciencia tiene un significativo reflejo literario en novelas, romances, canciones de “quinta” y pliegos de cordel; pero escaso en la prensa. El imaginario popular sobre los peligros de la incorporación a quintas respondía a una situación bien visible. Como ejemplo ilustrativo puede valer los datos conocidos sobre las bajas de la Guerra de Cuba de 1895 a 1898. La mayoría de los estudios considera que España envió en torno a 200.000 hombres de los que murieron entre 60.000 y 80.000³⁷. Un porcentaje de bajas sin duda muy elevado y por tanto disuasorio para cualquier familia.

Durante las primeras décadas del XX no variaron algunos de los motivos clásicos de la expulsión, como el temor a las quintas, pero se acentuó su influjo, y así el número de desertores creció espectacularmente. Como promedio estatal, se estima que hubo años en que uno de cada cinco jóvenes llamados a filas

35 C.S.E., 1916: 89; BLANCO y ALONSO, 1996: 57-63.

36 Citado en BLANCO y ALONSO, 1996: 225.

37 ESCALANTE y otros, 2001: 15-28.

(*mozos*), fue declarado prófugo. Sobre esta tradición de oposición a las quintas, la Guerra de África constituyó otro aliciente para la evasión, como reconocía la *Estadística* de 1911-1915.

Para el que no podía costearse la redención, el viaje a Ultramar siempre le había resultado cuatro o cinco veces más barato que eludir las obligaciones militares. A principios del siglo XX la diferencia en los precios relativos, entre lo que se pagaba por emigrar y lo que se abonaba por verse libre de las obligaciones militares, creció aún más, al tiempo que los riesgos y tiempo de la travesía se reducían. La opción de la emigración americana se hacía cada vez más atractiva.

EL LENTO CRECIMIENTO URBANO E INDUSTRIAL

En buena parte de las provincias españolas el peso demográfico de las capitales estaba por debajo del 10% de la población total. Por otra parte el proceso de industrialización es muy desigual según regiones y provincias. Así, por ejemplo, en la castellana la participación regional en el producto de la industria fabril española desde mediados del siglo XIX a fines del siglo XX siguió un declive similar al de la participación demográfica: de representar un 12-13% hacia 1860, la industria regional se había quedado en la mitad, o menos, a lo largo de todo el siglo XX³⁸. Es decir, débil urbanización y precaria industrialización se suman para justificar la limitada capacidad de absorción del excedente rural en muchas provincias españolas. El éxodo, pues, tendía a engrosar los centros urbanos más dinámicos del capitalismo industrial español o escogía la vía de la emigración exterior. En definitiva, la débil industrialización es la causa de la escasa atracción de las ciudades. Y esta situación continuó así en amplias zonas de España después de los difíciles años de las décadas de treinta y los cuarenta que prácticamente eliminaron la emigración exterior, particularmente hacia América.

Los primeros años de la autarquía franquista coincidieron con el espejismo que se produjo en algunos sectores dentro del interior de España, que se desarrollaron a raíz de las necesidades estratégicas de la II Guerra Mundial, pero la evolución de la inversión y de los beneficios pone de manifiesto que los hipotéticos efectos de la política económica del primer franquismo en las tierras del interior de España, como el caso de Castilla y León, de los que tanto alardeaba el Régimen, no se

38 ROBLEDO y SANZ, 1986; MORENO, 2001: 186.

prolongaron mucho más allá del fin de la guerra en Europa ³⁹. Al margen de la retórica ruralista del régimen muchas regiones españolas no se libraron durante los años 50 de un duro reajuste que puso fin al clásico modelo de capitalismo agrario. A pesar de los esfuerzos del régimen por mantener unas arcaicas estructuras de producción, decenas de miles de españoles recurrieron de nuevo a la emigración hasta *ajustarse* lo suficiente como para producir la “históricamente insólita modernización rural” ⁴⁰ que el país alcanzó en la década de los 70 del pasado siglo.

EL ASOCIACIONISMO DE LA EMIGRACIÓN ESPAÑOLA A AMÉRICA

Esos millones de españoles que se trasladan a distintos países americanos en la época contemporánea, fundamentalmente hasta los años treinta del siglo XX, darán lugar a un muy notable proceso asociacionista que a pesar de los estudios aparecidos en especial en torno a la efemérides del quinto centenario del descubrimiento y el interés por los estudios migratorios en algunas regiones, no ha recibido la atención historiográfica que merece, carencia que es extensible al conjunto de los estudios sobre sociabilidad en España ⁴¹. Sin embargo, tuvo una extraordinaria importancia como ha sido puesto de manifiesto por un amplio colectivo de investigadores ⁴². Efectivamente, una de las características más notables del proceso de integración de los emigrantes españoles a las sociedades americanas durante los siglos XIX y XX ha sido la creación y desarrollo de un movimiento asociativo que los representaba. Estas asociaciones constituirán una plataforma de relación entre los propios inmigrantes, pero también con sus lugares de origen y con España. Seguramente tenía razón el miembro de la Academia Gallega Adolfo Calveiro Couto cuando afirmaba en 1964 que “lo que representan a beneficio de sus afiliados o socios, las instituciones de naturaleza similar a Naturales de Ortigueira —ésta única en Cuba, por el número de los servicios que presta a sus miembros—, no pueden imaginárselo siquiera quienes no conozcan, directa e íntimamente, los móviles que las inspiraron y los modos y procedimientos para que las mismas se desarrollen, sostengan y rindan sus frutos naturales” ⁴³.

39 MORENO, 2001: 200.

40 MORENO, 2001: 202.

41 CANAL, 1992; ARIÑO, 2004.

42 BLANCO, 2008; BLANCO y DACOSTA, 2014.

43 CALVEIRO, 1964.

El asociacionismo español entre la emigración en América muestra diversas facetas que deberían reflejar su importancia. Una, no necesariamente la más relevante, su dimensión numérica. Como ejemplo puede valer considerar que, en un momento determinado, más de un tercio de la colonia española en Cuba era miembro de alguna asociación. En los años cincuenta del siglo pasado, las sociedades españolas en la mayor de las Antillas tenían unos 400.000 afiliados, con entidades como el Centro Asturiano que casi llega a los 100.000, o la Asociación Hijas de Galicia que supera esta cifra. Más significativa es sin duda su labor: además de su actuación benéfica, asistencial y de ayuda mutua, fundamental en el plano sanitario, llevan a cabo una muy significativa labor recreativa y cultural de mantenimiento. También de redefinición de identidades diversas: nacional, regionales y provinciales, en general no contradictorias, pero sí en algunos casos⁴⁴.

Habría que tener en cuenta la percepción de los propios emigrantes que consideran a estas asociaciones fundamentales en el proceso de adaptación a los lugares que llegan: “El centro Asturiano – expone en 2006 el Presidente de la Sociedad Asturiana de Beneficencia en Cuba –, como otras sociedades españolas, jugaron un papel muy importante para que los emigrantes, que llegábamos de España, encontráramos trabajo, amigos y, lo que es muy importante, conociéramos las “reglas del juego” del país al que llegábamos, que, aunque pareciera menos, era un país extranjero”⁴⁵.

MOTIVACIONES DEL ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN AMÉRICA

Como para el conjunto del asociacionismo, la motivación también es compleja entre las formas de asociacionismo voluntario constituidas por los inmigrantes españoles y tiene que ver en buena medida en un principio con la insuficiencia o la práctica inexistencia de servicios básicos del Estado como la atención sanitaria y educativa. Las asociaciones buscan la superación de problemas y también responden al intento de reinventar un sentido provisorio de la comunidad añorada – se persiguen enclaves para la convivencia, la reconstrucción de vínculos y la producción de identidades. Asociacionismo cultural y festivo, convivencial y recreativo, como se refleja en las asociaciones que se asientan sobre la actividad recreativa. Es decir,

⁴⁴ BLANCO, 2014.

⁴⁵ Entrevista con Constantino Díaz Luces, “Constante”, presidente de la Sociedad de Beneficencia Asturiana y durante 32 años empleado en el Centro Asturiano (La Habana, abril de 2006).

hay asociaciones orientadas estrictamente a la sociabilidad y otras centradas en la solidaridad o la ayuda mutua y en ocasiones algunas responden también a las dificultades que tienen los inmigrantes para la participación política directa, aunque las asociaciones constituidas por la emigración económica inciden generalmente en su carácter formalmente apolítico, sin olvidar las sociedades estrictamente sindicales o políticas. Motivación compleja y estructura asimétrica, por lo que hay que considerar el carácter multifactorial de la dinámica de la producción asociativa entre los inmigrantes, teniendo en cuenta que existen múltiples fuentes de la asociatividad (tanto convivencial como productora de servicios y altruista). Diversidad, complejidad y variada vitalidad de este asociacionismo español, que se inicia en torno a mediados del XIX y sigue en la actualidad.

Como ha apuntado Moisés Llordén, las primeras asociaciones de los inmigrantes españoles en América en la época contemporánea responden al intento de hacer frente a algunos de los problemas que se le plantean en los países de acogida, que al margen de las concomitancias culturales, étnicas o de otro tipo, son conscientes de un cierto grado de inseguridad en un medio distinto a aquel del que proceden⁴⁶. Y a esas finalidades más perentorias se van uniendo otras de motivación diversa, desde las políticas a las deportivas, conformando un abigarrado mosaico de espacios formales de sociabilidad que inciden en aspectos fundamentales para el emigrante como la integración y la identidad.

En la conformación de estas asociaciones juega muchas veces la identidad étnica nacional, pero en ocasiones constituían una forma de institucionalizar la importancia de los lazos regionales, que con frecuencia se superponen a los de vecindad y familia, y al mismo tiempo ofrecen determinadas funciones propias de la unidad familiar, tratando de llenar la nostalgia que siente el inmigrante. Jesús Guanche considera que fue “en América donde la concurrencia de elementos étnicos hispánicos (...) contribuyó decisivamente a la reafirmación de una autoconciencia étnica hispánica en oposición al arraigado regionalismo peninsular”⁴⁷, afirmación que hay que matizar según para qué periodos de la emigración y según países, pues en el caso del asociacionismo español las instituciones regionales tienen en algunos países de acogida una vitalidad similar o mayor que las globalmente españolas. Como afirmó Kenny refiriéndose a México, el asociacionismo español de carácter regional supone para el emigrante una “base para hacer alianzas en un

46 LLORDÉN, 1992b; LLORDÉN, 2014.

47 GUANCHE, 1983: 127.

nivel menos abstracto y más con- fiable que la nación, pero no tan seguro como la familia o el pueblo”⁴⁸. Hay que tener en cuenta que no siempre se daba ni mucho menos una contradicción de fondo entre diversas formas de identidad, lo que se traducía en la pertenencia de los mismos individuos a asociaciones distintas, fundamentalmente los grupos dirigentes⁴⁹. En la colonia española en América van a convivir asociaciones españolas con otras de agrupamiento regional, provincial, comarcal e incluso local. Sin embargo, en algunos casos, como ocurre en Buenos Aires, no pocos inmigrantes estarán integrados en sociedades de socorros mutuos formadas por distintas nacionalidades, lo que cuestiona en cierta medida la voluntad étnica de los mismos⁵⁰.

TIPOLOGÍA DE LAS ASOCIACIONES DE LOS INMIGRANTES ESPAÑOLES

No es fácil establecer una adecuada tipología de asociaciones españolas en América teniendo en cuenta la mencionada diversidad de motivaciones a que responden. Las perspectivas para el emigrante que llegaba a América durante el siglo XIX sin el apoyo de familiares o coterráneos en el país de acogida no eran halagüeñas y en muchos casos sus esperanzas de mejora se frustraban rápidamente. Esta situación era de sobra conocida, y temida, por los emigrantes con buena situación económica, lo que explica que las primeras asociaciones que se forman sean de beneficencia, que responden a factores de carácter humanitario, de vinculación afectiva con los paisanos. Como respuesta a esa difícil situación económica del recién llegado surgen también, y ahora desde las filas de los emigrantes más desfavorecidos, las sociedades de socorros mutuos. A éstas seguirán pronto otras donde a esa finalidad asistencial se unen otras de carácter recreativo, cultural, social, educativo, etc. Responde la experiencia asociativa, por tanto, a una motivación múltiple, y de ahí lo múltiple de sus formas. El fomento de las relaciones personales y profesionales entre personas del mismo grupo nacional, e incluso regional, provincial y de lugar concreto de origen; intereses mutualistas, sindicales, labores de beneficencia, asistenciales, recreativas, culturales, educativas, políticas, económicas, entre

48 KENNY y otros, 1979: 84.

49 La Administración española sí verá con preocupación la creación de asociaciones que refuerzan la identidad regional. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores. H. 2351. Cuba, Política Exterior, leg. 1911.

50 SÁNCHEZ ALONSO, 1992: 34-35.

otras, están en el origen de las iniciativas asociacionistas, sin olvidar aspiraciones étnicas, carencias afectivas y necesidad de ciertos servicios.

Muchas veces las asociaciones surgidas con una finalidad concreta van incorporando otros de los servicios mencionados en función de los intereses de los asociados. Las sociedades de beneficencia incorporan en ocasiones fines mutuales, y las de socorros mutuos servicios de beneficencia, mientras los centros regionales suelen presentar una amplia gama de objetivos. En ocasiones surgen distintas asociaciones como repuesta a un mismo problema, pero desde segmentos sociales y con objetivos y planteamientos ideológicos distintos. De lo expuesto se deriva la dificultad para establecer una clasificación de estas asociaciones que, siendo operativa, responda a una valoración general del papel de las mismas.

EL ASOCIACIONISMO EN LOS PAÍSES AMERICANOS DE MAYOR INMIGRACIÓN ESPAÑOLA

Siendo los dos países que acogen los mayores contingentes de la emigración española, será en Cuba y Argentina donde tenga un mayor desarrollo el asociacionismo⁵¹. El mantenimiento de la vinculación colonial durante el siglo XIX y el enorme peso que mantuvo la emigración española en la Mayor de las Antillas fueron factores muy relevantes en el modelado del movimiento asociativo en Cuba, diferenciándolo en algunos aspectos de lo ocurrido en los países del continente. La principal de esas diferencias se halla en el surgimiento, desde épocas bastante tempranas, de entidades que se fueron conformando en base a criterios de agrupamiento regional, en lugar de agrupar a los inmigrantes de toda España. Así, ya en 1841 se fundó la Sociedad de Beneficencia de Naturales de Cataluña, presidida por el capitán general de la isla. Mientras en los países en donde el enfrentamiento con los residentes españoles había sido agudo durante las guerras de independencia (como México o Venezuela) o en aquellos que incorporaron un porcentaje elevado de inmigrantes de otros orígenes (casos de Brasil, Argentina, Uruguay y Chile), la formación de sociedades de ayuda mutua que se definían como españolas, sin otra distinción, fue el procedimiento más habitual para apelar a la identidad étnica hasta comienzos del siglo XX, en la isla caribeña dominó claramente el modelo asociativo regionalista.

⁵¹ BLANCO y FERNÁNDEZ, 2005.

Cuando las tendencias independentistas se hicieron visibles en las últimas colonias, se fundaron los casinos españoles, inicialmente en La Habana (1869) y luego en otras ciudades de la isla. Uno de sus objetivos consistía justamente en reducir las tensiones entre los residentes españoles y la población cubana, aunque luego de la independencia se concentraron más bien en las funciones recreativas y culturales. En cualquier caso, la variante regionalista siguió siendo dominante, extendiéndose por las distintas comunidades que contaban con una importante presencia en la isla, como los gallegos, asturianos, canarios, castellanos, vascos o andaluces. Las sociedades regionales de beneficencia contribuyeron a mitigar el impacto de las crisis más agudas que se abatieron sobre la economía cubana, como la de comienzos de la década de 1920 y la derivada del crack del 29, momentos en que fue necesario financiar los pasajes de repatriación de paisanos indigentes. Por su parte, el Centro Gallego (1879), el Centro Asturiano (1886), la Asociación Canaria (1906) o el Centro Castellano (1909) contaron con miles de afiliados y desarrollaron una oferta educativa y un sistema médico–farmacéutico de notable complejidad que se sustentaba en el pago de cuotas y en inversiones de capital. A diferencia de las sociedades de beneficencia, estos centros proclamaban la igualdad de sus miembros y no reconocían socios protectores con mayor poder de decisión, si bien los afiliados de posición económica más relevante hacían frecuentemente aportaciones sustanciosas. Ambas vertientes del asistencialismo –la benéfica y la propiamente mutualista– estuvieron presentes en la mayoría de los países latinoamericanos de fuerte inmigración española, aunque fue en Cuba y Argentina donde alcanzaron su mayor grado de desarrollo.

Por otro lado, La Habana constituyó, junto con Buenos Aires y en menor medida Montevideo, São Paulo, Río de Janeiro y Nueva York, uno de los escenarios en donde llegó a desenvolverse un movimiento asociativo muy peculiar, protagonizado fundamentalmente por la emigración gallega, pero también presente entre asturianos y castellanos. Nos referimos a las entidades de base local o comarcal, que mantuvieron un intenso y prolongado contacto con las aldeas de origen de los emigrantes. Los objetivos de estas asociaciones, que agrupaban a los originarios de una determinada parroquia, ayuntamiento, comarca o partido judicial, eran variados: la promoción de la educación primaria en la tierra de origen, el fomento de las obras de infraestructura o de salud pública, la difusión de técnicas agrícolas a veces aprendidas en los países de destino,

etc.⁵². En algunas ocasiones, el perfil más bien apolítico de sus actividades fue desplazado por unos móviles claramente “regeneracionistas”, como la lucha contra el caciquismo dominante en la España de la Restauración o la defensa de un cierto ideario republicano o socialista. En cualquier caso, las iniciativas en favor de la redención material, educativa y moral de los labriegos gallegos o asturianos formaban parte de una compleja interacción entre las aldeas de origen y las ciudades americanas, cuyo protagonista principal fue una elite emigrante o exiliada por razones políticas en el último cuarto del siglo XIX⁵³.

La relación entre el asistencialismo basado en la beneficencia y el que defendió los principios de la ayuda mutua no fue en todas partes de competencia o confrontación. De hecho, en algunos países existió complementariedad entre las dos vertientes, y en otros el predominio de una de ellas se ocultaba debajo del empleo de la denominación de la otra. Así ocurrió en Puerto Rico, donde la Sociedad de Auxilio Mutuo de la capital (1883) nació como una especie de rama social del Casino Español. Pese a su nombre, se trataba en realidad de una entidad benéfica conducida rígidamente por los dirigentes del Casino, fervientes católicos y militantes del Partido Incondicional que defendía el statu quo previo a la guerra con Estados Unidos⁵⁴. Precisamente la guerra llevó en 1899 a un intento de fusión con el Casino que no prosperó, pero que dejó en evidencia los estrechos vínculos al interior de la elite que dirigía a la Sociedad y que ofrecía sus servicios asistenciales a una corriente inmigratoria de todos modos muy escasa desde comienzos de siglo XX. La exigüidad del flujo inmigratorio se dio en otros lugares del Caribe, haciendo que a veces el desarrollo del mutualismo español se enfrentara a dificultades insalvables. Es lo que ocurre en la República Dominicana, donde el mutualismo debió ser reemplazado por una red de centros patriótico-culturales, como la Casa de España, fundada en 1917 en Santo Domingo. Estas entidades primaron el sostenimiento de la unidad étnica y cultural frente al avance de la influencia norteamericana, o bien la defensa de determinados intereses específicos como los de los pequeños comerciantes españoles dispersos por el país.

El cuarto de millón de españoles que emigraron a Estados Unidos, en particular en las dos primeras décadas del XX, siguió la larga tradición asociativa de los estadounidenses y constituyeron un gran número de asociaciones, en especial en el estado de Nueva York, zona preferida de asentamiento y ciudad a la que llegan

52 BLANCO, 2014.

53 NUÑEZ SEIXAS, 1998.

54 GARCÍA RODRÍGUEZ, 1983: 61-62.

la mayoría de ellos. En esta ciudad existían asociaciones globalmente españolas y otras que agrupaban a gallegos, asturianos, vascos, aragoneses, andaluces y valencianos, que, al restringirse la inmigración, desde finales de los años 30 tienden a integrarse en asociaciones nacionales, con excepción de los vascos, lo que ocurre en el conjunto del país, además de constituir sociedades globalmente “hispanas”⁵⁵. A destacar asimismo el asociacionismo conformado en Florida, alimentado por los españoles que han llegado desde Cuba.

La escasa entidad del flujo inmigratorio español fue un problema que estuvo presente en México, donde el asociacionismo étnico sólo logró un asentamiento estable en las grandes ciudades, aunque fue capaz de anticiparse al catolicismo social –con el que compartía muchos de sus presupuestos– y al mutualismo de resistencia⁵⁶. La Sociedad Española de Beneficencia, surgida en Tampico en 1840 como entidad de ayuda a los españoles necesitados, incorporó después a sus funciones la de asistencia sanitaria y construyó un hospital para la colectividad. Su homónima de Puebla (1860) sufrió diversas vicisitudes, como una serie de mortíferas epidemias que mermaron drásticamente su masa de afiliados, pero también fue capaz de erigir en 1890 un centro de salud de respetables dimensiones si se lo compara con su diminuto padrón social. La matriz benéfico–asistencial, también central en la de Tampico, era acompañada en este caso por una fuerte influencia de la iglesia local en la vida de la sociedad⁵⁷.

Desde comienzos del siglo XX, las asociaciones españolas de ayuda mutua se extendieron a otras ciudades del territorio mexicano, pero su capacidad para implantar y sostener un moderno sistema de salud seguía siendo muy limitada, teniendo en cuenta que la mayor parte de aquéllas no superaba el centenar de integrantes⁵⁸. Distinta fue la situación de las instituciones que apuntaron desde sus orígenes al reclutamiento de un sector reducido pero próspero de la colectividad, como el Centro Asturiano, el Gallego, el Vasco o el Casino Español⁵⁹. Su trayectoria ascendente en cuanto a número de afiliados, patrimonios acumulados o influencia en la sociedad mexicana contrasta también con las permanentes dificultades financieras a las que se vieron sometidos los centros creados por la emigración política derivada de la guerra civil española.

55 RUEDA, 2008 y 2014.

56 MELGAR BAO, 1988: 112-113.

57 GIL LÁZARO, 2014.

58 Circular dactilografiada de la Unión Española, 8 de agosto de 1916, conservada en Archivo General de la Administración, Alcalá de Henares, Embajada Española en México, Caja 319.

59 ORDOÑEZ, 2008.

Por su parte, la reducida colectividad española de Guatemala contó con su propia asociación benéfica desde 1866. En ella se combinaban las motivaciones caritativas y paternalistas con un evidente propósito de consolidación de la relevancia social de su grupo dirigente, proveniente de las más altas posiciones económicas y políticas de Guatemala. Desde 1880 extendió su acción hacia el interior, pese a la permanente inestabilidad política y al cuadro de pobreza generalizada. En 1897, con ocasión de la Guerra de Cuba, reformó sus estatutos, incorporando el propósito de reforzar la unidad de los españoles, y participó activamente en la colaboración pecuniaria con la marina de guerra española. En 1910 permitió el ingreso de mujeres como afiliadas, y en 1925 organizó su propia sección de auxilios mutuos, lo que fue posible debido al gran aumento del padrón en esos años. Sin embargo, su gobierno y administración siguieron en manos de un reducido grupo de comerciantes y profesionales, poco diferente del que la había fundado sesenta años antes⁶⁰.

Venezuela fue un destino tardío para la inmigración de origen español, que no reviste importancia, más allá de la recepción de pequeños grupos de exiliados tras la guerra civil española, hasta los años cincuenta del XX con la profunda transformación económica que supuso el auge petrolífero y la política inmigratoria de “puertas abiertas” que aplicó el gobierno del dictador Marcos Pérez Jiménez. Este fuerte contingente inmigratorio español se asentó fundamentalmente en Caracas, destacando los amplios grupos de canarios y gallegos. Por ello, descollará el asociacionismo conformado por estos colectivos regionales, con asociaciones como la Hermandad Gallega de Venezuela (1960) que aglutina a otras asociaciones previamente existentes y en la que se integran otros colectivos regionales españoles, o el Hogar Canario (1942) y finalmente la Asociación Canaria de Venezuela (1966), que pretende vertebrar la amplia comunidad canaria⁶¹, además de un pujante asociacionismo de marcado carácter político como el Centro Vasco (1941).

Si nos centramos en los países sudamericanos que acogieron los mayores contingentes de población europea, llama la atención la exuberancia del movimiento asociativo. En el Río de la Plata, las sociedades de ayuda mutua que se definían como españolas, buscaron agrupar sin distinciones regionales a los inmigrantes procedentes de España. Además, se extendieron ampliamente por el territorio de los países receptores, desde las grandes ciudades del litoral hasta

60 PRESA FERNÁNDEZ, 1987.

61 HERNANDEZ GONZÁLEZ, 2008: 104-105; DÁVILA, 2014.

localidades alejadas y poco pobladas. Aun en la actualidad, son visibles los edificios de la Asociación Española de Socorros Mutuos (AESM) en muchos de esos pueblos y resalta el lugar que siguen ocupando como centros de reunión o de festividades, si bien las funciones de estas sociedades son mucho más limitadas que en el pasado o han debido adecuarse al cambio de los tiempos, incorporando actividades dirigidas a la población en general y no sólo a los descendientes de españoles. En Argentina, la importancia de estas asociaciones no podría equipararse con la de las italianas si sólo tuviéramos en cuenta la cantidad de entidades o el número total de socios. Sin embargo, superaron claramente a estas últimas en cuanto al promedio de afiliados por sociedad. El discurso pan-hispánico de sus elites dirigentes, generalmente orientado al apoliticismo y centrado en la calidad de los servicios mutualistas, marcó una importante diferencia con el caso de los italianos, en el que las disputas entre monárquicos y republicanos, y luego entre pro-fascistas y anti-fascistas, llevaron a frecuentes fracturas y escisiones⁶².

La principal de estas instituciones, que sobrevivió en Buenos Aires hasta 1987, llegó a contar con más de veinte mil miembros en la década del veinte del siglo pasado, cifra que superaba a la de cualquier otra asociación voluntaria existente por entonces, fuese argentina, extranjera o cosmopolita. La variedad de sus servicios médico-farmacéuticos y la extensa red de reciprocidades que la vinculaban con otras entidades del mismo tipo en las provincias del interior argentino y en los países limítrofes hicieron incluso que se la mencionara como un ejemplo en el debate sobre la creación del seguro social durante la Segunda República española. Pese a ello, la enorme presencia de los españoles en la capital de la Argentina –más de trescientos mil según el censo de 1914, sin contar a sus descendientes– hizo que aquélla fuera capaz de albergar también al Centro Gallego (1907), una entidad asimismo orientada al mutualismo que llegó a superar la cantidad de afiliados de la AESM después de 1930. En cambio, otras asociaciones de matriz regional, como el Centre Català o el Laurak Bat, surgidos en la década de 1880, se concentraron más decididamente en la sociabilidad entre paisanos y en la defensa de la identidad cultural. En el caso del primero, una escisión producida en 1908 dio lugar a un catalanismo de perfil más político, con la fundación del Casal Català⁶³. Por otro lado, el prestigio de algunos dirigentes de la colectividad española que destacaban en el asociacionismo y la prensa

62 DEVOTO y BENENCIA, 2003: 310-319.

63 FERNÁNDEZ, 2008.

étnicos y la encumbrada posición en la sociedad porteña alcanzada por un grupo de exiliados que llegaron tras el Sexenio Democrático constituyeron importantes incentivos para la formación y desarrollo de la Liga Republicana Española a comienzos del siglo XX ⁶⁴. Este movimiento no se definió en un sentido hostil u opositor respecto de otras manifestaciones políticas previas de los españoles asentados en la Argentina, como la Asociación Patriótica, que había sido creada en medio del fervor hispanista del período de la guerra de Cuba y que luego de la misma habría de consagrarse a otros objetivos, como la defensa del prestigio cultural y científico de España en una sociedad en la que dichos valores seguían estando poco acreditados ⁶⁵.

Dentro del territorio brasileño, el asociacionismo español alcanzó su principal desarrollo en el estado de Sao Paulo, donde vivía alrededor del ochenta por ciento del total de inmigrantes de ese origen radicados en el país ⁶⁶. El modelo netamente dominante aquí fue el de las sociedades de socorros mutuos que abarcaban a todos los españoles sin distinción ⁶⁷. Dadas las apremiantes necesidades de financiación del asistencialismo y las dificultades de muchos de los inmigrantes (pertenecientes en una vasta proporción a los estratos de trabajadores urbanos y rurales) para abonar regularmente sus cuotas, estas sociedades debieron abrirse con bastante rapidez a los descendientes de aquéllos ya nacidos en Brasil e incluso establecer convenios de atención de los afiliados con las entidades más poderosas que habían creado los italianos ⁶⁸. El mutualismo español se fue extendiendo desde la capital del Estado, donde se fundó la primera entidad en 1898, hacia Santos y toda el área cafetalera. Como expresaban de manera idéntica los estatutos de algunas de esas mutuales, lo que se perseguía era “fomentar el espíritu de asociación que debe unir a los hombres en los sagrados vínculos de fraternidad y proporcionarles medios de instrucción, socorro y auxilio mutuo” ⁶⁹.

En otras regiones del Brasil el asociacionismo mutualista, combinado a veces con el de la beneficencia, había comenzado a desarrollarse con anterioridad a la expansión cafetalera que atrajo a la mayoría de los españoles hacia Sao Paulo. En Río de Janeiro, por ejemplo, ya existía una sociedad de ese tipo desde 1859,

64 DUARTE, 1998.

65 FERNÁNDEZ, 1987.

66 CANOVAS, 2008.

67 GONZALEZ MARTINEZ, 2008 y 2014.

68 GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 1990: 208-210.

69 CENTRO ESPAÑOL DE CAFELANDIA, 1927 – *Reglamento*, Cafelandia, Tip.da Com. de Pirajuhy.

mientras que otras similares fueron fundadas en Bagé (1868), Salvador de Bahía (1885) y Porto Alegre (1893). Todas ellas mantenían una clara orientación hacia los servicios médicos y farmacéuticos, por lo que debieron soportar fuertes crisis durante las diversas epidemias de la segunda mitad del siglo XIX⁷⁰. Desde la perspectiva socio-ocupacional, sus padrones estaban mayoritariamente integrados por pequeños comerciantes, empleados, dependientes y en menor medida artesanos, es decir por estratos urbanos a los que el mutualismo ofrecía una cobertura asistencial relativamente eficiente y asequible. En cuanto a los orígenes regionales, los gallegos constituyeron el grupo más abundante en los padrones de las asociaciones españolas, a la vez que fundaron sus propios Centros en Río, Sao Paulo y Belem do Pará⁷¹.

En Uruguay, la inmigración española fue menos numerosa que en Brasil en cantidades absolutas, pero su importancia relativa fue claramente mayor⁷². El asociacionismo de ese origen nació al mismo tiempo que el de la Argentina, con la sociedad de socorros mutuos de Montevideo (1853). Tres décadas más tarde logró instalar su hospital, y para 1928 el número de afiliados había llegado a la enorme cifra de 18.000. Pese a que sus estatutos preveían también actividades culturales, su interés se concentró casi exclusivamente en los servicios de salud. Los grupos sociales en ella dominantes (pequeños comerciantes, artesanos, empleados, trabajadores calificados) fueron en general los dominantes en las entidades del mismo tipo que se fueron creando en varias ciudades del interior en las décadas de 1860 y 1870. Entre ellos, los gallegos, aun no siendo tan dominantes como en el asociacionismo del Brasil, constituían el primer grupo regional, seguidos por asturianos, vascos y catalanes, y más de lejos por navarros, castellanos y andaluces. La defensa de los valores culturales de la tierra de origen frente al menosprecio que por ellos manifestaban algunos miembros de la clase dirigente uruguaya y el refuerzo de los vínculos con aquella fueron los objetivos que llevaron a la creación del Centro Gallego en 1879. La entidad trató de otorgar ciertos apoyos a los inmigrantes recién llegados, pero su interés se concentró sobre todo en la vertiente recreativo-cultural. Por ello, quedó abierto un flanco para la creación de una entidad como la Casa de Galicia (1917), que asumió las funciones asistenciales a través de su sección de fomento y protección del trabajo⁷³.

70 BLANCO, 2009.

71 FERNÁNDEZ, 1992: 343-344.

72 ZUBILLAGA, 2008.

73 CAGIAO, 1989:155-156.

Montevideo contó también, al igual que Buenos Aires, con una serie de instituciones étnicas que expresaron el ascenso social de sus elites, como la Cámara Española de Comercio (1888), que trataba de fomentar el intercambio económico y la navegación entre los dos países, el Club Español (1878), centro de sociabilidad de sólidas vinculaciones con la representación diplomática y el conservadurismo político, la Institución Cultural Española (1919), que promovió el contacto de las universidades rioplatenses con algunas de las figuras más prestigiosas de las ciencias y la cultura de España, o el Hospital–Sanatorio Español, inaugurado en 1909 con el propósito de ofrecer asistencia médica a los inmigrantes indigentes mediante las contribuciones de quienes podían pagar por sus internaciones, pero que con los años derivaría hacia la atención casi exclusiva de estos últimos⁷⁴.

Entre los países andinos, solamente Chile contaba a comienzos del siglo XX con una red significativa de sociedades que agrupaban a los residentes de origen español. En 1854 había sido creada la Sociedad Española de Beneficencia de Santiago, y en ella se inspiró el surgimiento de otras entidades radicadas en Valparaíso, Iquique, Talca y Concepción durante las siguientes décadas. A fines de la de 1880, el crecimiento de la inmigración española permitió echar las bases del mutualismo, con la aparición de la primera sociedad de ese tipo, también en la capital. Por su parte, los grupos más relevantes de la colectividad constituyeron por entonces el Círculo Español, que apenas fundado sufrió la escisión de un núcleo pro–carlista, con motivo de la muerte de Alfonso XII. El Círculo procuraba asumir la representación de todos los españoles frente a la dirigencia chilena en ocasiones como la del IV Centenario del Descubrimiento de América, pero ese intento era contestado por quienes alegaban que su composición era excesivamente elitista⁷⁵. También lo sería desde principios de siglo por los defensores de un regionalismo de perfil político, sobre todo por la dirigencia del Centre Català (1906), que a través de la revista *Germanor* llevó adelante una intensa labor de activismo cultural e ideológico⁷⁶.

74 ZUBILLAGA, 2000; FERNÁNDEZ, 2014.

75 PRESA CASANUEVA, 1972.

76 JENSEN, 2008: 143-144.

CONCLUSIÓN

Como ha escrito Alejandro Fernández, “las asociaciones creadas por los españoles en América constituyen una de sus huellas más persistentes, aun después que perdiera toda relevancia la corriente migratoria que le dio origen. Un esfuerzo de siglo y medio, concretado en cientos de asociaciones por el que desfilaron más de un millón de asociados tiene mucho que enseñar sobre las colectividades de emigrantes y sus relaciones con los países de acogida”⁷⁷. Dicho movimiento abarcó en realidad a más de dos mil entidades, muchas de las cuales aún subsisten, si bien en la mayor parte de los casos con una actividad que es sólo un pálido reflejo de la que mantenían hace cincuenta años o más. Dado que el grueso de los padrones estaba conformado por varones adultos, ese millón de afiliados supone más de una cuarta parte de los españoles que permanecieron en Ultramar. Será a partir de la segunda mitad del siglo XIX cuando el asociacionismo español adquiera relevancia y al mismo tiempo la complejidad a la que hemos hecho referencia, y su etapa de mayor significación coincidirá con el periodo de más flujo migratorio desde la segunda década del siglo XX hasta los años treinta. A partir de la década de 1960 este fenómeno asociacionista entra en paulatina decadencia por la reducción de la emigración, el debilitamiento de los lazos de estos emigrantes con sus lugares de origen y la absorción progresiva del Estado de algunas funciones como la atención sanitaria que habían jugado un papel clave en el desarrollo de no pocas de estas asociaciones.

BIBLIOGRAFÍA

- ÁLVAREZ GILA, Óscar, 2002 – “Cien reales para hacer viaje fuera de esta tierra”: reflexions sobre a lóxica da emigración ultramarina no País Vasco (séculos XVIII-XX), *Estudios Migratorios*. Santiago de Compostela: Arquivo da Emigración Galega, n.º 13-14.
- ARIÑO, Antonio, 2004 – “Asociacionismo, ciudadanía y bienestar social”, *Papers. Revista de Sociología*. Barcelona: Universidad Autónoma, n.º 74.
- BARSKY, Osvaldo y Jorge GELMAN, 2001 – *Historia del agro argentino. Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo–Mondadori.
- BJERG, María y Hernán OTERO, 1995 – *Redes sociales e inmigración en la Argentina moderna*. Buenos Aires: IEHS–CEMLA.

⁷⁷ FERNÁNDEZ, 1992: 331.

BLANCO, Juan Andrés, ed., 2008 – *El asociacionismo en la emigración española a América*, Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

BLANCO, Juan Andrés, 2009 – “Emigración y asociacionismo español en Brasil”, in *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: CEPES.

BLANCO, Juan Andrés, 2014 – “Desarrollo de la identidad regional: el asociacionismo español en Cuba”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

BLANCO, Juan Andrés, y Coralía ALONSO, 1996 – *Presencia castellana en el Ejército Libertador Cubano, 1895-1898*. Salamanca: Junta de Castilla y León.

BLANCO, Juan Andrés y Arsenio DACOSTA (eds.), 2014 – *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

BLANCO, Juan Andrés, y Alejandro E. FERNÁNDEZ, 2005 – “La significación del asociacionismo castellano-leonés en América”, in *El sueño de muchos. La emigración castellana y Leonesa a América*. Zamora: UNED/Diputación provincial de Zamora.

CAGIAO, Pilar, 1989 – “Inserción laboral de la inmigración gallega en Montevideo (1900-1930)”. *Revista da Comisión Galega do Quinto Centenario*, n.º 4.

CALVEIRO, Adolfo, 1964 – “Breves consideraciones inspiradas en la creación de Naturales de Ortigueira”, in *Memorias de Naturales de Ortigueira*. La Habana: Imp. Mario Pedrol Piñeiro/Naturales de Ortigueira.

CANAL, Jordi, 1992 – “La sociabilidad en los estudios sobre la España Contemporánea”, *Historia Contemporánea*, n.º 7.

CANOVAS, Marília K., 2008 – “El Diario Español y las asociaciones españolas en São Paulo en las primeras décadas del siglo XX”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

CASAÚS, Marta Elena y Jesús MARTÍNEZ, 1992 – “Planteamiento general del contexto socioeconómico: España e Iberoamérica”, in *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*, volumen I. Madrid: CEDEAL/ Historia 16/ Quinto Centenario.

CASTILLO, Juan José, 1979 – *Proprietarios muy pobres. Sobre la subordinación política del pequeño campesino. La Confederación Nacional Católico-Agraria 1917-1942*. Madrid: Servicio de Publicaciones Agrarias.

C.S.E. (CONSEJO SUPERIOR DE EMIGRACIÓN), 1916 – *La emigración española transoceánica, 1911-1915*. Madrid: Imprenta de T. Minuesa.

CORTÉS CONDE, Roberto, 1994 – *Estimaciones del producto bruto interno de Argentina, 1875-1935*. Victoria, Buenos Aires: Universidad de San Andrés.

CORTÉS CONDE, Roberto, 1997 – *La economía argentina en el largo plazo ensayos de historia económica de los siglos XIX y XX*. Buenos Aires: Editorial Sudamérica/Univ. San Andrés.

DA ORDEN, Liliana, 2005 – *Inmigración española, familia y movilidad social en la Argentina moderna: una mirada desde Mar del Plata, 1890-1930*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

DÁVILA, Dora T., 2014 – “Entre nostalgias, diversiones y cambios. El asociacionismo español en Venezuela, 1930-2000”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

DEVOTO, Fernando y Roberto BENENCIA, 2003 – *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

DÍAZ CANEJA, Juan, 1912 – *La emigración en Castilla*. Madrid: Tierra Libre.

DUARTE, Ángel, 1998 – *La república del emigrante. La cultura de los españoles en Argentina (1875-1910)*. Lleida: Milenio.

ESCALANTE, Amels, y otros, 2001 – *Diccionario Enciclopédico de Historia Militar de Cuba. Primera parte (1510-1898). Tomo I. Biografías*. La Habana: Ediciones Verde Olivo.

FERNÁNDEZ, Alejandro E., 1987, –“Patria y cultura. Aspectos de la acción de la élite española de Buenos Aires (1880-1920)”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, año 2, n.º 6-7.

FERNÁNDEZ, Alejandro, 1992 – “Mutualismo y asociacionismo”, in *Historia general de la emigración española a Iberoamérica*. Madrid: CEDEAL/Historia 16.

FERNÁNDEZ, Alejandro E., 2004 – *Un “mercado étnico” en el Plata. Emigración y exportaciones españolas a la Argentina*. Madrid: CSIC.

FERNÁNDEZ, Alejandro E., 2008 – “El asociacionismo español en Argentina: una perspectiva de largo plazo”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

FERNÁNDEZ, Alejandro E., 2014 – “El asociacionismo español en el cono sur de América: una visión comparativa”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

GALLEGO, Domingo, 1993 – “Pautas regionales de cambio técnico en el sector agrario español (1900-1930), *Cuadernos aragoneses de economía*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2.ª época, volumen 3, n.º 2.

GARCÍA RODRÍGUEZ, José María, 1983 – *Sociedad Española de Auxilio Mutuo: los años fundacionales*. San Juan de Puerto Rico.

GERCHUNOFF, Pablo y Lucas LLACH, 2003 – *El ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas*. Buenos Aires: Ariel.

GIL LÁZARO, Alicia, 2014 – “El asociacionismo de la emigración española en México, siglos xix y xx”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

GONZALEZ MARTÍNEZ, Elda E., 1990 – *Café e inmigración: los españoles en São Paulo, 1880-1930*. Madrid: CEDEAL.

GONZALEZ MARTÍNEZ, Elda E., 2005 – “Los que se fueron a Brasil: una visión de conjunto de la participación española”, in *El sueño de muchos. La emigración castellana y Leonesa a América*. Zamora: UNED/Diputación provincial de Zamora.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E., 2008 – “Tres inmigrantes, cuatro centros, un periódico. Las asociaciones españolas en Brasil”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda E., 2014 – “Un estudio de caso del asociacionismo emigrante español: los centros creados en Brasil”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).

GUANCHE, Jesús, 1983 – *Procesos etnoculturales de Cuba*. La Habana: Editorial Letras Cubanas.

HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Manuel, 2008 – “El asociacionismo canario en América”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

HIRSCHMAN, Albert O., 1986 – *Interés privado y acción pública*. Mexico: F.C.E.

HUETZ DE LEMPS, Alain, 2001 – *Vinos y viñedos en Castilla y León*. Valladolid: Junta de Castilla y León.

JENSEN, Sivina, 2008 – “Asociacionismo catalán en América Latina. Notas al estudio de un terreno poco explorado”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

KENNY, Michael, y otros, 1979 – *Inmigrantes y refugiados españoles en México, siglo XX*. México: Ediciones de la Casa Chata.

LLORDEN, Moisés, 1992a – “Posicionamiento del Estado y de la opinión pública ante la emigración española ultramarina a lo largo del siglo XIX”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, 7:21.

- LLORDÉN, Moisés, 1992b – “Las asociaciones españolas de emigrantes”, in *Arte, Cultura y Sociedad en la emigración española a América*. Oviedo: Universidad.
- LLORDÉN, Moisés, 2014 – “Las motivaciones del asociacionismo de los inmigrantes españoles y sus primeras manifestaciones en Cuba”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).
- MARQUÉS DOLZ, M^a Antonia, 1998 – “La Cámara Española de Comercio de La Habana: entre la diferencia y el marco de la integración nacional (1914–1920)”, in *Un siglo de España: Centenario 1898-1998*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha.
- MARQUÉS DOLZ, M^a Antonia, 2002 – *Las industrias menores: empresarios y empresas en Cuba (1880-1920)*. La Habana: Editora Política.
- MARQUIEGUI, Norberto, 1993 – *La inmigración española de masas en Buenos Aires*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- MARQUIEGUI, Norberto, 1995 – “Migración en cadena, redes sociales y movilidad. Reflexiones a partir de los casos de los sorianos y albaneses de Luján (Buenos Aires, Argentina)”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Tel Aviv University, volumen 5:1.
- MELGAR BAO, Ricardo, 1988 – *El movimiento obrero latino-americano*. Madrid: Alianza Editorial.
- MORENO, Javier, 2001 – “La precaria industrialización de Castilla y León”, in *Historia económica regional de España. Siglos XIX y XX*. Barcelona: Crítica.
- MOYA, José C., 2004 – *Primos y extranjeros: la inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*. Buenos Aires: Emecé.
- NUÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel, 1998 – *Emigrantes, caciques e indianos. O influxo sociopolítico da emigración transoceánica en Galicia (1900-1930)*. Vigo: Eds. Xerais.
- ORDÓÑEZ, Nélica Verónica, 2008 – “Asociaciones e ideología en la colonia española de México”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.
- PAZ, Manuel de, y Manuel HERNÁNDEZ, 1993 – *La esclavitud blanca*. Santa Cruz de Tenerife: Centro de la Cultura Popular.
- PICHARDO, Hortensia, 1961 – *Documentos para la Historia de Cuba. Tomo I (época colonial)*. La Habana: Consejo Nacional de Universidades.
- PRESA CASANUEVA, Rafael de la, 1972 – *Los primeros noventa años del Círculo Español 1880-1970: con la historia de los españoles en Chile desde que fueron considerados extranjeros hasta que dejaron de serlo: 1817-1957*. Santiago de Chile: Ed. Fantasía.

- PRESA FERNÁNDEZ, Julián, 1987 – *La Sociedad Española de Beneficencia de Guatemala*. Guatemala: Editora Nacional.
- PUJOL, Josep y otros, 2001 – *El pozo de todos los males. Sobre el atraso en la agricultura española contemporánea*. Barcelona: Crítica.
- ROBLEDO, Ricardo, 1993 – *Economistas y reformadores españoles: la cuestión agraria (1760-1935)*. Madrid: M.A.P.A.
- ROBLEDO, Ricardo, 2002 – “Nuevas y viejas cuestiones en la historia agraria española”, *Ayer*. Madrid: Asociación de Historia Contemporánea, n.º 47.
- ROBLEDO, Ricardo y Jesús SANZ, 1986 – “Población, economía y sociedad”, in *Historia de Castilla y León. Tomo 9: Liberalismo y caciquismo (siglo XIX)*. Valladolid: Ámbito.
- RUEDA, Germán, 2008 – “¿Cómo se integraron los inmigrantes españoles en América? Proceso formativo y manifestaciones más notables”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.
- RUEDA, Germán, 2014 – “El asociacionismo de los españoles en los EE.UU. en los siglos XIX y XX”, in *El asociacionismo de la emigración española en el exterior: significación y vinculaciones*. Madrid: Sílex (en prensa).
- SANCHEZ ALONSO, Blanca, 1992 – *La inmigración española en Argentina. Siglos XIX y XX*. Colombes: Archivo de Indianos.
- SANCHEZ ALONSO, Blanca, 1995 – *Las causas de la emigración española (1880-1930)*, Madrid: Alianza Editorial.
- SANCHEZ ALONSO, Blanca, 2000 – “European migration in the late nineteenth century: the paradoxical case of Spain”, *The Economic History Review*, vol. LIII, n.º 2.
- SANZ FERNÁNDEZ, Jesús, 1983 – “Estructura, desarrollo agrario y formación del mercado regional. Siglos XIX y XX”, in *El Pasado histórico de Castilla y León. Volumen III. Edad Contemporánea*. Burgos: Junta de Castilla y León.
- SOLDEVILLA, Consuelo, 1997 – *La emigración de Cantabria a América*. Santander: Ayuntamiento.
- UNAMUNO, Miguel de, 1907 – “Sobre la emigración”. *El Adelanto*, 4 de enero de 1907.
- VÁZQUEZ, Alejandro P., 2002 – “Os novos señores da rede comercial da emigración a América por portos galegos: os consignatarios das grandes navieiras transatlánticas, 1870-1939”. *Estudios Migratorios*. Santiago de Compostela: Arquivo da Emigración Galega, n.º 13-14.

ZUBILLAGA, Carlos, 2000 – “Notas para una tipología de los liderazgos en la inmigración española en Uruguay, 1870-1960”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires: CEMLA, n.º 44.

ZUBILLAGA, Carlos, 2008 – “Asociacionismo español de inmigración en Uruguay”, in *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Junta de Castilla y León/UNED Zamora.

**A EMIGRACIÓN GALEGA AO BRASIL:
MODALIDADES E DESTINOS DURANTE O SÉCULO XX**
RAÚL SOUTELO VÁZQUEZ

INTRODUCCION

As orixes da presenza galega no Brasil remiten ao *salto* dende Porto ou Lisboa dende finais do século XVIII por algúns dos mozos galegos que chegaron como *cavadores* temporeiros nas viñas do Douro, como *caixeiros* ou mozos de corda nas ditas cidades¹. Durante o XIX, a chegada de galegos aos diversos destinos brasileiros estivo modulada polo crecente desaxuste entre a poboación e os recursos en Galicia, a desigual oferta de pasaxes nos portos de A Coruña, Vilagarcía e Vigo, a política inmigratoria dos estados receptores, sobre todo no ciclo do caucho e do café e, tamén, pola acción das redes migratorias establecidas entre as comarcas de orixe e Río de Janeiro, São Paulo ou Salvador de Baía. Estes e outros factores explican a preferencia dos pontevedreses polos destinos brasileiros, excepcional no contexto dunha emigración galega que se dirixiu, fundamentalmente, a Cuba durante o século XIX e a Arxentina ata mediados do século pasado².

¹ Ambos fluxos están documentados dende o século XVIII nos concellos pontevedreses de Caldas de Reis e Salceda de Caselas, na bisbarra de *terra de Montes*, na coruñesa de Santa Comba, nas *bocarribeiras* ourensáns de Melón ou na parroquia carballinesa de Señorín. Véxanse, respectivamente: VALLE GONZÁLEZ, 1990; PEREIRA BERNÁRDEZ, 2008; GONZÁLEZ LOPO, 1993; SARMIENTO DA SILVA, 2006; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1992b e FUMEGA E RODRÍGUEZ, 1999. O desprazamento estacional de cuadrillas de *cavadores* formadas por mozos dunha mesma freguesía ata as viñas do Douro mantívose ata comezos do século XX. O padrón municipal do concello ourensán de Coles en decembro de 1901 rexistra 26 mozos ausentes en Portugal cunha mesma clasificación profesional (xornaleiros agrícolas), estado civil (solteiros), tipo de familia de orixe (numerosas e xa con varios membros emigrados no 46% delas). O 50% procedían dunha mesma aldea (Meriz, na freguesía de San Xoán de Coles) e o 23% da parroquia de Albán.

² Véxanse as sínteses da emigración galega contemporánea en VÁZQUEZ GONZÁLEZ, 2005 e 2008.

Os inmigrantes galegos asimiláronse rápidamente na sociedade carioca e paulista, o mesmo que fixeron os italianos e os portugueses, e preservaron mellor a súa identidade etnocultural en Salvador de Baía pola forte endogamia da súa orixe na pontevedresa *terra de montes*³. O funcionamento desas redes explica a continuidade dos fluxos migratorios microterritoriais dos galegos e eses estados, mentres que a política inmigratoria foi a clave da chegada de familias pobres das comarcas interiores de Galicia para a *lavoura* nas *fazendas* do café, o mesmo que aconteceu cos andaluces ou cos poloneses⁴.

A maioría dos galegos chegados no último cuarto do século XIX asentáronse en Santos e São Paulo, traballaron na construción de tendidos telegráficos e ferroviarios e representaban un 18% dos españois rexistrados en 1920. A crise económica internacional, a guerra civil española e as restricións á entrada de inmigrantes aplicadas polo *Estado Novo* de Getulio Vargas (1937-1954) reduciron o fluxo de españois, en xeral, ata mediados dos anos cincuenta. Estes reactiváronse favorecidos polas políticas de atracción de capitais estranxeiros e de man de obra cualificada para desenvolver a industria de base durante a presidencia de Kubitschek. O Estado federal subvencionou a inmigración europea no marco dos acordos suscritos co Comité Intergubernamental para as Migracións Europeas⁵. As facilidades para inmigrar ao Brasil convertérono nun destino atractivo para mozos galegos que proxectaran marchar a Arxentina, Uruguai ou Venezuela⁶. O empeoramento económico do Brasil nos anos sesenta reduciu a chegada de inmigrantes españois a pequenos fluxos de técnicos. Porén, moitas familias de determinadas comarcas de Galicia consolidaran alá os seus proxectos de vida e mantiveron activas as súas redes migratorias.

3 Remitimos aos estudos de BACELAR, 1994; GONZÁLEZ LOPO, 1999.

4 Véxanse, respectivamente, KULA WTULICH, 1986: 20-21; PÉREZ MURILLO, 2000: 54 e ss. Francisco Cepeda *enganchou* a centos de familias galegas levadas ata Santos e, despois, en vagóns pechados de tren ata as fazendas do café. Polo que atinxe á *febre do siringo*, semella que o 50% dos 3 000 españois presentes en Belém de Pará eran galegos segundo GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 1990: 91-94, 101.

5 O CIME fornecía man de obra profesional chegada con contrato de traballo (MOPC) ou sen colocación (MOP2). Estes recibían manutención ata acadaren o primeiro emprego. As cifras demostran os efectos destas políticas na reactivación do fluxo de españois ao Brasil pois só desembarcaran 7 902 en Santos entre 1945 e 1950 e chegaron 62 296 a São Paulo entre 1950 e 1959. Remitimos a KLEIN, 1996, 88 e ss., e GONZÁLEZ MARTÍNEZ, 2001 e 2005: 97-99.

6 Foi o caso dos coruñeses Marcial Mariñas e Gonzalo Neira, que chegaron en 1953 e 1957, respectivamente, co proxecto de reemigar a Arxentina pero asentáronse e prosperaron en São Paulo, o mesmo que outros galegos establecidos en Río Grande do Sul. Véxanse, respectivamente, SOUTELO VÁZQUEZ, 1998; WEBER, 2011: 136.

1. A TIPOLOXÍA DOS INMIGRANTES GALEGOS NO BRASIL E A INFLUENCIA DAS REDES SOCIAIS DURANTE O SÉCULO XX

Estivo en función de que chegasen dun xeito libre, aínda que auxiliado polas redes microsociais, ou subvencionado polos fazendeiros e as autoridades paulistas. No primeiro caso predominaron os varóns novos e no segundo as familias completas que foran recrutadas, precisamente, porque ofrecían unha man de obra numerosa e moi barata⁷. A tendencia ao retorno destas foi máis reducida porque apenas deixaran patrimonio e a súa capacidade de aforro no destino foi menor e máis lenta que a dos emigrantes libres⁸. A composición destes por sexo e idades foi diferente. Predominaron os mozos e adultos novos, o mesmo que entre os italianos e os *minhotos*, establecéndose no Río, en Salvador ou en Santos e São Paulo, en función das pequenas correntes migratorias e das redes microsociais que lle forneceron información fiable e axuda para realizar a viaxe e inserirse alí⁹. Estes pioneiros reclamaron a outros membros da súa familia realimentando unha mobilidade laboral de longa duración que alicerzou a reprodución social de moitas familias durante varias xeracións como foi o caso, por exemplo, dos Moreira Carrascal asentados en Salvador, ou dos Martínez Gallego establecidos en São Paulo. O petrucio desta familia da freguesía de Enxames en Vilardevós chegou a Santos dende Cuba a comezos do século XX. Traballou nas *docas* do porto e, cando retornou a súa aldea, casou e creou unha familia de seu. Tivo seis fillos e os catro varóns emigraron, sucesivamente, activando a rede

7 Non foi casual que recrutasen familias de xornaleiros en comarcas arruinadas pola filoxera, abeiradas da mobilidade migratoria a América e, tamén, das correntes de media distancia. Tal aconteceu, sucesivamente, nas provincias andaluzas de Almería, Málaga, Granada, Cádiz e Córdoba entre 1878 e 1890, en Cataluña ou nas comarcas ourensás do Ribeiro, Valdeorras e Monterrei. Véxanse: PÉREZ MURILLO, 2000: 39 e 41; VÁZQUEZ GONZÁLEZ, 1992: 217-218.

8 Remitimos ao noso estudo do desenvolvemento do proxecto migratorio dos Diéguez-Álvarez Corisco oriundos, respectivamente, das freguesías de Tomonde e Berrande no concello ourensán de Vilardevós (Val de Monterrei) como representantes dos milleiros de familias pobres que foron recrutadas para a *lavoura do café*. Rosalía Diéguez e os seus fillos chegaron en 1893 a unha fazenda de café en Monte Alto. Nela morreron os dous fillos varóns e a nai fuxiu coa outra filla (Teresa) establecéndose en Santos onde casou con Enríque Álvarez que foi un dos fundadores do Centro Español e da Sociedade Española de Repatriación e Socorros Mútuos. Véxase SOUTELO VÁZQUEZ, 2005: 153-154.

9 De feito, a concentración laboral en actividades secundarias ou terciarias urbanas dos naturais de Santa Comba, Cotobade, Pontecaldeas ou Pazos de Borbén, resultou da súa posición nesas redes familiares ou de paisanaxe que funcionaron entre os lugares de orixe e as cidades de destino dende finais do s. XIX ata datas recentes. Véxanse: GONZÁLEZ LOPO, 1999 e 2012; SARMIENTO, 2006.

familiar establecida en Santos¹⁰. Traballaron na construción ata que aforraron abondo para establecer unha carnicería e o pai, que reemigrou nos anos trinta, empregouse nun restaurante ata que retornou en 1952. Fíxoo para axudar a súa filla Victoria Armonía, que era a única que permanecía na casa familiar pero xa tiña dous fillos pequenos e non podía atender as terras e o gando da casa. Esta vendeu o patrimonio do marido, pechou a casa e marchou para São Paulo cos seus fillos ao pouco tempo de finar o petrucio desta familia.

Pola súa banda, o avó dos Moreira Carrascal emigrou en varias ocasións a Brasil dende Ponte Caldelas na procura de recursos para manter a unha familia de cinco fillos. Traballou na construción do ferrocarril de Minas Gerais e fixo que uns compadres, establecidos cun negocio en Salvador, reclamasen ao seu fillo maior cando este cumpriu trece anos. O mozo traballou ata os 26 para os seus padriños e, despois, estableceu un almacén de ultramarinos que converteu ao pouco tempo en xoiaría. Volveu a Ponte Caldelas para casar, reclamou aos seus irmáns menores e, anos despois, á maior dos seus fillos. Manuel chegou a Baía en decembro de 1951, con 18 anos e co bacharelato rematado, para continuar a saga comercial desta familia. Representan ben o fluxo migratorio entre *terra de Montes* e a cidade de Salvador que estivo realimentado por cadeas migratorias de tipo familiar durante varias xeracións mantendo un modelo reprodutivo que se baseaba na permanencia da nai cos fillos no lugar de orixe ata que os mozos acadaran a formación específica que os capacitase para participar, primeiro, e tomar o relevo, despois, nas actividades comerciais e empresariais das súas familias. A explotación do traballo (propio e alleo) xunto coa diversificación de negocios (alimentación, alfaiatería, hostalaría e máis recentemente, construción, funerarias e comunicacións) e o investimento en formación das novas xeracións favoreceu a mobilidade ascendente, en termos económicos e sociopolíticos, destas familias de “*bos baianos de sangue galegos*” segundo Jorge Amado¹¹.

¹⁰ Victoria Armonía Gallego Rojas explicouno como segue: “Tíñamos unhos primos que moraban en Santos e trouxeron a meu irmau Alfonso pracá que foi o primeiro [...] Despois dalí a cinco ou seis anos, ele mandou vir o mais vello deles, o Floreano que xa veu casado e trouxo un fillo de seis anos tamén con il [...] Despois ele mandou vir o Antonio e xunto co Antonio pedíu a meu pai pra que viñesen xuntos [...] Mais aínda quedou alá o Pedro que era o mais novo [...] Despois que ele saíu do Ejército tamén o mandaron vir praquí. E meu marido quixo vir praquí só que veu el sostiño e me deixou a min lá cos dois fillos”. Citamos da transcripción da grabación das súas lembranzas, realizada pola súa filla Avelina e polo autor na casa familiar de Sumarezinho (São Paulo), o 25-9-1996.

¹¹ O escritor baiano frecuentaba o establecemento dos Moreira e recomendou no seu *Baía de todos os Santos* que “se non queren ser enganados, levando allos por bugallos [...] procuren a Casa Moreira, onde non lle engana a ningún, comercio de xente seria, galegos, estimable nación, pacífica e traballadora [...] mestres da cordialidade e da cortesía, escollidos a dedo para renacer bahianos”.

Brasil non foi un dos destinos preferidos polos mozos galegos que fuxían da prestación do servizo militar porque a perspectiva dunha ausencia forzosamente delongada inclinábaos, en xeral, pola Arxentina. Porén, os rexistros municipais reflicten a presenza no Brasil de *prófugos* que procedían de concellos ou freguesías que xa tiñan veciños emigrados alá. Por iso estaban no Brasil o 11,4% dos prófugos de Ribadavia entre 1881 e 1923, mentres que apenas se rexistran noutros concellos de forte tradición migratoria, como o ferrolterrán de San Sadurniño ou o pontevedrés de Valga¹². Naquel só rexistramos aos irmáns Castrillón López e aos Fernández Pita, que chegaron, precisamente, fuxindo do servizo militar, e reclamaron, despois, a algúns veciños establecendo unha rede que se mantivo activa durante a primeira metade do século pasado¹³. Este tipo de *cadeas migratorias* explican a continuidade do fluxo dende *terra de Montes* a Salvador, con relativa autonomía respecto da situación macroeconómica e política do Brasil, e o contaxio aos concellos veciños de Melón, Bearíz ou Avión, xa na provincia de Ourense.

A maioría deses emigrantes espontáneos non marcharon desvalidos nin ao descoñecido e o volume dese fluxo foi superior aos datos dos rexistros consulares. A comparación coas listas de desembarco demostra que non se inscribían como residentes ausentes todas as persoas que chegaban legalmente, polo que resultan máis fiables os rexistros das asociacións étnicas. A procedencia municipal dos galegos residentes en Salvador entre 1920 e 1936, un período no que a comunidade española xa estaba totalmente asentada, confirma a fortísima concentración dos pontevedreses, que representan o 90% dos españois rexistrados¹⁴. Ademais, o

12 Remitimos a FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1992. A primeira referencia a un valgués emigrado en Brasil que recolle a documentación militar corresponde a José García Souto, mozo do reemprazo de 1885 que levaba máis de 6 anos ausente en Brasil segundo declarou a súa nai (Acta de Clasificación e Declaración de Soldados, expte. 1, c. 718, Arquivo Municipal de Valga).

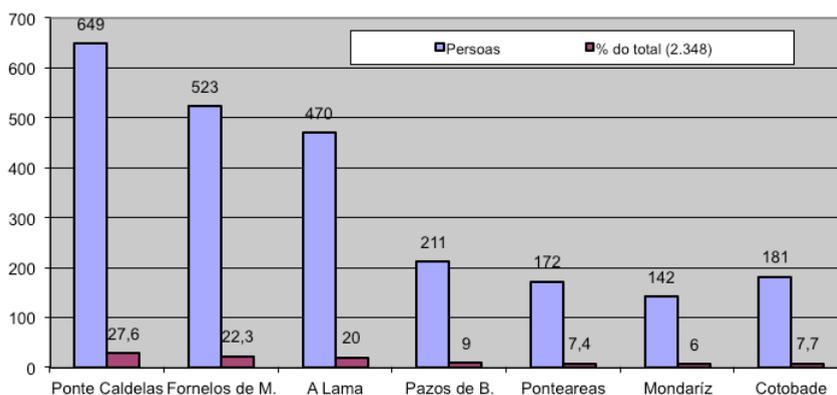
13 O pioneiro da primeira rede familiar debeu ser Belarmino Castrillón López, prófugo do remprazo de 1909, ao que seguiron os seus irmáns Ignacio e Manuel, prófugos dos remprazos de 1912 e 1914. Corenta anos despois, a viúva María Castrillón López, de San Sadurniño, autorizou aos seus fillos Isabel e Manuel Antonio García Castrillón, de 20 e 18 anos, para que emigrasen a Brasil reclamados polos tios maternos (caixa de consentementos paternos para mozos enrolados como voluntarios no Exército en 1959, AMSS). Gerardo Fernández Pita foi o centro da segunda rede. Nacera en 1881, figura como comerciante residente en Brasil no Padrón de habitantes de 1940 e axudou ao seu irmán Emilio, prófugo do reemprazo de 1912, ao veciño José Gumersindo Fernández Sixto do de 1913, e a José Casal Molde, da freguesía de Lamas e prófugo do reemprazo de 1915. Os tres figuran como ausentes en Brasil.

14 Os libros de rexistro de entrada de pasaxeiros do porto de Salvador indican que arribaron 17 737 españois entre 1883 e 1950, o 27% deles entre 1921 e 1930 segundo BACELAR, 1994. Os emigrantes pontevedreses representaban o 90% dos españois residentes en Salvador en 1890 e o 70% deles pertencían aos municipios de Ponte Caldelas, Fornelos e A Lama. Tamén figuraban como nacidos en Galicia o 94,3% dos residentes españois inscritos nos libros de entrada de pasaxeiros do Consulado Español, sendo pontevedreses o 89,5% e de terra de Montes arredor dun 85%. Véxanse: GONZÁLEZ LOPO, 1999: 290; PÉREZ LEIRA, 2002: 12.

70% dos galegos residentes en Salvador entre 1919 e 1936 saíran dos concellos de A Lama, Fornelos e Ponte Caldelas, nesa comarca de *terra de Montes*. O 24% deles procedía doutro destino americano (Bos Aires, Montevideo, Río de Janeiro ou São Paulo) atraídos, seguramente, polas redes microsociais. E o 88% xa tiña experiencia laboral no sector comercial como dependentes ou donos dun negocio. Resulta evidente a actuación das redes migratorias seleccionando aos novos emigrantes.

GRÁFICO N.º 1

Concello de orixe dos pontevedreses residentes en Salvador de Baía (1919-1936)



Fonte: Elaboración propia a partir de GONZÁLEZ LÓPEZ, 1999: 287.

O funcionamento de redes microsociais entre Río de Janeiro e o concello pontevedrés de Cotobade, o coruñés de Santa Comba ou o ourensán de Melón explican a continuidade do fluxo migratorio ata os anos trinta do século XX, a súa reactivación na década de 1950 e, sobre todo, a forte concentración en sectores como o hoteleiro, o pequeno comercio e os oficios urbanos. O mesmo que aconteceu entre os de Ponte Caldelas e Fornelos de Montes e Salvador de Baía¹⁵.

¹⁵ Véxanse, respectivamente, SARMIENTO DA SILVA, 2006 e 2008, FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1992b, GONZÁLEZ LOPO, 1993 e 1999; e BACELAR, 1994.

2. A INSERCIÓN LABORAL E AS TRAXECTORIAS PROFESIONAIS DOS GALEGOS NO BRASIL

O éxito socioeconómico dos españois e galegos foi menor que o dos inmigrantes portugueses e italianos que chegaron antes e cunha mellor instrución formal e profesional. Ambos factores determinaron que a inserción laboral daqueles fose máis exitosa e que se integrasen a medio prazo nas emerxentes clases medias de empregados do sector servizos, profesionais liberais, contratistas e homes de negocios. Os tres colectivos desenvolveron uns patróns residenciais semellantes: viviron de alugueiro en pensións e pisos compartidos con outros paisanos, no período posterior a súa chegada, ata que formaban unha familia de seu ou reclamaban á que deixaran atrás e mercaban unha vivenda ou o terreo para construíla nas aforas da cidade¹⁶. A permanencia dos españois foi maior entre 1908 e 1939 porque tiñan menos incentivos para retornar e usaron São Paulo para saltar a Arxentina¹⁷. No Río de Janeiro, por exemplo, a maioría dos galegos comezaron traballando no sector servizos ou nos empregos urbanos. Pasado un período iniciático de aforro e aprendizaxe, estableceron pequenos negocios (panaderías, carnicerías, bares e zapaterías), dedicándose á construción e ao lecer nocturno¹⁸.

O perfil socioprofesional dos galegos que chegaron a Brasil nos anos cincuenta foi moi semellante ao dos seus compañeiros andaluces ou minhotos. Predominaron os homes novos, casados ou solteiros, con algunha formación en oficios relacionados coa industria ou con capacidade para reciclarse nesta. Iban atraídos polas oportunidades de emprego no sector secundario e polo diferencial de salarios, que ofrecían unha considerable mellora económica e nas condicións de vida en relación coa sociedade de partida¹⁹. Diversos estudos teñen salientado que a maioría dos galegos chegados ás cidades brasileiras nos anos cincuenta non posuían, realmente, a cualificación profesional que acreditaba a documentación que obtiveran a través das súas redes²⁰.

¹⁶ Remitimos a BAILY e RAMELLA, 1988: 19-21.

¹⁷ Salientouno, no seu día, MARTÍNEZ GALLEGO, 1995: 17.

¹⁸ Sirvan como exemplo os xalleiros que rexentaban pensións e hoteis no abrente do século XX no Río de Janeiro e estableceron moteis dende mediados da centuria. Entre os galegos expulsados do Brasil por marxinais (vagabundos, alcólicos, delincuentes, etc) figuran algúns donos de hoxpederías que alugaban habitacións por horas a mulleres que se prostituían. Esta actividade non requería un forte investimento e producía rendas seguras. Véxase SARMIENTO DA SILVA, 2006 e 2011.

¹⁹ Véxanse: BRETTELL, 1991: 113, 274; PÉREZ MURILLO, 2000: 124-125, 132, 146.

²⁰ Os testemuños orais son moi ilustrativos desta adaptación aos requerimentos do mercado. J.A. Moreira marchou para Salvador aos 14 anos, reclamado por uns tíos e cun certificado de mecánico, profesión que descoñecía e endexamais axerceu posteriormente segundo o seu propio testemuño grabado polo autor en setembro de 1997. Outros emigrantes como Manuel Antas Fraga tiveron unha integración máis dura: "Nós éramos discriminados e chámannos suicidas do

Para moitos deles, estes papeis eran, simplemente, unha lanzadeira que lles permitise acadar empregos no Brasil, e ir aprendendo coa práctica laboral ou pasar a Arxentina. Mais esa escasa cualificación eivou as súas oportunidades laborais, reducíndoas inicialmente a actividades mal remuneradas, de alta siniestralidade e adoito na *economía informal*. De feito, os galegos apenas accederon aos postos técnicos na emerxente industria nin aos empregos administrativos que requerían máis cualificación e estaban monopolizados polos italianos, que os utilizaron como plataforma de ascenso económico e social. Sobreviviron no período posterior á chegada residindo en pensións de paisanos ou de españois cunhas condicións moi semellantes ás dos obreiros da primeira revolución industrial²¹.

Un coruñés desembarcado en Santos en 1953 explicounos ben que eses habitáculos eran o máis práctico e, tamén, o único que eles podían pagar²². A medio prazo, melloraron de situación laboral e residencial porque aplicaron o ascetismo aprendido dende o berce na Galicia da posguerra e demostraron unha considerable capacidade de adaptarse aos novos escenarios laborais²³. E algúns mesmo chegaron xa cunha formación académica axeitada para empregarse no sector servizos ou procurárona alá, sobre todo no caso dos pontevedreses que marcharon dentro das redes microsociais establecidas con Salvador de Baía²⁴.

arado porque íamos sen preparación para exercer calquer profesión [...] Só os traballos máis rudimentarios eran os que nós podíamos facer". Citamos de PÉREZ LEIRA, 2002: 71.

21 Coinciden neste MARTÍNEZ GALLEGO, 1995 e ANTUNES MARCIEL e ANTONACCI, 1997.

22 "Desembarcamos e abordounos un andaluz que buscaba clientes pra súa pensión [...] Era unha casa de dous pisos, na entrada había unha mampara de chapa e díxonos que entráramos alí. Había tres camas para dormir debaixo das escaleiras e casi sin ventilación [...] Si querías unha pensión decente non ganabas pra ela [...] Eu non ganaba 3 000 cruzeiros por mes e pagaba de pensión 1 200. Aínda tiñas que vestirse e comprar zapatos. Se fumabas un cigarro xa non era vivir no Brasil" (grabación do testemuño de Marcial Mariñas Campelo, 1996, Arquivo Oral do Museo Etnolóxico de Ribadavia).

23 O mesmo Marcial Mariñas salientou que "[...] quen fixo diñeiro son os das aldeas, que chegaron sin profesión, pero eran atrevidos e valientes dentro da honestidade [...] Asimilaron como funcionaban os restaurantes nos que traballaban de empregados [...] Aprenderon aquí a colocar pedras nas fachadas e hoxe están ricos [...] Na propia obra improvisaban un cuarto e alí cociñaban a comida deles e dormían [...] Unha vez que facían un pouco de diñeiro, saían deso e emprendían unha cousa pola súa conta".

24 Sirvan como exemplo dous fragmentos textuais das grabacións das memorias de vida de Luís Vilarinho e de Marcial Mariñas que chegou a São Paulo en 1953 (Arquivo Oral do MER): – [...] Fun traballar os dez primeiros anos cos meus tíos que tiñan un grande almacén de ultramarinos en Salvador [...] Cheguei a vendedor, que era o mellor posto que tiñan porque pagaban comisión. Xa tiña feito elí o ximnasio, que é coma eiquí o bachiller, estudiara portugués e despois fixen contabilidade." – "Na emigración dos anos cincuenta só os das capitales traíamos un oficio, os das aldeas non tiñan profesión e viñan con declaracións falsas de carpinteiro, albanel ou ferreiro, porque como labrador co 'modelo 20' iban traballar no

A súa estratexia laboral consistiu nun período inicial de varios anos proletarizados e aforrando co dobre obxectivo de establecerse cun comercio e reclamar, despois, aos membros dependentes da súa familia ou casarse para crear unha. Os Gallego Rojas de Enxames (Verín) serían un bo exemplo que reflicte, tamén, a influencia das relacións postemigratorias na multiplicación das oportunidades de acceso á información e á financiación para botar a andar eses pequenos negocios²⁵.

Pola contra, os pontevedreses establecidos en Salvador de Baía desenvolveron un proxecto reprodutivo intermedio mantendo a división da familia por xénero e idade. A dona criaba aos fillos en Galicia e estes marchaban xa formados para desenvolver a súa vida profesional en Salvador amparados pola rede que determinaba, case, os camiños da súa vida²⁶. Neste caso, a recruta endogámica de man de obra funcionou como o primeiro chanzo da estratexia reprodutiva desas *repúblicas* comerciais dos galegos, que presenta moitas semellanzas coas desenvolvidas polos comerciantes cameranos e maragatos establecidos en Galicia desde comezos do século XIX. Uns e outros reclamaban e empregaban a familiares e veciños, agardando deles que fosen dóciles e aturasen as durísimas condicións de traballo e de vida nun comercio no que pasaban a súa mocidade. As relacións persoais

campo e co 'modelo 19' quedabas na cidade [...] Encontrei nun periódico un anuncio pedindo un decorador industrial. Presenteime elí, fixeronme unhas preguntas e me aceptaron".

25 Vicente Martínez explicouno como segue: [...] Meus cuñados ó comezo traballaron en pedreira mais despois que arrumaron un dinheirinho xa se foron pro comercio. Xa cunha carnicería e tudos foron traballar en carnes [...] Os emigrantes enseguida púñamos una azoquería aínda que non fosemos carniceiros lá e o que non, era unha padaría e o que non era padaría era un bar [...] Eu primeiro trabalhei no pesado, despois me arrumaron emprego e trabalhei nove meses de garcón nun restaurantiño alá na periferia de São Paulo e aforrei 14 contos de reis na base do sacrificio [...] Depois que xa tiña 14 contos de reis aforrados, decidín que de empregado non iba traballar mais e viñen pra São Paulo pra comprar un bar, mais encontrei cuns veciños meus e falaronme esi: "Voçe non é pra traballar en bar, voçé é nervoso. Por qué non compra una azogue?". [...] Con aqueles 14 contos que eu tiña e un tío meu que moraba nesta mesma rúa, prestoume outros 14 contos e comprei unha carnicería boa alá en Sto. André, mais en sociedade con outro rapaz de Santos, filho de españois também. Non deu certo e eu montei outra carnicería eiquí onde tenho o garaxe agora". Citamos da transcripción da memoria de vida de Luís Martínez Vicente residente en São Paulo desde 1952.

26 Sirvan como exemplo os casos de Helio Vidal Ouviaña e do pai de J.A. Moreira Carrascal. Este era "hermano de una familia de cinco con pocos medios económicos, a los trece años se fue a Baía con un hijo de su padrino [...] Trabajó con una gente durante los trece primeros años [...] Vuelve a España para visitar a sus hermanos y en 1925 o 1926 por fin consigue independizarse, lleva a sus hermanos y funda la Casa Moreira que era un comercio muy heterogéneo al principio: algo de tejidos, algo de calzados y empeños y demás". O testemuño de Helio Vidal apunta no mesmo senso: [...] O primeiro en emigrar a Salvador foi o meu tío Manuel en 1898, logo foron os outros irmáns. O meu pai chegou en 1912 sendo un neno. Comezou a traballar en almacéns [...] Posteriormente chegaron os meus tíos e os meus curmáns, que se fan colocando nos negocios familiares. Citamos de PÉREZ LEIRA, 2002: 171.

preemigratorias que alimentaron esas redes migratorias construíron un espazo social marcado por unha fortísima endogamia laboral que protexía, pero tamén explotaba, durante anos, ás novas vagas de emigrantes que ocupaban posicións subordinadas nesas redes, e marxinaban aos que rexeitaban ese *satu quo* e as normas de conduta da colectividade.

A memoria oral e as autobiografías indican que estes mozos aturaban esa situación coa expectativa de aforrar e aprender abondo para establecer un negocio de seu, incorporarse como socio e reproducir o mesmo sistema de cooptación de man de obra que os explotara a eles²⁷. O resultado económico máis visible desta plasticidade das redes migratorias dos galegos establecidos no Salvador foi unha concentración inicial no sector servizos, con pequenos comercios de alimentos e alfaias e hoteis²⁸. Dende mediados dos anos cincuenta do século pasado diversificaron as súas ocupacións profesionais extendéndoas á construción e a outros servizos, como se reflicte nas historias de vida e nas lembranzas desas familias residentes en Salvador²⁹.

O desexo de acadar un éxito económico e social semellante ao daqueles fachendosos *brasileiros* que visitaban a *terra de Montes* durante a posguerra ou, simplemente, de fuxir da miseria na que se criaran marcou a cultura migratoria dos galegos que marcharon nos anos cincuenta do século pasado. Certamente, a comparación das posibles oportunidades na España da posguerra e no Brasil incentivaba o éxodo. Máxime cando podían activar redes familiares ou veciñais en São Paulo ou Salvador³⁰. Temos un exemplo representativo nos irmáns Rodríguez

27 Sirva como exemplo un anaco do relato autobiográfico escrito por Manuel Nemesio S. S. en 1996: [...] Nos alojaron en un piso antiguo en el que vivían ya otros empleados de la empresa. Fue nuestra mayor decepción [...] Para trabajar me pusieron en una joyería y después me pasaron a una gran tienda de confecciones y sastrería, tal vez por haber trabajado en eso [...] Cuando me hicieron las cuentas, despues de 8 años sin vacación alguna, tuve que recurrir a prestamistas y usureros. Arquivo do autor.

28 Varios emigrantes da parroquia de Anceu (A Lama) eran socios na casa de empeños *A Primavera* ou en empresas como *A Flor dos Veteranos* ou *Bouzas e Cia* segundo GONZÁLEZ LOPO, 1989: 158-159.

29 A forte concentración en orixe, as relacións preemigratorias e os itinerarios profesionais desenvolvidos explican a forte endogamia do *lobby* galego en Salvador a finais do século XX. Os seus membros máis exitosos releváronse nos cargos dirixentes das sociedades étnicas (consellos do Hospital Español, do Centro Español e de Cabaleiros de Santiago), ou do Consello de Residentes Españois durante as dúas últimas décadas, asumindo a representación da comunidade galega ante as autoridades (galegas e españolas) e as organizacións políticas, como demostrou PÉREZ LEIRA, 2002.

30 Os testemuño de J.A. Moreira Carrascal reflicte ben esa percepción de privación relativa, sobradamente fundamentada, polo demais, no contexto específico de represión política, fame e mercado negro instaurados pola ditadura franquista nunha longa posguerra de vinte anos: “[...]”

Fojo de Bemil (Caldas de Reis, Pontevedra), nacidos nunha familia de labregos, máis numerosa en membros que en terras e gando de seu, polo que xa practicaran a emigración na xeración anterior³¹. O seu pai Domingo Rodríguez Janza marchara a Cuba en 1925 pero voltou aos dous anos “sen facer América ningunha”. Dirixiu unha cuadrilla de carpinteiros formada por irmáns, fillos e sobriños coa que apenas gañaba para alimentar aos seus fillos.

Tivo que fuxir durante a Guerra Civil polas súas ideas republicanas e os dous fillos maiores foron recrutados, caendo un deles en combate, polo que as fillas asumiron os traballos da explotación agrogandeira familiar para que os restantes irmáns varóns gañasen un xornal fóra da casa³². Enténdese así que tres destes irmáns (Adolfo, Emilio e Carme) marchasen, sucesivamente, a Santos e a São Paulo aproveitando a axuda dun tío materno na procura de mellores oportunidades de vida. Adolfo marchou en 1950 deixando a súa dona cun fillo acabado de nacer. Reclamounos ao pouco tempo e estableceu un obradoiro de reparación de mobles metálicos e de electrodomésticos en Santos. Emilio, que era o sexto dos irmáns, seguiu pero retornou cando a nai o reclamou para dirixir a casa petrucial sostida polo traballo silandeiro das súas irmás. Estas casaron axiña para abandonar o fogar petrucial e centraron o seu proxecto vital na emigración. Carme e o seu marido chegaron a Santos en 1962. Ela estableceu un pequeno obradoiro de costura no fogar e el integrouse no sector da construción³³.

Eu tiven tres motivos que me levaron a marchar [...] Éramos unha familia moi numerosa con dificultades económicas porque soio o meu pai traballaba e tiña nómina [...] Eu ilusionábame moito cando viñan os emigrantes de América e chegaban elí polas nosas aldeas cunhos coches a todo gas, e reformaban as casas e decían <<Mira, chegou o brasileiro, ven cheo de cartos!>>. Eu decía <<Que fago eu aquí nesta terra?>>”.

31 Pilar foi a única dos cinco irmáns Rodríguez Janza que quedou na casa paterna. Manuel que era o máis vello marchou a Arxentina con catorce anos, casou alí cunha parenta de Outeiro (Bemil de Caldas), estableceu unha chacra en Tandil, tivo nove fillos e mantivo a relación epistolar coa casa paterna. Socorro Rodríguez Fojo, filla de Pilar, explicounos que escolleran aquel destino porque tiñan unha irmá da nai casada na Arxentina.

32 Sintetizamos o relato de Carme R. Fojo (Outeiro de Bemil, 1933), entrevistada polo autor o 25-V-2006.

33 O seu marido Serafín Fernández Sánchez era canteiro e “traballou revestindo as fachadas con pedra [...] en sociedade con outro de Lugo [...] Eu iba a San Paulo de compras. Tiña unha máquina de tricotar, traballaba para fóra e iba buscar o material ás fábricas porque era máis barato [...] Facía roupa de punto cunha máquina de tejer por encargo. O cliente escollía a cor e eu facíalle a prenda”. Citamos textualmente da grabación da memoria de vida de Carme Rodríguez Fojo. Retornaron en 1976, venderon os dous pisos que mercaran en Santos e establecéronse en Vilagarcía. El finou ao ano seguinte.

CADRO N.º 1

Actividades laborais e causas da escolla de destino entre emigrantes de Ponte Caldelas (Pontevedra)

Nome e apelidos	Data saída	Actividades laborais desempeñadas en Baía	Axuda recibida para chegar e establecerse no destino
Manuel Bagueiro Méndez	1932	Empregado de ultramarinos	Familiares reclámano e ofrecèronlle emprego
Manuel Rodríguez Martínez	1932	Empregado de panaderías e confiterías	Os pais del enviárono cuns coñecidos
Rafael Martínez Martínez	1947	Empregado en xoiería	Acompaña ao pai, que xa emigrara a Baía, onde os agardaba o irmán maior
Manuel Nemesio Sánchez Suárez	1950	Empregado de comercio Representante comercial	Uns curmáns reclámano, envíanlle a pasaxe e procuránlle un contrato de traballo
José Mosquera Baqueiro	1952	Carpintería	Familiares reclamáronos e axudáronos a procurar os primeiros aloxamentos e empregos
Victor M. Crespo Loma	1957	Empregado de comercio	
Ramón Lorenzo Hermida	1959	Panadeiro	
Laura Idelina Martínez Martínez	1964		Reclámaa o marido, empregado nunha ferretería

Fonte: Elaboración propia a partir dos testemuños das personas citadas, arquivo do autor.

A terrible experiencia dunha infancia vivida na pobreza e as débedas contraídas para marchar explican que os emigrantes da posguerra aturasen a explotación laboral que reflicten as súas lembranzas. Entendían que era inevitable sacrificarse para aforrar, aprender a xestionar o negocio e poder reproducir o sistema tirando proveito, a súa vez, dunhas relacións microsociais de tipo familiar ou étnico que eran moi desigualitarias e estaban fortemente verticalizadas³⁴. A análise comparada dos itinerarios laborais desenvolvidos

³⁴ O relato autobiográfico de Manuel N. Sánchez salienta esa autoexplotación propia e allea: “[...] Siempre aparecía un pariente o vecino, aparentemente bien sucedido en la emigración, que se ofrecía a llevar al niño para ayudarlo, pero la mayoría de las veces, lo que buscaba y obtenía era mano de obra barata, de confianza y fácilmente manejable ya que aprovechando las casi inexistentes leyes laborales los hacían trabajar sin descanso ni vacaciones y, en el mejor

polas persoas emigradas nese período apunta varias semellanzas. Comezaron traballando de empregados nalgún comercio de veciños ou paisanos, que os explotaron durante anos a cambio do aloxamento e da aprendizaxe que recibían. Esta etapa formativa remataba cando acadaban os coñecementos profesionais, parte do diñeiro e as relacións necesarias para establecer o seu primeiro negocio, propio ou en sociedade. Investiron os beneficios noutras empresas, de diferentes sectores económicos, para evitar os riscos derivados dunha crise localizada e tirar proveito do aumento e da diversificación na demanda comercial das cidades brasileiras na segunda metade do século pasado. O resultado foi o éxito empresarial e a correspondente mobilidade social ascendente na sociedade receptora e, por suposto, o agardado recoñecemento cando retornaban aos lugares de orixe³⁵.

3. AS PAUTAS RELACIONAIS E A SOCIABILIDADE DOS GALEGOS NO BRASIL.

3.1. A sociabilidade informal: a endogamia matrimonial e nos negocios

O comportamento matrimonial dos galegos emigrados dependeu das súas posibilidades de acceso aos mercados matrimoniais na sociedade de orixe e na de acollida. Naquela contaban coa axuda da súa rede familiar e neste enfrontáronse ás barreiras étnicas e socioeconómicas, que eran moi fortes en Brasil ou na Arxentina, mentres que a exogamia foi maior en México. En xeral, os emigrantes de primeira xeración practicaron unha endogamia microterritorial no destino e mesmo familiar cando retornaban solteiros aos seus lugares de orixe³⁶. No caso dos residentes en Brasil, semella que a creación dunha familia xunto co establecemento dun negocio de seu confería o *status* de adulto entre a comunidade galega. Realizaron matrimonios microendogámicos, voltando ao lugar de orixe para procurar noiva ou casando no destino con fillas de veciños tamén emigrados³⁷.

de los casos, cuando tenían algunos ahorros, los mandaban a España, para que gastasen lo ahorrado y continuasen como empleados". José Faro Búa refleja unha situación semellante para os chegados a Salvador na década de 1960. Véxase PÉREZ LEIRA, 2002: 102.

³⁵ Os casos dos pontevedreses Román González González e Enrique Márquez Barros, que chegaron a Salvador en 1951, son representativos desto. Véxase PÉREZ LEIRA, 2002: 57, 123 e ss.

³⁶ Sendo frecuentes as vodas entre curmáns ou de tíos ricos e maduros coas fillas adolescentes dalgunha irmá deles en toda a macrorrexión atlántica para manter unidos os patrimonios familiares como explicou MUÑOZ LÓPEZ, 2001: 71 e nota 37.

³⁷ De feito, os fillos de Teresa Diéguez e de Enrique Álvarez Corisco mantiveron unha endogamia matrimonial microterritorial que se foi ampliando na xeración dos netos: Mi abuelo José Diéguez era de la parroquia de Santa María de Castrelo de Abaixo, del concello de Riós [...]

O dito fenómeno, común a moitas comunidades inmigradas en América Latina, rexistrou unha fortaleza singular entre os galegos residentes en Salvador que, en xeral, retornaron para procurar moza coa que casar ou para facelo coa que xa se comprometeran denantes de marchar³⁸. Os que casaron en Salvador fixérono con fillas de veciños ou paisanos, reforzando as redes endogámicas de tipo étnico e, sobre todo, as relacións posemigratorias de tipo laboral ou comerciais entre as familias dos contraíntes³⁹. Os matrimonios exogámicos non ofrecían ninunha destas vantaxes e podían implicar, pola contra, a exclusión das redes étnicas cando se realizaban con mulleres de cor⁴⁰. O tipo de proxecto migratorio que desenvolveron e as posibilidades de realizar matrimonios exogámicos que conlevasen certo ascenso social condicionaron, tamén, as expectativas de retorno dos galegos e, en función destas, o envío de remesas⁴¹.

As relacións familiares e de paisanaxe influíron nas actividades empresariais que desenvolveron os emigrantes e na súa capacidade para adaptarse exitosamente ás mudanzas do mercado⁴². No caso da comunidade galega en Salvador, mantivo

Se casó con Josefa, una hija de mis bisabuelos que conoció en el Restaurant Corisco, en 1920, tuvieron 5 hijos [...] Mi padre Enrique Diéguez, hijo de José y de Josefa, se casó con la hija de María Gándara, de Ganade (Xinzo de Limia) y de Elias que era sirio de Antioquia". Citamos da reconstrución da saga familiar por Marcía Dieguez.

38 Son exemplos desta segunda opción os matrimonios realizados por varios líderes étnicos da comunidade galega nas últimas décadas: Delmiro Blanco Lage casouse con María Lurdes Suárez Lage, curmá en 2º grao e filla dunha familia veciña de Fornelos; Roberto Cal Almeida fixoo con Rosa Albán Cal, galega de terceira xeración. Era máis habitual, porén, que aproveitasen unha visita á familia en Galicia, cando xa rondaban a madurez e acadaran a estabilidade económica que os convertía nun bo partido nos seus lugares de orixe, para casar con algunha moza veciña ou parenta, que fose coñecida daqueles. Así o fixeron varios dos emigrantes estudados por PÉREZ LEIRA, 2002.

39 Tal fixo Luis Castro Barral, que chegou a Salvador en 1889 e empregouse na mesma empresa de Manuel Joaquín Cabadas. En 1926 e a punto de cumprir a trintena retorna a Galicia para casar coa filla deste. O seu fillo José Castro Cabadas empregouse na Ferraxaría 7 Portas, que era propiedade dun emigrante de Ourense e tamén casou coa filla deste en 1963 segundo PÉREZ LEIRA, 2002: 97, 99.

40 A traxectoria vital e profesional de Pepe Novo (Gaxate, Pazos de Borbén) é un exemplo desa capacidade excluínate das redes familiares. Embarcou para Salvador en 1961. Tiña 15 anos e a súa nai, viúva, quería casar de novo. Traballou na ferretería dos tíos maternos que o protexeron ata que el decidiu casar cunha moza baiana contra a vontade daqueles. Entón marxinárono das redes étnicas a nivel profesional e relacional. A súa dona procuroulle emprego como vendedor, axiña ascendeu a director comercial e, despois, estableceu o primeiro negocio en sociedade segundo nos explicou nunha carta autobiográfica datada o 21-2-2001, arquivo do autor.

41 Temos o mellor exemplo nos galegos establecidos no Río de Janeiro que foron menos endogámicos por tratarse de familias emigradas cun proxecto de establecemento definitivo e porque actuaron en ámbitos relacionais máis amplios, segundo SARMIENTO DA SILVA, 2006.

42 Sirva como exemplo a experiencia vital doutro emigrante pontevedrés en Salvador: "[...] Fun traballar os dez primeiros anos cos meus tíos que tiñan un grande almacén de ultramarinos no que vendíamos de todo *al por mayor* ós comercios pequenos [...] Eu empecei barrendo

unhas relacións sociais moi pechadas ata ben entrada a segunda metade do s. XX. A sociedade receptora era moi desigualitaria en termos étnicos e económicos, mais os galegos xa non ocupaban os chanzos inferiores a carón dos libertos afroamericanos e das empregadas domésticas como acontecera no abrente da centuria. As familias chegadas antes da Guerra Civil integráranse nas clases medias e reivindicaban a súa identidade ao tempo que reforzaban a cohesión interna a través de sociedades empresariais e da participación no asociacionismo étnico como mecanismo para establecer novos vencellos familiares de tipo matrimonial. Por iso non era doado acceder á sociabilidade formal desas familias que constituían a elite socioeconómica dos galegos en Salvador e procuraban reforzar a súa posición mantendo os ditos comportamentos endogámicos que implicaban un estrito control das relacións dos fillos e a exclusión dos galegos acabados de chegar⁴³. Estes últimos viron limitadas as súas relacións profesionais e persoais aos sectores máis populares da sociedade baiana durante os primeiros anos⁴⁴.

A sociedade baiana creara estereotipos negativos sobre os obreiros ou os comerciantes galegos e estes últimos respostaron dobremente⁴⁵. Inicialmente, aceleraron a súa asimilación na sociedade receptora, aportuguesando os apelidos e renunciando a transmitirlle a lingua materna aos fillos que foron socializados en portugués e recibiron unha formación que lles permitiu ascender laboralmente

as oficinas e delí a facer paquetes, despois a encargado do depósito [...] Cando cheguei a vendedor, que era o mellor puesto que tiñan na empresa porque pagaban un salario fixo e unha comisión polo que vendías, eu xa tiña estudiado portugués e contabilidade [...] Despois xunteime cun primo e abrimos unha casa de putas, logo unha charcutería, un bar. Empezou a ir ben o negocio e a gañar algúns cartos [...] Pero os meus negocios eran pequenos e empezaron a caer pola competencia das grandes lojas [...] Vendínlle o meu supermercado a un primo que cerrou o negocio despois dun ano e medio e fun traballar cun meu irmau que me deu sociedade nunha representación comercial de dúas empresas moi boas, unha americana e outra italiana". Citamos da grabación do testemuño de Luis Vilariño (Arquivo Oral do MER).

43 M^a da Carmen Fidalgo Sánchez viviu ese control paterno: "[...] nos meus anos adolescentes, os nosos pais non favorecían a integración coa propia sociedade baiana. Acoutaban as nosas relacións sociais, practicamente, só coa propia comunidade galega". Citamos de PÉREZ LEIRA, 2002: 113-114.

44 Manuel Antas Fraga padeceu esta discriminación inicial: "[...] No Centro Español as ricas non querían bailar cos pobres, só bailaban cos fillos dos ricos. Eu era pobre e sentíame discriminado. Fixenme socio do club Canabales Cruzeiro da Vitoria [...] Era moito máis aberto e non perseguían ás persoas por ideas políticas, porque naquel tempo na Baía o que non era franquista, xa era un renegado". Tomamos a cita de PÉREZ LEIRA, 2002: 76.

45 Esas imaxes estereotipadas eran moi semellantes ás existentes en Bos Aires ou no Alto Douro, onde os galegos eran considerados como seres estúpidos de baixa catadura moral que só servían para traballos servís, duros e mal pagos, como salienta PINTO DA COSTA, 1997: 104-105.

ata acadar, cando menos, o arelado status de ‘clase media’⁴⁶. Mais, dende os anos Vinte, a presenza de emigrantes de éxito na dirección das entidades españolas, que caracterizou á comunidade galega residente en Salvador, permitiulles rentabilizar as relacións establecidas nas súas actividades profesionais e nesa actuación social⁴⁷. Ademais, o feito de percibiren o respecto na sociedade receptora pola súa capacidade de traballo fixo que valorasen positivamente a súa identidade etnocultural galega, mesmo no caso dos acabados de chegar a São Paulo durante os anos cincuenta⁴⁸.

3.2. A sociabilidade formal

O asociacionismo dos galegos emigrados no Brasil foi un poderoso instrumento de axuda mutua e serviulles, tamén, para facérense visibles na sociedade de acollida. Alicerzouse en tres vectores de mobilización: o mutualismo para fornecer asistencia sanitaria, a procura de relacións de sociabilidade que fosen endogámicas, en termos étnicos micro e mesoterritoriais, e a posta en valor da identidade colectiva mercé ao fomento de prácticas culturais e deportivas que demostrasen a modernidade da colonia galega e a súa importancia económica e social.

En São Paulo, os inmigrantes españois empregados na construción e no transporte reivindicaron melloras laborais dende comezos do século XX, algúns participaron en organizacións libertarias e foron detidos ou repatriados polas súas ideas socialistas⁴⁹. A súa politización multiplicouse nos anos cincuenta e

46 Luís Martínez Vicente chegou a São Paulo dende o ourensán val de Monterrei en 1952. Explicounos que “no comezo falábamnos de maneira errada porque víñamos acostumados ó galego e os fillos brincaban porque estaban mais avanzados como estaban estudando [...] Ela veu con cuatro anos e ele veu con seis, foi muito difícil conservar a lingua porque tiñan o preconceito na escola e estaban sempre reprimíndose coas outras crianças. Despois por un interese propio aprenderon muito ben o castellano”.

47 Confirman os recordos de líderes étnicos xunto coas actividades profesionais que desenvolveron no sector servizos e as relacións postemigratorias que estableceron nelas. Remitimos ao testemuño de Delmiro Blanco Lage recollido en PÉREZ LEIRA, 2002: 90-91.

48 As lembranzas dos nosos entrevistados coinciden neste senso. Debemos ter en conta, porén, que se trata de construcións subxectivas, elaboradas a posteriori en función do éxito do proxecto reprodutivo que desenvolveron persoas como Marcial Mariñas: “[...] Cando emigrei fora da miña terra eu apreciei a persona e o carácter do galego, porque eiquí viñemos de todas partes de España pero nós éramos os mais formales no traballo [...] A maior parte viñan das aldeas e só falaban galego. Eso fixo que eu me identificase con eles e xa non parei de falar galego, porque éramos xente que responde”. Citamos da transcripción da grabación da memoria de vida realizada na SHBSP, agosto de 1996.

49 Saliéntano MARTÍNEZ GALLEGU, 1995 e ANTUNES MARCIEL e ANTONACCI, 1997.

sesenta debido ao contexto político de España e de Brasil, producíndose, tamén, unha fenda entre os ‘vellos’ exiliados e a nova xeración de emigrantes socializados baixo a ditadura franquista. O exilio republicano non tivo en Brasil a mesma importancia que noutras repúblicas latinoamericanas, pois na Arxentina, en Uruguai, en Venezuela e México mantivo a identidade cultural e política de Galicia. Mais as asociacións étnicas de São Paulo estaban moi politizadas y posicionáronse respecto da situación política de España dende os comezos da Guerra Civil e ata ben entrados os anos sesenta. As que estaban dirixidas por emigrantes de antes da Guerra Civil ou exiliados dela reaccionaron contra a inxerencia das autoridades diplomáticas franquistas e outras plegáronse a elas desenvolvendo actividades asistenciais e festeiras, que eran as máis demandadas polos inmigrantes acabados de chegar, dun xeito semellante ao acontecido en Venezuela⁵⁰.

A xeración de emigrantes dos anos cincuenta fora socializada no acatamento á ditadura franquista, enfrontáronse cos “vellos” antifranquistas e lideraron a posterior unificación dos centros étnicos en São Paulo ou no Río Grande do Sul⁵¹.

As dinámicas asociativas dos galegos foron diferentes na cidade de Salvador. A decana das asociacións étnicas foi a *Real Sociedade Benéfica Española*, fundada por comerciantes galegos, en xaneiro de 1885, para reaxir ao andazo de tuberculose que decimaba aos coterráneos mal alimentados e sometidos a esmagadoras xornadas laborais. Mercou un inmoble para establecer o Hospital Español e converteuse na entidade asociativa máis importante dos inmigrantes

50 Véxase CAMPOS ÁLVAREZ, 2007 e 2009. De feito, as percepcións dos acabados de chegar a São Paulo coinciden de cheo coas dos seus paisanos que rexeitaron o antifranquismo do asociacionismo galego en Caracas. Uns e outros actuaron para mudar esa situación cara posicionamentos culturalistas e de colaboración coas autoridades franquistas, como reflicten os testemuños de Marcial Mariñas e de Gonzalo Neira Sobral, arribados a São Paulo nos anos cincuenta e fundadores da Casa de Galicia en 1955. Véxase SOUTELO VÁZQUEZ, 1998.

51 Este estado acolleu refuxiados españois dende Franza a partir de 1945 e tiña rexistrados un total de 2249 residentes en 1950, que pasaron a 2393 en 1960. Coexistiron tres tipos de emigrantes españois: os mozos, polo xeral galegos, que procuraban unha alternativa aínda que non tivesen un destino claro, outros emigrantes que posuían coñecementos técnicos e contaban, en xeral, con axuda ao chegaren, e os refuxiados políticos. A presenza destes acelerou a división da comunidade española nun bando prorrepblicano que controlou a Sociedade de Socorros Mútuos e outro que formou a Casa de España en 1953 co apoio do Consulado español segundo WEBER, 2011: 134, 139-140 e 148. Pablo Briones presidiu o Centro Galego paulista naquela altura, explicounos que, efectivamente, “representaba a resistencia antifranquista e un movemento democrático inclusive con relación ao Brasil [...] Mais cando estes clubs sufriron a falta de asociados e pola dificultade de pagar os alugueiros das sedes, intentamos facer unha federación de casas españolas”. Isto levou á unificación do Centro Español, o Centro Asturiano, a Casa de España, o Centro Gallego-Asturiano, o Centro Catalán e a Casa de Galicia en 1974. Seguían co problema do alugueiro e por iso acadaron un acordo de fusión coa Sociedad Hispano Brasileira que era a única que tiña sede propia, en 1977.

españóis en Salvador, pola súa variada oferta asistencial (atención sanitaria, axuda financeira para pensións, funerais e repatriación de doentes e persoas sen recursos). Pois ben, os fundadores desta entidade benéfica procedían dunhas poucas freguesías na mesma área xeográfica, o que confirma a importancia das redes microsociais na presenza galega en Baía⁵².

Anos máis tarde, os comerciantes galegos enriquecidos crearon outros espazos de sociabilidade formal que fosen máis restrinxidos para reforzar as relacións económicas e persoais entre eles⁵³. A fundación do Casino Español, xerme do Centro Español de Baía en novembro de 1911, responde a esa necesidade que tiñan os comerciantes galegos dun lugar de reunión que servise, tamén, para facerse visibles na sociedade receptora. Financiaron un Orfeón cuxa calidade coral foi motivo de fachenda para todos e ofrecían unhas instalacións que atraían á *crème* das familias galegas residentes e, tamén, das autóctonas. Estableceron deste xeito un ámbito relacional que favoreceu a realización de negocios e acordos matrimoniais interesantes para eles. Respostou a esta mesma estratexia, de *empoderamento inmigrante*, a creación dun equipo de *futeboll* con instalacións axeitadas a finais dos anos Vinte, pois serviu para demostrar a modernidade e a distinción desa elite inmigrada que practicaba o *sport* e fichaba a importantes xogadores galegos, demostrando a capacidade do balompé para cohesionar internamente a unha comunidade inmigrada.

As asociacións, que xurdiron dende mediados do século pasado reflicten a realidade política daqueles anos, marcada pola existencia de ditaduras en España e en Brasil e pola socialización das novas xeracións nun apoliticismo

52 O 94% dos socios eran pontevedreses naturais de Fornelos de Montes (23,5%), Ponte Caldelas (26,4%), A Lama (15,1%), Pazos de Borbén (7,6%) e Pontearreas nun 5,6% segundo BACELAR, 1994: 47. Os 124 socios fundadores procedían de *terra de Montes* e do *Baixo Miño*, salientando os 42 naturais de Fornelos de Montes, 20 de Ponte Caldelas e 17 de Pazos de Borbén, que equivalían, respectivamente, ao 33,87%, 16,13% e 13,71% do total segundo PÉREZ LEIRA, 2002: 40.

53 O fenómeno non foi exclusivo de Salvador senón que xa se producira en Bos Aires e noutras cidades americanas nas que se formou unha nacente elite inmigrante. O bonaerense Club Español cobraba aos socios cotas mensuais que equivalían ao salario semanal dun traballador manual e quintuplicaban a da Sociedad de Socorros Mútuos, precisamente para que esa barreira mantivese a exclusividade do clube como espazo de sociabilidade formal para reforzar os vencellos persoais, familiares e de negocios destes inmigrantes xa consolidados, na interpretación de MOYA, 2004: 296-297. En Baía, algúns deses comerciantes participaron xa nos *obradoiros* das loxias masónicas, atraídos pola sonda de progresismo e modernidade que confería esa pertenza mais, sobre todo, polas oportunidades para establecer novas relacións comerciais e persoais. Varios destes masóns participaron na fundación das principais sociedades étnicas dos emigrantes galegos en América, incluída a Real Sociedade Española de Beneficencia, segundo PÉREZ LEIRA, 2002: 185.

tolerante tácitamente coa falla de liberdades políticas en tanto lles garantise o progreso nos negocios. O protagonismo asociativo non o tiveron os acabados de chegar, senón que correspondeu a membros da segunda e a terceira xeración dos galegos residentes en Salvador. Estes reivindicaron as señas culturais da súa identidade creando en 1959 o primeiro Centro de Estudos Galegos que constitúe un claro exemplo do *empoderamento* da segunda xeración de *galegos* na sociedade receptora⁵⁴. A sociedade recreativa *Uniao Río Tea* e a de *Cabaleiros de Santiago* contribuíron ao mesmo fin. Esta fundouse en novembro de 1960 e a capacidade dos seus líderes para establecer contactos coas autoridades españolas e, sobre todo, coas autonómicas de Galicia, forneceulles considerables axudas económicas para desenvolver programas de difusión cultural e asistencial á comunidade galega residente en Salvador nas últimas décadas. Pola súa banda, *Uniao Río Tea* é un exemplo claro do asociacionismo microterritorial que resulta dunha alta concentración de inmigrantes da mesma orixe e da sociabilidade informal que xa teceran entre eles⁵⁵.

4. AS CONSECUCIAS DA EMIGRACIÓN ALÉN DO ENVÍO DE REMESAS E DA IMITACIÓN AOS RETORNADOS

Os inmigrantes españois no Brasil presentan un índice de retornos inferior ao doutros colectivos étnicos, o que indica certa frustración das expectativas iniciais ou, simplemente, a práctica dunha emigración definitiva. Mais, no caso específico dos galegos, a emigración ao Brasil dos membros máis novos e capaces das familias converteuse na principal estratexia de reprodución do sistema social das bisbarras galegas que mantiveron esas correntes migratorias ata ben entrada a segunda metade do século XX. A perda de efectivos demográficos nas comarcas expulsoras

⁵⁴ Véxase PÉREZ LEIRA, 2002: 16, 58-60, 95, 114.

⁵⁵ Neste caso, os veciños do concello pontevedrés de Pontearreas formalizaron en agosto de 1974 as relacións preexistentes entre varias familias que viñan organizando xantares de confraternización ao aire libre. Foi un proceso semellante ao que levou á fundación de Amigos de Santiago en Venezuela en 1956 ou á creación da Sociedade Española de Socorros Mutuos de Porto Alegre en 1893. Esta formalizou as prácticas de axuda mutua preexistentes entre os emigrados que se xuntaban na praza da Alfândega, desenvolveu actividades culturais e recreativas dende 1923 e mercaron un terreo para construír un predio, inaugurado en 1929, demostrando o poder económico da minoría que controlaba a asociación. En Caracas, un grupo de paisanos que se xuntaban na praza de Altamira á saída do traballo e da misa dominical crearon Amigos de Santiago. Véxanse, respectivamente: PÉREZ LEIRA, 2002: 23; WEBER, 2011: 140, 142; CAMPOS ÁLVAREZ, 2000: 231-232.

das provincias de Ourense e Pontevedra reduciu a poboación, a densidade, os matrimonios e a natalidade baleirando, practicamente, de poboación nova o interior de Galicia dende os anos sesenta do século pasado⁵⁶.

Acentouse a dependencia da sociedade de orixe respecto das remesas particulares e colectivas. Os residentes en Salvador financiaron, por exemplo, a alameda, o cemiterio e camiños na parroquia de Santo André de Anceu e as suntuosas vivendas dos *brasileiros* multiplicáronse na freguesía de S. Pedro de Gaxate⁵⁷. Semella que os retornados de Brasil realizaron o mesmo tipo de investimentos que os outros *americanos* que volveron a Galicia dende Arxentina ou Cuba. Mercaron as terras e gandos que tiñan aforadas ou en parceria, maquinaria agrícola e realizaron gastos suntuarios para demostrarlle á veciñanza o éxito do seu emprendemento na emigración⁵⁸. Algúns mesmo adquiriron grandes explotacións que pertenceran aos vellos *señores da terra* de estirpes fidalgas, para substituílos, simbólicamente e a destempo, na elite da sociedade local á que retornaban⁵⁹. As casas que construíron estes *brasileiros*

56 Coinciden neste GONZÁLEZ LOPO, 1999, e FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1992b. Os concellos de *terra de Montes* non se recuperaron da sangría producida pola emigración nas décadas de 1920 e 1950. A súa densidade demográfica descendeu mentres que a do litoral aumentou a consecuencia da industrialización e a urbanización desde mediados do XX. A densidade demográfica media descendeu en *terra de Montes* de 60 hab./km² en 1900 a 57 no 1960 e 48 no 1991, mentres que subiu no baixo Miño (110 hab./ km² en 1900, 122 no 1960 e 123 no 1991), superando a densidade media provincial nas datas referidas aínda que moi por debaixo das cifras que presenta a zona costeira das Rías Baixas (182, 342 e 525 hab./ km²). O concello de Pazos de Borbén foi a única excepción, posto que aumentou os seus efectivos demográficos ata a década de 1960.

57 Xa o salientaba a descripción feita por ÁLVAREZ LIMESES, 1936, I: 314 e 316. As remesas de diñeiro brasileiro, panameño e mexicano financiaron a construción de suntuosos chalés e a compra de coches de luxo. Explican a existencia de numerosas sucursais bancarias nos envellecidos concellos ourensáns e pontevedreses da dorsal central galega, dun xeito semellante ao que acontece nas poboacións de México noroccidental que viven das remesas dos fillos emigrados aos Estados Unidos. Véxanse, respectivamente, FERRÁS SEXTO, 2000, e MACIAS, 2003: 44.

58 Sirva como exemplo o caso do petrucio dos Gallego de Enxames (Vilardevós) que traballou de estivador no porto de Santos a finais do século XIX, retornou para casar e estableceu unha explotación agrogandeira típica dun labrador, pois a súa filla lembra que “meu pai sempre tivo tres ou cuatro vacas, tíñamos rabaño de ovellas [...] Éramos seis irmaus e dúas mulleres; a máis vella era muller, despois viñeron os homes, un deles era só para pastorar o rebaño e os outros traballaban no campo e nas viñas”. Citamos, textualmente, da grabación da memoria de vida de Victoria Armonía Gallego Rojas, entrevistada pola súa filla Avelina e polo autor o 25-9-1996.

59 Por iso investiron en viñedos arruinados pola filoxera no Alto Douro, como sinala PINTO DA COSTA, 1997: 253. E os irmáns Cendón Pérez mercaron rendas forais cando retornaron a Melón, no Ribeiro ourensán. Enriquecéranse cos negocios bancarios e comerciais no Río de Janeiro e agora estableceron unha imprenta para expresar as súas opinións sobre a

nos concellos da montaña pontevedresa ou nos ourensáns de Bearíz e Avión, son a demostración pública do seu enriquecemento e das arelas de recoñecemento do seu éxito na sociedade de orixe⁶⁰.

5. OS DESAFÍOS PENDENTES NA INVESTIGACIÓN SOBRE OS GALEGOS NO BRASIL

Son varios e urxentes. En primeiro lugar, semella que a recruta de familias para a *lavoura do café* afectou a comarcas galegas que aínda non se incorporaran á emigración americana e que atravesaban unha situación crítica derivada da expansión da filoxera, como o val ourensán de Monterrei. Mais para coñecer a incidencia cuantitativa que tivo realmente ese fenómeno é preciso analizar a documentación municipal e parroquial dos concellos da *montaña dese val*, como Castrelo do Val, Vilardevós e o propio Monterrei. E pescudar sistemáticamente a través da memoria familiar a existencia de redes que mantiveron ese fluxo cara Santos e São Paulo.

En relación con isto, sería oportuno desenvolver un proxecto de recuperación sistemática e análise das fontes existentes en Santos, que foi o principal porto de entrada dos galegos, para coñecer mellor as características cuantitativas e cualitativas da comunidade galega asentada nesa cidade dende finais do século XIX ata o remate da chegada de inmigrantes ao litoral paulista a finais da década de 1960. Para facelo axeitadamente, é preciso estudar a documentación conservada no Viceconsulado Español de Santos, no Centro Español e de Repatriación e nas parroquias da cidade⁶¹. Os arquivos das tres grandes empresas santistas que empregaron inmigrantes en traballos de canteiro, carpinteiro, pintores, ferreiros, e no mantemento das liñas do tranvía urbano, fornecerían unha imaxe

política local de Ribadavia. Un deles ocupou a alcaldía. Véxase DOMÍNGUEZ CASTRO, 1992: 108, 115.

⁶⁰ Remitimos a TÁBOAS VELEIRO, 1999 e 2004.

⁶¹ A dita sociedade dispón de memorias das directivas, actas de reunións, libros de rexistro de socios e de contabilidade, ademais dunha biblioteca formada dende finais do século XIX con máis de 3.000 volumes de xeografía, arquitectura, medicina, Dereito Civil e códigos civís de varios estados americanos e de España. Dita biblioteca inclúe revistas e periódicos editados en Castelán pola colonia española en São Paulo e Rio de Janeiro, polo que reflicte as inxedanzas de información e formación da elite inmigrada que dirixía o Centro. A análise dos libros parroquiais permitiría coñecer mellor as características e pautas relacionais dos galegos residentes en Santos, do mesmo xeito que se fixo, por exemplo, cos galegos asentados en Salvador de Baía e cos andaluces e leoneses establecidos en Mar de Prata. Véxanse, respectivamente: GONZÁLEZ LOPO, 1999 e 2003; DA ORDEN, 2000 e 2005.

real da importancia cuantitativa dos galegos neses nichos laborais e da súa participación na forte mobilización política desenvolvida polos traballadores deses sectores e os *doqueiros*⁶².

Sabemos que o anarcosindicalismo espallouse na Galicia de beiramar polo influxo dos mariñeiros e dos retornados da emigración. Porén, descoñecemos como se produciu a transferencia de coñecementos específicos de tipo laboral e técnico, políticos, etc, entre as cidades brasileiras e as localidades costeiras galegas⁶³.

Outra agra aberta é a dos roles desempeñados polas mulleres neses fluxos ao Brasil. A maior parte das pescudas reléganas á retagarda familiar en Galicia, onde recibían novas de infidelidades e dobles familias dos maridos ausentes. E as que emigraron, recluíronse no fogar familiar desenvolvendo pluriactividades como a costura, por encargo de clientes ou para fábricas, e o atendimento de hóspedes en réxime de pensión completa⁶⁴. Pola contra, a memoria oral e epistolar indican que esas mulleres desenvolveron traxectorias laborais máis complexas e xogaron un papel importante nas relacións

62 Referímonos aos traballadores da Companhia das Docas de Santos (actualmente do Estado de São Paulo: CODESP), da empresa ferroviaria São Paulo Railway (actual RFFS ou Rede Ferroviária Federal) e da Cia City da Prefeitura Municipal de Santos. Véxase TEIXEIRA DA SILVA, 1995. O petrucio dos Gallego foi un dese estivadores das docas santistas que militou no anarcosindicalismo segundo nos explicou a súa filla Victoria Armonía en 1996: “estuvo en Cuba e aquí no Brasil antes de nós nacer; despois foise pralá e casou coa miña nai, que morreu nova, con trinta e cinco anos e deixou seis fillos. A máis vella tiña doce anos e meu pai nos criou con muito sacrificio e muito traballo [...] Ele torceu pra esquerda [...] Gostava muito de ler e tiña muitos libros que levou de Cuba. Cando foi da guerra tuvo que enterralos porque se llos pegasen, aí complicabano máis [...] Tinha un libro dun xornalista que andaba de cidade en cidade e casou cunha moza chamada Armonía e o meu pai tirou os nosos nomes dese libro. Queríanos chamar Sol, Vida, Placer e Amor, que eran os cuatro fillos que tiveron Floreán e Armonía. Púxonos ó mais vello Floreano como o xornalista desa historia e a min Victoria Armonía [...] Cando eu vin pro Brasil alá no aiuntamiento aínda me implicaron por ese nome de Armonía: “Teu pai era anarquista porque che puxo un nome esí?”.

63 Referímonos a casos como o do pai e os tíos dun emigrante vigués, que chegaron a Porto Alegre recrutados por empresarios construtores de vidreiros e de barcos polos seus coñecementos técnicos segundo WEBER, 2011: 137. Ou ao de José Ageitos Lema que naceu en Corubedo (A Coruña) en 1870 e deixou a súa dona con dous fillos en Porto do Son para emigrar a Río do Janeiro no abrente do s. XX. Traballou en barcos mercantes e pesqueiros. Xuntou diñeiro e quixo comprar un edificio para montar un negocio en Río cun cuñado pero este non se animou e o José retornou ao cabo de 14 anos. Construiu un barco pesqueiro ao que puxo de nome “Novo Brasileiro” e intentou levalo ata a baía de Guanabara para dedicarse a pesca. Non foi quen de facelo porque o seu fillo preferiu marchar a Pasaia (Euscadi) para dedicarse á pesca de altura do bacalao en Terranova e no Gran Sol. Pola contra as dúas fillas imitaron ao pai pois marcharon ao Río de Janeiro cos seus maridos. Resumimos a información que nos forneceu José Ageitos Ventoso sobre o seu avó, arquivo do autor.

64 Aspecto salientado en: SOUTELO VÁZQUEZ, 2001: 33; PÁJARO PERES, 2002: 260, 263.

intrafamiliares. Reconstruír o desenvolvemento dos proxectos migratorios dun número significativo de familias, que fosen representativas do éxodo galego aos diversos destinos do Brasil durante o século pasado, axudaríanos a avanzar no coñecemento de todos estas cuestións pendentes.

BIBLIOGRAFÍA

- ÁLVAREZ LIMESES, Gerardo, 1936 – *Pontevedra*, tomos I e II correspondentes á provincia de Pontevedra en *Geografía General del Reino de Galicia* coordinada por F. Carreras Candí.
- ANTUNES MARCIEL, Laura; MARTÍNEZ ANTONACCI, M^a Antonieta, 1997 – “Espanhois em São Paulo: modos de vida e experiencias de asociación”, in *Projeto História*, 12.
- BACELAR, Jeferson, 1994 – *Galegos no paradiso racial*. Iabamá, Salvador de Baía.
- BAILY, Samuel; RAMELLA, Franco, 1988 – *One family, two worlds: an Italian family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922*. New Brunswick: Rutgers University.
- BRETTELL, Caroline, 1991 – *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CAMPOS ÁLVAREZ, Ramón, 2000 – “Los orígenes del asociacionismo gallego en Venezuela (1945-1960). *Minius*, n.º 8.
- CAMPOS ÁLVAREZ, Ramón, 2007 – “O papel dos exiliados na evolución do asociacionismo galego en Venezuela (1940-1960)”, in SEIXAS, Xosé Manoel Núñez, VILA, Pilar Cagiao (eds.), *O Exilio galego de 1936, política, sociedade, itinerarios*. Sada: Consello da Cultura Galega-Edicións do Castro.
- CAMPOS ÁLVAREZ, Ramón, 2009 – “la emigración gallega a Venezuela a través de testimonios orales”, in DIAZ, M. López (coord.), *Homenaxe ao profesor Pérez García*, vol. 1: Historia e cultura.
- DOMÍNGUEZ CASTRO, Luis, 1992 – *Viños, viñas e xentes do Ribeiro. Economía e patrimonio familiar, 1810-1952*. Vigo: Xerais.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Miguel Anxo, 1992 – “Caracteres y transformaciones de la emigración de Ribadavia en el período 1840-1920”, in EIRAS, A. (ed.), *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*, Xunta de Galicia.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Miguel Anxo, 1992b – “Evolución migratoria en el municipio de Melón: mediados s. XVIII a comienzos del s. XX”, in EIRAS, A. (ed.), *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*, Xunta de Galicia.
- GONZÁLEZ LOPO, Domingo, 1993 – “La emigración a Portugal desde el suroeste de

Galicia en los siglo XVIII al XX”, in SILVA, M^a. B. Nizza da, et alii (org.), *Emigração/ Imigração em Portugal. Actas do “Coloquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Lisboa: Editorial Fragmentos.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo, 1999 – “Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801 y 1950: características y puntos de destino”. *Semata. Ciências Sociais e Humanidades*, n.º 11.

GONZÁLEZ LOPO, Domingo, 2003 – “Migraciones históricas de los gallegos en el espacio peninsular (siglos XVI-XIX”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 12.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda, 1990 – “El aporte gallego al proceso inmigratorio brasileiro, 1890-1950”, in JUANA, J. de, CASTRO, X. (eds.), *Galicia y América, el papel de la emigración*. V Xornadas de Historia de Galicia. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda, 2001 – “Desandar lo andado: Problemas que plantea el estudio del retorno de los emigrantes españoles al Brasil”. *Estudios Migratorios*, 11-12.

GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda, 2005 – “Los que se fueron a Brasil: una visión de conjunto de la participación española”, in *El sueño de muchos. La emigración castellana y leonesa a América*. Zamora: Deputación de Zamora e Centro Asociado da UNED en Zamora.

KLEIN, Herbert, 1996 – *La inmigración española en Brasil (ss. XIX-XX)*. Gijón: Fundación Archivo de Indianos.

KULA, Witold; WTULICH, Josephine, 1986 – *Writing home: immigrants in Brazil and the United States 1890-1891*. East European Monographs.

MARTÍNEZ GALLEGO, Avelina, 1995 – *Espanhois*, Cadernos de Migração, 6. São Paulo: CEM.

MOYA, J.C., 2004 – *Primos y extranjeros, La inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930*. Buenos Aires: Emecé.

MUÑOZ LÓPEZ, Pilar, 2001 – *Sangre, amor e interés. La familia en la España de la Restauración*. Madrid: Marcial Pons-Universidad Autónoma de Madrid.

ORDEN, M^a. Liliana da, 2000 – “Cadena migratoria, familia y pautas de residencia: una nueva mirada a una vieja cuestión. Mar de Plata, 1910-1930”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, ano 15, n.º 45.

ORDEN, M^a. Liliana da, 2005 – *Inmigración española, familia y movilidad social en la Argentina moderna. Una mirada desde Mar del Plata (1890-1930)*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

PÁJARO PERES, E., 2002 – *A inexistencia da terra firme. A imigração galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: EDUSP.

PEREIRA BERNÁRDEZ, Xosé Ramón, 2008 – “Cambio e continuidade migratoria: de Salceda de Caselas a América (1861-1920)”. *Estudos Migratorios*, vol. 1, n.º 2.

PÉREZ LEIRA, Lois, 2002 – *Galegos na Baía de todos os Santos*. Vigo: Galicia en el Mundo.

PÉREZ MURILLO, M^a. Dolores (coord.), 2000 – *Oralidad e historia de vida de la emigración andaluza hacia América Latina (Brasil y Argentina) en el s. XX*. Cádiz: Servicio de Publicacións da Universidade de Cádiz.

PINTO DA COSTA, Antonio, 1997 – *Alto Douro, Terra de Vinho e de Gente, a vida quotidiana alto duriense no primeiro terço do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.

TÁBOAS VELEIRO, Teresa, 1999 – “Emigración y arquitectura: os brasileiros”, in *Pontevedra*, n.º 14.

TÁBOAS VELEIRO, Teresa, 2004 – *Emigración e arquitectura: os brasileiros*. Pontevedra: Aláis Editores.

SARMIENTO DA SILVA, Erica, 2006 – *O outro Río, a emigración galega a Río de Janeiro*, 3C3, Colección Nós/Outros, Santa Comba.

SARMIENTO DA SILVA, Erica, 2008 – “Os galegos no Río de Janeiro”. *Estudos Migratorios*, vol 1., n.º 2.

SARMIENTO DA SILVA, Erica, 2011 – “Os galegos excluídos: ladrões, mendigos e cáftens”, in MARTINS, Ismenia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.), *E/imigrações. Histórias, Culturas, Trajectórias*. São Paulo: Expresão & Arte Editora.

SOUTELO VÁZQUEZ, Raul, 1998 – “Memoria oral e identidade étnica na inmigración española a Latinoamérica no século XX: os galegos en Brasil, 1880-1970”. *Estudios Migratorios*, n.º 6.

SOUTELO VÁZQUEZ, Raul, 2001 – *De América para a casa. Correspondencia familiar de emigrantes galegos no Brasil, Venezuela e Uruguai, 1916-1969*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega (Disponibile na mediateca virtual do Consello da Cultura Galega: http://www.culturagalega.org/biblioteca_detalle.php?id=22).

SOUTELO VÁZQUEZ, Raul, 2005 – *Labregas, emigradas, estraperlistas e represaliadas. Experiencias de vida de mulleres na Galicia rural*, Premio Ferro Couselo, Concello de Valga.

TEIXEIRA DA SILVA, Fernando, 1995 – *A carga e a culpa. Os operarios das docas de Santos: direitos e cultura da solidariedade, 1937-1968*. São Paulo: Hicitec.

VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alejandro, 1992 – “Los factores de expulsión en las regiones de procedencia”, in *Historia General de la emigración española a Iberoamérica*, vol. I. Madrid: CEDEAL.

VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alejandro, 2005 – “Las migraciones contemporáneas de los gallegos”, in JUANA, J. de; PRADA, J. (coords.), *Historia Contemporánea de Galicia*. Barcelona: Ariel.

VÁZQUEZ GONZÁLEZ, Alejandro, 2008 – “Unha visión xeral da emigración galega contemporánea a América e a Europa”, in CID, X.M., et alii (coords.), *Migracións na Galicia contemporánea. Desafíos para a sociedade actual*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

WEBER, Regina, 2011 – “Manifestações identitárias de imigrantes espanhóis no sul do Brasil”, in MARTINS, Ismenia de Lima; HECKER, Alexandre (orgs.), *E/imigrações. Histórias, Culturas, Trajetórias*. São Paulo: Expressão & Arte Editora.

ASSOCIATIVISMO ESPANHOL/GALEGO NO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS, VISIBILIDADE E LIDERANÇAS ÉTNICAS

ÉRICA SARMIENTO

O apoio assistencialista era uma prática comum nos países com altos índices de imigração. Quando os estrangeiros passavam a ser um grupo numeroso e conquistavam certa posição econômica e social na sociedade de recepção, eles tendiam a se unir em associações com fins assistencialistas ou culturais, com o objetivo de preservar seus valores e tradições, fornecer apoio econômico tanto no país de origem como no de acolhida e de reivindicar determinados direitos na sociedade de imigração.

Segundo explica Devoto¹:

“En realidad, el fenómeno del mutualismo era prácticamente universal entre los inmigrantes en todos los países, en tanto esas entidades proveían sus necesidades básicas. Esquemáticamente sus objetivos eran tres: cobertura médica, que incluía desde atención hasta medicamentos; sepelio que abarcaba desde derecho al panteón social hasta la provisión de una comisión de socios y a veces banda de música desde fiestas y reuniones sociales hasta juego recreativos”.

Na Argentina, a liderança étnica, através da projeção social dos líderes nas associações mutualistas, junto com as redes sociais, era a via de entrada para a participação política dos espanhóis, além de abrir possibilidades de ascensão social tanto na sociedade receptora como na de origem². No caso do Rio de Janeiro, a maior e mais importante associação assistencialista vinculada à imigração espanhola foi, sem dúvida, o Hospital Espanhol. Fundado no ano de

¹ DEVOTO, 2003: 242.

² DA ORDEM, 1999: 171.

1859, permanecendo até os dias atuais, a sua antiguidade demonstra a presença de espanhóis na sociedade carioca antes mesmo do período da chamada Primeira Grande Imigração. É a representação de uma liderança étnica que já se constituía a ponto de criar uma instituição com fins mutualistas.

Nas atas do Hospital Espanhol encontramos as discussões e conflitos de uma coletividade ansiosa por conquistar o seu espaço na sociedade carioca e de demonstrar a sua importância e capacidade de articulação no seio da comunidade espanhola. O desejo das lideranças em obter visibilidade e de solucionar os problemas enfrentados pela comunidade, não se limitava somente à sociedade de acolhida, o Estado espanhol também era alvo dos discursos flamantes das assembléias da Juntas Diretivas. No livro de Memória, apresentado no ano de 1881, e escrito pelo, na época, presidente Manuel Diego Santos (galego originário do município de Vigo, província de Pontevedra), o Estado espanhol era objeto constante de enfrentamento nos discursos com tom patriótico, proferidos nas assembléias:

“El digno socio Sr. D. Leandro Sánchez después de tantos servicios como ha prestado no solo confeccionando gratis cuantas recetas le presentan con el nombre de la sociedad, ya contribuyendo con socorros pecuniarios para los pobres de nuestra nacionalidad. Para servicio tan desinteresado no veo por nuestra parte otro premio que nuestra eterna gratitud, y aguardemos el día en que el gobierno de S.M, (...) que tiene en este vasto Imperio 20,000 subditos que si por desgracia tubieran que abrigarse al poder oficial de su nacionalidad, sería dudosa su suerte”³.

Este trecho define bem o papel da Beneficência Espanhola dentro da sociedade carioca: oferecer apoio e amparo àqueles imigrantes sem condições econômicas para receber um atendimento hospitalar. Nessa memória, aparecem os nomes de vários sócios, principalmente médicos e profissionais da área da saúde, que contribuíram, de forma gratuita, com a instituição, doando seus serviços e exercendo tarefas, que, segundo os sócios, deveriam ser de responsabilidade do Estado espanhol. Vale a pena ressaltar, abrindo um parênteses, que a imigração espanhola na cidade do Rio de Janeiro está formada majoritariamente por

³ AHERJ. *Memoria de la Sociedad Española de Beneficencia*, apresentada na assembléia geral do dia 17 de abril de 1881 pelo presidente Manuel Diego Santos. O texto foi transcrito literalmente. Os erros de ortografia já estavam presentes no texto original. O sublinhado é nosso.

imigrantes de origem galega. Assim como o presidente Manuel Diego Santos, outros diretores e sócios também procediam de diversos municípios galegos, principalmente da província de Pontevedra e Ourense⁴.

A Beneficência Espanhola é uma instituição de caráter filantrópico que depende da mensalidade e contribuição de seus sócios para manter os seus serviços. Por isso, em vários trechos escritos na Memória, os diretores fazem questão de enfatizar o perfil independente da instituição em relação ao Governo espanhol. Reforçam, a todo instante, a solidariedade de seus sócios, jamais mencionando, entre os agradecimentos e homenagens, a colaboração de algum órgão oficial, como por exemplo, o Consulado espanhol do Rio de Janeiro:

“Podemos decir con orgullo que nuestra sociedad en relación al número de sus miembros y capital es hoy la mas rica de Rio de Janeiro, esto debido á la gran constancia de muchos de sus miembros y á la generosidad de los caballeros que diariamente nos ofrecen sus servicio”⁵.

As contínuas reclamações da falta de participação da comunidade espanhola foram registradas através de um discurso onde se acusa os espanhóis de falta de patriotismo:

“Como siempre, continuaré diciendo que el patriotismo de los Españoles en esta capital está muy lejos de lo que debia ser, y Dios quiera que los directores que nos sucedan, cojan en este terreno mejores frutos que recompensen sus refuerzos”⁶.

Apesar do Hospital Espanhol oferecer assistência sanitária, era necessário pagar uma mensalidade que nem todos os imigrantes podiam custear. Certamente, uma grande maioria dos galegos do Rio de Janeiro não participava das associações étnicas. No caso das associações argentinas, por exemplo, as grandes entidades mutualistas de âmbito territorial galaico, como o Centro Galego de Buenos Aires, contavam somente com um escasso 20% do total de galegos residentes na capital argentina⁷. Nos estudos de Alejandro Fernández sobre os galegos dentro

4 SARMIENTO, Érica, 2006.

5 AHERJ. Memoria de la Sociedad Española. Ano de 1881., p.10.

6 AHERJ. Memoria de la Sociedad Española. Ano de 1881, p.10.

7 NÚÑEZ SEIXAS, 1998: 107.

do associativismo espanhol na Argentina, o autor explica que as instituições espanholas de ajuda mútua

“... que no se definían por la pertenencia a un oficio determinado, tendía a captar con menor asiduidad a los estratos compuestos por los obreros cualificados y por trabajadores poco cualificados del sector terciario, lo cual acaso se explique por las resistencias que en los primeros podía despertar la pertenencia a un tipo de entidades que tendía a ser dirigida y controlada por otros sectores y por la baja propensión de los segundos a integrarse de manera estable en cualquier estructura asociativa”⁸.

As associações assistencialistas, dessa forma, podiam exercer uma dupla função: ao mesmo tempo em que ajudavam, também limitavam a entrada de sócios. Exemplifiquemos dois casos antagônicos encontrados nas fichas de matrículas dos sócios do Hospital Espanhol: um deles, Maximino Parada, de A Coruña, deu-se de baixa no ano de 1903, regressando para a Galiza com a passagem paga pela Beneficência Espanhola; outro, como Amado González Simón (Arbo-Pontevedra), matriculado em 1917, deixou a instituição no ano de 1919, para regressar em 1921, depois de haver efetuado os pagos das mensalidades atrasadas. Os sócios que não pagavam as cotas no prazo tinham algumas observações acrescentadas junto aos seus dados pessoais, como aparece na ficha de Antonio da Silva (Salvaterra do Miño), com a observação “não ingressou nenhum dinheiro de 1870 a 1884”; ou a de Domingos Costa Saboya (Pontevedra) que é ainda mais contundente: “No ingresó y fue engaño en matricularlo”. Os sócios tinham que cumprir com suas obrigações, já que a sobrevivência da instituição dependia deles.

A falta de participação e os problemas existentes dentro da comunidade espanhola vão além dos limites do Hospital Espanhol. Junto com várias outras atas e livros de matrícula estavam as do comitê organizador do Centro Espanhol, uma associação fundada em 1927, de caráter recreativo e cultural e com projetos de criação de setores vinculados às áreas científicas e literárias. Na assembléia do dia 28 de agosto de 1927, realizada para discutir sobre a fundação do Centro Espanhol no Rio de Janeiro, aparece o discurso patriótico do presidente, Aurelio Claro Ferrer, explicando os motivos do desinteresse da colônia espanhola em suas associações:

⁸ FERNÁNDEZ, 2001: 146.

“Dos que han sido hasta ahora los males grandes que nos han aquejado: la apatía de los unos y las pequeñas pasiones de los otros. El primero de los dos males, tal vez consecuencia en mucha parte del segundo, porque los sanos, los buenos, los que tienen siempre el alma, el esfuerzo, el bolsillo, porque no decirlo? – ya que tanto cuenta el bolsillo en estos tiempos – a la disposición de toda obra española, esos se retraen llenos de escepticismo y de amargura, cuando ven que los afanes que ellos pusieron solo han servido para crear núcleos rivales o para exigir pedestales inconvenientes”⁹.

O objetivo principal do Centro Español era “estrechar las relaciones de afecto entre los españoles, fomentar su convivencia, y procurar que entre ellos exista la mas cordial inteligencia”. As únicas atas encontradas foram as correspondentes ao período de 1927 e 1928, os anos da fundação. Já nas últimas assembléias, no ano de 1928, começaram a surgir conflitos entre os membros da diretoria, que não queriam assumir as responsabilidades dos cargos (os motivos não estão explícitos na ata) e discussões em torno do problema do valor das cotas que deveriam ser pagas mensalmente. O problema das mensalidades foi o fator determinante para a falta de sócios no Centro Espanhol.

Não foi possível desvendar que fim levou o Centro Espanhol, nem definir, ao certo, o tempo de sua existência. O que a leitura das atas deixa à mostra é o desentendimento entre os seus membros, os problemas econômicos que já ocorriam desde antes de sua fundação e a tentativa dos seus diretores de unir os espanhóis e mostrar para a sociedade o valor dos seus emigrantes. O discurso que vem a seguir demonstra o empenho de suas lideranças de mostrar a qualidade do coletivo espanhol:

“Ese Centro Español, señores, debe ser el punto de partida de una nueva era colonial en la que nuestro nombre, nuestro prestigio y nuestra influencia se dejen sentir como cumple a una colectividad que por su calidad y por su número tiene no solo el derecho sino el deber de figurar como la primera donde estén las primeras”¹⁰.

⁹ AHERJ. Centro Español: actas del comité organizador, junta directiva provisional, asambleas generales, años 1927-1928. Ata específica do dia 28 de agosto.

¹⁰ AHERJ. Ata do dia 28 de agosto de 1927.

No que se refere aos discursos das associações étnicas, de forma geral, devemos analisá-los com muita precaução. As frases, dotadas de patriotismo, eram frequentes nos discursos que envolviam as assembleias. Havia que apelar ao sentimento de identidade e de coletividade para unir o grupo em torno de um mesmo ideal, mas, em que medida essas instituições do começo do século XX conseguiram atingir a “massa” de galegos ambulantes, caixeiros, camareiros, que viviam dispersos pelo centro do Rio, buscando um lugar ao sol? Teriam esses imigrantes realmente conhecimento, dinheiro, ou tempo, depois de longas jornadas de trabalho, para se dedicarem a uma associação como o Centro Espanhol? Sabiam realmente da existência dela? As respostas podem ser encontradas nos próprios discursos: “Nuestro nombre, nuestro prestigio y nuestra influencia”, “los que tienen siempre el alma, el esfuerzo, el bolsillo, ¿porque no decirlo? – ya que tanto cuenta el bolsillo en estos tiempos – a la disposición de toda obra española”.

Primeiramente, está claro, que no início do século XX, já havia uma coletividade galega numerosa e formada por indivíduos que alcançaram um poder econômico e que estavam desejando um reconhecimento social. Um dos degraus para chegar a essa ascensão social era através das associações. Os membros da diretoria ganhavam uma visibilidade tanto dentro do coletivo galego como na sociedade brasileira. Poderiam perfeitamente utilizar as necessidades dos seus patrícios em prol dos interesses individuais. Como esclarece Fernando Devoto¹¹:

“El problema del asociacionismo de los inmigrantes no se resuelve indagando solamente las necesidades y aspiraciones de los migrantes. Hay que detenerse también en aquellos de los grupos dirigentes. Éstos fueron los que crearon muchas de las instituciones centrales y al hacerlo perseguían propósitos que en parte eran semejantes y en parte eran diferentes de los mismos anónimos inmigrantes. El prestigio social que daba el título de presidente de una de estas entidades, o incluso de miembro de su comisión directiva, las posibilidades de interacción con las autoridades consulares del país de origen que brindaban, la visibilidad en los actos públicos que se hacían en el radio de acción de las mismas constituían reconocimientos ambicionados, aunque nos puedan parecer modestos y a veces un poco patético”.

¹¹ DEVOTO, 2003: 245.

O historiador Núñez Seixas explica e delimita a respeito dos tipos de lideranças étnicas utilizadas para os imigrantes galegos na América, tais como a liderança interna e a de projeção. A primeira consiste em um tipo de liderança que nasce dentro do grupo étnico e se desenvolve dentro dele, a partir de indivíduos que, teoricamente, chegam ao continente americano em uma situação relativamente parecida (por exemplo, filhos de camponeses que chegam sem recursos) e que, graças a sua ascensão social e o seu trabalho de porta-vozes do grupo, se convertem tanto em seus representantes como em seus defensores mediante o exterior. Já a liderança de projeção se refere àqueles indivíduos que adquirem uma audiência superior ao do grupo que são identificados e que, de fato, se movimentam às margens dele, ou simplesmente mantêm uma vinculação débil ou um envolvimento meramente simbólico¹².

Um caso bastante representativo de projeção dentro da comunidade espanhola/galega e da brasileira foi o do imigrante José Hermida Pazos, do concelho de Pontecaldelas (Pontevedra), dono de fábricas de óticas no Rio de Janeiro. Tanto ele, como o seu sócio e chefe, o português José Maria dos Reis, atuaram ativamente em cargos de diretoria dos Hospitais de seus países, no Rio de Janeiro. Também participaram em associações brasileiras ligadas à indústria, além de pertencerem à irmandades religiosas. Hermida Pazos e Reis foram corretores jubilados da Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte. As suas oficinas, situadas na Rua Buenos Aires n.º 63, 65, 67, 69 e 71, encontravam-se instaladas em prédios pertencentes à referida Ordem. Essas irmandades desempenhavam diversos papéis ligados à execução e fiscalização de ofícios, além de funcionarem como bancos e defenderem os interesses de diversas corporações de ofícios¹³. Outra irmandade, A Nossa Senhora do Monte do Carmo, da qual também fazia parte José Maria e José Hermida, acolheu ao imigrante Francisco Mouro Castro, de Santa Comba (A Coruña). Nos seus documentos pessoais, encontramos uma espécie de certificado, do ano de 1916, onde um jovem Francisco, com 26 anos de idade, pagava uma quantia de 305\$000 réis para fazer parte do noviciado. Certamente era uma cota que nem todos podiam ou estavam interessados em pagar¹⁴.

Quando a situação econômica era favorecedora não bastava somente se inscrever nas associações espanholas, era necessário integrar-se também na elite brasileira. No caso do imigrante José Hermida Pazos, a sua projeção social, a de um industrial

12 NÚÑEZ SEIXAS, 2003: 355-356.

13 PITA FREITAS, 1986: 49.

14 Arquivo familiar de Albina López, neta de Francisco Mouro Castro.

que fazia parte dos círculos intelectuais brasileiros, seguramente foi um ponto de apoio importante para a instituição espanhola, que contava com um personagem ilustre que transpassava os círculos galegos e que gozava de prestígio na sociedade carioca. Esses imigrantes pioneiros contribuíam com recursos econômicos para a instituição, além de ajudar na inserção socioprofissional de patrícios recém-chegados e apoiar aqueles que haviam conseguido ascender economicamente, mas que buscavam também uma projeção social na sociedade carioca.

A colônia galega crescia, prosperava e seus membros começavam a sentir necessidade de formar um centro recreativo onde pudessem não só se relacionarem entre si como tornarem-se visíveis frente à sociedade brasileira. Os dirigentes já haviam alcançado uma posição sócioeconômica e pretendiam consolidá-la através do poder e prestígio que lhes podia dar a atuação em instituições da sua coletividade¹⁵. O Hospital Espanhol, ainda que formado majoritariamente por galegos, era uma instituição de assistência médica. Era preciso abrir uma nova porta que se comunicasse principalmente com o Brasil e a Espanha, mostrando o lado mais intelectual da colônia.

“Pide la palabra el Sr. Bautista Segundo Triarte que dice créé contar con la buena fé y cooperación de todos para la idea sublime de la creación de un Centro Galaico; dice además que ayudándole el Centro tendrá un Presidente enérgico y sabrá corresponder a las exigencias de un Centro de alta escala, que el patriotismo es grande y que eso es lo suficiente para llevar á cabo esa idea santa, recuerdo de nuestra querida e inolvidable Patria”¹⁶.

Acreditamos que esses líderes do Centro Galego eram homens de negócios com uma projeção socioeconômica e representatividade dentro da comunidade galega no Rio de Janeiro. Segundo afirma Núñez Seixas, os líderes étnicos não só possuem um carisma pessoal, “sino que éste viene dado por disfrutar de una mayor experiencia profesional, asociativa, política, periodística u oratoria en la sociedad de origen o en la de destino, y que por tanto son susceptibles de aportar recursos inmateriales

¹⁵ DA ORDEN, 1999: 170.

¹⁶ AHERJ. Ata do dia 23 de novembro de 1899, p.3. CENTRO GALEGO. Libro de actas de reuniones preparatorias para su fundación. Asambleas y sesiones de Junta Directiva de 29 de octubre de 1899 a 7 de enero de 1909.

a las empresas colectivas¹⁷”. A maioria deles já pertenciam a uma associação – o Hospital Espanhol – e alguns haviam até exercido cargos diretivos antes de fazerem parte do Centro Galego. Esses líderes étnicos, graças a acensão econômica e social, se converteram em representantes e defensores da sua comunidade. Nesse tipo de liderança, chamada “interna”, os líderes são responsáveis por realizar uma série de tarefas como: proporcionar serviços econômicos a coletividade de imigrantes, servir de catalizadores da sociabilidade de grupo, favorecendo a comunicação tanto formal (imprensa, festas, comemorações) como informais (tertúlias, reuniões, lugares de socialização), a defesa do país ou do seu lugar de origem; o progresso ou avanço da coletividade étnica, cuidando do seu prestígio e respeitabilidade¹⁸.

Por exemplo, o primeiro presidente do Centro Galego, Segundo Bautista Triarte, originário do concelho de Porriño (Pontevedra), quando assumiu a presidência já era um imigrante com uma boa posição econômica. Na sua matrícula do Hospital Espanhol, do ano de 1895, Bautista Triarte aparece como “industrial” e com título de sócio distinguido. Outro presidente do Centro Galego foi José Blanco Ameijeiras. Temos, aqui, um caso de líder étnico procedente de um concelho de grande tradição migratória no Rio de Janeiro: Santa Comba.

A trajetória de Segundo Bautista Triarte no Hospital Espanhol foi imparável: obteve o título de sócio *Gran Benemérito* no ano de 1918 e foi presidente da instituição em duas ocasiões, no ano de 1905 e entre 1906 e 1909. A profissão exercida, a de comerciante (ainda que não sabemos em que setor), demonstra a trajetória profissional dos líderes étnicos, que ascendiam economicamente na sociedade receptora. Cruzando fontes do Rio de Janeiro e da Galiza, encontramos na documentação municipal de Santa Comba, nos livros de Censo do ano de 1904, o imigrante Blanco Ameijeiras. Ele aparecia como lavrador, o que comprova a mobilidade socioeconômica do imigrante dentro da sociedade carioca e dentro da comunidade galega no Rio de Janeiro.

No ano de 1922, no salão de atos do Hospital Espanhol, encontrava-se uma placa em homenagem aos sócios do Centro Galego do ano de 1922, mas especificamente ao membros da *Junta Directiva* desse mesmo ano, “por haber realizado com titánico esfuerzo la construcción de nuestro edificio social inaugurado el 29 de julio de 1922”. O presidente do Centro Galego era Francisco González Romar, da

17 NÚÑEZ SEIXAS, 2003: 361.

18 NÚÑEZ SEIXAS, 2003: 355.

paróquia de Arantón (Santa Comba), um imigrante cuja cadeia familiar, formada por 11 pessoas (10 irmãos e um sobrinho), foi reconstruída através dos livros de censo do concelho de Santa Comba desde o ano de 1904 até 1960. Essa cadeia familiar, cujo pioneiro seria Francisco González Romar, fazia parte das redes de *paisanagem* do concelho de Santa Comba no Rio de Janeiro. Quando Francisco G. Romar se inscreveu no Hospital Espanhol, no ano de 1903, com somente 19 anos de idade e exercendo a profissão de doméstico, ele vivia na rua da Ajuda, n.º 60, uma das ruas mais representativas da imigração galega no Rio de Janeiro.

Entre os membros da diretoria do Centro Galego do ano de 1922, formado por 15 sócios, predominava claramente os concelhos de maior imigração no Rio de Janeiro. Encontramos, ademais do presidente, do Concelho de Santa Comba, outros dois sócios desse mesmo concelho, além de seis procedentes de municípios de Pontevedra, como As Neves, Cotobade e Redondela. Desse último município, estava Avelino Sotelino Fontán, que junto com o irmão, Angel, tinha um negócio de malas na Rua da Carioca, reduto dos imigrantes do Concelho de Redondela no começo do século XX. Os cargos diretivos e membros da Junta Diretiva do Centro Galego, ainda que seja impossível acompanhar a trajetória de cada um deles, estavam formados, em sua maioria, por imigrantes que pertenciam a cadeias migratórias antigas, que remontam ao século XIX, e a concelhos com tradição migratória a Rio de Janeiro. Eram indivíduos que se destacaram por sua trajetória profissional, majoritariamente ligados ao comércio, e que tiveram cargos importantes no Hospital Espanhol. Obviamente, não podemos generalizar, já que conhecemos a história de imigrantes que participaram ativamente na coletividade galega no Rio de Janeiro, mas que não ascenderam economicamente. Esse foi o caso de Serafin Cabadas Pombo, 2.º Secretário do Centro Galego no ano de 1922, do concelho de Pazos de Borbén (Pontevedra), que segundo palavras de M. M. B., um dos sócios-fundadores da instituição Recreio dos Anciãos:

“Ele foi empregado toda a vida, nunca teve negócio. Toda a vida foi empregado. Era muito querido da colônia, muito querido mesmo, então é...ele não tinha... Ele morava por favor num apartamento de um português amigo dele que viveu ali na Praça da Bandeira, tinha um apartamento, chamava ele: “Ó Pombo, enquanto você viver tem aqui uma casinha (uma casinha de vila, pobrezinha, pequena, né?), enquanto você viver tem casa aqui para você”.

O Centro Galego, em realidade, foi uma espécie de prolongação da Beneficência Espanhola, ainda que ambas tinham suas respectivas diretorias e celebravam suas assembléias de forma independente. As primeiras reuniões foram feitas nas salas da Beneficência, quando esta ainda funcionava na Rua da Carioca, no ano de 1899. Mesmo quando o Centro Galego resolveu alugar uma sede própria, preferiu as salas das novas dependências do Hospital, que já havia mudado para a Rua da Constituição.

Uma das questões que se encontrava na pauta das reuniões do Centro Galego também era a questão das mensalidades. Havia uma barreira que se interpôs desde o princípio da fundação da instituição: as mensalidades e o número de sócios.

“El Sr. Tesorero D. Manuel García Rivas dice; a pesar de los dos meses y pocos días que esta administración guía los destinos del Centro Gallego, puedo manifestar á la distinguida Asamblea, que el estado financiero de la Sociedad es lisonjero; es verdad que el número de socios no es el que debiera de ser, ni aún el que se precisa para poder trabajar con holgura y para darle vida propia ó futuros progresos á la sociedad, pero si todos nos empeñamos en proponer socios y trabajamos con armonía haciéndolo caso omiso de rencillas antiguas ó presentes, y si especialmente nos cuidamos de proponer socios gallegos, tendremos una sociedad que en muy poco tiempo podrá ser un coloso, deberá de ser un gran elemento en todo y para todo”.

Quem não podia pagar as cotas exigidas pelos membros da diretoria? A mesma pergunta foi feita por um dos diretores, na assembléia do dia 7 de março de 1903, questionando o porquê da baixa participação da comunidade galega no Centro:

“¿Porqué todos unidos no hemos de hacer llegar este Centro á la altura de los de Madrid, Méjico, Habana y otros muchos que descuellan por su gran poderío?

En esta capital tenemos miles y miles de gallegos que pueden ser socios, ¿quién es él que no puede contribuir con cinco mil réis? Sólo aquél que se halla enfermo, porque generalmente todos trabajan para poder hacer tan pequeño sacrificio.

Como todos sabemos esta Sociedad no es solo para servir de recreo pues tiene otros fines mucho mas elevados que tenemos de cuidar y para los cuales pedimos á los socios que á fin de llevarlos

adelante propongan socios activos y así podremos tener una sociedad que no sólo sea recreativa sino que preste otros servicios que sean de más utilidad”.

Cinco mil réis. Essa era a taxa que deveriam pagar os sócios para levar adiante o Centro Galego. Os diretores estavam convencidos de que havia uma comunidade galega numerosa no Rio de Janeiro que podia fazer um pequeno sacrifício e arcar com os gastos da instituição. Mas quanto ganhava um trabalhador no começo do século XX? Um pedreiro ganhava uma diária de 7\$ a 9\$ (réis), um carpinteiro, de 8\$ a 10\$, um canteiro, de 9\$ a 12\$, um calceteiro, de 4\$ a 5\$, um servente, de 3\$ a 4\$ e trabalhadores diversos, de 3\$ a 5\$. Somente os alojamentos custavam, como mínimo, 20\$ mensais. Para um trabalhador assalariado, pagar a cota de sócio não representava somente um pequeno sacrifício, significava dispor de uma parte da sua economia. Quanto aos pequenos comerciantes, a situação não era diferente. Apesar do comércio ser uma das formas mais rápidas e seguras de ascender economicamente, necessitava-se de, no mínimo, um período de 3 anos para recuperar o investimento.

Um pequeno comerciante, um indivíduo de classe média ou um empregado assalariado que se movia no espaço carioca dos setores mais baixos da população via-se limitado a manter as suas economias e viver as dificuldades cotidianas de qualquer estrangeiro num país desconhecido. Muitos desses homens haviam deixado suas famílias e propriedades nos seus lugares de origem, e pensavam, algum dia, em retornar com as economias de anos de trabalho. Dessa forma, uma sociedade étnica cujo único objetivo era reunir um grupo em torno a discursos patrióticos e empreender atividades literárias e científicas, não condizia muito com a árdua realidade desses imigrantes.

Uma das hipóteses defendidas, durante muitos anos acerca da falta de estudos sobre a imigração espanhola foi a de Avelina Martínez Gallego¹⁹. A autora analisa a imigração espanhola em São Paulo como um fenômeno desprovido de marcas culturais. Gallego enfoca os problemas da falta de visibilidade da imigração espanhola desde a relação Estado Espanhol-Sociedade e Cultura Espanhola-, alegando que o sentimento regional seria muito mais forte que o nacional e que a falta de apoio das autoridades políticas, como o Consulado Espanhol, fez com que muitos imigrantes não tivessem suficiente interesse em buscar apoio nas

19 MARTÍNEZ GALLEGO, 1995: 57.

instituições oficiais. As sociedades espanholas ou galegas, nos anos da Guerra Civil espanhola, se dividiam por questões políticas, entre nacionalistas e republicanos. Ademais, a autora também afirma que não houve um intelectual orgânico que, no começo do século XX, deixasse uma herança documental para posteriores trabalhos bibliográficos, tal como sucedeu no caso dos italianos. Todos esses fatores contribuiriam, assim, para a questão da invisibilidade espanhola; da forma como esse coletivo era visto pela sociedade brasileira, ou de que maneira os seus signos de identidade (língua, música e outras manifestações culturais) deixaram marcas evidentes que pudessem diferenciá-los de outros grupos. Se a união faz a força, está claro que os espanhóis não cumpriram com esse ditado.

Há uma parte de razão em tudo isso. Para construir uma comunidade sólida desde o ponto de vista político e social é importante o apoio do seu país de origem e também de imigrantes já estabelecidos na sociedade. Mas, se o Estado Espanhol não apoiou os seus imigrantes e, por outro lado, as associações não se mantinham em pé por conflitos político e ideológicos entre os seus membros, de que maneira podemos construir a história dos galegos no Rio de Janeiro?

Através do seu cotidiano, das suas atividades, dos lugares onde viveram e trabalharam. Por um lado, uma parte dos imigrantes atravessava o atlântico através de Portugal ou imigrava de maneira clandestina com documentos falsos, as autoridades consulares podiam oferecer pouca ajuda; por outro lado, as profissões e as ruas onde viveram os galegos no começo do século passado dizem muito deles mesmos. Descrevem-nos uma imigração de trabalhadores do setor terciário e da hotelaria que ganhavam a vida competindo com portugueses, italianos e brasileiros. Enfim, uma imigração de comerciantes, donos de botequins e também de alguns artesãos, que colheu seus frutos na segunda imigração massiva, quando os hoteleiros galegos (o setor mais próspero) se constituíram numa sólida elite que ainda pervive nos dias atuais. No começo do século XX, não havia uma coletividade intelectual numerosa com aspirações políticas, mas sim, formada por camponeses que se adaptaram a um ritmo de vida urbano totalmente diferente aquele a qual estavam acostumados nas suas aldeias. Esses camponeses não estavam desprovidos de cultura e aspirações, nem eram imperceptíveis perante a sociedade brasileira, simplesmente tinham outros objetivos.

Com essas características da imigração galega, o mais provável é que houvesse poucos indivíduos com alto poder aquisitivo ou dispostos a formar inúmeras associações, o que não significa que suas características culturais ou sua participação na sociedade carioca e dentro da sua própria comunidade fossem

inexistente. Encontrar as manifestações culturais das pessoas comuns é mais difícil que identificar líderes sindicais estrangeiros que se destacaram em greves e movimentos sindicais, ou imigrantes enriquecidos.

Se analisarmos a vida de pequenos comerciantes e trabalhadores, cujas histórias só é possível encontrar nos arquivos familiares, sua prioridade inicial não era a de estarem agrupados em associações, mas de construir redes de solidariedade que primeiramente pudessem apoiá-los nas questões básicas do cotidiano, como o trabalho e a moradia e, conseqüentemente, segundo sua trajetória profissional, criar uma perspectiva de retorno. E essas redes, formadas por vizinhos, parentes ou patrícios, estavam diluídas no cotidiano da cidade e se mantinham através de contatos informais, das cartas enviadas à Espanha ou dos retornos definitivos ou temporários às aldeias de origem. Nas cadeias migratórias se reproduziu a identidade espanhola e galega do começo do século, ainda que, obviamente, não descartamos, nem inferiorizamos a existência e a importância das associações na vida dos imigrantes.

Quanto à visibilidade, é uma questão, muitas vezes, de determinismos históricos e desde que perspectiva se aborda o processo migratório. Se tratarmos a história da imigração a partir das questões consideradas importantes para a maioria dos imigrantes, ou seja, desde os objetivos primordiais dos protagonistas, e não desde os temas mais atraentes e com maior destaque para a historiografia, veremos que não necessariamente eles atuavam nas associações para serem visíveis, nem para alcançar um prestígio social importante na sociedade receptora. É uma visibilidade que não se destaca por atos heróicos, mas pela presença de homens comuns que ganham um rosto através da união de todas as suas histórias. Como tudo o que rodeia a cotidianidade, a importância da história de cada indivíduo está nas suas atividades mais comuns, em certos objetivos, às vezes, imperceptíveis.

O fato de não se sobressaírem intelectualmente na sociedade de recepção, não significa que não eram vistos pela sociedade brasileira. Quem os via, também não tinha uma visibilidade para a história. Referimos-nos aqui aos brasileiros, aos africanos e estrangeiros pobres que conviviam com os espanhóis/galegos. Eram eles que estabeleciam relações com os imigrantes diariamente e que percebiam as suas diferenças culturais. A dispersão por diversos bairros e ruas do Rio de Janeiro e o tipo de trabalho que exerciam os galegos, obrigatoriamente, criava um contato mais direto com as camadas populares. Os galegos não recusaram trabalhos com brasileiros, nem com portugueses, nem se concentraram em um único ramo comercial. Existem umas características claras da imigração galega,

isso é inegável, mas, ao mesmo tempo, estas não são suficientemente inflexíveis como para construir estereótipos ou enclausurá-los dentro da sociedade brasileira como uma coletividade isolada.

Se não recuperamos histórias particulares, através de fontes orais, cartas, ou de fontes nominativas que nos contem informações sobre a vida dessas pessoas comuns, a imigração se limitaria ao que nos contam as atas das sociedades étnicas ou à vida de alguns indivíduos prestigiosos. Nas atas das associações é mais fácil perceber os anseios da coletividade galega (ou de uma parte dela), porque estão escritos, estão visíveis. Mas para a grande massa de imigrantes trabalhadores do começo do século XX, importaria realmente os discursos patrióticos ou os desejos de uma elite? Identificavam-se com a Espanha ou a Galiza criada por essas associações? As diferenças culturais e econômicas são fatores que afastam os indivíduos, criam barreiras entre as suas expectativas, independentemente da sua nacionalidade. Podia ser muito mais favorecedor reunir-se com vizinhos da mesma classe social, no que diz respeito a atos festivos, que com os imigrantes enriquecidos.

Foi o caso dos imigrantes da paróquia de Vide, do concelho de As Neves (Pontevedra). Nas décadas de 1950 e 1960, nas instalações do Restaurante “Bolero”, no Rio de Janeiro, reuniram-se cerca de 40 imigrantes dessa localidade, para celebrar a festa da sua padroeira, Nossa Senhora da Assunção. Era uma forma de se reunirem e de seguirem uma antiga tradição, trazida desde a sua aldeia natal. Podemos dizer que era uma “sociedade” paroquial, à modo informal, que não tinha nenhuma obrigação com estatutos, com pagamento de cotas ou com interesses de projeção social. Era uma rede imigratória suficientemente numerosa para preservar e continuar seus laços afetivos e culturais fora da Galiza²⁰.

As sociedades microterritoriais²¹, que é um campo rico na história da imigração galega na Argentina, não foram tão frutíferas no Rio de Janeiro. Os imigrantes mais antigos que entrevistamos não nos deram nenhuma pista sobre o tema, desconheciam a existência de sociedades em nível paroquial ou municipal. Predominaram as associações nacionais ou regionais, como o Hospital Espanhol, o Centro Galego (posterior Casa de Galicia) e as mais recentes, como a Casa de España. Essa carência de documentação nos impediu de estudar as relações a nível micro, como podem ser os contatos entre as paróquias/municípios com os

²⁰ Os dados foram extraídos da entrevista e das fotos cedidas gentilmente pelo imigrante Francisco Fernández Costa, no ano de 2002.

²¹ Sobre as sociedades microterritoriais na Argentina, vid. NÚÑEZ SEIXAS, 1998.

imigrantes, as cadeias migratórias e as ajudas econômicas ou obras beneficentes das associações na sociedade de origem.

As associações espanholas foram palco de lutas, conflitos e embates da comunidade no Rio de Janeiro. As páginas das atas e livros de memórias do Hospital Espanhol e do Centro Galego refletem os anseios e desejos de se criar uma identidade na sociedade carioca, ao mesmo tempo, deixam entrever as disputas político-ideológicas de seus líderes, divididos entre os problemas que assolavam a Espanha e o Brasil.

BIBLIOGRAFIA

BERNASCONI, Alicia; FRID, Carina, 2006 – *De Europa a las Américas. Dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos.

DA ORDEN, Maria Liliana, 1999 – “Liderazgo étnico y redes sociales: una aproximación a la participación política de los españoles en la Argentina, 1880-1912”, in FERNANDÉZ, Alejandro E., MOYA, José (eds.), *La inmigración española en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos.

DEVOTO, Fernando, 2003 – *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

FERNÁNDEZ, Alejandro E., 2001 – “Los galegos dentro de la colectividad y las asociaciones españolas en el primer tercio del siglo XX”, in SEIXAS, Xosé Manuel Nuñez (ed.), *La Galicia austral*. Buenos Aires: Biblos.

MARTÍNEZ GALLEGO, Avelina, 1995 – *Espanhóis*. São Paulo: CEM.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 1998 – *Emigrantes, caciques e indianos*. Vigo: Xerais.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel, 2003 – “Liderazgo étnico en comunidades emigrantes: algunas reflexiones”, in ALBORNOZ, Nicolás Sánchez, LLORDÉN, Moisés (eds.), *Migraciones iberoamericanas. Reflexiones sobre economía, política y sociedad*. Asturias: Fundación Archivo de Indianos.

PITA FREITAS FILHO, Almir, 1986 – “As oficinas e armazém d’optica e instrumentos científicos de José Maria dos reis e José Hermida Pazos (negociantes, ilustrados e utilitários em prol do desenvolvimento da ciência no Brasil)”, Relatório final de pesquisa, Museu do Observatório Nacional/CNPq, Rio de Janeiro.

SARMIENTO, Érica, 2006 – *O outro Río. A emigración galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba/Santiago de Compostela: 3C3 editores.

RESUMOS

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

OS PORTUGUESES NO BRASIL: IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA, IMIGRAÇÃO COMPULSÓRIA E COLONIZAÇÃO

Este artigo analisa o fenômeno migracional português direcionado ao Brasil, movimento contínuo ao longo de cinco séculos completos e que prossegue no novo século, caracterizado por fluxos e refluxos que patenteiam a indelével cumplicidade que uniu dois espaços ao mesmo tempo separados e unidos pelo Atlântico, dando especial atenção à necessidade de refinamento conceitual dos vocábulos: (e) imigração, colonização, emigração espontânea, emigração compulsória, emigração coordenada.

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

PORTUGUESES, ESPANHÓIS E ITALIANOS NO RIO DE JANEIRO SEGUNDO OS REGISTROS CENSITÁRIOS (1872-1960)

No contexto da imigração no Rio de Janeiro, portugueses, espanhóis e italianos foram aqueles que se constituíram em influências decisivas na composição da população, nos usos e costumes e no espaço do pequeno comércio da cidade. Nesse sentido, o artigo utiliza os censos demográficos de 1872, 1890, 1920, 1940, 1950 e 1960 como fontes principais, com o objetivo de analisar essa presença e essa influência, recorrendo a um tempo de longa duração para discutir continuidades e descontinuidades no processo.

MARIA LUÍZA UGARTE PINHEIRO

PORTUGUESES E INGLESES NO PORTO DE MANAUS (1880-1920)

O artigo busca explorar dimensões da composição e vivência dos trabalhadores urbanos de Manaus em sua mais dinâmica fase modernizadora (1880-1920), a luz de novas categorias de análise, em especial das que se ligam às distinções étnicas no interior do mundo do trabalho amazonense do período. O ponto de partida da análise é a constatação, à partir de referências documentais diversas, com destaque para a Imprensa, da atuação polarizada de portugueses e ingleses no âmbito do trabalho portuário. Deslocando-se do porto à cidade, o artigo aborda as formas pelas quais as comunidades portuguesas e inglesas buscaram se relacionar com a “cidade da borracha” e com seus habitantes.

MARIA APPARECIDA PEREIRA/MARIA SUZEL FRUTUOSO

MORADIA, TRABALHO E CONVIVÊNCIA: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SANTISTA PELOS PORTUGUESES NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Importante porto comercial na segunda metade do século XIX, Santos acolheu uma significativa comunidade portuguesa, procurando o presente trabalho recuperar aspetos da dimensão do cotidiano, na vivência dos habitantes da cidade, conhecendo suas condições de moradias e suas oportunidades de sociabilidade.

MARIA IZILDA MATOS

ALIMENTANDO O CORAÇÃO: MEMÓRIA E TRADIÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES PORTUGUESAS – SÃO PAULO (1900-1950)

Esta investigação focaliza gostos, hábitos, práticas e tradições alimentares dos portugueses emigrados para São Paulo/Br, destacando o papel das mulheres. Recuperaram-se as experiências alimentares no cotidiano (questões do abastecimento, práticas e tradições da cozinha) através da história oral e de vários outros documentos, num diálogo que revelou lembranças e esquecimentos, memórias de sabores, imagens e aromas, temperados com lágrimas e saudades.

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

OS AÇORIANOS NA ESTRUTURAÇÃO DO BRASIL DO SUL: AS LEVAS DE MEADOS DO SÉCULO XVIII

A necessidade de ocupação de novos espaços, resultante do surto e da continuidade da expansão ultramarina, motiva o êxodo de populações. A procura do Brasil pelas gentes dos Açores aumentou, procurando-se através deste trabalho perceber as razões para tal incremento e o papel que os açorianos tiveram na estruturação do Brasil do Sul em meados do século XVIII.

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO

OS AÇORES E A CONSTRUÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS NA DÉCADA DE 1950: IDENTIDADES, EXPERIÊNCIAS E TESTEMUNHOS DA E/IMIGRAÇÃO

Este artigo discute o processo de transformação dos espaços físicos e culturais refletidos na relação do sujeito com a formação do lugar. As tradições, os hábitos e os valores transmitidos entre as gerações interagem com as práticas de sobrevivência econômica, social e cultural, na medida em que os indivíduos constroem sua realidade com base em um universo de representações. As práticas ligadas à cultura, como a culinária, religião, valores de conduta, regras de convivência, formas de trabalho, entre muitas outras, se sujeitam não apenas aos fatores ligados à cultura de origem, mas à adaptação que sofre no lugar que as acolhe. Assim, serão tratados os aspectos de construção social e cultural do território das representações açorianas na Zona Leste da cidade, visualizados a partir da Casa dos Açores de São Paulo.

LUÍS REZNIK/RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR: A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES

A experiência da recepção aos imigrantes, em fins do século XIX, foi uma experiência “universal”. Os países americanos criaram dispositivos similares para dar conta do massivo deslocamento populacional do Velho Continente. Cada um destes dispositivos apresentou particularidades. Conhecer e comparar as hospedarias de imigrantes na sua universalidade e nas suas especificidades é uma forma de compreender como cada uma das sociedades estabeleceu suas relações com estrangeiros. Este texto tem como objetivo analisar a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883-1966), situada no Rio de Janeiro, inserida no conjunto de associações congêneres vinculadas a esse serviço. Busca-se compreender como as demandas e experiências em curso moldaram a instituição.

YVONE DIAS AVELINO

REAL E BENEMÉRITA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA: A CONSTRUÇÃO DA SAÚDE E AS PRÁTICAS ASSOCIATIVAS DE IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO (1859-1930)

O presente artigo traz à tona a articulação de trabalhadores imigrantes portugueses e seus descendentes na criação de uma assistência hospitalar mútua na cidade de São Paulo, a Real e Benemerita Sociedade de Beneficência Portuguesa. Trata-se de uma prática associativa inovadora para a época, que obteve diversos resultados positivos, como a fundação de um dos mais respeitados hospitais desta cidade polifônica.

MARCOS ANTÓNIO DE CARVALHO

A HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DO OUTEIRO EM BELÉM DO PARÁ: UM MOSAICO EM CONSTRUÇÃO

Os estudos sobre hospedaria de imigrantes no Estado do Pará não faziam parte integrante dos poucos estudos sobre imigrantes na capital paraense. A primazia desses estudos coube a Professora Edilza Fontes e Marília Emmi. O artigo aqui apresentado, foi elaborado a partir de análise documental realizada em documentos depositados no Arquivo Público do Pará. Objetiva construir parte do universo (o mosaico) da casa de hospedagem de imigrantes nessa região da Amazônia brasileira. Apesar do estado precário de algumas fontes, mas o auxílio de bibliografias, permite que identifiquemos que a Hospedaria de Imigrantes do Outeiro foi ambiente com maior presença de imigrantes espanhóis. Isso, permite-nos afirmar que a imigração portuguesa para o Pará estava assente na modalidade espontânea motivada por extensa rede social.

ALDA NETO

GASPAR FERREIRA BALTAR, UM "BRASILEIRO" N'O PRIMEIRO DE JANEIRO

Gaspar Ferreira Baltar foi um penafidense que emigrou para o Brasil no final da primeira metade do século XIX, tendo regressado a Portugal no final do terceiro quartel do século XIX. Após o seu regresso tornou-se uma importante personalidade quer no concelho de Penafiel onde se destacou pela sua filantropia, pela sua intervenção no contexto cultural e político quer local quer nacional e seguidamente pelo envolvimento na criação do periódico nacional *O Primeiro de Janeiro*.

É deste *brasileiro*, cuja investigação se encontra no início que procuraremos traçar uma breve biografia, bem como procurar estabelecer a sua importância na criação do periódico acima citado.

ROSELI BOSCHILIA

PEQUENOS VIAJANTES: REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DE MENORES DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX

Este artigo analisa o deslocamento de menores do Norte de Portugal para o Brasil, durante a segunda metade do século XIX, tendo como foco os emigrantes do gênero masculino, na faixa entre 10 e 14 anos. Ancorado em referenciais teóricos que procuram ver o emigrante como o “sujeito que emigra” e não como uma mais uma peça do jogo emigratório, o texto procura problematizar, a partir das informações contidas nos registros de passaporte, as táticas familiares que eram colocadas em prática no sentido de viabilizar o projeto emigratório destes menores.

ZEILA DEMARTINI

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL: DIFERENTES MOMENTOS, DIFERENTES OLHARES (SÉCULO XX)

Focalizamos as discriminações, conflitos e preconceitos que acompanham e são vivenciados de modo diverso pelos grupos de imigrantes que vieram para São Paulo, tomando como referência o caso daqueles que de alguma forma tinham uma relação com o contexto português: os que vieram diretamente de Portugal, aqueles cujas famílias, tendo saído de Portugal residiam nas então colônias portuguesas na África, e os próprios africanos. Abordamos dois momentos distintos – o do grande fluxo imigratório da Primeira República e o da década de 1970. Baseamos na metodologia da História Oral, tendo entrevistado vários sujeitos desses diferentes grupos. As narrativas dos entrevistados, obtidas sob a forma de relatos orais permitem verificar como os continentes se cruzam na construção de suas memórias, construídas individual e socialmente. Para discutir as situações de conflitos e discriminações enfrentadas pelos imigrantes em seus deslocamentos, assim como as estratégias por eles desenvolvidas para conseguir sua inserção no novo contexto, focalizamos sujeitos ainda pouco abordados nos estudos sobre migração: as crianças que, de alguma maneira, direta ou indiretamente, carregam em suas experiências de vida as vivências em diferentes espaços, isto é, em diferentes realidades sócio-econômico-culturais.

PAULO CÉSAR GONÇALVES

AGENTI, SUBAGENTI, ENGAJADORES E GANCHOS. O RECRUTAMENTO DE EMIGRANTES NA EUROPA MEDITERRÂNEA

A proposta deste artigo é apresentar uma análise comparada, ressaltando semelhanças e especificidades, de um dos elementos fundamentais na organização do fluxo migratório da Europa mediterrânea para a América: os recrutadores de emigrantes, que circulavam pelos territórios italiano, português e espanhol, a serviço das companhias de navegação.

SUSANA CHALANTE

O LABIRINTO DA PARTIDA: REDES MIGRATÓRIAS CLANDESTINAS NA REGIÃO DE VISEU (1870-1890)

Na segunda metade do Século XIX, a par de uma emigração direcionada nos limites da legalidade, produziu-se em Portugal um outro tipo de fluxo difícil de quantificar, mas não impossível de classificar. O ingresso nos labirintos da ilegalidade correspondia a uma necessidade de evasão daqueles que fugiam à alçada da justiça ou dos mancebos, que em idade de prestar serviço, procuravam escapar ao recrutamento militar. Neste sentido, o presente artigo divide-se em três temáticas fundamentais para a concretização do nosso objetivo: a questão da fuga ao recrutamento militar nas margens da ilegalidade; a forma como o poder local lidou com o tema e as sucessivas batalhas travadas contra a emigração clandestina no distrito de Viseu; e por fim narraremos a história do engajador “Mata-Gatos”, que permitirá perceber na primeira pessoa como funcionavam as redes responsáveis pela organização ilegal da saída de emigrantes.

GLADYS SABINA RIBEIRO

ALIMENTANDO O MITO DO ELDORADO: O INTERCÂMBIO DE CAPITAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

Abordamos o trânsito de capitais entre Brasil e Portugal para afirmar a importância, em igual proporção, dos capitais materiais e imateriais entre os dois países. Os fluxos financeiros e comerciais entre Brasil e Portugal sempre existiram. E podemos acrescentar que foram cruciais para ambos os países. Desta forma, em decorrência lógica desta constatação traçaremos o perfil desse imigrante e dessa imigração, dando exemplos a partir da documentação de homologação de sentenças estrangeiras, no Tribunal Regional Federal, 2.^a Região, que incluem inventários de bens de portugueses, processos de arrecadação de bens feitos por Brasil ou Portugal com relação aos seus nacionais, cartas rogatórias e precatórias.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

AS REMESSAS DOS EMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL E A CAPITALIZAÇÃO DA ECONOMIA LOCAL:
ALGUNS EXEMPLOS

Entre finais do século XIX e os inícios do século XX, o dinheiro remetido pelos emigrantes no Brasil assumiu um papel determinante para o desenvolvimento local e regional de Portugal, com particular destaque para as regiões mobilizadas do fluxo migratório. Não nos referimos apenas à repercussão do volume das remessas vindas do Brasil na balança de pagamentos e no PIB português, mas sobretudo ao papel crucial do capital enviado por estes emigrantes na dinamização da sociedade portuguesa dos últimos dois séculos. São trazidos aqui dois exemplos que ilustram este pressuposto.

RAMÓN VILLARES

AS REMESSAS “VISÍVEIS” E “INVISÍVEIS” DA EMIGRAÇÃO AMERICANA E A TRANSFORMAÇÃO DA GALIZA
(1890-1930)

Este artigo analisa o papel que as colectividades de emigrantes galegos, estabelecidos em diversos países da América Latina (principalmente, na Argentina e Cuba), desempenharam na transformação da Galiza, a sua terra de origem. Esta influência manifestou-se através das remessas que os emigrantes enviavam à Galiza, tanto aos seus familiares diretos quanto às comunidades locais das que procediam. Estas remessas foram essenciais para a modernização do sector agrário, mas também para a criação de uma rede de escolas de ensino primário, a introdução de novas culturas políticas, a edição de livros ou publicações periódicas, assim como para sustentar algumas instituições emblemáticas, como a *Real Academia Galega*, ou a ereção de alguns “lieux de memoire”, como base da identidade cultural da Galiza.

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

BRASIL-PORTUGAL: ENCONTROS E DESENCONTROS CULTURAIIS

Este trabalho aborda as relações intelectuais entre Brasil e Portugal, refletindo sobre as ligações entre as respetivas culturas, seus encontros e desencontros ao longo dos tempos.

SUSANA SERPA SILVA

A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL VISTA POR INTELLECTUAIS E LITERATOS PORTUGUESES (SÉCULOS XIX-XX)

A temática da emigração sempre foi uma constante na literatura portuguesa, constituindo-se como parte integrante do pensamento, da leitura e da crítica social, dos retratos humanos e das vivências encarnadas por personagens que preenchem muitas das tramas e dos textos de grandes escritores nacionais e insulares. Este artigo demonstra a forma como os literatos abordam este fenómeno, procurando dar a conhecer as obras daí resultantes e que foram profundamente relevantes para a cultura portuguesa, brasileira e não só.

LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO

FRANCISCO GOMES DE AMORIM E AS PRIMEIRAS ABORDAGENS LITERÁRIAS DA CABANAGEM

Tomando como ponto de partida o teatro *Ódio de Raça*, do escritor português Francisco Gomes de Amorim, o artigo aborda as primeiras tentativas de abordagem ficcional (literária) do tema daquela que foi uma das mais importantes revoltas populares ocorridas no Grão-Pará na primeira metade do século XIX: a Cabanagem. Além de acompanhar as mediações entre História e Literatura operadas por Gomes de Amorim, sua obra é também colocada em paralelo com produções coetâneas, em especial com os romances do escritor francês Emile Carrey, particularmente importantes para a elucidação dos conflitos luso-brasileiros no contexto da revolta.

DOLORES RODRIGUEZ CORNER

SABORES DA EMIGRAÇÃO GALEGA: AS EMPANADAS

A cozinha de uma nação é representada e reproduzida na cultura dos seus pratos, os quais revelam costumes, gostos, sensações e sentimentos. É um dos traços culturais que mais perdura em caso de e/imigração, por estar arraigado aos costumes e por fazer parte do *habitus*. Por ser dinâmica, sofre transformações, adaptações e substituições de ingredientes. A trajetória das empanadas é secular; chegaram à Espanha por mãos dos povos árabes, e acompanharam os imigrantes galegos a seus diversos destinos na América. Este artigo tem o intuito de demonstrar essa representação que levou os valores atribuídos a um dos pratos que viajou, se adaptou, e se manteve reescrito na cidade de São Paulo.

CELESTE CASTRO

A EMIGRAÇÃO DO CONCELHO DA MAIA PARA O BRASIL E VENEZUELA (1948-1974)

O presente artigo tendo como fonte de pesquisa o *Boletim de Informação*, para o período de 1948-1974, aborda a emigração do Concelho da Maia, para a América Latina – Brasil e Venezuela. Estas fontes revelam os dados estatísticos relativos às características dos emigrantes do concelho da Maia: volume, destino, género, naturalidade, idades e profissões. Registamos, assim até aos anos 1960, uma emigração virada, sobretudo, para a América do Sul, tendo sido a Venezuela, o país de escolha privilegiado. Após o ano de 1961, aliada a uma Europa, mais apetecível em termos económicos e devido à conjuntura que Portugal atravessava, com o deflagrar da Guerra Colonial portuguesa, os emigrantes mudaram de rota, atravessando os Pirenéus em busca de um novo El Dorado.

DIOGO FERREIRA

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL NA IMPRENSA PORTUENSE (1918-1931)

Este trabalho aborda as interpretações das representações do fenómeno emigratório na imprensa portuense, particularmente numa fase em que se vislumbrava a recuperação dos índices da emigração portuguesa no período pós-Primeira Guerra Mundial, após uma breve descontinuidade motivada essencialmente pelo conflito mundial.

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

ECOSDA SOLIDARIEDADE IMIGRANTE: A DOCUMENTAÇÃO POLICIAL BRASILEIRA SOBRE A CONFERÊNCIA PRÓ-AMNISTIA AOS PRESOS POLÍTICOS DE ESPANHA E PORTUGAL (SÃO PAULO, 1960)

Em janeiro de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi realizada na cidade de São Paulo a 1.ª Conferência Pró-Anistia aos Presos Políticos de Espanha e Portugal. Armando Falcão, ministro da Justiça de JK, enviou ordem expressa ao governador de São Paulo para proibir a conferência. Contrariando o ministro e o próprio JK, o governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto autorizou o evento, que aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com repercussão internacional. Na direção do evento estava, entre outros, o general Humberto Delgado, ex-candidato à Presidência de Portugal que se encontrava exilado no Brasil. O Fundo DEOPS-SP guarda a documentação policial do Departamento de Ordem Política e Social sobre a conferência, inclusive cópia do ofício secreto enviado por Armando Falcão e desobedecido por Carvalho Pinto. O episódio evidencia distintos posicionamentos de políticos brasileiros acerca do regime salazarista.

JUAN ANDRÉS BLANCO/ARSENIO DACOSTA**EMIGRACIÓN Y ASOCIACIONISMO ESPAÑOL EN AMÉRICA**

Este estudio aborda la cuestión de la emigración española a América en época contemporánea. En una primer parte se analiza, de forma crítica, la cuestión de las causas y factores que incidieron en la emigración en masa entre finales del siglo XIX y mediados del XX. En una segunda se analiza el papel que jugó el asociacionismo español en dicho proceso, comparando el desarrollo general del fenómeno en los principales destinos americanos de los emigrantes españoles.

RAÚL SOUTELO VÁZQUEZ**A EMIGRACIÓN GALEGA AO BRASIL: MODALIDADES E DESTINOS DURANTE O SÉCULO XX**

Explícanse as características da emigración galega a Brasil durante o século XX partindo dos antecedentes no XIX e suliñando a importancia das redes migratorias establecidas entre as diversas comarcas de orixe na Galiza (Xallas, Terra de Montes, Melón, etc) e as cidades de Río, Santos, São Paulo e Salvador que foron os destinos principais. Ditas relacións pre e posemigratorias determinaron a forte etnicidade das pautas de residencia (urbana), da inserción laboral no ámbito do sector servizos (pequenos comercios) e os marcos relacionais que desenvolveron os galegos residentes en Salvador de Baía ata, prácticamente, a actualidade.

ÉRICA SARMIENTO**ASSOCIATIVISMO ESPANHOL/GALEGO NO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS, VISIBILIDADE E LIDERANÇAS ÉTNICAS**

As associações espanholas foram palco de lutas, conflitos e embates da comunidade espanhola/galega no Rio de Janeiro. Através da documentação das associações, pretende-se reconstruir o discurso das lideranças étnicas e uma parte da história desses imigrantes no Rio de Janeiro. A identidade dos cargos diretivos demonstra, em parte, muitas características da experiência imigratória e ajuda a reconstruir as redes de solidariedade formada pelos pioneiros.

SOBRE OS AUTORES

ALDA NETO

Professora do Ensino Básico e Secundário. Investigadora do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade). Licenciada em História, variante História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História da Arte em Portugal pela mesma Faculdade, com a tese “*As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes.*” Publicações mais recentes: “*As Casas de Brasileiros no concelho de Paredes – dois exemplos no Vale do Sousa*”, in SOUSA, Fernando; MARTINS, Isménia; MENEZES, Lená Medeiros de; SILVA, Susana Serpa – *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Cepese/Fronteira do Caos, 2010, p. 589-610; “O Comendador Pereira Inácio – um caso de benemerência nas duas margens do Atlântico”, in SOUSA, Fernando; FERLINI, Vera – *VII Seminário sobre emigração portuguesa para o Brasil – de colonos a emigrantes. 2011* (em publicação); “Entre a Amazónia e Portugal. A *Castrália* de Adriano Moreira de Castro” – SILVA, Maria Beatriz Nizza da; GOMES, Flávio dos Santos – *Revista de Estudos Amazónicos*, vol.VII. 2012 (http://www3.ufpa.br/ifch/Alda_Neto_3.pdf)

ARSENIO DACOSTA

Professor-tutor no Centro Asociado da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) em Zamora. Gestor cultural. A sua tese de doutoramento, defendida em 1997, intitula-se *Los linajes de Vizcaya en la baja Edad Media: poder, parentesco y conflicto*. Em 2009 obteve o Diploma de Estudos Avançados em Antropologia pela Universidad de Salamanca. A sua principal linha de estudo é a baixa nobreza do Norte peninsular, tema sobre o qual publicou já diversos livros e artigos científicos. Mais recentemente, tem também abordado o estudo da Casa de Ayala e a emigração espanhola para a América Latina.

AVELINO DE FREITAS DE MENESES

Doutorado em História Moderna e Contemporânea (1992) pela Universidade dos Açores, onde é professor catedrático. Exerceu o cargo de diretor do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores entre 1992-1995 e 2000-2001, e foi reitor da mesma Universidade entre 2003-2011. Dirigiu a revista Arquipélago/História e foi presidente da Comissão Científica do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM) das Universidades Nova de Lisboa e dos Açores. Autor de mais de uma centena de livros, capítulos e artigos, incidindo sobre a temática das histórias de Portugal, das Ilhas e do Atlântico. No âmbito da investigação, privilegia o estudo da História dos Açores durante a Idade Moderna, com destaque para a conjuntura da Dinastia Filipina no arquipélago e a conjuntura insular do século XVIII.

CELESTE CASTRO

Licenciada em Ciências Históricas (Ramo Científico e Ramo Património) pela Universidade Portucalense, mestre em História das Populações pela Universidade do Minho e Doutoranda em Relações Internacionais na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto. Atualmente desenvolve estudos relacionados com a emigração portuguesa, mormente do concelho da Maia, distrito do Porto. Principais publicações: *A emigração na paróquia de Santo André da Campeã – 1848-1900*. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2010; “Estado Português repressivo ou paternalista? Uma visão da emigração portuguesa através das circulares do Governo. 1947-1974”, in SOUSA, Fernando; MENEZES, Lená Medeiros; MATOS, Izilda; SARGES, Maria de Nazaré; SILVA, Susana Serpa (coord.), *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Açores: CEPESE/Fronteira do Caos Editores, 2011; “Portugal somos nós em terra portuguesa e fora dela”, in Conferência Internacional – *Ecos da Emigração: representações dos emigrantes (séc. XIX-XX)*. Lisboa, 2012; “A emigração no concelho de Torre do Moncorvo em finais dos anos cinquenta (1957-1959). *Revista Colégio Campos Monteiro. Espaço de Cultura e memória*. Moncorvo, 2013 (coautoria).

DIOGO FERREIRA

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Publicações recentes: *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, (colaboração). Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009; “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; *A Emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Do final da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)*, tese de doutoramento, 2011; *Os Paços do Concelho do Porto* (colaboração). Porto: CEPESE, 2012; *A emigração do distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)*, (coautoria), Coleção *Portugueses no Mundo*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2012.

DOLORES RODRIGUEZ CORNER

Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junho (2011). Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano (2003), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Lato senso Idioma Espanhol – UNIBERO (2000). Pesquisadora das áreas de História e Turismo. Pesquisadora do Módulo Migrações do LEER – FFLCH – Departamento de Sociologia USP-SP e do NEHSC – Núcleo de estudos da História Social da Cidade – PUC-SP. Atualmente professora no Instituto Cervantes de São Paulo, com experiência na área de Turismo, ênfase em: gastronomia, didática e patrimônio.

ELIS REGINA BARBOSA ANGELO

Doutora em História pela PUCSP. Graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997), Mestre em Turismo Ambiental e Cultural Planejamento e Gestão pelo Centro Universitário Ibero Americano (2003) Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Pesquisadora das áreas de História, Sociedade e Turismo. Professora Adjunta nos cursos de Bacharelado em Turismo da UFRRJ e na Licenciatura em Turismo no Consórcio CEDERJ/ EaD.

ÉRICA SARMIENTO DA SILVA

Professora titular do curso de mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira, professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora tutora de América colonial no curso de Educação a Distância (História), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Coordenadora-adjunta do Laboratório de Estudos de imigração (LABIMI/UERJ), coordenadora do Laboratório de História Ibérica e Imigração (LABIHI/UNIVERSO). Publicou o livro *O outro Rio: a emigración Galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba/Santiago de Compostela: Editora 3C3, 2006 e publicações internacionais como “Galician in the Tropics: the History of Immigration in Brazil” In: Cruset, Maria Eugenia (coord.) *Migration and New International Actors: An Old Phenomenon Seen With New Eyes*. British: Cambridge Scholars Publishing, 2011, entre outros artigos.

FERNANDA PAULA SOUSA MAIA

Doutora em História, com a tese intitulada “As relações Portugal-Brasil no discurso parlamentar português: a Câmara dos Deputados (1826-1852)”. O texto encontra-se publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Comissária científica adjunta da Exposição “Os ‘Brasileiros’ de torna-viagem no Norte de Portugal”, organizada, em 2000, no âmbito da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Em 2003, em S. Paulo (Brasil) foi comissária científica da Exposição “Portugal de Relance – a viagem: encontro de dois povos”. Investigadora do CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), tendo vários trabalhos publicados na área da história política contemporânea (séc. XIX e XX) e das relações Portugal-Brasil.

FERNANDO DE SOUSA

Coordenador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto. Ao presente, encontra-se a dirigir vários projetos de investigação, entre os quais, *A Emigração de Portugal para o Brasil. Dinâmicas Demográficas e Discurso Político*. Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*. Porto: CEPESE, 2009; “O Brasil e a Companhia do Alto Douro (1756-1825)”, in *Desenvolvimento Económico e Mudança Social. Portugal nos últimos dois séculos* (homenagem a Miriam Halpern Pereira). Lisboa: ICS, 2009;

A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840). Porto: CEPESSE/Fronteira do Caos, 2009; “O aprofundamento das relações Brasil-Portugal no contexto da globalização” (em colaboração com Marília Sardenberg Gonçalves), in SOUSA, Fernando de; SANTOS, Paula; AMORIM, Paulo (coord.) – *As Relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESSE/Fronteira do Caos, 2010; “O primeiro inquérito português à emigração (1843)”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

GLADYS SABINA RIBEIRO

Mestre em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense (1987), e Doutora em História Social do Trabalho, pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Professora Associada IV do Departamento de História, do PPGH e coordenadora do curso de Lato Sensu em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. De 2004 a 2010 foi coordenadora executiva de dois PRONEX (Projetos de Núcleo de Excelência FAPERJ – CNPq), cujo proponente foi José Murilo de Carvalho (UFRJ). Coordena o Centro de Estudos do Oitocentos (CEO) e o NEMIC (Núcleo de Estudos de Migrações, Identidades e Cidadania). É também Cientista do Nosso Estado, Edital 2006 (FAPERJ – 2007-2008) e Edital 2008 (2009-2011), Edital 2011 (2012-2014) e bolsista de produtividade do CNPq. Possui vários livros e artigos publicados.

ISMÊNIA MARTINS

Professora emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde se graduou e se licenciou em História (1967). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1973). Participou do Programa de Pós-Doutorado CAPES-COFECUB na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris 1988-1990). Especialista em História do Brasil com ênfase no 2º Reinado e na 1ª República, e no campo da história socioeconômica. Trabalha principalmente com os temas relacionados com a história fluminense, imigração e gênero. Pesquisadora 1A do CNPq (1988-1996).

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado do Instituto de Economia da UNICAMP e Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Sagrado Coração (Bauru). Publicações recentes: “Barradas de Carvalho nas lentes da PIDE”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, 2008; “Migrações sociais, transmigrações políticas e receptividade imigracional”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009; “O novo regime de temporalidade e a história migracional”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES

Professor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduado em Direito e Filosofia pela USP. Pesquisador visitante na Universidade de Columbia (Nova York, 2001/2002) e bolsista do Instituto Camões (Lisboa, 2005). Jornalista e editor nas áreas de política internacional e cultura. Como pesquisador, trabalha interdisciplinarmente com a História e o Direito nos temas de Cidadania, Etnicidade, Imigração, Relações Internacionais e Estudos Luso-Afro-Brasileiros. Pesquisador no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo/UFBA) e do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER/USP).

JUAN ANDRÉS BLANCO

Catedrático de Historia Contemporánea de la Universidad de Salamanca. Trabaja sobre la Guerra Civil, la emigración, las relaciones con América y el regionalismo castellano-leonés. Entre sus obras cabe destacar *Castilla y el 98* (coautoría), 2000; *El sector vitivinícola en Castilla y León* (coautoría), 2003; *El sueño de muchos. La emigración castellana y leonesa a América* (2005); *Castellanos y leoneses en Cuba* (2005).

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora Titular de História Contemporânea da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atua na Pós-Graduação em História e em Relações Internacionais e coordena o GrPesq “Imigração Urbana e Diásporas Contemporâneas” e o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI). É Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); Procientista da UERJ e “Cientista do Nosso Estado” da Fundação de Amparo à Pesquisa do RJ (FAPERJ). É autora, dentre outras obras, de “*Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio*” (RJ, Arquivo Nacional, 2002 – Prêmio de Pesquisa) e *Os Indesejáveis* (RJ, EdUERJ, 1996). Recebeu Moção de reconhecimento da Assembleia Legislativa do RJ.

LUÍS BALKAR SÁ PEIXOTO PINHEIRO

Graduado em História pela Universidade Federal do Amazonas (1988) e Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Professor da Universidade Federal do Amazonas, desde 1991, atuando no ensino de graduação e pós-graduação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho e Movimentos Sociais, História da Amazônia. Atualmente Coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas (LHIA) e o Grupo de Pesquisa em História Social da Amazônia (UFAM/CNPq).

LUÍS REZNIK

Professor Adjunto da UERJ e da PUC-Rio; Doutor em Ciência Política (IUPERJ, 2000), Mestre em História Social (UFF, 1992). Coordenador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Líder do grupo de pesquisa História de São Gonçalo: memória e identidade. Pesquisador e orientador de mestrado e doutorado nas áreas de História Política e Cultural do Brasil República, atuando principalmente com os seguintes temas: memória e patrimônio, história local, história dos conceitos e ensino de história. Autor de diversos artigos e livros, entre os quais se destacam *Democracia e Segurança Nacional* (Editora da FGV, 2004), *Caixa de História: São Gonçalo* (Imprinta Express, 2006) e *Qual o valor da História hoje?*. (org., Editora da FGV, 2012).

MARCOS ANTÓNIO DE CARVALHO

Licenciado em História, pela Universidade do Estado de Goiás (UEG); especialista em Formação Sócio Econômica do Brasil (Universo Salgado Oliveira-Rj) e Educação Ambiental (Facinter-Pr); Professor do Ensino Secundário da rede pública do Estado do Pará; investigador associado do Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (Cepese-Porto-PT) e Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com projeto de pesquisa com área de concentração na imigração portuguesa na Amazônia brasileira.

MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA

Doutorada em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Católica de Santos, na qual é Coordenadora em exercício. Pesquisadora responsável pelo LIAME (História e Memória das Instituições Escolares) do CNPq. Publicações recentes: “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos, no final do século XIX” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009; “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX” (co-autora), in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA

Doutorada em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade de São Paulo. Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo. Pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Publicações mais relevantes: *Mitologia da Mineiridade. O Imaginário Mineiro na Vida Política e Cultural do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000; *Metrópole e Cultura. São Paulo no Meio Século XX*. Bauru: EDUSC, 2001 (Menção honrosa Prêmio Jabuti 2002); *Florestan Fernandes. Mestre da Sociologia Moderna* (em parceria com Sylvia Gemignani Garcia). Brasília: Paralelo 15, 2003; *A Embalagem do Sistema. A Publicidade no Capitalismo Brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1985 (reeditado pela Edusc, Bauru, em 2004).

MARIA IZILDA MATOS

Professora titular da PUC/SP, doutorada em História (USP-1991), pós doutorada Université Lumiere Lyon 2 (França-1997). Participou de vários projetos de pesquisa, é pesquisadora 1do CNPq. Em 1994 recebeu o prêmio SESI-CNI de Teses Universitárias, com seu doutorado Trama e Poder. Suas investigações focalizam os temas: imigração, cultura, gênero, música, memória e cidade. Entre suas obras destacam-se: *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana; O imaginário em debate; A Cidade em debate; Por uma história das mulheres; Meu é o botequim; Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho; Ancora de Emoções; A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa; O corpo feminino em debate; História e Deslocamentos: os portugueses.*

MARIA LUÍZA UGARTE PINHEIRO

Graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas (1988), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) com o trabalho “A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus: 1899-1920” e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) com a tese “Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas, 1880-1920”. Professora Associada II da Universidade Federal do Amazonas, atuando na Graduação em História e no Curso de Pós-Graduação em História (Mestrado). É também Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Desde 2005 coordena o Laboratório de História da Imprensa no Amazonas da UFAM.

MARIA DE NAZARÉ SARGES

Professora da Universidade Federal do Pará/Belém. Doutorada em História pela Universidade Estadual de Campinas. Publicações recentes: “Os portugueses nos Autos judiciais: sociabilidades e tensões”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010; “A ‘Galícia’ paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910)”, in ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael (org.) – *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém/PA: Ed. Açáí, 2010.

MARIA SUZEL FRUTUOSO

Licenciada em História pela Unisantos – Universidade Católica de Santos. Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do LIAME (Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação) – Unisantos. Artigos recentes: “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007; “A presença portuguesa no comércio em Santos”, in MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008; “Os trabalhadores portugueses na cidade portuária de Santos no final do século XIX” (co-autora), in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009; “Portugueses na vida econômica da cidade, em Santos, na segunda metade do século XIX” (co-autora), in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

PAULO CÉSAR GONÇALVES

Professor de História Contemporânea e do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP). Mestre e Doutor em História Econômica pela USP. Pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão (USP), onde realizou estágio de Pós-Doutorado. Publicações recentes: *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012; *À sombra da lei: notas sobre a política de emigração em Portugal e Itália (1850-1920)*, in Sousa, Fernando de; Martins, Ismênia; Menezes, Lená de; Matos, Maria Izilda; Sarges, Maria de Nazaré; Silva, Suzana Serpa (dir.). *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESSE/Fronteira do Caos, 2011.

RAMÓN VILLARES

Professor Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela. Presidente do Consello da Cultura Galega. Autor de numerosas publicacións, entre as que destacan libros como *Figuras da nación*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1997, *El mundo contemporáneo, siglos XIX y XX* (coautoria), Madrid, Editorial Taurus, 2001. Desde 2007 codirixe, con Josep Fontana, unha Historia de España (Crítica/Marcial Pons) na que é autor (con Javier Moreno Luzón), do volume 7, *Restauración y Dictadura*, 2009.

RAÚL SOUTELO VÁZQUEZ

Doutor en Historia Contemporánea pola Universidade de Vigo e membro colaborador do Equipo de Socioloxía das Migracións Internacionais da U. da Coruña. Ten publicado os libros titulados *De América para a casa. Correspondencia familiar de emigrantes galegos* (Consello da Cultura Galega, 2001), *As cartas do destino. Unha familia galega entre dous mundos, 1919-1971* (en coautoria co profesor Núñez Seixas, Editorial Galaxia, 2004), *Labregas, emigradas, estraperlistas e represaliadas. Experiencias de vida e lembranzas de mulleres na Galicia rural* (premio Ferro Couselo de ensaio, 2005) e *Emigración de retorno e dinámicas sociopolíticas locais na Galicia rural: unha microanálise dende Valga* (Concello de Valga, 2007). Coordinou a publicación da obra colectiva *As migracións nas sociedades contemporáneas: os desafíos na Galicia actual* (Sotelo Blanco, 2008).

ROSELI BOSCHILIA

Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (1996), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2002) e pós-doutora pela Universidade do Porto (2012). Professora adjunta nos cursos de Graduação e Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos migratórios, imigração portuguesa, memória, identidade e relações de gênero. Entre suas publicações mais recentes destacam-se: “À procura de um novo destino: imigrantes portugueses no Paraná da segunda metade do século XIX”. *Revista História: questões & debates*, v. 56, p. 87-112, 2012; e *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: Editora UFPR, 2013, organizada em parceria com Maria Luiza Andreazza.

RUI ANICETO NASCIMENTO FERNANDES

Doutor em história pela PUC-RJ. Professor Visitante na UERJ. Membro dos Grupos de Pesquisa “História de São Gonçalo: Memória e Identidade” e “Oficinas de História”. Pesquisador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Especialista em história cultural, história política, história local e regional e ensino de história. Autor de diversos artigos, capítulos e livros, entre os quais se destacam: *Um santo nome. Histórias de São Gonçalo de Amarante* (São Gonçalo Letras, 2004) e *Caixa de História: São Gonçalo* (Imprinta Express, 2006).

SUSANA CHALANTE

Doutoranda em História no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, encontrando-se a desenvolver uma tese sobre a construção de redes emigratórias, legais e ilegais na região de Viseu durante a segunda metade do século XIX. De 2007 a 2009 foi bolsista de investigação no projecto “Elites na Era do Fascismo” (ICS-UL). Além disso, participou em muitos outros projectos produzidos por esta instituição e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (*Seminário Livre de História das Ideias – Revistas, Ideias e Cultura: 1900-1930; O Livro e Piedade Popular*). Em 2010 colaborou no livro *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, coordenado por Rui Pena Pires (Tinta da China). Entre as publicações mais recentes destaca-se o artigo “O discurso do Estado Salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”. *Análise Social*, 2011. Foi ainda responsável pela organização da Conferência Internacional “Ecos das Migrações: Memórias e Representações dos Migrantes, Sécs. XIX-XXI (FCSH-UNL), 2012.

SUSANA SERPA SILVA

Doutorada em História pela Universidade dos Açores. Professora auxiliar da Universidade dos Açores. Publicações recentes: *Violência, Desvio e Exclusão na sociedade micaelense oitocentista (1842-1910)*. Açores: Universidade dos Açores, 2007 (dissertação de doutoramento); “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”, in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.) – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009; “A Emigração no Distrito da Horta (Açores) por meados do século XIX”, in SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina

Donza (orgs.) – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010. Investigadora do Centro de História de Além Mar (CHAM) – Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores – e colaboradora do LABIMI (UERJ).

VERA FERLINI

Professora titular em História Ibérica da USP, presidente da Comissão Gestora da Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/UsP/Instituto Camões e diretora do Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos da USP. Entre outros títulos, publicou *A civilização do açúcar*; *Açúcar e colonização, terra e trabalho*; *Modos de governar* (org.) e *História econômica: agricultura, indústria e populações* (org.).

YVONE DIAS AVELINO

Titular do Departamento de História da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP. Editora da Revista Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade (www.pucsp.br/cordis). Possui experiência na área de História, com ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: Cidade, Imigração, Cultura, História, Memória e Literatura.

ZEILA DEMARTINI

Professora doutora da Universidade Metodista de São Paulo e diretora de pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Licenciada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pesquisa em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: histórias de vida, imigração japonesa, portuguesa e africana, educação escolar e não-escolar, infância, estado de São Paulo. Publicações mais recentes: “Ciências Sociais: contribuições para a pesquisa em educação”. *Educação & Linguagem*, v. 15, 2012; *Educação e Cultura – Brasil e Japão* (coautoria). São Paulo: EDUSP, 2012; “Educação Rural: retomando algumas questões”. *Revista FAEEBA*, v. 20, 2011; “Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos”. *Cadernos CERU* (USP), v. 21.2, 2010.

CATÁLOGO DAS PUBLICAÇÕES DO CEPESE



População e Sociedade

(Revista do CEPESE)
21 números publicados
Revista n.º 21
Relações Externas de Portugal
Conceição Meireles Pereira
CEPESE, Edições Afrontamento
2013



Colecção Economia e Sociedade

A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes (1835-1870)
Fernando de Sousa
CEPESE, Ed. COSMOS
2001



A População Portuguesa no século XIX
Teresa Rodrigues Veiga
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



História da População Portuguesa
Teresa Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



A Emigração na Freguesia de Santo André da Campeã (1848-1900)
Celeste Castro
CEPESE, Edições Afrontamento
2010



Colecção Militarium Ordinum Analecta

17 números publicados
Volume n.º 17
Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar
Luís Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE, 2013



Colecção Os Portugueses no Mundo

A Comunidade Lusitana em Joanesburgo
Paulo Bessa
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



Migrações e Desenvolvimento
Maria Ortelinda Barros Gonçalves
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2009



As Relações Portugal-Brasil no século XX
Fernando de Sousa; Paula Santos; Paulo Amorim (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil.
José Sacchetta Ramos Mendes
CEPESE, Fronteira do Caos
2010



O Investimento das Empresas Portuguesas no Brasil – Uma experiência de diplomacia económica?
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Fronteira do Caos
2012



A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1930-1945)
Diogo Ferreira, Bruno Rodrigues,
Paulo Amorim, Sílvia Braga
CEPESE, 2012



Economia e Instituições
A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas
Cristina de Abreu (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Relações Portugal-Espanha
Relações Portugal-Espanha: Cooperação e Identidade
Conceição Meireles Pereira
(coord.)
CEPESE, FRAH
2000



Relações Portugal-Espanha: Uma História paralela, um destino comum?
Conceição Meireles Pereira
(coord.)
CEPESE, FRAH
2002



Relações Portugal-Espanha: O Vale do Douro no Âmbito das Regiões Europeias
Conceição Meireles Pereira
(coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Migrações Ibéricas: Memória e Processos de Desenvolvimento
Polígonos, Revista de Geografia, n.º 20
CEPESE, Universidades de León, Salamanca e Valladolid
2010



Douro e Real Companhia Velha
Os Arquivos do Vinho em Gaia e Porto
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2000



Os Arquivos da Vinha e do Vinho no Douro
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2003



O Vinho do Porto em Gaia & Companhia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



O Brasil, o Douro e a Real Companhia Velha
Fernando de Sousa
e Conceição Pereira
CEPESE
2008



A Companhia e as Relações Económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2008



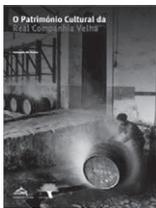
A Rússia de Catarina a Grande vista pelos portugueses (1779-1781)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2012



O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro – Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2003



Arte e Património
Artistas e Artífices e a sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2005



O Património Cultural da Real Companhia Velha
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2004



O Património Histórico-Cultural da região de Bragança-Zamora
Luís Alexandre Rodrigues (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



A Real Companhia Velha. Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-2006)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2006



Francisco José Resende (1825-1893)
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



Artistas e Artífices no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



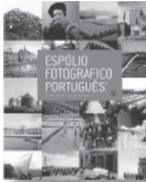
A Encomenda. O Artista. A Obra.
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2010



Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2008



A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2011



Espólio Fotográfico Português
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2008



João Baptista Ribeiro, 1790-1868
António Mourato
CEPESE, Edições Afrontamento
2011



O Património Cultural da região de Bragança-Zamora
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro
2008



Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2012



Os Franciscanos no Mundo Português: Artistas e Obras I
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2009



Os Franciscanos no Mundo Português III. O Legado Franciscano
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2013



Emigração Portuguesa para o Brasil

Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos
Ismênia de Lima Martins e Fernando de Sousa (org.)
CEPESE, FAPERJ
2006



Entre Mares. O Brasil dos portugueses
Fernando de Sousa; Nazaré Sarges; Izilda Matos; Otaviano Vieira;
Cristina Cancela (org.)
CEPESE, Editora Paka.Tatu
2010



A Emigração Portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Conceição Meireles (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2007



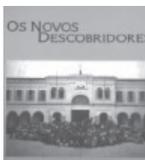
Um Passaporte para a Terra Prometida
Fernando de Sousa, Ismênia Martins, Lená Menezes, Izilda Matos, Nazaré Sarges, Susana Silva (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Deslocamentos & Histórias: Os Portugueses
Izilda Matos; Fernando de Sousa; Alexandre Hecker (org.)
CEPESE, EDUSC
2008



De Colonos a Imigrantes. (E)migração portuguesa para o Brasil
Fernando de Sousa (coord.)
Alameda
2013



Os Novos Descobridores
Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira (org.)
CEPESE
2008



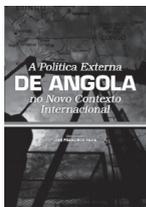
Relações Internacionais
Desafios da Democratização no Mundo Global
Maria Raquel Freire (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2004



Nas duas Margens: Os Portugueses no Brasil
Fernando de Sousa; Ismênia Martins; Izilda Matos (org.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



A Instituição de Asilo na União Europeia
Teresa Cierco
CEPESE, Alameda
2010



A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional
José Francisco Pavia (coord.)
CEPESE, Quid Juris?
2011



História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes
Fernando de Sousa
CEPESE, Edições Afrontamento
2006



Magrebe, Islamismo e a Relação Energética de Portugal
Catarina Mendes Leal
CEPESE, Tribuna da História
2011



A Morte na Região de Lisboa nos Princípios do Século XX
Fernando Augusto de Figueiredo
CEPESE
2006



Portugal e a Europa. Factores de Afastamento e Aproximação da Política Externa Portuguesa (1970-1978)
Pedro Mendes
CEPESE
2012



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)
Fernando de Sousa (coord.)
2 vols.
CEPESE
2009



Dicionário de Relações Internacionais (3.ª edição)
Fernando de Sousa (coord.)
Pedro Mendes (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2014



Ibéria: Quinhentos/Quatrocentos. Duas décadas de Catedra. Homenagem a Luís Adão da Fonseca
Armando Luis de Carvalho Homem;
José Augusto Pizarro;
Paula Pinto Costa (ed.)
CEPESE, Livraria Civilização
2009



Publicações autónomas
Estudos e Ensaios em Homenagem a Eurico Figueiredo
Isabel Babo Lança (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2005



Moncorvo. Da Tradição à Modernidade
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Edições Afrontamento
2009



Olhares sobre o Mercurio Portuguez, 1663-1667
2 vols.
Eurico Gomes Dias (coord.)
Imprensa Nacional -
Casa da Moeda, CEPESE
2010



Memórias de Bragança
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE,
Câmara Municipal de Bragança
2012



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património
Fernando de Sousa (coord.)
Natália Marinho Ferreira-Alves
(coord.)
CEPESE
2011



Os Paços do Concelho do Porto
Fernando de Sousa (coord.)
Joaquim Ferreira-Alves (coord.)
CEPESE
2012



Governação de Organizações Públicas em Portugal: A Emergência de Modelos Diferenciados
Carlos Rodrigues
CEPESE, Edições Pedagogo
2011



Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE, Câmara Municipal
de Bragança
2013



O Estado em Portugal (séculos XII-XVI)
Judite Gonçalves de Freitas
CEPESE, Alêtheia Editores
2011



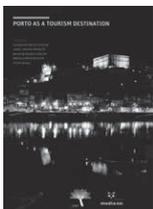
Portugal e os seus Imigrantes - Perfis Socioeconómicos no início do séc. XXI
Paulo Oliveira
CEPESE
2013



Identidade Nacional. Entre o discurso e a prática
Maria de Fátima Amante (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2011



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)
Fernando de Sousa (coord.)
CEPESE
2013



Entre Portugal e a Galiza
(Sécs. XI a XVII). Um olhar
peninsular sobre uma
região histórica
Luís Adão da Fonseca (coord.)
CEPESE, Fronteira do Caos
2014



Porto as a Tourism Destination
Alexandra Matos Ferreira
(coord. et alii)
CEPESE, Formalpress
2014



Livro de Linhagens de Portugal
António Pestana de Vasconcelos
CEPESE
2014

Alda Neto
Arsenio Dacosta
Avelino de Freitas de Meneses
Celeste Castro
Diogo Ferreira
Dolores Rodriguez Corner
Elis Regina Barbosa Angelo
Érica Sarmiento da Silva
Fernanda Paula Maia
Fernando de Sousa
Gladys Sabina Ribeiro
Ismênia Martins
José Jobson Arruda
José Sacchetta Mendes
Juan Andrés Blanco
Lená Medeiros de Menezes
Luís Balkar Pinheiro
Luís Reznik
Marcos António de Carvalho
Maria Aparecida Pereira
Maria Arminda Arruda
Maria Izilda Matos
Maria Luíza Ugarte Pinheiro
Maria Suzel Frutuoso
Nazaré Sarges
Paulo César Gonçalves
Ramón Villares
Raúl Soutelo Vázquez
Roseli Boschilia
Rui Aniceto Fernandes
Susana Chalante
Susana Serpa Silva
Vera Ferlini
Yvone Dias Avelino
Zeila Demartini